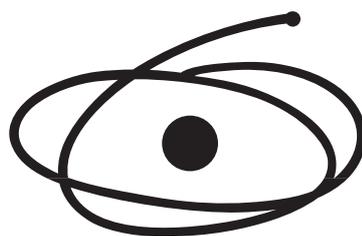




# **Capes, 50 anos**

**1999 2000 2001 1951 1952 1953 1954**



# **Capes, 50 anos**

**DEPOIMENTOS AO CPDOC / FGV**

Organizadoras:

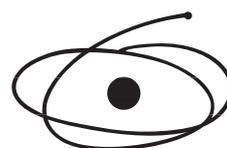
Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira



**FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS**  

---

**CPDOC**



**C A P E S**

Na década de 1950, tornava-se cada vez mais evidente que o capital humano e o domínio do conhecimento científico e tecnológico eram condições indispensáveis para o desenvolvimento econômico-social e para a afirmação nacional. No entanto, o Brasil contava com pouco mais de 60 mil alunos no ensino superior e a pós-graduação praticamente não existia. Os desafios eram enormes. Em 1951, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Para secretário-geral, foi indicado o professor Anísio Teixeira, que a dirigiu até 1963.

Ao longo de seus 50 anos, o êxito da Capes, hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tem se expressado na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação — uma das maiores conquistas da nossa política educacional e de Ciência & Tecnologia. Atualmente, o país conta com mais de 1.581 programas de pós-graduação, que respondem pela oferta de mais de 1.549 cursos de mestrado e 862 de doutorado.

Essa expansão da pós-graduação é evidenciada pela evolução do contingente de alunos do sistema. Em 1976, estavam matriculados 28.642 alunos, tendo sido titulados 2.387 (destes, apenas 188 doutores). Em 2000, o número de matriculados elevou-se para 120.336 e o de titulados para 23.718 (destes, 5.344 doutores). Entre 1976 e 1994, o ensino superior cresceu cerca de 30%. A pós-graduação,

no mesmo período, cresceu 130%. Nos últimos seis anos, o ensino superior acelerou a expansão, crescendo 43%, enquanto a pós-graduação manteve ritmo ainda mais alto, crescendo 87%.

**U**ma característica fundamental desse processo de crescimento é o fato de ele ter ocorrido em instituições públicas de ensino e pesquisa e, nos últimos cinco anos, sobretudo nas Instituições Federais de Ensino Superior. Isso se conseguiu graças a um enorme esforço de investimento público e qualificação e perseverança institucionais. Esse crescimento é acompanhado pelo incremento da produção científica e tecnológica nacional. De 1994 a 2001, dobrou o número de artigos de cientistas brasileiros publicados em revistas indexadas de referência internacional. Atualmente, o Brasil ocupa o 21º lugar na produção científica e tecnológica mundial.

**A** Capes tem dado uma contribuição decisiva neste processo. Teve mérito na definição e implantação de políticas e programas de fomento que se mostraram, em muitos momentos, resistentes às crises institucionais, políticas e orçamentárias. Soube preservar a agilidade, a adaptabilidade administrativa e trabalhar em estreita articulação com as administrações das universidades, mantendo-se concentrada em servir à consolidação do sistema de pós-graduação *stricto sensu*. Isto foi possível, em grande medida, graças à competência e dedicação profissional de seu quadro de funcionários. Decisiva, também, foi a combinação de fomento com um sistema de avaliação de todos os cursos e programas, que adquiriu legitimidade ao longo dos últimos 25 anos, precisamente porque se construiu a partir do envolvimento direto da própria comunidade universitária e de pesquisa nacional.

**Este sistema de avaliação vem se aperfeiçoando continuamente, e tem possibilitado imprimir um padrão de excelência acadêmica sempre maior aos mestrados e doutorados. Ele se tornou instrumento de ação direta da comunidade acadêmica, através da Capes, com vistas à consolidação da qualificação dos quadros para o ensino superior e pesquisa. O fomento da Capes se dá, fundamentalmente, pela concessão de bolsas no país e no exterior e pelo apoio às atividades de cursos de mestrado e doutorado e projetos a ele associados. Atualmente são distribuídas 21 mil bolsas de mestrado e doutorado no país, através dos programas de pós-graduação, e cerca de 1.500 bolsas no exterior.**

**Apesar dos êxitos alcançados, a pós-graduação continua a enfrentar desafios que se transformam em demandas para a Capes. Assim, a Capes precisa associar o fomento e a avaliação da pós-graduação a políticas e objetivos mais claramente definidos de formação de recursos humanos para nossa sociedade. Ao dar papel destacado à pós-graduação na consecução dessas políticas, a Capes estará encaminhando, de modo conseqüente, o estímulo à diferenciação de nossa pós-graduação. O crescente contingente de docentes do ensino médio e mesmo superior pode ser adequadamente qualificado sem que se estipule, como exigência, a capacitação para a pesquisa. Ao lado disso, há que se fortalecer e antecipar o caminho para o doutorado de excelência, pois é aí que se formarão os quadros requeridos por nossas universidades de ponta, especialmente as federais. De resto, é enorme a contribuição que a pós-graduação pode fornecer para a formação de quadros voltados às atividades não-acadêmicas. O modelo de**

pós-graduação com esta finalidade ainda requer ampla e profunda discussão com a comunidade acadêmica nacional e corajosas experimentações.

**T**orna-se necessário também maior coordenação entre as diversas agências federais e estaduais de fomento, de modo a se desenvolver ações conseqüentes para enfrentar os desequilíbrios regionais. Neste contexto, a Capes deve assegurar investimentos capazes de expandir o sistema, incrementando as bolsas de estudo no país, a fixação de doutores e, ao mesmo tempo, apoiar a infra-estrutura dessa expansão. Deve ampliar as condições de acesso à informação científica de alto nível para garantir patamares mais adequados de competitividade para nossos cientistas. Deve, também, estimular o estabelecimento de redes de pesquisa com o propósito de aumentar a formação de recursos humanos qualificados, bem como para lograr elevação mais homogênea dos níveis de qualidade da pós-graduação em todo o país. É fundamental, ainda, incrementar o intercâmbio e a cooperação internacional de nossos programas de pós-graduação.

**Q**uais são as perspectivas para a expansão da pós-graduação nacional face a estes desafios? Existe um horizonte promissor. Iniciaram-se estudos com vistas à valorização e expansão das bolsas no país e dos recursos para custeio dos programas de pós-graduação. A Capes continuará ampliando as possibilidades de acesso à informação científica nacional e internacional através de seu Programa de Periódicos. O Fundo Geral de Investimento em Infraestrutura de Pesquisa já começa a julgar projetos para investimentos, no montante de R\$ 205 milhões, no período de

2001/2002. A Capes tem, ainda, ampliado fortemente sua política de cooperação internacional, combinando o intercâmbio de estudantes e pesquisadores com forte crescimento do intercâmbio científico em bases institucionais. Atualmente, diversos acordos internacionais mantidos pela Capes têm propiciado, anualmente, o intercâmbio científico de cerca de 300 equipes de pesquisadores nacionais com equipes estrangeiras. Ao mesmo tempo, o Procad — Programa Nacional de Cooperação Acadêmica vem possibilitando reduzir o desnível da pós-graduação nos diferentes estados e regiões do país, através do estabelecimento de parcerias entre instituições com programas de pós-graduação de excelência e instituições em que esse nível de ensino não se encontra ainda consolidado, maximizando a utilização do potencial de formação de recursos humanos.

**P**or tudo isso, a Capes orgulha-se de completar meio século de existência, inteiramente dedicado à consolidação da pós-graduação brasileira e à formação de cientistas, pesquisadores e profissionais cada vez mais qualificados, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da educação no país. Comemoração reforçada pelo aniversário de 25 anos do Sistema de Avaliação da Pós-graduação Nacional, que tem propiciado à pós-graduação um reconhecimento do nível de ensino mais bem sucedido do sistema educacional brasileiro.

**ABILIO AFONSO BAETA NEVES**  
Presidente da Capes

14	<b>INTRODUÇÃO</b>	Capes, 50 anos em depoimentos
		MARIETA DE MORAES FERREIRA & REGINA DA LUZ MOREIRA
28	<b>LINHA DO TEMPO</b>	Os dirigentes da Capes
30	<b>1951–1964</b>	A Capes em tempos de Anísio Teixeira
32		ALMIR DE CASTRO
42	<b>1964–1974</b>	Anos de crise e redefinição institucional
44		SUZANA GONÇALVES
56		CELSO BARROSO LEITE
66	<b>1974–1989</b>	A institucionalização da pós-graduação no Brasil
68		DARCY CLOSS
84		CLÁUDIO DE MOURA CASTRO
104		EDSON MACHADO DE SOUSA
118	<b>1990–1992</b>	A Capes ameaçada
120		EUNICE RIBEIRO DURHAM
134		ANGELA SANTANA
154		SANDOVAL CARNEIRO JR
164	<b>1992–2001</b>	Novos tempos, novos desafios
166		MARIA ANDRÉA LOYOLA
188		ABILIO AFONSO BAETA NEVES

- 214 **ÉSPRIT DE CORPS** Os funcionários vestem a camisa  
216 ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS  
226 MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA  
234 ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA
- 244 **HISTÓRIAS DE UMA LONGA COLABORAÇÃO**  
A Capes vista pela comunidade acadêmica  
246 AMADEU CURY  
256 LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS  
266 EDUARDO KRIEGER  
274 REINALDO GUIMARÃES  
286 SIMON SCHWARTZMAN
- 294 **BALANÇO** O papel da Capes na formação do  
sistema nacional de pós-graduação  
CARLOS BENEDITO MARTINS
- 312 **ANEXO 1** Relação dos ministros da Educação  
314 **ANEXO 2** Relação dos diretores-gerais e presidentes da Capes  
315 **ANEXO 3** Evolução da estrutura da Capes (1951–2001)  
318 **ANEXO 4** Dados sobre a pós-graduação no Brasil
- 330 **BIBLIOGRAFIA**
- 334 **FICHA TÉCNICA DAS ENTREVISTAS**
- 336 **ÍNDICE REMISSIVO**

# **INTRODUÇÃO**

## **Capes, 50 anos em depoimentos**

**MARIETA DE MORAES FERREIRA & REGINA DA LUZ MOREIRA**

Em 2001, a Capes completou 50 anos de atuação. Aniversários e comemorações são momentos importantes da vida de indivíduos, grupos e instituições. Comemorar é um ato destinado a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento, algo que indica uma ligação entre os homens fundada sobre a memória. Essa ligação também pode ser chamada de identidade. É exatamente porque permitem legitimar e atualizar identidades que as comemorações públicas ocupam um lugar central no universo político.

Comemorar tem a ver com o passado, mas tem também diretamente a ver com o futuro. Procura-se retirar o passado do esquecimento com o objetivo de descobrir perspectivas novas e positivas. O cinquentenário da Capes oferece uma ocasião privilegiada para essa dupla tarefa: evocar o passado, mas também refletir sobre os desafios que a instituição enfrenta e enfrentará.

O projeto **Capes, 50 anos** teve como objetivo recuperar a história da fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de seus primórdios até a atualidade, através da coleta de depoimentos de atores que desempenharam papel destacado na trajetória da instituição. Dessa tarefa, e da preparação deste livro, foi incumbido o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, detentor de reconhecida experiência nesse campo de trabalho.

A importância da Capes e sua capacidade de aglutinar figuras destacadas, seja como funcionários, seja como dirigentes ou como colaboradores, nos possibilitaria arrolar um enorme número de possíveis depoentes. No entanto, a exiguidade do tempo, e os próprios limites impostos pelo formato de um livro, nos levaram, com o auxílio da direção atual, a definir uma lista restrita de entrevistados que nos permitiriam obter uma visão ampla e diversificada da instituição. Foram registrados, no total, 18 depoimentos em 40 horas de gravação, que nos permitem acompanhar os passos da Capes na história do ensino superior do país e, em especial, das políticas públicas de pós-graduação.<sup>1</sup>

O método escolhido para obter esses registros foi a História Oral. Já se comprovou que a recuperação de histórias de vida é um caminho fértil para a compreensão de processos sociais e da ação dos grupos sociais que os conduziram.<sup>2</sup> O cotejo dos depoimentos permite conhecer diferentes versões sobre os acontecimentos e captar um conjunto representativo de visões que nos conduz a aproximações múltiplas da verdade possível. Muitas vozes somadas, convergentes ou divergentes, nos ajudam a reconstituir, através de informações cruzadas e versões superpostas, a visão de uma época.

A História Oral é também uma metodologia que implica um diálogo entre pesquisadores e depoentes, baseado num estudo prévio dos primeiros, que servirá de instrumento de acesso à memória dos últimos. Diferentemente

<sup>1</sup> A eles, foi acrescentada a entrevista de ALMIR DE CASTRO, concedida a Maria Clara Mariani, Ricardo Guedes F. Pinto e Simon Schwartzman em abril de 1977, para o projeto *História da Ciência no Brasil*, e disponível no acervo do Cpdoc.

<sup>2</sup> Para um maior aprofundamento sobre a metodologia de História Oral, ver Aspásia CAMARGO, *Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas* (Dados, Rio de Janeiro, v. 27, n.º 1, p.5-28, 1984); Verena ALBERTI, *História oral: a experiência do Cpdoc* (Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990. 197p.), e Marieta de Moraes FERREIRA e Janaína AMADO (orgs.), *Usos e abusos da História Oral* (Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996. 277p.).

dos relatos espontâneos, os depoimentos se desenvolvem a partir de perguntas que compõem um roteiro previamente elaborado, construído após a consulta à bibliografia e à documentação existentes. Esses depoimentos “provocados”, por um lado, possibilitam recolher informações que não estão disponíveis na documentação escrita e, por outro, otimizam sua coleta, em comparação com o que acontece nos relatos autobiográficos. Aí, o depoente está sozinho. Na entrevista, ele está diante de um entrevistador ativo, que argumenta, reage, confirma, contesta. Para que isso seja possível, o entrevistador precisa conhecer os personagens, os cenários e os roteiros. **A** reconstituição das trajetórias de personagens ligados à Capes abre assim novas perspectivas para o aprofundamento dos estudos sobre a pós-graduação no Brasil. Decerto, a Capes não pode ser identificada como a única responsável pela política de pós-graduação do país. Mas certamente sua atuação foi das mais decisivas.

**As** entrevistas realizadas nos permitiram estabelecer uma periodização básica, assim definida:

**1951–1964 A CAPES EM TEMPOS DE ANÍSIO TEIXEIRA**

Depoimento de  
ALMIR DE CASTRO

**1964–1974 ANOS DE CRISE E REDEFINIÇÃO INSTITUCIONAL**

Depoimentos de  
SUZANA GONÇALVES e  
CELSON BARROSO LEITE

**1974–1989 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL**

Depoimentos de  
DARCY CLOSS,  
CLÁUDIO DE MOURA CASTRO e  
EDSON MACHADO DE SOUSA

**1990–1992 A CAPES AMEAÇADA**

Depoimentos de  
EUNICE RIBEIRO DURHAM,  
SANDOVAL CARNEIRO JR. e  
ANGELA SANTANA

**1992–2001 NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS**

Depoimentos de  
MARIA ANDRÉA LOYOLA e  
ABILIO AFONSO BAETA NEVES

## 1951–1964 A Capes em tempos de Anísio Teixeira

**A** Capes foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, inicialmente como uma comissão destinada a promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior.

**O** momento de sua criação merece ser avaliado em perspectiva histórica: era o início do segundo governo Vargas, com a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente. A ênfase à industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: cientistas qualificados em física, matemática, química e biologia, economistas, técnicos em finanças e pesquisadores sociais, entre outros. A criação da Capes não foi assim um fato isolado. Foram várias as instituições e agências públicas criadas nesses primeiros meses de 1951, entre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com os quais a Capes, ao longo destes 50 anos, interagiu na formulação e implementação de uma nova política de desenvolvimento científico e tecnológico. Foi também o momento de criação da primeira faculdade de administração pública da América Latina, a EBAP, órgão da Fundação Getúlio Vargas destinado à formação de uma nova geração de formuladores e de gestores públicos.

**N**essa fase inicial, foi marcante a presença de ANÍSIO TEIXEIRA na Capes, não apenas como seu grande idealizador, mas também como formulador de sua política institucional e definidor de seu padrão intelectual, do mesmo modo que ALMIR DE CASTRO destacou-se no papel de executor. Os dois foram figuras que garantiram a presença da Capes ao longo do período, não só pelo bom trânsito que tinham com os sucessivos ministros da Educação, mas também pela boa articulação política e pela discrição com que mantinham a agência. Em seu depoimento, ALMIR DE CASTRO assinala que a Capes era ligada ao Ministério da Educação, mas também à Presidência da República. O que ressalta é a grande autonomia e autoridade de que era dotada sua direção.

**O**s primeiros anos da Capes foram anos de estruturação, de escolha e planejamento das ações, de organização e composição do *staff*, de contato com instituições estrangeiras vinculadas à formação de pessoal especializado de nível superior. Como estratégia básica, optou-se pela articulação institucional tanto com o setor econômico (principalmente com a indústria), quanto com a administração pública, de modo a atender às necessidades de pessoal especializado.

**S**omente em 1953 foi implantado o Programa Universitário, em que os projetos envolvidos tinham como característica comum a contratação de

um professor sênior, que atuaria como elemento de dinamização das atividades acadêmicas. Essa opção foi em muito espelhada nas experiências das “missões universitárias” das décadas de 1930 e 1940, e da Universidade do Distrito Federal — da qual ANÍSIO TEIXEIRA fora um dos formuladores —, que tinham como pressuposto a disseminação do conhecimento através dos grupos de professores assistentes que se reuniam em torno dos seniores. **A** concessão de bolsas de estudos, no entanto, apenas progressivamente foi se desenvolvendo, até se afirmar como atividade de maior peso dentro da agência, em detrimento das atividades de fomento. O que talvez explique esse crescimento gradativo seja o fato de que o setor responsável pelas bolsas se viu também obrigado a realizar pesquisas sobre a atuação de outras instituições congêneres, sobre seu processo de concessão etc. As atividades de fomento favoreceram a criação de centros nacionais, núcleos regionais de ensino e pesquisa, ou ainda unidades de cunho institucional, que foram perdendo importância ao longo do período, em detrimento das bolsas de estudo.

## 1964–1974 Anos de crise e redefinição institucional

**A** Capes teve sua trajetória diretamente afetada pelo movimento político-militar de 1964, que inaugurou na agência um período de descontinuidade administrativa e turbulência institucional. Naquele momento, chegou-se mesmo a cogitar sua extinção.

Logo nos primeiros dias de abril de 1964, ANÍSIO TEIXEIRA foi afastado, e o *Diário Oficial* anunciou a exoneração de ALMIR DE CASTRO do cargo de diretor-executivo da Capes, à frente da qual permanecera cerca de 10 anos. No mês seguinte, assumia a direção da agência SUZANA GONÇALVES, ligada à PUC-RJ, mas até então sem qualquer vínculo com o ensino superior.

Já no final do mês de maio, a Capes era transformada, de comissão em coordenação, e junto com a nova designação, assumia uma nova condição institucional: o Decreto nº 53.932, integrou-a à estrutura do Ministério da Educação e Cultura, vinculando-a à política da educação superior do país através da Diretoria do Ensino Superior, a DESu. Assim, embora mantivesse a mesma sigla, a Capes passava a ser diretamente subordinada ao ministro da Educação, que teria autoridade inclusive para regulamentar as atividades e aprovar os regimentos internos da agência.

Esse novo regime de organização e funcionamento da Capes veio a ser regulamentado poucos meses depois, em setembro, com o Decreto nº 54.356, que explicitava sua subordinação ao MEC: à Capes caberia a execução dos planos aprovados pelo ministério, devendo para isso manter estreita colaboração com a DESu; além disso, sua direção passaria a ser exercida por um diretor-executivo, a quem caberia a execução das decisões tomadas pelo conselho deliberativo; todos seus membros do conselho deliberativos seriam indicados pelo titular da pasta da Educação, e nele o diretor-executivo não tinha voz.

O ano de 1964 foi portanto para a Capes um ano de transição, em que ruptura e continuidade andaram juntas: ao mesmo tempo que se processava sua nova definição institucional, uma série de medidas iam sendo tomadas, de modo a garantir seu funcionamento. E é a partir de então que se verificam também mudanças na política definida pela agência, consoantes com as novas prioridades dos governos militares, em que ciência e tecnologia surgem como conceitos fundamentais. A ênfase passa a ser dada às ciências básicas e à tecnologia aplicada.

O interregno entre a gestão de SUZANA GONÇALVES (1964–1966) e a de CELSO BARROSO LEITE (1969–1974) pode ser caracterizado como um período de grande instabilidade institucional, em que seis diretores-executivos — dois deles interinos — estiveram à frente da Capes. A instabilidade se traduziu também na dificuldade da agência de implementar uma política conseqüente de apoio ao aperfeiçoamento do pessoal de nível superior.

**A** posse de CELSO BARROSO LEITE, contudo, interrompeu esse ciclo, em muito beneficiado pela conjuntura do momento. Elementos como a reforma universitária de 1968 — que trouxe com ela o reconhecimento da pós-graduação no país — ou a adoção do discurso do “milagre econômico” pelo regime militar — com o qual a educação assumiu um papel-chave pela imperiosa necessidade de qualificação de mão-de-obra — contribuíram de forma decisiva para o início da mudança de trajetória. Os primeiros meses de sua gestão foram marcados pelo prosseguimento da reestruturação da agência, tendo como tônica o esforço de racionalização e padronização administrativas em todos os setores.

**E**m meados de 1970, dois novos decretos tiveram a Capes por objeto. O primeiro deles, nº 66.662, de junho, reconheceu como sendo funções da agência a coordenação das atividades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior — em especial de docentes de ensino superior —, e a colaboração na implantação e desenvolvimento de centros e de cursos de pós-graduação, além das atividades já tradicionais. A grande alteração que introduziu foi a transformação da Capes em órgão autônomo do MEC, embora explicitando sua articulação com o Departamento de Assuntos Universitários, o DAU (que substituíra a DESu), e obrigando-a a se entrosar com o CNPq e demais órgãos ou entidades de atribuições correlatas. A tão sonhada autonomia administrativa, no entanto, teve curta duração, pois já no mês seguinte o Decreto nº 66.927 tornou a vincular a Capes ao DAU.

**Esses** decretos introduziram algumas novidades, entre elas a ênfase ao papel do diretor-executivo em detrimento do conselho deliberativo, que teve sua composição alterada — o diretor-executivo passou a ter assento, e as representações institucionais foram substituídas por representações individuais, oriundas da academia. Foi também instituído o Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Fapes, destinado a assegurar a autonomia financeira da agência.

**Ainda** em 1970, no relatório de final de ano, CELSO BARROSO LEITE alertou para um problema que vinha dificultando o desempenho da agência: a falta de delimitação precisa das atribuições dos vários órgãos responsáveis pela pós-graduação no país. Não se tratava apenas do DAU — que era então chefiado pelo prof. NEWTON SUCUPIRA, e que passara a ter em sua estrutura uma Coordenação de Pós-Graduação que vinha consumindo cada vez maiores recursos —, mas também do CNPq. Tais dificuldades impediram que se verificasse, ao término do período, a formulação explícita de uma política nacional de pós-graduação.

## 1974–1989 A institucionalização da pós-graduação no Brasil

**Esse** período se inicia com a posse do gaúcho DARCY CLOSS como diretor-geral da Capes (1974–1979). O momento corresponde ao início da presidência do general ERNESTO GEISEL, marco da fase final do regime militar, que em termos políticos se traduziu na distensão política, lenta e gradual. Ao mesmo tempo, o governo passou a dar ênfase às atividades de planejamento e racionalidade, inclusive no que diz respeito à questão da pós-graduação no país. Assim, se o período anterior pode ser caracterizado como de preparação, de “arrumação da casa”, de criação de mecanismos de financiamento, os anos compreendidos entre 1974 e 1989 veriam o desabrochar da pós-graduação.

**Nesse** sentido, o período iniciado em 1974 foi marcado por uma nova racionalidade para o setor da pós-graduação, em que se procurou definir novas finalidades, metas, competências, responsabilidades e recursos. O governo implementou, como desdobramento do I Plano Nacional de Desenvolvimento, o segundo e o terceiro planos. Do mesmo modo, desdobrou o Plano Setorial de Educação e Cultura em dois outros, e criou o I Plano Básico de Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, o PBDCT.

**No** discurso governamental, a pós-graduação assumiu realmente importância estratégica para o desenvolvimento do ensino superior. Prova disso é que foi contemplada com o I Plano Nacional de Pós-Graduação, elaborado pelo recém-criado Conselho Nacional de Pós-Graduação — o qual, sob a presidência do ministro da Educação, reunia representantes das principais instituições responsáveis pelo sistema nacional de ciência e tecnologia e pelo sistema universitário brasileiro, entre elas a Secretaria de Planejamento, a Secretaria-Geral do MEC, o Conselho Federal de Educação, o DAU, a Capes, o CNPq, a Finep, o BNDE e algumas universidades, como a UnB, a UFMG, a USP e a PUC-RJ. O desenrolar dos trabalhos registrou o aumento progressivo da importância da Capes, cristalizada no próprio PNPG, que definiu como principais atribuições da agência a orientação, implantação, acompanhamento e avaliação dos programas de capacitação de docentes e de recursos humanos.

**Esse** foi também o momento em que se redefiniram e compatibilizaram as funções e responsabilidades de cada uma das instituições envolvidas com o sistema de pós-graduação, de modo a eliminar as indefinições, as sobreposições e os conflitos de interesse e, assim, não apenas garantir uma ação integrada e cooperativa, mas também evitar a repetição de um processo de crescimento espontâneo e desordenado, marcado pela duplicação de esforços. Nesse sentido, a Capes passou a atuar de modo sintonizado com o DAU. Do mesmo modo, o PNPG incentivou uma ação coordenada entre a Capes e o CNPq, ao definir o papel deste como órgão fomentador

da pesquisa e o da Capes como órgão de apoio à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal.

**Em** termos internos, o esforço de reestruturação da Capes esboçado ainda durante a gestão de CELSO BARROSO LEITE foi redobrado a partir de 1974, quando a transferência para Brasília exigiu a contratação e o treinamento de novos funcionários. Isso possibilitou não apenas um novo dinamismo administrativo, mas também a criação de um *esprit de corps*, através do qual se estabeleceu uma forte identidade institucional. O dinamismo institucional foi basicamente explicitado no Decreto-Lei nº 74.299, de julho de 1974 — ou seja, um mês após a posse de DARCY CLOSS —, que redefiniu a agência. A partir de então a Capes passou a ter *status* de órgão central de direção superior, dotado de autonomia administrativa e financeira, com suas atribuições estabelecidas de acordo com as diretrizes fixadas pelo PNPQ. Ou seja, em suas novas atribuições ficavam transparentes sua articulação com a nova política nacional de pós-graduação.

**Esse** decreto foi importante também pela reestruturação que promoveu na agência, tendo como marco principal a substituição do conselho deliberativo pelo conselho técnico-administrativo (CTA). Ao contrário do antigo conselho, que na prática se tornara um órgão “quase” executivo, o CTA assumiu funções meramente deliberativas, atuando mais na análise e sugestão de políticas, além de ser presidido pelo próprio diretor-geral da agência. Em outras palavras, o decreto possibilitou o fortalecimento da direção da Capes, que a partir de então tornou-se responsável pela execução de medidas vindas tanto do DAU quanto do novo conselho.

**Esse** período marcou também o início da participação da comunidade acadêmica na Capes. A gestão de DARCY CLOSS passou a recorrer de forma cada vez mais sistemática e progressiva, ainda que informal, à colaboração de consultores vindos da área acadêmica, quer para a análise das solicitações de bolsas de estudo, para entrevistas com candidatos, avaliação de cursos, recomendações de cotas de bolsas, quer para a elaboração, implantação e avaliação de projetos de interesse da política definida pela agência. Essas consultorias permitiram à Capes fazer frente à multiplicação de suas atividades e programas — que no período chegaram a patamares até então inéditos —, e seus pareceres, estudos e avaliações, embora não tivessem poder deliberativo, foram gradualmente ganhando importância dentro da agência, uma vez que subsidiavam as decisões do CTA. A partir de 1977, essas consultorias assumiram a forma de comissões, e mais tarde foram institucionalizadas, com seus presidentes passando a integrar um conselho técnico-científico, com direito inclusive a participação no conselho superior da agência.

**A** rápida e expressiva expansão dos programas de pós-graduação trouxe consigo a preocupação com a qualidade das atividades por eles desenvolvidas. Atenta para a necessidade de um maior controle sobre os cursos, e procurando aprimorar seu processo de distribuição de bolsas e auxílios, a Capes começou a desenvolver nesse período uma sistemática de avaliação, a ser implementada através das comissões de consultores. A primeira delas foi realizada ainda em 1978, após algumas experiências que permitiram a definição do quadro metodológico.

**Um** segundo momento desse período corresponde à gestão de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO (1979–1982), quando se deu a consolidação do processo

iniciado por DARCY CLOSS. A questão agora não mais seria assegurar a expansão da pós-graduação no país, e sim descentralizar os procedimentos, de modo a garantir a continuidade da atuação da agência. Nesse sentido, foi estabelecido todo um processo de transferência, para as universidades e programas, da responsabilidade de selecionar, acompanhar, pagar e avaliar o desempenho dos alunos bolsistas, cabendo à agência apenas a função de promover uma melhor e mais ampla avaliação dos programas e dos alunos.

**T**endo por eixo todo um debate com a comunidade acadêmica em torno da questão da avaliação e da qualidade dos programas de pós-graduação, a Capes desenvolveu ações voltadas para a montagem de um sistema de monitoração e avaliação desses programas, visando com isso a geração de indicadores de custo/eficiência. Se, na gestão anterior, chegara-se a colocar a questão da legitimidade do processo de avaliação, agora, com MOURA CASTRO, o ponto nevrálgico passara a ser o aperfeiçoamento da sistemática da avaliação.

**M**as esse foi também o momento em que a Capes readquiriu maior destaque no sistema de pós-graduação, chegando mesmo a se impor sobre as demais agências. A pedra de toque para que isso ocorresse foi seu reconhecimento formal como órgão responsável pela formulação do Plano Nacional de Pós-Graduação, o que se deu em fins de 1981, com a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação. A partir de então ela assumiu as competências que até então eram do conselho. Esse novo papel fez também com que a Capes fosse reconhecida dentro do MEC como a agência executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o que na prática a tornou responsável pela elaboração, acompanhamento e coordenação de todas as atividades relacionadas com a pós-graduação dentro do ministério.

**D**eu-se, na verdade, um passo adiante. Se o momento anterior havia sido marcado pela eliminação dos conflitos e da sobreposição de funções entre os diferentes órgãos e instituições voltados para a pós-graduação, agora era dada à Capes a responsabilidade de assessorar a Secretaria de Educação Superior, a SESu — que havia substituído o DAU — na tarefa de formular a política nacional de pós-graduação. Em outras palavras, a responsabilidade da própria elaboração do II Plano Nacional de Pós-Graduação, que foi implementado a partir de 1983.

**C**om isso, mais uma vez, a estrutura organizacional da Capes teve que ser reformulada, de modo a capacitá-la a absorver as novas atividades — entre elas o grande dimensionamento dado às atividades de avaliação — e garantir seu cumprimento, embora sua autonomia administrativa, ainda que relativa, fosse preservada. Isso foi implementado através do Decreto nº 86.816, de janeiro de 1982, que trouxe como uma das mais significativas novidades a transformação do CTA, que voltou a ser conselho deliberativo e passou a ser presidido pelo representante da SESu, embora com a vice-presidência ocupada pelo diretor-geral da agência. Além disso, foi reco-

nhecida oficialmente a participação da comunidade acadêmica, que passou a ter assento no novo conselho.

O momento final desse período é representado pela gestão de EDSON MACHADO DE SOUSA (1982–1990), que, juntamente com a de ABILIO BAETA NEVES, é uma das mais longas da história da Capes, em que pese a numerosa sucessão de titulares que a pasta da Educação teve então. Foi um momento em que a trajetória da agência esteve intimamente pautada pela implementação do II Plano Nacional de Pós-Graduação — que tem por eixo central o apoio aos programas em sua infra-estrutura de modo a assegurar-lhes um mínimo de estabilidade e autonomia financeira —, bem como pela elaboração e implementação do III PNPG — que reitera, entre outros pontos, a importância da articulação entre as diversas instâncias governamentais, a comunidade científica, as agências de fomento e o setor produtivo na elaboração de políticas e na implementação das atividades de pós-graduação.

Tratou-se, na realidade, de consolidar a atuação da Capes, o que se traduziu na associação dos resultados de avaliação com as ações de fomento. Essa linha de ação acabou por transformar a agência em parceira e aliada dos programas de pós-graduação, o que não quer dizer que se tenham eliminado, com isso, os conflitos e divergências existentes. Foi portanto um momento de dar continuidade às suas atividades, consolidando algumas, diversificando outras, à despeito das dificuldades do ponto de vista do financiamento. Afinal, com a crise que atingira o “milagre brasileiro”, os recursos já não eram mais tão abundantes assim.

## 1990–1992 A Capes ameaçada

**Esse período corresponde às gestões de EUNICE RIBEIRO DURHAM e SANDOVAL CARNEIRO JR.**

**A** posse de FERNANDO COLLOR DE MELO na presidência da República, em março de 1990, e a profunda reestruturação da administração pública federal que se seguiu, trouxeram consigo a extinção da Capes, medida que traumatizou não apenas seus funcionários, mas a toda a comunidade acadêmica. E foi exatamente a mobilização desses segmentos que garantiu, em pouco menos de um mês, o reestabelecimento da agência.

**A** luta pela restauração seguiu-se todo um trabalho de reconstrução e o empenho pela transformação da Capes em fundação, projeto antigo, idealizado ainda em 1954 por ANÍSIO TEIXEIRA e ALMIR DE CASTRO, e por algumas vezes retomado, mas sem resultados.

**A** lei que determinou a transformação da Capes em fundação foi aprovada no início de janeiro de 1992, sob o nº 8.405, durante a gestão de JOSÉ GOLDBERG na pasta da Educação.

## 1992–2001 Novos tempos, novos desafios

**A** fase inicial desse período corresponde à gestão de MARIA ANDRÉA LOYOLA. Passado o momento de elaboração dos novos estatutos, criação de uma logomarca e programação visual destinadas a modernizar a identidade visual da Capes, o grande empenho foi direcionado à informatização, considerada essencial para que a agência pudesse atender às demandas de seus programas. Tratava-se, na realidade, de recriar a agência em moldes mais ágeis, para que pudesse não apenas retomar as atividades que já desempenhava tradicionalmente, mas também ousar outras em busca do aprimoramento.

**A** recomposição das verbas foi passo fundamental para que a Capes tivesse de volta seu prestígio e, com isso, pudesse reafirmar sua importância não apenas junto à comunidade acadêmica, mas também junto ao próprio MEC. Uma importância que se consolidou principalmente após a extinção do Conselho Federal de Educação, quando, entre outras funções, a Capes assumiu a incumbência de validar os diplomas expedidos pelo sistema nacional de pós-graduação, e que possibilitou a definição de uma política para o setor de bolsas no exterior, através do incentivo aos acordos de cooperação.

**O** segundo momento desse período é o da gestão de ABILIO BAETA NEVES (1995–), cuja preocupação inicial foi a continuação e a ampliação do processo de modernização da agência.

**As** novidades ou alterações só começaram a ser introduzidas a partir de 1996, embora algumas tenham demorado a apresentar resultados. Entre elas, figuram a pós-graduação *stricto sensu* de caráter profissional, o incentivo à cooperação internacional — visando obter um efeito multiplicador que garantisse a expansão, crescimento e consolidação da qualidade do sistema nacional de pós-graduação —, ou ainda a vinculação dos resultados da avaliação à homologação do Conselho Técnico Científico da agência.

**No** entanto, de todas as alterações promovidas no período, a mais significativa foi a do sistema de avaliação, implementada a partir de 1998, após um longo período de discussões internas, com o objetivo de criar novo estímulo para que os programas de pós-graduação buscassem maior qualidade, em níveis internacionais. Nesse sentido, foram introduzidas novidades como a escala numérica de 1 a 7, de modo a permitir uma maior diferenciação entre os programas — alteração consolidada já na rodada realizada em 2001 —, e a medição da qualidade dos programas segundo sua inserção internacional.

**No** entanto, os últimos anos vêm colocando em pauta grandes desafios para a sociedade brasileira. O questionamento do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, vigente durante algumas décadas, que preconizava uma forte presença do Estado como agente econômico fundamental, inaugurou a abertura da economia. A importância e a dimensão das privatizações, os limites e contornos da ação do nosso Estado são temas que têm mobilizado diferentes setores para a definição de um novo perfil para o país.

No campo educacional, as mudanças e os desafios também têm sido expressivos: a expansão acelerada do sistema privado de ensino universitário, a demanda crescente pela ampliação da pós-graduação profissional, a necessidade de incorporação da educação a distância e o questionamento por alguns da indissociabilidade do binômio ensino e pesquisa colocam novas questões para a Capes.

● sucesso da sua participação na montagem da pós-graduação no Brasil e a experiência e a maturidade acumuladas ao longo desses 50 anos conferem à Capes os recursos para mudar, mas sem perder sua identidade e seu compromisso com a qualidade acadêmica.

# LINHA DO TEMPO

## Os dirigentes da Capes\*

ANÍSIO TEIXEIRA	SUZANA GONÇALVES	GASTÃO DIAS VELLOSO	MÁRIO WERNECK DE ALENCAR LIMA	NELSON AFONSO DO VALLE SILVA JEFFERSON ANDRADE MACHADO DE GÓIS SOARES	CELSON BARROSO LEITE	DARCY CLOSS
-----------------	------------------	---------------------	-------------------------------	--	----------------------	-------------

1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976

\* Ver a relação completa, incluindo os interinos, no final deste volume

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO

EDSON MACHADO DE SOUSA

JOSÉ UBYRAJARA ALVES

EUNICE RIBEIRO DURHAM

SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR

MARIA ANDRÉA LOYOLA

ABILIO AFONSO BAETA NEVES

1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001

**1951–1964**

A Capes em  
tempos de  
Anísio Teixeira

Nessa fase inicial, é marcante a presença de ANÍSIO TEIXEIRA, não apenas como o grande idealizador da Capes, mas também como formulador de sua política institucional e definidor de seu padrão intelectual. Do mesmo modo, destaca-se ALMIR DE CASTRO no papel de executor. Os primeiros anos são de estruturação, de planejamento das ações, de organização e composição do corpo de funcionários, de contato com instituições estrangeiras congêneres. A concessão de bolsas de estudos cresce progressivamente, até afirmar-se como atividade de maior peso dentro da agência, em detrimento das atividades de fomento.

## ALMIR DE CASTRO

**ALMIR GODOFREDO DE ALMEIDA E CASTRO** nasceu em Salvador (BA), em 4 de dezembro de 1910. Cedo sua família transferiu-se para o Rio de Janeiro, cidade onde realizou seus estudos e veio a se formar pela Faculdade Nacional de Medicina em 1931. Nesse mesmo ano tornou-se professor-assistente da cadeira de medicina tropical e mais tarde da cadeira de física biológica na mesma instituição. Após rápidas passagens pelo Centro Internacional de Leprologia (1934–36), pela Diretoria do Serviço de Saúde Pública do antigo Distrito Federal e pelo Serviço de Estudo das Grandes Endemias do Instituto Oswaldo Cruz, viajou em 1941 para os Estados Unidos, onde obteve o grau de mestre em ciências pela Universidade Johns Hopkins. Retornando ao Brasil no ano seguinte, assumiu a direção do Serviço Nacional de Peste do Ministério da Educação e Saúde, onde permaneceu até 1954, quando foi nomeado diretor-executivo da Capes. Foi também vice-presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura-IBECC (1962–63) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF (1963–64). No início de 1964 assumiu, a convite de Anísio Teixeira, a vice-reitoria da Universidade de Brasília, que acumulou com as funções na Capes, sendo exonerado dos dois cargos logo após o golpe militar de março de 64. Foi também diretor-executivo adjunto do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, consultor-geral e diretor das Faculdades Cândido Mendes, também no Rio.

Sua entrevista foi concedida a Maria Clara Mariani, Ricardo Guedes F. Pinto e Simon Schwartzman em abril de 1977, para o projeto *História da Ciência no Brasil*.

## ANÍSIO TEIXEIRA

O baiano Anísio Teixeira (1900–71) formou-se em direito no Rio de Janeiro (1922), mas foi como pedagogo que teve sua atuação reconhecida. Após experiência no governo da Bahia (1924–28), quando promoveu a reforma do ensino naquele estado, foi para os Estados Unidos, onde estudou na Universidade de Columbia e travou contato com John Dewey, que o influenciou decididamente. No Brasil, trabalhou no Ministério da Educação e Saúde (1931) e na Prefeitura do Distrito Federal, durante o governo Pedro Ernesto (1931–35), tendo sido diretor-geral da Instrução Pública (1931–33) e do Departamento de Educação e Cultura (1933), além de secretário-geral de Educação e Cultura. Foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em defesa da escola pública, gratuita, laica e obrigatória, junto com Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros (1932). Como secretário de Educação do DF, sua iniciativa mais ousada foi a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935. No final desse ano foi afastado do cargo, acusado de envolvimento na revolta comunista de novembro. Conselheiro da Unesco a partir de 1946, foi secretário de Educação da Bahia (1947–50). Fundador e diretor-geral da Capes (1951–64), dirigiu também o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1952–64). Em 1963 foi nomeado reitor da Universidade de Brasília, da qual foi afastado pelo golpe militar de 1964. Nos anos seguintes, lecionou em universidades americanas. Ver *DHBB* e as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, AMADEU CURY, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER e REINALDO GUIMARÃES, neste volume.

### QUANDO O SENHOR FOI TRABALHAR NA CAPES?

**A** Capes foi criada em julho de 1951, como uma comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde — o ministro era o baiano Simões Filho. Quando o Ministério foi desmembrado em dois em 1953, a Campanha ficou a cargo do Ministério da Educação.<sup>1</sup> Eu trabalhava no Ministério e, embora fosse médico de formação, preferi passar para os quadros da Educação; logo no início de 54 fui para a Capes, onde fiquei até 64.

## O grande inspirador da Capes foi Anísio Teixeira, que sempre teve a preocupação de formar quadros para as universidades brasileiras.

Anísio era dos poucos homens do Brasil dotados de imaginação. Ele foi um catalisador, um incentivador e fez renascer um estímulo para a universidade, fazendo com que ela iniciasse trabalhos, rumos e caminhos que não tinham sido trilhados. A inventividade de Anísio se fez sentir desde a origem da Capes, pois ele a concebeu como um órgão ligado ao Ministério da Educação, mas também à Presidência da República. Assim, tínhamos um *status* bem flexível: o Ministério não se metia conosco, e o fato de trazer escrito nos formulários “órgão da Presidência da República” nos dava algum prestígio, embora as verbas não fossem muito extensas.

### COMO FOI ESTRUTURADA A CAPES?

**Anísio** Teixeira era secretário-geral. Nesse tempo ele era também diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que tinha mais quatro subcentros no Brasil, além de professor de filosofia da educação. Em cada um destes órgãos havia um *acting director*, que na Capes era eu, no cargo de diretor de programas. Tínhamos uma organização um pouco *ad hoc*; não nos prendíamos muito a regras rígidas. Havia um esquema de normas que nos permitia não atendermos àquilo que achássemos não ser bom, apenas para constar, mas na verdade éramos suficientemente flexíveis para atender a quase tudo. Nosso único obstáculo era, naturalmente, a escassez de verbas, mas mesmo assim ainda pudemos fazer um trabalho muito interessante.

### QUAL FOI SUA PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO?

**Desde** minha ida para a Capes procuramos trabalhar no sentido, primeiro, dos cursos de pós-graduação. Na verdade, essa questão também começou de uma maneira um pouco selvagem, porque na minha opinião, uma das maneiras de fazer uma coisa boa é começar sem muita disciplina. Decidimos nos dedicar ao treinamento no país, em contrapartida aos clássicos “aperfeiçoamentos no exterior”, que acarretavam uma série de problemas, entre os quais o *dépaysement* das pessoas que ficavam três ou quatro

<sup>1</sup> Criado em 1930, depois da vitória da Revolução, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado em 1953, no segundo governo Vargas (1951–54). O primeiro ministro da Educação foi o baiano Antônio Balbino. Ver, a respeito, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, coord. por Alzira Alves de ABREU, Israel BELOCH, Fernando LATTMAN-WELTMAN e Sérgio Tadeu de Niemeyer LAMARÃO. Rio de Janeiro, Editora FGV/CPDOC, 2001, 5 v., designado daqui em diante pelas iniciais DHBB.

anos perseguindo o doutorado e, quando voltavam, não encontravam campo para desenvolver a área específica em que foram estudar.

Na Capes decidimos aproveitar os grandes centros nacionais, daí as expressões “centro de excelência” e “ilha de excelência”, criação nossa. Na época, o Brasil não possuía as 60 ou 80 universidades que tem hoje, esta proliferação foi feita através de lei do Congresso, mais ou menos no apagar das luzes do governo Juscelino;<sup>2</sup> de meados de 1960 a janeiro de 61 criaram-se todas estas universidades, resultado da soma de faculdades isoladas, absolutamente díspares e heterogêneas, que existiam em cada estado e foram reunidas em universidades. Organizamos estes centros regionais de treinamento em determinados setores e, como vivíamos sob o moto “Educação para o desenvolvimento”, as prioridades seriam aquelas que levassem ao desenvolvimento, as mais importantes para que ele fosse alcançado.

Considerávamos que a medicina e a biologia já eram tradicionalmente atendidas por fundações como a Rockefeller e outras. A classe médica já era mais ou menos autônoma e não precisava de um órgão para fornecer bolsas e mandar pessoas ao exterior; era muito comum naquele tempo encontrar médicos “com prática em hospitais de Viena, Paris etc.”. Curiosamente, isto até constituiu um problema para nós da Capes em certa época, uma vez que o presidente Juscelino era médico, o ministro da Educação, Clóvis Salgado, era médico e eu próprio, diretor de programas da Capes, também era. De toda maneira, porém, cortamos a medicina deste contexto. A área já era considerada atendida; por isso, atendíamos principalmente ao que, na época, se achava que contribuía para o desenvolvimento.

#### ÁREA DE TECNOLOGIA, CIÊNCIA APLICADA?

Não exclusivamente. Está claro que não considerávamos o desenvolvimento uma coisa estanque, que se atendia apenas com tecnologia e ciência. Sabíamos que há um contexto de interação de todas as coisas e, por isso mesmo, atendíamos também áreas como ciências sociais, que era um setor abandonado; a Capes foi a primeira agência a se preocupar com as ciências sociais.

#### A PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE NÍVEL SUPERIOR PARA ATENDER AO DESENVOLVIMENTO ERA UMA IDÉIA DE ANÍSIO TEIXEIRA?

Isso era moda, estava no ar. Não só os economistas começavam a ter certa influência, mas nós mesmos considerávamos que, se contribuíssemos para o avanço do desenvolvimento econômico, outras coisas viriam inexoravelmente. Se o país se enriquecesse poderia produzir boas universidades, boas oportunidades de pesquisa. Mas não seria a educação que geraria isso, pois seus resultados só seriam medidos após um processo lentíssimo. Já havia pessoas, como Theodore Schultz, defendendo a importância da educação como fator de desenvolvimento econômico;<sup>3</sup> sabíamos que isso era importante, mas a longo prazo. Já estávamos, então, certos da falácia da tese que defendia a prioridade do ensino primário para só depois começar a pensar no secundário e, mais tarde ainda, no superior. Sabíamos que tínhamos que desenvolver mais o ensino superior, um pouco

<sup>2</sup> Entrevista realizada em abril de 1977.

<sup>3</sup> Theodore William Schultz (1902–98), economista americano, professor da Universidade de Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1979), destacou-se como teórico do “capital humano” e do papel da educação no desenvolvimento econômico e social das nações. No Brasil, estes conceitos estiveram presentes no projeto educacional do regime pós-64, particularmente na reforma do ensino superior (1968) e do ensino médio (1971). Foram publicados no Brasil, entre outros livros, *Investindo no povo: o significado econômico da qualidade da população*, Rio, Forense, 1981, e *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, Rio, Zahar, 1973. Ver, a respeito, SANDRONI (1999).

para *brûler les étapes* e começar a atender aos setores mais necessitados: indústria, tecnologia aplicada etc.

Nessa época ainda fazia muito sucesso a idéia de que o Brasil era um país agrícola e precisava de agrônomos. As pessoas esqueciam que é o desenvolvimento da agronomia que exige mais agrônomos e mais competentes; a simples existência de agrônomos não vai ajudar diretamente o desenvolvimento da agricultura. Outro exemplo: se começássemos a formar engenheiros especializados em automóveis antes da implantação da indústria automobilística, estaríamos gastando dinheiro para formar profissionais que teriam que emigrar para a Europa e para os Estados Unidos, porque aqui não se iria criar uma indústria automobilística apenas pelo fato de existirem engenheiros especializados em motor de automóvel.

Embora não fosse um homem de pensamento estatístico e matemático, Anísio se preocupava muito com a necessidade de formação de mão-de-obra de nível superior para enfrentar os desafios do desenvolvimento.

Ele tinha certo horror à idéia das coisas gerais, não aceitava a idéia de média de uma coisa; tendia mais a estudar uma organização específica como ela era, e estudá-la em profundidade. Já nós outros do *staff* nos preocupávamos com a média, o padrão existente; cultivávamos a idéia de que devíamos desenvolver quantitativamente a universidade, para depois desenvolvê-la qualitativamente.

#### ANÍSIO TEIXEIRA TINHA ALGUM PENSAMENTO

#### A RESPEITO DA CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE?

Ah, era bastante favorável ao modelo da universidade americana — até determinado momento, foi fanático pelos Estados Unidos. Não sei se conhecem bem sua trajetória. Anísio foi educado por padres na Bahia, por isso tinha uma fé inabalável; ia dedicar-se à vida religiosa. Só comia aquilo de que não gostava, para se acostumar à punição e à privação; era um homem de passar a noite ajoelhado, de se contrariar em tudo por fé. Tinha uma fé inquebrantável e era estudioso, ao mesmo tempo, de filosofia, cristianismo, religiões em geral. Mais tarde, quando começaram a acusá-lo de comunista, ele reagiu: “Essas pessoas estão pensando que sabem o que é fé, mas eu sei muito mais a respeito.”

Enfim, não sei se foi uma manobra inocente ou não, mas seu pai exigiu que, antes de fazer os votos, ele passasse um ano na Europa, e Anísio aceitou; fez da viagem uma peregrinação. Obteve licença das mais altas autoridades da Igreja para visitar lugares santos, penetrar em recintos proibidos aos leigos, fez uma *via crucis* de fé, refez o roteiro de santos. E nesta

história toda, acabou perdendo a fé. Por que meandros e mecanismos, ele nunca esclareceu, mas perdeu totalmente a fé.

A partir daí, voltou-se muito para os aspectos teóricos e pragmáticos da educação. Era um imenso admirador de John Dewey, da Escola Nova,<sup>4</sup> da escola inglesa, abrangente. Era também um grande conhecedor da história dos Estados Unidos; eu próprio o vi dar lições em almoços e reuniões com figurões americanos que nos visitavam. Anísio gostava muito do padrão da universidade americana e achava, com razão, que os Estados Unidos tinham feito, a partir dos *land-grant*, a revolução da educação superior;<sup>5</sup> quanto à Europa, considerava que estava em decadência, no crepúsculo. Ele possuía uma idéia americana de universidade, de pesquisa e de um ensino muito mais flexível, com uma diversificação e variedade que não existiam aqui. O Brasil adotava cursos seriados, currículos rígidos, agregando-se sempre mais coisa, sem nunca cortar nada — vício que ainda aflige a universidade brasileira, essa é a verdade.

#### QUAL ERA A OPINIÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA QUANTO À MASSIFICAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL?

Era inteiramente contrário; achava que tudo deveria ser muito bom desde o início. Nós do *staff* é que achávamos — e eu ainda acredito nisso — que não tem a menor importância haver cem escolas de economia no Brasil, embora se pudesse, sem prejuízo, fechar a metade. Mas se houver cem escolas de engenharia e só 20 forem muito boas, ainda assim está tudo OK. Com a vastidão do Brasil, com a diversificação de trabalho que existe, há tarefas para engenheiro que só sabe fazer fossa e pavimentação e tarefas para o engenheiro criador, que vai fazer uma pesquisa, um trabalho tecnicamente sofisticado, que realmente vai introduzir uma coisa nova, ser um grande professor e tudo o mais. Há tarefas para todos.

Evidentemente, uma pessoa só vai cursar uma universidade ruim se não puder ir para uma melhor ou porque, naquele local, não há um corpo de professores capaz de oferecer um ensino melhor. Não é por má fé que se faz uma escola ruim, mas mesmo essas pessoas têm uma missão a cumprir. Entrei para a universidade em 1926, aos 15 anos, e já presenciei muita coisa; estou há tanto tempo nisso, que já vi faculdades que começaram muito fracas e hoje são boas. Agora, um estudante que passa cinco anos numa escola fraca e se forma engenheiro, talvez pudesse aprender as mesmas e poucas coisas num curso mais curto, digamos, de dois anos.

Nunca pudemos implementar esta idéia de cursos rápidos, porque queríamos formar bons corpos docentes. Tínhamos um *set* de qualificações, que não era nenhum computador, mas no qual ser docente era uma qualificação importantíssima; todo o nosso programa de treinamento era dirigido preponderante e prioritariamente para o pessoal docente, principalmente os jovens, que não eram irrecuperáveis.

#### SEMPRE HOUVE UMA TENSÃO ENTRE DOCÊNCIA E PESQUISA. ESTA PRIORIDADE AOS DOCENTES NÃO PREJUDICAVA A ATIVIDADE DE PESQUISA?

Não. Acreditávamos plenamente que não pode haver pesquisa sem ensino nem ensino sem pesquisa. Evidentemente, visávamos a esse binômio, e todo bolsista era um pesquisador em potencial, se já não fosse um quando

<sup>4</sup> John Dewey (1859–1952), filósofo e pedagogo americano, crítico da educação tradicional, que se propunha a rever e superar os erros do naturalismo e empirismo tradicionais, baseando-se no conceito da experiência e da aprendizagem. Foi grande sua influência no Brasil sobre o movimento de renovação da educação, conhecido como Escola Nova, principalmente por intermédio de Anísio Teixeira, seu antigo aluno em Columbia. Ver *MIRADOR* (1975).

<sup>5</sup> A criação das *land-grant universities* remonta a 1862, quando Abraham Lincoln assinou a Lei Morrill concedendo 30 mil acres de terra aos estados a cada representante que enviassem ao Congresso em Washington. Estas terras deveriam ser utilizadas na construção de universidades e constituição de dotes para seu sustento futuro; a segunda Lei Morrill (1890) iria proibir a discriminação racial nessas universidades. Justin Morrill, o autor das duas leis, pretendia que estas universidades educassem americanos comuns, servindo de base para a construção de uma sociedade próspera e democrática. De início, estas universidades privilegiaram o ensino de matérias mais objetivas como engenharia, mineração e agricultura, distinguindo-se das instituições tradicionais como Harvard e Yale. Ver *THE ECONOMIST* (31/05/2001).

obteve a bolsa. A pesquisa estava muito em moda no período em que estive na Capes, entre 1954 e 1964. Foi o período em que mais se salientou o binômio ensino-pesquisa; ele já existe como tema de cogitação e discussão há mais de 30 anos.

**A CAPES TAMBÉM FIRMOU UM CONVÊNIO  
PIONEIRO COM A FUNDAÇÃO ROCKEFELLER.**

**Sim.** Como não dávamos prioridade à área de medicina, no tocante à distribuição de recursos da Capes, firmamos convênios com a Fundação Rockefeller — depois esta passou para a Fundação Ford — e pudemos atender muito bem àquela área, porque eles tinham recursos bastante amplos. Pela primeira vez na história de sua atuação no Brasil, a Fundação Rockefeller confiou a uma instituição brasileira, a Capes, a execução dos projetos que queria desenvolver no país; demos início, então, a um programa de treinamento de pessoal docente.

**Sempre consideramos que a grande falha da universidade brasileira localizava-se no corpo docente.**

**P**reocupava-nos enormemente a qualidade dessa massa docente, dessas faculdades que iam se criando um pouco desordenadamente, sem uma formação regular. Naquele tempo, a carreira universitária não estava disciplinada como hoje, só havia o professor catedrático e os assistentes, livremente escolhidos por ele; não eram exigidas qualificações para tornar elegível uma pessoa para esses cargos. Assim, iniciamos um importante trabalho de treinamento de pessoal; escolhemos como centros regionais principalmente o Rio de Janeiro e São Paulo, mas também havia os de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

**Essas atividades disseminaram-se de tal maneira, que é muito difícil encontrar hoje uma pessoa no ensino superior e na pesquisa, de idade entre 40 e 60 anos, que não tenha tido um contato qualquer com a Capes; ou foram auxiliados com passagens quando tinham bolsa de outra organização, ou eram pessoas mandadas para o estrangeiro com bolsas integrais da Capes ou ainda tinham sido usadas por nós para treinamento de pessoal.**

**ALÉM DA CRIAÇÃO DOS CENTROS REGIONAIS DE  
TREINAMENTO, A QUE OUTRAS ATIVIDADES A CAPES  
SE DEDICOU EM SUA PRIMEIRA DÉCADA DE EXISTÊNCIA?**

**Fizemos vários *surveys*, vários levantamentos de faculdades, que creio terem sido os primeiros. Analisamos as faculdades de engenharia, de filosofia — naquele tempo eram faculdades de filosofia, ciências e letras —, de odontologia, de farmácia; enfim, foi um levantamento descritivo e**

analítico de toda a universidade brasileira, um estudo muito completo. Estas eram informações corriqueiras, mas que não existiam no país. Fizemos os primeiros anuários, os primeiros repertórios de faculdades e universidades. Fomos aprimorando, a ponto de passar a coletar informações sobre cada universidade: seu pequeno histórico, os cursos que oferecia. Depois elaboramos um repertório de professores, todos agrupados em especialidades, onde uma pessoa do exterior podia abrir o catálogo e ver, por exemplo, fitoquímica: ali estavam relacionadas todas as pessoas que trabalhavam no ramo no Brasil.

Fizemos também coisas que talvez fossem da seara do CNPq ou do IBGE, como o primeiro cadastro de instituições de pesquisa do Brasil. Era um cadastro muito abrangente; foi respondido por questionários, e às vezes, por visitas *in loco*, e refletia o que pensavam aqueles que se consideravam cientistas. É claro que, em duas mil pessoas ali arroladas, muitas não estavam fazendo ciência, mas pelo menos pensavam que estavam — e oficialmente estavam.

Estes indicadores saíam praticamente a cada ano e, além dos levantamentos das faculdades, fizemos alguns estudos importantes sobre a necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento. Fizemos um levantamento de todos os estados e territórios: geofísica, recursos naturais, comércio e indústria, administração. E um volume final sobre necessidades de mão-de-obra de nível superior.

**UMA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CAPES É A OFERTA DE BOLSAS DE ESTUDO OU O AUXÍLIO FINANCEIRO A BOLSISTAS DE OUTRAS AGÊNCIAS FINANCIADORAS. ISTO ACONTECIA DESDE O INÍCIO DA HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO?**

**Sim.** Apesar dos recursos reduzidos, a Capes sempre ofereceu bolsas de estudo no exterior e auxiliou na compra de passagens, por exemplo, para pesquisadores que não possuíam bolsa integral de outras instituições. Anualmente, cerca de 120 pessoas eram contempladas com auxílio e bolsas no estrangeiro; nunca pudemos oferecer mais de 20 bolsas integrais para o exterior, não havia recursos. As bolsas eram integrais e, no auxílio, incluíam-se passagens para pessoas que tinham bolsas não-integrais de países ou instituições. Por exemplo, nesse tempo o Instituto Tecnológico da Aeronáutica tinha um programa de treinamento de pessoal recém-formado, à frente do qual estava um professor inteiramente abnegado, que só vivia para isso. Por suas próprias relações, movimentava empresas, universidades, centros industriais dos Estados Unidos e da Europa; escrevia para essas instituições, solicitando bolsas e estágios. No fim do ano, tinha umas 30 ou 40 oportunidades de treinamento no exterior para oferecer a rapazes do ITA formados naquele ano ou no ano anterior, e a uma grande parte deles a Capes fornecia passagens.

Entramos muito em contato com os países que distribuíam bolsas. Por exemplo, a França tinha um número muito grande a oferecer, cento e tantas bolsas por ano; a Usaid, naquele tempo chamada de Ponto 4, também tinha um número grande,<sup>6</sup> assim como a Alemanha e o Canadá, além dos órgãos que mantinham programas de bolsas; todos se ligaram um pouco à Capes. Para alguns deles, nós mesmos é que fazíamos o anúncio e a seleção dos bolsistas — era o caso da Alemanha e do Canadá; em outros,

<sup>6</sup> Programa criado no governo Truman (1945–53) para promover a cooperação técnica entre os Estados Unidos e a América Latina; no Brasil, procurou abranger principalmente as áreas de administração pública, economia, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação e transporte. Na área de educação, dedicou-se à formação de professores que viessem por sua vez a formar profissionais para a indústria e promoveu a vinda de técnicos e professores americanos, além de conceder a brasileiros bolsas de estudos nos Estados Unidos, entre outros aspectos. Foi considerado por políticos, educadores e intelectuais um instrumento de controle político e ideológico dos Estados Unidos sobre o Brasil. Ver *DHBB* (2001).

<sup>7</sup> Formado pela Faculdade Nacional de Medicina (1931) e especializado em biofísica, Carlos Chagas Filho (1910–2000) foi diretor da Divisão de Pesquisas Biológicas do CNPq entre 1951 e 1954. Ver *LAROUSSE* (1977).

<sup>8</sup> Diplomado em história natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941), Crodovaldo Pavan (1919) foi presidente do CNPq entre 1986 e 1990. Ver *CPDOC* (1984).

<sup>9</sup> Antônio Moreira Couceiro, formado pela Faculdade de Medicina do Recife (1937), tornou-se membro do Conselho Consultivo da Capes, primeiro como representante da comunidade acadêmica (1963) e em seguida como presidente do CNPq (1964–70). Ver *CÓRDOVA* (1996). Manuel da Frota Moreira, diplomado pela Faculdade de Medicina (1940) da Universidade do Brasil, foi membro do Conselho Deliberativo e diretor-geral do Departamento Técnico-Científico do CNPq (1960–1974). Em 1963, representou o CNPq no Conselho Consultivo da Capes. Ver *CPDOC* (1984). Heitor Grillo, engenheiro agrônomo formado pela Escola Nacional de Agronomia (1920), foi vice-presidente do CNPq entre 1951 e 1954. Ver *COUTINHO* (1961).

éramos chamados a cooperar na seleção, porque todos sabiam que tínhamos praticamente nas mãos um universo de candidatos. Para a França, encaminhávamos candidatos, dávamos informações e participávamos da seleção; o mesmo acontecia com o Conselho Britânico.

Nesse tempo, o Itamaraty dava um auxílio complementar para quem tivesse bolsa abaixo de certo limite. Também lá havia uma comissão de bolsas da qual eu fazia parte, representando a Capes. Assim, num tempo em que havia certa limitação de candidatos, tínhamos a informação completa sobre o que se passava em matéria de candidaturas, qualificação de candidatos, o que nos permitia saber quem estava se candidatando a duas bolsas.

Tínhamos um grupo de pessoas que consultávamos a respeito de cada campo. Para selecionar pessoas da área de física, éramos ajudados pelo pessoal da USP e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, da UFRJ. Para a matemática tínhamos o pessoal do Impa, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada; gente da biologia como Carlos Chagas Filho,<sup>7</sup> Crodovaldo Pavan,<sup>8</sup> e assim por diante. O pessoal desses centros de excelência onde fazíamos treinamento já era um primeiro manancial de bolsistas; no Impa, por exemplo, sabíamos quem já estava maduro e esperando sua oportunidade para seguir para o exterior.

#### **A CAPES SOFRIA PRESSÃO POLÍTICA PARA CONCEDER BOLSAS?**

Naturalmente, recebíamos pedidos políticos e pessoais, mas fazíamos uma seleção muito *ad hoc*, muito informal. Recebíamos, por exemplo, uma carta de recomendação e telefonávamos para o signatário: “Você está recomendando mesmo ou é uma carta apenas para constar?” Tínhamos resultados bastante satisfatórios.

O sistema de seleção realmente funcionava, completamente isento de ingerências, de influência política ou de qualquer fator não acadêmico.

Aquele período era favorável a esse tipo de coisa; todo esse trabalho de articulação com os outros órgãos era feito de maneira informal, por relações pessoais e fora de qualquer laço institucional.

#### **COMO ERAM AS RELAÇÕES COM O CNPQ?**

Não eram institucionais, mas derivadas, como acontece muito no Brasil, de laços de amizade entre mim e os dirigentes do CNPq, como o prof. Antônio Moreira Couceiro e o prof. Manuel da Frota Moreira, diretor científico do CNPq, ou com o prof. Heitor Grillo, ou com diretores, presidentes, conselheiros.<sup>9</sup> Os contatos eram mais troca de informações, para orientação da política dos dois órgãos.

### HAVIA UMA DIVISÃO DE TRABALHO ENTRE A CAPES E O CNPQ?

**N**ão, nunca houve, como também nunca houve um entrosamento completo entre eles; portanto, havia duplicação. Com o conhecimento que tínhamos, cada um, do que o outro fazia, procurávamos evitar a duplicação, na medida que achávamos conveniente, porque às vezes não achávamos mesmo conveniente. Havendo tão pouco em matéria de bolsa, em matéria de auxílio universitário, informal, não tinha importância que mais de um órgão fizesse a mesma coisa. Porque, por mais que fizessem os dois órgãos num mesmo campo, não conseguiriam fazer nem 10% do necessário. A mim, pessoalmente, essa duplicação nunca preocupou muito.

Lembro que, muitos anos depois, Celso Barroso Leite passou a dirigir a Capes.<sup>10</sup> Ele trabalhara conosco durante vários anos, e quando dirigiu a instituição, preocupou-se muito com a duplicação de atribuições. Em conversa, eu lhe disse para não se preocupar tanto com isso, porque todos os órgãos brasileiros que se dedicavam àquelas tarefas não dispunham dos recursos necessários para atender às extensas necessidades nacionais. Não tinha muita importância que um fizesse o mesmo trabalho que o outro, contanto que estivessem articulados, porque aí não haveria propriamente uma duplicação.

### EM TERMOS DE VOLUME DE RECURSOS, A CAPES ERA MAIS IMPORTANTE QUE O CNPQ?

**N**ão, o CNPq tinha dez vezes mais recursos que a Capes, desde o início. O CNPq já nasceu como um órgão de amplitude muito maior que a Capes e tinha recursos muitas vezes superiores; a Capes foi um órgão um pouco experimental. Nasceu da amizade, do conhecimento e do respeito que tinha o ministro Simões Filho por Anísio Teixeira e que queria fazer a experiência de um órgão flexível, não sujeito às teias burocráticas, que pudesse dar um incentivo direto à universidade brasileira. Era um órgão que tinha muito pouco dinheiro. Lembro que no início de 1964 pleiteei e obtive um milhão de cruzeiros; na época, essa verba dava para fazer alguma coisa.

### QUANDO O BOLSISTA RETORNAVA AO BRASIL, RECEBIA ALGUM ACOMPANHAMENTO DA CAPES?

**S**im, porque a segunda coisa mais importante depois da seleção era ele ter garantido o aproveitamento de sua bolsa; isso, entretanto, era uma coisa que já nos escapava um pouco. Não tínhamos dúvida de que a seleção era muito bem-feita, porque se fazia com o aval e a participação das melhores pessoas. Em sua grande maioria, os bolsistas já estavam dentro do núcleo de uma escola ou centro de pesquisas. Todos estavam aptos a logo começar a absorver a experiência dos centros de treinamento, porque muito raramente mandávamos uma pessoa que não tivesse domínio da língua do país para onde ia. Mas em casos especiais, não deixamos de mandar um bolsista sem esta qualificação, e não nos saímos mal. Mandamos, mais de uma vez, pessoas ainda meio claudicantes, mas que chegavam e reforçavam seu inglês ou seu francês e se saíam muito bem, porque eram de alto calibre e apenas incidentalmente deficientes em idioma estrangeiro.

<sup>10</sup> CELSO BARROSO LEITE dirigiu a Capes entre dezembro de 1969 e março de 1974. Sobre a divisão de trabalho entre Capes e CNPq, ver, além de sua entrevista, as de SUZANA GONÇALVES e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

<sup>11</sup> Darci Ribeiro (1922–97) antropólogo, educador, político e escritor, formou-se pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946), atuou no Serviço de Proteção ao Índio (1952), foi docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956), diretor da divisão de estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1957) e idealizador e primeiro reitor da Universidade de Brasília (1961). Ministro da Educação (1962) e chefe da Casa Civil (1963–64) durante o governo João Goulart (1961–64), teve seus direitos políticos cassados após o golpe de 1964, exilando-se durante 12 anos. De volta ao Brasil (1976) foi reintegrado à UFRJ, eleito vice-governador do Rio de Janeiro (1983–86), acumulando com a Secretaria de Ciência e Cultura e o Programa Especial de Educação. Senador pelo PDT/RJ (1990), licenciou-se no ano seguinte, assumindo a Secretaria Estadual de Projetos Especiais de Educação. Em 1992 retomou as atividades parlamentares e foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Ver *DHBB* (2001).

<sup>12</sup> Ver a entrevista de SUZANA GONÇALVES, neste volume.

Para esta escolha realmente não havia problema, porque as pessoas eram bem selecionadas; provinham de uma escola onde havia orientadores informados sobre o que se passava lá fora, então tinham uma idéia muito exata de quem e com quem gostariam de trabalhar. Fazíamos todo esse trabalho anteriormente para eles: enviávamos as *applications*, que eram sistematicamente aceitas, tal o nível dos candidatos; nunca tivemos problemas nesse particular de aceitação de bolsistas.

**O PROJETO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA NASCEU A PARTIR DE DISCUSSÕES TRAVADAS NA CAPES. EM 1963, ANÍSIO TEIXEIRA É NOMEADO PARA O CONSELHO DIRETOR DA NOVA UNIVERSIDADE E O SENHOR, VICE-REITOR EM JANEIRO DO ANO SEGUINTE. ISTO SIGNIFICOU ABANDONAR A CAPES?**

Realmente, na Capes formou-se um grupo de pessoas interessadas em pensar as universidades. Sob a liderança de Darci Ribeiro, começaram os estudos e o planejamento da Universidade de Brasília.<sup>11</sup> Em setembro de 1963 Anísio foi nomeado para o Conselho Diretor da Universidade, mas foi apenas mais uma atribuição que ele assumiu, com o entusiasmo com que assumira todas as outras. Pelo meu lado, fui nomeado vice-reitor pouco depois, mas acumulei as funções na nova Universidade com os encargos na Capes. Apenas a carga de trabalho aumentou.

**M**as isto tudo durou pouco.

Em abril, os militares assumiram o poder, e Anísio e eu fomos exonerados de todas as nossas funções públicas.

O grupo vencedor indicou para dirigir a Capes a prof.<sup>a</sup> Suzana Gonçalves, ligada à PUC do Rio de Janeiro.<sup>12</sup> Apresentei-lhe um relatório detalhado sobre tudo o que se passava na instituição e, como estava tudo em ordem, encerrei meu período de dez anos na Capes com tristeza, mas com a sensação de missão cumprida.

# **1964–1974**

## Anos de crise e redefinição institucional

Logo nos primeiros dias de abril de 1964, **ANÍSIO TEIXEIRA** e **ALMIR DE CASTRO** são afastados da Capes. Assume a direção **SUZANA GONÇALVES**, ligada à PUC-RJ, mas até então sem qualquer vínculo com o ensino superior. Em maio, a agência é integrada por decreto ao Ministério da Educação e Cultura. O interregno entre a gestão de **SUZANA GONÇALVES** (1964–1966) e a de **CELSO BARROSO LEITE** (1969–1974) constitui um período de grande instabilidade institucional, no qual quatro diretores estiveram à frente da Capes. **CELSO BARROSO LEITE** retoma o processo de reestruturação da agência, adotando como tônica o esforço de racionalização e padronização administrativas.

# SUZANA GONÇALVES

**SUZANA GONÇALVES** nasceu em Santa Luzia (MG), em 22 de fevereiro de 1914. Com o fim do Estado Novo (1945), começou a atuar na Ação Católica, ministrando aulas nos cursos do Instituto Feminino, vinculado à PUC/RJ. Lecionou no Colégio Jacobina e no Colégio Santa Úrsula, assessorou a reitoria da PUC na divulgação das atividades da universidade e na redação de sueltos para serem publicados na imprensa católica. Foi diretora-executiva da Capes entre abril de 1964 e maio de 1966. Em 67, juntamente com o padre Antônio Geraldo Amaral Rosa e o prof. Paulo de Assis Ribeiro, implementou nova estrutura na PUC/RJ, onde mais tarde chefiaria a Biblioteca Central (1975-94).

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 09 de maio de 2001.

**A SENHORA ASSUMIU A DIREÇÃO DA CAPES EM 1964, E É RECONHECIDA POR TER CONDUZIDO A CASA COM HABILIDADE, EM MOMENTO PARTICULARMENTE DELICADO DA VIDA NACIONAL. COMO SE DEU SUA NOMEAÇÃO?**

Em primeiro lugar, devo dizer que sequer fui consultada se queria ou não ser diretora da Capes. Mas vou contar como as coisas se passaram. Sou mineira de Santa Luzia, e minha mãe pertence à família Viana, muito numerosa; entre seus membros estão o historiador Hélio Viana e sua irmã Argentina. Esta, que faleceu cedo, casou-se com Humberto de Alencar Castelo Branco, que em 1964 tornou-se presidente da República.

Foi o presidente que me indicou, foi assim que fui parar na Capes. Eu estava na PUC do Rio, e quando a coisa chegou aos meus ouvidos, foi como uma ordem peremptória: “Vá lá e tome posse.”

A atmosfera era essa, por isso tomei muitos cuidados ao chegar. Mas Deus ajudou, e as coisas funcionaram. Durante todo o tempo tive que lidar com um personagem meio misterioso, uma espécie de “olheiro” do SNI — eles estavam em todos os ministérios. No governo Castelo Branco o “olheiro” era também professor, uma pessoa que me dava a impressão de ser muito equilibrada e nunca permitiu absurdos e intromissões indesejáveis.

**A SENHORA TINHA ALGUMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ADMINISTRATIVO ANTES DE ASSUMIR A DIREÇÃO DA CAPES?**

Não. Anteriormente eu trabalhara na PUC, lecionando no Instituto Feminino, nos cursos de preparação cívica da mulher; era uma iniciativa vinculada também à Ação Católica. Comecei no final dos anos 40, depois do Estado Novo. As mulheres já tinham direito de voto e, talvez em decorrência disso, resolveram abrir cursos de preparação para um exercício cívico mais consciente. A partir dali, fui ministrar cursos análogos no Colégio Jacobina e depois no Santa Úrsula. A partir destes exemplos, outras instituições também passaram a oferecer cursos semelhantes. Posteriormente, fui convidada pelo então reitor da PUC, o padre Artur Alonso, para assessorá-lo no Setor de Intercâmbio da Universidade, o que me aproximou dos órgãos de comunicação do Rio.

**QUAL ERA O PERFIL DA EQUIPE DA CAPES, QUANDO A SENHORA ASSUMIU A DIREÇÃO?**

A Capes era pequenina, mas tinha um excelente quadro de pessoal. Curiosamente, não tinha funcionários próprios, e sim pinçados pelo fundador da Capes, o dr. Anísio Teixeira, em diversos organismos, principalmente nos vários institutos de previdência social.<sup>1</sup> Na área de administração e

<sup>1</sup> Sobre Anísio Teixeira, ver *DHBB* (2001), e, neste volume, as entrevistas de CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, AMADEU CURY, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER, REINALDO GUIMARÃES e especialmente a de ALMIR DE CASTRO.

contabilidade havia gente muito boa, sobretudo um economista, Domingos Vieira Gomes, absolutamente honesto e competente; o que ele assinava eu podia assinar depois, tranqüila.<sup>2</sup> Havia pessoas com nível superior, enquanto outras não possuíam diploma universitário mas haviam sido tão bem treinadas pelo dr. Anísio e pelo Almir de Castro, que passaram a exercer, com competência, as respectivas funções, quer na Seção de Programas — subdividida em setores de bolsas e auxílios aos cursos de pós-graduação —, quer na Seção de Avaliação e Estudos, ou ainda na parte administrativa.<sup>3</sup>

#### **A SENHORA JÁ CONHECIA ANÍSIO TEIXEIRA?**

**N**ão, só o vi uma vez na vida. Eu já dirigia a Capes e creio que em 1965 houve um seminário intitulado “A educação que nos convém”. Ele estava presente. As pessoas que se sentiam responsáveis pela educação no Brasil entenderam que naquele momento de transição e de tanta dificuldade, era necessário discutir os problemas da educação. E o seminário foi muito bom, freqüentado com grande interesse; foi promovido por um grupo de universidades, inclusive a PUC. Esta foi a única oportunidade em que me encontrei com o dr. Anísio. Fui relatora do tema Estrutura da Universidade, e ele compareceu à minha exposição.

#### **QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE A SENHORA ENFRENTOU AO CHEGAR À CAPES?**

**C**omo inúmeros outros organismos governamentais, a Capes era uma campanha mantida com recursos transferidos da Casa Militar da Presidência da República. O dr. Anísio Teixeira certamente sabia que, embora esdrúxulo, o caminho era o mais seguro, pois a dotação era muito pequenina, e o tempo todo ele lutou tremendamente para aumentá-la. Nisso, sobreviveu a Revolução de 64 e — não tenho documentos sobre isso, sei apenas de oitiva — no primeiro momento houve um movimento para extinguir a Capes. Mas professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobretudo Paulo de Góis e Amadeu Cury, puseram-se em campo para convencer o governo de que isso, positivamente, não devia ser feito.<sup>4</sup>

**F**elizmente, o ministro Flávio Suplicy de Lacerda foi sensível à argumentação e teve o discernimento de manter a instituição funcionando. Resolveu criar a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, englobando a Capes, a Cosupi, Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos, e o Protec, Programa de Expansão do Ensino Tecnológico.<sup>5</sup> A Capes, embora pequenina, foi pioneira e desbravadora, indicando o que era necessário fazer, sobretudo naquela época, para preparar o pessoal de nível superior.

**P**ortanto, a Capes, campanha dotada de recursos modestos para distribuir bolsas, passou a ser uma agência de pós-graduação, e não por mérito exclusivamente meu. Aliás, o ministro Suplicy tinha qualidades muito positivas, como pude notar durante sua passagem pelo Ministério — eu não o conhecia, sendo ele paranaense.

#### **ANTES DE 1964, A FUNÇÃO DA CAPES ERA ESSENCIALMENTE A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO?**

**A**penas isso. E em diminuta quantidade, porque a dotação era muito pequena. A intenção era doar 120 bolsas por ano, mas a quantidade não

<sup>2</sup> Domingos Vieira Gomes exerceria durante anos as funções de diretor administrativo da Capes. Ver CÓRDOVA (1996).

<sup>3</sup> Sobre os anos iniciais da Capes, ver a entrevista de ALMIR DE CASTRO, neste volume, além de CÓRDOVA (1996).

<sup>4</sup> Ver a entrevista de AMADEU CURY, neste volume.

<sup>5</sup> O Decreto nº 53.932, de 26.05.1964, transformou a Capes na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão do Ministério da Educação e Cultura. Além de vinculá-la à política da educação superior do país, através da Diretoria do Ensino Superior, o decreto também lhe atribuía as funções da Cosupi e do Protec. Ver CAPES (1965).

<sup>6</sup> Sobre a transmissão do cargo, ver a entrevista de ALMIR DE CASTRO, neste volume.

chegava a 20. Por sua vez, a Cosupi tinha sido criada durante o governo Juscelino pelo prof. Ernesto de Oliveira Júnior, visando estimular os centros de excelência através de dotações financeiras para a aquisição de equipamentos, material bibliográfico e demais recursos indispensáveis ao exercício da docência em nível superior. Já o Protec era uma anomalia. Foram abertos cursos de engenharia onde houvesse espaço, sem anuência prévia do Conselho Federal de Educação, sem dotação orçamentária nem vínculo com universidades públicas; eram escolas isoladas. Como todos os orçamentos foram contingenciados, era preciso tomar providências para que os estudantes não perdessem o ano nessas escolas, que não tinham competência jurídica para diplomar; portanto seus cursos não tinham validade.

**A CAPES ERA OBRA DE ANÍSIO TEIXEIRA, EDUCADOR ALTAMENTE RESPEITADO, MAS CONSIDERADO HOMEM DE ESQUERDA E ADVERSÁRIO DO REGIME. NOMEADA PELO GOVERNO MILITAR, QUE AMBIENTE A SENHORA ENCONTROU NA AGÊNCIA?**

Encontrei um ambiente naturalmente suspicaz, com todo mundo esperando o pior; o dr. Anísio era considerado por muitos um comunista. Grande equívoco, pois era discípulo de Dewey, altamente discreto e requintadamente civilizado. Não me recebeu no órgão, mas lá estava o dr. Almir de Castro, seu braço direito, pessoa cheia de qualidades. Quando cheguei, ambos muito constrangidos, ele me mostrou tudo: a casa estava na mais perfeita ordem. Depois que me informou sobre a programação do orçamento, que teria que ser revisto para serem aplicados os cortes previstos pelo contingenciamento, agradei a gentileza da recepção e da exposição e pedi: “Tenho um último favor a lhe solicitar: que o senhor adapte essa programação às novas normas orçamentárias.” Ele ainda argumentou que não poderia fazê-lo da noite para o dia. Respondi: “O senhor terá uma semana. Nesse prazo, acredito que poderá ser feito.”

**Eu tinha que mostrar à Capes que não estava ali como pára-quedista, para uma caça às bruxas.**

Aquele era um órgão de educação da maior responsabilidade, e não se deveria agir de forma contrária.

Eu já tinha tomado posse no gabinete do ministro, mas ainda não houvera a transmissão de cargo. Esperei uma semana e voltei para ver o resultado da tarefa atribuída ao dr. Almir e só então comecei a trabalhar.<sup>6</sup> Imediatamente, pedi uma auditoria do Ministério da Educação; já sabia que estava tudo em ordem, mas queria que todo mundo também tomasse conhecimento disto. Para minha felicidade, o Ministério mandou o próprio diretor da Divisão de Orçamento, Pedro Karan Zuquim, um rapaz de 29 anos, extremamente competente e equilibrado, que examinou tudo e aprovou.

O passo seguinte, mais difícil, foi uma exposição de motivos ao ministro da Educação, a fim de resolver o problema do Protec pois, como disse, era a única forma de aqueles jovens não perderem anos de vida; era preciso fornecer recursos e solucionar o problema dessas pretensas escolas isoladas. O ministro acolheu minha exposição de motivos, estimou que seriam necessários 800 mil cruzeiros para resolver a questão e encaminhou-a ao Congresso — já que se tratava de uma dotação extraordinária, precisava de aprovação parlamentar —, e as decisões até que não demoraram. A partir daí, plantei-me no Ministério da Fazenda até que o ministro Bulhões me recebesse. Não havia dinheiro, mas fez-se um entendimento com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e esses estudantes foram absorvidos. Em seguida, convoquei o Conselho Deliberativo da Capes, a fim de estudar a reordenação da instituição, de forma a transformá-la em agência de pós-graduação e a fixar critérios para a aplicação de seus recursos. O Conselho atendeu, e as coisas ficaram bastante organizadas nesse primeiro momento. Em maio de 64 um decreto redefiniu o papel da Capes, suas atribuições e estrutura; com isso, pudemos tentar fazer uma administração planejada.<sup>7</sup> De outro lado, solicitei ao Conselho Federal de Educação que fixasse a dotação da Capes — era de sua competência.

#### A SENHORA MONTOU UMA EQUIPE PRÓPRIA?

**Não.** Trabalhei com a equipe que encontrei lá, pessoas requisitadas pelo dr. Anísio em vários órgãos da administração pública. Ele formou uma equipe pequena mas altamente qualificada, muito boa mesmo, que permaneceu na casa depois da Revolução, felizmente. Passado pouco tempo da minha chegada, sua secretária, Carolina Paixão, pediu para falar comigo — ela era funcionária de um dos institutos de previdência: “D. Suzana, estou meio encabulada, porque todos tínhamos decidido, quando a senhora chegasse, pedir reversão aos órgãos de origem. Agora ninguém vai mais partir. Quero pedir desculpas, mas há uma vaga lá no instituto, e tenho direito a disputá-la. Sou arrimo de família e não posso me furtar a isso.”

**Foi aí que fiquei sabendo que havia toda uma resistência mesmo, uma intenção de todos saírem. Vocês já imaginaram se isso tivesse acontecido?! Era uma equipe muito boa, e a debandada teria desmontado totalmente a Capes. Foi com base nessa equipe que se pôde fazer um trabalho decente, objetivo, integrado em processos indispensáveis para o crescimento do país. Eram pessoas responsáveis, que tinham um compromisso sentimental com aquele organismo, criado por alguém altamente respeitável, com quem eles se davam admiravelmente bem. A intenção de voltar aos órgãos de origem era uma forma de solidariedade ao dr. Anísio Teixeira.**

**Quando deixei a diretoria executiva da Capes, em 1966, um dos primeiros telefonemas que recebi foi do Almir de Castro. Além disso, recebi em casa uma coleção de livros, uns quatro ou cinco livros do dr. Anísio, todos com dedicatória e um cartãozinho, gesto que interpretei da seguinte maneira: “Obrigado por você não ter destruído minha obra.” Isso foi muito confortador. Também recebi, posteriormente, por proposta do ministro Passarinho, a condecoração da Ordem Nacional do Mérito Educativo. Mas considero o gesto do dr. Anísio o maior penhor de minha passagem pela Capes.**

<sup>7</sup> Pelo Decreto nº53.932, de 26.05.1964, o poder decisório se transferiu para o Conselho Deliberativo, integrado por nove membros com mandato de três anos, todos indicados pelo ministro ao presidente da República. O ministro da Educação, membro nato juntamente com o diretor de Ensino Superior do MEC e o presidente do CNPq, presidia o Conselho Deliberativo. Já o Decreto nº 54.356, de 30.09.1964, determinava que o diretor executivo deixava de fazer parte do Conselho Deliberativo, ficando seu papel associado basicamente à direção operacional da agência. Ver Córdova (1996).

<sup>8</sup> O médico Clóvis Salgado (1906–1978) foi ministro da Educação e Cultura entre 1956 e 1961 e membro do Conselho Federal de Educação, entre 1964 e 1968. Ver DHBB (2001).

<sup>9</sup> José Garrido Torres (1915–1974) presidiu o banco entre 1964 e 1967. Ver DHBB (2001).

<sup>10</sup> Em maio de 1982, o BNDE, criado em 1952, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As organizadoras do livro optaram pela atualização da sigla. Ver DHBB (2001).

**A AGÊNCIA CONTAVA COM RECURSOS****SUFICIENTES PARA CUMPRIR SUA MISSÃO?**

**N**ão, justamente porque acontecia o seguinte: havia naquela época três fundos a serem beneficiados — o do ensino primário, o do secundário e o do superior — mas os recursos para a educação eram tão mesquinhos que acabavam nos graus inferiores, não chegavam ao ensino superior. Por isso, recorri ao Conselho Federal de Educação, que detinha a competência de distribuição de fundos. A propósito, fui procurada na Capes pelo prof. Clóvis Salgado, ex-ministro e membro do Conselho, que perguntou o que eu queria.<sup>8</sup> Respondi: “Quero que o CFE fixe o valor de correspondência às atribuições à Capes. Não posso perder um ano que, inclusive, deve ser dedicado à composição da proposta orçamentária do exercício seguinte; numa economia de escassez, não se pode permitir o desperdício. Gostaria, pois, que o pouco que fosse, pudesse ser aplicado com garantia de retorno certo.” O esforço valeu, porque o CFE fixou a dotação. Só a partir daí é que a Capes pôde elaborar sua proposta de trabalho, ou seja, o orçamento-programa, a ser encaminhado ao ministro da Educação que, por sua vez, o submetia aos órgãos próprios, para análise e parecer, de forma a ser incorporado ao orçamento do Ministério.

O dr. Anísio havia tentado obter do BID um empréstimo de quatro milhões de dólares. Logo que tive conhecimento, considerei uma oportunidade imperdível.

Porém havia um obstáculo: o MEC não tinha competência para receber empréstimos externos sem o aval de uma instituição financeira. Procurei o dr. José Garrido Torres, presidente do BNDES, e argumentei que, para uma política de desenvolvimento, educação não é despesa, é investimento fundamental.<sup>9</sup> Sem este enfoque global do problema, a urbanização, que já se iniciara no país, correria o risco de transformar em favelização. O presidente do Banco, convencido, deu o aval de que a Capes necessitava.<sup>10</sup>

**A PUC LHE DEU ALGUM APOIO?**

**N**enhum. Acho que ela própria deve ter ficado espantada com minha nomeação e só a partir dali passou a refletir sobre o que era a Capes. Não tenho falsa modéstia, apenas Deus me ajudou, e as coisas deram certo. Consegui até mesmo mexer na folha de pagamento do pessoal, que ficava por conta dos órgãos de origem dos servidores cedidos à Capes; por isso, os salários, inclusive o do diretor-executivo, eram bastante exíguos.

**O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CAPES DE 1965****MENCIONA TAMBÉM UM EMPRÉSTIMO DA FUNDAÇÃO****FORD NEGOCIADO DURANTE SUA GESTÃO.**

**P**or tudo que já relatei, podemos concluir que o grande percalço da Capes

eram seus recursos orçamentários, indiscutivelmente exíguos. Competia a mim disputar novas verbas. Acontece que com a reestruturação da agência, passamos a participar como membro do comitê de julgamento dos pedidos de bolsas à Fundação Ford. Depois passamos a fazer a mesma coisa para o Conselho Britânico, um organismo alemão, o DAAD,<sup>11</sup> e um francês, o Cofecub.<sup>12</sup> Com essa aproximação maior, pedimos recursos à Fundação Ford — e recebemos, só não me lembro mais do montante. Mas sei que, por sugestão de um membro do Conselho Deliberativo, convidei para tomar conta do projeto o Nelson do Vale Silva, que prestou muitos serviços à Capes, e o dr. Nelson Libânio, que ficaram encarregados da parte de recursos extra-orçamentários.

Lembro que, de uma feita, chegou ao meu conhecimento que uma importante universidade estava investindo dotações da Capes no mercado financeiro, fraudando, portanto, cláusula do convênio por ela assinado e que determinava a pronta aplicação dos recursos. Considerava-se, certamente, acima de controles. Aí mandei os dois Nelsons, um por ser agressivo e o outro por ser bem tranqüilo, para ter com o reitor dessa universidade e conhecer suas explicações a respeito. Rapidamente, a universidade resgatou o dinheiro do mercado financeiro e passou a aplicá-lo conforme as determinações da Capes. Era isso, ou o convênio seria denunciado. Eu não estava lá para perseguir ninguém, mas não podia ser conivente com irregularidades. Lembro também que, tão logo houve o desembolso do empréstimo do BID, criamos na Capes um órgão específico para a aplicação daqueles recursos; era dirigido por um conselheiro indicado pelo Conselho Deliberativo, e os cheques seriam assinados por ele e pelo diretor-executivo. Com isso, conseguimos avançar bastante. Como se poderia negar recursos ao Instituto de Biofísica, por exemplo? Já tinha todas as credenciais para receber esses recursos, fortalecer sua posição e criar um curso de mestrado e, posteriormente, de doutorado. Com a microbiologia, a mesma coisa; eram institutos da UFRJ que tinham conceito internacional. Ou seja, esses recursos foram muito oportunos e fecundos para que pudéssemos estimular certas áreas em todo o país.

#### **HOUVE, PORTANTO, UMA AMPLIAÇÃO DOS OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO?**

Certamente, porque, com a incorporação da Cosupi, passamos a dispor de verbas de capital. Com isso e mais esses recursos extraordinários, pôde-se dar um impulso muito maior aos centros de excelência. Foi feito um levantamento — com visitas, inclusive — em todo o território nacional. Entretanto, as propostas aceitas tinham que demonstrar, preliminarmente, que aquelas escolas possuíam uma massa crítica de pessoal docente com titulação de pós-graduação e que já estariam credenciadas ou em vias de credenciamento pelo Conselho Federal de Educação.

#### **QUAIS ERAM AS ÁREAS MAIS PRIVILEGIADAS PELA CAPES?**

Ciências exatas e tecnologia, que englobava também a parte de agricultura. E um percentualzinho, só para não dizer que não havia nada, para as ciências humanas e sociais; foram sempre as preteridas.<sup>13</sup> É a tal história: é a imposição, a urgência do país, não há por que reclamar.

<sup>11</sup> Deutscher Akademischer Austauschdienst (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), mantido pelo governo da então República Federal Alemã (Ocidental). Ver [www.daad.de](http://www.daad.de).

<sup>12</sup> Acordo assinado em 1978 entre a Capes e o *Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil*, vem se constituindo no principal instrumento da cooperação universitária franco-brasileira. Implantado inicialmente para criar e fortalecer programas de pós-graduação em regiões como a Nordeste, ao longo de sua existência teve seu eixo deslocado gradualmente para as regiões Sul e Sudeste. Ver [www.education.gouv.fr](http://www.education.gouv.fr) e, neste volume, as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA.

<sup>13</sup> Em 1964 foram concedidas 14 bolsas no país, assim distribuídas: três para ciências básicas, três para tecnologia, oito para ciências médicas. E 12 bolsas no exterior: três para ciências básicas, quatro para tecnologia, dois para ciências médicas e três para ciências sociais. Segundo o relatório de 1965, a situação das ciências sociais só se alterou em relação aos 190 auxílios recebidos, quando obteve 65 (contra 32 para ciências básicas, 59 para tecnologia e 34 para ciências médicas). Ver CAPES (1965).

**A** Capes tinha uma assessoria de avaliação e estudos e a parte de administração, com gerência de pessoal e contabilidade. Seu pequeno grupo, embora já bastante tarimbado, deu um salto qualitativo, com esta infusão de dinheiro. Claro que não eram recursos que pudessem deslumbrar nenhuma instituição de Primeiro Mundo, mas para nós estava bastante bom.

#### COMO FUNCIONAVA A ASSESSORIA DE PROGRAMAS?

Era encarregada das bolsas oferecidas no país e no exterior e de auxílios a cursos de pós-graduação, sempre pensando na qualificação do professor universitário. Tanto assim que, pela própria vivência do problema dentro da Capes, chegamos à conclusão de que não se podia utilizar esses recursos apenas para administração, acompanhamento e reforço de necessidades dos cursos de pós-graduação, quer em equipamento, quer em material bibliográfico. Progressivamente fomos descobrindo que também era necessário destinar algum recurso para aplicar em cursos de atualização do corpo docente, bem como em cursos de nivelamento, para a garantia do proveito e homogeneidade das turmas.

#### ERAM OS CURSOS DE FÉRIAS?

**Exatamente.** Durante as férias, destinávamos uma verba para, digamos, a Universidade Federal de Pernambuco, classificada como epicentro, e Paraíba, Sergipe e Alagoas podiam enviar seus professores. A Capes contratava professores do Centro-Sul, que para lá iam, com o objetivo de dar esses cursos de atualização. Toda a nossa preocupação era com uma ênfase maior no efeito multiplicador, utilizando recursos disponíveis para abranger, cada vez mais, aqueles que não tinham possibilidade de fazer um mestrado; então, faziam os cursos de atualização.

**Além disso,** instituímos ainda os cursos de nivelamento. Analisando os currículos dos pretendentes a uma pós-graduação, identificavam-se disparidades entre eles.

No período das férias de verão, antecedendo o início das aulas, os candidatos a cursos regulares de pós-graduação submetiam-se ao nivelamento, nas próprias instituições por eles escolhidas para a realização dos mestrados.

Findo o curso, a entidade responsável por ele mandava um relatório à Capes com as apreciações e o nível de aproveitamento obtido de cada candidato; o Conselho Deliberativo analisava e julgava. É claro que, com esse processo, vencida a defasagem, passou a haver maior precisão na escolha dos candidatos e diminuíram bastante as perdas por incapacidade de acompanhar o curso de pós-graduação; isso agradou muito às universidades.

### **COMO A CAPES ANALISAVA OS PEDIDOS DE BOLSAS E DE AUXÍLIO?**

A palavra final era do Conselho Deliberativo, que detinha a competência da concessão. Assim, para não tomar tempo demais dos conselheiros, que muitas vezes se deslocavam de longe, para participar das reuniões — o prof. Helios Bernardi, por exemplo, era da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul — chegou-se a uma fórmula, resumida numa ficha de avaliação. Uma soma algébrica ia incorporando todos os dados que o colegiado considerava fundamentais, não apenas o histórico escolar, mas outros aspectos como o próprio currículo do candidato e os resultados dos cursos de nivelamento. Isso podia ser preenchido por funcionários da Capes, com uma avaliação de um a dez, mas a última análise era do conselheiro-relator, que depois submetia seu parecer à decisão do Conselho, deliberando em colegiado.

### **FOI INSTITUÍDO ALGUM TIPO DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS BOLSISTAS?**

Sim, eles passaram a enviar, obrigatoriamente, relatórios de atividades, e seus orientadores tinham que mandar uma ficha de avaliação. Se não enviassem em prazo adequado, a bolsa era suspensa, e às vezes até cortada. Com isso, fazíamos o acompanhamento do desempenho do bolsista. É bom registrar que os bolsistas assinavam um termo de compromisso, ao receberem a bolsa; uma de suas cláusulas os obrigava a retornar à instituição de origem, pelo prazo de pelo menos dois anos. Era a contrapartida do benefício recebido.

### **FOI TAMBÉM DURANTE SUA GESTÃO QUE COMEÇOU O DEBATE QUE RESULTOU NA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E DE SUA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, NÃO?**

Exatamente. A Capes contribuiu muito, porque havia recursos para a complementação salarial do pessoal docente; quem tivesse título de doutor, por exemplo, recebia um adicional. Foi uma novidade. Para ser professor de uma pós-graduação é preciso dar dedicação exclusiva, daí esse aporte, a título de complementação salarial, com exigência do compromisso de dedicação exclusiva.

### **COMO ERAM AS RELAÇÕES ENTRE A CAPES E A PUC? E ENTRE A CAPES E A DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR DO MEC?**

Quando cheguei à Capes, as relações eram muito residuais, porque os recursos, como salientei, eram pequenos. E, obviamente, a demanda tampouco devia ser muito grande, porque não havia ainda muita consciência do valor da titulação de pós-graduação. Só quando incorporou a Cosupi é que a Capes deslanchou e passou a funcionar realmente como agência de fomento à pós-graduação. Agora, diferente era o caso da DESu do MEC: seu diretor — na época era o prof. Raimundo Muniz de Aragão — presidia o Conselho Deliberativo da Capes. Portanto, no meu período sempre convivemos em harmonia. Da mesma maneira, relacionávamo-nos muito bem com o CNPq, cujo presidente também era membro do Conselho Deliberativo.

Há um detalhezinho que considero importante: na medida em que surgiram

<sup>14</sup> Sobre o assunto, ver, neste volume, as entrevistas de ALMIR DE CASTRO, CELSO BARROSO LEITE e EDSON MACHADO DE SOUSA.

<sup>15</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de DARCY CLOSS e CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

mais recursos, os candidatos a bolsistas passaram a se apresentar na Capes e no CNPq — e às vezes ganhavam bolsa das duas instituições! Combinei, então, com o prof. Manuel Frota Moreira, diretor científico do CNPq, que a reunião dos respectivos Conselhos para deliberar sobre bolsas fosse feita em épocas diferentes; o CNPq solicitou prioridade. Assim, seu comitê para julgamento dos processos de concessão de bolsas no país e no exterior passou a se reunir antes do nosso; deliberavam e nos enviavam a lista dos contemplados. Acabou a duplicação. Não podíamos admitir o expediente de somar frações.<sup>14</sup>

#### **POR QUE A SENHORA DEIXOU A DIREÇÃO DA CAPES EM 1966?**

Ficou impossível a convivência com o Conselho Deliberativo. Foram feitas algumas substituições na composição do colegiado e, positivamente, eu podia ceder em opiniões minhas, mas não em princípios meus. Agüentei até quanto pude. Estava tão exausta, tão tensa, que o dr. Nova Monteiro, sabendo do meu problema de coluna, me mandou o seguinte recado: “Tenho consultório na rua tal e atendo também no Hospital Miguel Couto; à hora em que você chegar, eu a atendo.”

Os maus vezos ainda continuaram a existir no Brasil, não é porque houve a Revolução que tudo mudou; ainda havia aquela tentativa de comércio entre os mais poderosos. O presidente Castelo Branco, do meu ponto de vista, tinha uma vocação realmente democrática, mas foi praticamente deposto pelo general Costa e Silva e a turma da caserna.

Enfim, houve um fechamento do regime político, as coisas se alteraram, e eu não estava mais me sentindo confortável naquele posto.

O governo Costa e Silva realmente endureceu, mas o seguinte foi pior, o do Médici. Apesar de seu ar tranqüilo, seu governo foi o pior de todos, inclusive com sacrifício de vidas. Quando voltei à Capes, como assessora de Programas, o agente do SNI não era mais aquele professor do período inicial, mas um militar. Para mostrar eficiência, fez um questionário: tínhamos que preencher o nome do bolsista, sua proveniência, seus compromissos com a Capes. Depois, para serem respondidas pelo bolsista, vinham umas perguntinhas, entre as quais uma totalmente risível: “Gosta de música? Quais são os seus autores preferidos?” Obviamente, se fosse um comunista de verdade, só responderia Mozart e Beethoven, porque era escolado, mas se não fosse e escrevesse Geraldo Vandré, estaria perdido. Como baixou o nível, que coisa incrível!<sup>15</sup>

**APÓS SUA SAÍDA DA DIRETORIA EXECUTIVA,  
A CAPES TEVE VÁRIOS DIRIGENTES, A MAIORIA POR UM  
CURTO PERÍODO. A SENHORA OS CONHECEU?**

Nem todos. Sei que, quando decidi sair, fui entregar meu pedido de exoneração ao ministro Pedro Aleixo, grande amigo de meu pai.<sup>16</sup> Ele não queria aceitar, e eu disse: “Ministro, só acredito num tipo de pedido de exoneração: o definitivo. Se cheguei a esse ponto é porque, realmente, não encontro saída.” Era Semana Santa, e ele ainda tentou: “É, mas depois de uma sexta-feira há sempre um domingo de Ressurreição.” Então, mandou lá em casa o prof. Mário Werneck, para conhecer os detalhes do problema; suponho que o ministro deva ter nomeado o prof. Mário Werneck como uma espécie de tampão. Logo depois, o prof. Muniz de Aragão assumiu o Ministério e nomeou como diretor da Capes o dr. Gastão Dias Veloso. Esses mandatos muito curtos devem ter prejudicado o andamento dos trabalhos na agência, e quem retoma uma certa estabilidade é Celso Barroso Leite.<sup>17</sup> Depois de sua saída, imagino que deva ter havido uma certa crise, porque ninguém pode gerenciar a Capes sem continuidade, numa rotatividade permanente. Com a transferência para Brasília e a gestão de Darcy Closs, as coisas se normalizam. Sei que o Cláudio de Moura Castro ficou três anos, e o Edson Machado de Sousa sete anos, um bom tempo.<sup>18</sup>

#### QUANDO A SENHORA VOLTOU À CAPES?

Em 1970, como assessora de Programas, a convite do dr. Celso Barroso Leite, então diretor-executivo. Mas, posteriormente, ele recebeu um convite para um cargo no Ministério do Trabalho e se transferiu para lá. Fiquei na Capes até o Natal de 1975, e muita coisa que não tinha conseguido fazer como diretora-executiva, vim a fazer quando voltei como assessora de Programas.

Mas, em 1975, saí definitivamente. A Capes tinha sido transferida para Brasília, e minha missão estava cumprida. O novo diretor-executivo indicado era Darcy Closs, e por sua iniciativa, fui designada diretora-executiva substituta, já que ele teria que ficar em Brasília, organizando a instalação da agência naquela cidade. Assim, fiquei exercendo também essa função por algum tempo. Nessa fase, eu sempre dizia aos funcionários: “Brasília é a capital. A Capes não pode ficar no Rio a vida inteira.” Durante certo tempo, eles ainda ficaram mais ou menos tranquilos. Mas a hora foi chegando, e só se encontrava gente estressada. Este foi um dos preços da mudança da capital.

#### A CAPES JÁ TINHA UMA EQUIPE PRÓPRIA DE FUNCIONÁRIOS?

Sim. Quem fez isso foi o dr. Celso Barroso Leite, que resolveu transferir definitivamente para a Capes quase todos os funcionários nela lotados; assim, todos eles teriam que ir para Brasília ou pedir demissão, o que seria uma coisa terrível. Muitos foram, outros não. Agora, como a Capes foi dos últimos órgãos do Ministério da Educação a se transferir, pessoas vinculadas a outros órgãos do MEC vinham pedir para ficar na agência, porque certamente ela permaneceria no Rio, já que o CNPq iria permanecer.

#### POR QUE O CNPQ RECEBEU TRATAMENTO DIFERENTE DA CAPES?

Porque, obviamente, sua argumentação foi aceita pelo governo. Hoje existe um escritório em Brasília, mas sua sede continuou no Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> O mineiro Pedro Aleixo (1901–75) foi ministro da Educação no governo Castelo Branco, entre janeiro e julho de 1966, quando foi escolhido pela Arena candidato a vice-presidente da República, na chapa do general Costa e Silva. Ver *DHBB* (2001).

<sup>17</sup> CELSO BARROSO LEITE tomou posse em dezembro de 1969. Ver sua entrevista, neste volume. Além dos citados por SUZANA GONÇALVES, foram também diretores da Capes neste período, Néelson Brandão Libânio (abr.-maio/67), como interino; Mário Werneck de Alencar Lima (maio/67–fev./69), Néelson do Vale Silva (fev.-nov./69) e Jeferson Andrade Machado de Góis Soares (set.-dez./69).

<sup>18</sup> Ver as entrevistas de DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

**QUAL É SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PAPEL DA CAPES?**

**A** Capes é uma agência governamental com uma *performance* de eficiência ao longo de sua história, não pode ser fechada ao bel-prazer do governante do dia. É triste a gente ver quanta gente incompetente chega, por via política, a postos de comando neste país, com a capacidade de destruir o que levou tanto esforço e dedicação para ser construído.

A Capes é uma das alavancas do progresso do Brasil, tanto mais indispensável quando se inicia a era da sociedade do conhecimento.

## **CELSO BARROSO LEITE**

Natural de Santo Antônio de Pádua (RJ), onde nasceu a 6 de novembro de 1917, CELSO BARROSO LEITE formou-se em direito na Faculdade de Direito de Niterói, e mais tarde em jornalismo, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Cedo ingressou no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários-IAPI, de onde se licenciou em 1957 para trabalhar com Frederico de Sousa Rangel na Capes, permanecendo até 1964. De volta à Previdência Social, onde se aposentou como procurador, foi assessor técnico da comissão criada para estudar a reformulação da previdência social (1964); relator-geral da comissão que elaborou o projeto de lei que incluía o seguro de acidentes do trabalho na previdência social e presidente da comissão que preparou a regulamentação da lei. Com a posse de Jarbas Passarinho como ministro do Trabalho e Previdência Social, em março de 1967, assumiu a Secretaria-Geral da pasta, nela permanecendo até o final do governo Costa e Silva. Neste período exerceu, entre outras funções, a coordenação das comissões de Intercâmbio Internacional e de Acordos Internacionais de Previdência Social, e foi assessor da Coordenação Geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS. Foi também membro das delegações brasileiras à Conferência Internacional do Trabalho em Genebra (1969 e 1974). Novo convite de Passarinho, agora ministro da Educação e Cultura, levou Celso Barroso Leite ao cargo de diretor-executivo da Capes em dezembro de 1969; ficou à frente da agência até março de 1974. Assumiu então a função de coordenador da comissão que preparou o desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social (1974), do grupo que preparou a Consolidação das Leis de Previdência Social (1977) e sua atualização (1984), e do grupo que elaborou o Projeto de Revisão da Previdência e Assistência Social (1984).

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 18 de maio de 2001.

**QUANDO O SENHOR INGRESSOU NA CAPES?**

**E**m 1957. Trabalhava no IAPI, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários — a Previdência Social ainda não tinha sido unificada — e um dos diretores tinha um irmão engenheiro, Frederico de Sousa Rangel, que era diretor do Programa dos Quadros Técnicos e Científicos da Capes. Fizemos boa camaradagem, e ele achou que eu tinha certo desembaraço para trabalhar; assim, convidou-me para ir para a Capes. Pedi licença do IAPI — antes disso, já tinha obtido uma licença para trabalhar em *Seleções do Reader's Digest*, como revisor de traduções.

**SUA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA****É DE JORNALISTA?**

**P**rimero me formei na Faculdade de Direito de Niterói, porque era o caminho natural dos fluminenses — nasci em Santo Antônio de Pádua. Como morava no Rio, comecei logo a trabalhar como corretor de imóveis, vendendo terrenos na Barra da Tijuca. Mas nunca cheguei a trabalhar como advogado, nunca redigi uma petição. Quando terminava o curso de direito, fiz um concurso para o IAPI e fui aprovado. Depois, já como funcionário, é que fui estudar jornalismo na primeira turma aberta no Rio, na Faculdade Nacional de Filosofia.

**QUANDO O SENHOR INGRESSOU NA CAPES,  
O SECRETÁRIO-GERAL ERA ANÍSIO TEIXEIRA, EDUCADOR  
EMÉRITO.<sup>1</sup> QUE LEMBRANÇAS O SENHOR TEM DELE?**

O prof. Anísio Teixeira era brilhante,  
e sobretudo teórico; o administrador era Almir de Castro.

Almir tinha uma memória sensacional e uma enorme facilidade para lidar com números.<sup>2</sup> Devo-lhe muito em matéria de experiência administrativa. Ele era médico, mas nunca clinicou. Conta-se que certa vez, alguém desmaiou numa reunião, e ele perguntou: “Há algum médico aí?” Nem se lembrava de que ele próprio era médico. Era uma grande figura.

**QUE CARGO O SENHOR OCUPOU NA CAPES,  
QUANDO LÁ CHEGOU?**

**F**ui trabalhar como assistente do Rangel no setor de bolsas de estudo, mas tinha também algumas tarefas administrativas, porque vinha da área. Naquela época ainda trabalhávamos com jogos de folhas de carbono: cinco ou seis. A Capes trabalhava na base de projetos, e observei que o texto era meio padronizado, mas desperdiçava espaço e ocupava duas folhas, necessitando de mais um jogo de folhas de carbono. Então, fiz algumas alterações para que tudo coubesse numa folha só, o que poupou trabalho e dinheiro.

<sup>1</sup> Sobre Anísio Teixeira, ver *DHBB* (2001) e, neste volume, as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, AMADEU CURY, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER, REINALDO GUIMARÃES e especialmente a de ALMIR DE CASTRO.

<sup>2</sup> Ver entrevista de ALMIR DE CASTRO, neste volume.

### COMO ERA FEITA A SELEÇÃO DOS BOLSISTAS?

Frederico Rangel dirigia o setor, coordenando o trabalho de seleção. O processo era mais ou menos como o atual: quem conhecia as pessoas lá na Capes ia apresentando os candidatos, e a agência tinha um Conselho Deliberativo, que apreciava as propostas. O Almir manobrava um pouco aquilo, pois tocava o cotidiano e era um grande administrador. No Conselho estavam, entre outros, Paulo de Góis, diretor do Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil, e seu cunhado, Amadeu Cury, também desse instituto.<sup>3</sup>

### COMO SE REFLETIU DENTRO DA CAPES

#### A IMPLANTAÇÃO DO REGIME MILITAR EM 1964?

Não me lembro de nenhum pronunciamento dos membros do Conselho Deliberativo. Quanto aos funcionários, ainda era cedo para uma avaliação. Eu já tinha certa idade, mas nunca tive muita sensibilidade política; não avaliava bem a questão, embora tivéssemos muitos contatos políticos na Capes — Darci Ribeiro, por exemplo, não saía de lá. Como funcionário, eu não era do primeiro escalão da instituição; por isso, nem sempre participava dessas reuniões. Mas lembro que o prof. Anísio Teixeira foi logo afastado e classificado como comunista.

#### QUAL É SUA AVALIAÇÃO SOBRE A GESTÃO DE SUZANA GONÇALVES?

Muito boa. Ela não tinha tido atuação anterior no setor público; eu não a conhecia, e acho que poucos já tinham ouvido falar nela. Consta que fora convidada porque era prima da falecida mulher do presidente Castelo Branco, uma indicação pessoal.<sup>4</sup> Sua chegada na Capes foi um pouco difícil, porém ela logo superou as dificuldades; não tomei muito conhecimento disso. É claro que todos gostávamos muito do prof. Anísio Teixeira, embora tivéssemos pouco contato com ele. Já com o Almir de Castro foi diferente; ele fez uma falta incrível, porque era competentíssimo, e todo mundo lamentou sua substituição. Mas a prof.<sup>a</sup> Suzana soube aproximar-se dele, e fizeram boa liga, o que aconteceu comigo também, de modo que não houve trauma maior.<sup>5</sup>

#### QUAIS FORAM AS GRANDES MUDANÇAS OCORRIDAS NA CAPES APÓS 1964?

Tenho a impressão de que, na prática, não mudou nada. Como a Capes vivia um pouco à margem da estrutura do Ministério da Educação e como foi para lá a prof.<sup>a</sup> Suzana como diretora-executiva e logo engrenou muito bem, não houve modificações dramáticas. Afinal, a Capes já tinha sua rotina: o prof. Anísio tinha feito as principais formulações políticas, o Almir tinha fixado as principais diretrizes operacionais, portanto a prof.<sup>a</sup> Suzana já encontrou tudo praticamente pronto. Continuou o mesmo trabalho, continuaram a ser tocados os projetos. Pode ter mudado uma pessoa ou outra, mas as diretrizes permaneceram as mesmas.<sup>6</sup>

#### SUZANA GONÇALVES DEIXOU A CAPES EM MAIO DE 1966, SENDO SUBSTITUÍDA POR DIRETORES QUE CUMPRIRAM MANDATOS MUITO CURTOS, DE UM ANO, UM ANO E POUCO. ISTO NÃO CAUSOU CERTA DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA?<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Sobre a atuação de Paulo de Góis e Amadeu Cury em 1964 para evitar a extinção da Capes, ver as entrevistas de SUZANA GONÇALVES e AMADEU CURY, neste volume.

<sup>4</sup> Ver, a respeito, a entrevista de SUZANA GONÇALVES, neste volume.

<sup>5</sup> Sobre a transmissão do cargo para SUZANA GONÇALVES, ver sua entrevista, neste volume.

<sup>6</sup> A respeito das principais modificações nas atribuições da Capes, ver a entrevista de SUZANA GONÇALVES, especialmente as notas 3 e 5.

<sup>7</sup> Os diretores que sucederam SUZANA GONÇALVES até a gestão de CELSO BARROSO LEITE foram Mário Werneck de Alencar Lima (maio-jun./66), como interino; Gastão Dias Veloso (jun./66–mar./67); Néelson Brandão Libânio (abr.-maio/67), como interino; Mário Werneck de Alencar Lima (maio/67–fev./69); Néelson Afonso do Vale Silva (fev.-nov./69), e Jeferson Andrade Machado de Góis Soares (set.-dez./69). Ver CÓRDOVA (1996).

<sup>8</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de ALMIR DE CASTRO, SUZANA GONÇALVES e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

<sup>9</sup> O general Artur Mascarenhas Façanha presidiu o CNPq entre 1970 e 1975. Ver [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br).

Quando cheguei como diretor, em 1969, não notei nenhum problema, porque a Capes era um órgão pequeno, com programas bem formulados. Acho que essas pessoas não mudaram nada, pois tiveram pouco tempo para isso. Como a Capes não tinha uma clientela definida, isso podia se alterar de ano para ano, mas não me recorro de ter notado modificações substantivas.

**O SENHOR DEIXOU A CAPES POUCO DEPOIS DA SAÍDA DE SUZANA GONÇALVES?**

Sim. Voltei para o Ministério do Trabalho e fui durante anos procurador da Previdência Social; aposentei-me no cargo. Durante o governo Costa e Silva, Jarbas Passarinho foi ministro do Trabalho e Previdência e me convidou primeiro para o seu gabinete e depois para secretário-geral do Ministério. No governo seguinte, o do presidente Médici, Passarinho assumiu o Ministério da Educação e foi à minha casa convidar-me para secretário-geral, mas não aceitei, explicando: “O Ministério do Trabalho é minha área, conheço as coisas, mas não me sinto capacitado para ser secretário-geral do Ministério da Educação, porque não tenho conhecimento da área.” Ele insistiu: “Mas não há nada no MEC que lhe interesse?” Respondi: “Bom, já trabalhei na Capes...” Foi assim que fui nomeado.

**O SENHOR CHEGA NA CAPES EM DEZEMBRO DE 1969, E MUITA COISA HAVIA MUDADO. COMO FOI SUA VOLTA?**

Como disse, não senti diferença, não encontrei nenhuma mudança radical, era a mesma coisa. Até algumas coisas que antes eu achava que podiam ser melhoradas, não haviam melhorado, e senti um pouco isso.

Sempre considerei que havia certa superposição de tarefas entre a Capes e o CNPq; então, um cuidado que tive foi procurar trazer a Capes mais para o aperfeiçoamento do corpo docente, que era sua função.\*

Tomei a iniciativa de fazer uma visita ao general Artur Façanha, presidente do CNPq, para mostrar-lhe a conveniência de trabalharmos em conjunto.\* Como enveredamos por uma conversa sobre futebol, eu disse: “General, sem saber o que o outro está fazendo, correndo para trás e para diante, a gente fica parecendo o ataque do Flamengo, que às vezes quase faz gol contra, porque está completamente biruta.” O general, que até então estava muito formal, também era torcedor do Flamengo e gostou da informalidade; assim, passamos a conversar sobre a conveniência de o CNPq cuidar de uma coisa e nós, na Capes, de outra. Eu disse: “Vamos, em primeiro lugar, trocar informações de maneira mais institucional, para evitar

que uma pessoa se candidate a bolsa nas duas instituições. Outra coisa: o CNPq precisa dedicar-se mais à sua vocação, que é a área de pesquisas.”  
**Procurei também fazer sentir ao CNPq que a área de pesquisa estava um pouco inflacionada e não coincidia, necessariamente, com pós-graduação e docência. Uma pessoa pode ensinar muito bem e não fazer pesquisa nenhuma; acho até meio complicado o professor fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Sustentei teses assim, pouco ortodoxas. Ninguém ligou muito, mas sempre fica alguma coisa.**

**SUAS IDÉIAS SE OPUNHAM, DE CERTA FORMA,  
 À FORMULAÇÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA, QUE PREGAVA UMA  
 ARTICULAÇÃO RADICAL ENTRE ENSINO E PESQUISA.**

**Realmente, todo mundo pensava como o prof. Anísio. Mas sempre achei aquilo um pouco exagerado e meio irreal, porque já há tanta coisa pesquisada para ensinar, e nem todos têm vocação, seja para ensino, seja para pesquisa. Pode-se ser excelente pesquisador e péssimo professor; aliás, com frequência encontramos exemplos. Muitos não querem perder tempo com alunos e por isso preferem fazer pesquisa. Sustentei muito essa tese. Nada aconteceu, formalmente, mas algumas pessoas também foram reconhecendo, e como se tratava da vocação natural dos órgãos, essa idéia vingou: a Capes intensificou sua atuação no aperfeiçoamento do corpo docente, e o CNPq voltou-se mais para a pesquisa.**

**Creio que foi a partir daí que começamos a procurar um contato mais direto com a instituição do que com os candidatos. Um candidato de uma boa instituição viria com maior probabilidade por seu intermédio do que individualmente, como escoteiro. A idéia era o apoio institucional na área de docência; a missão da Capes é aperfeiçoar docentes de nível superior.**

**QUAIS FORAM OS GRANDES DESAFIOS  
 ENFRENTADOS EM SUA GESTÃO?**

**Só tive problemas uma vez, em razão de um mal-entendido. A gente sempre fazia uma festazinha de Natal, mas alguns funcionários não quiseram comemorar junto. Nem tomei conhecimento, porque não queria brigar com ninguém e nem ligo muito para essas festas. Lembro também de um ministro do Tribunal de Contas da União que queria uma bolsa para um sobrinho que era dentista; enviou-me uma carta, e eu lhe respondi com uma longa exposição, mostrando que a Capes tinha seus critérios, a que o rapaz não atendia, e poderia ser até um desserviço a ele dar uma bolsa além de sua capacidade. Ia ali um pouco da filosofia da Capes, que transmiti ao ministro.**

**E QUANTO AOS DESAFIOS  
 ADMINISTRATIVOS?**

**Sempre houve muita falta de verbas. Sabem como é, sempre queremos mais recursos. E aí houve uma passagem muito interessante. Era secretário-geral do Ministério da Educação o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, que coordenava a elaboração do orçamento. Pedi para a Capes muito mais dinheiro do que ele podia dar — cada um acha que o sol gira em torno de sua instituição. Em resposta, ele me escreveu uma carta que, infelizmente, não conservei. Sua esposa estava operada, e ele me escreveu**

<sup>10</sup> O Decreto nº 66.662, de 05.06.1970, reforçou o papel do diretor-executivo e redimensionou as funções do Conselho Deliberativo. Pela nova legislação o Conselho passava a ser composto por apenas 12 membros, quatro dos quais natos, entre eles o próprio diretor-executivo, um representante do DAU — Departamento de Assuntos Universitários, um do CNPq e um do Ministério do Planejamento. Os oito membros restantes passariam a ser designados pelo ministro da Educação, com mandato de três anos, devendo pelo menos seis deles ser escolhidos entre docentes universitários, e dois no mínimo ter curso de pós-graduação. O decreto determinava ainda a redução gradual do tamanho do Conselho, à medida que os mandatos fossem terminando. Ver CÔRDOVA (1996).

<sup>11</sup> O entrevistado examina uma lista de membros do Conselho Deliberativo da Capes.

<sup>12</sup> Tendo assumido a Diretoria de Ensino Superior do MEC, Vicente Sobrino Porto tornou-se o novo presidente do Conselho Deliberativo da Capes em 1969, como representante do ministro da Educação. Ver CÔRDOVA (1996).

<sup>13</sup> José Válter Bautista Vidal foi diretor do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia. Ver CÔRDOVA (1996).

do hospital: “Prezado Celso, desse quarto de hospital, onde acompanho minha esposa, venho dar-lhe as razões e dizer das dificuldades que tenho para atender ao seu pedido.” Uma carta muito bonita, pena que não guardei; aliás, não costumo guardar documentos, sequer tenho os boletins da Capes.

**ENTRE A GESTÃO DE SUZANA GONÇALVES E A SUA,  
A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DA CAPES  
FICA NAS MÃOS DO CONSELHO DELIBERATIVO.  
A PARTIR DE SUA POSSE AUMENTA A AUTONOMIA DA  
DIREÇÃO EXECUTIVA EM RELAÇÃO AO CONSELHO?**

Até por temperamento, jamais desconsidere o Conselho; sempre preferia ouvir, sobretudo aqueles mais articulados, porque afinal conheciam melhor a área. Apenas procurava interferir quando sentia que algum conselheiro estava puxando demais a brasa para sua sardinha. Mas não me recordo de nenhuma mudança formal de ênfase; se aconteceu, deve ter sido em articulação com o Conselho.

**EM JUNHO DE 1970, O DECRETO-LEI Nº 66.662 DETERMINOU  
ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA E NO FUNCIONAMENTO DA  
CAPES, E UMA DELAS FOI O FIM DA PARTICIPAÇÃO,  
NO CONSELHO DELIBERATIVO, DE REPRESENTANTES DO DASP,  
DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS ETC.**

A área acadêmica sempre foi majoritária no Conselho Deliberativo, mas isso não era estatutário e passou a ser.

O grosso do Conselho Deliberativo passou a vir formalmente da área acadêmica, quase todos professores universitários.<sup>10</sup> Ainda me lembro de muita gente do Conselho.<sup>11</sup> Vicente Sobrino Porto, meu amigo já falecido, era professor da Faculdade de Direito de Niterói.<sup>12</sup> Amadeu Cury é meu amigo até hoje. José Válter Bautista Vidal, que conheço bem, é um baiano ultranacionalista e vinha da física nuclear.<sup>13</sup> Horácio Kneese de Melo era diretor da Escola Paulista de Medicina e presidiu o Conselho durante muito tempo. Carolina Paixão Tavares foi secretária do prof. Anísio Teixeira e depois ficou com a prof.<sup>a</sup> Suzana, hoje são amicíssimas; era funcionária administrativa. Orlando de Magalhães Carvalho era advogado e professor de direito na Universidade Federal de Minas Gerais, onde chegou a reitor. Hélio Bernardi, diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Santa Maria (RS), ficou muito meu amigo; sua mulher, d. Antonieta, também, porque gostava de poesia e eu sabia de cor um soneto de um poeta da sua terra. Edrísio Barbosa Pinto era um político hábil, proprietário de uma faculdade de odontologia em Pernambuco. Ele indicava pessoas

para receber bolsas, manobrava, me atropelava; era muito esperto.<sup>14</sup> Maria Aparecida Pourchet Campos era de São Paulo, não me lembro se da área de odontologia ou de medicina. Eduardo Faraco, já falecido, era professor de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e médico particular do general Médici. Élon Lajes de Lima era do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Impa; participava do Conselho Deliberativo como representante do CNPq. Foi substituído por Jacob Pallis e depois por Lindolpho de Carvalho Dias. José Artur Rios é sociólogo e ensinava na PUC, mas já foi do Conselho depois que eu deixei a Capes.

Também mantínhamos contato com o Ministério das Relações Exteriores sobre as bolsas de estudo no exterior e fornecíamos informações sobre universidades brasileiras, em geral solicitadas por diplomatas estrangeiros.

**PELO QUE VEMOS, TANTO OS DIRIGENTES DA CAPES COMO OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO ERAM PESSOAS DA ÁREA ACADÊMICA DE DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS, DE DIFERENTES ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

Majoritariamente do Sudeste e do Rio Grande do Sul. Em grande parte, eram convidadas pelo ministro, pelo menos designadas por ele. Podem ter sido até, mais do que convidadas, impostas a ele, mas eram pessoas da área acadêmica. Discutiam e deliberavam sobre políticas da Capes, e a diretoria-executiva aplicava as deliberações. De fato, o Conselho lidava mais com casos concretos, e a partir deles procurava traçar normas para o funcionamento da Capes. Mas sua ocupação principal eram os pedidos de bolsas, o acompanhamento do desempenho dos bolsistas.

**NESSA ÉPOCA TAMBÉM, A DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR DO MEC SE TRANSFORMA EM DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS, QUE PASSOU A SER DIRIGIDO POR NEWTON SUCUPIRA E DEPOIS POR EDSON MACHADO DE SOUSA.<sup>15</sup>**

Sei que o prof. Newton Sucupira teve um papel importante na formulação da reforma universitária, em 1968, mas não acompanhei de perto, porque estava no Ministério do Trabalho. Sucupira foi muito atuante nessa área de educação. Creio que ainda é, e hoje é muito ligado ao Carlos Alberto Serpa, da Fundação Cesgranrio.

**A REFORMA UNIVERSITÁRIA FOI MUITO CRITICADA COMO INTERFERÊNCIA ARBITRÁRIA DO MEC NA UNIVERSIDADE, MAS TINHA TAMBÉM COMO META AMPLIAR E FORTALECER A PÓS-GRADUAÇÃO. O SENHOR ASSUMIU NO MOMENTO EM QUE A PÓS-GRADUAÇÃO COMEÇAVA A SE CONSOLIDAR. DE ONDE VINHAM OS RECURSOS?**

Vinham através do Ministério da Educação, eram dotações orçamentárias que a Capes procurava ampliar. Tínhamos áreas prioritárias. Fazíamos a programação, que o Conselho Deliberativo analisava e julgava. Se bem que o Conselho se dedicasse mais a julgar casos concretos do que a examinar esses aspectos, eu procurava sempre levar a ele assuntos mais gerais, até porque vários conselheiros eram amigos meus, e portanto eu tinha liberdade para uma troca informal de idéias. Eu tinha acesso também ao ministro Passarinho, mas evitava levar-lhe problemas.

<sup>14</sup> Em 1970, Edrísio Barbosa Pinto, da Faculdade de Odontologia de Pernambuco, passou a ser representante do Departamento de Assuntos Universitários do MEC no Conselho Deliberativo. Ver CORDOVA (1996).

<sup>15</sup> Ver a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume, e BOMENY (2001).

<sup>16</sup> O Fundo de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior foi criado pelo Decreto nº 66.662, de 05.06.1970, com o objetivo de garantir a autonomia financeira da Capes. Seus recursos seriam provenientes do Orçamento Geral da União, de repasses de outros fundos, da prestação de serviços remunerados, da venda de publicações, de doações, subvenções e auxílios, bem como dos saldos de final de exercício e da reversão de quaisquer importâncias. Ver CORDOVA (1996).

**COMO O SENHOR AVALIA A POSIÇÃO DA CAPES  
NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO  
SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO?**

Creio que a Capes foi a verdadeira criadora do nosso sistema de pós-graduação.

O CNPq também desempenhou papel importante, mas não é propriamente um órgão educacional, é mais amplo, não dá tanta ênfase à docência. Na época, formulei a teoria do “ensino engavetado”, inspirado nos desastres com os trens da Central do Brasil, quando os vagões entravam uns por dentro dos outros, provocando um engavetamento. Eu dizia: “O menino vem meio despreparado do primário e entra no secundário; nos dois primeiros anos do ginásio é preciso cobrir as falhas de aprendizado. Mas sai fraco do secundário também, e nos dois primeiros anos do colegial é preciso suprir as deficiências do ginásio. Passa no vestibular, mas não está inteiramente pronto para a universidade; nos dois primeiros anos da graduação é necessário cobrir as lacunas do ensino médio, para trazer o menino para o nível universitário. Isto é uma completa maluquice, e infinitamente mais caro. Devemos cuidar para já trazer esse aluno preparado, cada vez que ele entrar, seja para o que for.”

**NO INÍCIO DOS ANOS 70 É TAMBÉM CRIADO  
O FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DO  
ENSINO SUPERIOR, O FAPES.**

Não sei quem teve a idéia desse Fundo, mas acho que tudo já veio pronto do Ministério, do DAU; talvez tenha sido o prof. Sucupira ou o prof. Edson Machado.<sup>16</sup>

**MAS O SENHOR ERA O DIRETOR-EXECUTIVO.  
NÃO TINHA QUALQUER INTERFERÊNCIA NA  
FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A CAPES?**

Eu me considerava principalmente um administrador, porque não sou especialista em educação. É claro que às vezes vinha um projeto com o qual eu não concordava, mas não me recordo de ter participado de discussões no MEC sobre as políticas para a Capes. Eu era um executor, cuidava da administração; a política mais geral já chegava pronta para nós, formulada pelo DAU. Eu procurava, então, adaptá-la às rotinas da casa, seguindo sempre as instruções — tinha que seguir.

**QUAIS ERAM AS FONTES DE RECURSOS  
FINANCEIROS DA CAPES?**

Só havia a dotação orçamentária federal. Muito no início de sua existência, houve convênios com o BID, o BNDES e com as fundações Rockefeller e

Ford, mas quando assumi a direção esses organismos todos já não colaboravam. Na minha época, os recursos eram provenientes do orçamento do Ministério da Educação.

**QUAIS ERAM OS CRITÉRIOS UTILIZADOS  
PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS?**

Em primeiro lugar, tínhamos uma prioridade por campos. Houve uma época em que se cuidou muito de biologia, depois passamos um pouco para economia; nessa área, a instituição mais beneficiada foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro, até pela proximidade e maior possibilidade de contato. Já na minha gestão, o Conselho Deliberativo pretendeu dar certa preferência a universidades do Nordeste. Eu era contra e expus meu pensamento ao Conselho: “Não sei se os candidatos de lá já estão qualificados, por exemplo, para receber uma bolsa no estrangeiro.” Sempre considere que era melhor um nordestino ir para São Paulo do que para o exterior. Claro, pode haver um gênio lá, mas em média o Nordeste estava ainda um pouco longe da pós-graduação; valia mais fazer uma especialização em São Paulo ou no Rio do que ir para o exterior.

**O SENHOR DIRIGIU A CAPES NO MOMENTO DE  
MAIOR REPRESSÃO AOS ESTUDANTES E À COMUNIDADE  
ACADÊMICA.<sup>17</sup> OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA  
INTERFERIAM NA CONCESSÃO DE BOLSAS?**

Não, de maneira nenhuma. Aliás, o ministro Passarinho tem um discurso muito bom em que mostra que evitou o mais possível a aplicação do Decreto nº 477 nas universidades. Na Capes nunca tivemos qualquer problema. Pode ter havido fora da minha gestão, porém seria mais pistolão do que repressão.

**E NESSA ÉPOCA EM QUE O SENHOR ESTAVA  
À FRENTE DA CAPES JÁ ESTAVA EM  
DISCUSSÃO A MUDANÇA PARA BRASÍLIA?**

Não. Nós mudamos da sede antiga, na avenida Marechal Câmara, no Castelo, para o prédio do MEC, para economizar aluguel. Algumas repartições do Ministério já tinham mudado para Brasília, e havia muitas salas vazias. Ficamos mais bem instalados em termos de espaço, mas não de privacidade, porque o prédio do MEC é muito barulhento, com aquelas divisórias de madeira.

**POR QUE O SENHOR DEIXOU A  
DIREÇÃO DA CAPES EM 74?**

Foi automático. Terminou o governo Médici, começou o governo Geisel. O meu cargo era de confiança; assim, entreguei minha demissão. Simples. Voltei para a Previdência Social, onde fiz toda a minha carreira e fui substituído pelo prof. Darcy Closs, com quem até hoje mantenho contato.<sup>18</sup>

**COMO DARCY CLOSS FOI NOMEADO  
DIRETOR-EXECUTIVO DA CAPES?**

Acho que foi através do Paraná. Nei Braga, ministro da Educação do presidente Geisel, era paranaense, como também o Edson Machado de Sousa

<sup>17</sup> Após vários meses marcados pelo acirramento da oposição, o governo Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5 em 13.12.1968. Por ele, ficava suspenso o *habeas corpus*, e o presidente da República, autorizado a decretar o recesso do Congresso Nacional, a intervir nos estados e municípios, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, entre outras medidas. Em fevereiro de 1969, foi assinado o decreto-lei nº 477, proibindo a professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou privado qualquer manifestação de caráter político. Dois meses depois, 219 pesquisadores e professores universitários foram aposentados compulsoriamente, entre eles os físicos José Leite Lopes e Mário Schemberg; os historiadores Eulália Lahmeyer Lobo, Maria Ieda Linhares, Caio Prado Jr. e Manuel Maurício de Albuquerque; os cientistas sociais Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa e Paula Beiguelman. Ver *DHBB* (2001).

<sup>18</sup> Ver a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume.

<sup>19</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de DARCY CLOSS e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

que, se não me engano, estava no Departamento de Assuntos Universitários, que sucedeu a DESu, e era membro do Conselho Deliberativo da Capes.<sup>19</sup>

**O SENHOR, QUE TEM LONGA EXPERIÊNCIA NO  
SETOR PÚBLICO BRASILEIRO E CONHECE A CAPES DESDE  
OS ANOS 50, COMO AVALIA SEU PAPEL NO PAÍS?**

Sem ser uma autoridade no assunto, avalio positivamente. Seu papel foi muito importante, porque reforçou as universidades, que são a matriz do pensamento. Embora modesto — a Capes era um órgão pequeno —, tinha certa flexibilidade, o que foi muito positivo. Ela podia selecionar e o fazia bastante bem.

Hoje, muita gente que encontramos em altos postos foi bolsista da Capes. Não hesito em dizer que ela foi muito importante também para formar quadros dirigentes para o país.

**1974–1989**

# Institucionalizando a pós-graduação no Brasil

Esse período abre-se com a posse de **DARCY CLOSS** como diretor (1974–1979). É o início da presidência de Ernesto Geisel e, no discurso governamental, a pós-graduação assume importância estratégica para o desenvolvimento do ensino superior. Internamente, a gestão de **DARCY CLOSS** corresponde ao início da participação regular da comunidade acadêmica nas atividades da Capes. Segue-se a gestão de **CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** (1979–1982), marcada pelo debate em torno do aperfeiçoamento da sistemática de avaliação dos programas de pós-graduação. Além disso, a Capes é reconhecida formalmente como órgão responsável pela formulação do Plano Nacional de Pós-Graduação. O momento final do período é representado pela gestão de **EDSON MACHADO DE SOUSA** (1982–1990), quando são implementados o II e o III Planos Nacionais de Pós-Graduação.

## **DARCY CLOSS**

**Gaúcho, DARCY CLOSS formou-se em geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1955), tendo feito pós-graduação na Alemanha como bolsista do DAAD, inicialmente na Universidade de Hamburgo e em seguida na de Tübingen. Retornando ao Brasil com especialização em micropaleontologia, dedicou-se ao magistério, no curso de geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Datam desta época seus primeiros contatos com as agências financiadoras, mais tarde aprofundados com a coordenação do Centro Regional de Pós-Graduação. Foi um dos articuladores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul-Fapergs. Em 1974 foi convidado a assumir a direção executiva da Capes, à frente da qual permaneceu até 1979. Passou também pelo CNPq e pelo Serpro. Atualmente é vice-reitor da Universidade Norte do Paraná-Unopar.**

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 8 de junho de 2001.

**O SENHOR ASSUMIU A DIREÇÃO EXECUTIVA DA  
CAPES EM 1974, MAS PERCORREU UM LONGO E  
RICO CAMINHO ACADÊMICO ANTES DE CHEGAR LÁ.**

Em 1955 obtive meu diploma em geociências na Universidade Federal do Rio do Grande do Sul e em abril do ano seguinte fui para a Alemanha em busca de um doutorado, já que para a minha geração só havia duas opções: a USP, para onde foi a maioria dos meus colegas, ou o exterior, para onde também foi um bom grupo. Felizmente, consegui uma bolsa do DAAD, o serviço alemão de intercâmbio acadêmico<sup>1</sup> — fui praticamente o primeiro bolsista brasileiro a ir para a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial; comecei meu doutorado na Universidade de Hamburgo e concluí na de Tübingen, uma das mais antigas do país.

**QUANTO TEMPO DUROU SEU DOUTORADO?**

Três anos. Ao retornar, no final de 1958, recusei um convite da Petrobras para trabalhar como geólogo com especialização em micropaleontologia, importante na busca de petróleo, e decidi enfrentar a aventura acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Era realmente uma aventura, porque a geologia brasileira era praticamente monopolizada por geólogos estrangeiros, sobretudo americanos. De toda forma, era um desafio completamente novo, porque estávamos formando uma nova geração de profissionais.

<sup>1</sup> *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), mantido pelo governo da então República Federal Alemã. Ver [www.daad.de](http://www.daad.de).

Reconhecendo a importância da geologia para o desenvolvimento econômico nacional, o MEC criou uma agência especial, encarregada de fomentar a implantação de cursos de graduação em cinco universidades.

Assim, iniciei minhas atividades no curso de geologia, que ainda não era oficialmente ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, como todo recém-egresso da pós-graduação retornando do exterior, queria implantar um grupo de pesquisas. Daí as primeiras vindas ao CNPq, ainda no Rio de Janeiro, buscando bolsas e auxílios para iniciar as atividades de pesquisa, ao mesmo tempo que negociava os primeiros auxílios do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico, Funtec, precursor da Finep, para a implantação da pós-graduação. Nessa época, comecei a participar de reuniões com a comunidade científica para integrar suas atividades no Rio Grande do Sul; criamos uma associação científica estadual e conseguimos mais tarde o necessário apoio político para a criação da Fapergs, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, a segunda a surgir no país, depois da Fapesp, paulista. Em 1968, fui escolhido o primeiro presidente da Fapergs e passei a acumular funções também

no Centro Regional Sul de Pós-Graduação e no ensino de pós-graduação da UFRGS; como consequência, iniciei uma carreira mais dedicada à administração. Foi um período pioneiro, de poucos recursos, mas hoje vejo com satisfação que a Fapergs adquiriu renome nacional, e a UFRGS conquistou destaque nacional e internacional, tanto na graduação, como na pesquisa e pós-graduação.

### NA ÉPOCA, JÁ EXISTIA

#### PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA?

Só na USP, mas era possível defender a tese de doutorado em algumas universidades federais como a UFRGS e a UFRJ. Pós-graduação ainda era algo quase completamente desconhecido; o Brasil adotava o modelo francês, implantado na USP a partir de 1934. Na década de 1950, o ITA, em São José dos Campos, criou uma pós-graduação baseada no modelo americano. Cabe ressaltar aqui a importância do famoso Parecer nº 977, do prof. Newton Sucupira, de 1965, apresentando pela primeira vez no país um histórico da pós-graduação no mundo e uma proposta para o Brasil. Este parecer serviu de base para o que deveria ser feito a partir daquela data.<sup>2</sup> Em 1968, com a reforma universitária, o prof. Sucupira, então diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, atual Secretaria de Ensino Superior (SESu), criou, pelo Decreto nº 63.343, os centros regionais de pós-graduação. Ele entendia que seria difícil apoiar, até mesmo financeiramente, a pós-graduação sem um planejamento global. Assim, dividiu o país em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Centro-Leste e Sul.<sup>3</sup>

#### O SENHOR PARTICIPOU DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFRGS?

Sim. Era ainda jovem, no meio de colegas mais velhos e experientes. Participando da fase da implantação da reforma de 68, com a redação de um novo estatuto e introduzindo a separação acadêmica entre graduação e pós-graduação com a implantação da Pró-Reitoria (em terminologia atual) de Pesquisa e Pós-Graduação. Também aí a UFRGS foi pioneira, porque em todo o país só havia uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação: na UFRJ, dirigida pelo prof. Paulo de Góis.

Paralelamente, como já mencionei, foi criado o Centro Regional Sul de Pós-Graduação, reunindo as seis universidades dos três estados: Federal, PUC e Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Federal e Católica, no Paraná, e a Federal de Santa Catarina. Entre os resultados marcantes, foi organizado o primeiro catálogo dos cursos de pós-graduação da Região Sul. Esta experiência teve como resultado minha contratação pelo DAU para elaborar, através da UFRGS, o levantamento nacional da pós-graduação brasileira. Dividimos o trabalho em levantamentos regionais, descentralizando a pesquisa — por exemplo, o levantamento de São Paulo, onde havia a maior concentração de cursos de pós-graduação, foi feito por Francisco Weffort, atual ministro da Cultura, na época livre-docente. Os números totais conseguidos na época foram: 361 cursos de mestrado e 131 de doutorado.

Para nós no Centro Regional, esse levantamento foi muito importante porque a Usaid concordou em apoiar, em 1972, a vinda de três especialistas

<sup>2</sup> Professor universitário, Newton Sucupira (1900) foi, por indicação de Anísio Teixeira, membro do Conselho Federal de Educação (1962–78). Neste período foram aprovados o Parecer nº 977/65, que prescreve as linhas de orientação para a montagem da pós-graduação no Brasil, e o relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937/68 sobre o estudo da Reforma Universitária. O Parecer nº 977 originou-se na solicitação feita pelo MEC ao Conselho Federal de Educação, considerando a necessidade da implantação e desenvolvimento da pós-graduação. Nele prevaleceu a orientação do modelo americano, com os graus de mestre e de doutor. Ver BOMENY (2001).

<sup>3</sup> Sobre a reforma universitária de 1968, ver as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

<sup>4</sup> Sobre Anísio Teixeira, ver *DHBB* (2001) e, neste volume, as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, AMADEU CURY, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER, REINALDO GUIMARÃES e especialmente a de ALMIR DE CASTRO.

dos Estados Unidos: David R. Deener, da Universidade de Tulane; John M. Hunter, da Michigan State University, e D.C. Spiestersbach, de Iowa. Eles se engajaram no exame dos dados que estávamos levantando e, ao mesmo tempo, tentaram preparar uma previsão de custos, pois David Deener era pró-reitor administrativo especializado em custos. Em seu relatório ele mostra quanto custaria montar um mestrado em ciências humanas, em engenharia etc.; a mesma análise foi feita para o doutorado.

**ÀQUELA ALTURA, O SENHOR JÁ TINHA ACUMULADO  
EXPERIÊNCIA SUFICIENTE PARA FAZER UMA  
AVALIAÇÃO DA CAPES: A PROPOSTA INICIAL DE  
ANÍSIO TEIXEIRA, UM PROJETO PRÉ-64, QUE SOFREU  
OS EFEITOS DA MUDANÇA DO REGIME.**

## Anísio Teixeira era um visionário, uma pessoa extraordinária e um educador ímpar. Quem sonharia, em 1951, criar um organismo como a Capes?

Sua visão sobre as necessidades acadêmicas futuras, numa época em que mal se falava em pesquisa e pós-graduação, fez com que as sementes e raízes se transformassem na base dos núcleos de pesquisa, cujos frutos estamos colhendo na atualidade. O que o Anísio fez? Buscou nas universidades brasileiras professores que fossem pesquisadores, que conhecessem línguas e que tivessem relacionamento com o exterior e os enviou aos Estados Unidos e à Europa para buscar docentes que viessem para o Brasil e aqui permanecessem, criando e implantando núcleos de pesquisa. Para a física, recebemos um pesquisador que permaneceu no Brasil, participando da montagem do núcleo de física, que teve e continua a ter um impacto nacional muito grande na implantação da pós-graduação na área. Enfim, Anísio teve uma importância capital, e teve esse papel extraordinário de antever alguma coisa que iria acontecer no país.<sup>4</sup>

**D**e outro lado, é preciso destacar o importante papel desempenhado pelas fundações estrangeiras, entre outras a Fundação Rockefeller. O extraordinário desenvolvimento e o reconhecimento na comunidade científica internacional, que temos hoje nas ciências biológicas e na medicina, surgiram porque os colegas tiveram oportunidade de desenvolver pesquisa e fazer pós-graduação no exterior, além de trabalhar com grandes pesquisadores em universidades de renome, pesquisadores que vieram treinar muitos dos nossos cientistas.

**E**ntre os vários exemplos, a genética na UFRGS tem na atualidade um nome nacional e internacional pela oportunidade de participação dos docentes pioneiros em treinamento junto ao prof. Theodosius Dobzhansky, dos Estados Unidos, que veio lecionar na USP. Os programas destas fundações

forneciam recursos para a vinda de especialistas mais experientes do exterior, para enviar os nossos jovens para universidades estrangeiras, com o objetivo de fazer o doutorado ou pós-doutorado, que foi o meu caso, e com isto criar aquela massa crítica inicial, que consolidava progressivamente uma linha de pesquisa, em cima da qual se montava uma pós-graduação.

#### **O SENHOR FOI BOLSISTA DA CAPES?**

Recebi bolsa da Capes no final do meu estágio na Alemanha. Inicialmente eu tinha bolsa do DAAD, como contei a vocês; no final, necessitei de um pequeno auxílio da Capes para poder terminar o curso e retornar ao Brasil.

#### **O QUE O SENHOR PODE NOS DIZER SOBRE A CAPES, NO PERÍODO ENTRE A INSTAURAÇÃO DO REGIME MILITAR EM 1964 E A MUDANÇA PARA BRASÍLIA EM 1974?**

Pouco conheço do período inicial pós-64. Sei que os dois diretores que permaneceram no cargo por mais tempo foram Suzana Gonçalves e Celso Barroso Leite. Ao me transmitir o cargo em 1974, o dr. Celso forneceu todas as informações sobre os anos em que dirigiu a Capes e um retrospecto sobre os programas de bolsas e de auxílios daquele período. A prof.<sup>a</sup> Suzana Gonçalves teve um papel muito importante, auxiliando-me nessa fase de transição, enquanto eu transferia progressivamente a Capes do Rio de Janeiro para Brasília; sem sua ajuda e desprendimento, certamente eu teria encontrado dificuldades na transição.<sup>5</sup>

A Capes era uma agência relativamente pequena. Em 1974, ela mantinha 70 bolsistas no exterior e mil no país; no final de 1978, as concessões somavam 1.200 bolsistas no exterior e 13 mil no Brasil.<sup>6</sup> Já em 1974 os programas de apoio à implantação e consolidação de cursos não atendiam às necessidades da crescente demanda por treinamento e capacitação em cursos de pós-graduação, tanto no país como no exterior.

Não havia propriamente uma política e um planejamento a serem seguidos na época. O Conselho Deliberativo consumia, nos poucos dias de reuniões, quase todo o tempo apreciando casos particulares de concessão de bolsas no país e no exterior. Lembro muito bem que, quando assumi a direção em março de 1974, durante as primeiras reuniões foram examinados os múltiplos pedidos de bolsa para o exterior e a pequena quantidade disponível. Estávamos, a direção e os membros do Conselho, sendo solicitados por diversas personalidades nacionais, que pretendiam obter bolsas para pessoas conhecidas. Durante o estágio feito nos Estados Unidos em 1972, visitando as seis agências de credenciamento regional e algumas agências de credenciamento de áreas profissionais, consolidou-se minha experiência positiva da análise dos processos de credenciamento feito pelos *peer committees*, os comitês de assessores. Minha intenção inicial ao assumir a Capes era criar, progressivamente, um sistema de credenciamento institucional, mas ao ser pressionado pelos pedidos externos, compreendi que não teria tempo hábil para fazer o credenciamento institucional nem para elaborar um planejamento que permitisse desenvolver uma política imediata para a agência. Como resultado, foi criado meio às pressas um

<sup>5</sup> SUZANA GONÇALVES dirigiu a Capes entre 1964 e 1966 e CELSO BARROSO LEITE, de 1969 e 1974. Ver suas entrevistas neste volume.

<sup>6</sup> Segundo o relatório da Capes referente ao ano de 1973, neste ano foram aprovados 1.831 pedidos de bolsa no país, sendo 644 renovações e 1.187 bolsas novas, enquanto para o exterior, foram concedidas 134 (64 delas, renovações) e 28 auxílios. Já em 1978, os relatórios apontam 6.063 bolsas no país e 746 no exterior. Ver CORDOVA (1996).

<sup>7</sup> Ver as versões de CELSO BARROSO LEITE e de EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

Comitê de Assesores, isto é, uma análise técnica feita por acadêmicos com experiência em pesquisa.

**A** primeira reunião ainda foi feita aqui no Rio, com a participação, entre outros, do prof. Caspar Erich Stemmer, então responsável pela direção do Premesu, o Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior, que examinava todos os pedidos na área de engenharia, e da dra. Suzana, que analisava a área de ciências sociais e humanas.

**O**s resultados iniciais, baseados exclusivamente no mérito científico, foram levados ao ministro Nei Braga, ao qual caberia, em última análise, homologar as decisões e neutralizar as eventuais queixas políticas em relação à recusa a diversos pleitos. Posteriormente, a implantação da sistemática, já em Brasília, deu origem aos comitês de assessores por área de conhecimento, uma adaptação dos *peer committees* americanos;

Progressivamente, os Comitês de Assesores por área de conhecimento foram sendo ampliados em número, com a seleção de professores de acordo com as indicações da comunidade científica.

#### **A QUE O SENHOR ATRIBUI O**

#### **CONVITE PARA DIRIGIR A CAPES?**

Entre 1972 e 1974, eu ia quinzenalmente ao Departamento de Assuntos Universitários, em Brasília, onde permanecia alguns dias. O diretor-adjunto do DAU, Linaldo Cavalcanti, coordenava um grupo de acadêmicos que formavam o *think tank* do MEC: eu participava do grupo, juntamente com o prof. Stemmer, que vinha de Florianópolis, o prof. Almiro Blumenschein, que vinha de São Paulo, entre outros — este participava também intensamente da implantação do embrião da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias.

**A**lém disso, temos que lembrar que o DAU me fornecera recursos para coordenar o levantamento nacional sobre a pós-graduação, cujos resultados foram apresentados em relatórios com diagnósticos, recomendações e sugestões para a implantação dos programas de pós-graduação visando à qualificação de docentes. Assim, creio que foi muito natural que o diretor do DAU, prof. Edson Machado de Sousa, que assumira o cargo em 1974 com o ministro Nei Braga, me convidasse para dirigir a Capes.<sup>7</sup> Considero, portanto, minha nomeação uma decisão absolutamente técnica, consequência natural das atividades que vinha desenvolvendo nos anos anteriores, em Porto Alegre e como consultor junto ao MEC em Brasília.

#### **O SENHOR JÁ CHEGA NA CAPES COM UM**

#### **DIAGNÓSTICO. O QUE ERA PRECISO FAZER?**

**E**m primeiro lugar, aumentar a oferta. Tínhamos, à época, estatisticamente,

220 cursos em ciências biológicas e da saúde, 216 em ciências exatas e tecnologia, 108 em ciências humanas, 57 em letras e 37 em ciências agrárias. Deste total, porém, só 97 mestrados e 53 doutorados estavam credenciados — é importante lembrar que o credenciamento era feito pelo Conselho Federal de Educação. O novo sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação implantado na Capes identificava quais cursos tinham qualidade acadêmica e científica e, em segundo lugar, quais tinham produtividade para, em função disso, distribuir as cotas de bolsas.

**Ao** mesmo tempo, conhecíamos a demanda; sabíamos, entretanto, que 70% dos que estavam participando desses cursos de pós-graduação eram recém-graduados, e apenas 13% vinham do magistério. Grande ênfase nessa fase inicial foi dada à implantação do Programa Institucional de Capacitação Docente, o PICD, que induzia as universidades a planejar as respectivas necessidades de capacitação do corpo docente. De outro lado, as instituições que quisessem participar da distribuição de cotas de bolsas foram induzidas a criar uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pois a Capes precisava ter interlocutores nas universidades.<sup>8</sup>

**Hoje**, avaliando retrospectivamente, creio que o PICD foi, talvez, a mola mestra de tudo, porque obrigava as universidades a instituir uma pró-reitoria, responsável pelo planejamento da pesquisa e pós-graduação, além de demonstrar à Capes quais eram as áreas academicamente fortes e fracas, em quais pretendia concentrar seus esforços de investimento e para quais universidades pretendia enviar seus professores para fazer mestrado e doutorado. Para as instituições públicas da época o PICD foi fundamental para a implantação e consolidação da pós-graduação.<sup>9</sup>

#### QUE NOVAS PROPOSTAS O SENHOR TRAZIA PARA A CAPES?

**A** primeira grande modificação que introduzi foi acabar com a distribuição individual de bolsas; o processo passou a ser institucional, evitando a fragmentação dos investimentos. Esta foi uma mudança operacional importante. Mas a preocupação mais geral era a necessidade de planejamento: identificar as áreas que precisávamos desenvolver. A partir dos levantamentos que mencionei anteriormente, já havia uma visão clara sobre as áreas e cursos com grandes necessidades de capacitação de docentes. Por exemplo, a pós-graduação em enfermagem era pequena e incipiente, sem condições de atender minimamente às necessidades de formação de pessoal docente e de implantação de núcleos de pesquisa. As exceções eram a Escola Ana Néri, no Rio de Janeiro, e a Escola Paulista de Enfermagem, que desempenharam importante papel na implantação de um programa especial de pós-graduação em enfermagem. Também foram feitos esforços para desenvolver a pós-graduação nas áreas de biblioteconomia, educação e administração de empresas.

**Assim**, a Capes passou a investir maciçamente na ampliação dos cursos de mestrado. Criou-se, também, um novo tabu: as bolsas para o exterior contemplariam apenas o doutorado; entretanto, em áreas com expressiva necessidade de capacitação, a Capes ofereceria, excepcionalmente, bolsas de mestrado no estrangeiro. Por exemplo, levando em conta proposta da área, foi enviada uma circular a todos os bolsistas casados que estavam no exterior: “Se sua esposa conseguir uma vaga no mestrado de bibliote-

<sup>8</sup> Sobre o papel desempenhado pelas Pró-Reitorias, ver, neste volume, a entrevista de ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA.

<sup>9</sup> Sobre o PICD, ver também as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM e ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, neste volume, e CÓRDOVA (1996).

conomia na sua universidade, a Capes garantirá o pagamento das taxas e oferecerá uma bolsa suplementar.” Resultado: boa parcela da elite da biblioteconomia brasileira iniciou sua pós-graduação através dessa sistemática; obviamente tiveram a oportunidade de retornar posteriormente ao exterior, já com bolsa própria, para completar os créditos e obter o doutorado.

## Além das deficiências por áreas, tínhamos grandes lacunas regionais, principalmente no Amazonas, no Nordeste e no Centro-Oeste.

No Centro-Oeste, por exemplo, somente a UnB tinha pós-graduação. Para sanar isso, foram introduzidos os projetos regionais: o Projeto Nordeste foi o primeiro. Não bastava conceder cotas de bolsas para as universidades menos desenvolvidas na região, era preciso que houvesse vagas para professores nordestinos nas universidades do Centro-Sul. Até hoje, é bom lembrar que os cursos de pós-graduação geralmente dão preferência aos ex-alunos, àqueles que vêm da mesma instituição.

Portanto no Projeto Nordeste a Capes não apenas destinava recursos para as universidades da região, mas procurava contribuir adicionalmente na busca de vagas em cursos de pós-graduação, rompendo o círculo vicioso do preconceito: as universidades do Nordeste eram fracas porque seus professores não conseguiam ser aceitos na pós-graduação das universidades do Centro-Sul, e professores malformados não conseguiam melhorar nem a qualidade do ensino de graduação nem implantar núcleos de pesquisa em suas universidades.

● prof. Zeferino Vaz, reitor da jovem Unicamp, teve importante papel nessa fase. Lembro que o procurei, dizendo: “Queremos implantar o Projeto Nordeste, mas os cursos de pós-graduação não querem aceitar esses bolsistas.” Ele respondeu: “Não precisa dizer mais nada; a partir de hoje, a Unicamp está com as portas abertas. A única coisa que quero da Capes é a garantia de seis meses adicionais de bolsas de atualização ou de nivelamento. Faremos um exame e aqueles que não precisarem, entrarão direto.” O papel da Unicamp foi fundamental naquela fase e certamente contribuiu para melhorar a qualidade das universidades federais do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará, universidades incipientes em pesquisa e pós-graduação. Estas três tiveram um rápido crescimento e hoje competem com as universidades regionais e nacionais.

### QUE ÁREAS RECEBERAM

#### TRATAMENTO PRIORITÁRIO?

Quando assumi a Capes, algumas áreas de pós-graduação já possuíam razoável tradição. As ciências biológicas já tinham recebido tratamento

especial, resultado da formulação inicial de Anísio Teixeira e do apoio da Fundação Rockefeller. As engenharias devem muito à Finep em sua fase inicial de implantação da pesquisa e pós-graduação. A Coppe, da UFRJ, e a PUC do Rio foram pioneiras; a maioria dos cursos hoje consolidados é fruto dessas duas instituições, que abriram as portas, foram arrojadas e adotaram um novo modelo de pós-graduação.

Quando olho para trás, enfrento, muitas vezes, um dilema existencial: saber se foi adequado insistir tanto na necessidade de ter pesquisa como condição básica para implantar e desenvolver a pós-graduação, principalmente no nível de mestrado. Nunca me esqueço de uma visita que fiz à Universidade Federal de Minas Gerais para apresentar o sistema de avaliação e de classificação da Capes. Sentado na primeira fila, todo de branco, como médico que era, o ex-ministro Clóvis Salgado ouviu tudo aquilo e disse: “Professor, o senhor é muito jovem. Será que estamos no caminho certo? A medicina sempre teve as residências médicas. Será que precisamos dotar todos os cursos de pós-graduação da área profissional de mestrados de pesquisa?” Aliás, lembro que não prestei a devida atenção a uma das recomendações dos três consultores americanos, anteriormente mencionados, em seu relatório final: “*Take care*, isto é, tomem muito cuidado para não exagerar na exigência de pesquisa nos cursos de pós-graduação das áreas profissionais” — administração, psicologia, medicina, odontologia etc. —; “examinem até mesmo a alternativa de não exigir dissertação nestas áreas.”

Entendo, porém, que para a época — estamos falando da segunda metade da década de 1970 — a exigência de uma dissertação foi importante, porque eram pouquíssimos os verdadeiros núcleos de pesquisa no país, que remontavam ao tempo de Anísio Teixeira. Mas preciso enfatizar que as decisões, felizmente, sempre foram tomadas de comum acordo com a comunidade acadêmica.

#### **QUEM O APOIAVA, NA COMUNIDADE ACADÊMICA?**

Os consultores dos Comitês de Assesores eram indicados pela comunidade científica e sempre foram selecionados os melhores de cada área. Só para dar um exemplo, o primeiro Comitê de Assesores de Economia era formado por três jovens doutores: Edmar Bacha, Luciano Coutinho e Luís Paulo Rosemberg — todos tiveram, depois, destaque nacional.

#### **O SENHOR IMPRIMIU ALGUMA ROTATIVIDADE OBRIGATÓRIA NOS COMITÊS?**

Naquela época, era uma honra fazer parte do Comitê de Assesores da Capes, porque em cada área, apenas os melhores eram convidados. Mas não foi necessário criar uma rotatividade obrigatória, pois ninguém desejava perpetuar-se nos Comitês, e os próprios representantes indicavam novos nomes.

#### **EM 1975 PASSA A FUNCIONAR O CONSELHO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, CRIADO NO ANO ANTERIOR. AS DIRETRIZES GERAIS PASSARAM A SER FORNECIDAS POR ELE?<sup>10</sup>**

<sup>10</sup> Era a seguinte a composição do Conselho Nacional de Pós-Graduação, presidido pelo ministro da Educação e Cultura: ministro-chefe da Seplan, secretário-geral do MEC, presidente do Conselho Federal de Educação, diretor do Departamento de Assuntos Universitários, diretor-geral da Capes, presidente do CNPq, secretário-executivo da Finep, presidente do BNDES e reitores da UnB, UFMG, UFPE, PUC-RJ e USP. Ver CORDOVA (1996) e, neste volume, a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA, especialmente a nota 8.

<sup>11</sup> O economista José Pelúcio Ferreira (1928–2002) esteve, durante a gestão de Hélio Beltrão no Ministério do Planejamento (1967–69), à frente do Funtec, fundo do BNDES voltado para a indústria, que deveria financiar a instalação de centros de pós-graduação ou pesquisa no Brasil. Com a ida de Reis Veloso para o lugar de Beltrão, Pelúcio assumiu a função de secretário-geral do Ministério e, em seguida, a presidência da Finep (1971–75 e 1975–79). Ver Dias (2001) e as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, REINALDO GUIMARÃES e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

○ Conselho ainda estava em fase de implantação. A maioria das diretrizes e projetos era apresentada pela Capes, que desempenhou papel importante com a apresentação e a aprovação do I Plano Nacional de Pós-Graduação. A agência era relativamente pequena — 130 funcionários — e atuava mais com a comunidade acadêmica e científica. Nosso sonho era institucionalizar e ampliar a pós-graduação, além de aumentar a capacidade da pesquisa.

■ No Conselho Nacional de Pós-Graduação, a participação efetiva dos ministros Nei Braga, da Educação, e Reis Veloso, do Planejamento, nas reuniões foi muito importante. Crédito, em boa parte, o sucesso da Capes a alguns fatores, entre os quais o apoio da comunidade acadêmica, mas especialmente à cobertura orçamentária do ministro Veloso, que acreditava na importância da pesquisa e da pós-graduação. Lembro bem que em 72, quando de sua visita à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ele apresentou na aula magna uma visão de planejamento estratégico, em que destacava a necessidade de recursos humanos para que o país pudesse se desenvolver econômica e socialmente. E seria preciso criar, através da pós-graduação, uma massa crítica, não apenas de pesquisadores e profissionais, mas acima de tudo de bons professores no sistema universitário.

■ José Pelúcio Ferreira, secretário-geral da Seplan e depois presidente da Finep, deu enorme apoio à Capes. " Nós nos conhecíamos desde 1972, quando fui nomeado representante do MEC no Conselho Deliberativo do CNPq. A ajuda financeira da Finep foi fundamental para a implantação da pós-graduação no Brasil. Sem um visionário como Pelúcio, dificilmente esta pós-graduação teria obtido o sucesso do qual nos orgulhamos hoje.

**JOSÉ PELÚCIO FERREIRA JÁ ESTAVA  
NA PRESIDÊNCIA DA FINEP?**

■ Sim, e sem a Finep a pós-graduação não teria deslançado, particularmente na fase inicial de implantação da Capes em Brasília. Teria sido difícil desenvolver projetos arrojados, amplos e com necessidade de recursos. Progressivamente, a maioria das verbas passou a vir diretamente da Seplan, quando a Capes já tinha apresentado um planejamento da pós-graduação e demonstrado competência para gerir o dinheiro.

Como conseqüência, a Capes cresceu e ultrapassou em pouco tempo o número de bolsas do CNPq, consolidando-se como agência de pós-graduação, enquanto o CNPq voltou à sua origem de financiador de núcleos, grupos, linhas de pesquisa e projetos dos pesquisadores no país.

## **DURANTE SUA GESTÃO, CRIOU-SE TAMBÉM O GRUPO TÉCNICO DE COORDENAÇÃO.**

### **QUAIS OS SEUS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES?**

Era comum os Comitês de Assessores da Capes examinarem os cursos de pós-graduação e chegarem à conclusão de que alguns não mereciam receber recursos de cotas de bolsas e de auxílios: “Este curso, apesar de credenciado pelo CFE, não tem mais mérito, no nosso entendimento, porque entraram alunos em demasia, com poucos saindo, além de perder alguns professores importantes.” Embora essas situações fossem conhecidas, as agências de fomento como Finep e CNPq continuavam a financiar bolsas ou auxílios. A implantação do GTC tinha como objetivo evitar desgastes entre as agências.

Entre suas primeiras decisões destaca-se um compromisso assumido pelas agências de fomento de acatar coletivamente as decisões dos Comitês de Assessores, mantendo ou interrompendo o financiamento; foi firmado um acordo de cavalheiros: a classificação da Capes valia também para a Finep, o CNPq e outras agências. Sem o aval da classificação da Capes, auxílios e bolsas não eram concedidos. Naquela fase de implantação e de busca da qualidade, foi fundamental as agências trabalharem integradas.

### **OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO FORAM CONSTRUÍDOS NESSE MOMENTO?**

**Não.** Os critérios haviam sido estabelecidos pelos Comitês de Assessores e acatados pelo GTC. Já havia avaliações anteriores dos Comitês, mas o GTC também examinava o formato institucional. Desde que a Capes se consolidou como agência de pós-graduação, sua classificação dos cursos em A, B, C, D e E — sistema recentemente “apropriado” pelo Provão do MEC<sup>12</sup> — passou a ter grande impacto junto às universidades. A própria Finep via nessa classificação da Capes uma forma de convalidar os auxílios que estava dando aos cursos. E realmente, os primeiros cursos a receberem A e B eram aqueles que geralmente já estavam sendo financiados pela Finep e continuaram a ser, durante toda a década de 1970.

### **QUAIS ERAM OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS?**

**O** levantamento dos cursos de pós-graduação realizado em 1973 tinha mostrado que os critérios de classificação variavam muito de universidade para universidade, de curso para curso. Através dos Comitês, a Capes fixou um critério nacional, válido para todas as áreas. Estes critérios gerais eram adaptados pelos Comitês por área, mas todos eram baseados em indicadores mínimos: qualificação do corpo docente, produção científica, número de créditos (360 horas de disciplinas), além da análise de cópias das dissertações ou teses. Esta análise era uma forma adicional de avaliar a qualidade dos cursos, pois os documentos representavam uma espécie de cartão de visitas do curso, espelhavam a qualidade das pesquisas realizadas pelos alunos.

### **O SENHOR ENCONTROU RESISTÊNCIAS?**

**Obviamente.** Em 75, na primeira rodada de avaliação, um número considerável de cursos negou-se a preencher os formulários enviados.

<sup>12</sup> Conhecido como “Provão”, o Exame Nacional de Cursos foi criado pela Lei n.º 9.131, de 1995, e constitui um dos instrumentos de avaliação do MEC, visando à melhoria da graduação brasileira. As provas são realizadas anualmente entre maio e junho, e sua abrangência está restrita às diretrizes e currículos em vigor. Condição obrigatória para a obtenção do registro do diploma de nível superior, deve ser prestado pelos alunos que estão concluindo os cursos escolhidos no ano anterior pelo MEC. Ver [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

<sup>13</sup> A respeito, ver as entrevistas de SUZANA GONÇALVES e CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

Formulários que solicitavam dados absolutamente corriqueiros: número de doutores, disciplinas dos cursos, número de alunos admitidos anualmente, número de diplomados — isto é, o fluxo anual —, cópias de meia dúzia de dissertações ou teses, produção científica individual dos professores. Enfim, o normal, que se faz até hoje com qualquer curso de pós-graduação. Esse era o material que os Comitês de Assessores examinavam, resultando na classificação e distribuição de cotas de bolsas.

Inicialmente, os Comitês negaram cotas de bolsas para os cursos que não tivessem preenchido os formulários. Ao tomarem conhecimento de que o GTC apoiava essa decisão através das agências de fomento, rapidamente as instituições passaram a enviar regularmente os dados e os formulários, tornando-se uma rotina válida até hoje. Esta distribuição descentralizada, transferindo para as instituições a responsabilidade de alocar as bolsas e acompanhar a produtividade científica e acadêmica, representava uma espécie de talão de cheques concedido diretamente às instituições de ensino com pós-graduação. Em pouco tempo o processo consolidou-se junto à comunidade acadêmica.

**O SENHOR SOFREU ALGUM TIPO DE INTERFERÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA? AFINAL, EMBORA O GOVERNO GEISEL TENHA SIDO MENOS DITATORIAL QUE OS ANTERIORES, O AI-5 AINDA ESTAVA EM VIGOR.**

Com toda a honestidade, devo dizer que jamais senti qualquer interferência ostensiva e direta em todo aquele período, com relação à Capes. Havia uma liberdade muito grande de atuação.

Não posso minimizar o fato de que a Capes tinha em seu quadro um representante do SNI, mas seu papel jamais interferiu no processo decisório dos Comitês. De outro lado, é preciso destacar o importante papel desempenhado pelo ministro Nei Braga, fundamental ao avalizar as decisões dos Comitês de Assessores.<sup>13</sup>

É provável que tudo isso se encaixasse num projeto maior das Forças Armadas e do ministro Veloso, uma política global do regime militar para a formação do maior número possível de recursos humanos, visando qualificar quadros para promover o desenvolvimento da economia nas áreas científicas e tecnológicas.

**COMO ERA A TOMADA DE DECISÕES NA CAPES?**

O processo era relativamente simples. A Capes elaborava projetos com o objetivo de conseguir recursos orçamentários adicionais e os submetia à

aprovação do diretor do DAU, o prof. Edson Machado. Após a obtenção dos recursos, a direção tinha ampla autonomia, sempre respaldada pelo exame técnico dos Comitês. Os recursos provenientes do DAU eram sempre suplementados pelos da Finep e depois da Seplan. Mas ao mesmo tempo a direção da Capes tinha autonomia para atender a casos emergenciais, desde que aprovados por um representante científico da área.

#### O QUE SIGNIFICOU A SUBSTITUIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO PELO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CTA)?<sup>14</sup>

A transferência da Capes do Rio para Brasília representou uma profunda mudança administrativa no processo decisório. A concessão de cotas de bolsas e de auxílios passou a ser examinada, não apenas pelos Comitês, mas também pelas assessorias das demais agências de fomento que participavam do CTA. A distribuição de bolsas no país e no exterior, assim como os auxílios, deixou de ser analisada individualmente, como acontecia no antigo Conselho Deliberativo, passando a ter tratamento institucional.

#### QUEM ERAM SEUS PRINCIPAIS COLABORADORES?

Antes de mais nada, a principal colaboração era dada pela comunidade científica, que oferecia à direção a necessária tranqüilidade administrativa no processo decisório.<sup>15</sup> De outro lado, foi necessário montar uma equipe completamente nova, pois dos 130 funcionários da Capes atuando no Rio de Janeiro em março de 1974, apenas oito aceitaram o desafio de transferir-se para Brasília. Dentre os veteranos, destaco Domingos Vieira Gomes, que foi assessor financeiro e administrativo e depois acompanhou os diretores-gerais Cláudio de Moura Castro e Edson Machado. Extraordinária pessoa e competente profissional, que muito colaborou na implantação do sistema de gestão descentralizada das bolsas para as universidades. Naquela época, havia muita dificuldade para recrutar profissionais para ocupar os novos cargos. Hoje, Brasília tem mais de 30 instituições de ensino superior, mas naquela fase só havia a UnB, o Ceub e a Católica, que ainda era apenas faculdade.

A forma de atuação foi a de descentralizar, não apenas para as instituições de ensino, através das cotas de bolsas, mas também internamente, delegando responsabilidade e procurando criar um *esprit de corps*. Como ocorre em qualquer organização nos períodos de implantação, os funcionários se dedicavam inteiramente, passando, inclusive, fins de semana trabalhando. Dedicção que foi passando de geração em geração, permitindo uma racionalidade administrativa com um número relativamente pequeno de recursos humanos. Hoje devem restar umas duas ou três pessoas da equipe original, entre elas Elionora Cavalcante de Barros, que descreveu parte de experiência em sua dissertação de mestrado.<sup>16</sup> É uma leitura interessante.

#### TAMBÉM DURANTE SUA GESTÃO, FOI INSTITUÍDO O DOUTORADO-SANDUÍCHE. O QUE ERA ISSO?

O projeto do *doutorado-sanduíche* partiu da constatação de que nossos doutorandos ficavam no exterior quatro, cinco anos e voltavam para sua

<sup>14</sup> O decreto nº 74.299, de 18.07.1974, não apenas redefiniu os objetivos da Capes, mas também redefiniu sua estrutura interna. Uma das alterações então implementadas foi a transferência das funções do Conselho Deliberativo para um Conselho Técnico Administrativo, composto pelo diretor-geral da Capes, cinco representantes do MEC e três representantes institucionais (CNPq, Seplan e Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores). Ver CORDOVA (1996).

<sup>15</sup> A partir de 1974, a direção geral da Capes passou a recorrer cada vez mais à colaboração de consultores acadêmicos em áreas como a análise de cursos de pós-graduação; solicitações de bolsas de estudos e entrevistas com os candidatos, e elaboração, implantação e avaliação de projetos e programas de interesse para a política institucional ou para o ensino de pós-graduação. Com o tempo, esta colaboração informal deu lugar às Comissões de Consultores. Ver CORDOVA (1996).

<sup>16</sup> Atual coordenadora de Desenvolvimento Institucional da Capes, cuja dissertação de mestrado foi publicada pela Editora da Universidade Federal de São Carlos, em 1998, com o título *Política de Pós-Graduação: um estudo da participação da comunidade científica*. Ver sua entrevista neste volume.

<sup>17</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM, SANDOVAL CARNEIRO JR., MARIA ANDRÉA LOYOLA, e MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, neste volume.

universidade de origem, totalmente desconectados e defasados da realidade econômica, social e científica nacional; em segundo lugar, estudavam temas em suas teses de doutorado que não tinham nada a ver com a realidade nacional.

Assim, foi adotada uma nova sistemática, batizada de *doutorado-sanduíche*: as concessões eram feitas para que o bolsista passasse um ano e meio no exterior, fizesse os créditos, discutisse um tema de tese com seu orientador e voltasse para o Brasil, onde faria os trabalhos de campo, toda a pesquisa empírica e as descrições iniciais.

Em seguida, retornaria ao exterior para um período de seis a 12 meses, com o objetivo de terminar de redigir e burilar a tese com seu orientador e depois defendê-la.<sup>17</sup>

Outro projeto inovador paralelo foi o *projeto enxoval*. Ao retornar ao Brasil, o bolsista era um especialista, cuja expectativa e suporte institucional não lhe permitiam desenvolver pesquisa científica, pela falta de bibliografia e equipamentos de laboratório. Como consequência, ele passava dois ou três anos até conseguir recursos do CNPq ou de outras agências de fomento para a aquisição de livros e equipamentos. Então, a idéia era fornecer-lhe um auxílio para que ele conseguisse se instalar imediatamente após a chegada, e pudesse começar a trabalhar, aplicando imediatamente seus conhecimentos.

#### **POR QUE O SENHOR DEIXOU**

##### **A DIREÇÃO DA CAPES?**

Novos governos trazem novos ministros e, como consequência, novas equipes. Fui substituído pelo prof. Cláudio de Moura Castro, que consolidou os programas e projetos iniciados.

#### **AO SAIR DA CAPES O SENHOR**

##### **VOLTOU PARA A UNIVERSIDADE?**

Não. Durante minha gestão na Capes, José Dion de Melo Teles ocupava a presidência do CNPq. Na mudança de governo, ele voltou a presidir o Serpro e me convidou para ser diretor de Recursos Humanos. Foram seis anos muito ricos, período em que continuei aprendendo como administrar ciência e tecnologia, mas com uma nova visão. Foi uma experiência fundamental para minha atuação posterior, como diretor do CNPq em duas oportunidades.

**A** primeira aconteceu em 1985, com a instalação da Nova República. O prof. Roberto Santos, ex-reitor da UFBA e ex-governador da Bahia, assumiu a presidência do CNPq e convidou-me para participar da diretoria, como responsável pela área de Ciências Básicas. Passei um ano e meio — chamo de primeira época na diretoria do CNPq, já que tive a segunda época em 90. Essa experiência no CNPq foi uma excelente oportunidade de participar de outra agência de fomento de ciência e tecnologia. Foi também a chance de participar da implantação da informatização do CNPq, assim como da consolidação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

**Saí** do CNPq em 1997, quando iniciei meu noviciado na administração de universidades particulares familiares, participando como vice-reitor acadêmico da Universidade Anhembi-Morumbi, em São Paulo, onde fiquei um ano e meio.

#### **APÓS SUA PASSAGEM POR SÃO PAULO, O SENHOR IMPLANTOU A FUNADESP, EM BRASÍLIA. QUE ORGANISMO É ESSE?**

**É** a Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, popularmente chamada de “Capes das particulares”, fundada por mais de 80 instituições particulares de ensino superior, visando ao fomento da capacitação de seus quadros docentes, e da pesquisa, através do sistema de bolsas, que permite aos docentes obterem seus títulos de mestre e de doutor. Após mais de um ano de atividade, aceitei o desafio de ser vice-reitor da Universidade do Norte do Paraná, a Unopar, em Londrina, onde estou há quase um ano e meio.

#### **A QUE O SENHOR ATRIBUI O SUCESSO DA CAPES, A PARTIR DE SUA GESTÃO?**

**Grande** parte desse sucesso se deveu ao apoio ostensivo dos ministros da Educação e do Planejamento, à intensa participação da comunidade científica e aos recursos financeiros colocados à disposição, mas acima de tudo à integração das agências de fomento e à equipe de funcionários da Capes que, apesar de pequena, participava intensamente de todas as atividades, inclusive visitando as universidades e conhecendo *in loco* os cursos de pós-graduação, criando um *know-how* importante de processo decisório, juntamente com os Comitês de Assessores.

#### **ATUALMENTE, QUAL É O GRANDE DESAFIO DA PÓS-GRADUAÇÃO?**

**Minha** experiência recente com universidades particulares me leva a uma reflexão. Atualmente, a pós-graduação enfrenta novos e diferentes desafios, pois nos últimos 25 anos aconteceu a explosão das matrículas da graduação nas instituições particulares de ensino superior — hoje representam mais de 60% do total das matrículas. Boa parcela dos seus professores precisa obter título de mestre ou doutor, e representam uma realidade importante, se partirmos da premissa de que a melhoria do ensino de graduação só será obtida através do treinamento em cursos de pós-graduação. A responsabilidade e o papel da Capes neste contexto devem ser revistos, para que a agência, fiel a seu nome original de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, volte a apoiar todos os docentes de nível superior.

DEPOIMENTO

DARCY CLOSS

83

Temos que encontrar novas soluções, imaginar novas fórmulas, ser inventivos, para enfrentar os enormes desafios que temos pela frente.

## **CLÁUDIO DE MOURA CASTRO**

Carioca de nascimento, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO viveu boa parte de sua infância e adolescência em Belo Horizonte, onde ficava a empresa de sua família. Formado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, fez seu mestrado em Yale, e o doutorado em economia na Universidade de Vanderbilt, ambas nos Estados Unidos. Lecionou nos programas de mestrado da PUC-RJ, da EPGE/FGV, UnB, e nas universidades de Chicago (EUA), Genebra (Suíça) e Borgonha (França). Foi chefe de divisão de políticas de formação da Organização Internacional do Trabalho-OIT, chefe de divisão de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e economista sênior de recursos humanos do Banco Mundial. Entre 1979 e 1982 foi diretor-geral da Capes. Atualmente é articulista da Revista *Veja*, e presidente do conselho consultivo da Faculdade Pitágoras, em Belo Horizonte.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 28 de agosto de 2001.

**O SENHOR FEZ CARREIRA ACADÊMICA COMO ECONOMISTA.****COMO TUDO ISSO O LEVOU PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO?**

Desde menino, tinha interesse pelas atividades manuais: mecânica, ferraria, carpintaria, depois por eletricidade e eletrônica; por isso, pensei inicialmente em estudar engenharia. Mas comecei a ler sobre ciências sociais e achei bastante interessante; depois, percebi que tinha horror de matemática, era muito indisciplinado. Além disso, se estudasse engenharia, passaria um ano como engenheiro e o resto da vida como administrador da empresa da família.<sup>1</sup> Então resolvi estudar administração, mas achei muito pobre, intelectualmente; economia era muito mais rica, o desafio intelectual muito maior.

A faculdade de administração era uma antiga escola de comércio, um curso desses de perito contador, a coisa mais humilde possível. Com a criação da Universidade Federal de Minas Gerais, virou faculdade de economia e administração da noite para o dia, à frente da qual ficou um professor de economia política, um advogado chamado Ivon Leite Magalhães Pinto, que teve uma única idéia brilhante na vida — mas não é necessário mais do que uma idéia para modificar o mundo, não é mesmo? Na hora de construir o prédio da faculdade, ele fez sala para professor, sala para aluno, uma biblioteca, que equipou com todos os clássicos de economia, assinaturas de todas as grandes revistas internacionais de economia, administração, sociologia e ciência política, e botou os professores menos ruins em tempo integral, coisa absolutamente inédita na época. E passou a fazer um concurso para selecionar uns sete alunos por ano, aos quais concedeu uma bolsa equivalente a um salário mínimo. Deixou esse pessoal trancadinho lá dentro, com porteiro na porta, de sete da manhã às sete da noite; isso criou uma química fantástica. Éramos todos autodidatas, porque os professores também não sabiam quase nada; a partir do segundo ano, já sabíamos mais do que a metade deles.

Íamos à biblioteca, líamos os clássicos, contávamos um para o outro. E quando se formou a primeira turma de bolsistas, apareceu a primeira geração de professores que sabia alguma coisa.

**QUEM ERAM OS SEUS****CONTEMPORÂNEOS?**

Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier, Edmar Bacha, Paulo Haddad, Vilmar Faria, um bocado de gente conhecida. Mas, como disse, larguei administração e me formei em economia. Agora, esse negócio de ser bolsista me marcou muito, pois foram quatro anos de tempo integral no meio de um grupo de gente superintelectualizada, que se automotivava, criava seus próprios valores e estudava por iniciativa própria. Nos primeiros anos,

<sup>1</sup> A Usina Siderúrgica Queirós Júnior, fundada no interior de Minas em 1888 com o nome de Usina Esperança, pertencia à família paterna de Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, avó materna do entrevistado. Ver DICIONÁRIO (2000).

estudávamos em livros franceses, que comprávamos por conta própria; nos últimos anos estudávamos todos em livros americanos. Os professores sequer liam em inglês.

Quando me formei, fiquei muito impressionado, porque flutuava entre 90% e 100% a proporção dos graduados pela nossa faculdade aprovados no CAE, o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da FGV, antecessor da EPGE, a Escola de Pós-Graduação em Economia; ou seja, aquele era realmente um grupo excepcional. Comecei a ver que aquilo havia se convertido na melhor faculdade de economia do Brasil, medida pela proporção de aprovação no CAE, depois na Fipe e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, a Anpec — e quase todos eram bolsistas. Depois de terminar o doutorado, quando vim ensinar na EPGE, comecei a propor a várias universidades que criassem um sistema semelhante; todo mundo achava engraçadinho, mas ninguém criou. Quando cheguei na Capes, descobri que não tinha que pedir licença a ninguém, era no canetaço mesmo. E pronto! Criei o PET, Programa Especial de Treinamento, do dia para a noite.

#### ESSE CURSO DO CAE JÁ ERA UM VERDADEIRO CURSO DE MESTRADO?

Não, era tecnicamente de “aperfeiçoamento”. Quando fiz o curso, em 1963, Mário Henrique Simonsen dava aula de economia, junto com Isaac Kerstenetsky, Jessé Montelo, enfim, era um ambiente muito interessante, um curso excepcional; começava em janeiro e ia até o início do próximo ano letivo no Hemisfério Norte, mais ou menos em setembro, e os mais bem classificados tinham vagas cativas em Harvard e Yale. Fui fazer o mestrado em Yale — um ano — e depois segui para Berkeley, para fazer o doutorado em economia. A essa altura, administração já tinha ido para espaço, e eu já tinha desistido completamente de trabalhar na empresa da família.

O ano que passei em Berkeley foi horroroso, caótico, o ano do *free speech movement*; num só dia, mais de 700 estudantes foram presos. Um negócio horrível, um clima muito ruim. E eu não estava satisfeito; passei um ano e saí. Mas pude ter duas ou três aulas com um dos pouquíssimos homens que empatam com Mário Henrique Simonsen como professor: Amartya Sen.<sup>2</sup> Fiz com ele um curso de desenvolvimento econômico, que teve duas ou três aulas sobre economia da educação, no fim das quais decidi que era isso que queria estudar. Fui para Vanderbilt fazer o doutorado e lá fui aluno do terceiro grande professor da minha vida: o romeno Nicholas Georgescu-Roegen.<sup>3</sup>

No Departamento de Economia de Vanderbilt havia dois ou três professores interessados em economia da educação; um deles me mandou para Chicago conversar com Theodore Schultz, que mais adiante veio a receber o Prêmio Nobel.<sup>4</sup> Escrevi minha tese sobre economia da educação e voltei para o Brasil para trabalhar na EPGE.<sup>5</sup>

#### QUAL É O TEMA PRINCIPAL DE SUA TESE?

Minha tese é um híbrido: há uma espinha dorsal analítica bem definida de investimentos em educação, em capital humano, quanto se gasta, o que acontece depois — taxa de retorno, tudo bonitinho, pelo figurino; em

<sup>2</sup> O indiano Amartya Sen (1933) é doutor em economia pelo Trinity College de Cambridge (Inglaterra) e lecionou em diversas universidades da Índia e da Inglaterra até transferir-se para os Estados Unidos onde vem ensinando economia e filosofia na Universidade de Harvard. Em seus trabalhos, ao discutir os problemas econômicos e as causas da fome, reintroduziu a dimensão ética, o que, associado à sua contribuição para a economia de bem-estar social e ao interesse pelos problemas dos segmentos mais pobres da sociedade, garantiu-lhe o Prêmio Nobel de Economia de 1988. Ver [www.britannica.com](http://www.britannica.com).

<sup>3</sup> Radicado nos Estados Unidos, o romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906–94) formou-se pela Universidade de Bucareste e pela Sorbonne (estatística). Professor da Escola de Estatística de Bucareste e da Universidade de Vanderbilt, Georgescu-Roegen lecionou também na Itália, no Japão e no Brasil, desenvolvendo pesquisas na América Latina sobre as causas e efeitos da inflação nos países em desenvolvimento e o processo para combatê-la. Tem também estudos sobre as limitações do tratamento matemático da economia. Chegou a ser indicado para o Prêmio Nobel de Economia. Ver *RBE* (1972).

<sup>4</sup> Sobre Theodore Schultz, ver entrevista de ALMIR DE CASTRO, neste volume, especialmente a nota 4.

<sup>5</sup> *Investment in Education in Brazil: a Study of two Industrial Communities*. Nashville, Tenn.: Vanderbilt Univ. 1970. (PhD Thesis).

cima disso, há um estudo antropológico da cidade de Itabirito (MG), onde cresci. Nessa parte entra a história, a política, o desenvolvimento econômico, a industrialização, a evolução cognitiva dos alunos; enfim, uma espécie de estudo etnográfico comunitário com uma espinha dorsal de economia da educação. Eu me diverti muito fazendo essa tese, porque conhecia todo mundo na cidade.

**O SENHOR PASSOU MUITO TEMPO  
COMO PROFESSOR DA EPGE?**

**N**ão, porque briguei muito com o Mário Henrique; dali fui para o lesae, o Instituto de Estudos Avançados em Educação, que estava sendo criado na FGV, e que achei bem mais interessante. Comecei também a dar aulas no Departamento de Economia da PUC, ingressei no Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e, simultaneamente, conduzia uma série de pesquisa com alunos; publicamos montanhas de livros e artigos, resultado de teses.

**E**m 1974 fui dirigir um projeto internacional que se mudava para o Brasil — estava anteriormente na Brookings Institution, em Washington — com Felipe Herrera, fundador do BID; vim trabalhar diretamente com ele.

Era um projeto enorme, desenvolvido em 13 países, e eu coordenava a parte de educação, que pesquisava custos e determinantes de escolaridade. E, coisa tão em moda hoje, aplicávamos testes de rendimento escolar.

Chamava-se Eciel, Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-americana; fizemos estudos de educação, nutrição, mercado, uma porção de coisas.

**COMO SURTIU O CONVITE  
PARA DIRIGIR A CAPES?**

**E**stava há uns quatro anos trabalhando naquele projeto, quando recebi um telefonema do Guilherme de la Peña, já escolhido para a Secretaria de Ensino Superior do MEC, perguntando se eu queria ser diretor da Capes. Eduardo Portela havia sido indicado para ser ministro da Educação do governo Figueiredo, que se iniciava em março de 1979. Apesar de ter sido um dos ministros mais bem intencionados que já tivemos, o Portela foi um dos com menos capacidade para identificar quadros e montar uma equipe; foi de uma extraordinária infelicidade, nesse particular. A SESu é um lugar muito difícil, espinhoso, cheio de armadilhas, e ele convidou o Guilherme de la Peña, um tocador de obra; excelente funcionário da Finep, muito inteligente, competente, mas de personalidade volátil. Convidou ainda o

João Guilherme de Aragão, um velho nordestino do Dasp, para ser secretário-geral; foi uma catástrofe.<sup>6</sup>

● Guilherme não me conhecia muito bem, só tínhamos estado juntos uma vez; acho que me convidou por referências que teve a meu respeito.

#### **O SENHOR NÃO TINHA NENHUMA ARTICULAÇÃO POLÍTICA NO MEC?**

**Z**ero. Tinha visto o Guilherme uma vez, e o Portela, nem isso. Depois fiquei sabendo que meu nome foi o segundo; o primeiro a ser escolhido foi o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, da UnB, que impôs como condição para assumir a direção da Capes a eliminação do veto ideológico na concessão de bolsa. O Portela disse que não tinha a mais remota possibilidade de fazer isso, e saíram buscando outro nome; acharam o meu, não sei como. Acredito que Dionísio Dias Carneiro, que tinha sido indicado para a Finep naquele momento, possa ter influenciado. Sei que recebi o convite e aceitei.<sup>7</sup>

**M**eu raciocínio foi o seguinte: “Falo mal dos dirigentes do MEC, dizendo que deviam fazer isso e aquilo; minha artilharia está assestada contra a administração da educação brasileira, não faço outra coisa senão criticá-la. Agora, quero ver como é estar do outro lado. E já que me convidaram para a melhor posição do MEC” — ser diretor da Capes é infinitamente melhor do que ser ministro da Educação —, “vou aceitar, vou virar vidraça.”

**E**u tinha uma carreira acadêmica consolidada, não tinha a mais remota intenção de permanecer no serviço público, tinha minha posição na Fundação Getúlio Vargas e na PUC, era uma época em que o mercado era extremamente generoso; se perdesse o emprego, eu poderia ir, virtualmente, para qualquer lugar no Brasil, então aceitei. Minha meta era fazer tudo o que tivesse que fazer, com uma enorme curiosidade intelectual de verificar quanto tempo levaria para me botarem para fora. Fiquei dois anos e meio; descobri que a burocracia é incompetente até para expelir as pessoas.

#### **ERA VISÍVEL A INTENÇÃO DE COLOCÁ-LO PARA FORA?**

**C**omo não?! O “baixo clero” do MEC conspirou contra mim desde o início, pela minha irreverência e meu desamor pelas liturgias da burocracia.

#### **QUAL FOI SUA PRIMEIRA IMPRESSÃO AO CHEGAR À CAPES?**

**D**escobri que era uma instituição brilhante, com uma equipe extremamente leal, do contínuo ao diretor-adjunto, todos totalmente dedicados e com particular abertura para a inovação. Eu não podia querer mais. Tudo modestinho, magrinho, pouca gente, uns 200 funcionários, sem grandes estrelas, não era um CNPq, sempre cheio de grandes cientistas; *prima dona* na casa, só eu. Levei aos poucos uma nova geração de gente intelectualmente sólida e descobri que dava para fazer coisas do arco-da-velha. Eu tinha um diretor-adjunto extraordinário, o Hélio Barros, que conhece a Capes muito mais que eu, porque pegou três gestões. Fazíamos uma boa dobradinha: ele olhava os dinheiros e a administração, e eu ficava inventando moda.

● primeiro dia na Capes foi muito ilustrativo: cheguei no MEC sem grava-

<sup>6</sup> O pernambucano João Guilherme de Aragão foi diretor do Dasp entre 1956 e 1961. Ver *DHBB* (2001).

<sup>7</sup> Sobre o episódio, ver a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume.

ta e fui logo barrado no elevador privativo do ministro; além disso, meu primeiro ato administrativo foi mandar desentupir a latrina do meu gabinete. E em meu primeiro contato com a burocracia, fui levado para ver o processamento do sistema de bolsas, como passava de uma mesa para outra, de uma mesa para outra, uma coisa chatíssima. Como não queria fazer desfeita, fiquei prestando atenção e fazendo perguntas. Em dado momento, não resisti: “Por que é necessário este papel aqui, se já existe este outro?” Resposta: “É, realmente, não há necessidade.” E eu: “Então, vamos acabar com ele.” O Hélios Barros disse em seguida: “Fulano, acabe com o papel.” E eliminou-se aquele papel. Era uma burocracia realmente fantástica!

**O SENHOR DISPENSOU  
ALGUÉM DA EQUIPE?**

**Não.** Logo que cheguei, disse que não poria ninguém na rua, que estava todo mundo garantido — o Guilherme de la Peña tinha feito um estrago na SESu, botando todos os velhos na rua. Quanto a mim, pedi a todos os funcionários qualificados que me escrevessem meia página, uma página, o que fosse, sobre o que achavam da Capes; com isso, fiquei sabendo quem era quem, deu para fazer uma apreciação sobre a qualidade do pessoal, além de conhecer muito mais sobre a agência. O resultado foi um processo normal de atrito: as pessoas que não se sentiram confortáveis com o novo clima foram progressivamente saindo, e foram entrando novos, ou seja, a minha equipe, essencialmente alguns conhecidos e ex-alunos meus que tinham feito mestrado: Fernando Spagnolo, que ainda está lá, Guy Capdeville, hoje reitor da Universidade Católica de Brasília, Lúcia Guaranis, que hoje está na Finep, Ricardo Martins, e mais um grupinho.

A Capes tinha dois estamentos: a geração do Rio de Janeiro, que falava em “repartição pública” e em “servidor”, com uma boa, embora pesada, cultura de serviço público; e os acadêmicos que tinham entrado mais recentemente.

Não obstante, funcionava bem, havia uma boa química e havia, principalmente, um forte espírito de equipe, que fez bastante esforço para manter e aprofundar. A Capes tinha um time de vôlei; pois Spagnolo e eu fizemos questão de jogar vôlei com os contínuos.

Houve até um incidente interessante. A Capes recebia um volume monumental de cartas, e o protocolo estava levando dois dias para processar tudo aquilo; algumas cartas eram urgentes, eram bolsistas pedindo socorro no exterior, essas coisas. Mandeí um funcionário fazer uma investigação,

mas ele não descobriu nada de errado. Decidi ir ao protocolo e comecei perguntando como se fazia a triagem; ficamos, dois ou três contínuos e eu, fazendo a triagem das cartas durante toda uma manhã. Realmente, não havia nada de errado, mas depois que estive lá o protocolo passou a funcionar; os contínuos se sentiram valorizados por terem o diretor da Capes trabalhando junto com eles.

**QUAL ERA SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROJETO DE ANÍSIO TEIXEIRA PARA A CAPES?<sup>8</sup>  
QUAIS OS PONTOS DE CONTINUIDADE,  
QUAIS OS PONTOS DE RUPTURA?**

Exceto quanto à dedicação do *staff*, à competência, ao amor à instituição, há uma ruptura cognitiva entre a Capes de Anísio Teixeira e a de Darcy Closs: a memória se perdeu; só quando a Capes completou 30 anos é que fizemos uma grande comemoração e voltamos a ver o que Anísio falava sobre ela. Criei, nessa ocasião, o Prêmio Anísio Teixeira, para recuperar a importância de sua figura para a trajetória e o sucesso da Capes.<sup>9</sup> Eu próprio cheguei à direção sem saber absolutamente nada sobre ele, a não ser que era um baiano de grande envergadura, que tinha feito coisas importantes, membro do movimento da Escola Nova etc., mas seu papel dentro da Capes tinha sido completamente apagado; não encontrei qualquer mensagem que pudesse ser atribuída ao Anísio, não houve a herança de uma mensagem substantiva. Havia a herança de uma organização com amor-próprio, com auto-estima, sem nenhuma mancha de corrupção e com uma meritocracia muito forte.

**É UMA INSTITUIÇÃO ORIGINAL DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO?**

Isso mesmo. Pelo que pude entender, a Capes teve um levíssimo período fisiológico, por ação dos consultores que acompanhavam seus próprios projetinhos, mas nunca chegou a ser uma coisa ostensiva; as bolsas sempre foram concedidas à base do mérito. Não sei se já era uma idéia do Anísio, mas sei que perdurou. Mesmo após 1964, manteve-se a tradição: todo político respeitou a Capes; até seus maus dirigentes eram pessoas com bons currículos.

**ENTRETANTO, PODE-SE PERCEBER UMA DIFERENÇA ENTRE O PERFIL DE ANÍSIO TEIXEIRA E SEUS DOIS PRIMEIROS SUCESSORES:  
SUZANA GONÇALVES E CELSO BARROSO LEITE.<sup>10</sup>**

Certamente, Anísio mais formulador, e os dois mais operacionais; Suzana pelo perfil — não a conheço muito bem —, e Celso por omissão. Segundo entendi, mas jamais verifiquei, ele não estava lá pela Capes, era uma posição de conveniência, para poder fazer o discurso do Passarinho; não era a paixão da sua vida.<sup>11</sup> Mas, por tudo o que sei, o Celso é um homem digno. Ambos não eram pessoas da comunidade acadêmica, concordo. Mas o ponto fundamental é que, quando cheguei à Capes, a memória da casa era o Darcy Closs.<sup>12</sup> A Capes era representada por suas idéias; não havia um passado por trás dele, exceto, como já disse, pela seriedade, honestidade e meritocracia, que foram preservadas.

<sup>8</sup> Sobre Anísio Teixeira, ver *DHBB* (2001), além das entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, AMADEU CURY, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER, REINALDO GUIMARÃES, e especialmente a de ALMIR DE CASTRO.

<sup>9</sup> O Prêmio Anísio Teixeira é concedido a cada cinco anos a personalidades que tenham contribuído para o desenvolvimento e fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa no país. Ver [www.s bq.org.br](http://www.s bq.org.br).

<sup>10</sup> SUZANA GONÇALVES dirigiu a Capes entre 1964 e 1966; CELSO BARROSO LEITE foi diretor-geral entre dezembro de 1969 e março de 1974. Ver suas entrevistas, neste volume.

<sup>11</sup> Sobre a ligação entre CELSO BARROSO LEITE e Jarbas Passarinho, ver a entrevista do primeiro, neste volume.

<sup>12</sup> DARCY CLOSS dirigiu a Capes entre 1974 e 1979. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>13</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de DARCY CLOSS e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

**COMO VIA SEU PRÓPRIO PAPEL  
NA DIREÇÃO DA CAPES?**

Eu entendia que pós-graduação não pode ter o mais remoto resquício de preocupação com eqüidade, justiça social ou assistencialismo; entendia que pós-graduação era a mais pura meritocracia, alguma coisa para formar uma elite de pesquisadores.

**A** gestão anterior, do Darcy, tinha aproveitado corretamente uma disponibilidade gigantesca de fundos adicionais para crescer loucamente. Houve um aumento quantitativo no número de bolsas, de programas de mestrado, de programas especiais. Isso tinha gerado uma coisa muito grande, cheia de arestas.<sup>13</sup>

**P**ois bem, um dos primeiros textos internos que escrevi chamava-se *A calibragem da pós-graduação* e seria a tônica da minha gestão. Eu dizia o seguinte: “Depois desse crescimento todo, temos que calibrar, fazer o ajuste fino; ou seja, deu-se muita bolsa que não era para dar, criou-se muito programa que não era para criar, há muita gente incompetente por aí.” Não podia ter sido diferente; seria um crime se o Darcy não aproveitasse aquela conjuntura e ficasse contanto vinténs, tentando fazer uma coisa muito arrumadinha. O Darcy foi absolutamente certo no que fez.

**DARCY CLOSS TENTOU IMPLANTAR ALGUM  
CONTROLE QUALITATIVO, COMO A AVALIAÇÃO,  
OS COMITÊS ASSESSORES, AS NOTAS DOS CURSOS,  
ESTIMULOU A CRIAÇÃO DAS PRÓ-REITORIAS.**

**Exatamente.** Tudo isso é certo, mas não houve qualquer avaliação crítica, portanto a herança era minha. Estava tudo lá, agora era fazer a calibragem, o ajuste fino; a qualidade passou a ser o principal objetivo. Meu papel foi separar o joio do trigo, acertar o crescimento atabalhado da pós-graduação, que eu mais do que justificava. Em momento algum critico o Darcy por fazer o que fez, mas em momento algum achei que fosse hora de continuar na mesma linha. Iniciei a campanha da qualidade: “Tem que publicar, tem que sair tese, tem que fazer pesquisa, tem que impor tempo integral, tem que dar seriedade.” Ao mesmo tempo, iniciei uma calibragem administrativa: mais flexibilidade para o regime de bolsas, criação de novos programas pela Capes; criamos um programa a distância, o Pós-Grade, que deu muito certo, para formar professores de cursos de graduação mais longezinhos, criamos o programa de formação científica para jornalistas, para ensiná-los a entender ciência para poder noticiá-la adequadamente.

### FORMALMENTE, COMO FOI FEITA A CALIBRAGEM DA PÓS-GRADUAÇÃO?

**P**rimero, a avaliação, que foi o cavalo de batalha. Anteriormente, era feita a portas fechadas, com informações assistemáticas, casuais. Criamos um sistema informatizado de informação, pelo qual as instituições preenchiam todos os quadros, produção científica, tudo. Inclusive, tínhamos um sistema pelo qual não precisavam preencher tudo todo ano, só as alterações; ou seja, criamos uma base de informação muito sólida. E começamos a exigir que enviassem amostras de produção científica. Segundo, continuamos com a mesma liberdade do tempo do Darcy na montagem dos comitês assessores e aperfeiçoamos um sistema iniciado por ele: a rotatividade de consultores. A cada ano, metade era substituída; a outra metade transmitia a experiência.

**E**u me encarreguei de fazer um levantamento, perguntando aos consultores que critérios eles estavam usando para avaliar; anotei, fiz umas tabelinhas, tomei os quantitativos. Em seguida, Gláucio Ari Dillon Soares e eu escrevemos um artigo, onde tentávamos simular o comportamento dos consultores a partir do que eles diziam que faziam.<sup>14</sup> Ou seja, fizemos uma previsão econométrica das notas que os consultores dariam, baseado no que eles afirmavam que era importante, e a previsão se confirmou. Ou seja, realmente os consultores estavam dando notas de acordo com os critérios que diziam que usavam.

### MUDOU ALGUMA COISA NO FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS ASSESSORES?

**N**ão. Continuaram divididos por áreas, tinham um presidente, continuaram podendo visitar qualquer curso sobre o qual tivessem dúvidas e ver qualquer tese que quisessem; isso foi padronizado. Aí começou o lento processo de tornar público os resultados. A meta, muito clara e deliberada, era aumentar a transparência, mas não queríamos gerar uma crise, porque já tínhamos visto um trauma no CNPq, que tentou fazer uma avaliação, anunciou seus resultados e foi massacrado; nunca mais fez avaliação. Nós tínhamos muito presente esse desastre, e começamos devagarinho.

**I**nicialmente, passamos a divulgar as notas A; quando não havia A, publicávamos as notas B. Era uma política deliberada, mas sem movimentos bruscos, que pudessem frustrar o sistema. Pois bem, pouco depois de minha saída, alguém entregou à jornalista Rosângela Bittar o livro das avaliações, e ela publicou uma matéria de página inteira em *O Estado de S. Paulo* com os cursos que tiveram conceito E, entrevistando todos os responsáveis. Foi um protesto generalizado.

### QUEM LIDERAVA O PROTESTO?

**A** USP, evidentemente. Como é muito grande, não é uma instituição homogênea; tem mais cursos A do que todas as outras, mas também tem mais cursos E do que todas, tem lixo enorme. Então, os responsáveis pelos cursos E tentaram fazer, através do *Estadão*, um movimento para desqualificar a avaliação. Mas o feitiço virou contra o feiticeiro. Porque a essas alturas — já era a gestão do Edson Machado na Capes — dezenas de professores da USP já tinham sido consultores da Capes, e o pró-reitor de

<sup>14</sup> CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO & GLÁUCIO ARI DILLON SOARES, "Avaliando as avaliações da Capes". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 23 (3): 63-73, jul-7 1983.

<sup>15</sup> EDSON MACHADO DE SOUSA dirigiu a Capes entre 1982 e 1989. Ver sua entrevista, neste volume. Sobre as resistências à avaliação, ver as entrevistas de ANGELA SANTANA e REINALDO GUIMARÃES, também neste volume.

<sup>16</sup> José Ubirajara Alves dirigiu a Capes entre 1989 e 1990. Sobre o assunto, ver também a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

pós-graduação, Pascoal Senise, era o presidente da comissão de química da agência.<sup>15</sup> Na hora em que esse pessoal dos cursos E se juntou para desmoralizar a avaliação da Capes, do alto de seu Olimpo químico, o Senise reagiu: “Absolutamente! A avaliação é perfeitamente respeitável, não tem nada do que os senhores estão falando. Se receberam conceito E, é porque merecem.”

Enfim, o protesto acabou reforçando a avaliação; ficou uma coisa irreversível. E não houve mais protestos. O interessante é que antes de a Capes iniciar a publicação das notas, alguns pró-reitores, como o Gehrard Jacob, da UFRS, já as divulgavam internamente. Mas uma universidade não tem “internamente”; divulgou, está na rua. Em seguida, o pró-reitor da UFMG passou a fazer o mesmo, e algumas pós-graduações que tinham conceito A, afixavam na porta seu conceito, pois era uma qualificação para elas.

Outro passo importante — hoje dá algum problema, mas o ganho é maior que a perda — foi a padronização da distribuição de um dinheirinho que a Capes tinha para laboratórios, para manutenção de estudantes. Encomendei ao Ubirajara — matemático, funcionário da Capes, que depois foi diretor — um algoritmo para distribuir os dinheiros proporcionalmente às notas da avaliação; aí acabou definitivamente o balcão.<sup>16</sup>

Já vinha do tempo do Darcy a prática de dar mais bolsas para os programas que conseguissem conceito A. Talvez uma das mais poderosas explicações para o êxito da pós-graduação no Brasil seja esse vínculo automático entre nota, número de bolsas e auxílio financeiro aos programas.

Claro, é um mecanismo que acaba cometendo injustiças; hoje, as pessoas reclamam de certos exageros mas, de qualquer maneira, é uma arma de um poder extraordinário, que eliminou completamente qualquer vestígio de clientelismo.

O orçamento da Capes vai quase todo para as bolsas concedidas pelos comitês, baseadas no mérito, ou para os cursos, baseadas na nota. Quando se junta isso com os concursos de bolsas de pesquisa ou de apoio à pesquisa do CNPq, cria-se uma extraordinária arquitetura meritocrática para a pós-graduação, coisa que só país desenvolvido tem. As universidades têm um metabolismo basal, o orçamento da SESu, que é a “casa da mãe Joana”, mas a pós-graduação é guiada por três ou quatro pilares de meritocracia extraordinariamente sólidos, e mecanicamente interligados.

Em determinado momento, a Capes passou a ter alguns programas voltados para regiões mais carentes, basicamente o Nordeste. O que acontecia antes? Criou-se um sistema de bolsas solidamente ancorado em conceitos, e todo mundo que não era do primeiro time ficava de fora. O PICD é um programa compensatório para instituições que não têm qualidade para obter conceitos A e B e, portanto, receber bolsas. O PICD serve para qualificar seus professores para, mais adiante, entrarem no time dos bons. A idéia era bastante interessante e funcionou em muitos casos. Mas, nem sempre. Toda universidade vagabunda tem um programa PICD igualmente vagabundo de qualificação. Ora, nas bolsas para o exterior a Capes filtrava muito, mas nas bolsas no país bastava ser aceito pelo programa de pós-graduação, dentro de seus critérios. Mas não gostávamos muito de dar bolsa PICD para o candidato ir para programa de nota ruim; havia um viés muito grande forçando os alunos para que os PICDs fossem encaminhados para os melhores programas. Politicamente, não podíamos impor a meritocracia a ferro e fogo, se não houvesse essa porta de saída para as outras instituições.

Um programa que ilustra muito bem o que pretendíamos com o PICD, embora seja anterior a ele, é a Coppe da UFRJ. O Alberto Luís Coimbra tinha um plano de desenvolvimento da Coppe e dizia: “Preciso de um professor disso e disso. Fulano, você quer? Então, vá fazer seu doutorado nisso, defenda a tese e volte para cá para ser professor.” Ou seja, a Coppe foi o exemplo mais rematado de um PICD bem-sucedido, resultado de bom planejamento institucional. No geral, considero que o PICD funcionou bastante bem.

Minha luta era contra os mestrados vagabundos. Minha posição era: “Quem não tem qualidade não deve manter mestrado.” Descredenciar não fazia parte da agenda, mas eu achava que não deveríamos apoiar mestrados criados por atacado. E eu fazia a distinção entre *mestrado orgânico* e *mestrado-trapiche*. O *mestrado orgânico* tem a característica de crescimento de um organismo a partir de uma boa semente, que é uma liderança intelectual forte; minha tese era que todos os bons mestrados ou doutorados que estavam aparecendo eram orgânicos, no sentido de que havia uma organicidade interna e que tudo girava em torno de um guru, uma figura forte. Já o *mestrado-trapiche* era aquele em que alguém embarcava 20 PhDs num navio, desembarcava no trapiche e chamava aquilo de mestrado; em geral, era o reitor que fazia a contratação de um monte de gente desarticulada, sem liderança, e isso não levava a coisa nenhuma, não produzia pesquisa, nada.

Eu propunha isso como uma tese empiricamente demonstrada, e toda a evidência disponível confirmava a minha tese. E exemplificava: a Economia da PUC rapidamente juntou um monte de economistas, e resultou num dos melhores Departamentos de Economia do país. Mas, na verdade, o que aconteceu foi que rejeitou a mineirada toda que tinha sido bolsista, em torno de um líder, que era o Edmar Bacha. Na Unicamp, a mesma coisa: o reitor Zeferino Vaz não saiu por aí contratando gente a esmo. Na física, por exemplo, botou o José Ellis Ripper para contratar os seus colegas do Bell Lab.

Enquanto isso, o melhor exemplo de *mestrado-trapiche* era o que fez o Linaldo Cavalcanti: juntou todos os PhDs que pôde e os desembarcou na

<sup>17</sup> ABILIO BAETA NEVES, atual presidente da Capes, assumiu em 1995. Ver sua entrevista, neste volume.

Universidade Federal da Paraíba. Eles foram, mas os programas duraram pouco tempo, não sobrou um só desses mestrados! É claro que, propondo um tema desses, fiz grandes inimigos, inclusive o próprio Linaldo, com quem me dava bem pessoalmente, mas com quem digladiava monumentalmente.

**O SENHOR NOS DISSE QUE CRIOU O PET,  
O PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO,  
DO DIA PARA A NOITE. COMO FUNCIONAVA?**

Inicialmente, peguei dois cursos de economia que contavam com ex-bolistas da minha faculdade em Belo Horizonte, porque não precisaria explicar o programa: Edmar Bacha, na PUC do Rio, e Flávio Versiani, na UnB, e criamos o PET de economia. Depois, saí procurando áreas que considerávamos que precisavam de um grande reforço. Havia um grande problema no direito; fomos atrás do Tércio Sampaio Ferraz para criar um PET de direito na USP; criamos também um PET de engenharia florestal em Mato Grosso. Começamos com meia dúzia, para ver como funcionaria. Foi muito bem, e dali para frente o PET andou sozinho. Recentemente, o Abílio transferiu o programa para a SESu, mas continua funcionando direitinho.<sup>17</sup>

**QUE OUTROS PROGRAMAS ESPECIAIS  
FORAM VALORIZADOS DURANTE SUA GESTÃO?**

Lembro do Pós-Grade, um programa a distância, por correspondência, para formar professores das disciplinas nucleadoras de cursos em pequenas instituições — num curso de biologia é a biologia, num curso de economia é a teoria econômica — tutorados por um professor de um curso A.

**SUA GESTÃO MANTEVE O APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU?**

Valorizamos bastante.

Diante da impossibilidade de criar um mestrado de qualidade, financiamos muito o *lato sensu*, porque o considerávamos a porta de entrada da pós-graduação.

Havia dinheiro para isso, e foi empregado. De resto, esse programa já vinha do tempo do Darcy; eu próprio fui professor de curso de pós-graduação *lato sensu* financiado pela Capes, antes de ser diretor.

**INSTITUIU-SE ALGUM TIPO DE AVALIAÇÃO  
DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU?**

Não, ainda não estava maduro. Nossa preocupação principal era polir a avaliação do mestrado e do doutorado; o *lato sensu* ainda estava nascendo, não era hora de avaliar. Não tinha volume, não tinha densidade, era uma coisa incipiente, muito induzida pela Capes, inclusive.

### O QUE O SENHOR SE ARREPENDE DE NÃO TER FEITO?

Comecei, e teria prosseguido se tivesse ficado mais tempo, a lutar contra o exagero de exigência de diplomas e a diferenciar áreas profissionais das áreas acadêmicas, duas grandes preocupações minhas. São minhas duas obras incompletas na Capes. Tentei muito controlar o exagero dos diplomas nas áreas onde ele não tem sentido — áreas profissionais ou de serviço — mais não consegui, porque a lei era muito clara, não havia o que fazer. De outro lado, tentei valorizar o desempenho do profissional, em vez de valorizar publicações.

Quando a Capes comemorou 30 anos, fiz questão de dar um dinheiro à UFRJ para contratar Jacques Klein e Turíbio Santos, porque nenhum dos dois tinha diploma universitário, foi premeditado, para marcar posição. Os dois foram contratados para dar um concerto e um curso; ou seja, os dois artistas que chamamos para o aniversário da Capes foram contratados via UFRJ, e nenhum dos dois tinha diploma.

É evidente que a avaliação profissional tem que ter critérios muito diferentes. No caso desses dois, a avaliação são os prêmios, as críticas, os convites para tocar no exterior. A mesma coisa com o engenheiro: quem o contratou, a empresa do sogro ou a Petrobras, por exemplo?

### COMO CRIAR CRITÉRIOS MENOS ALEATÓRIOS PARA AVALIAR ESSAS OUTRAS ÁREAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NA ÁREA ACADÊMICA?

Vejo problemas em algumas áreas, como enfermagem, porque a própria idéia de um mestrado, de escrever uma tese sobre enfermagem já é problemática. Começou mal, não é por aí. Contudo, nas áreas profissionais clássicas como engenharia, por exemplo, tínhamos iniciado a escolha de critérios; os mestrados tinham que registrar trabalhos de consultoria, protótipos, patentes, essa coisa toda. Entretanto, o que eu poderia ter feito ditatorialmente na época — e me arrependo de não ter feito, porque depois se instalou o populismo — teria sido ponderar de maneira muito mais forte os critérios não acadêmicos nas áreas não acadêmicas. Eu poderia ter aproveitado aquele momento, em que havia espaço político e eu tinha muita liderança junto aos comitês, para dar um soco na mesa e dizer: “Para engenheiros, não quero saber de publicação; quero ver consultoria. Na área de química e farmácia, se divulgar em publicações o que é patenteável, perde pontos.”

### QUE OUTROS CONFLITOS O SENHOR TEVE NA CAPES?

Havia os embates financeiros, ou seja, a luta pelo orçamento. Quando assumiu o MEC, Eduardo Portela entrou com uma idéia meridianamente certa: a prioridade é o primeiro grau; ninguém pode tirar dele esse mérito. Mas as burocracias têm um grau muito grande de endogenia com suas clientelas. A burocracia do primeiro grau é aquela das senhoras professoras de grupo escolar, e suas lideranças eram da mesma estirpe. Na universidade, eram os empresários públicos do ensino, os reitores, todos alertas ali, como o Linaldo; e na pós-graduação eram os acadêmicos mais sabidos que estavam na administração da pós-graduação, pessoas finíssimas, primeiro time.

<sup>18</sup> O general Rubem Ludwig foi ministro da Educação no governo Figueiredo, entre novembro de 1980 e agosto de 1982. Ver *DHBB* (2001).

Muito bem. O Portela faz um plano de governo do tamanho de um livro, em que a graduação merece um parágrafo e a pós-graduação sequer é mencionada; quando se combina isso com a incompetência gerencial, dá em nada.

Ou seja, o dinheiro que iria para o primário as áreas do MEC que operam neste nível não conseguem gastar, então a universidade abocanhava para não fazer nada de brilhante, e a Capes abocanhava para fazer coisas maravilhosas.

**O SENHOR ERA COMPETENTE PARA  
“ABOCANHAR ORÇAMENTOS”?**

Eu liderava um bom time, a começar pelo Domingos Vieira Gomes, que levava semanalmente uns bombonzinhos para a pessoa que cuidava do orçamento no MEC. Assim, quando havia um negócio no primeiro ou no segundo grau, que não desembolsava, o Domingos recebia um recadinho da pessoa que ganhava os bombonzinhos: “Esse programa não está desembolsando. Vamos ter problemas.” Aí, a Capes entrava em regime de guerra, minha sala era transformada em teatro de operações: varávamos a noite redigindo um projeto, cheio de charme. No dia seguinte, fresquinhos, íamos ao Portela, dizendo: “Ministro, temos aqui um projeto maravilhoso.” Ele olhava: “Que maravilha, que eficiência! Pena que não haja dinheiro.” Eu replicava: “Existe um fundo que o senhor não está conseguindo gastar e vai dar problema. Se nos der esse dinheiro, faremos tudo direitinho. Pode ligar para o Orçamento para confirmar.” Ele telefonava, e aquela pessoa confirmava: “De fato, há um dinheiro parado aqui, que não estamos conseguindo desembolsar.” Ele, então, cedia: “Está bem, pode pegar.”

Em suma, toda a prioridade para o primeiro grau acabou indo por água abaixo, porque não havia gente para materializá-la, não havia clima no país. A configuração de poder não era a mesma de hoje, o primeiro e o segundo graus eram uma catástrofe, os projetos de educação rural do Banco Mundial eram outra catástrofe, ninguém queria saber daquilo; assim, esses recursos acabavam em nossas mãos, pela competência e agressividade da equipe. A mesma coisa aconteceu quando Rubem Ludwig assumiu o MEC: perdemos um pouco de poder, mas logo recuperamos e fomos em frente.<sup>18</sup>

**COMO FOI A RELAÇÃO COM  
O NOVO MINISTRO?**

Quando ele chegou, foi logo tomado de assalto por uma pessoa insinuante e ávida de poder. Como o Ludwig era um total estranho, conseguiu ven-

der-se e convenceu o ministro a mexer nisso e naquilo, isto é, a refazer todo o plano de educação e de organização do MEC. Como queria poder para si, queria tirar o poder de todo mundo; mas a estratégia não tinha consistência, e não deu certo. Minhas relações com o Ludwig e com o Sérgio Mário Pasquali sempre foram muito boas, muito cordiais. O ministro dizia: “Vocês entendem de educação, eu não. Se precisar mudar a lei, basta me falarem, que vou lá e mudo.” Foi um ministro extraordinário, tinha serenidade, inteligência, tranquilidade. As idéias eram claras, ele fez uma boa gestão, mas acontece que o país não estava pronto para a educação. Educação não constava da agenda.

**SUAS RELAÇÕES COM A SECRETARIA  
DE ENSINO SUPERIOR DO MEC  
TAMBÉM FORAM CORDIAIS?**

**N**ão, sempre foram as piores possíveis. Com o Guilherme de la Peña eram turbulentas: boas e ruins, boas e ruins. Ele dizia que não se metia, que a Capes podia fazer o que quisesse, mas no dia seguinte ia lá e se metia, aí eu brigava com ele, que passava um tempo sem se mexer. Mas o Guilherme sempre foi uma pessoa ativa, não era pequeno, era apenas instável. Estourado, destemperado, mas nunca traiçoeiro. Seu sucessor na SESu foi o Tarcísio Della Senta. Era muito meu amigo, trabalhou na Capes, mas era mais frágil, bastante levado pelas circunstâncias. Não tinha apoio político, como, aliás, nenhum de nós tinha, com exceção do Guilherme de la Peña. Curiosamente, as equipes do regime militar eram constituídas à base do mérito mesmo; a escolha era tecnocrática, havia uma preocupação com a competência. O próprio Portela cometeu erros horrendos, mas sempre tentando acertar. O militar é meritocrático por natureza. Então, o governo militar nunca nos incomodou; dentro do MEC, o militarismo nunca foi um tema, e ainda menos com o Ludwig. Ele foi um dos ministros mais gentis, mais afáveis, mais fáceis de tratar, mais educados que passaram pelo MEC. General premiado, muito bem cotado no Exército, era o *trouble shooter* da Força; quando o negócio estava ruim, mandavam o Ludwig. E ele levou o Sérgio Pasquali, um magnífico administrador. Acho que aquela equipe foi a melhor que o MEC já teve até hoje, todos escolhidos por mérito próprio.

**COMO O SENHOR LIDOU COM O VETO  
IDEOLÓGICO À CONCESSÃO DE BOLSAS?**

**S**ó quando assumi a direção da Capes é que fiquei sabendo do que se tratava.<sup>19</sup> O candidato preenchia dois formulários de pedido de bolsa: um ia para os consultores e o outro para o SNI. Após analisar o processo, a primeira coisa que os consultores faziam era dar com a língua nos dentes: “Nós aprovamos.” Quando vinha o veto ideológico — não podíamos dizer que era um veto ideológico — e dizíamos que o pedido não tinha sido aprovado, os consultores diziam: “Não, senhor, nós aprovamos!” Criava-se uma situação extremamente desagradável. Poucos meses depois de eu assumir, o Guilherme de la Peña, que tinha fortes ligações militares, me disse: “Esse negócio de veto ideológico a gente resolve com a maior facilidade. Tenho um conhecido no SNI, o coronel Nini, que é uma maravilha e resolve isso num instante.” Era, nada mais nada menos, que o então coronel Newton Cruz.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Sobre o veto ideológico à concessão de bolsas e SNI, ver também as entrevistas de SUZANA GONÇALVES e DARCY CLOSS, neste volume.

<sup>20</sup> Newton de Araújo Cruz (1924), militar, foi chefe da agência central do SNI (1981–83) e comandante militar do Planalto e da 11ª RM (1983–84). Neste último cargo por duas vezes determinou medidas de emergência para Brasília, primeiro sob pretexto de garantir segurança ao Congresso durante a votação da nova lei salarial (1983) e depois quando da votação da emenda Dante de Oliveira (1984). Identificado com a linha-dura do Exército, pediu passagem para a reforma quando foi excluído da lista de promoções a general-de-divisão. A partir de então dedicou-se à política, candidatando-se a cargos eletivos no Rio de Janeiro. Ver *DHBB* (2001).

**M**arcou uma reunião, e lá fomos nós, junto com Joaquim Falcão; Pascoal Senise, da Química da USP; Fábio Wanderley Reis, da UFMG; José Ellis Ripper Filho, da Unicamp; enfim, os melhores consultores da Capes. Numa sala muito grande, Nini muito afável, começamos a conversar — os vetos ideológicos eram mais ou menos 5% do total. Ele aí pegou um processo e disse: “Olhem essa figura aqui: quer dinheiro do Brasil para fazer um doutorado, mas fez greve aqui, organizou não-sei-o-quê, e agora quer fazer um doutorado em ciência política na Inglaterra. Vai é falar mal do Brasil. Não há nenhuma razão para o governo financiá-lo.”

Foi então que eu disse: “Coronel, pense o seguinte. São todos professores universitários, que vão dar aulas pelo resto da vida. Há duas opções: eles ganham a bolsa, vão para o exterior, vão levar uma vida de cão; se quiserem falar mal do Brasil não vão ter quem os ouça, porque estão todos estudando, com medo de levar bomba no doutorado. Passarão um tempo escrevendo a tese e vão voltar satisfeitos. A segunda opção é muito pior. Todos eles sabem que receberam um veto ideológico; como vão ser professores por mais 20 ou 30 anos, vão passar o resto da vida falando mal do Brasil e do governo militar. Portanto não é um bom negócio vetar essas pessoas.” Ele resistia, resistia.

Depois de 40 minutos de uma conversa difícil, o Nini disse:

“Dr. Castro, o senhor tem razão no que falou. Só tem uma coisa: o SNI não veta, só recomenda que não se conceda a bolsa. Vamos fazer o seguinte: nós continuamos não recomendando alguns, mas o senhor dá a bolsa assim mesmo.”

Acertamos com a DSI, a Divisão de Segurança e Informação, braço do SNI em todos os ministérios, e acabou o problema; nunca mais houve veto ideológico. Assim, tenho uma dívida de gratidão com o coronel Nini. Eliminou uma grave dor de cabeça da minha gestão.

**ATUALMENTE, QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO E, PRINCIPALMENTE PARA A CAPES, PRINCIPAL AGÊNCIA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL?**

**P**rimero, valorizar aquilo que é a essência da produção da área. Ou seja, escrever uma tese de doutorado sobre um compositor ou sobre as madeiras utilizadas na fabricação de uma viola da gamba não é da essência de um curso de música; a essência de um curso de música é dar um concerto e ter uma boa crítica, ou compor uma peça que ganhe um prêmio. Portanto o primeiro ponto é a fidelidade à essência da área. Em segundo lugar, extinguir o mestrado acadêmico, esse iguana — achamos que o iguana deveria ter sido extinto, porque é igual ao dinossauro, mas não foi, continua

aí até hoje. O nosso sistema é uma cópia do sistema americano, mas lá não existe mestrado acadêmico. O que aconteceu? O Brasil criou a pós-graduação mais longa do mundo: no mínimo, três anos de mestrado e cinco anos de doutorado.

Terceiro, acelerar o processo de criação do mestrado profissional e acabar com sua descaracterização, pela exigência de um programa de pesquisa. A Capes levou muito tempo para aprovar o mestrado profissional; custou a compreendê-lo dentro de sua lógica, que é a de formar profissionais e não pesquisadores. O que interessa é a excelência dos profissionais formados e não a excelência da pesquisa. A pesquisa é para o doutorado. Se alguém quiser fazer pós-graduação em engenharia, deveria existir um mestrado profissional onde se formam profissionais e um doutorado onde se faz pesquisa. Ora, a Capes faz pé firme com a pesquisa no mestrado profissional. Então, qual é a diferença entre um e outro?<sup>21</sup>

#### **A MANUTENÇÃO DO MESTRADO NÃO CONTRIBUI PARA SANAR AS DEFICIÊNCIAS DA GRADUAÇÃO?**

Por isso, temos a pós-graduação mais longa do mundo. O país é pobre demais para isso. Se o aluno tem qualidade, já vem sabendo ou supera rapidamente as deficiências; caso contrário, não é caso de fazer pós-graduação. A pós-graduação não pode ser maior do que o estoque de alunos com perfil adequado para cursá-la. A idéia de criar um aprendiz de doutor, que é o mestrado, foi boa no seu tempo, mas caducou. Acho até que pode haver um período probatório de mestrado acadêmico, como era sua concepção original, mas no momento em que conseguimos criar um bom doutorado, devemos extinguir o mestrado. Além do mais, no Brasil a pós-graduação está muito cara. Quem paga isso? O custo-aluno no Brasil é igual ao da França, é a média da Europa.

Um desafio muito importante a ser enfrentado com coragem é reencontrar a noção do sistema de governo sob o qual vivemos. O Brasil é uma democracia representativa, onde o povo delega ao governante eleito poderes para ele indicar as pessoas que vão gerir o governo; assim, quem manda no MEC é o ministro, quem manda na Capes é o presidente. Os comitês assessores recebem da Presidência da Capes uma delegação para tomar as decisões que essa Presidência julgar que eles devam tomar. O comitê não é proprietário da Capes ou da ciência brasileira, mas um grupo que assessora o Ministério da Educação na administração da coisa pública. O povo está sendo lesado quando decisões são tomadas por partes interessadas e não por pessoas que, pelo menos em tese, estão representando os interesses desse povo.

Houve uma usurpação de poder por parte dos comitês assessores, comitês de consultores ou o que quer que seja; virou a “casa da mãe Joana”. Na teoria da ciência política e da democracia, não há uma única justificativa para se delegar à parte interessada a gestão de uma coisa pública, é como entregar as galinhas para a raposa tomar conta. Eles não são representantes do povo, são parte interessada. Quem representa o povo é o presidente da República e, por delegação, o ministro, o presidente da Capes. Estes não podem abrir mão de sua autoridade; tem que ouvir, tem que ter sensibilidade, tem que entender a posição de todas as partes, mas não recebeu delegação para abrir mão desse poder.

<sup>21</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, neste volume.

<sup>22</sup> Ver, a respeito, a opinião de MARIA ANDRÉA LOYOLA, neste volume.

<sup>23</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

É preciso combater esse populismo científico dos comitês, que tomam a rédea nos dentes e dizem: “Recebemos delegação de poder.” Receberam de quem, da comunidade científica? Mas ela é parte interessada, é beneficiária! Falta legitimidade a esse processo.

Começa aí o corporativismo, e com uma estreiteza disciplinar muito grande; começam os comitês a medir tudo pela fita métrica da sua própria área, bem estreitinha. Pior, criam-se critérios de avaliação adequados à área de física que são impostos às outras, às ciências sociais, cujos procedimentos de pesquisa são muito diferentes.”

Há coisas muito difíceis de avaliar, e se avaliarmos pela média, poderemos mediocrizar. A avaliação da ciência é qualitativa; não adianta publicar 50 artiguinhos vagabundos numa revistinha cocoroca.<sup>23</sup> Isso não é nada. Alguém disse ao Einstein: “Fulano é medíocre, porque só teve duas idéias na vida.” Ao que ele respondeu: “Ah, esse sujeito deve ser uma pessoa muito criativa, porque eu só tive uma.”

#### **POR QUE O SENHOR DEIXOU A DIREÇÃO DA CAPES, EM 1982?**

Acumulei inimigos em vários lugares. Primeiro na sucata, isto é, no baixo clero da pós-graduação, essa pós-graduação de periferia, malfeita, mal arrumada, criada artificialmente, modelo trapiche. Em segundo lugar, indispus-me com o CNPq, não como instituição, mas com o Linaldo, porque tinha minhas baterias fortemente assestadas contra a péssima pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba; seu chefe de gabinete era um ex-reitor da Universidade Federal de Santa Maria (RS), que também tinha uma sucata enorme. Eram universidades emergentes, que incharam a pós-graduação sem nenhum critério, no modelo trapiche. Esses estavam sempre na minha alça de mira, levando cascudo e puxão de orelha o tempo todo, criando mal-estar. Havia também algumas arestas com a SESu, que queria mandar na Capes, e não mandava de jeito nenhum, pois a gente não dava a menor bola para a SESu.

#### **A CAPES NÃO ERA HIERARQUICAMENTE SUBORDINADA À SESU?**

Semi-subordinada. Era sempre uma relação ambígua, mais na teoria que na prática; havia espaço para escapar. A Capes era uma autarquia ligada ao mesmo tempo ao ministro e à SESu, uma grande trapalhada. E a SESu sempre foi muito pior do que a Capes, do ponto de vista de planejamento,

de equipe, de *esprit de corps*, sempre teve muito ciúme da Capes. Politicamente, fui muito descuidado com a SESu, não dei muita bola, deixei o barco correr. Com a saída do Tarcísio, seu sucessor na Secretaria foi Gladstone Rodrigues da Cunha, ex-reitor da Universidade de Uberlândia (MG), que tinha levado muita pancada minha. Juntando com o CNPq, onde estavam o Linaldo e o ex-reitor de Santa Maria, criou-se um bando de gente que vivia levando puxão de orelhas público da Capes, por causa da baixa qualidade, do entulho, como eu chamava certo tipo de pós-graduação.

E aí, em determinado momento, o secretário de Ensino Superior pediu minha cabeça, por uma razão absolutamente ridícula. Encontro duas explicações para minha demissão. A primeira é uma nova configuração de poder, que coloca em posições críticas várias pessoas em cujos calos eu havia pisado com grande desembaraço; a segunda é a dívida que o Gladstone tinha com o Edson Machado — Nei Braga tinha deixado o governo do Paraná, e o Edson estava disponível.<sup>24</sup>

### O SENHOR JÁ CONHECIA

#### EDSON MACHADO DE SOUZA?

Desde a década de 1970; dou-me bem com ele, nunca tivemos o mais remoto atrito e não tenho qualquer suspeita de que ele possa ter tramado minha saída, acho que não é de seu feitio. Não tinha, não tive e não tenho arestas com o Edson. Minha teoria de que o Gladstone Rodrigues da Cunha, secretário de Ensino Superior, articulou minha demissão para dar uma posição ao Edson baseia-se no fato de que, quando era diretor de Assuntos Universitários do MEC, o Edson ajudou muito a Universidade de Uberlândia, onde o Gladstone era reitor, daí a dívida.<sup>25</sup>

Acredito que a melhor explicação para minha saída é uma combinação das duas hipóteses. O secretário de Ensino Superior tinha um nome, uma pessoa a quem queria agradecer, e sentiu-se fortalecido para me demitir, porque havia forte resistência ao meu nome nesses meios que não teriam nenhuma relevância em outros momentos; sentiu que eu era uma pessoa pouco estimada na banda podre, no entulho da pós-graduação, não entre a pós-graduação boa, porque aí não acredito que houvesse qualquer problema, e eu caí do dia para a noite. Mas durei mais do que pensei que fosse durar.

### COMO MANTER O PERFIL MERITOCRÁTICO DA

#### CAPES, SEM CONTAMINÁ-LA COM O FISIOLÓGICO

#### QUE SE OBSERVA EM CERTOS SETORES DO MEC?

A SESu é claramente um balcão de negócios, os interesses são tão claramente fisiológicos, que só pode ser consertada *manu militari*. Já a Capes é autoconsertável, na medida em que certas coisas começam a entrar na consciência e a ser percebidas como corretas ou incorretas; há um processo de crescimento das idéias, de evolução, de maturação. Não é preciso puxar a espada nem virar a mesa, é apenas um processo de ajuste e racionalidade lá dentro. A Capes é muito mais maleável que a SESu ou o CNPq que, este sim, azedou de vez. Os funcionários criaram um ambiente muito ruim no CNPq. Mas a Capes não, essa é fácil de consertar.

Acho que ela precisa de mais estrelas. Possui bons funcionários do cotidiano, o pessoal que toca a máquina. Mas faltam mais estrelas, mais grandes

<sup>24</sup> Nei Braga governou duas vezes o Paraná: 1961–65 e 1979–82, período em que EDSON MACHADO DE SOUSA ocupou a Secretaria de Educação. Ver *DHBB* (2001) e a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

<sup>25</sup> Ver a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

cabeças. No meu tempo, não tínhamos grandes estrelas, mas tínhamos muita gente borbulhante, criando, dando palpite; hoje, acho que falta essa massa crítica, esse fermento intelectual. Claro que estou fazendo comparações, é inevitável. Quando eu era diretor, tínhamos reuniões em que eu dizia uma coisa, e a Lúcia Guaranis contestava: “Cláudio, você está errado! Não é nada disso. É assim, assim.” Eu respondia: “Então, está bem.” Ou seja, era um clima de troca, de debate, muito maior; as pessoas se sentiam mais valorizadas, porque tinham mais autonomia. Eu gosto de liderar, não gosto de mandar.

**A** verdade é que não éramos nada formais. Certa ocasião, pensamos em comprar um prédio. Marcamos com o corretor e lá fomos: eu, todo mal ajambrado; o Domingos, que era o gerente financeiro, todo engravatado, penteado, perfumado; e o Hélio Barros, meu adjunto, muito falante. Evidentemente, o corretor se dirigia primeiro ao Domingos, que tinha cara de chefe, mas o Hélio falava mais, e os dois vinham me perguntar as coisas. O corretor, coitado, desesperou-se, porque não sabia quem mandava ali, e começou a entrar em pânico.

Mas no cômputo geral, minha avaliação é a de que a Capes é um total sucesso, e contribuiu para isso a existência de uma forte cultura organizacional. Além de um fantástico *esprit de corps*, nada disso foi perdido. É um trabalho de acumulação, em que um diretor vem melhorando, aprimorando o que o outro fez.

E jamais alguém ousou nomear para dirigir a Capes uma pessoa sem currículo. Criou-se uma mística, uma expectativa de que o presidente da Capes seja uma pessoa de primeiro time da área científica. Mas mesmo aqueles que não eram da comunidade, como Suzana Gonçalves e Celso Barroso Leite, eram pessoas com grande grau de seriedade. A Capes é caso único na administração pública brasileira.

## **EDSON MACHADO DE SOUSA**

Paranaense de Ponta Grossa, EDSON MACHADO DE SOUSA formou-se bacharel em matemática em 1960, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR, e em 1961 licenciou-se também em matemática na Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Após breve experiência como professor substituto da UFPR, transferiu-se em 1964 para a UnB, como professor do Departamento de Economia (1964–66). Em seguida, criou com outros quatro colegas uma empresa de consultoria econômica (1966–68). Em 1968 foi convidado a trabalhar no Ipea, datando de então seu primeiro contato com a área de educação e, mais especificamente, com o ensino superior. Já no ano seguinte atuava em estreito contato com o MEC, na implementação da reforma universitária. Entre 1972 e 1974 dirigiu o Centro Nacional de Recursos Humanos e representou a Seplan no Conselho Federal de Educação. Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC durante a gestão de Nei Braga (1974–78), foi secretário de Educação do Paraná (1979–82) e diretor-geral da Capes (1982–89). Retornou ao MEC como secretário de Educação Superior (1989–90) e foi secretário-geral do Ministério (1995-2000), durante a gestão do ministro Paulo Renato de Sousa. Atualmente dirige o IESB — Instituto de Educação Superior de Brasília.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 12 de setembro de 2001.

<sup>1</sup> ALMIR DE CASTRO foi diretor-executivo da Capes entre 1954 e 1964. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>2</sup> João Paulo dos Reis Veloso (1931) é formado em ciências econômicas pela Universidade da Guanabara (1960), atual UERJ, com curso no Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da FGV (1962) e de pós-graduação na Universidade de Yale (1962–64). Foi assessor da presidência do Banco do Brasil (1958–61), do Ministério da Fazenda (1961–62), professor da EPGE/FGV, membro do CFE (1968–69) e do CNPq (1968–69). No governo Castelo Branco, foi incumbido pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos, de organizar o Escritório de Pesquisa Econômica e Social Aplicada (Epea, atual Ipea), exercendo sua chefia até 1968. Nomeado secretário-geral do Ministério do Planejamento, assumiu a pasta no ano seguinte, com a posse do presidente Médici, ficando como ministro até 1979. Interessado no desenvolvimento científico e tecnológico, estimulou a ascensão de técnicos preocupados com o tema e deu o primeiro passo para garantir o apoio à pós-graduação com a criação do FNDCT — que a partir de 1971 passou a ter a Finep como Secretaria Executiva. Em 1973, a publicação do I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico fixou a primeira política oficial de desenvolvimento científico e tecnológico, marco inicial da grande expansão ocorrida na segunda metade da década de 1970 no ensino de pós-graduação. Afastado da vida política a partir de 1979, Reis Veloso foi diretor da Veplan-Residência, presidente do Ibmec, e, em 1982, criou sua própria empresa, a Investplan. Em 1992 passou a coordenar o Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos. Ver *DHBB* (2001) e *DIAS* (2001).

**O SENHOR OCUPOU VÁRIOS POSTOS NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E FEDERAL,  
SEMPRE LIGADOS À EDUCAÇÃO. CONTE-NOS  
UM POUCO DE SUA TRAJETÓRIA.**

Formei-me em matemática no Paraná: em 1960 fiz o bacharelado e no ano seguinte consegui a licenciatura. Queria fazer mestrado em lógica matemática com um dos mais brilhantes pesquisadores na área, o prof. Leônidas Hegenberg, que estava no Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Fui a São José dos Campos e tive uma entrevista com ele, que se interessou, mas a Capes recusou meu pedido de bolsa, apesar de toda a boa vontade do dr. Almir de Castro, diretor-executivo à época.<sup>1</sup>

Logo depois de formado, trabalhei como professor-substituto na Faculdade de Ciências Econômicas da UFPR. Lá conheci o prof. Davi Carneiro Júnior, engenheiro que fazia cursos na faculdade de economia para desenvolver a utilização de métodos econométricos. Em 1964, o novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, seu tio, atraiu-o para colaborar na UnB como diretor do Departamento de Economia. A idéia dos criadores da universidade, extremamente interessante, era de que ela se dedicasse à pós-graduação, sobretudo nos primeiros anos. Assim, havia toda uma política institucional de recrutar jovens para, simultaneamente, fazer pós-graduação e atuar como professores na graduação. Davi me convidou a ir para a UnB, e foi aí que nasceu meu contato com a área de educação, especialmente a educação superior, com uma mescla de economia.

Em julho de 66 desliguei-me da UnB, junto com Davi e mais três colegas do Departamento de Economia; criamos uma empresa de consultoria econômica, inicialmente em Brasília, mas rapidamente nos transferimos para o Rio de Janeiro. Em 68 dissolvemos a empresa, porque o superintendente do Ipea, João Paulo dos Reis Veloso, chamou o Davi para superintendente-adjunto, e este me chamou para integrar os quadros do Ipea, como técnico.<sup>2</sup>

Na época, o Ipea estava concluindo a elaboração do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, e uma das áreas abrangidas era educação; dentro do Instituto havia o Setor de Educação e Mão-de-Obra, que depois se transformou no Centro Nacional de Recursos Humanos, cujo primeiro diretor foi Arlindo Lopes Correia. Então, desde o início trabalhei na área de educação, mais especificamente no ensino superior.

Em 1968, quando foi criado o grupo de trabalho da reforma universitária, o representante do Ministério do Planejamento era o dr. Reis Veloso, que sempre pedia a colaboração do Arlindo, meu chefe, e a minha.

Pouca gente sabe, mas esse grupo de trabalho que planejou a reforma universitária em 1968 só teve 30 dias para trabalhar.

Entretanto, graças ao diagnóstico sobre a situação do ensino superior no país que já tínhamos feito no Ipea, foi possível fazer realmente um trabalho produtivo e importante, durante um período tão curto.

**P**assado o período da elaboração do projeto de lei, havia o desdobramento: como implementar a reforma universitária? Uma série de questões precisava ser detalhada, esmiuçada, para que a reforma realmente se completasse — ela nascera em 1965, já havia um trabalho prévio. E havia dois decretos-leis que cuidavam especialmente da implantação da reforma nas universidades federais, de maneira que o projeto de lei elaborado em 68 apenas burilava as idéias que já estavam naqueles documentos e ampliava o escopo da reforma para todo o sistema de ensino superior do país. A partir do início de 69, passamos a trabalhar ativamente, já aí numa relação muito estreita com o Ministério da Educação, na elaboração dos instrumentos para a implantação da reforma universitária.<sup>3</sup> Neste período, acabou se estreitando o meu relacionamento com a equipe do MEC.

**E**m 1972, o ministro da Educação já era Jarbas Passarinho, quando surgiu uma pequena crise interna no Centro Nacional de Recursos Humanos; no bojo da crise, dispus-me a deixar o Centro e fui sondado pelo ministro Passarinho para ir para o Ministério da Educação.<sup>4</sup> Mas acontece que o ministro Reis Veloso recusou o pedido do Passarinho, chamou-me para uma longa conversa sobre os problemas internos do Centro Nacional de Recursos Humanos e acabou me nomeando diretor do Centro, com a missão, entre outras, de transferi-lo para Brasília. Ao mesmo tempo, o próprio ministro Reis Veloso me indicou, e o presidente da República me nomeou, membro do Conselho Federal de Educação, na qualidade de representante da Seplan, que tinha cadeira cativa no Conselho.

**D**ois anos depois, em 1974, Nei Braga já estava indicado pelo presidente Geisel para ser o ministro da Educação e, como diretor do Centro Nacional de Recursos Humanos, passei a prestar-lhe assessoria.<sup>5</sup>

#### **NEI BRAGA ERA SEU CONTERRÂNEO.**

##### **O SENHOR JÁ O CONHECIA?**

**E**u sabia quem era, mas não o conhecia pessoalmente, tanto que nosso contato acabou se realizando através do então superintendente do Ipea, Maurício Rangel Reis, este sim, seu amigo — tinha sido secretário-geral do Ministério da Agricultura quando Nei Braga foi ministro, no final do governo Castelo Branco. Quando foi indicado para o Ministério da Educação, o Nei o procurou para pedir apoio, sugestões para montar equipe, e o Maurício me indicou para prestar essa assessoria. O contato durou alguns meses, até que ele tomou posse em março de 74 e me convidou a assumir a direção do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, o DAU.

##### **QUAIS ERAM SUAS ATRIBUIÇÕES NO DAU?**

**Q**uando assumi, encontrei uma comissão interministerial de pós-graduação, criada pelo ministro Jarbas Passarinho para tratar principalmente da dificuldade de relacionamento entre o CNPq, a Capes e o MEC, diante de evidentes superposições de atuação dos três. Já vinha sendo apontada a necessidade de se fixar mais claramente atribuições e responsabilidades, pois era nítida a necessidade de o Brasil dar um impulso maior ao seu ensino de pós-graduação, revendo certos conceitos e mecanismos. Esta

<sup>3</sup> Sobre a reforma universitária de 1968, ver, neste volume, as entrevistas de SIMON SCHWARTZMAN, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS e DARCY CLOSS, especialmente a nota 2 e 3, e BOMENY (2001).

<sup>4</sup> Sobre Jarbas Passarinho, ver *DHBB* (2001), e a entrevista de CELSO BARROSO LEITE, neste volume.

<sup>5</sup> Sobre Nei Braga, ver *DHBB* (2001), e as entrevistas de CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO e ELIONORA CAVALCANTI DE BARROS, neste volume.

<sup>6</sup> A respeito das relações entre a Capes e o CNPq neste período, ver as entrevistas de ALMIR DE CASTRO, SUZANA GONÇALVES e CELSO BARROSO LEITE, neste volume.

<sup>7</sup> CELSO BARROSO LEITE dirigiu a Capes entre dezembro de 1969 e março de 1974. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>8</sup> Criado em 1973, o Conselho Nacional de Pós-Graduação era presidido pelo ministro da Educação e contava com o ministro-chefe da Seplan, o secretário-geral do MEC, o presidente do Conselho Federal de Educação, o diretor do DAU, o diretor-geral da Capes, o presidente do CNPq, o secretário-executivo da Finep, o presidente do BNDES, os reitores da UnB, UFMG, UFPE, PUC-RJ e USP. Suas funções operativas eram desempenhadas pelo Grupo Técnico de Coordenação, composto pelo diretor e o diretor-adjunto do DAU, o diretor da Capes e representantes do Funtec, da Finep e do CNPq; era responsável pela elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação, em cujos trabalhos a Capes assumiu papel de destaque. Ao ser extinto, em 1981, o CNPG teve suas funções transferidas para a Capes, consolidando assim a posição da agência na estrutura do MEC. Ver CORDOVA (1996), BARROS (1998), e a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume, especialmente a nota 10.

comissão interministerial era presidida pelo prof. Roberto Santos, presidente do Conselho Federal de Educação — aliás, meu candidato a diretor do DAU; cheguei a propor seu nome ao Nei Braga.<sup>6</sup>

**A** comissão encerrou os trabalhos com um relatório substancial que apresentava várias recomendações, dentre elas uma para o papel da Capes, considerada um órgão muito frágil dentro do sistema.

Estávamos nos anos 70, durante a gestão de Celso Barroso Leite, e a Capes tinha se transformado numa mera agência de concessão de bolsa de estudo, utilizando uma sistemática de trabalho extremamente complicada.<sup>7</sup>

As bolsas eram concedidas individualmente, caso a caso, por seu Conselho Deliberativo; uma sistemática muito pouco produtiva, para dizer o mínimo, e que não ensejava nenhuma formulação mais forte de política de pós-graduação.

**P**ois muito bem, uma das primeiras missões que recebi como diretor do DAU foi examinar o relatório da comissão e propor ao ministro Nei Braga as medidas a serem adotadas. Foram duas, e extremamente importantes: transformamos a tal comissão no Conselho Nacional de Pós-Graduação, presidido pelo ministro da Educação e tendo como vice-presidente o então ministro do Planejamento, Reis Veloso.<sup>8</sup>

**A** segunda medida foi incumbir o Conselho de elaborar e propor ao presidente da República o Plano Nacional de Pós-Graduação.<sup>9</sup> Diante da situação um tanto frágil da Capes, o ministro Nei Braga decidiu que o DAU seria o principal mecanismo para a elaboração do plano. Mas nós fomos além, e após verificar quais eram seus principais problemas, sua forma de atuação etc., propusemos ao ministro uma reformulação completa da Capes, começando por transferi-la para Brasília.

**U**m pouco antes tinham sido criados, até por proposta do ministro Reis Veloso, cinco centros regionais de pós-graduação, com a incumbência de estimular uma política de pós-graduação no país. Não foi uma experiência bem-sucedida, com exceção do centro regional da Região Sul, sediado em Porto Alegre e dirigido pelo Darcy Closs. Assim, foi quase uma consequência natural do processo de reformulação da Capes o Darcy ter sido convidado para diretor.<sup>10</sup>

#### **A PARTIR DA REFORMULAÇÃO A CAPES PASSOU A SER OFICIALMENTE VINCULADA AO DAU?**

Isso mesmo. Consolidou-se um forma pela qual a política de pós-graduação tinha que estar vinculada à política universitária, à política de ensino

<sup>6</sup> O I PNPG fixou uma nova composição para o sistema de pós-graduação, especificando as atribuições das entidades ou instâncias envolvidas. Neste momento, foram definidas as principais atribuições da Capes: “orientação, implantação, acompanhamento e avaliação dos programas de capacitação de docentes e de recursos humanos”. Integrado ao II PND e ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o I PNPG orientou as atividades de pós-graduação entre 1975 e 1979. Ver CORDOVA (1996), BARROS (1998), e a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume.

<sup>10</sup> DARCY CLOSS dirigiu a Capes entre junho de 1974 e março de 1979. Ver sua entrevista e a de CELSO BARROSO LEITE, neste volume.

superior do governo, o que era absolutamente natural e lógico. Em 1975 apresentamos o I Plano Nacional de Pós-Graduação; com a Capes já reestruturada, seu diretor passou a exercer o papel de secretário-executivo do Conselho, portanto passou a ter mais presença e numa esfera mais alta, interministerial; com isso se fez o renascimento da Capes. Nessa época, implantou-se a idéia de fazer a avaliação dos programas de pós-graduação, que começa em 76, ainda em caráter experimental.

#### COMO ERA A RELAÇÃO ENTRE O DAU E A CAPES?

Trabalhávamos juntos. Pessoalmente, eu queria que a Capes não apenas crescesse como agência de fomento à pós-graduação, mas que também aparecesse como agência de apoio à graduação, para melhoria da qualidade do ensino de graduação. Esse foi um debate intenso que tivemos, porque o I Plano Nacional de Pós-Graduação dava muita ênfase à necessidade de qualificação dos docentes da graduação; isto, num primeiro momento, foi repudiado pela comunidade — lembro muito bem do desastre que foi minha apresentação do Plano na reunião da SBPC na UFMG, em 1975. Parte considerável da comunidade científica entendia que a pós-graduação servia apenas para formar pesquisadores e não para qualificar docentes. Era um grupo originado naquela experiência passada dos doutorados e da livre-docência por defesa de tese; não havia cursos nem programas, era só defender a tese.

#### ESTAVAM VINCULADOS A UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE?

Inteiramente outra, outro modelo, tanto que o famoso parecer Sucupira de 1965 permaneceu praticamente até o início dos anos 70 como letra morta.<sup>11</sup> Mas acontece que a reforma universitária não só acabava com a cátedra, como reformulava o Estatuto do Magistério. Pela primeira vez começam a aparecer exigências de titulação em nível de mestrado e doutorado o que, evidentemente, geraria uma revolução total no setor público; os velhos catedráticos, que tinham o controle da máquina, tiveram que abrir espaço para os jovens mestres e doutores nos departamentos recém-criados pela reforma.

Para atender a essa nova demanda por cursos de pós-graduação, era preciso ampliar a capacidade do sistema que, àquela altura, era muito pequena; havia poucas dezenas de programas de pós-graduação funcionando no país. Nasceram, então, os grandes programas de cooperação. Inicialmente, além da Capes e do CNPq, o BNDES injetava recursos financeiros nos programas identificados como mais promissores, através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Funtec, um fundo específico de apoio à ciência e tecnologia; esse fundo era operado pelo Pelúcio, ainda no BNDES — a Finep não existia.<sup>12</sup> Surgem aí a Coppe e o programa de apoio ao Instituto de Biofísica, ambos na UFRJ; o programa de apoio ao Centro Técnico e Científico (CTC) da PUC do Rio. Nessa época, o ministro Reis Veloso conseguiu criar e implantar o FNDCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; a Finep foi transformada em empresa pública independente do BNDES, subordinada diretamente à Seplan, e atuando como Secretaria Executiva do FNDCT. Foi por essa época que conseguimos

<sup>11</sup> Sobre o Parecer Sucupira, como ficou conhecido o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, ver a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume, em especial a nota 2, e BOMENY (2001).

<sup>12</sup> Sobre a atuação de José Pelúcio Ferreira no estímulo aos programas de pós-graduação, ver neste volume as entrevistas de LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, REINALDO GUIMARÃES, SIMON SCHWARTZMAN e DARCY CLOSS, especialmente a nota 11. Já a Finep nasceu do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965, vinculado ao BNDES. Em julho de 1967 transformou-se na empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos, responsável, a partir de 1969, pela administração dos recursos do FNDCT. Ao longo de sua existência, a Finep tornou-se o principal instrumento da política tecnológica do governo. Ver DIAS (2001).

<sup>13</sup> Criado como projeto especial (1977), o Pades visava apoiar a capacitação específica de professores do ensino superior nos aspectos docentes, institucionais e organizacionais. Atuava de forma articulada com o DAU e as universidades. Ver CÔRDOVA (1996).

<sup>14</sup> Sobre o PICD, ver as entrevistas de DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EUNICE RIBEIRO DURHAM e ELIONORA CAVALCANTI DE BARROS, neste volume, além de CÔRDOVA (1996).

fortalecer a Capes, utilizando recursos do FNDCT, além do orçamento do Ministério da Educação. Para conseguir isto tudo, foi extremamente importante aquela interação que tínhamos no Conselho Nacional de Pós-Graduação. Assim que se iniciou a implementação do Plano Nacional de Pós-Graduação, o Conselho foi extinto e suas atribuições passaram para a Capes.

Com isso, a Capes se fortaleceu muito, do ponto de vista institucional; assumiu as funções do Conselho Nacional de Pós-Graduação, utilizou recursos extra-orçamentários e começou a adquirir um pouco mais de consistência.

Deixou de ser apenas um órgão de distribuição de bolsas para ser uma agência de fomento, concedendo recursos para o fortalecimento dos programas de pós-graduação, um papel que se tornou ainda mais importante a partir do momento em que se consolidou o processo de avaliação da pós-graduação. Passamos a divulgar o resultado da avaliação, tornando mais transparente o mecanismo de apoio e fomento, tanto da Capes quanto do CNPq.

#### COMO DIRETOR DO DAU, QUE OUTROS

#### PROJETOS O SENHOR FEZ PARA A CAPES?

Um deles foi o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior, o Pades, uma tentativa de aproveitar a competência já instalada na pós-graduação para o desenvolvimento da qualidade do ensino de graduação, problema sério até hoje.<sup>13</sup> Outro braço importante, também voltado para a melhoria da graduação, foi o Programa Institucional de Capacitação Docente, PICD, bastante relevante nos primeiros anos, porque obrigava cada universidade que quisesse se candidatar e apresentar seus professores para receber a qualificação em nível de mestrado ou de doutorado a fazer um diagnóstico do ensino que oferecia.<sup>14</sup> Além disso, a universidade tinha que selecionar áreas prioritárias para implantar competência, no mais curto prazo possível. Obviamente, não dava para atender a todo mundo, portanto era preciso escolher prioridades, o que não era hábito dentro da universidade brasileira, sobretudo nesse momento, quando a estrutura departamental ainda era um pouco frágil, ainda havia muita disputa interna dentro da universidade.

● DAU, que conhecia melhor a situação das universidades, subsidiava a Capes na análise desse diagnóstico e na implementação do PICD. Nos anos 50, a Capes tinha a visão da universidade como um todo, mas perdeu e passou a trabalhar exclusivamente com o pesquisador, com os programas de pós-graduação. Então, para aprovação dos PICDs das universidades, tinha que haver uma interação muito estreita entre DAU e Capes.

○ PICD foi realmente uma experiência fantástica, mas estava desenhado para atender às universidades públicas. Assim, deixava de fora os docentes das instituições privadas, cuja qualificação é ainda hoje o maior desafio do sistema universitário brasileiro. Por isso, no âmbito do DAU tentei dar algum apoio ao processo de qualificação de professores nas instituições privadas de ensino superior.

**É IMPORTANTE REGISTRAR AQUI O PAPEL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO NESTA MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA. FOI UMA ESTRATÉGIA DELIBERADA?**

**M**inha avaliação é que na origem está a experiência da elaboração do Plano Decenal, ainda no governo Castelo Branco. Roberto Campos, ministro do Planejamento, montou o Epea, Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, “pai” do Ipea, e montou equipes para cada setor de governo: agricultura, transporte, indústria, saúde, educação etc. Obviamente, o trabalho inicial foi de avaliação e diagnóstico: o que acontecia em cada área, quais eram as deficiências, quais eram os sucessos, o que foi feito de bom, o que não funcionou.

**Esse trabalho acabou gerando dentro do Epea uma competência que não existia nos ministérios setoriais. Seus técnicos eram, majoritariamente, jovens com pós-graduação no exterior, gente que vinha com concepções mais avançadas, adquiridas nas universidades americanas, principalmente, e em algumas européias. A área de recursos humanos tinha uma concepção bastante abrangente: educação, trabalho, emprego, capacitação de mão-de-obra e saúde. Essa concepção acabou gerando a criação do Centro Nacional de Recursos Humanos, dirigido por Arlindo Lopes Correia, e trazendo junto a idéia de que era preciso criar competência dentro dos ministérios setoriais. Nesse contexto surge, dentro do CNRH, um grande projeto de cooperação internacional, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Pnud e envolvendo todas as agências das Nações Unidas: Unesco, OIT, FAO, OMS, com o objetivo de alocar peritos dessas organizações nas secretarias-gerais dos ministérios setoriais — apenas a coordenação do projeto ficou com o Ipea, já então transformado em Instituto —, na época, consideradas o órgão central de planejamento de cada ministério. Com isso, começou a nascer um relacionamento eficaz entre técnicos do Ipea e dos ministérios setoriais, terminando por gerar uma migração dos primeiros para outros ministérios — foi o que aconteceu comigo na área de educação.**

**Todo esse processo se fortaleceu com a criação da Finep. José Pelúcio teve a visão de entender que o processo de substituição de importações estava se esgotando, ia chegar o momento em que o país teria que passar a produzir tecnologia, e precisava preparar-se para isso. Ele traz esse enfoque para dentro da pós-graduação, que era estritamente acadêmica: o país entrava em processo acelerado de industrialização, e não havia onde formar competências; daí o grande salto da Coppe e da PUC/RJ.**

**O SENHOR FICA NO DAU ATÉ 1979.**

**COMO FOI NOMEADO DIRETOR DA CAPES?**

**Quando se iniciou o governo Figueiredo, em março de 1979, deixei o DAU e fui para o Paraná, onde assumi a Secretaria de Educação no governo Nei**

<sup>15</sup> Ver, a respeito, a entrevista de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

<sup>16</sup> ABILIO BAETA NEVES é o atual presidente da Capes, tendo assumido em 1995. Ver sua entrevista, neste volume.

Braga. E retornei em 82, aí já convidado para substituir o Cláudio de Moura Castro na direção da Capes. O período passado no Paraná foi extremamente importante, porque me permitiu olhar um pouco para aqueles setores da educação que, até então, não me preocupavam: ensino fundamental, alfabetização; até 1979 meu negócio tinha sido ensino superior. Foi uma experiência muito educativa, que me deu outra visão do problema da educação no país. Fiquei lá quase três anos e meio. Em 82, voltei a Brasília a convite do então secretário de Educação Superior, o prof. Gladstone Rodrigues da Cunha.

#### **O SENHOR JÁ O CONHECIA?**

**N**o DAU, trabalhei muito com ele na implantação da Universidade Federal de Uberlândia (MG), e ficamos muito amigos. Não sei se houve algum problema entre ele e o Cláudio, mas o fato é que o Gladstone me convidou para dirigir a Capes, o ministro confirmou o convite, e eu aceitei;<sup>15</sup> fiquei na direção entre 82 e 89, sete anos, até agora o mais longo mandato. Provavelmente serei superado pelo Abílio.<sup>16</sup>

#### **NESSE MOMENTO, A CAPES JÁ ESTÁ EM OUTRO PATAMAR, POIS TEVE DOIS DIRETORES BASTANTE ATIVOS: DARCY CLOSS E CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, AMBOS COM CAPACIDADE DE FORMULAÇÃO E DE OBTENÇÃO DE RECURSOS.**

**B**om, estava começando um período um pouco complicado do ponto de vista do financiamento; os recursos já não eram mais tão abundantes, o milagre brasileiro já estava chegando ao fim, portanto não foi um período fácil.

**C**hego à Capes e encontro em vigor o II Plano Nacional de Pós-Graduação, elaborado no período do Cláudio de Moura Castro, e já com uma concepção bastante diferente do I Plano, trazendo para dentro do sistema de pós-graduação brasileiro uma preocupação com o mercado de trabalho não acadêmico, e dando certa ênfase aos cursos de pós-graduação *lato sensu*: especialização, aperfeiçoamento, afastando-se um pouco da preocupação do I Plano Nacional, que era com a formação de pesquisadores e a qualificação do corpo docente das instituições. Essa questão precisava ser equacionada, porque acabou gerando sobre a Capes uma demanda por apoio financeiro para cursos de *lato sensu*. E gerando também, nos programas que já vinham sendo apoiados pela Capes, uma certa pressão pela abertura de cursos *lato sensu*, mesmo nas universidades públicas.

**O**utro problema era o redirecionamento dos programas de fomento que apoiavam os programas de pós-graduação, em função dos resultados da avaliação.

A grande questão era a seguinte:  
só daremos dinheiro para quem já é bom?

Foi preciso, com algum tempo e muita discussão no próprio Conselho Superior da Capes, encontrar uma forma de identificar aqueles programas que tinham potencial, embora não tivessem as notas mais altas na avaliação. Havia ainda a preocupação de tornar os programas de fomento mais independentes da apreciação pelo comitês de área. Foi aí que surgiu o famoso “algoritmo do Bira”. Ubirajara Alves era diretor de Programas da Capes e, fazendo uso dos resultados dos processos de avaliação, criou um sistema de indicadores que possibilitariam determinar o volume e o tipo de apoio a ser dado aos programas em função do seu desempenho no processo da avaliação.<sup>17</sup> E isso, de uma forma automática, sem precisar perguntar aos Comitês.<sup>18</sup> Isso foi aprovado pelo Conselho, e acabamos implantando uma sistemática de apoio que era praticamente decidida no âmbito burocrático da agência, não dependia de apreciação pelos comitês científicos.

#### **COMO FUNCIONAVA O PROCESSO, NA PRÁTICA?**

Muitíssimo bem, porque a liberação de recursos era automática. As bolsas eram distribuídas por cotas entregues aos programas. Agora, além das bolsas, eles recebiam o fomento propriamente dito, que era o apoio financeiro para custeio do programa. Como no orçamento da universidade pública não havia uma rubrica específica de apoio à pós-graduação, os programas viviam à mercê da disponibilidade de recursos da Reitoria, em geral exíguos e irregulares. Então, era preciso que os programas de pós-graduação passassem a contar com um reforço de recursos para atender às suas necessidades. Isto tudo acabou gerando uma situação em que as Reitorias não tinham mais ingerência nos programas de pós-graduação.

#### **FOI DURANTE SUA GESTÃO QUE SE ESTIMULOU FORTEMENTE A CRIAÇÃO DAS PRÓ-REITORIAS DE PÓS-GRADUAÇÃO?**

Sim, porque era uma forma de criar interlocutores para a Capes, de um lado, e também para que a universidade pudesse ter a sua política de pós-graduação, caso contrário os programas ficariam isolados uns dos outros. Naquelas universidades onde havia programas com conceito C para baixo no processo de avaliação, se não se gerasse uma interação com a Reitoria, não se poderia esperar nenhuma melhora. Era preciso que a universidade tivesse uma participação mais efetiva na adoção de uma política institucional de pós-graduação. É a partir daí, inclusive, que se criou, por volta de 1983, no âmbito das universidades o Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação, hoje um grande interlocutor da Capes.

#### **HOUVE ALGUMA ALTERAÇÃO NO PAPEL DO CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO?<sup>19</sup>**

Não, a única alteração radical que houve foi em 74, porque até então o Conselho da Capes era composto só de acadêmicos; trouxemos para dentro do Conselho a representação da Finep, a participação do CNPq. Foi durante o meu período no DAU, e a interação ficava assegurada, porque o diretor do DAU era o presidente do Conselho, como hoje o secretário de Educação Superior é o presidente do Conselho da Capes.

<sup>17</sup> Matemático de formação, José Ubirajara Alves teve passagens pela UnB, UFCE e CNPq. Na Capes, foi responsável pela Coordenadoria de Estudos e Fomento, e, em 1989, foi diretor-geral, cargo em que permaneceu até a extinção da agência, no início do governo Fernando Collor. Ver CÔRDOVA (1996).

<sup>18</sup> Ver, a respeito, a entrevista de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

<sup>19</sup> Só em 1986, o Conselho Técnico-Científico da Capes foi oficializado pelo Decreto nº 92.642, como órgão de assessoramento da direção, em substituição aos grupos extra-oficiais até então existentes, integrado pelos presidentes das comissões de consultores científicos das diferentes áreas. Sem poder deliberativo, o CTC desempenhava funções de consultoria e assessoria, com base nas quais a diretoria e o próprio Conselho Deliberativo da agência tomavam suas decisões. Ver CÔRDOVA (1996).

<sup>20</sup> A respeito do Acordo Capes-Cofecub, ver neste volume as entrevistas de MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES, MARIA TEREZA D’OLIVEIRA ROCHA, e SUZANA GONÇALVES, especialmente a nota 12.

**O SENHOR DIRIGIU A CAPES POR UM LONGO TEMPO. PODE-SE FAZER UMA PERIODIZAÇÃO DE SUA PASSAGEM PELA AGÊNCIA?**

Houve pelo menos dois períodos: 1982–85 e 1985–89. No primeiro a tônica foi a criação e implantação de novidades e a busca de cooperação internacional — consolidou-se na época o famoso Acordo Capes-Cofecub com a França, que estava precisando de uma reorientação.<sup>20</sup> O segundo período foi mais calmo, em que as coisas já estavam razoavelmente estabilizadas e, dali para frente era mais uma questão de brigar por dinheiro para poder manter as coisas funcionando.

**QUAL ERA O PROBLEMA COM O ACORDO CAPES-COFEUCUB?**

Havia três. O primeiro deles é que o programa nasceu basicamente voltado para fortalecer as universidades nordestinas que viessem a atingir um *status* mais elevado na área de pós-graduação — é complicado botar uma universidade do Primeiro Mundo trabalhando com uma universidade do Nordeste. O segundo problema era como enfrentar o desafio de, além de alargar o programa para atingir todo o território nacional, fazer com que, naqueles dirigidos para universidades mais fracas, houvesse a participação de uma universidade brasileira mais forte; portanto, o reforço para a universidade nordestina não era apenas de gente da França, mas também da universidade brasileira que estivesse associada ao projeto. O terceiro ponto era o fortalecimento do braço da pesquisa dentro do acordo, que estava exclusivamente voltado para o treinamento, para o ensino.

Ainda nessa área internacional, havia um outro desafio — apesar de todo o esforço que dediquei, não deu muito certo — que era o nosso interesse em abrir a cooperação internacional para outros países com os quais o Brasil não tinha tradição de cooperação.

Ou seja, sair do velho circuito Estados Unidos, Inglaterra, França, e partir para coisas diferentes. Foi um período em que eu, pessoalmente, viajei à Austrália, a Israel, à Holanda, à Bélgica, enfim, a vários países com os quais não tínhamos tradição de cooperação, para tentar abrir canais. Não fomos muito bem-sucedidos, não, exceto, talvez, em alguma coisa com a Austrália, pela facilidade da língua, mas com Israel, Holanda, Bélgica, não foi possível ampliar muito.

**QUE ATITUDE O SENHOR TOMOU EM RELAÇÃO À PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU?**

Quando cheguei à Capes, a idéia que estava germinando era de que fôssemos gradativamente passando para a área do *lato sensu* a experiência do

*stricto sensu*, o que significaria a Capes assumir um papel que nunca achei que fosse seu, ou seja, assumir a avaliação do programa *lato sensu*, passar a cadastrar e credenciar programas *lato sensu*. Isto seria introduzir na área da especialização e do aperfeiçoamento o formalismo que já tínhamos no *stricto sensu*. Pessoalmente, nunca concordei com isso.

**E FOI DURANTE SUA GESTÃO QUE A  
CAPES DECIDIU AFASTAR-SE DEFINITIVAMENTE  
DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU?**

**Sim.** Quando cheguei havia recursos da Capes alocados na montagem de alguns cursos de especialização, mas eu gradativamente acabei com isso. Havia alguma resistência da comunidade acadêmica, num momento em que os recursos começavam a escassear, mas havia também uma resistência à formalização das coisas. Como já estavam habituadas a executar programas *lato sensu* com a maior liberdade, sem ter que prestar contas a ninguém, sem ter que se submeter ao formalismo de um processo de credenciamento, as universidades resistiam e queriam continuar tendo essa liberdade. Do ponto de vista do financiamento, as universidades, mesmo as públicas, sempre tiveram muita liberdade para cobrar pelos cursos *lato sensu*, fixando valores de taxas etc. Na medida em que a Capes começasse a se intrometer nessa área, isso poderia ser um complicador.

**COM O FIM DO “MILAGRE” BRASILEIRO, OS RECURSOS COMEÇAM  
A ESCASSEAR. COMO A CAPES ENFRENTOU ESSES TEMPOS?**

**Aí** começa um período de certo esvaziamento orçamentário da área da ciência e tecnologia, principalmente com o gradativo esvaziamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; o FNDCT perdendo substância do ponto de vista orçamentário, já não era mais possível fazer aquela distribuição de recursos que fazia no início, quando foi um grande canal de alimentação do sistema Capes-CNPq-Finep. Tudo foi escasseando, até que chegou um momento em que a Capes não recebia praticamente mais nada do FNDCT. Recomeçou aquela briga eterna, de buscar dinheiro no Tesouro Nacional, conquistar os recursos através do orçamento do Ministério da Educação. Primeiro, era preciso vencer a resistência do próprio MEC: ministro, secretário-geral; depois, no âmbito da Seplan.

**COM O TÉRMINO DO GOVERNO FIGUEIREDO, EM 1985,  
ENCERRA-SE TAMBÉM O LONGO CICLO DE GOVERNOS MILITARES  
E INSTALA-SE UM GOVERNO CIVIL. HOVE MUDANÇAS  
SIGNIFICATIVAS NO QUE DIZIA RESPEITO À CAPES?**

Iniciou-se aí um período extremamente complicado, porque houve muita troca de ministros — fiquei quase sete anos na Capes e trabalhei com seis ministros.<sup>21</sup> Mas o fato é que, por alguma razão — ou várias, não sei — os sucessivos ministros foram me mantendo. Como na área econômica do governo não acontecia esse mesmo rodízio, e como eu já estava há muito tempo na área, meu relacionamento, principalmente com o segundo escalão da área econômica, é que permitiu que eu fosse ficando na Capes. De fato, é importante conhecer o “caminho das pedras” e ter bom diálogo com o segundo escalão, onde as coisas se decidem. Mas não era fácil.

<sup>21</sup> Foram ministros da Educação durante a gestão de EDSON MACHADO DE SOUSA na Capes: Rubem Ludwig (nov./1980–ago./1982), Ester de Figueiredo Ferraz (ago./1982–mar./1985), Marco Maciel (mar./1985–fev./86), Jorge Bornhausen (fev./1986–out./1987), Hugo Napoleão (out./1987–jan./1989) e Carlos Santana (jan./1989–mar./1990). Ver *DHBB* (2001).

<sup>22</sup> O PADCT foi criado pelo governo brasileiro em 1984, como um instrumento complementar à política de fomento à ciência e tecnologia. A Capes foi uma das agências responsáveis por sua implementação, ficando encarregada de realizar os projetos de formação de recursos humanos para os diferentes subprogramas envolvidos e, além disso, de executar o Programa de Educação para a Ciência. Ver CORDOVA (1996); BARROS (1998) e [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br).

**QUANTO ÀS BOLSAS, O GOVERNO SARNEY FOI  
UM PERÍODO DE RECURSOS ABUNDANTES?**

Relativamente. O que acontece é que, apesar do rodízio, quase todos os ministros da Educação do governo Sarney tinham força política; Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão eram ministros que tinham prestígio, cacife. Assim, se me mantiveram na Capes é porque confiavam no meu trabalho, portanto davam-me respaldo junto à área econômica e ao presidente da República. Além disso, essas pessoas me ligavam muito ao nome do Nei Braga, porque todos sabiam que eu era sua cria. E como o Jorge Bornhausen e o Marco Maciel eram amigos pessoais do Nei — Hugo Napoleão, nem tanto —, fui ficando na Capes.

**E QUANTO À AUTONOMIA EM RELAÇÃO  
À SESU, HOUVE MODIFICAÇÕES?**

Não, continuei com total liberdade de movimentos. Aliás, quando fui do DAU, eu interferia muito mais na Capes do que o fizeram os meus sucessores, no DAU e depois na SESu. A Capes já estava estruturada, consolidada, já tinha recuperado seu *status*. Mas foi um período também de certa acomodação.

É preciso lembrar que o governo Sarney criou o Ministério da Ciência e Tecnologia, e todo o MEC passou a agir com cautela, para não provocar qualquer conflito entre suas políticas e as do novo Ministério.

A própria Capes teve que ir devagar, porque agora o CNPq estava bastante fortalecido; era uma relação que tinha que ser muito bem costurada. A verdade é que os bons tempos não voltaram mais, porque o FNDCT estava muito esvaziado, a Finep nunca mais voltou a ter o papel de antes em relação à Capes.

**UM DOS PROGRAMAS MAIS CRIATIVOS INICIADO EM SUA  
GESTÃO À FRENTE DA CAPES FOI O PROGRAMA DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, O PADCT.**

É verdade, foi importante. Começou em 1984, quando identificamos as áreas de importância estratégica para o desenvolvimento do país.<sup>22</sup> Antes de sua formulação definitiva, a Capes já estava desenvolvendo um programa de apoio ao ensino de ciências, coordenado pelo velho Pierre Lucie, professor de física da PUC/RJ, grande figura — chamava-se Programa de Educação para a Ciência. Quando se estruturou o PADCT, conseguimos incluir esse programa, que foi um grande sucesso; lembro que foi uma briga enorme para convencer os negociadores brasileiros a incluir um programa para melhoria de ensino de ciências no nível médio no PADCT.

Havia muita resistência, pois o povo da academia queria o dinheiro para resolver os problemas de pesquisa científica no país. Quando abordávamos a necessidade de melhorar o ensino de ciências como um investimento para alimentar a criação de novos pesquisadores, para atrair o jovem para a ciência e para o trabalho científico, a comunidade científica torcia o nariz. Não foi fácil, mas conseguimos. Porém, hoje em dia o PADCT foi minguando, minguando, quase desapareceu.

**O SENHOR CONSIDERA QUE A RELAÇÃO  
ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO AINDA  
CONSTITUI UM DESAFIO NOS DIAS DE HOJE?**

**Eu** entendia que a pós-graduação, que estava funcionando dentro de critérios bastante eficientes, poderia ser um elemento dinamizador da graduação. Hoje o quadro melhorou bastante, mas ainda não é uma questão resolvida. O fato é que houve um arrefecimento, por parte da Capes, dessa proposta de integrar melhor pós-graduação e graduação. Essa foi minha grande frustração, porque ainda hoje considero que o grande desafio do ensino superior no país é a qualificação de docentes. E, apesar de todo o esforço que se faz na Capes, a pós-graduação brasileira ainda é essencialmente uma atividade de formação de pesquisadores, embora eu reconheça que não se faz pós-graduação sem pesquisa. Mas no desenvolvimento dos programas, a orientação esquece essa perspectiva da melhoria de qualidade do desempenho do docente.

**E** existe a própria pós-graduação profissionalizante, que tenta aprimorar pessoas que não querem ir para a vida acadêmica, não querem ser pesquisadores. Na medida em que a Capes começar a regulamentar o mestrado profissionalizante, acabará dando um carimbo acadêmico a esse mestrado. Então, por que não incorporar o MBA ao sistema de pós-graduação? Esse conflito não é bom para o sistema.<sup>23</sup>

**A QUE O SENHOR ATRIBUI O  
SUCESSO DA CAPES NESSES 50 ANOS?**

**A** razão básica do sucesso é a relação, sempre muito estreita e muito aberta, mantida pela Capes com a comunidade acadêmica, e sempre enfatizando relações mais institucionais e menos pessoais, ao contrário do CNPq. A Capes, principalmente no período em que estive na direção, aprofundou a tendência de trazer a instituição para dentro dos programas. Isso deu credibilidade à agência e consolidou a confiança da comunidade acadêmica.

**A** continuidade administrativa é outro elemento importante para explicar o sucesso da Capes. Nunca ouvi nenhum dirigente da Capes dizer: “Rompi com tudo o que havia antes.” Mesmo pessoas com pontos de vista diferentes, que atuaram em épocas diferentes, sempre inovaram, mas guardaram uma continuidade em relação aos momentos anteriores. Vejam o Cláudio de Moura Castro, por exemplo. É uma pessoa extremamente criativa, gosta de enfrentar novos desafios, não é alguém que se acomode. Pois quando passou pela direção da Capes, exercitou bem esse lado de sua personalidade, mas sem destruir nada, sem passar a borracha no que fora feito antes.

**Eu** tenho uns pegos feios com o Cláudio mas, apesar de várias divergências conceituais, temos um relacionamento excelente. Nossa discordância

<sup>23</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e SIMON SCHWARTZMAN neste volume.

básica tem a ver com o fato de que ele é um inimigo do formalismo, por excelência; podendo evitar a burocracia, ele evita. Não discordo totalmente disso, mas acho que, em certas áreas, é preciso haver um mínimo de formalismo para garantir coordenação, controle, articulação; caso contrário, não se consegue avançar. No campo da pós-graduação *lato sensu*, por exemplo, compartilhamos a idéia de que é preciso dar liberdade de experimentação, de criação. Agora, se botar dinheiro público, a coisa complica; é preciso ter mecanismos de controle.

**N**asce aí o paradoxo, porque para controlar é preciso formalizar. Formalizando, acaba-se fatalmente botando uma camisa-de-força e cerceando a criatividade e a inventividade dos programas. O equilíbrio entre controle e criatividade é, às vezes, extremamente difícil, porque na hora em que se formalizam os mecanismos de controle, acabam sendo fixados parâmetros e paradigmas.

**A**tualmente, não gosto do caminho que a Capes está tomando, acho que ela está partindo para uma formalização extremamente rígida do sistema; os controles se intensificaram, as exigências aumentaram enormemente. Tenho minhas dúvidas se isso é bom para o sistema. A lei não diz que, para abrir um curso de pós-graduação, é preciso ter autorização, mas criou-se uma sistemática dentro da Capes, de tal sorte que ninguém se arrisca a criar um curso de pós-graduação sem seu beneplácito. Antes criava-se um curso e, só depois de dois ou três anos, quando eram defendidas as primeiras dissertações ou teses, é que o programa se dirigia à Capes, pedindo para entrar no sistema de avaliação e ser reconhecido. Hoje ninguém mais faz isso.

**M**as nenhuma de minhas críticas diminui o extraordinário papel representado pela Capes na capacitação de docentes, na verdadeira implantação da pós-graduação no Brasil, na construção de competência acadêmica por todo o país, e tudo isto sem abrir mão de seus princípios de rigor analítico e estímulo à meritocracia.

Meu desejo é que a Capes preserve suas características de grande ilha de excelência do setor público brasileiro, mas sem perder o estímulo à inovação, à inventividade, à experimentação, que também são marcas suas, consolidadas ao longo destes 50 anos de vida.

**1990–1992**

# A Capes ameaçada

A posse de **FERNANDO COLLOR DE MELO** na presidência da República, em março de 1990, trouxe consigo a extinção da Capes, medida que traumatizou não apenas seus funcionários, mas toda a comunidade acadêmica. E foi exatamente a mobilização desses segmentos que garantiu, em pouco menos de um mês, o restabelecimento da agência. Seguiram-se as gestões de **EUNICE RIBEIRO DURHAM** e **SANDOVAL CARNEIRO JR.**, marcadas pelo esforço de de reconstrução e pelo empenho na transformação da Capes em fundação, medida que seria aprovada em 1992, durante a gestão de **JOSÉ GOLDEMBERG** na pasta da Educação.

## **EUNICE RIBEIRO DURHAM**

**EUNICE RIBEIRO DURHAM** nasceu em Limeira (SP), a 3 de julho de 1932. Formou-se em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1954), onde também obteve os graus de mestre, doutora, livre-docente e professora titular. Em 2002 recebeu o título de Professora Emérita. Antropóloga e professora universitária (USP), dirigiu os departamentos de Ciências Sociais (1985-87) e de Antropologia (1987-89) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Nesta universidade, foi assessora especial da Reitoria (1987-89); titular da Comissão Especial de Coordenação das Atividades de Extensão da Reitoria (1988-89) e do Conselho Diretor do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (1989-). Foi diretora-geral da Capes (1990-91); presidente da Fundação Capes (1991 e 1992); secretária nacional de Educação Superior do MEC (1991-92); secretária nacional de Política Educacional (1995-97); presidente interina da Fundação Capes (1995) e membro do Conselho Nacional de Educação (1997-2001), entre outras funções e cargos.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 31 de julho de 2001.

**A SENHORA TEM UMA RICA E PROFÍCUA CARREIRA  
UNIVERSITÁRIA. FOI TODA FEITA NA USP?**

Sou antropóloga de formação e, embora tenha estudado durante um ano nos Estados Unidos, minha carreira acadêmica foi, realmente, feita na USP, onde percorri todos os degraus e cheguei a professora titular de antropologia, área em que possui uma obra reconhecida. Comecei a trabalhar com o ensino superior em virtude de circunstâncias políticas, durante o regime militar, como forma de defender a universidade; posteriormente, participei ativamente da fundação da associação dos docentes de São Paulo, a primeira do Brasil.

Entretanto, jamais me satisfiz com uma atuação meramente política; por isso, e tendo em vista minha formação de pesquisadora, comecei a estudar o problema do ensino superior, e a publicar trabalhos nessa área.<sup>1</sup> Naquele tempo, eu escrevia muito em jornal, participava do debate sobre o ensino universitário. Em 1985, quando o prof. José Goldemberg assumiu a Reitoria da USP, fui trabalhar com ele e intensifiquei minha análise sobre o ensino superior.

**JÁ HAVIA ALGUMA REFLEXÃO SUBSTANTIVA SOBRE  
O ENSINO UNIVERSITÁRIO, NAQUELA ÉPOCA?**

Havia alguns trabalhos históricos muito bons, como o de Luís Antônio Cunha, mas eu considerava que o debate, em seu conjunto, era muito ideológico, com pouca informação objetiva, muitas palavras de ordem, ataques ao MEC-Usaid.<sup>2</sup> Assim, comecei por levantar a documentação, para ter uma visão mais clara, trabalhando com uma série de estatísticas. Em seguida fundei, junto com Simon Schwartzman, o Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes), para dar uma base mais acadêmica à atuação política e à reflexão sobre o assunto.<sup>3</sup>

**COM ESSE CURRÍCULO, NÃO DEIXA DE SER  
SURPREENDENTE SUA NOMEAÇÃO PARA PRESIDIR  
A CAPES NO INÍCIO DO GOVERNO COLLOR.**

Eu fui apanhada inteiramente de surpresa. Não conhecia o novo ministro da Educação, Carlos Chiarelli, mas o convite veio do titular da SESu — Secretaria de Educação Superior, Silvino Lopes Neto, que eu também não conhecia.

<sup>1</sup> Sobre ensino superior, Eunice Ribeiro DURHAM publicou, entre outras obras: *A autonomia universitária: o princípio constitucional e suas implicações*, São Paulo, USP, Nupes, 1989; *Avaliação e relações com o setor produtivo: novas tendências do ensino superior europeu*, São Paulo, USP, Nupes, 1990; *Os desafios da reforma universitária*, São Paulo, USP, Nupes, 1989; *A institucionalização da avaliação*, São Paulo, USP, Nupes, 1990; *Situação e perspectivas do ensino superior no Brasil: os resultados de um seminário*, São Paulo, USP, Nupes, 1989, este em co-autoria com Simon Schwartzman, com quem organizou ainda *Avaliação do ensino superior*, São Paulo, Edusp, 1992. Com Divonzir Artur Gusso, escreveu *Pós-Graduação no Brasil: problemas e perspectivas*. Brasília, Capes, 1991.

<sup>2</sup> Sobre o Acordo MEC-Usaid, ver *DHBB* (2001) e a entrevista de ALMIR DE CASTRO, neste volume, especialmente a nota 7.

<sup>3</sup> O Nupes é um centro temático da USP dedicado a pesquisas sobre ensino superior, que reúne especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Ver [www.usp.br/nupes](http://www.usp.br/nupes).

Sei que eles marcaram uma reunião com o então reitor da USP, Roberto Lobo, para conversar sobre os problemas do ensino superior; Lobo me convidou, e eu expus minha opinião sobre o tema. Inesperadamente, fui convidada ali mesmo para dirigir a Capes.

### A QUE A SENHORA ATRIBUIU O CONVITE?

Em todos os governos, há dois tipos de convite: os políticos e os técnicos. Tenho certeza de que o meu foi técnico, pois eu não tinha qualquer vinculação com o governo ou partidos políticos; além disso, era uma pessoa desconhecida do ministro e do diretor da SESu. Acredito que tenha havido, por parte deles, uma preocupação em recuperar a Capes, que desfrutava de alto prestígio no Ministério e na comunidade científica e sempre foi uma vitrine do ensino superior brasileiro.

### A REFORMA ADMINISTRATIVA A SER IMPLEMENTADA PELO GOVERNO COLLOR NÃO PREVIA A EXTINÇÃO DA CAPES?

Previa, e quando assumi, com um mês e meio de governo, ela já havia sido extinta — eu tinha sido convidada para dirigir um órgão que não existia mais.<sup>4</sup> Como se tratava do governo Collor, consultei algumas pessoas da comunidade científica, porque não queria entrar em conflito com meus pares. E todo mundo considerou que eu devia aceitar o cargo, porque a situação ficaria muito difícil sem a Capes. Mas todos diziam igualmente: “Se as coisas ficarem politicamente difíceis, você sai.” Resolvi enfrentar o desafio — e tive muito apoio do Goldemberg, que estava na então Secretaria de Ciência e Tecnologia.<sup>5</sup>

Mesmo com a Capes extinta, Chiarelli me deu posse, mas na mesma noite foi internado na UTI com um sério problema de saúde. Resultado: não assinou o ato, e eu comecei a trabalhar num órgão que não existia mais, numa posição para a qual não tinha sido nomeada. Foi bastante complicado, pois eu precisava assinar papéis, mas não estava nomeada. Um dos membros do Conselho da Capes, o dr. Osvaldo Ramos, era médico do Hospital São Paulo, onde estava internado o ministro, e levou-lhe o ato de minha nomeação, que foi assinado na UTI.

A primeira luta visava, evidentemente, recriar a Capes. Os próprios funcionários, com total apoio da comunidade científica, já tinham começado a fazer uma enorme mobilização, na qual me incorporei. E conseguimos ressuscitar o órgão, com o apoio integral do próprio ministro.

### QUAL O GRAU DE INTERFERÊNCIA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO NAS ATIVIDADES DA CAPES?

Desde o primeiro momento, o ministro Chiarelli me garantiu que não interferiria e que eu teria total liberdade de ação, de acordo com os parâmetros e valores da própria instituição. E quero dizer que ele respeitou integralmente o trato: jamais recebi qualquer pressão política. Tínhamos uma reunião por semana, eu contava o que estava fazendo, e o ministro aprovava. Aprovou até mesmo minha iniciativa de acabar definitivamente com as bolsas administrativas, aquelas de origem mais política, distribuídas por fora do sistema, sem passar pelo Comitê — fiquei chocada quando soube que existiam. Conversei com alguns deputados e senadores, explicando que o procedimento era politicamente contraproducente, pois não há bolsas para todos, e cada parlamentar satisfeito geraria outros dez irritados. Consegui convencê-los sem maiores dificuldades.

Em suma, não sofri qualquer interferência nem do ministro, nem do Silvano, secretário de Ensino Superior do MEC. Eu não era uma pessoa muito associada à administração do Ministério e fiquei um pouco isolada na Capes, mas o ministro sempre concordou com tudo o que propus.

<sup>4</sup> A Medida Provisória nº 150, de 15.03.1990, dispunha sobre a organização do Poder Executivo, extinguindo e criando diversos órgãos, entre os quais a Capes, restaurada pela Lei nº 8.028, de 12.04.1990, pela qual o Congresso aprovou com restrições a MP. Sobre o período, ver neste volume as entrevistas de ANGELA SANTANA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e REINALDO GUIMARÃES, além de CORDOVA (1996).

<sup>5</sup> O Ministério da Ciência e Tecnologia foi extinto no início de 1989, no final do governo José Sarney, tendo sido suas atribuições incorporadas ao antigo Ministério da Indústria e Comércio. No governo Fernando Collor foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com *status* de ministério. Ver *DHBB* (2001).

<sup>6</sup> Ver, a respeito do episódio, as entrevistas de ANGELA SANTANA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, e ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, neste volume.

<sup>7</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de ANGELA SANTANA, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e REINALDO GUIMARÃES, neste volume.

**A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL,  
ENCARREGADA DA REFORMA ADMINISTRATIVA, ACEITOU  
TRANQUILAMENTE A RESSURREIÇÃO DA CAPES?**

Essa luta durou toda a minha gestão, ou seja, um ano e meio. Em primeiro lugar, foi preciso recriar a Capes tal como era antes, mas como ela tinha sido extinta, foi necessário negociar com a Secretaria de Administração, uma discussão muito dura. Boa parte dos funcionários tinha sido colocada à disposição ou simplesmente demitida, e os cargos tinham sido extintos.<sup>6</sup> Só para recompor a estrutura anterior, foi um trabalho hercúleo, para o qual tive grande ajuda de Angela Santana, uma das minhas diretoras, que conhecia bem Brasília, os políticos, os administradores etc.<sup>7</sup> Conseguimos um quadro mínimo e começamos imediatamente um novo trabalho para transformar a Capes em fundação, o que lhe daria maior liberdade de ação.

**QUAIS ERAM OS PRINCIPAIS  
ENTRAVES À ATUAÇÃO DA CAPES?**

● primeiro era uma enorme ausência de pessoal.

Eu sempre dizia que a Capes não era o órgão mais enxuto da administração pública, era o mais dessecado, porque a quantidade de pessoal era minúscula.

Embora boa parte do trabalho se resolvesse através dos consultores, das comissões *ad hoc*, era necessário um quadro mínimo para trabalhar. Para se ver o grau de enxugamento, toda a administração da Capes consumia apenas 4% de seu orçamento, que também teve que ser recomposto — aliás, era muito pequeno; as comissões consumiam bem mais que isso. Era preciso convocá-las, trazê-las a Brasília, pagar passagens e diárias; assim, parte importante do orçamento era consumida com as comissões, e o restante dos recursos ia para os diferentes tipos de bolsas. Aí houve um problema de reorganização interna porque, embora ainda fosse um órgão modelar do serviço público, a Capes já estava um pouco defasada, em termos das tarefas que assumiu. Em suma, tínhamos três problemas: o quadro de pessoal, que precisou ser recomposto; as verbas, que tiveram que ser reconstituídas, porque tinham sido redistribuídas, e a reorganização do organograma administrativo.

**As** principais dificuldades vinham da origem: a Capes era um órgão da administração direta, sem flexibilidade orçamentária, cerceada pela enorme complexidade do processo licitatório. Isso tudo emperrava terrivelmente a criação do novo: novo programa, novo seminário, qualquer coisa que não constasse da previsão inicial. Hoje estou absolutamente convencida — já estava antes, mas fiquei ainda mais — de que a burocracia do setor público brasileiro constitui um imenso entrave a qualquer administração eficiente.

Ao mesmo tempo que lutava para transformar a Capes em fundação, fiz um esforço muito grande para informatizá-la. Ainda me lembro de distribuir bolsas com umas folhas de papel almaço coladas, com aquelas enormes listas de programas, número de bolsas nos últimos três anos, quantas bolsas o CNPq dava, para saber quantas dava a Capes; tudo era feito à mão pela Angela Santana.<sup>8</sup> No Ministério havia um daqueles grandes computadores centrais, extremamente ineficiente, que armazenava os dados da Capes; obter qualquer informação daquele computador era absolutamente impossível.

Não tínhamos verbas para informatizar, por isso tivemos que fazer arranjos com os recursos existentes: contrato com a UFRJ, troca de serviço por auxílio, para a Coppe poder nos auxiliar. Quando deixei a presidência da Capes, a informatização mal tinha sido começada.

#### QUE ALTERAÇÕES A SENHORA INTRODUZIU NA SISTEMÁTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS?

Eu já tinha alguma reflexão sobre o assunto e considerava que o sistema de bolsas precisava ser inteiramente revisto. E havia o problema crucial, que afligia também o CNPq: as verbas para bolsas eram garantidas, mas as verbas para auxílio não existiam, porque cada corte de orçamento incidia sobre os auxílios. E só bolsa, não funciona. E foi realmente um período de vacas muito magras para o todo o setor de ciência e tecnologia e a pós-graduação; as verbas para pesquisa praticamente desapareceram, e os diferentes laboratórios estavam em situação deplorável. Muito de minha atuação se deu no sentido de equilibrar o sistema de bolsas com o de auxílios.

#### EM 1991, QUANDO A CAPES FEZ 40 ANOS, A SENHORA PUBLICOU UM LEVANTAMENTO DE SUA SITUAÇÃO E DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO. QUAIS ERAM AS PRINCIPAIS IDÉIAS DO TEXTO?

Ainda acredito naquele texto; chama-se *A pós-graduação no Brasil*.<sup>9</sup> A primeira idéia é que não adianta só ter bolsa, é preciso existir um sistema coordenado de auxílio. Segunda, os sistemas de bolsas e auxílios têm que ter duas vertentes: de um lado, facilitar os procedimentos burocráticos para os programas consolidados, porque esses é que sustentam a produção científica no Brasil; de outro, tentar ampliar a pós-graduação, que estava, e ainda está, muito concentrada regionalmente — é preciso ter centros de pós-graduação de boa qualidade no Norte e no Nordeste, especialmente dentro da perspectiva de formação de pessoal, que é a preocupação da Capes. A pós-graduação é fundamental para formar pessoal para o ensino superior, inclusive para melhorar a qualidade da graduação.

Tudo isso dependia de uma política de formação. A Capes fora organizada de uma forma, teoricamente, muito satisfatória. Havia três sistemas: o Programa de Demanda Social, que privilegiava os programas consolidados; o Programa de Bolsas no Exterior, e o Programa Institucional de Capacitação Docente, o PICD, que oferecia bolsas a professores de universidades que não possuíam pós-graduação, para eles estudarem nos centros de pós-graduação. Com o Programa de Demanda Social havia uma questão séria: foram se acumulando distorções históricas, e era preciso rever os critérios de distribuição de bolsas entre os diferentes programas, avaliar a eficiência e a eficácia das bolsas, o que introduziu o critério de tempo de titulação.

<sup>8</sup> Ver a entrevista de ANGELA SANTANA, neste volume.

<sup>9</sup> *Pós-graduação no Brasil: problemas e perspectiva*. Brasília, Capes, 1991. Foi escrito em co-autoria com Divonzir Artur Gusso, então coordenador-geral de avaliação da Capes.

<sup>10</sup> Sobre as relações entre as duas instituições, ver, neste volume, as entrevistas de ALMIR DE CASTRO, SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, EDSON MACHADO DE SOUSA, SANDOVAL CARNEIRO JR., MARIA ANDRÉA LOYOLA, REINALDO GUIMARÃES e SIMON SCHWARTZMAN.

<sup>11</sup> A taxa acadêmica é parte do Proap — Programa de Apoio à Pós-Graduação, que é atrelado ao de bolsas e garante aos programas os recursos financeiros necessários à manutenção de suas atividades. Ver [www.ifqsc.sc.usp.br/~pos/documentos/ManualPROAP.html](http://www.ifqsc.sc.usp.br/~pos/documentos/ManualPROAP.html), e, neste volume, as entrevistas de SANDOVAL CARNEIRO JR. e ANGELA SANTANA.

Evidentemente, havia uma nítida contradição com o sistema praticado pelo CNPq, que usava critérios mais frouxos, com uma grande influência dos comitês. E como atuamos na mesma área, as duas instituições têm que funcionar de acordo, senão criam-se distorções no sistema. Assim, tentamos inicialmente um acordo com o CNPq, ao mesmo tempo que procurávamos distribuir as bolsas da Capes depois dele, para tentar reequilibrar o sistema, que ficou muito prejudicado.<sup>10</sup>

**DURANTE SUA GESTÃO, QUE ALTERAÇÕES FORAM INTRODUZIDAS NA SISTEMÁTICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS PARA AUXÍLIO?**

Acontecia o seguinte: no orçamento, a bolsa entra na rubrica de pessoal; assim, mantém-se pela inércia do sistema burocrático e porque os alunos pressionam, obviamente. Mas as verbas para auxílio tendiam a desaparecer toda vez que era necessário enxugar o orçamento; assim, a cada ano ia diminuindo a cota de auxílio. Foi então que tive uma ótima idéia, embora não concorde muito com a forma como ela foi implementada depois: chamei de taxa acadêmica.<sup>11</sup> Funcionava da seguinte maneira: associei o auxílio à bolsa, e ele entrou dentro da verba das bolsas; estas davam ao programa uma contribuição que a Capes entregava diretamente ao coordenador. Além disso, consegui verba para auxílio, diminuindo o volume de bolsas no exterior, que eram caríssimas. E isso, naquele momento, foi absolutamente crucial. Quando saí da Capes, estávamos gastando mais em taxa acadêmica do que o CNPq em auxílio à pesquisa. Era uma taxa bastante flexível, como eu sempre quis que fosse; na USP, por exemplo, o Departamento de Ciências Sociais juntou as taxas acadêmicas de diversos programas para comprar um computador, que não havia. Ou poderíamos ter comprado livros, atualizar a assinatura de revistas especializadas, mandar consertar um equipamento sem entrar no “bendito” sistema de licitações. Era um programa muito interessante.

## Fui muito criticada por insistir no critério da produtividade.

A congregação da Faculdade de Filosofia da USP chegou a me interpelar, mandando uma carta malcriadíssima, onde dizia que eu estava interferindo na autonomia universitária. E até tive uma discussão áspera com a congregação, quando disse: “Não sou eu que estou interferindo na autonomia universitária, vocês é que estão interferindo na autonomia da Capes. Suas bolsas, vocês usem como quiserem, mas as da Capes têm o uso determinado pela Capes.” De outro lado, a taxa acadêmica, que foi a salvação do sistema naquele momento, pois permitiu a continuidade dos núcleos de pesquisa, jamais foi mencionada como uma iniciativa importante da Capes, embora todo mundo tenha passado a depender desses recursos. Para os programas mais pobres, foi questão de vida ou morte.

### QUANTO À CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES REGIONAIS, ERA A PRIMEIRA VEZ QUE SE TENTAVA ALGO PARECIDO?<sup>12</sup>

Não, mas as tentativas anteriores nunca deram muito certo. Nessa época, iniciei um programa inovador que, infelizmente, não consegui terminar: o Programa Norte de Pós-Graduação. Distinguiu-se dos anteriores porque foi criada uma comissão de cientistas altamente competentes, dos quais, talvez, o mais atuante foi José Galizia Tundisi, para fazer visitas e levantamentos nas instituições e universidades do Norte do país, com o objetivo de localizar grupos que pudessem efetivamente levar esse projeto adiante, e depois tentar, com o CNPq, um sistema integrado de apoio.<sup>13</sup>

Além disso, tentei também reformular o PICD, pois o modo como vinha sendo implementado nos anos anteriores dava um caráter muito aleatório à distribuição das bolsas. Às vezes, os critérios eram um tanto políticos, mas esse não era o pior problema; o fato é que ter apenas um doutor aqui, outro lá, outro acolá não construía massa crítica para criar núcleos de pesquisa atraentes. Para conseguir mudanças, é preciso ter um grupo de pesquisadores, pelo menos uns quatro com doutorado, que possa iniciar um programa de pesquisa. Então, a idéia era estimular a criação de núcleos que pudessem se consolidar como núcleos de pesquisa e não simplesmente continuar a distribuir PICDs aleatoriamente. Os resultados dessa distribuição eram muito ruins, mesmo porque boa parte dos melhores candidatos não voltava à instituição de origem.

### E QUANTO ÀS BOLSAS PARA O EXTERIOR?

Havia problemas bastante sérios. O programa de bolsa para o exterior é muito caro, como aliás é toda a pós-graduação; por isso, é preciso pensar com cuidado na eficácia. Sempre parti do pressuposto de que esse é um país pobre, onde fornecer ensino gratuito é um privilégio. Bolsa, então, é um privilégio enorme, que só se justifica após uma avaliação muito meticulosa. O programa brasileiro de pós-graduação no exterior é fantástico! Não há país rico que pague, além da bolsa de manutenção, as taxas de matrícula, de instalação etc. Por isso, eu defendia que precisávamos rever critérios e reformular diretrizes.

### QUE MODIFICAÇÕES A SENHORA INTRODUZIU NO DOUTORADO-SANDUÍCHE?

Essa bolsa existia como uma alternativa: os alunos podiam pedir uma bolsa integral ou uma bolsa *sanduíche*, mas passava pelo julgamento centralizado.<sup>14</sup> A idéia foi descentralizar esse programa e entregar as bolsas *sanduíche* aos programas de doutorado com boa classificação, para que eles as distribuíssem, sob supervisão da Capes — isto conferiu enorme agilidade ao programa. Eu estava convencida, certa ou erradamente, de que é muito importante um estágio no exterior, mas não é necessário passar cinco, seis anos no exterior; um doutorado completo no exterior é para uma minoria extremamente talentosa e, assim mesmo, para áreas onde não temos massa crítica suficiente. Se há bons programas no Brasil, em vez de gastar o dinheiro com um aluno por quatro anos, é melhor gastar com quatro alunos por um ano — o efeito multiplicador é espantoso. Entretanto, a comunidade científica e os estudantes têm extrema dificuldade para aceitar a idéia de que candidatos em condições de efetivamente

<sup>12</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de DARCY CLOSS, e MARIA ANDRÉA LOYOLA, neste volume.

<sup>13</sup> José Galizia Tundisi (1938) é bacharel em história natural (USP), mestre em oceanografia (Universidade de Southampton) e doutor em oceanografia (USP). Fundou o Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos (SP) e presidiu o CNPq (1995–98). Ver [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br). Já o Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação começou a ser estruturado durante a gestão de EDSON MACHADO DE SOUSA e implementado no início da década de 1990, para atender às necessidades das instituições da região amazônica em matéria de pós-graduação e pesquisa. A propósito, ver as entrevistas de MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e AMADEU CURY, neste volume, e CÓRDOVA (1996).

<sup>14</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de DARCY CLOSS, SANDOVAL CARNEIRO JR., MARIA ANDRÉA LOYOLA, e MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, neste volume.

<sup>15</sup> Ver, a respeito, as opiniões de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

aproveitar bolsas para o exterior são em número reduzido; boa parte dos bolsistas que estavam sendo enviados para fora não tinha condições de fazer realmente um bom curso. Sem dúvida, o aluno sempre aproveita, toma um banho de civilização, aprende uma língua, tem contato com uma bibliografia nova. Mas é um programa muito caro; se não for para formar um bom pesquisador, é melhor utilizar uma bolsa sanduíche de seis meses.

Tal como o concebi, o programa implicava um intercâmbio: havia recursos para que viessem professores visitantes. A Capes tinha negligenciado um pouco esta troca.

Minha visão do desenvolvimento da pesquisa no país me havia levado à conclusão de que um professor visitante pode trazer uma cultura de pesquisa, coisa que, freqüentemente, não existe. Além disso, o professor visitante pode atingir um número muito maior de alunos, porque dá seminários e aulas. Assim, passamos a favorecer um programa em que a bolsa sanduíche privilegiava contatos interinstitucionais, ou seja, com a possibilidade de trazer professores visitantes, e de preferência aqueles que eu chamava de recorrentes. É muito difícil um professor com uma carreira consolidada no exterior se mudar para o Brasil ou vir por dois anos; agora, vir anualmente, por um período curto, é coisa muito mais possível. Para isso, retiramos diversas bolsas do sistema individual e passamos para o institucional.

#### HOUE ALTERAÇÕES NO ACOMPANHAMENTO

#### DO DESEMPENHO DO BOLSISTA NO EXTERIOR?

**Sim**, tivemos que refazer o sistema de acompanhamento, porque os alunos iam para o exterior e não davam mais satisfação, não terminavam o trabalho. A instituição da cobrança foi uma coisa importante, uma verdadeira mudança de cultura, porque durante muito tempo as pessoas não se sentiam comprometidas com a conclusão de suas teses, por exemplo. O ano e pouco que passei na Capes foi suficiente para inaugurar a nova visão de compromisso, mas não foi suficiente para consolidá-la.

**Outra coisa:** eu concordava inteiramente com as idéias do prof. Newton Sucupira quanto ao mestrado; havia uma distorção, que o fazia supervalorizado, e além disso, mestrado e doutorado conferiam uma formação acadêmica mas não uma formação profissional. Passei a defender um mestrado profissional — não profissionalizante.<sup>15</sup> Foi muito complexo, mas quando saí estava-se discutindo intensamente a questão com um setor-chave, que é a medicina onde, quando o professor chega a terminar o doutorado, já está prestes a se aposentar: faz seis anos de graduação, mais dois ou três de residência, depois exige-se dele o mestrado acadêmico de mais dois anos, para se formar pesquisador, depois ainda tem o doutorado.

Alguém que queira fazer carreira universitária na medicina tem que seguir esse caminho, absolutamente massacrante. Como nossa missão é formar pessoal, temos que ter outras alternativas.

**E HÁ AQUELES QUE QUEREM SE RECICLAR, TÊM INTERESSE EM SE APERFEIÇOAR, MAS NÃO QUEREM REDIGIR UMA TESE NEM SEGUIR CARREIRA ACADÊMICA.**

Daí meu interesse em valorizar a especialização e criar o mestrado profissional, diminuindo o tempo de duração do mestrado acadêmico — aqui na USP havia mestrados de seis anos; a mesma coisa no Museu Nacional, no Rio. Enfim, minha proposta causou imenso rebuliço. Um dos problemas do Brasil é que as pessoas só olham para o próprio umbigo. Minha vantagem, por ser antropóloga e ter começado a trabalhar com o Nupes, é que pude ter, desde o início, uma visão comparativa e cosmopolita. No mundo inteiro o mestrado estava em cheque; a França tinha acabado de eliminá-lo, mantendo o DEA — Diplome d'Études Approfondis e o doutorado. Nos Estados Unidos, o mestrado só é importante para administração e formação de professores: é um mestrado profissional. Em suma, esta foi uma linha de batalha, de discussão nas reuniões e com os programas, e sofreu grande oposição; mas começou a frutificar, porque a luta continuou depois que deixei a Capes. Mas reconheço que até hoje existe resistência, porque a universidade é extremamente conservadora e corporativa; ninguém quer mudar nada. Se tivesse ficado mais tempo na Capes, acho que teria conseguido enfrentá-la.

**NESSE ASPECTO, ABRIU-SE GRANDE CAMPO PARA AS UNIVERSIDADES PRIVADAS, COM AS CENTENAS DE MBAs — QUE SÃO, NA GRANDE MAIORIA, CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

Não é verdade. O MBA não é reconhecido como mestrado. Eu própria tentei passar no Conselho Nacional de Educação uma resolução dizendo que o MBA é equivalente à especialização, mas não consegui. O argumento, aliás vindo exatamente de um reitor de uma universidade pública, foi que MBA não existe oficialmente, então não precisamos nem mencioná-lo. Eu argumentava: “Pode não existir no papel, mas existe de fato, e centenas de instituições estão oferecendo. Nosso papel é conceituar o que é essa coisa que as pessoas estão cursando.” Mas aí a resistência das universidades públicas no Conselho foi enorme — as universidades públicas ainda são muito antiquadas. A USP, então, é particularmente conservadora.

**POR QUE A SENHORA DEIXA A PRESIDÊNCIA DA CAPES EM 1991?**

Porque José Goldemberg foi nomeado ministro da Educação e me pediu para assumir a Secretaria de Ensino Superior e cuidar das universidades públicas, que estavam em situação caótica e de extrema penúria — é minha sina, trabalhar no governo quando não há dinheiro. A SESu não tinha recursos para nada, as universidades não estavam conseguindo fechar as contas, suas verbas sofreram um encolhimento brutal. Havia dois problemas centrais: a luta pelos orçamentos, incluindo aí a tentativa de formular uma mudança completa no sistema de financiamento; chegamos até a

<sup>16</sup> *A autonomia universitária: o princípio constitucional e suas implicações*. São Paulo, Nupes, 1989. (Documentos de Trabalho Nupes, nº 9)

preparar uma emenda constitucional para dar autonomia para o financiamento — tenho trabalho escrito sobre isso.<sup>16</sup> E o segundo problema era a tentativa de organizar o sistema dos hospitais universitários.

**Q**uando entrei para a SESu, embora conhecesse bastante bem o ensino superior, não tinha idéia do problema dos hospitais, jamais tinha lidado com eles. Só então descobri que tínhamos 44 hospitais; tomei um susto! Minha primeira reação foi: “Transferimos todos para o Ministério da Saúde.” Depois vi que, na situação brasileira, a manutenção de hospitais universitários é essencial para o sistema de saúde. Iniciei imediatamente a montagem de um sistema de avaliação para a distribuição de verbas; comecei a levantar os custos dos hospitais, sempre na relação custo/paciente. A diferença entre um hospital e outro era absolutamente brutal. Não havia nenhuma eficiência dentro do sistema, nenhuma racionalidade no uso de recursos; a situação dos hospitais era um verdadeiro horror.

**T**entei trabalhar com os diretores dos hospitais, fiz diversas reuniões onde chegamos a elaborar uma proposta de organização dos indicadores — infelizmente também não deu tempo para implementar a proposta; eu queria tornar os hospitais unidades orçamentárias autônomas, porque era impossível controlar o hospital e a universidade. Quando o hospital tinha verba, a universidade a utilizava, contratando pessoas com as verbas do hospital para trabalhar na universidade; e quando o hospital não tinha verba, contratava pessoal para si como se fosse assistente da faculdades. Resultado: era impossível saber com certeza quanto custava o hospital.

Mas a grande discussão que iniciei na SESu foi a autonomia universitária, a importância crucial de alterar basicamente o sistema de controle e de avaliação e de exigir o mínimo de eficiência na aplicação dos recursos.

Enquanto esta questão rodava, íamos discutindo com as universidades, encontrando alguns apoios e muitas resistências. Aliás, considero parte da resistência inteiramente fundada; se não se pode garantir um percentual do orçamento, não se pode dar autonomia, porque o governo pode diminuir drasticamente os recursos. Quem é que vai confiar na área econômica? Mas uma vez assegurado um percentual, já se pode fazer um planejamento, com a garantia de que o governo não está se retirando do financiamento do ensino superior.

**S**e Goldemberg tivesse ficado quatro anos como ministro, teríamos realizado a revisão de todo o sistema de ensino público, feita muito aos pedaços. Naquele tempo, foi possível apenas elaborar um grande diagnóstico: ficou claro que havia pessoal ocioso, junto com uma enorme pressão por contratação. Mas demos um mínimo de racionalidade. Eu utilizava indicadores

para saber se a universidade estava ou não com muito pessoal ocioso; em caso positivo, fixava um número mínimo de reposição de vagas, mas os reitores tinham que indicar a área prioritária na qual iam usá-las e tinham que justificar; não podiam distribuir nada uniformemente. Foi outro rebuliço, porque a universidade não está acostumada a escolher prioridades. Agora, isso foi feito informalmente, dentro da SESu. Tive reuniões bastante complicadas com os reitores, mas eles começaram a me trazer planos, para dizer que “esta área está realmente muito ruim, com muita falta de pessoal; então, pelo menos para ela...” E eu dizia: “Está bem, concordo.” As vagas começaram a ser distribuídas por critérios razoavelmente objetivos, mudando a posição dos reitores; aprenderam que tinham que justificar seus pedidos. Se esta política tivesse continuado, teria conferido maior racionalidade à alocação de recursos. Parte de minha proposta foi preservada, como a correção de 10% do orçamento das universidades, para mais ou para menos, de acordo com os índices obtidos por elas em nossa avaliação. Mas sua aplicação se limitou às verbas de custeio e capital, não incluindo pessoal, como eu desejava, mas foi mais um elemento de racionalidade introduzido no sistema.

**SEU SUBSTITUTO NA CAPES, SANDOVAL  
CARNEIRO JÚNIOR, MANTEVE SUAS INICIATIVAS?<sup>17</sup>**

Sempre adotei a postura de não interferir num órgão que tem novo diretor. Quando ele assumiu, dei-lhe uma idéia do que eu tinha feito, de qual tinha sido a minha orientação e me afastei porque, embora como secretária de Ensino Superior tivesse ascendência hierárquica sobre a Capes, considerei que o diretor tinha que ter liberdade de ação, como eu tive. Assim, não interferei na Capes durante todo o tempo em que estive na SESu.

**QUANDO O MINISTRO GOLDEMBERG DEIXOU  
O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A SENHORA  
VOLTOU A ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DA CAPES?**

Sim, por uns dois meses — o Sandoval já tinha saído. Quando o Goldemberg saiu, pedi demissão da SESu; o novo ministro aceitou a demissão, mas pediu que eu ficasse na Capes até ser indicado o sucessor. Foi o que fiz.

**COMO FOI TRABALHAR NO GOVERNO COLLOR?**

A verdade é que aquele governo tinha dois tipos de ministério: os técnicos e os políticos. Na gestão de José Goldemberg o MEC foi um ministério técnico. O ministro tem ampla liberdade de ação. Goldemberg só saiu quando começou a perder autonomia, no período da votação do *impeachment*, porque a pressão do governo passou a ser muito forte, no sentido de atender aos pedidos clientelistas e fisiológicos dos deputados. Agora, o Goldemberg não só teve liberdade, como é uma pessoa inteiramente honesta, não tem caixinha, não tem pagamento por fora sem licitação, não tem nada disso. E para mim, dava uma enorme segurança saber que estava trabalhando com um ministro como ele.

A bem da verdade, as maiores dificuldades que tivemos foi nos pequenos interregnos em que Itamar Franco assumia o governo, porque ele assumia durante dois dias e queria interferir no Ministério; criaram-se, então, situações muito delicadas, em que ficávamos protelando uma ordem

<sup>17</sup> SANDOVAL CARNEIRO JR. presidiu a Capes entre 1991 e 1992. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>18</sup> Instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e regulamentado pelo Decreto nº 2.264, de 1997, o Fundef só foi implantado nacionalmente a partir de janeiro de 1998. Ver [www.mec.gov.br/sef/fundef](http://www.mec.gov.br/sef/fundef).

expressa do presidente em exercício, esperando Fernando Collor chegar de viagem e reassumir. Algumas vezes tivemos que recorrer diretamente a ele, por telegrama, porque Itamar Franco era terrível, queria interferir como se fosse ele o presidente da República, desde os primeiros tempos de governo.

#### **COM A QUEDA DE COLLOR E O INÍCIO DO GOVERNO**

##### **ITAMAR FRANCO, A SENHORA RETORNOU À VIDA ACADÊMICA?**

**Sim**, voltei para a USP, para as pesquisas no Nupes. Não tive problema de readaptação, porque gosto da vida acadêmica. Na verdade, fui para o governo para servir, porque achava importante; nunca tive qualquer ambição de permanecer no governo federal.

##### **MAS EM 1995, JÁ NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE, A SENHORA VOLTOU, DESTA VEZ COMO TITULAR DA SECRETARIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. COMO FOI A EXPERIÊNCIA?**

**Para** falar a verdade, eu não queria ir, mas o presidente Fernando Henrique e o ministro Paulo Renato insistiram muito. Eu não queria assumir novamente a Secretaria de Ensino Superior, e assim criou-se a Secretaria de Políticas Educacionais, e por um bom motivo, a meu ver: todo o pessoal que foi para o MEC desconhecia o sistema federal, pois era gente de São Paulo, acostumada com o sistema estadual, universidades estaduais e primeiro grau estadual. Eu tinha a visão geral do sistema educacional, desde a pré-escola até o ensino superior, em virtude das pesquisas que fizera no Nupes e de minha experiência anterior no governo federal.

Assumi a Secretaria, e minha função era trabalhar na coordenação e na formulação da política geral. Estabelecemos duas prioridades: o ensino básico e a reforma do ensino superior público.

Estabelecemos duas prioridades: o ensino básico e a reforma do ensino superior público. Na parte do ensino básico, minha proposta sempre foi a de favorecer as séries iniciais, que é o papel básico da democracia, primeiro universalizando o acesso a quatro ou cinco séries; e a partir daí, ampliando o acesso às séries seguintes. Foi na minha gestão à frente da Secretaria que formulamos o projeto básico do Fundef, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.<sup>16</sup> A idéia principal acho que foi minha mesmo; tratava-se de criar um mecanismo de repartição de verbas entre estados e municípios, para manter um sistema de educação básica, especialmente da primeira à quarta série. Simples assim. Agora, era preciso que esse sistema fosse realista em função das diferenças regionais. Em virtude das injunções do federalismo

e do municipalismo, o resultado foi bastante razoável, porque só redistribuímos as verbas do governo federal. Pela Constituição, 25% do orçamento tem que ser aplicado em educação; assim, juntávamos todas as verbas, e esses 25% eram redistribuídos entre estados e municípios, de acordo com o número de alunos. Como não entravam na conta as verbas do próprio município ou do estado, com seus próprios impostos, os estados e os municípios que arrecadavam mais podiam investir mais.

#### **E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR?**

Essa não avançou nada, o que me deixou muito insatisfeita. E tendo terminado a parte do ensino básico, com uma política que me parecia fundamental, com a dificuldade de tocar para frente uma reforma do ensino superior, eu me desinteressei e saí.

#### **A SENHORA TAMBÉM TEVE UMA ATUAÇÃO IMPORTANTE NA REFORMULAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.**

Os dois argumentos que usei para reformar o Conselho foram os seguintes: primeiro, precisamos de uma instância externa para elaborar as diretrizes curriculares; isso não pode ficar dentro da administração, é preciso ter um órgão com mais autonomia, que consulte a comunidade acadêmica etc. Se ficar na mão da Secretaria de Ensino Básico, sairá uma coisa fechada e autoritária. Segundo, precisávamos dessa instância para fazer o credenciamento das instituições: o que vai ser universidade, o que não vai, como se aprova; essas eram as minhas grandes preocupações. Mas o Conselho acabou absorvendo algumas das atribuições do antigo Conselho Nacional de Educação, como a autorização e o reconhecimento de cursos.

#### **COM A EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO, ESTA TORNOU-SE UMA ÁREA NEVRÁLGICA, NÃO?**

Sempre considerei fundamental o problema do reconhecimento dos cursos, mesmo porque é o único instrumento disponível para fiscalizar as universidades. Como elas podem criar cursos à vontade, é no momento do reconhecimento que se pode fazer alguma avaliação — agora temos também o Provão.<sup>19</sup> Ao discutir o reconhecimento, o Conselho Nacional de Educação passa a ter uma visão muito mais abrangente do conjunto do sistema.

Desde sua criação, o Conselho é composto majoritariamente por pessoas oriundas do ensino público. É claro que há muitos interesses ali, como em todos os lugares — anjos não existem —, mas o Conselho tem a vantagem do colegiado. Durante os cinco anos em que lá estive, nenhuma decisão importante passou sem intensa discussão pelo conjunto do Conselho Nacional de Educação.

#### **DEPOIS DESSES ANOS TODOS ESTUDANDO PROBLEMAS EDUCACIONAIS, DIRIGINDO INSTITUIÇÕES COMO A CAPES, REFLETINDO E PESQUISANDO SOBRE O TEMA, QUE DESAFIOS, EM SUA OPINIÃO, AINDA PRECISAM SER ENFRENTADOS?**

O problema do ensino superior público ainda não está resolvido. Melhorou um pouco, recebeu alguns remendos, mas o sistema é inteiramente irracional e inadequado para enfrentar os desafios da globalização e da revolução tecnológica. As universidades públicas não estão aparelhadas

<sup>19</sup> Sobre o Provão do MEC, ver as entrevistas de SIMON SCHWARTZMAN e DARCY CLOSS, neste volume, especialmente a nota 12.

para a inovação, para repensar seu papel, e as universidades privadas são demasiadamente dominadas pelo lucro. Em compensação, enquanto na universidade pública a inércia comanda grande parte das ações, na universidade privada é possível propor novos cursos, novos programas, nem sempre de alta qualidade, mas de alta lucratividade. Então, o papel de equilíbrio do sistema, que deve ser exercido pelo sistema público, não existe.

Costumo dizer que as universidades públicas funcionam num interstício; não é em função de um estímulo institucional, mas é porque há brechas, dentro das quais as pessoas se movem. O sistema de conselhos das universidades não é um sistema para a criação do novo, mas um sistema de veto, que imobiliza a instituição. Fazer uma mudança no currículo de um curso é complicadíssimo, de tal forma que os anos passam, e os cursos são totalmente inadequados para os alunos. Cada professor é dono de sua disciplina, ensina o que quer, não tem nenhuma obrigação de pensar o que é necessário. E a demanda dos alunos vai em direção totalmente contrária.

● aluno tem uma vantagem e uma desvantagem: normalmente, é capaz de ver os defeitos, mas é incapaz de propor uma solução razoável. Já os professores não querem mudar, de modo que o sistema entra numa inércia terrível. Confesso que fiquei bastante desanimada, nessa última tentativa que fiz de reformá-lo.

Além disso, as instituições têm que ser diversificadas, não podem ser todas iguais. Tem que haver instituições de ensino, outras mais vocacionadas para o mercado, outras ainda com perfil mais acadêmico.

Pesquisa, por exemplo, não é para todo mundo nem para todos os lugares; nem todos podem ser pesquisadores, nem todos querem ser pesquisadores. E a universidade pública só quer saber de formar pesquisadores, está voltada para seu próprio umbigo, formando apenas os sucessores dos seus professores.

## ANGELA SANTANA

**ANGELA SANTANA** nasceu no Rio de Janeiro em 1952. Formou-se em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Eaesp). Em 1977 foi trabalhar na Universidade Federal de Viçosa (MG). Nesse período começou a colaborar com a Capes como assessora regional do PICD. No ano seguinte, voltou à Eaesp para cursar o mestrado em economia. Foi assessora da Diretoria Geral da Capes (1979–82), durante a gestão de Cláudio de Moura Castro. Em 1983 transferiu-se para a Subsecretaria de Cooperação Internacional do Ministério da Educação, como coordenadora, e para a Secretaria de Ensino Superior do MEC; em 1984 passou a trabalhar apenas na SESu. Em 1985 retornou à Capes para assumir a Coordenação de Bolsas no País, e mais tarde a Diretoria de Programas (1991–95). Nesta época, iniciou o curso de doutorado em economia, também na Eaesp. Deixou a Capes em janeiro de 1995.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 5 de dezembro de 2001.

**QUANDO A SENHORA VEIO MORAR EM BRASÍLIA?**

Em 1960, junto com a inauguração da nova capital. Sou carioca, mas vim para cá aos oito anos; meu pai era funcionário do então Tribunal Federal de Recursos.

Cresci em Brasília, estudei em escola pública — muito boa, aliás. Foi interessante, porque tive oportunidade de usufruir daquela concepção inicial de educação de Anísio Teixeira, de escolas em tempo integral.

O projeto original previa um jardim de infância e uma escola primária em cada superquadra, para atender aos moradores. Realmente, o ensino era muito bom, e foi um período muito rico, em termos de minha formação global.

Terminei o ginásio em 1967 e ingressei no Centro Integrado de Ensino Médio, um colégio de aplicação da Universidade de Brasília. Essa era uma escola revolucionária — também projeto de Darci Ribeiro, como a UnB — e igualmente de tempo integral. Como eram poucas vagas, foi preciso fazer prova de seleção.

**QUE CURSO UNIVERSITÁRIO A SENHORA ESCOLHEU FAZER?**

Em 1971 entrei para o curso de administração de empresas da UnB, mas achei o ambiente muito parado. Toda a efervescência político-ideológica anterior tinha terminado, e começara um período de forte repressão — era o governo Médici. Além disso, a ênfase do curso estava em administração pública. Fiquei muito desencantada com os professores da UnB, sobretudo da área de administração. Meu pai sugeriu, então, que eu pedisse transferência para uma boa instituição, a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, considerada na época um dos melhores centros de ensino em administração de empresas do país. Fiz a tentativa e fui bem-sucedida; eu fui o primeiro caso de transferência que a Eaesp aprovou — devo isso a Cid Sitrângulo, na época vice-diretor administrativo da Escola.

Esse processo demorou um ano. Até que, finalmente, em julho de 73, pude mudar para São Paulo; cursei a Eaesp e me apaixonei pela Escola. Eu, que já gostava de economia na UnB, passei a gostar ainda mais por causa de dois professores maravilhosos: Luiz Carlos Bresser Pereira e Eduardo Suplicy.

**COM ISSO, A SENHORA DECIDIU MUDAR DE RUMO?**

Inteiramente, pois fiquei irremediavelmente apaixonada pela economia. Fiz estágio e trabalhei em empresa privada, mas queria mesmo fazer o mestrado em economia. No setor privado, meu salário era bastante

elevado, e eu teria que deixar tudo aquilo e ficar com uma bolsa da Capes ou do CNPq, cujo valor na época era irrisório. Aí provoqueei outra reviravolta em minha vida: aceitei o convite do reitor da Universidade Federal de Viçosa, Antônio Fagundes de Sousa, para trabalhar na reestruturação acadêmica e administrativa da universidade. Fizemos um acordo: eu passaria um ano em Viçosa participando desse trabalho e sairia no ano seguinte, com salário e bolsa, para fazer o meu tão almejado mestrado em economia. E realmente, fui para Viçosa e lá começou, em 1977, meu contato com a Capes.

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA JÁ PARTICIPAVA, ENTÃO, DO PICD, O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE?**

**S**im, desde 1975 quando a Capes o lançou. Por conta da reestruturação acadêmica e administrativa, acabei envolvida com o planejamento de recursos humanos, sobretudo capacitação de docentes. Muito crítica, fiz algumas observações sobre o manual do PICD, propondo alternativas de solução; isso chamou a atenção do coordenador do Programa na Capes, Manuel Formiga, que me convidou para ser assessora regional do PICD — era o pessoal de universidades que dava assessoria a outras instituições de ensino superior, sob o comando da Capes. Aceitei e comecei a trabalhar como assessora regional, ainda na Universidade Federal de Viçosa.

**E**m 1978 parti para São Paulo, para fazer o mestrado em economia de empresas, na Eaesp. Ia a Viçosa algumas vezes para ajudar no planejamento e ficava também assessorando regionalmente a Capes, com o PICD; naquele ano, conheci praticamente todas as instituições do país. Viajava muito. Tive a oportunidade de participar de todas as reuniões do PICD em Brasília, para discutir diretrizes e analisar os planos das universidades, e das reuniões regionais, para lançamento anual das diretrizes do Programa; foi um período rico.

**E**m três semestres terminei os créditos das disciplinas na Eaesp e passei a ficar mais em Brasília do que em São Paulo, porque a Capes me solicitava muito. Naquele ano, assumiu o governo Figueiredo, e Cláudio de Moura Castro foi nomeado diretor-geral da Capes — eu o conhecera numa reunião regional — e me convidou para trabalhar de forma permanente na agência em Brasília.<sup>1</sup>

**QUE CARGO A SENHORA ASSUMIU NA CAPES?**

Inicialmente, o cargo de assessora da Direção Geral. Mas não pedi demissão da Universidade Federal de Viçosa; fui cedida, como a maioria dos funcionários que trabalhavam na Capes naquele período. Era uma honra trabalhar na agência; sei que fiquei muito feliz com o convite. Comecei como assessora e, além do PICD, lidei com bolsas no exterior, avaliação, projetos especiais de formação de recursos humanos, planos setoriais de desenvolvimento ou de pós-graduação e pesquisa; enfim, lidei com basicamente tudo na Capes. Exatamente por estar na Assessoria, tive uma visão mais horizontal de suas atividades, além de ter obtido um conhecimento do *status quo* de todas as áreas do conhecimento e do conjunto de instituições de ensino superior do país.

<sup>1</sup> CLÁUDIO DE MOURA CASTRO dirigiu a Capes entre 1979 e 1982. Ver sua entrevista neste volume.

<sup>2</sup> EDSON MACHADO DE SOUSA dirigiu a Capes entre 1982 e 1989. Ver sua entrevista, neste volume.

**A GESTÃO DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO****MARCOU MUITO A HISTÓRIA DA CAPES?**

Ah, sim, porque foi muito inovadora, inclusive do ponto de vista da avaliação. Foi uma época de muita efervescência. Basicamente, a avaliação tinha começado por causa da distribuição de bolsas, que passou a ser institucional a partir de 1975 — anteriormente era concessão individual de bolsas, como funciona atualmente o programa de bolsas no exterior.

Quando assumiu, Cláudio deu uma virada no sistema, ampliou as informações coletadas das instituições e sistematizou as reuniões por áreas.

As discussões eram bastante substantivas, preocupadas com o fortalecimento do sistema de pós-graduação, que ainda era incipiente. A Capes oferecia bolsas para mestrado e doutorado no exterior, e no país ainda se formavam poucos doutores. Cláudio reestruturou alguns programas, instituiu entrevista para candidatos a bolsa no exterior, criou o Programa Especial de Treinamento (PET), de forma experimental, um programa fantástico, por sinal.

Havia uma preocupação muito grande com o sistema de pós-graduação, e ele quis introduzir algumas alterações. Por exemplo, considerava que o programa que tivesse doutorado não deveria ter o mestrado acadêmico, nos moldes de seu funcionamento na época, e que deveríamos ter o programa de pós-graduação *stricto sensu* nos moldes americanos ou mesmo europeus: não há seleção específica para o mestrado; o estudante ingressa num programa de pós-graduação cujo término é o doutorado. Mas na época não se conseguiu, porque — creio eu — talvez o sistema de pós-graduação ainda fosse muito embrionário, e esse seria um passo muito grande a ser dado naquele momento. Enfim, acho que esse enorme crescimento do sistema, com qualidade, deveu-se sobretudo a uma atuação forte de Cláudio de Moura Castro na direção da Capes.

**CLÁUDIO DE MOURA CASTRO FOI SUBSTITUÍDO POR  
EDSON MACHADO DE SOUSA. A SENHORA CONTINUOU  
NA ASSESSORIA DURANTE A NOVA GESTÃO?<sup>2</sup>**

Sim, continuei e fiquei responsável por uma área específica, a de cooperação nacional. Na época, tínhamos recursos da Subin, a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, dirigida pelo hoje embaixador José Botafogo Gonçalves e ligada à Seplan, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. A Subin tinha recursos, e as instituições se dirigiam a ela em busca de verbas, inclusive para infra-estrutura; Capes e CNPq eram chamados para ajudar na análise dos projetos pedidos e no acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados. Depois de algum

tempo, o programa de cooperação nacional foi transferido para a Capes, e eu passei a coordená-lo.

#### **COMO FUNCIONAVA O PROGRAMA?**

**D**igamos que o grupo X, em consolidação, quisesse associar-se ao grupo Y, de excelência, para efeito de capacitação de seus docentes e fortalecimento de suas atividades de pesquisa e de ensino em pós-graduação. O grupo X recebia recursos para infra-estrutura — equipamentos e material de consumo — e apoio financeiro para viabilizar o intercâmbio de pós-graduandos e de docentes e pesquisadores. Poderíamos identificar aí um embrião do mestrado interinstitucional, com um grande diferencial: investimento em infra-estrutura na instituição mais fraca, receptora da cooperação.

**A** concepção básica do sistema de cooperação era a seguinte: partíamos da cooperação internacional entre grupos estrangeiros e grupos brasileiros mais fortes; estes, em contrapartida, prestavam cooperação para os grupos nacionais, em consolidação. Era essa a perspectiva de trabalho. Lembro que durante a gestão de Cláudio de Moura Castro fizemos alguns estudos de caso para saber o que tornava um curso excepcionalmente bom, basicamente um no Ceará, um na UFMG e um na UFRJ. Os elementos básicos de sucesso eram exatamente estes presentes nesse programa de cooperação. Inclusive, com base nos resultados desses estudos de caso, realizados por Simon Schwartzman. E fizemos um seminário no Rio de Janeiro com os pró-reitores, para discutir os problemas da pós-graduação; naquela época havia uma interação muito forte com as Pró-Reitorias, uma discussão permanente, como forma de estimular sua atuação nas Universidades.

#### **A PRÓPRIA CAPES É LARGAMENTE RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO DAS PRÓ-REITORIAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, NÃO?**

**É** verdade. O estímulo à criação das Pró-Reitorias teve início ainda durante a gestão de Darcy Closs, quando comecei a colaborar com a Capes, como assessora regional.<sup>3</sup> É digna de nota esta continuidade das ações na Capes; nenhum dirigente entrou lá para mudar tudo. Todos mantiveram a maioria dos programas, sempre aperfeiçoando, melhorando, mas ninguém fez terra arrasada da gestão anterior.

#### **ESSE PROCEDIMENTO NÃO É COMUM NO SETOR PÚBLICO.**

**R**ealmente, não é. Para mim, a Capes é uma exceção, e muito bem-sucedida. Já durante a gestão de Darcy Closs iniciou-se uma relação bastante próxima com a comunidade científica, mas sobretudo com as Pró-Reitorias; com o Cláudio isso se institucionalizou. Com o Edson essa interação se consolidou. Se antes era mais uma relação com a universidade, a gestão do Cláudio intensificou essa atuação com os consultores das diversas áreas do conhecimento. A Capes sempre foi muito pequena e sua atuação se pautou, e se pauta, pelas discussões e orientações através dos consultores científicos e das Pró-Reitorias; essa interlocução e essa sistemática de trabalho implementadas transformaram-na paradigma do que deve fazer um órgão público: interagir com seus *shareholders* num espaço realmente democrático.

<sup>3</sup> DARCY CLOSS dirigiu a Capes entre 1974 e 1979. Ver sua entrevista neste volume.

<sup>4</sup> A respeito do episódio, ver a entrevista de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

Por isso, estou convencida de que nenhum dirigente conseguiria fazer mudanças radicais, por causa do profundo enraizamento da comunidade científica na Capes. Essa relação já existia antes, mas se institucionalizou durante a gestão de Cláudio de Moura Castro.

**E FOI O SISTEMA DE AVALIAÇÃO QUE  
CONTRIBUIU PARA FORTALECER ESSES LAÇOS  
ENTRE A CAPES E A COMUNIDADE CIENTÍFICA?**

Sem dúvida nenhuma. Na época do Darcy já havia a participação dos consultores científicos, mas era algo mais aleatório, pois não tinha periodicidade sistematizada nem procedimentos automáticos de convocação; com o Cláudio começou realmente a avaliação da pós-graduação de forma mais sistematizada.

No início, havia um livro de capa preta, que continha os critérios da avaliação. Os funcionários da Capes que possuíam uma cópia tinham que mantê-la trancada na gaveta, até que um dia o próprio Cláudio, que não concordava com esse segredo, vazou a história.

Ele declarou: “Não tive culpa. A jornalista pegou o livro preto.” A jornalista Rosângela Bittar, que trabalhava no *Estado*, fez uma matéria sobre a avaliação da pós-graduação da USP, que tinha muitos cursos com conceito D. Naquela época, muitos cursos da USP não prestavam todas as informações solicitadas pela Capes para efetivar a avaliação; daí os conceitos baixos. Instalou-se uma crise. Tenho uma forte desconfiança de que foi o próprio Cláudio quem vazou essas informações, porque ele dizia: “Não tem sentido escondermos isso; são os programas que têm que melhorar. A avaliação não é uma forma de punição ou premiação feita pela agência de forma autoritária; tem que ter *feedback*, ser transparente, para o programa saber onde precisa melhorar.” A partir desse episódio, a Capes passou a divulgar os resultados da avaliação. Com isso, os cursos passaram a se preocupar mais com a qualidade da informação prestada à Capes. Ganhou a avaliação, ganharam os cursos e ganhou a sociedade, que agora dispõe de um serviço, a avaliação, de melhor qualidade.<sup>4</sup>

**EM 1983 A SENHORA SE TRANSFERE PARA O  
MEC. HOUVE ALGUMA INCOMPATIBILIDADE?**

De forma nenhuma. Acontece que o secretário-geral do MEC, Sérgio Pasquali, gostou do trabalho que eu fazia na área de cooperação nacional e me convidou para trabalhar na Subsecretaria de Cooperação Internacional, vinculada à Secretaria Geral; assumi como coordenadora. Logo em seguida, o diretor de Programas da Capes, Hélio Barros, foi nomeado

secretário de Educação Superior do MEC e pediu à ministra Ester de Figueiredo Ferraz duas pessoas para ajudá-lo: Antônio MacDowell Figueiredo e eu.<sup>5</sup> Assim, entre 1983 e o final de 1984, acumulei a Cooperação Internacional e a SESu, mas no final de 1984 o trabalho na SESu intensificou-se de tal maneira que tive que deixar a Cooperação Internacional; assim, fiquei só com a SESu, até maio de 1985.

Na SESu, MacDowell e eu iniciamos um programa-piloto de avaliação da graduação nos moldes da avaliação da Capes; conseguimos terminá-lo antes da mudança de governo, em março de 1985.<sup>6</sup> Dois meses depois, Edson Machado de Sousa convidou-me a voltar para a Capes e assumir a Coordenadoria de Bolsas no País — Raimundo Tadeu Correia, o coordenador, tinha sido convidado para chefiar a assessoria do próprio Edson, que queria retomar a elaboração dos Planos Nacionais de Pós-Graduação. Esse período também foi muito rico na Capes. Foi elaborado um de seus melhores planos, que deu origem ao aumento substantivo do número de bolsas, tanto da Capes quanto do CNPq, em 1987.

### QUE ATIVIDADES A SENHORA

#### DESENVOLVEU NA COORDENADORIA?

Tínhamos um constante problema orçamentário, tendo em vista as altas taxas de inflação que sofria a economia do país, situação que enfrentamos até 1994. Por volta do mês de junho de cada ano já era preciso correr atrás de suplementação orçamentária para pagar as bolsas no país até o final do ano. Como gostava de fazer previsões de taxas de inflação e de câmbio, passei a trabalhar com o orçamento, inicialmente de bolsas no país, e depois foram incluídas as bolsas no exterior. A partir daí, comecei a me envolver com o orçamento da Capes e acabei participando da equipe que negociava seu orçamento junto à Seplan, assim como a liberação de recursos junto ao Ministério da Fazenda; depois fiquei responsável pela discussão do orçamento da agência no Congresso Nacional.

Quando assumi a Coordenadoria ainda se usava uma planilha de distribuição de bolsas muito antiga, que listava apenas o número de bolsas solicitadas, concedidas e utilizadas; o programa nem sempre utilizava todas as bolsas concedidas pela Capes, o que gerava um saldo de bolsas e de orçamento no final do ano. Introduzimos outros critérios para distribuição de bolsas; fomos sofisticando, agregando mais informações, para efetuar uma distribuição de bolsas mais razoável, de acordo com a dimensão e, evidentemente, a qualidade do programa — isso era básico. Em seguida — tudo à mão ainda, pois não existia informatização nenhuma — incluímos na planilha as bolsas do CNPq, da Fapesp etc. e fizemos cruzamento de listas de bolsistas, pois havia um número razoável deles que acumulava bolsas, na época. Acho que isto foi importante porque, além de introduzir critérios mais objetivos na concessão de bolsas, outros sistemas, como CNPq e Fapesp, passaram a ser considerados na distribuição, porque as agências trabalhavam de forma isolada, e vários programas nem conseguiam utilizar todas as bolsas que recebiam.

### A DINÂMICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS

#### TAMBÉM SOFREU MODIFICAÇÕES?

Sim, pois sugeri a implantação da idéia da comissão de bolsas nos cursos

<sup>5</sup> Professora de direito na Universidade Mackenzie e na USP, a paulista Ester de Figueiredo Ferraz (1915) foi também membro do Conselho Estadual de Educação (SP) (1963–65), do Conselho Federal de Educação (1970–82) e ministra da Educação e Cultura (1982–85). Ver *DHBB* (2001).

<sup>6</sup> Em 15 de março de 1985, José Sarney assumiu a presidência da República, encerrando 21 anos de regime militar no país. Ver *DHBB* (2001).

<sup>7</sup> João Sayad (1945), doutor em economia pela Universidade de Yale, foi consultor do Banco Mundial, secretário de Fazenda no governo Franco Montoro em São Paulo (1983–85) e ministro do Planejamento no governo Sarney (1985–87). Um dos grandes formuladores do Plano Cruzado, que reduziu por algum tempo a inflação e contribuiu para a retomada do crescimento econômico, Sayad deixou o governo por discordar da utilização política do Plano, o que levou a seu fracasso. Retirou-se da atividade política, tornando-se banqueiro. Desde janeiro de 2001 é secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo. Ver *DHBB* (2001).

de pós-graduação. Anteriormente, a Capes concedia as bolsas ao curso, e o seu coordenador é quem as concedia aos estudantes; ou seja, o pós-graduando dependia das simpatias ou antipatias do coordenador para receber a bolsa.

A grande mudança, no sentido da democratização do acesso à bolsa, foi a criação dessa comissão em cada programa, a qual ficou encarregada da distribuição, além do acompanhamento e avaliação dos bolsistas.

Além disso, tivemos o cuidado de garantir a paridade na constituição da comissão: há um representante dos alunos, um dos professores e um do coordenador — hoje não há mais alunos, os professores mandam, mas os alunos podem assistir à reunião da comissão e podem contestar se algum critério não for atendido. Atualmente, pelo que pude saber, a comissão de bolsas está plenamente consolidada nos programas.

Uma segunda iniciativa em relação à dinâmica de distribuição das bolsas foi a indexação do seu valor aos salários dos docentes das universidades federais. O que acontecia é que o valor das bolsas era irrisório e não tinha um parâmetro para seu reajuste, numa época de inflação galopante. Dessa forma, o reajuste era feito de forma aleatória, a uma taxa que não atualizava o valor da bolsa, corroído pela inflação, o que condicionava o perfil do alunado; além disso, com a perda gradual do poder aquisitivo da bolsa, não era possível exigir dedicação exclusiva do estudante. Em 1986, trabalhei no assunto junto com Luciano Coutinho, então secretário-geral do Ministério de Ciência e Tecnologia; ele batalhava pelo aumento do número de bolsas, e eu pelo aumento do seu valor.

O ministro do Planejamento era João Sayad, e Andrea Calabi era seu secretário-geral;<sup>7</sup> conseguimos negociar com eles uma indexação de 75% dos salários dos docentes das universidades federais; esse seria o salário líquido do docente, descontados o FGTS, o INSS e o imposto de renda. O valor da bolsa de mestrado chegaria a 90% do salário de auxiliar de ensino, uma vez que nessa categoria é enquadrado o docente que não tem pós-graduação *stricto sensu*; o valor da bolsa de especialização atingiria 2/3 do valor da bolsa de mestrado, e o do PET seria a metade do valor da bolsa de especialização. Para o doutorado, a base seria o salário de professor assistente, aquele que já tem mestrado, e para pós-doutorado a base seria o salário do professor titular. Essa era a proposta.

Muito bem. Tudo foi negociado, aceito, mas o protocolo da resolução ainda não tinha sido assinado, quando João Sayad deixou o Ministério, nos primeiros meses de 87. Foi uma correria! Peguei a assinatura de todos os

secretários-gerais antes que eles saíssem dos postos, para ter aquele documento oficial respaldando a negociação. Acontece que a proposta era de indexação progressiva: 75% em 1986, 80% em 87 e 90% em 88. Conseguimos os 80% em 87, mas paramos aí; em 88 não conseguimos os 90%. Paciência, ficaram esses 80% até 1994, parece.

#### **A SENHORA TAMBÉM TEVE ATUAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO?**

Cheguei a participar das primeiras reuniões da diretoria da ANPG, a Associação Nacional dos Pós-Graduandos. Era chamada porque eles me viam como uma pessoa que partilhava a mesma preocupação, ou seja, dar aos pós-graduandos as melhores condições para terminarem rapidamente sua formação. E foi útil, porque uma vez o Ministério da Fazenda quis reduzir as bolsas, e eu telefonei para a ANPG dizendo: “Pelo amor de Deus, encham de telegramas o Ministério da Fazenda, para sustar esse movimento.” Deu certo. Quando era preciso pressionar o Congresso para conseguir suplementação orçamentária, eu também telefonava para os pós-graduandos e para pró-reitores: “Por favor, ajudem-nos a pressionar os parlamentares.” Fazíamos uma pressão conjunta e sempre conseguíamos atingir nossos objetivos. Era uma parceria fantástica!

#### **COMO FOI AQUELE PERÍODO EM QUE A CAPES ESTEVE SERIAMENTE AMEAÇADA DE EXTINÇÃO?**

Um pesadelo! Eu estava no Rio a trabalho; era o início do governo Collor. Havia rumores sobre a extinção do CNPq e da Finep, nunca da Capes, mas saiu a Medida Provisória com a extinção da Capes.<sup>8</sup> Levei um susto terrível, peguei o avião e voltei correndo para Brasília. Ao chegar, encontrei um caos pois a Medida Provisória ainda determinava a demissão dos funcionários sem estabilidade e a devolução dos cedidos aos órgãos de origem. Na Capes, praticamente não havia funcionários estatutários; a maioria era de celetistas e de cedidos. O pessoal estava desesperado, assim como 90% do funcionalismo federal em Brasília.

Cheguei na agência e encontrei todos os funcionários no corredor, aflitos; quando me viram — e me lembro ainda da cena — correram para mim: “Angela, você tem que ir ao Congresso tratar dessa história.” Era natural, porque estava habituada a participar das negociações com o Congresso: conhecia os líderes, discutia o orçamento anual, as suplementações, isso tudo.

#### **ESTA SERIA UMA NEGOCIAÇÃO UM TANTO DIFERENTE. COM QUEM A SENHORA SE ARTICULOU?**

Realmente, não seria a mesma coisa que negociar fatias de orçamento. Procurei primeiro Enio Candotti, presidente da SBPC; Ana Lúcia Gazzola, pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFMG; Osvaldo Ubriaco Lopes, pró-reitor da USP e presidente da Associação Nacional dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa; Abílio Baeta Neves, pró-reitor de pós-graduação e pesquisa da UFRGS; Jorge Guimarães, presidente de área das ciências biológicas na Capes; falei com esse grupo: “Temos que ir ao Congresso para tentar derrubar o artigo da Medida Provisória que determina a extinção da Capes.”

<sup>8</sup> Sobre o assunto, ver, neste volume, as entrevistas de ANGELA SANTANA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D’OLIVEIRA ROCHA, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e EUNICE RIBEIRO DURHAM, especialmente a nota 4, além de CORDOVA (1996).

Telefonei para todos os parlamentares que pertenciam às comissões que apreciariam a MP e para os líderes dos partidos, agendei reuniões do nosso pequeno grupo com todos eles. Ao mesmo tempo, trabalhei também junto à Secretaria da Administração Federal, porque o mentor da proposta de extinção era o secretário João Santana. Seu secretário de Informática era Henrique Oswaldo de Andrade, com quem eu tinha conhecimento pessoal. Foi por seu intermédio que cheguei a João Santana e discuti o problema da Capes. Falei da importância da agência e consegui seu compromisso de rever a Medida e, se não fosse possível manter a Capes, pelo menos seus funcionários seriam reaproveitados no governo federal.

Paralelamente, pedi que nossos parceiros históricos, a ANPG e os pró-reitores, mandassem telegramas a João Santana, ao presidente Fernando Collor e aos parlamentares. Heloísa Lobo, que era chefe da Divisão de Fomento, e eu redigimos um documentozinho sobre a Capes, de uma página, para distribuir aos parlamentares. Aí, reuni aquele pequeno grupo — Ana Lúcia, Henrique Oswaldo, Abílio, Jorge Guimarães, Enio Candotti e Heloísa Lobo — e fomos panfletar o documento no Congresso, além de fazer reuniões com parlamentares estratégicos no processo. Ao mesmo tempo, pedi à Associação Nacional de Pós-Graduandos: “Convoquem os pós-graduandos do país inteiro para pressionar os deputados federais e senadores dos seus estados.” Sei que foi uma mobilização belíssima! Chegávamos ao Congresso, e o parlamentar dizia: “Já conheço o assunto, porque já falei comigo no meu estado.”

A articulação dos pós-graduandos e dos pró-reitores foi perfeita; aliás, não só deles, mas dos professores e da própria comunidade acadêmico-científica, todos pressionando os deputados e senadores que conheciam. Resultado: na votação da Medida Provisória, a Capes não foi extinta.

Por conta dela, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Inep, também se salvou. Foi um movimento importante.

**NESSE MOMENTO, EUNICE DURHAM FOI NOMEADA DIRETORA-GERAL DA CAPES.**

Isso mesmo, nomeada para um órgão que seria extinto. O que nós fizemos? Conseguimos que o ministro Carlos Chiarelli repassasse recursos para a Capes e continuamos pagando os bolsistas — atrasamos dois meses, mas não interrompemos os pagamentos. Burocraticamente, deu algum trabalho, mas conseguimos regularizar tudo. Em abril a Eunice assume e atua decididamente, através de José Goldemberg, na época secretário Nacional de Ciência e Tecnologia; ele também entrou na luta pela Capes,

atuando dentro do governo. Esse conjunto de esforços salvou a agência.

**A**contece que a Capes era um órgão autônomo da administração direta, e a reforma promovida pelo governo Collor extinguiu essa figura jurídica da administração pública federal. Com isso, a agência ficou no limbo: existia, mas não tinha personalidade jurídica definida, não era nem autarquia, nem órgão de administração direta; mas tinha CGC, mantinha conta em banco e recebia recursos do Tesouro Nacional. Uma maluquice!

**A**í decidimos transformar a Capes em fundação. Trabalhamos no projeto e o apresentamos ao novo secretário de Administração Federal, Carlos Garcia, hoje embaixador brasileiro em Madri; conheci-o nessa época.

#### COMO FOI A TRAMITAÇÃO DO PROJETO NO CONGRESSO?

**E**ngraçadíssima! A Assessoria do PT era contra. Acontece que o CNPq tinha ficado traumatizado com a gestão do Goldemberg na Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo federal e achava que agora, como ministro da Educação, ele tentaria acabar com o órgão através do projeto de lei da Capes. As lideranças dos funcionários do CNPq viram o projeto de transformação da Capes em fundação como primeiro passo para ela absorvê-lo; achavam que era um golpe do Goldemberg. Por isso, influenciaram a Assessoria do PT para se opor ao projeto da Capes. Foi um horror! Quem nos ajudou foi o deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que consultou suas bases na UFRS, colheu informações sobre o projeto e conseguiu que a Assessoria do partido o aprovasse. Na realidade, não existia nenhuma política conspiratória para acabar com o CNPq.

**D**ali fomos para as comissões. Tínhamos pressa, porque o fim do ano estava chegando, e o projeto tinha que ser aprovado até 31 de dezembro. Aí foi interessante, porque nós é que redigimos o parecer dos deputados relatores das comissões: Administração Federal, Educação e Cultura, Trabalho e Ciência e Tecnologia. Dizíamos: “Podem deixar, que fazemos o parecer para vocês.” A aprovação nas comissões foi rapidíssima, depois o projeto foi para a pauta, para votação em plenário. Eu praticamente invadi uma reunião do Colégio de Líderes da Câmara. Um deles me disse: “Mas o que é que você está fazendo aqui?!” Respondi: “Estou aqui para pedir urgência urgentíssima para a votação do projeto da Capes.” Na época, minha irmã, Sílvia Regina — é casada com o ex-deputado Prisco Viana —, trabalhava na Câmara e é uma pessoa muito conhecida lá; assim, facultava-me a entrada no plenário, nas reuniões na sala da Presidência da Câmara etc.

**S**ei que durante duas semanas o projeto entrou e saiu de pauta, por conta de alguma outra urgência urgentíssima, mas foi finalmente aprovado. Eu estava no plenário — essas votações por manifestação da liderança são curiosas; às vezes o líder nem sabe direito em que está votando e se vale da orientação da assessoria que, por meio de sinais, indica como o líder deve votar — quando o líder do PT olhou para o assessor que, por sua vez, olhava para mim, e eu sinalizava como a matéria deveria ser votada. Mas havia as tais emendas, que o próprio PT tinha apresentado quando ainda era contra o projeto, e emendas de outros deputados, muitas até redigidas por nós, detalhes do nosso projeto original que o governo não aprovara e que tentávamos aprovar no Congresso. Pois na votação das emendas, eu é que ia dizendo ao líder do PT: “Nesta vote sim, nesta outra vote não.” Quase voto de cabresto. Foi realmente muito interessante e emocionante.

9 Entre a saída de EUNICE RIBEIRO DURHAM em outubro de 1991 e a posse de MARIA ANDRÉA LOYOLA, em 1992, ocuparam a direção da Capes, sucessivamente: SANDOVAL CARNEIRO JR. (out.-91/jun.-92); EUNICE RIBEIRO DURHAM (jul./set.-92) e Rodolfo Pinto da Luz (1992, interino). Ver suas entrevistas neste volume, à exceção de Pinto da Luz.

**APROVADO NA CÂMARA, O PROJETO PRECISAVA PASSAR PELO SENADO. HOUVE ALGUMA DIFICULDADE?**

Marco Maciel era o líder do governo, e eu também o conhecia. Ele nos ajudou muito na tramitação, e o projeto da Capes foi aprovado antes do recesso parlamentar de dezembro de 91. Começamos a tratar da transformação da Capes em fundação, quando em julho de 92 Eunice Durham deixa a agência, e em outubro assume Maria Andréa Loyola. Nesse intervalo houve as interinidades de Sandoval Carneiro Júnior e Rodolfo Pinto da Luz, secretário da SESu que acumulou o cargo com a Capes.<sup>9</sup>

**A TRANSFORMAÇÃO EM FUNDAÇÃO ATENDEU AOS ANSEIOS PRINCIPAIS DA CAPES DE TER MAIOR AUTONOMIA FRENTE À SESU E AO PRÓPRIO MEC?**

Não, não se tratava de autonomia política.

O anseio da Capes era ter mais flexibilidade na gestão. Mas não a conseguiu, e não foi culpa da lei que a criou.

Aí aconteceu um problema mais geral da administração pública federal, estadual e municipal. A Constituição de 88 já tinha enrijecido bastante a administração pública, com a estabilidade; os decretos, as normas, portarias etc. retiraram gradualmente a flexibilidade de gestão que os órgãos tinham na década de 1970. Depois, a lei do Regime Jurídico Único e a Lei de Licitações completaram o engessamento do setor público. Então, essa limitação é geral. Quanto à Capes, uma das poucas alternativas que restaram foi aproveitada pelos funcionários, que optaram pela carreira de ciência e tecnologia, mais bem remunerada que o Plano de Cargos e Salários da área de educação.

**É COMO FUNDAÇÃO QUE A CAPES COMEÇA A TER UM CORPO DE FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS?**

A rigor, foi no início de 1991, depois da aprovação do Regime Jurídico Único no final de 1990; eu própria pedi nessa época a transferência para a Capes e fiz minha opção como estatutária na agência. Esse processo foi anterior à fundação, mas depois o quadro foi institucionalizado, e o número de vagas definido.

**QUE CARGO A SENHORA ASSUMIU NA GESTÃO DE MARIA ANDRÉA LOYOLA?**

Aconteceu o seguinte: em 1990, ainda durante a gestão de Eunice Durham, eu tinha sido aceita para fazer o doutorado de economia na Eaes. Pedi para deixar a Coordenadoria e consegui uma pessoa para me substituir: Marisa Cassim, que assumiu em outubro de 90; eu fiquei na Assessoria da Diretoria Geral. Mas em fevereiro de 91, Eunice me “seduziu” com o

convite para ser diretora de Programas da Capes. Ainda recusei no início, mas ao final assumi a Diretoria de Programas.

Consegui transferir o início do doutorado para o segundo semestre de 91. Tentei fazer o curso via aérea, com enorme peso para o meu bolso. Mas durou apenas um semestre. Foi muito ruim fazer o curso dessa maneira; eu não conseguia me dedicar ao curso como gostaria e acabei trancando a matrícula. Em julho de 92, Eunice deixou a Capes, e eu me decidi: “Agora vou voltar para o meu curso.” Aluguei apartamento em São Paulo, encaixotei todas as minhas coisas, contratei empresa de mudança. Fiquei aguardando o presidente da Capes ser indicado para pedir exoneração do cargo de diretora. Em outubro, Maria Andréa assumiu a presidência e insistiu muito para que eu ficasse na Capes. Os funcionários também fizeram alguma pressão para que eu não saísse. Continuei na Diretoria de Programas e, mais uma vez, deixei o programa de doutorado.

Logo depois de tomar posse, Andréa fez uma coisa fantástica, que foi o colegiado da diretoria; passamos a discutir tudo em conjunto: José Roberto Alves Correia, diretor de Administração; Abigail Carvalho, diretora de Avaliação; eu, como diretora de Programas, e Andréa, coordenando as reuniões. Reformulamos as comissões de consultores por área de conhecimento — proposta de Eunice Durham —, criamos novas comissões, iniciamos a discussão da reestruturação do sistema de avaliação, cujo esgotamento já percebíamos — praticamente a maioria dos cursos tinha atingido conceito A ou B — também essa proposta teve início com a Eunice. Começamos, então, a pensar na reformulação, inclusive na contratação de consultores estrangeiros para a avaliação dos cursos considerados *outstanding* — a mudança acabou sendo implementada na gestão de Abilio Baeta Neves, atual presidente. Discutimos amplamente também o mestrado profissional — proposta inicial de Cláudio de Moura Castro, que queria muito estimular a implantação dessa modalidade, e reintroduzida pela Eunice. Também na gestão do Abilio ocorreu a discussão final sobre esse assunto, e saiu a resolução da Capes criando o mestrado profissional.

#### **QUEM É RESPONSÁVEL PELA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DA CAPES?**

Pelo menos até 1994 era o Conselho Técnico Científico que tradicionalmente tinha esse papel. Acontece que a Capes precisava ter um Conselho Deliberativo, sobretudo depois que se tornou uma fundação. Mas tanto a Eunice quanto a Andréa não promoveram reuniões com frequência e acho que o Abilio também não, pelo menos no início de sua gestão; hoje reúne mais. Inicialmente, o presidente do Conselho era o secretário da SESu; assim, nenhum presidente da agência gostava de reunir o Conselho sob sua presidência. Mas o que sempre foi tradicionalmente mais era o CTC, Conselho Técnico Científico, onde as áreas estavam representadas e onde as políticas eram discutidas e implementadas.

#### **QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS AVANÇOS NA ÁREA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL?**

Eunice tinha tomado a iniciativa de tornar a cooperação mais institucional, e nós prosseguimos nesse caminho. Alguns diziam que esta área era a agência de turismo da Capes; fizemos um enorme esforço de reavaliação

<sup>10</sup> Sobre a instituição da taxa acadêmica, ver, neste volume, as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM e SANDOVAL CARNEIRO JR.

do Acordo Capes–Cofecub e introduzimos algumas modificações. No início, os franceses ficaram com medo que fôssemos acabar com o programa, mas no final viram que, na verdade, o Capes–Cofecub foi reestruturado e fortalecido. Andréa foi fundamental no processo de restabelecimento da confiança dos franceses nessa parceria.

O Acordo Capes–Cofecub acabou virando um modelo de cooperação para a França, a tal ponto que, numa reunião de ministros de Relações Exteriores dos países da União Européia, o chanceler francês apresentou o programa como modelo de cooperação interuniversitária.

Essa cooperação permitiu a instalação da Rede Santos Dumont, e o seu sucesso levou a França a usá-la como modelo para a Ásia e para o México.

Instauramos a mesma sistemática de cooperação com um diálogo com Alemanha, Portugal e Inglaterra. Essa foi uma conquista da gestão da Andréa, como foi também a revisão do valor das bolsas no exterior.

#### COMO ERAM AS RELAÇÕES COM O CNPQ?

Muito, muito difíceis. Andréa propôs que Capes e CNPq trabalhassem em conjunto na distribuição de bolsas. Conseguimos fazer apenas uma. A verdade é que sempre houve certa competição entre as duas agências, mas eu diria que o que acirrou isso foi a instituição das taxas acadêmicas, criadas durante a gestão de Eunice.<sup>10</sup> Tradicionalmente, na hora de enxugar o orçamento, o Ministério do Planejamento cortava no fomento — tinham que respeitar o orçamento das bolsas, porque é considerado pagamento de pessoal, conquista obtida em 1986, na gestão de Edson Machado. No final de 90, a crise no sistema de pós-graduação estava muito séria, por falta de recursos, e a Eunice teve a brilhante idéia de instituir essas taxas acadêmicas, que colocamos no orçamento de bolsas. Foi uma sacada genial, pois permitiu repassar recursos para infra-estrutura através das bolsas, que não eram cortadas.

#### COMO ISSO ERA FEITO NA PRÁTICA?

A taxa acadêmica era um recurso concedido pela Capes por conta de cada bolsista que estava no curso, para o programa gastar em infra-estrutura, biblioteca, mas era proporcional ao número de bolsistas; o que fizemos foi atrelar uma coisa à outra. E isso é certo e lógico, pois nossos bolsistas acarretam despesas para os cursos — despesas referentes ao uso de laboratórios, acesso a computadores etc. E informamos ao Planejamento: “Esse é o custo da bolsa.” O que fazia tradicionalmente o Planejamento? Pegava

o número de bolsas de mestrado e multiplicava por 12 mensalidades; esse era o custo das bolsas de mestrado no ano. Aí nós dissemos: “Tem mais o auxílio ida, o auxílio volta, o auxílio para confecção de tese, auxílio para cobrir as despesas de laboratório etc.” Inventávamos umas despesas nas bolsas do país. E mais: “Portanto, não são 12 mensalidades, são 15. O custo anual da bolsa, na realidade, é o valor mensal vezes 15 parcelas.” Como eles não cortam orçamento de bolsas, aumentamos seu custo anual unitário. Com esse mecanismo, conseguimos repassar recursos e restabelecer o fomento, com base no número de bolsistas da Capes que tinha o curso. No final, a Capes estava sendo muito mais importante em termos de financiamento para os cursos de pós-graduação do que o CNPq ou a Finep, pois dava muito mais dinheiro; graças a esses recursos, passou a ser a principal agência de apoio à pós-graduação.

#### **OUTRA AJUDA IMPORTANTE FOI A COMPRA DE REVISTAS ESTRANGEIRAS PARA OS PROGRAMAS.**

É verdade. Foi idéia da Andréa: “Vamos adquirir periódicos estrangeiros para os programas de pós-graduação.” A relação de periódicos elaborada pelos cursos chegou rapidamente e compramos tudo. Realmente, o processo foi muito importante para o sistema, pois compramos diretamente no exterior e em grande escala, resultando em um custo unitário mais baixo. O sistema de pós-graduação deve muito à Eunice e, sobretudo, à Andréa, pelo montante de recursos que conseguiram aportar, num período de vacas magras. A Capes foi importantíssima para a sobrevivência desses programas, para eles não entrarem em colapso, porque as universidades federais já estavam sem recursos e as agências federais sem muita margem para financiamento da infra-estrutura. Soube depois que o período áureo da Andréa ainda teve repercussões no orçamento de 95 e de 96 da Capes.

#### **QUANDO A SENHORA DEIXOU A CAPES?**

Saí em 2 de janeiro de 1995. Em setembro do ano anterior, Luís Carlos Bresser Pereira, que era tesoureiro da campanha de Fernando Henrique, chamou-me para jantar e disse: “Se Fernando Henrique ganhar, você gostaria de ser presidente da Capes? Seria o coroamento de sua carreira na agência.” Respondi: “Não, não quero. A Capes não representa nenhum desafio para mim, os problemas são os mesmos. Já me sinto parte dos móveis e utensílios da casa. Preciso de novos desafios.” Ele então disse: “Se Fernando Henrique for eleito presidente e, caso ele me convide para ser ministro, você vai trabalhar comigo.” Suas preferências eram, pela ordem, Relações Exteriores e Administração. Eu falei: “Não, pelo amor de Deus! Aquilo é um reduto de burocratas, não vou nem morta! Relações Exteriores? É outra burocracia horrorosa. Nem pensar.” Aí ele voltou: “Minha terceira opção é Ciência e Tecnologia, e a quarta é Educação.” Eu disse: “Aí já melhorou. Ciência e Tecnologia até posso considerar, as outras não.”

No início de dezembro, Fernando Henrique já eleito, Paulo Renato de Sousa foi convidado para assumir o Ministério da Educação e Paulo Renato me chamou para conversar no Centro de Treinamento do Banco do Brasil, onde estava sediada a equipe de transição. Lá ele me disse: “Não nos conhecemos pessoalmente, mas seu nome foi sugerido por Eunice Durham, e eu queria

convidá-la para fazer parte da minha equipe. Estou chamando mais pessoas para integrar a equipe e discutir nossa proposta para o Ministério da Educação.” Na minha frente, telefonou para o Abilio e lhe fez também o mesmo convite; além de Abilio, Paulo Renato já tinha convidado Eunice Durham, Maria Helena Castro, Gilda Portugal, entre outros.

Na semana seguinte, Bresser foi convidado por Fernando Henrique para assumir a pasta da Administração Federal e Reforma do Estado. Imediatamente, convidou-me para assumir a Secretaria Executiva; recusei, preferindo a reforma do Estado. Telefonei para o Paulo Renato, que estava em Washington ultimando sua mudança para o Brasil, para agradecer seu convite, mas informando-lhe que ia trabalhar com o Bresser, a quem conhecia há mais de 20 anos. Assim, um dia depois da posse do presidente e dos ministros, fui para o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

#### **A SENHORA CONTINUOU COMO FUNCIONÁRIA DA CAPES?**

Sim, apenas fui cedida ao Ministério. Hoje estou licenciada para fazer o doutorado. Aliás, dei uma virada considerável na minha vida, pois estou fazendo doutorado em ciência política na PUC de São Paulo. E minha pesquisa é exatamente sobre a reforma do Estado. Na década de 1970 e no início da de 80, a Capes e os órgãos da administração pública, em geral, tinham grande flexibilidade. Ao longo da década de 1980, a área econômica já começou a estabelecer alguns controles burocráticos e a enrijecer a gestão orçamentário-financeira. A partir da Constituição de 88, então, virou um horror; os órgãos ficaram inteiramente sem autonomia de gestão. Vivi intensamente isso na Capes onde, aliás, também cometi erros.

Um erro fundamental que até hoje acomete a administração pública é que se fica muito voltado para o processo e não para os resultados; não nos é cobrado o resultado.

Na Capes, todo fim de ano fazíamos o relatório de atividades: tantas bolsas concedidas, tantas utilizadas por área, por estado, por instituição, por área do conhecimento, país, exterior. Tudo isso é meio. Qual é o objetivo da Capes? A formação de recursos humanos. Então, qual é o resultado desse orçamento? Quantos mestres e doutores formamos com essas bolsas, com esses recursos? O resultado não é cobrado da administração pública. Isso acontece em toda a administração pública, de um modo geral: não se cobra eficiência, eficácia e efetividade.

Outra coisa: os custos. Aí a Capes era paradigmática, em termos de sistemática de funcionamento: pequena, com poucos funcionários, enxuta,

informatizada, descentralizada, contando com intensa participação da comunidade científica nas discussões de conteúdo; enfim, a Capes era para mim um exemplo a ser seguido por toda a administração pública.

**HÁ ALGUMAS CRÍTICAS À CAPES JUSTAMENTE NO TOCANTE AO SEU TAMANHO. UM GRUPO PEQUENO DE FUNCIONÁRIOS COM CERTA ESTABILIDADE TERIA CRIADO FEUDOS E ÁREAS SOB CONTROLE DE CERTAS PESSOAS. QUAL É SUA AVALIAÇÃO A RESPEITO?**

Um problema na Capes era justamente a falta de oportunidade de capacitação de seu corpo de funcionários. Na gestão da Andréa foi instituído o plano de capacitação, e hoje já há um número razoável de funcionários que fez ou está fazendo mestrado e doutorado; as pessoas da casa estão começando a se qualificar. De outro lado, de cinco anos para cá, a Capes tem obtido autorização para promover concursos públicos para seu quadro funcional. O ideal seria que, além, de concursos periódicos, houvesse uma renovação maior, um rodízio interno nas funções. Seria interessante para o órgão e para os funcionários, que teriam oportunidade de ter um conhecimento mais amplo da Capes, do sistema de pós-graduação e da própria política de formação de recursos humanos. Mas entendo que, na situação atual, isso é um pouco difícil de se implementar. Mas com pouca gente, fica complicado.

Entretanto, não considero que a Capes tenha feudos ou áreas controladas por funcionários. Os mecanismos e critérios de financiamento são públicos e institucionalizados. As concessões de auxílio, de bolsas ou de apoio aos cursos e instituições são feitas com base em critérios estabelecidos, de forma automática, ou mediante a avaliação das comissões e dos consultores científicos. Portanto, os funcionários da Capes não têm essa margem que manobra que alguns imaginam.

**A QUE A SENHORA ATRIBUI O SUCESSO DA CAPES?**

Inicialmente, como já mencionei, a comunidade científica está dentro da Capes, e incluo aí as instâncias burocráticas da universidade, as Pró-Reitorias; não há como a agência trabalhar sem esta participação. Essa situação foi determinante para baixar os custos da Capes e aumentar sua eficiência. Em segundo lugar, é a comunidade científica que discute a pós-graduação e é ela que faz a política; a Capes apenas faz a coordenação dessa discussão e implementa os programas que apóiam o crescimento do sistema para a direção sinalizada pela política.

**QUAIS OS DESAFIOS ATUAIS PARA A CAPES?**

O primeiro grande desafio diz respeito à parte gerencial; ela precisa tentar flexibilizar sua gestão, ingressando no programa de modernização da gestão dentro de projetos piloto que o próprio governo federal está levando à frente com algumas unidades piloto. Esse programa pretende, no limite, retirar amarras legais que atravancam a atuação do órgão, atrelando a autonomia de gestão à consecução de resultados sob a ótica da eficiência, da eficácia e da efetividade, mas acho que ainda falta coragem interna para buscar essa flexibilização.

Segundo, deve mudar a lógica da distribuição de recursos — dou a mão à palmatória e faço uma autocrítica de minha atuação como diretora de Programas.

A Capes deve passar a entregar as verbas às universidades para que elas próprias gerenciem, com a seguinte orientação: “Esse é o bolo de recursos; vocês vão se comprometer a apresentar à Capes, no final do ano, tantos mestres, tantos doutores, sem prejuízo da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

“Distribuem como bolsa e/ou como recurso de infra-estrutura, de acordo com suas necessidades. Terão total liberdade na aplicação do recurso, mas no final do ano têm que apresentar estes resultados.” Entretanto, isso ainda não pode ser implementado. É difícil, porque a universidade federal também precisaria se modernizar, no sentido de ter sua autonomia de gestão e descentralizar a gestão interna. Acho que à Capes cabe ajudar nesse processo de modernização.

Terceiro, continuar discutindo com a universidade, tentando persuadi-la a reestruturar o sistema de pós-graduação. Na minha opinião, o mestrado acadêmico, como instância prévia ao ingresso no doutorado, precisa acabar; o sistema está amadurecido. A qualidade do ensino de pós-graduação tem melhorado substancialmente. De alguma forma, o sistema já está fazendo isso, quando permite o ingresso direto no doutorado sem a conclusão prévia do mestrado. O estudante que entra numa pós-graduação e não consegue passar na qualificação, disputa o título de mestre; caso contrário, pode passar diretamente para o doutorado. Isso deveria ser revisto porque significa perda de eficiência do sistema. O Brasil precisa de recursos humanos de alto nível, precisa acelerar o processo de formação de seus doutores, sem prejuízo de sua qualidade. A formação ainda está muito demorada, se computarmos o tempo médio de titulação do mestrado e do doutorado.

Quarto, é preciso rever o número e o valor das bolsas, tanto no país como no exterior. O número de bolsas não tem acompanhado o crescimento e as necessidades do sistema de pós-graduação no país. De outro lado, com a expansão da massa crítica do sistema, há necessidade de ampliação do número de bolsas de pós-doutorado no exterior e dos mecanismos de cooperação internacional. Com o crescimento de programas de doutorado no país, há necessidade de ampliar o número de bolsas de doutorado-sanduíche no exterior, que caiu bastante. O valor das bolsas no país também precisa ser revisto; não incorporou as gratificações concedidas ao corpo

docente das universidades federais. Aí também eu daria flexibilidade para os programas fixarem o valor, de acordo com a situação de cada bolsista, com o mercado de trabalho e com o custo de vida regional; a Capes determinaria apenas um valor-referência, com base nos salários dos docentes das universidades federais. Quinto, dada a realidade do ensino superior, com as instituições privadas entrando pesadamente no sistema, seria preciso rever a inserção da qualificação dos seus docentes, coisa que a Capes não pode ignorar. Como doutoranda na PUC, uma instituição de caráter comunitário, vejo que seus alunos de doutorado, que são docentes de instituições privadas de ensino, não têm nenhum estímulo ou apoio de suas faculdades para realizar sua formação. Como a nova Lei de Diretrizes e Bases só exige corpo docente com mestrado — o doutorado é opcional —, todas as instituições privadas estão investindo no seu corpo docente para que obtenha o título de mestre, ficando o doutorado à livre iniciativa e a expensas de cada um. Ou seja, esses doutorandos de ponta estão sem apoio de ninguém; são superesforçados, e acho que a Capes não pode ignorá-los. A PUC não tem um número de bolsas que possa contemplar todos os seus alunos mercedores de bolsa; de outro lado, tem que cobrar as taxas, já que seu orçamento não é custeado por cofres públicos. Portanto, esses docentes doutorandos ficam órfãos, sem apoio nenhum.

● país precisa de doutores, independentemente de estarem atuando em instituições públicas ou privadas. Se considerarmos que a maior parte das matrículas na graduação está nas instituições particulares, a formação de seus docentes em nível de doutorado é fundamental para a melhoria da qualidade do ensino que essas instituições oferecem.

**A SENHORA, QUE TEVE UMA EXPERIÊNCIA COM  
A REFORMA DO ESTADO, CONTINUA A CONSIDERAR  
A CAPES UM ÓRGÃO EXEMPLAR. O QUE A FAZ  
TÃO DIFERENTE NO SETOR PÚBLICO?**

Sou até hoje apaixonada pela Capes, e não apenas porque trabalhei lá durante 18 anos, desde 1977, como assessora regional do PICD, até 1995. A Capes funciona como todo órgão público deveria funcionar. Como é um órgão pequeno, da decisão à ação tudo é muito rápido. Ali todo mundo se conhece, partilha um espaço físico pequeno. Oficialmente, a Capes tem uma estrutura piramidal, mas funciona efetivamente em rede, o que dá a ela enorme agilidade em termos de funcionamento; ou seja, tudo é implementado com muita rapidez. A comunidade científica percebe essa eficiência — as coisas são negociadas, discutidas e imediatamente implementadas — e se sente participante da Capes. Ou seja, trata-se de um segmento da sociedade que participa da elaboração e da implementação da política pública que gera conseqüências em seu dia-a-dia. Sob essa ótica, a Capes é um espaço efetivamente democrático do governo federal, e acredito que historicamente se constitua no primeiro caso de orçamento participativo da administração pública. A Capes traz o cliente para dentro.

▲ Capes é um sucesso! Sobretudo se comparada ao CNPq. A sistemática de implementação de seus programas, de forma institucional, permite que a agência opere com uma estrutura pequena, o que confere a ela muita agilidade na ação, além de ter custos muito baixos de operação. Na Capes, todos os funcionários se conhecem e interagem no dia-a-dia. Os

consultores científicos e os pró-reitores também conhecem praticamente todos os funcionários da Capes. Isso ajuda bastante no diálogo permanente que o órgão tem que manter com a comunidade.

**A**liás, na Capes todo mundo conhecia os bolsistas pelo nome, inclusive os do exterior — no CNPq era tudo número. Nossos bolsistas ficavam encantados com isso, porque não eram tratados como números; isto faz muita diferença. Quando se está no exterior, jovem, tendo sua primeira experiência, a insegurança é muito grande. Por isso, é fundamental que na outra ponta esteja um funcionário que o conheça, saiba de seus problemas, ajude no que puder. A vida do bolsista está praticamente nas mãos daquela pessoa.

Para mim, a Capes sempre foi um paradigma: gostaria que todos os órgãos públicos funcionassem como ela.

## **SANDOVAL CARNEIRO JR.**

Natural de João Pessoa (1945), SANDOVAL CARNEIRO JR. formou-se em engenharia elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial da PUC/SP em 1968, ingressando logo em seguida no mestrado de ciências da Coppe/UFRJ, pelo qual se graduou em 1971. Foi admitido como auxiliar de ensino na Coppe em fevereiro de 1970, e em setembro de 1972 foi para a Inglaterra, onde obteve o título de doutor pela Universidade de Nottingham. De volta ao Brasil, foi promovido a professor adjunto na Coppe, onde exerceu sucessivamente as funções de coordenador do Programa de Engenharia Elétrica (1976–78); subdiretor (1978–81); diretor (1982–85); presidente do Conselho Deliberativo (1992–93) e coordenador do Programa de Engenharia Elétrica (1993 e 1999). Foi também professor visitante do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade da Colúmbia Britânica (Canadá), entre 1987 e 1988 e em 1994. Em 1991 assumiu a direção geral da Capes, onde permaneceu até o ano seguinte, quando se tornou professor titular do Departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da UFRJ. Nesta universidade exerceu ainda a função de diretor-adjunto de Ensino e Cultura da Escola de Engenharia (1998–2000). Atualmente, é membro do corpo de assessores científicos da Capes, Faperj, Fapesp, Finep e CNPq. Desde outubro de 1999, tem atuado junto à Capes como representante das engenharias IV (elétrica, eletrônica e biomédica). É membro do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Superior desta agência, e seus mandatos foram renovados por três anos a partir de outubro de 2001. Integra também o Conselho Consultivo da Associação Brasileira para o Ensino da Engenharia. Em novembro de 1998 foi admitido na Ordem Nacional do Mérito Científico, no grau de comendador.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 11 de outubro de 2001.

**O SENHOR SEGUIU UMA LONGA CARREIRA ACADÊMICA ANTES DE DIRIGIR A CAPES. FALE-NOS UM POUCO DE SUA TRAJETÓRIA.**

Nasci em João Pessoa (PB), filho de pai mineiro e mãe paraibana. Iniciei meus estudos em Recife e terminei o científico no colégio São Luís, em São Paulo. Lá formei-me em engenharia elétrica na Faculdade de Engenharia Industrial, que à época pertencia à PUC. Ainda antes do final do curso comecei a pensar em pós-graduação e, por recomendação de meus professores, decidir vir fazer o mestrado na Coppe, no Rio. Iniciei em 1969 e no ano seguinte fui convidado a participar do corpo docente como auxiliar de ensino — o primeiro curso que dei na vida foi no mestrado, enquanto ainda estava elaborando a tese; foi bem complicada a situação. Depois fui fazer doutorado na Inglaterra.

Na época, a Coppe estava em vertiginoso crescimento; em 1970 já tinha pós-graduação em engenharia química, civil, mecânica, elétrica, naval, produção, metalurgia...

Alberto Coimbra, então diretor da Coppe, realizou a façanha de contratar, em plena ditadura, três professores russos — meu orientador de mestrado era russo.

**A COPPE JÁ RECEBIA COTAS DE BOLSAS DA CAPES.**

**O SENHOR FOI BOLSISTA?**

Sim, mas minha primeira bolsa foi do CNPq. Entretanto, os programas da Coppe já se beneficiavam com as bolsas da Capes e com a política do MEC, através da implantação do regime de horário integral e dedicação exclusiva para os professores. Esse foi um dos pontos fundamentais da filosofia da Coppe, assim como da maioria das instituições de ensino superior que conseguiram implantar cursos de pós-graduação de bom nível.

**ANTES DE SAIR PARA O DOUTORADO,**

**O SENHOR CONTINUOU COMO PROFESSOR?**

Sim. O prof. Coimbra procurava vagas para professor e conseguiu uma para mim no Departamento de Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia da UFRJ. Foi muito bom, porque considero fundamental essa interação com a graduação. Fui para a Inglaterra fazer o doutorado em setembro de 1972, e em março de 1976 voltei para a Coppe. Na época do meu retorno, a Coppe vinha se recuperando da grave crise que havia culminado com o afastamento do seu fundador e diretor, o prof. Coimbra. O programa de engenharia elétrica havia perdido muitos professores, e esta carência de quadros fazia com que tivéssemos que exercer cargos de chefia muito cedo na carreira. Assim, pouco após o meu regresso, assumi a coordenação do programa. Em 1978, o então diretor da Coppe, Paulo A. Gomes, convidou-me para o cargo de subdiretor de Assuntos Acadêmicos; passei oito anos na

direção, quatro como subdiretor e quatro como diretor, entre 1978 e 1985. Foi a época de maior pressão sobre a Coppe, um período muito difícil, porque os recursos da Finep, antes abundantes, começaram a escassear. O governo estava puxando o tapete sob nossos pés. Havia na Coppe umas 500 pessoas, das quais cerca de 300 eram financiadas diretamente pelo Projeto Finep. Se isso acabasse, acabaria a instituição, uma verdadeira catástrofe. Foi uma luta difícil.

#### **QUANDO SE INICIARAM SEUS CONTATOS MAIS PRÓXIMOS COM A CAPES?**

Em 1990 fui indicado para representar a área de engenharia no Conselho Técnico-Científico da Capes, se não me engano substituindo o prof. Luís Bevilacqua. Naquela época, o CTC englobava todos os representantes de áreas, e participando das discussões fiquei conhecendo algumas pessoas que tinham bastante influência na Capes, especialmente a Angela Santana. Poucos meses depois de nomeado, fui para a Alemanha, através de um convênio que a UFRJ tinha com a Universidade Técnica de Berlim. Lá recebi um telefonema da Angela, dizendo que a prof<sup>a</sup> Eunice Durham, diretora da Capes, tinha sido convidada pelo ministro Goldemberg — tinha saído da Ciência e Tecnologia para a Educação — para assumir a Secretaria de Educação Superior do MEC. E eles estavam procurando alguém para substituí-la. Tinham convidado o prof. Bevilacqua, mas ele estava na direção da Coppe e não quis aceitar. Angela achava que eu tinha o perfil adequado e disse que eles precisavam que eu coordenasse o processo de transição de autarquia para fundação; disse ainda que isso demoraria uns seis meses. Depois de alguma hesitação e contato com a família e com alguns colegas, acabei aceitando. A idéia era que eu ficasse seis meses, o tempo previsto para a transição. Era preciso elaborar os estatutos e o plano de cargos e salários, além de acompanhar a tramitação do estatuto no Congresso Nacional.

#### **SUA INDICAÇÃO NÃO TEVE NENHUM APOIO POLÍTICO?**

Nenhum. Fui como uma pessoa da área acadêmica, já com uma previsão de uma permanência curta. Eu não tinha a menor intenção de me fixar com a família em Brasília, porque estava pretendendo fazer concurso para professor titular. No início do governo Collor, os apartamentos funcionais tinham sido postos à venda, por isso, tudo o que o governo oferecia eram 30 diárias de hotel — lembro que nosso salário equivalia a uns 700 dólares. Por sorte, uma prima de minha mãe, já com os filhos casados, morava em Brasília num apartamento grande, e me convidou para ficar com ela. Quando aceitei assumir a Capes, coloquei uma condição: eu não queria cortar os vínculos com a universidade, porque até estava orientando alguns alunos, estava envolvido com o curso de doutorado, que estava começando. Assim, combinei de ficar no Rio às segundas-feiras, para conversar com meus alunos, e passar de terça a sexta-feira em Brasília. Tive que morar na ponte aérea.

#### **QUANDO O SENHOR ASSUMIU A CAPES, A AMEAÇA DE EXTINÇÃO JÁ TINHA SIDO TOTALMENTE SUPERADA?**

Inteiramente. A prof<sup>a</sup> Eunice teve uma atuação muito importante ao restabelecer a Capes. Na época, ela criou o conceito de taxa acadêmica, forma

<sup>1</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA e ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, neste volume.

<sup>2</sup> Sobre a taxa acadêmica, ver a entrevista de EUNICE RIBEIRO DURHAM, neste volume.

bastante engenhosa de repassar recursos para os cursos de pós-graduação, sem deixar transparecer para a área econômica que isto era custeio, porque a taxa acadêmica era acoplada à bolsa dos alunos — depois o CNPq também seguiu nessa linha.<sup>2</sup>

#### O SENHOR NÃO SE RESENTIU DA FALTA DE RECURSOS?

Quando assumi, em outubro, o orçamento já estava fechado, as bolsas estavam em andamento, havia uma quantidade apreciável de bolsas no exterior, as taxas acadêmicas estavam sendo transferidas. Então, o que sentíamos era a necessidade de liberar os recursos, mesmo para as bolsas, porque havia muito atraso. Frequentemente, eu próprio tive que telefonar para o ministro Goldemberg, pedindo sua interferência direta para liberar os recursos e evitar atrasos no pagamento das bolsas.

### Mas minha preocupação maior era mesmo elaborar os estatutos da Capes.

E como a minha proposta não era de permanecer por muito tempo na direção, não formulei planos de longa duração, pois não caberia. Apenas procurei aperfeiçoar alguns mecanismos, identificar onde havia problemas. No setor de bolsas no exterior, por exemplo, a responsável não falava inglês, ou falava muito mal. Consegui montar um esquema para que ela pudesse adquirir, rapidamente, um contato com a língua — através de um curso de imersão na Inglaterra. A encarregada do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que precisava interagir com consultores, também não tinha fluência na língua inglesa, e foi igualmente fazer um curso de imersão na Inglaterra com apoio da Capes e do Conselho Britânico. Ou seja, havia uma falta de capacitação das pessoas. E a infra-estrutura era muito frágil no tocante à informatização. Visando corrigir esta séria lacuna, foi celebrado um acordo com a Coppe; a informatização da Capes durou muitos anos, só terminou inteiramente no ano passado, apesar de ser prioritária. Naquela época, a Internet já estava começando a atuar, e era preciso treinar os funcionários para seu uso.

Minha maior surpresa foi constatar o grande número de funcionários dedicados, que vestiam realmente a camisa da instituição. Entre 1982 e 86, quando estava na direção da Coppe, cumpri dois mandatos no Comitê Assessor do CNPq, por isso pude comparar as duas equipes. O pessoal do CNPq é muito atencioso, mas poucos tinham a postura que encontrei, mais tarde, na Capes, em muitos funcionários: uma atitude de dedicação total à agência. Achei bastante interessante. Foi gratificante essa parte da experiência. Vou contar um episódio. Logo no começo, quando vi o material da Capes, percebi que seu símbolo era uma cruz com o nome Capes. Eu disse: “Em termos de comunicação visual, isto é um verdadeiro desastre. Vamos abrir

um concurso para a elaboração de uma logomarca.” Para preparar o concurso, convidei o pessoal da Editora da UnB; para lançar o edital, tínhamos que ter um cartaz, e eles elaboraram o cartaz. Nele havia a silhueta de uma pessoa e os dizeres: “A Capes procura uma nova identidade.” No começo, estranhamos: “Quer dizer que a Capes não tem personalidade?” Eles alteraram: “A Capes procura sua identidade visual.” Para não dar margem a confusões.

No dia em que deixei a direção, assinei a portaria instituindo o concurso, mas a prof<sup>a</sup> Eunice Durham cancelou, dizendo que o cartaz era ruim, porque daria a idéia de que a Capes não tinha personalidade. Só quando a Andréa assumiu, alguém deve ter comentado, e ela retomou a proposta. Quando foi escolhido o vencedor, convidou-me para entregar o prêmio ao primeiro colocado. Achei o gesto muito simpático. E é engraçado, porque eu me sinto bem quando vejo o símbolo da Capes; realmente, criou-se uma identidade. É uma logomarca simples, mas a escolha foi bastante feliz.<sup>3</sup>

#### QUAIS ERAM AS LINHAS MESTRAS DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CAPES?

O que se pretendia era que a agência continuasse funcionando com agilidade e independência, mas que, ao mesmo, tempo fosse garantida a participação da comunidade científica. Eu trazia uma experiência anterior, daquele período de dificuldades para o financiamento do sistema, participando da Comissão Mista ABC/SBPC/Seplan, da qual também faziam parte Gilberto Velho, Moisés Nussensweig, José Adeodato, Jacob Pallis. Ficávamos trabalhando até altas horas, buscando uma estrutura melhor. Foi dessa comissão que saiu a proposta da criação do Conselho Deliberativo do CNPq e de um conselho da Finep, mas nesta última agência não foi implantado da forma como tínhamos recomendado.

Na Capes tive a preocupação de assegurar uma participação efetiva da comunidade científica, que ela estivesse representada no Conselho Superior e que o estatuto garantisse que todos os instrumentos da agência se baseassem em pareceres do CTC. Até então, essas garantias não eram formais.

Depois de muitos anos, voltei à Capes em 1998, novamente indicado como representante de área, mas agora encontrei um CTC ampliado. Na primeira vez em que participei do CTC, em 1990, éramos uns 16 membros; na nova estrutura do CTC são dois representantes por área, só que aumentaram para 44 áreas. E o CTC tem um representante no Conselho Superior da Capes. Fui escolhido para participar do CTC e, lá fui eleito como representante do CTC no Conselho Superior, onde estou até hoje.

#### COMO É A ATUAL COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA CAPES?

Para responder com certeza eu precisaria reler o estatuto. Sei que há quatro representantes da comunidade científica, dois representantes de fundações de amparo à pesquisa, que funcionam em rodízio — no momento são da Fapesp e da Fapergs —, dois representantes do empresariado — atualmente é o diretor do Instituto Euvaldo Lódi, um professor do Paraná —, um representante da Embrapa. E há os membros natos: presidente da Capes, do CNPq e da Finep, que nunca vão, mandam um representante. Pelo menos, a Alice Rangel de Abreu, vice-presidente do CNPq, tem ido bastante

<sup>3</sup> Ver, neste volume, a entrevista de MARIA ANDRÉA LOYOLA, presidente da Capes entre 1992 e 1994.

às reuniões. Outro membro nato é o chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, por causa dos convênios internacionais — o representante atual é a ministra Marina Sardenberg, que comparece bastante às reuniões.

**ALÉM DO ESTATUTO, FOI ELABORADO O  
PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA CAPES?**

Sim, trabalhamos muito nisso, embora eu não tenha me envolvido muito diretamente, porque centrava minha preocupação no estatuto e na parte operacional da agência, para agilizar a obtenção dos recursos para pagamento de bolsas, esse tipo de coisa.

Quando havia problemas urgentes, sobretudo de aperfeiçoamento nos procedimentos, eu procurava interagir com outras agências.

Na época, Jorge Guimarães era diretor científico do CNPq, e tínhamos ótimas relações. Eu estava preocupado com a situação dos bolsistas no exterior, e propus a ele que fizéssemos uma pesquisa sobre o grau de satisfação dos bolsistas da Capes e do CNPq em todos os países. Descobrimos que havia grande insatisfação entre os bolsistas na Inglaterra; assim, num momento em que estávamos ambos na Europa, fomos à Inglaterra para discutir com o conselho de reitores e apontar os problemas. Isso resultou na vinda de uma comissão inglesa para discutir conosco.

Além disso, estávamos interessados em estimular os bolsistas a terminarem mais cedo os cursos de doutorado. Eu próprio fiz doutorado na Inglaterra em três anos e meio, sem nenhum atropelo. Como já tinha o mestrado, pude terminar tudo em menos tempo.

**COMO ERA A ARTICULAÇÃO ENTRE AS  
VÁRIAS AGÊNCIAS DE FOMENTO?**

Quando eu estava como diretor-geral da Capes, tinha assento no Conselho Deliberativo do CNPq, que já estava em pleno funcionamento. Algumas dessas questões eram discutidas e, além disso, eu tinha relações pessoais com o Jorge Guimarães. Mas independentemente desses vínculos formais, há necessidade de balizamento na concessão das bolsas, cruzamento de informações; assim, os corpos técnicos das agências precisam se comunicar, para evitar duplicação.

A comunicação funcionava razoavelmente, mas poderia ser melhor, ainda pode. No momento, há um certo distanciamento, mesmo com o esforço de ter os conselhos com uma representação cruzada. Às vezes, um diretor inventa um tipo de mecanismo, e alguns detalhes, algumas implicações não são realmente discutidas nos conselhos, acabando por criar certa disparidade nos instrumentos. E isso muda de repente. Às vezes um bolsista

vai com bolsa do CNPq, e se a Capes adota alguma inovação, ele diz: “Eu devia ter ido com a bolsa da Capes, que é melhor.” Ou vice-versa.

No momento é o contrário, porque a Capes decidiu, por exemplo, que os bolsistas de pós-doutorado e especialmente do *doutorado-sanduiche*, poderiam viajar sem a família, e com isso cortou as verbas para passagens e outros benefícios aos quais pelo menos a esposa tinha direito. Essas coisas vão mudando ao longo do tempo, dependendo das idiossincrasias dos dirigentes.

#### COMO O SENHOR AVALIAVA AS DIFERENÇAS REGIONAIS EXISTENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO?

Uma de minhas preocupações era fortalecer os cursos nas regiões mais remotas, e para isso era preciso qualificar as pessoas e dar-lhes boas condições para estudarem onde quisessem. Procurei dar bastante apoio ao Programa Institucional de Capacitação Docente, o PICD, incluindo um reforço no apoio que a Capes dava a esses alunos. Alguns vinham de Manaus para São Paulo, Campinas ou para o Rio, e procurei melhorar o apoio, como forma de incentivar essas pessoas a virem com as famílias. No início, boa parte delas foi absorvida nas instituições onde estudaram, mas muitos voltavam.

Este é um sério problema de distribuição. Nos Estados Unidos, se observarmos a distribuição das verbas da National Science Foundation, veremos que o maior volume se concentra nas universidades da Ivy League; já num estado como Wyoming, encontraremos 0,5% das verbas.<sup>4</sup> É preciso dar tempo ao tempo, para que essas regiões se desenvolvam, não adianta injetar recursos artificialmente.

Recentemente, tive uma experiência interessante na Fapema, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão, que depois foi extinta. Eles tinham formulado um programa de apoio à criação de um núcleo de pesquisa e procuraram atrair professores do Sul e Sudeste com bolsas extremamente generosas e um contrato de professor titular. Conseguiram alguma coisa, mas o custo-benefício foi desfavorável, no meu entender. Teriam feito melhor investindo na mão-de-obra local, dando uma bolsa melhor e enviando jovens professores para as universidades do Sul e do Sudeste ou mesmo para o exterior, com o compromisso de eles voltarem. Dos que foram do Sul, no programa da Fapema, alguns jovens doutores ficaram lá, mas o resto passou um tempo e voltou. Teria sido preferível investir na capacitação local e, proporcionalmente, aumentar os recursos à medida que essa capacitação pudesse corresponder ao investimento.

#### COMO O SENHOR VÊ O PAPEL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU?

Acho que o *lato sensu* tem um papel muito importante, especialmente nas áreas profissionais. Quando estava na Capes, apoiávamos inclusive os cursos de especialização, por entendermos que estes também são relevantes, como uma etapa de formação, sobretudo em algumas áreas, onde o componente acadêmico não é tão forte. Considero o nosso sistema demasiadamente rígido. Em todos os países que eu conheço, países avançados como Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, há uma enorme gama de opções no nível de mestrado. A título de exemplo, na

<sup>4</sup> *Ivy League Schools* é a associação de oito universidades e escolas superiores privadas de elite dos Estados Unidos, das mais tradicionais, a maioria delas localizada na Costa Leste, como Harvard, Cornell, Yale, Princeton, entre outras — a exceção é Stanford, na Costa Oeste. Ver [www.na.com.br](http://www.na.com.br).

<sup>5</sup> Sobre o Parecer Sucupira, como ficou conhecido o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, ver a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume, em especial a nota 2, e BOMENY (2001).

Universidade de Strathclyde, na Escócia, estão sendo propostos cursos de engenharia de cinco anos, nos quais o aluno já obteria um diploma chamado Meng, mestrado em engenharia. Seria um curso do tipo 4+1 (quatro anos de graduação mais um para o mestrado). É uma formação voltada para aqueles que não querem fazer carreira acadêmica.

## Infelizmente, nossa pós-graduação é totalmente voltada para a pesquisa acadêmica.

Vem da origem, do Parecer Sucupira.<sup>5</sup> Logo que comecei a atuar no Conselho de Pós-Graduação da UFRJ, vi como todas as pessoas queriam se enquadrar, porque a pós-graduação havia virado uma panacéia para todos os males da universidade brasileira, ia corrigir tudo. Chegou-se a pensar num curso de mestrado em ciências do violão, um absurdo desses. Isto é, o Parecer Sucupira balizou muita coisa, mas também contribuiu para engessar o sistema.

### COMO O ASSUNTO ESTÁ SENDO TRATADO HOJE?

Determinadas áreas continuam bastante refratárias. A UFRJ, por exemplo, até hoje não se pronunciou oficialmente e ainda não reconheceu o mestrado profissional. Há membros do Conselho Universitário, inclusive um colega meu da Coppe, que são muito contrários, porque acham que isso vai acabar com o mestrado. Essa conversa de acabar com o mestrado eu escuto desde o tempo que dirigia a Coppe. Naquela época, tentei propor o que seria um mestrado profissional, para alunos de empresas que concluíssem os créditos, nas que não pudessem fazer a tese nos padrões exigidos para o mestrado acadêmico, mas a própria instituição não aceitou. Discutiu-se, discutiu-se, mas o assunto não prosperou.

### O SENHOR CONSIDERA QUE SE COBRA DESSE MESTRADO PROFISSIONAL UM DESEMPENHO EQUIVALENTE AO MESTRADO ACADÊMICO?

Isso mesmo, coisa de que discordo. Acho que o mestrado profissional tem que ser diferente do mestrado acadêmico, deve manter, no nível da carreira, por exemplo, uma equivalência com a especialização; seria um pequeno aperfeiçoamento da especialização. Mas hoje ele tem os mesmos direitos e deveres de um mestrado acadêmico. Então, isso cria uma confusão. E como está dito que ele deve se autofinanciar, algumas pessoas acham que é o ensino pago, a privatização do ensino superior. É uma confusão. Mas acho que há espaço para o mestrado profissional.

### ATUALMENTE, DISCUTEM-SE NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E PARA A PÓS-GRADUAÇÃO.

### EM QUE MEDIDA ESSE NOVO FORMATO, DESENHADO A PARTIR DOS FUNDOS, AMEAÇA A EXISTÊNCIA UMA AGÊNCIA COMO A CAPES?

No meu entender não ameaça, porque a Capes tem sua posição consolidada. Cabe lembrar que uma de suas principais missões é a avaliação da pós-graduação, tarefa da mais alta importância para o desenvolvimento das nossas universidades. Vejo os fundos setoriais de forma muito positiva, quase um “ovo de Colombo”. Se forem bem conduzidos, os fundos setoriais podem alavancar esses setores que precisam de investimento na transferência dos resultados da pesquisa básica para as aplicações tecnológicas — o Brasil está especialmente carente de implantação dos conhecimentos aos setores produtivos.<sup>6</sup>

Agora, precisamos tomar cuidado, porque não acho que seja função da universidade atuar diretamente na inovação tecnológica; cabe à empresa fazer isso. E deverão surgir mecanismos específicos para tal. De outro lado, nesses projetos que a universidade faz para algumas empresas através dos fundos setoriais, uma parcela desses recursos, uma espécie de *overhead*, é destinada pela universidade para a pesquisa básica. Isso é possível fazer. Fora isso, penso que uma parte dos fundos deveria ter uma destinação comum, por exemplo, o portal de periódicos da Capes, um programa fundamental, que tem uma relação custo-benefício muito positiva para o país. De alguma forma, esses fundos poderiam garantir a manutenção do portal, que é uma estrutura básica para toda a comunidade, científica.

#### **COMO ERAM AS RELAÇÕES ENTRE A CAPES E A SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC?**

Muito delicadas. Não conheço bem a estrutura interna da SESu, mas certamente ela não tem a mesma postura, seus funcionários não têm a mesma visão, o mesmo empenho que o pessoal da Capes. Há alguma coisa lá dentro que impede a interação com a comunidade científica. O titular da SESu é membro nato do Conselho Superior da Capes. Por insistência do Goldemberg, no estatuto original caberia a ele a presidência do Conselho e não ao presidente da Capes; isso foi motivo de muita discussão entre nós. Além disso, comecei a fazer uma prospecção — nunca comentei isso — para conseguir uma sede para a Fundação Capes. Mas o Goldemberg vetou, dizendo que a Fundação tinha que ser parte do MEC, não poderia ficar longe da SESu. Acho que ele temia que a Capes adquirisse asas e escapasse ao controle, com base no ocorrido em outras Fundações do próprio MEC, e de algumas universidades. Hoje, o Abílio sente uma dificuldade grande; ele mesmo gostaria de ter um espaço físico maior, mais adequado, para o funcionamento dos conselhos e das comissões.<sup>7</sup>

#### **RECENTEMENTE, A CAPES PROMOVEU GRANDES ALTERAÇÕES NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. QUAL É SUA OPINIÃO A RESPEITO DAS NOVAS REGRAS?**

Sempre que há qualquer mudança, as pessoas ficam preocupadas. Mas toda avaliação é dinâmica, tem que aperfeiçoar gradualmente os critérios. E mais, com o tempo, é preciso melhorar seu desempenho. A dificuldade inicial nasceu da mudança do critério sem aviso-prévio; foi de repente que se implantou a mudança, mas o sistema anterior estava “saturado”, mais de 90% dos cursos tiravam conceito A ou B. A visão que a diretoria da Capes está defendendo é que, na verdade, o conceito anterior — conceitos A, B, C, D e E — corresponde às notas de 1 a 5. Concordo com esta interpretação.

<sup>6</sup> Sobre os fundos setoriais de apoio à ciência e tecnologia, ver, neste volume, as entrevistas de ABÍLIO BAETA NEVES e MARIA ANDRÉA LOYOLA, especialmente a nota 19.

<sup>7</sup> ABÍLIO BAETA NEVES é o atual presidente da Capes, tendo assumido em 1995. Ver sua entrevista, neste volume.

No sistema anterior não havia a preocupação com a inserção internacional, por isso as notas 6 e 7 são reservadas aos cursos com doutorado e com inserção internacional crescente. Não sei se isto pode ser aplicado igualmente a todas as áreas, mas certamente, respeitando-se as especificidades das áreas, há que se chegar a um consenso mínimo sobre os critérios que indicariam a inserção internacional de cada área. O conhecimento é universal, portanto discordo da posição de algumas áreas que tentam defender a idéia de que eles estão voltados a problemas locais, e portanto não interessam à comunidade internacional.

**ATUALMENTE, QUAL É O GRANDE DESAFIO  
PARA A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL?**

É muito simples. Somente 39% do corpo docente de todas as instituições federais de ensino superior do Brasil tem doutorado — esse é um dado muito recente. Há universidades federais nesse país cujo corpo docente é composto de apenas 2% de doutores. Assim, acho que é um desafio enorme, o esforço de formação. Estamos com apenas 10% dos jovens em idade adequada cursando a universidade nesse país. O Canadá já está em 100%, os Estados Unidos querem chegar a 100%, a Argentina chega perto de 30%, outros países estão muito acima.

Por isso, o esforço de formação de docentes é tremendo, e acho que esse é o maior desafio do sistema como um todo. Nele a Capes tem um papel fundamental, porque sua missão é preparar essas pessoas.

**MAS A EXPANSÃO É MUITO  
MAIOR NA REDE PRIVADA.**

Exatamente, o desafio é esse, de incentivar a titulação e apoiar esse desenvolvimento, principalmente nas instituições federais. Nenhum país pode almejar que todas as suas universidades sejam de pesquisa. Mesmo nos Estados Unidos existe um desnível muito grande; há universidades que formam pessoas para o mercado, e que vão agir muito bem. Então, talvez possa ser reservada ao setor privado essa tarefa, com algumas raras exceções, como a PUC, honrosa exceção. Mas a instituição federal deve ser a garantia de qualidade do sistema como um todo, para atrair as vocações, desenvolver a ciência e criar a possibilidade de um desenvolvimento científico mais sofisticado e sustentável.

1992-2001

Novos tempos,  
novos desafios

O período abre-se com a gestão de MARIA ANDRÉA LOYOLA, dedicada à informatização e à recomposição das verbas da Capes. Em 1995, toma posse ABILIO BAETA NEVES, que introduz uma série de mudanças, dentre das quais a mais significativa foi o novo sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, que toma como referência padrões internacionais. Nos últimos anos, os desafios globais colocados para a sociedade brasileira fizeram-se sentir também no campo educacional. A expansão do sistema privado de ensino universitário, a demanda crescente pela pós-graduação profissional, a necessidade de incorporação da educação a distância e o questionamento da indissociabilidade do binômio ensino-pesquisa são algumas das novas questões enfrentadas pela Capes.

## MARIA ANDREA LOYOLA

MARIA ANDRÉA RIOS LOYOLA é natural de Pouso Alegre (MG) e formou-se em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, atual Universidade Federal de Juiz de Fora. É mestre em antropologia social pelo Museu Nacional da UFRJ e doutora em sociologia pela Universidade de Paris X (1973). Durante sua permanência na França, foi professora assistente e diretora de estudos convidada da Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales, da Universidade de Paris. De volta ao Brasil, integrou a equipe do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-Cebrap, de São Paulo, e do Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp, e lecionou na PUC-SP até 1995. Professora do Instituto de Medicina Social da Uerj, dirigiu a instituição entre 1988 e 1991. Foi presidente da Capes entre 1992 e 1995. Atualmente é professora titular do Departamento de Ciências Sociais e Saúde do Instituto de Medicina Social da Uerj, universidade na qual é também Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 10 de outubro de 2001.

**A SENHORA ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA CAPES EM 1992,  
DEPOIS DE UMA CARREIRA TODA FEITA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.  
CONTE-NOS UM POUCO SOBRE SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA.**

Sou mineira de Pouso Alegre e formei-me em ciências sociais na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, então instituição privada, que depois se tornou a Universidade Federal de Juiz de Fora. Estava passando férias de Natal na minha cidade e, dançando num baile com o antropólogo Roque Laraia, soube que o Museu Nacional, aqui no Rio, estava oferecendo uma bolsa para um curso de especialização em antropologia social organizado por Roberto Cardoso de Oliveira. Meu sonho, na época, era vir para o Rio para cursar a Escola de Belas-Artes, o que minha família não apoiava. Então, vi nesse curso uma oportunidade. Eram 25 candidatos para três vagas; candidatei-me e passei.

Vim para o Rio em 1960 para fazer o curso em tempo integral; entrava no Museu no máximo às 9:00h e saía às 17:00h, com uma carga brutal de leitura. Foi um curso excepcional. Éramos três alunos com cinco professores, fora os estrangeiros que passavam de vez em quando: Roberto Cardoso de Oliveira, Luís de Castro Faria, Roberto Da Matta, Roque Laraia e Alcida Rita Ramos.

**QUEM ERAM OS ALUNOS, ALÉM DA SENHORA?**

Marcos Rubinger, também de Minas Gerais, importante professor da Faculdade de Sociologia e Política da UFMG, que fazia muito sucesso entre os alunos, comunista convicto; o outro era Júlio César Melatti, que hoje está em Brasília. Pretendia cursar simultaneamente a Escola de Belas-Artes, mas além de o curso ocupar todo o meu tempo, comecei a ler todas aquelas monografias de antropologia que eu não conhecia e achei tudo muito interessante – antropologia é uma disciplina fascinante. E minha carreira de artista plástica começou a terminar nesse momento.

**QUANTO TEMPO A SENHORA PASSOU NO RIO?**

Terminei o curso de especialização em antropologia social e depois um outro de arqueologia no final de 1963.

Logo depois estourou o golpe de 64 e, como já militava politicamente na época, decidi voltar para Juiz de Fora.

Aproveitei para fazer licenciatura, que ainda não tinha feito, pois naquele tempo bacharelado e licenciatura eram separados. Logo fui convidada a dar aulas de sociologia na faculdade; nesse mesmo período, Alexis Stepanenko foi de São Paulo para lá.<sup>1</sup> Começamos os dois a fazer muito sucesso entre os alunos, introduzindo de fato o estudo das ciências sociais naquela faculdade, fazendo pesquisas etc.

<sup>1</sup> Natural de São Paulo, Alexis Stepanenko (1938) estudou na Escola de Sociologia e Política da USP e formou-se pela PUC-RJ em 1964. Formado, transferiu-se para Juiz de Fora (MG), onde lecionou na UFJF e engajou-se na campanha de Itamar Franco para a prefeitura. Uma vez eleito, Itamar nomeou-o assessor especial, encarregado da elaboração de um plano diretor para a cidade. Identificado como parte do Grupo de Juiz de Fora, Alexis Stepanenko foi ministro do Planejamento (1993-94) e da Energia (1994), durante o governo Itamar Franco (1992-95), período em que a entrevistada presidiu a Capes. Ver DHBB (2001).

Na época, houve um processo contra mim, que ficou famoso, saiu até nos jornais do Rio. O próprio catedrático da cadeira de sociologia, que havia me convidado para trabalhar com ele, resolveu abrir um processo contra mim, usando trechos descontextualizados do livro de Kingsley Davis, *A sociedade humana*.<sup>2</sup> Começou a me acusar das coisas mais malucas: o principal era pregar que o homem se origina do macaco! Dizia também que eu era contra o tabu do incesto, a favor do infanticídio como forma de controle da natalidade, do amor livre, do tecnicismo e do comunismo. Enfim, esse processo acabou se transformando num inquérito administrativo conduzido pela Reitoria, onde fui interrogada. O negócio durou um tempão, saiu nos jornais, e acabei uma pessoa malvista na cidade. Na época, eu já lecionava na UFMG, na Faculdade de Sociologia e Política, substituindo o Rubinger, que havia sido preso e depois exilado na Bolívia ou no México, não me lembro bem.

Em 1966, Itamar Franco se lançou candidato a prefeito pelo PTB.<sup>3</sup> Eu tinha começado a trabalhar como socióloga na Industrial Mineira, uma fábrica de tecidos onde, junto com Rosa Stepanenko, coletei um vastíssimo material que depois veio a ser minha tese de doutorado. Lembro que, junto com Alexis, fizemos a primeira pesquisa de opinião da cidade e daquela época; juntamos os alunos da universidade, arrumamos um caminhão e fomos por todos os bairros fazendo pesquisa. Itamar perdia terrivelmente. E ficamos na dúvida: publicamos ou não? Decidimos publicar o resultado. E o que aconteceu foi que o adversário descansou, e nós trabalhamos muito nos pontos fracos do Itamar, que acabou ganhando a eleição.

#### A SENHORA PARTICIPOU DA CAMPANHA?

Eu já tinha tido participação política no Rio. Naquele momento, Itamar era o candidato de esquerda, do PTB, o candidato dos operários; eu tinha uma relação muito próxima com os operários por causa do trabalho na Industrial Mineira; assim, era natural apoiá-lo como candidato. Essa pesquisa deu um balizamento para sua atuação, e ele acabou ganhando; no contexto da época, foi uma vitória quase incompreensível. Acontece que ele não tinha quadros para ocupar o governo, então chamou-me para ser sua chefe de gabinete, que aceitei como coisa provisória, até ele conseguir alguém. E fui ficando, ficando, porque ele nunca arrumava um substituto.

Fui salva pela abertura do mestrado em antropologia no Museu Nacional. Fiz o exame de seleção, passei, e ele não conseguiu mais me prender em Juiz de Fora; mudei para o Rio, para fazer o curso. Um ano depois, fizemos uma pesquisa no Nordeste, foi todo mundo lá do Museu; Lígia Sigaud e eu cobrimos o estado de Pernambuco. Foi quando o regime começou a se fechar cada vez mais. Saiu o AI-5 e, finalmente, fui aposentada junto com o pessoal da UFMG – eu estava licenciada da Universidade de Juiz de Fora para fazer o mestrado – na mesma época em que Fernando Gabeira, meu amigo e vizinho aqui no Rio, era tido como líder do grupo que seqüestrou o embaixador americano. Eu fui a única professora aposentada de Juiz de Fora e minha foto saiu em todos os jornais da cidade, junto com a do Gabeira. Minha fama de bicho-papão cresceu enormemente. Mais tarde, vim a ser homenageada pelo pessoal das ciências sociais da Universidade. Aí Roberto Cardoso de Oliveira me chamou e disse: “Você tem uma bolsa garantida para os Estados Unidos” – a Fundação Ford dava uma bolsa para

<sup>2</sup> *A sociedade humana*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

<sup>3</sup> Eleito prefeito de Juiz de Fora (MG) em 1966, Itamar Franco (1931) voltaria a ocupar o cargo mais uma vez entre 1973 e 1974, ano em que foi eleito senador por Minas Gerais. Nesta função permaneceu por duas legislaturas, entre 1975 e 1989, quando foi eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada por Fernando Collor de Melo. O afastamento deste, seguido do *impeachment*, levou Itamar à presidência da República, primeiro interinamente (1992) e depois definitivamente (1992-1995). Desde então, desempenhou as funções de embaixador do Brasil em Portugal (1995-96) e junto à OEA (1996-98). Atualmente exerce a chefia do governo de Minas Gerais (1999). Ver DHBB (2001).

os melhores estudantes – “e se quiser, posso antecipá-la. Ou você vai para os Estados Unidos ou vai para o interior do Nordeste, porque você está chamando muita atenção aqui para o Museu Nacional.” Respondi: “Não vou para o interior do Nordeste e nem para os Estados Unidos; vou para a França.” Em 1969 embarquei para Paris, para fazer o doutorado sob a orientação de Alain Touraine.

**A SENHORA JÁ TINHA CONCLUÍDO O MESTRADO?**

Só os créditos. Estava justamente no período de fazer a tese. Minha pesquisa ia ser sobre o empresariado do Nordeste, mais precisamente de Petrolina, em Pernambuco. Então, mandei buscar os dados da minha pesquisa sobre operários em Juiz de Fora e comecei a fazer o doutorado com o Prof. Alain Touraine na École de Hautes Etudes.

Foi uma época difícilíssima, porque a experiência de exílio é muito ruim; mas foi muito rica intelectualmente. Frequentei o seminário de Alain Touraine, Raymond Aron, Lévi-Strauss, Foucault, Althusser, Poulantzas e vários outros.

A efervescência na França era total. A comunidade brasileira também era numerosa. Fiz muitos amigos, como Sérgio e Aspásia Camargo, Alzira Alves de Abreu, Celina do Amaral Peixoto, Luciano Martins, Franz Krajberg, Lígia Clark, entre os mais próximos.

Antes de defender a tese de doutorado, precisava defender a de mestrado, o que fiz em 1972. Como não havia ninguém no Museu Nacional capaz de orientar minha tese sobre a classe operária em Juiz de Fora, fui para São Paulo, para ser orientada por Leôncio Martins Rodrigues. Peguei todo o material de Minas, toda a parte referente ao trabalho, à família, a atitudes no trabalho, e em seis meses defendi minha tese de mestrado. Voltei a Juiz de Fora e entrevistei os operários da cidade que tinham participado do movimento operário local e nacional, como Clodesmidt Riani, e Sinval Bambirra, tudo clandestinamente. Foi uma dificuldade para realizar as entrevistas sem expor os operários, todos ameaçados pelo regime militar. Em outubro de 1972, voltei para a França e concluí meu doutorado em junho do ano seguinte.

**QUANDO A SENHORA VOLTOU**

**DEFINITIVAMENTE PARA O BRASIL?**

No final de 1973. Minha vinda ao Brasil tinha sido mais simples do que eu esperava, mas tinha que passar na Polícia, meu passaporte era carimbado, eu só podia viajar com licença do ministro da Justiça. Ainda assim, decidi

voltar, porque chegou um momento em que senti o seguinte: “Terminei meus estudos, estou praticamente casada com um francês. Ou passo o resto da minha vida aqui ou volto para o Brasil.” E confesso que, embora adore a França até hoje – é meu segundo país, de coração e de fato, pois virei francesa por casamento –, eu não tinha a menor vontade de morar lá definitivamente.

Inicialmente, voltei para dar uma espiada, pois não podia trabalhar em instituições públicas federais e meu marido, que era fotógrafo, estava temeroso com a perspectiva de não conseguir trabalho. Fui para São Paulo e comecei a trabalhar na PUC e no Cebrap, numa pesquisa sobre a reprodução humana. Foi também um período muito rico para minha vida acadêmica. Na PUC tive chance de trabalhar com Carmen Junqueira, Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Vilmar Faria e Bolívar Lamounier. O Cebrap era um centro dinâmico e efervescente em termos de discussão e troca de idéias; trabalhei e convivi com pessoas como Fernando Henrique e Ruth Cardoso, Francisco Weffort, Elza Berquó, José Serra, José Artur Gianotti, Vilmar, Bolívar, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Arakcy e Leôncio Martins Rodrigues, para citar apenas os mais conhecidos. Lá fiquei durante seis anos, quando a Uerj decidiu abrir o programa de mestrado em medicina social. Fui convidada para fazer uma pesquisa sobre medicina popular, com um grande financiamento da Finep. Como a situação financeira do Cebrap era irregular e a PUC, naquela época, nunca pagava em dia, resolvi assumir essa pesquisa como um reforço de caixa. Fiz a pesquisa em Nova Iguaçu e depois voltei à França, em 1980, para trabalhar com Pierre Bourdieu. Lá recebi um convite do pessoal do IMS para ingressar oficialmente na Uerj e outro da Elza Berquó para criar o Núcleo de Estudos de População na Unicamp. Durante muito tempo depois que voltei, em 1982, vivi na ponte aérea: Rio, São Paulo – Cebrap e PUC – e Campinas. Aos poucos fui me estabelecendo no Rio.

#### **QUANDO A SENHORA ENTROU FORMALMENTE**

##### **PARA O QUADRO DE PESSOAL DA UERJ?**

Em 1982. Como vêem, tive uma trajetória variada: graduei-me em ciências sociais, fiz mestrado em antropologia, doutorado em sociologia e acabei aterrissando na medicina social, onde estou até hoje. Fiquei fazendo pesquisa e, curiosamente, sempre me mantive distante da administração; não tinha nem vocação nem interesse. Fui eleita coordenadora do mestrado do IMS, contra minha vontade.

#### **QUEM ESTAVA À FRENTE DO**

##### **MESTRADO EM MEDICINA SOCIAL?**

O curso foi criado por Hésio Cordeiro, Nina Pereira Nunes, José Luís Fiori, José Noronha, Reinaldo Guimarães, João Regazzi Gerk e Madel Luz, entre outros. Acontece que, com a instalação da Nova República, Madel foi fazer concurso para titular na UFRJ, Fiori também foi para o Instituto de Economia da UFRJ, Hésio foi presidir o Inamps, José Noronha foi para a Secretaria de Saúde, Reinaldo foi para a Finep, e eu fiquei sozinha com o Regazzi, no meio daquele andar inacabado do prédio principal da Uerj, no qual o IMS estava recém-instalado. Não tinha nem luz. As condições de trabalho eram pavorosas! Para vocês terem uma idéia, o datilógrafo da instituição

<sup>4</sup> A decisão da Câmara dos Deputados de abrir um processo de *impeachment* contra o presidente Fernando Collor de Melo levou o presidente da República, em 2 de outubro de 1992, a se afastar do cargo enquanto perdurasse o julgamento. No mesmo dia, Itamar Franco assumiu como presidente interino, cargo no qual se manteve até a renúncia de Collor, em 29 de dezembro daquele mesmo ano, quando então foi empossado definitivamente. Ver *DHBB* (2001)

chegava para trabalhar às 17:00h, quando saíamos, porque trabalhava em outro turno.

Aí pensei: “Para manter um mestrado é preciso ter pessoal qualificado, gente titulada, pesquisa – ou fazemos alguma coisa ou é melhor voltar para São Paulo.” Fizemos, então, Benilton Bezerra, Ricardo Tavares e eu, um documento-projeto sobre os rumos da instituição. Discutimos esse projeto com todos os professores do IMS, na Casa de Rui Barbosa, e ele foi aprovado. Aí fui ao Hésio e ao Reinaldo e disse: “Quero dinheiro para arrumar isto aqui, pois não temos condições para trabalhar.” Fizemos uma verdadeira revolução lá dentro, porque o mestrado era ligado à medicina, portanto os alunos só podiam ser médicos; com a mudança, ele foi aberto para as ciências humanas. O mestrado continua ligado ao Centro Biomédico, mas já não é mais um mestrado de medicina, é de saúde coletiva. Montamos biblioteca, compramos o primeiro computador. Depois disso, acho até que naturalmente, fui eleita diretora do Instituto, cargo que exerci durante quatro anos. Do mestrado, fui coordenadora cinco anos, acumulando com a direção; ainda na minha gestão abrimos o doutorado. Em 1989, Luís Antônio de Castro Santos assumiu a coordenação do Programa, e eu me afastei.

**DURANTE TODO ESSE TEMPO A SENHORA CONTINUOU  
A MANTER CONTATO COM ITAMAR FRANCO?**

Não, ficamos distantes e nos encontrávamos apenas na época do Natal em Juiz de Fora, onde meus pais moravam.

**Uma vez, estive com ele em Brasília e fiquei surpresa com sua decisão de ser candidato a vice-presidente na chapa de Fernando Collor em 1989.**

Só voltei a me aproximar no finalzinho desse governo, já na fase do *impeachment*, quando ele começou a acreditar que precisava pensar, minimamente, num programa de governo<sup>4</sup>. Itamar fez uma reunião em seu escritório, em Juiz de Fora, onde estavam, entre outros, José de Castro, Marcelo Siqueira, Alexis Stepanenko e Murílio Hingel.

**A SENHORA JÁ CONHECIA MURÍLIO HINGEL,  
FUTURO MINISTRO DA EDUCAÇÃO?**

Sim, pois Alexis e eu o indicamos ao Itamar para ser secretário de Educação da Prefeitura – ele era diretor da Faculdade de Filosofia, quando trabalhei lá, um ótimo diretor, por sinal. Outro que estava presente à reunião era Mauro Durante, que tinha sido meu secretário na Prefeitura. Chamei para outras reuniões desse grupo, realizadas no Rio, Aspásia Camargo e Eustáquio Reis, do Ipea. Sei que fizemos no máximo umas três reuniões, e aí houve o *impeachment*; a partir daí mantive-me afastada e nem fui à

posse do Itamar. Quase um mês depois, estava em Campinas quando recebi um telefonema do Hingel, que tinha assumido o Ministério da Educação, chamando-me a Brasília. Quando cheguei, ele disse simplesmente: “Quero que você assuma a Capes. É um pedido, e não quero ouvir um ‘não’.” Fiquei assustadíssima, porque o meu contato com a Capes era um contato de usuária, da época em que coordenava o mestrado do IMS. Só.

Fui visitar a agência com Rodolfo Pinto da Luz, titular da SESu, que a dirigia interinamente. Conversei com a equipe: Ângela Santana, Abigail Carvalho, José Roberto Alves Correia. Disse a eles: “Na eventualidade de eu aceitar o cargo, qual será a posição de vocês? Ficarão na casa?” Eles responderam que sim, menos a Angela, que estava se afastando para fazer doutorado em São Paulo. Eu lhes disse que, para tomar uma decisão, precisava de toda a equipe, e felizmente ela resolveu ficar, porque sua participação na minha gestão foi fundamental. O problema é que, se eu tivesse que convidar alguém para montar uma equipe para a Capes, naquele momento, não saberia nem quem escolher. Não tinha os nomes nem, sobretudo, o que oferecer: o salário era baixíssimo, e o Collor tinha acabado com os apartamentos funcionais.

Fiquei de pensar e dar uma resposta, mas nem tive tempo de pensar, porque todo dia a Ângela e o José Roberto telefonavam, já me apresentando problemas concretos: “Está acontecendo isso, é preciso tomar providências; está acontecendo aquilo, estão tomando o espaço físico da Capes...” Depois me dei conta de que, embora não oficialmente, já voltei de Brasília presidente da Capes.

#### **ACAPESTINHA ACABADO DE SER TRANSFORMADA EM FUNDAÇÃO.<sup>5</sup> A NOVA ESTRUTURA JÁ ESTAVA FUNCIONANDO A CONTENTO?**

Nada, praticamente. Havia uma grande crise, porque as bolsas não eram pagas; eram pilhas de telegramas de bolsistas reclamando dos atrasos. Então, a primeira providência foi, naturalmente, resolver o problema das bolsas.<sup>6</sup> Tive muita sorte, porque o Hingel me deu total autonomia e total apoio. Depois, conversei com Eunice Durham e Sandoval Carneiro Júnior, ex-dirigentes, mas acho que ainda não estava preparada para ouvir o que disseram, pois muita coisa só fui entender depois.<sup>7</sup>

Eunice descreveu os programas, Sandoval insistiu muito num concurso para mudar a logomarca, Rodolfo Pinto da Luz falou um pouco dos funcionários. Eu tinha tomado a decisão de não prescindir de ninguém, porque precisava de todos para poder tocar a casa e não pretendia fazer o que comumente acontece, começar do zero. Queria dar continuidade ao que já começara a ser feito e tinha uma idéia de como essas coisas públicas são difíceis de construir e fáceis de serem desfeitas. Resolvi fazer uma administração em equipe, como sempre fiz, sempre faço. Fui resolvendo os problemas à medida que foram surgindo.

#### **VÁRIOS ENTREVISTADOS PARA ESTE LIVRO CLASSIFICAM SUA GESTÃO COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS NA CAPES, NO TOCANTE AO APORTE DE RECURSOS. COMO A SENHORA CONSEGUIU AUMENTAR AS VERBAS DESTINADAS À AGÊNCIA?**

Na primeira conversa com o ministro da Educação e com o presidente, decidimos atacar primeiro o problema do pagamento das bolsas. Assim,

<sup>5</sup> A lei n. 8.405, de 9 de janeiro de 1992, autorizou o presidente da República a transformar a Capes em fundação.

<sup>6</sup> Sobre a situação encontrada pela entrevistada, ver os depoimentos de Eunice R. Durham, Sandoval Carneiro Jr., e Maria Tereza d'Oliveira Rocha, neste volume.

<sup>7</sup> Ver entrevistas de Eunice Durham e Sandoval Carneiro Júnior neste volume.

<sup>8</sup> Sobre a recomposição de verbas, ver também, neste volume, as entrevistas de Eunice R. Durham, Abílio Baeta Neves e Elionora Maria Cavalcanti de Barros.

<sup>9</sup> Abílio Baeta Neves é o atual presidente da Capes, tendo assumido em 1995. Ver sua entrevista neste volume.

no segundo ou terceiro dia da gestão, pagamos todas as bolsas atrasadas; o segundo problema era como manter em dia esse pagamento. Conversei com meu diretor administrativo, José Roberto Alves Correia, e fizemos um cronograma – para poder pagar no dia 1º do mês, era preciso começar o processo no dia 5 do mês anterior. Começamos a procurar todas as pessoas responsáveis, como o Márcio, responsável pelas finanças do MEC, que se tornou um grande aliado, ajudou muito.

Fizemos o caminho do dinheiro e conseguimos um compromisso das pessoas nos diversos pontos desse caminho, para liberar rapidamente os recursos; organizamos o fluxo. No final, acho que conseguimos forçar um pouco a burocracia – enorme, pesadíssima – a levar a sério os bolsistas.

#### O ORÇAMENTO DA CAPES

##### ALTERAVA-SE DE ANO PARA ANO?

Não enormemente, mas aumentava ou diminuía ao sabor da conjuntura. Mas fui ganhando espaço e legitimidade, até que no final da minha gestão cheguei ao orçamento que queria, e normalmente graças ao apoio do ministro, que permitiu que reincluíssemos no orçamento os recursos destinados a apoiar a infra-estrutura das universidades.<sup>8</sup> Quando entrei, o orçamento da Capes era só bolsa, e com atraso. Conseguimos primeiramente manter as bolsas atreladas aos salários dos docentes, o que implicou um aumento no seu valor. Em seguida, que o Itamar determinasse que bolsa era igual a salário, não podia atrasar; isso foi decisivo. Como resultado, os recursos chegavam em tempo hábil; o resto era seguir o fluxograma. E o José Roberto foi realmente uma peça fundamental; muito bom, cabeça muito criativa; devo muito à sua habilidade. Para o exterior, passamos a remeter o dinheiro com antecedência; os bolsistas recebiam três meses de uma vez, e assim já sabiam que teriam tranquilidade pelos três meses seguintes.

Outra pressão muito forte vinda do exterior resultava da decisão tomada pela Eunice de reduzir o tempo de bolsa na França; havia cartas, pedidos, uma reclamação generalizada. Concordei que, de fato, não tinha sentido passar quatro anos fora. Em função disso, comecei a atacar o setor externo da Capes, pois era tudo muito caro – cada aluno no exterior custava quase 25 mil dólares por ano. Procurei, então, racionalizar: em vez de aumentar o tempo de duração da bolsa, atacar os problemas que retardavam os doutorados no exterior, e acho que desenhei uma verdadeira política para o setor, à qual Abílio Baeta Neves deu continuidade e cujo ponto principal era trabalhar, cada vez mais, através de acordos de cooperação, do tipo Capes-Cofecub.<sup>9</sup>

## QUE MODIFICAÇÕES A SENHORA

### INTRODUZIU NO ACORDO CAPES-COFECUB?<sup>10</sup>

O Acordo Capes-Cofecub começou em 1974 como um programa criado para apoiar o Nordeste; era um projeto de pesquisa conjunta. Havia uma missão inicial: levava-se o nordestino para a França, com o objetivo de identificar um parceiro para a cooperação; aí vinha o professor francês e selecionava alunos para fazer mestrado e doutorado – na época, muitos nordestinos se formaram na França. Mais tarde, o Rio Grande do Sul descobriu o Capes-Cofecub; aí começou a haver uma enorme quantidade de bolsas francesas para o estado. Em seguida, o Sudeste, outras universidades incorporaram o programa e, como resultado, o Nordeste voltou à mingua, e o Capes-Cofecub começou a servir para todas as universidades, basicamente aquelas da Região Sudeste.

Com a ampliação do Capes-Cofecub, fomos cortando as bolsas de mestrado, porque com a melhoria de nosso sistema de pós-graduação não havia mais sentido formar mestres no exterior; ficaram as bolsas de doutorado, *doutorado-sanduíche* e as missões de pesquisadores dos dois países. As bolsas de doutorado foram mantidas em três anos, e para isso tivemos que convencer as universidades francesas a deixar de exigir dos brasileiros o DEA (Diplôme d'Études Approfondies), curso de introdução ao doutorado, de um ano, obrigatório na França. Promovemos um grande seminário em Brasília, convidamos reitores e professores de diferentes áreas de conhecimento e de diversas universidades francesas, para conhecer o nosso mestrado.

Além de ouvir nossos docentes e pesquisadores e de examinar nossas teses de mestrado, eles visitaram universidades de todas as regiões do país. E saíram impressionados, pois, de fato, o nosso mestrado – alguns eram verdadeiros doutorados – é infinitamente mais abrangente e aprofundado do que o DEA deles. Concordaram em dispensar nossos estudantes daquele curso. Mas como as universidades francesas são autônomas, essa dispensa foi individualizada, ou seja, por adesão de cada uma. Criamos, então, junto com os franceses, a rede Santos Dumont, formada pelas universidades que aderiram à proposta de dispensar novos bolsistas do DEA. A mesma rede formamos depois com a Inglaterra, chamada Margareth Mee.

Os resultados gerais do Acordo são discutíveis; há projetos muito bons, que conseguem fazer, de fato, pesquisas ou publicações conjuntas, lá e aqui e sobre o mesmo tema; há outros menos bons. Mas o Acordo Capes-Cofecub sempre me pareceu o mais consistente de todos os programas de cooperação internacional.

Entretanto, um defeito do programa é que ele sempre foi muito desequilibrado, uma coisa de brasileiros indo para a França como alunos, e franceses vindo para o Brasil como professores. Agora está mudando um pouco; no meu projeto, por exemplo, tenho alunos franceses. Mas há também um problema de critérios, regras, pelo lado francês. O governo brasileiro financia os bolsistas que vão para a França, o que é muito importante; a instituição francesa apenas os acolhe – e não há contrapartida, não há no sistema francês uma agência que cumpra para lá esse papel que a Capes e o CNPq cumprem para o Brasil: financiar bolsistas. Essa foi uma reclamação sempre presente na negociação. Existe uma bolsa do Ministério da Educação da França, bolsa Lavoisier, mas é muito pequena.

<sup>10</sup> Sobre o Acordo Capes-Cofecub, ver neste volume as entrevistas de Edson Machado de Sousa, Maria Tereza d'Oliveira Rocha e Suzana Gonçalves, sobretudo a nota 12.

<sup>11</sup> A respeito das distorções regionais, ver ainda, neste volume, as entrevistas de Darcy Closs, e Eunice R. Durham.

<sup>12</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de Eunice R. Durham, Abílio Baeta Neves e Amadeu Cury, neste volume.

O problema maior é a extrema competitividade do sistema francês. Os alunos sabem que, se saírem de lá, quando voltarem seu lugar já estará preenchido. Eles têm interesse em ir para os Estados Unidos, mas não em vir para cá, porque o Brasil não dá prestígio, não dá currículo, não contribui de maneira significativa para a carreira do pesquisador francês. Os próprios pesquisadores, quando vêm, é por um período muito curto; os grandes nomes ficam apenas uma, duas semanas. Essa é a realidade.

**QUE OUTROS ACORDOS INTERNACIONAIS  
A SENHORA IMPLEMENTOU?**

Fizemos acordos com a Alemanha, a Inglaterra, a China, e deixei vários encaminhados; depois, o Abílio fez acordo com outros países, Portugal, Espanha inclusive com os Estados Unidos, o que é muito complicado por ser um sistema muito heterogêneo. Chamei também as embaixadas para um trabalho conjunto, dar mais apoio aos nossos bolsistas, para trabalhar junto com as associações de bolsistas. Assim, conseguimos aumentar o número de bolsas no exterior, com os mesmos recursos orçamentários. E, o que foi muito importante para dar suporte a essas ações, reorganizamos a Divisão de Cooperação Internacional da Capes, que estava uma bagunça; foi muito bom o trabalho que Isabel Canto fez nesse sentido.

**O ACORDO CAPES-COFECUB VISAVA, NO INÍCIO, DIMINUIR  
AS DESIGUALDADES REGIONAIS EXISTENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO  
BRASILEIRA. AO ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DA CAPES,  
QUAL FOI SUA IMPRESSÃO SOBRE ESSAS DISTORÇÕES?**

Fiquei chocada quando constatei o exagero da concentração dos recursos no Sudeste e, sobretudo, naquelas universidades mais ricas.<sup>11</sup>

Considero o sistema de mérito uma das pedras de toque da Capes; graças a ele conseguiu-se montar cursos de altíssimo nível aqui no Brasil. Nem pensar em mexer nisso. Mas é também um sistema perverso, que atua como uma bola de neve, como a reprodução do capital: quem tem mais leva mais.

Assim, era preciso criar algumas políticas compensatórias. Eunice já tinha dado um pontapé inicial no programa Norte-Nordeste; até pedi que permanecesse ajudando o dr. Amadeu Cury, pessoa notável, que assumiu a Coordenação dos Programas e que fez um grande esforço para fazê-los andar.<sup>12</sup> Meu objetivo era desenvolver o Programa Norte e Nordeste de Pós-Graduação. Mas era bastante complicado, porque além da dificuldade para fixar doutores e pesquisadores na área, os reitores tinham muita resistência em aceitar a existência dessa diferença. Sentiam-se diminuídos,

queriam os recursos mas não a intervenção; os professores estabelecidos naquelas regiões têm muito medo da competição com o pessoal do Centro-Sul. Mas todo mundo quer uma pós-graduação, porque dá prestígio. Não sei como evoluiu o programa, mas quando deixei a presidência o Programa Norte já estava pronto, e o Programa Nordeste estava delineado. Parte dos recursos orçamentários que consegui no final, foi porque o Hingel concordava que era crucial desenvolver aquelas regiões.

**QUAIS ERAM AS LINHAS MESTRAS DO  
PROGRAMA NORTE E NORDESTE?**

Pretendíamos montar cursos em áreas estratégicas da região, que contribuíssem de alguma maneira para o desenvolvimento regional. A idéia era selecionar universidades com um mínimo de estrutura, capazes de receber núcleos iniciais e apoiá-los com recursos, incentivando pesquisadores experientes e recém-doutores a se transferirem para lá e a orientarem teses e pesquisas sobre problemas regionais. E que depois esse núcleo se fosse irradiando, tanto em termos de produção científica, como de massa crítica, de pessoal qualificado para outras universidades da área. Entretanto, o programa se concentrou mais no Norte; no Nordeste conseguimos pouca coisa, um projeto que ficou inacabado. Mas fizemos várias reuniões com os reitores e coordenadores de pesquisa e pós-graduação.

**O MESTRADO INTERINSTITUCIONAL E O PROGRAMA  
INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE, O PICD, NÃO SÃO  
TAMBÉM UTILIZADOS COMO POLÍTICA COMPENSATÓRIA?<sup>13</sup>**

Sim, mas havia problemas. No PICD o aluno vinha se formar no Sudeste e não retornava; os melhores ficavam por aqui. Quanto ao mestrado institucional, a maneira como era feito não criava nenhum centro de excelência, não fixava ninguém, porque os professores iam lá, davam aula, passavam 15 dias, no máximo, não podiam dedicar-se corretamente à orientação de teses, porque se pretendia que fossem desenvolvidas a partir de problemas regionais e locais, e não sobre temas apenas do interesse dos professores ou de seu campo intelectual. Se o aluno quisesse fazer pesquisa, teria que ser, na maioria das vezes, no assunto em que ele trabalhava, o que nem sempre contribuía para o interesse regional – às vezes, até colidia.

**POR QUE A SENHORA EXTINGUIU A  
“BOLSA TERCEIRA IDADE”?**

Essa bolsa tinha sido criada pela Eunice, na onda das aposentadorias precoces, para reter os professores na universidade. O sistema de avaliação era muito complexo, havia grande insatisfação, e a bolsa acabou virando uma complementação salarial para os professores da universidade. Decidi acabar com ela – houve uma grita enorme – e criar a Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico das universidades menos favorecidas, cujo valor passou a ser equivalente ao salário pleno do professor titular, para ser atraente. Conversei com o CNPq, que concordou em participar do projeto. A idéia era dirigir essa bolsa a professores ainda jovens mas já aposentados, que quisessem continuar a carreira em outra universidade do Norte ou do Nordeste, ou em outras que solicitassem esse tipo de ajuda. Os reitores tinham que se comprometer com algum apoio: moradia, instalação, algum

<sup>13</sup> Sobre o PICD, ver as entrevistas de Darcy Closs, Cláudio de Moura Castro, Edson Machado de Sousa, Eunice Durham e Elionora Cavalcanti de Barros, neste volume, além de Córdova (1996).

<sup>14</sup> Sobre o assunto, ver as entrevistas de Suzana Gonçalves, Celso Barroso Leite, Darcy Closs, Edson Machado de Sousa, Eunice R. Durham, Sandoval Carneiro Jr., Reinaldo Guimarães e Simon Schwartzman, neste volume.

tipo de incentivo. A Capes dava a bolsa para o professor, o CNPq dava cinco bolsas de iniciação científica e mais um dinheiro para o enxoval, para compra de computadores, livros etc. Isto começou a funcionar de maneira incipiente, mas não sei por quê, o Abílio acabou com essa bolsa. Era uma tentativa de tentar diminuir a concentração regional, sem mexer no sistema de mérito.

#### COMO ERAM AS RELAÇÕES COM O CNPQ?

De um lado fáceis, de outro muito difíceis. Eu me entendia muito bem com o prof. Lindolpho de Carvalho Dias, seu presidente à época, mas a instituição tinha um movimento próprio. Sempre achei um absurdo a Capes não trabalhar junto com o CNPq, até porque ele também distribuía bolsas. Ficávamos esperando o CNPq distribuir as suas para podermos distribuir as nossas, porque ele só dava bolsa para cursos A e B – em alguns casos, só para cursos A –, e a Capes tinha que cobrir o resto do sistema. No final, e com muito custo, acabamos estabelecendo um critério comum de distribuição, que o CNPq acabou não pondo em prática.<sup>14</sup>

#### O QUE ERA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CONCEBIDO EM SUA GESTÃO?

Esse foi outro projeto que tentei desenvolver, mas que também não foi para frente – soube que o Abílio o está retomando.

**Esse Programa nasceu da constatação de que minhas decisões na presidência da Capes eram bastante solitárias, mas tinham repercussão nacional e até internacional.**

O apoio da comunidade científica é muito importante, mas ela é muito setorizada e interessada – os grupos que estão lá defendem os interesses das suas instituições, das suas áreas. E o presidente tem que tomar decisões que transcendem interesses apenas acadêmicos e/ou corporativos. Minha idéia era tentar, aos poucos, dirigir os investimentos para as próprias universidades, para estimulá-las a refletir sobre o assunto e elaborar seus próprios projetos: “Essa área aqui precisa de um curso desse tipo, existe mercado, mas não temos pessoal para fazer.” O papel da Capes seria: “Muito bem, vamos formar esse pessoal, depois vamos apoiar.” Coisas de mais longo prazo. E que a Capes pudesse até dar cotas de bolsas, como de *doutorado-sanduiche*, por exemplo, e a universidade que administrasse e prestasse contas à Capes, que ficaria como avaliadora. Muito mais que avaliar os cursos, a Capes avaliaria os projetos de cada universidade para a formação de recursos humanos de alto nível, em consonância com seus cursos de graduação, com os problemas de sua região, de acordo com sua localização e especificidade; em dois, três anos a agência avaliaria se a universidade

cumpriu ou não o projeto apresentado. Em vez de ficar avaliando os cursos, seria dada à universidade autonomia para implementar seu projeto, que a Capes avaliaria e depois cobraria os resultados, distribuindo os recursos de acordo com eles.

**EMBORA SEJA CORRETO DAR ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
MAIOR RESPONSABILIDADE NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA  
DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, A LENTIDÃO  
QUE CARACTERIZA SUA ATUAÇÃO NÃO PODERIA CONSTITUIR  
UM OBSTÁCULO À IMPLEMENTAÇÃO DESSE PROJETO?**

O risco é imenso, mas o investimento não seria feito na universidade como um todo, porque essa é uma atribuição do MEC, e não da Capes. Na verdade, o que eu pretendia era levar as universidades a pensar que tipo de recursos humanos estão formando e para quê?

Vou dar um exemplo. Quando se abria um curso novo, era preciso um parecer sobre o mérito. Mesmo sendo aprovado, no mérito, permanecia uma questão fundamental: “Esse curso é, de fato, necessário? Porque, se entrar no sistema, teremos que destinar recursos a ele. O Brasil precisa ou não disso? Não estamos chovendo no molhado?” Discutimos muito isso no GTC e decidimos pedir mais informações sobre esses cursos novos: se ia para tal região, qual era a situação da região, que cursos havia ali, qual era a demanda. E chegamos a produzir um documento com alguns critérios, além do mérito, para subsidiar a tomada de decisões do GTC.

Enfim, eu considerava que a universidade também tinha que dizer uma palavra sobre isso. Sobretudo, queria que a universidade parasse para pensar no que estava fazendo, não jogar a responsabilidade toda em cima da Capes. E um dos pontos de preocupação era a relação com a graduação. Ter uma pós-graduação que não tem nada a ver com a graduação, nem com o mercado é uma política complicada de defender. Mas é muito difícil implantar nas universidades uma cultura de planejamento, de utilização racional dos recursos. As pessoas não querem, acham que têm que receber os recursos sem nenhum ou com um mínimo compromisso com sua utilização – reclamam até do preenchimento dos formulários – sem prever o retorno que aquele recurso de fato deve dar.

**COMO SE DESENVOLVEU O PROGRAMA  
DE COMPRA DE PERIÓDICOS?**

Foi uma tentativa dentro das propostas, existentes e previstas, para diminuir a heterogeneidade do sistema, mas acabou acontecendo de repente e de forma regionalmente não discriminada. No final de 93, havia algum recurso sobrando, e o José Roberto me disse: “Temos um mês para gastar esse dinheiro.” Discutimos e decidimos: “Vamos comprar periódicos para os cursos de pós-graduação.” José Roberto advertiu: “Mas não há tempo para as licitações.” Lembro que passamos telegrama, mandamos ofício, eu própria fui para o telefone, falei com todos os reitores. Como não havia tempo, a única condição é que eles tinham que se responsabilizar pelas licitações; para os que mandassem a relação, nós compraríamos. Resultado: em um mês adquirimos periódicos para quase todas as universidades, menos para a USP, que se recusou a assumir a responsabilidade pelas licitações; simplesmente, mandou um parecer favorável do setor jurídico, mas não quis assumir.

<sup>15</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de Edson Machado de Sousa, Eunice R. Durham, Sandoval Carneiro Jr. e Abílio Baeta Neves, neste volume.

Depois, isso acabou virando um outro programa da Capes, fundamental também, para alimentar as bibliotecas, sobretudo de periódicos, porque muitas universidades não tinham material nenhum nessa área.

#### QUE MODIFICAÇÕES A SENHORA

##### INTRODUZIU NA ESTRUTURA DA CAPES?

Quando cheguei, quase caí para trás. Comparada a outros prédios de Brasília, todos suntuosos, a Capes era praticamente uma favela. Tinha cinco computadores, sendo que três não funcionavam. E aqueles processos todos empilhados, bolsas contadas à mão! Eu pedia dados, não havia; informação, nenhuma. A história da Capes era zero. Existe um famoso porão no MEC, cheio de documentos, mas na prática indisponíveis, devido à dificuldade de acesso; na própria Capes não havia nada, até porque também não havia espaço. Foi para preservar a memória da agência que resolvi retomar as publicações, há muito interrompidas, lançando o Infocapes e outras publicações do tipo: *Cursos de mestrado e doutorado*, *Cursos de pós-graduação lato sensu*, *A avaliação e seus resultados* etc. E o Abílio continuou e ampliou o elenco de publicações da Capes, melhorando inclusive a apresentação, que está melhor e muito bonita. No processo de reformulação da agência, mexi inclusive em sua estrutura.

A Capes tinha acabado de se transformar em Fundação, e seu Conselho Superior era presidido pelo titular da Secretaria de Educação Superior do MEC. Considerei um absurdo, uma fundação sem autonomia. Tive que fazer todo um trabalho político para isso; o Rodolfo cooperou, concordando em abrir a primeira sessão do Conselho Superior, com ele na presidência, já pedindo a aprovação de um novo regimento, em que o Conselho passaria a ser presidido pelo presidente da Capes. Isso deu um trabalho danado, pois precisou passar por várias instâncias jurídicas, tanto que só reuni o Conselho Superior duas vezes, porque não queria reuni-lo enquanto não estivesse acertada essa situação.

Conversei com a Eunice sobre isso, e ela me disse que achava que a Capes não poderia ser um órgão totalmente autônomo, tinha que estar ligado ao MEC de alguma maneira. E talvez seja por isso que o Abílio acumulou, durante muito tempo, a Capes com a SESu. Já eu pensava diferentemente. É claro que ela tinha que ter uma ligação com o MEC. Eu estava hierarquicamente submetida ao ministro, fazia parte de sua equipe, participava de todas as reuniões.

Mas achava que a Capes tinha que ter uma autonomia relativa, não podia ser um órgão subsidiário da SESu.

Até porque, se a SESu recebesse poucos recursos, eu morria de medo de eles meterem a mão nos recursos da Capes.<sup>15</sup>

Outro problema de organização era o quadro de pessoal. Os funcionários da Capes não faziam parte da carreira de ciência e tecnologia. Essa era outra situação esdrúxula, que procurei encaminhar. Também não foi fácil, mas acabou saindo. Realmente, era estranho: por que o pessoal do CNPq faz parte da carreira de ciência e tecnologia e o da Capes não? Isso implicava um aumento salarial significativo para os funcionários da Capes, que eles reivindicavam com razão. Tinha ainda a assistência médica dos funcionários, a assistência previdenciária; éramos uma grande família, totalmente desinstitucionalizada.

Além disso, grande parte do pessoal da Capes era cedido, pertencia à UnB e a outros órgãos da administração federal. Não havia um corpo específico de funcionários, ou melhor, havia mas era reduzido, face às necessidades do órgão, e não se podia contratar ninguém; para conseguir alguém, era preciso garimpar. Era insuportável. Isso foi a coisa que me deu mais trabalho: ficar no telefone conversando com a direção de outros órgãos para conseguir funcionário. Mas conseguimos algumas melhorias com a implantação de um plano de racionalização administrativa e de capacitação de recursos humanos e com a simplificação de procedimentos, sobretudo com a informatização.

#### **FOI POR ISSO QUE A SENHORA ACELEROU OS TRABALHOS DE INFORMATIZAÇÃO DA CAPES?**

Eunice já havia pensado no assunto, e não sei se ela ou o Sandoval já tinham entrado em contato com a Coppe para isso. Quando cheguei decidi tocar para frente. Então, para começar de fato o programa de informatização, era preciso comprar computadores e montar uma equipe dentro da própria Capes. E pessoal para isso? Conseguimos alguns da TV Brasília, alguns do Prodeman e montamos um núcleo. Compramos computadores, os programas foram criados, e quando saí já estava funcionando o programa de bolsas, e vários outros já estavam montados. A informatização só não terminou na minha gestão porque a Coppe, responsável pela implantação do programa, atrasou bastante diversas etapas.

Fiz também modificações nas instalações físicas da Capes: dupliquei o espaço, mandei comprar novos móveis – as licitações deram um trabalho enorme – e promovi um concurso para escolher a nova logomarca da Capes, idéia iniciada na gestão do Sandoval; ganhou um bolsista que estava nos Estados Unidos.<sup>16</sup> Fiz uma apresentação pública da logomarca, com a presença do ministro, e convidei o Sandoval para entregar o prêmio ao vencedor. Comecei a escrever para todos os ex-bolsistas da área de arte, pedindo que mandassem quadros para expor na Capes, o que eles fizeram. Todos aqueles quadros expostos na Capes até hoje, alguns de excelente qualidade, são de ex-bolsistas. Fiz também um *vernissage* com a presença dos artistas e do ministro. E felizmente o Abílio continuou e ampliou esse processo de modernização. Quando comparada com outros órgãos públicos e principalmente com aqueles do MEC, a Capes é um primor!

#### **OS FUNCIONÁRIOS DA CAPES SÃO CONSIDERADOS DIFERENTES DOS DE OUTRAS AGÊNCIAS E ÓRGÃOS FEDERAIS, QUANTO À DEDICAÇÃO. A SENHORA CONCORDA?**

É impressionante que, com o número reduzido de funcionários, a Capes

<sup>16</sup> A respeito do episódio, ver a entrevista de Sandoval Carneiro Júnior, neste volume.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, Elionora Maria Cavalcanti de Barros, cuja dissertação de mestrado, *Política de pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica*, foi publicada pela editora da Universidade Federal de São Carlos (SP) em 1998.

consiga realizar tanta coisa. Na época, o trabalho nem era informatizado. É realmente um pessoal que trabalha com uma dedicação fora do normal. Não são todos, também lá há pessoas que não gostam de trabalhar, mas é uma minoria. E outra coisa, em relação às atividades que desenvolvem, são funcionários relativamente pouco qualificados do ponto de vista da escolaridade. A carreira da Capes também foi criada na minha gestão. Tenho o maior orgulho quando vejo saírem as primeiras teses do pessoal da casa, todas elas sobre a própria Capes.<sup>17</sup> Mas também sob esse aspecto a continuidade é importante; os funcionários mais qualificados e experientes da Capes, como Rosana, Elionora, Tereza Rocha, Zena, Catarina, Fernando, Deuziana, Graça, Ana Maria, Lucy e Rúbia, entre outros, estão sempre lá. Os que saíram, foram para outros cargos mais elevados – como a Ângela, que foi minha diretora de Programas e, além de me ajudar muito, foi uma peça fundamental para a manutenção da Capes, quando o governo Collor tentou extingui-la – ou para fazer doutorado, como a Isabel e a Denise, que foi minha chefe de gabinete. Pois é, tudo mulher e esta é outra característica da Capes, que tem muito a ver com o seu sucesso. A Capes é eminentemente feminina, tanto no nome como em sua maneira de ser e de trabalhar.

**A REESTRUTURAÇÃO PERMITIU A RECRIAÇÃO  
DA CAPES EM NOVAS BASES, MAS A AUTONOMIA  
DESEJADA JAMAIS FOI ALCANÇADA, NÃO É?**

Realmente, ela jamais se tornou totalmente autônoma. Como todo órgão federal, a Capes depende de recursos e da política de pessoal do governo federal como um todo; seu orçamento é autônomo, mas vinculado ao orçamento do MEC. De outro lado, conseguimos que ela não ficasse subordinada à SESu.

**A SENHORA MODIFICOU O  
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES?**

Não, tentei apenas aperfeiçoá-lo. Em áreas como saúde, medicina e as agrárias, havia um coordenador para uma infinidade de subáreas diferentes, então as avaliações deixavam muito a desejar.

**Minha primeira proposta em relação à avaliação foi a divisão das áreas, o que implicava a divisão do Conselho Técnico Científico, que passou a contar com 16 membros. Isso deu uma reclamação danada.**

Agora, eu não poderia aumentar o número de áreas sem mexer na composição política do CTC, pois para cada área havia um coordenador, daí a grita. Como a importância da subdivisão era mais ou menos consensual, sobretudo para as áreas mais atingidas, ela foi feita.

O segundo ponto delicado era a avaliação em si, que já naquela época tinha problemas. O principal era que os critérios já não discriminavam mais, e a maior parte dos cursos tinha conceito A. Todo o meu esforço naquele período foi no sentido de redesenhar, apertar o perfil do curso A. Foram feitas várias reuniões, primeiro com subáreas, depois com as áreas e com as grandes áreas, cada uma aperfeiçoando seus critérios, até haver um consenso, que ficou sendo o modelo do curso A. Embora isso resolvesse o problema da heterogeneidade das áreas, significava, naturalmente, que muitos cursos cairiam para B, o que não chegou a acontecer, pois a avaliação seguinte se deu já na gestão do Abílio, que alterou todo o sistema. Criamos também um novo conceito, o de excelência, acima do A. Para esse, a avaliação era voluntária; quando o curso se sentisse em condições de pleitear esse nível de excelência, solicitaria uma avaliação. Aí sim, seria necessário ter consultores do exterior, pois envolvia uma avaliação realmente aprofundada, quantitativa e qualitativa.

Para os novos cursos, a proposta era que o investimento fosse feito ao contrário do que ocorria então; em vez de ficarem um tempo no limbo esperando a avaliação, receberiam logo no início um investimento equivalente a A e B porque, se permitíamos que o curso funcionasse, tínhamos que apostar nele. Depois de certo período, o curso era avaliado e ficava no seu devido lugar, com A, B ou C. Finalmente, para os cursos D e E, fizemos um programa diferenciado de investimento, que chamamos internamente de UTI: em vez de abandonar o curso, tentávamos ajudá-lo de forma intensiva, dando também um prazo, findo o qual, se ele não melhorasse era retirado do sistema.

Enfim, essa política não foi adotada, a composição do CTC foi mudada, e não sei se isso foi bom ou ruim. Nas reuniões de pró-reitores, por exemplo, é terrível, há muita reclamação. Na minha área, Saúde Coletiva, foi um desastre, porque os critérios foram redefinidos pela grande área; então, voltou aquele funil, tanto que a minha produção, por exemplo, não vale nada para o meu curso, porque nas revistas que eles selecionaram, todas da área médica, eu não publico. Teriam que incluir as grandes revistas da minha área, das ciências sociais. Estamos brigando, fizemos reuniões, documentos contra isso. Além disso, o critério de publicação internacional em revistas reconhecidas, quando generalizado, é problemático.

O modelo adotado tem, a meu ver, nefasta inspiração nas ciências exatas. É um modelo oriundo dos pesquisadores do CNPq, que a Capes incorporou. E há áreas que não se adaptam bem. Veja história, por exemplo; a pessoa pode ser um excelente pesquisador e ter uma inserção internacional reduzida, porque se dedica a temas da história do Brasil com escasso interesse por parte da comunidade internacional. O mesmo acontece com temas da sociologia e da antropologia, diferentemente do que ocorre nas áreas de biologia, física ou matemática. Por exemplo, um excelente trabalho de políticas públicas não tem, em princípio, o menor interesse para o público fora do Brasil, tem que ser publicado aqui. Eu já publiquei artigos e livros no exterior, mas tenho outros trabalhos que não são interessantes lá fora. Esse é um problema sério, que precisa ser corrigido na avaliação.

Essa necessidade de inserção internacional está gerando distorções curiosas. Há um professor na biologia da Uerj que, quando discutimos a possibilidade de criar uma revista de pesquisa, considerou que a publicação

<sup>18</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de Cláudio de Moura Castro, Abílio Baeta Neves e Simon Schwartzman, neste volume.

<sup>19</sup> Os fundos setoriais de ciência e tecnologia são um novo tipo de financiamento criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em apoio à infra-estrutura, ao desenvolvimento e à pesquisa científica e tecnológica. Atuam na seleção de setores e projetos considerados estratégicos e da aplicação de recursos por meio de uma gestão compartilhada entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, os ministérios relacionados à atividade, as agências reguladoras setoriais, a iniciativa privada e a academia, através de um comitê gestor. Os recursos, provenientes de diversas origens, são alocados no FNDCT, com exceção do Fundo de Telecomunicações. Ver [www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br), e as entrevista de Abílio Baeta Neves Eduardo Krieger, neste volume.

deveria ser escrita em inglês, caso contrário não seria lida; em parte ele tem razão, mas não vamos exagerar. Aliás, a revista da Academia Brasileira de Ciências é toda em inglês. Escrevi uma cartinha para eles, dizendo que isso é um absurdo; pode ser bilíngüe, ter resumo em inglês, mas publicar toda a revista da Academia *Brasileira* de Ciências exclusivamente em inglês?! Acho um exagero, uma rendição cultural.<sup>18</sup>

**COMO A SENHORA VÊ O PAPEL DOS FUNDOS SETORIAIS E  
A POSIÇÃO DA CAPES DIANTE DESSA NOVA CONJUNTURA?<sup>19</sup>**

Em princípio, como uma coisa muito boa e oportuna; sua administração é que me preocupa. O fato é que os recursos da Capes não vêm aumentando efetivamente, em relação ao que seria necessário. Através dos fundos, todos os recursos importantes foram parar no Ministério de Ciência e Tecnologia. Lá, a ênfase é em pesquisa, ciência e tecnologia. Em termos de divisão de trabalho, a Capes sempre ficou mais encarregada da formação de recursos humanos. Então, meu receio é que o investimento na formação de recursos humanos num sentido mais humanista, mais amplo, como foi até hoje a função da Capes, acabe definhando completamente. E acabemos formando apenas pesquisadores, e dentro de áreas tecnológicas, que levam ao desenvolvimento tecnológico do país e das empresas. Não tenho nada contra isso, ao contrário; mas receio uma radicalização nesse sentido.

Receio também que isso possa levar ao desmonte das agências e das universidades. O formato dos fundos resulta em que os recursos a eles destinados não vão ser administrados pelas agências, mas por um comitê especial MCT e dirigido a grupos interinstitucionais e empresariais. De um lado, isto induz à comunicação entre pesquisadores – que, de um modo geral, trabalham individualmente ou em grupos isolados –, o que é muito bom. No Brasil, a pesquisa se desenvolveu junto com a pós-graduação, dentro da universidade. Então, fico preocupada também com o futuro da pesquisa na universidade. Mas talvez ela seja reforçada.

**O que me preocupa mais é essa postura dominante, toda ela centrada numa visão tecnológica da ciência.**

O desenvolvimento das humanidades, das artes e das ciências sociais é um patrimônio da humanidade, e nenhuma sociedade pode pretender desenvolver-se de fato se não tiver uma boa filosofia, uma sociologia, uma antropologia, uma história bem feitas.

**TALVEZ POR ISSO ESSAS REUNIÕES TENHAM SIDO POUCO DIFUNDIDAS  
ENTRE A COMUNIDADE ACADÊMICA DO PAÍS?**

Sim, ela foi, em grande parte excluída das formulações iniciais, e outra parte foi chamada a Brasília apenas para homologar decisões já tomadas;

isso tudo tem muito a ver com a burocracia brasiliense. Foi, aliás, uma das coisas mais interessantes que pude observar no meu período de governo. Brasília construiu uma burocracia composta de pessoas de várias partes do país, mas sobretudo do Norte e do Nordeste, que não tinham uma cultura geral erudita, mas que conseguiram desenvolver uma fantástica competência burocrática, até porque precisam disso para se manter no sistema.

Não vivi o começo do governo, mas vivi o final. Fica todo mundo ouriçado, já começa a se articular com o próximo governo. Inclusive, porque isso mexe não só com o cargo comissionado, para quem o tem, mas também com a residência funcional. Então, eles têm que se garantir, é uma questão de sobrevivência; daí as verdadeiras redes que existem dentro da burocracia do governo federal. Naturalmente, há também uma rede específica na área de ciência e tecnologia, sobretudo no CNPq; são essas pessoas que fazem a política de ciência e tecnologia no Brasil.

**POR QUE A CAPES E O CNPQ FINANCIAM A FORMAÇÃO  
DE DOUTORES QUE VÃO TRABALHAR NO SETOR PRIVADO E  
NÃO APÓIAM A FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA  
PARA TRABALHAR NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS?**

Meu problema com as universidades privadas não é o fato de serem privadas, é o fato de visarem apenas ao lucro. Ou seja, por trás delas há o enriquecimento de um grupo, que não vai reinvestir, ou o fará limitadamente, na própria universidade. Quando se fala que as universidades americanas são privadas, esquece-se de dizer que na maior parte delas, ao menos nas mais importantes, todos os recursos são reinvestidos na própria universidade. E é por isso que elas têm as bibliotecas que têm, que produzem o que produzem. Aquilo não é de uma pessoa, nem de um grupo, mas de uma comunidade; não são instituições que visam ao lucro, no sentido capitalista do termo, como é o caso – não de todas, como as confessionais – da maior parte das universidades privadas brasileiras.

**O FORMATO APOIADO PRIORITARIAMENTE PELA CAPES É O  
DO MESTRADO ACADÊMICO, PARA FORMAR PESQUISADORES.  
ESSE MODELO AINDA É ADEQUADO HOJE EM DIA?**

No início, o apoio exclusivo ao mestrado acadêmico foi correto; mas depois, com o crescimento da pós-graduação, tornou-se realmente um exagero. Se bem que, no caso dos doutores, ainda estamos aquém do índice desejável, se nos compararmos com os países mais desenvolvidos. Mas, sem dúvida, esse é um problema que se coloca e que cria conseqüências negativas dentro das próprias universidades; muitos profissionais não necessitam desse tipo de formação. Mas com o enfraquecimento da graduação, o próprio mercado passou a exigir essa titulação. E como o professor não quer mais lecionar no curso de graduação, a universidade vai se deteriorando cada vez mais. Lembro-me de que um dos critérios que introduzi no sistema de avaliação para dar conceito A a um curso de mestrado ou doutorado era a relação com a graduação, não apenas em termos da participação do professor nas aulas, mas também quanto ao desenvolvimento pelo programa de alguma atividade que contribuísse para elevar a qualidade desse nível de ensino.

<sup>20</sup> Sobre o assunto, ver também as entrevistas de Cláudio de Moura Castro, Edson Machado de Sousa, Eunice R. Durham, Abílio Baeta Neves, Rosana Arcoverde Bezerra Batista e Simon Schwartzman, neste volume.

Outro critério era a obrigação de os programas seguirem seus egressos. Não se consegue avaliar bem um curso se não se sabe, por exemplo, o que acontece depois: para onde foram os mestres e doutores formados? Ficaram na universidade? Foram para o setor privado? É obrigação dos próprios cursos acompanhar seus egressos.

Iniciei também um sistema de acompanhamento dos bolsistas no exterior, que não sei se teve continuidade; foi incluída, entre as obrigações constantes do termo de compromisso assinado pelo aluno, a de manter atualizado seu endereço durante cinco anos, para podermos fazer esse acompanhamento. Isso é fundamental. Estou tentando implantar isso na UERJ – o que não consegui fazer na Capes, estou tentando agora.

#### QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE O MESTRADO PROFISSIONAL?

Durante minha gestão, fiz algumas propostas a esse respeito. Eu achava que não deveria ser chamado de mestrado profissional, para não confundir com o mestrado acadêmico, pois deveria ser um curso com formato e objetivo diferentes, só que o próprio mercado já incorporou essa idéia de mestre e doutor. No Brasil, isto virou sinônimo de uma formação mais aprimorada e mais avançada. Minha proposta era termos dois tipos de formação, a partir da graduação: a acadêmica e a profissional. Na primeira vertente, teríamos o mestrado e o doutorado clássicos; na segunda, passaríamos da graduação para um curso no mesmo nível do mestrado acadêmico, mas de caráter profissionalizante. Caso a pessoa quisesse voltar para a carreira acadêmica, cursaria algumas disciplinas complementares e poderia se inscrever no doutorado; senão, já estaria preparada para o mercado.

Já naquela época, propus que a Capes começasse a avaliar a pós-graduação lato sensu, que acabou ficando muito abastardada, sem qualquer valor; virou um curso comercial, que cada um faz do jeito que quer.

Se a Capes conseguisse avaliar e criar um elenco de bons cursos de especialização, já teríamos uma vertente de formação profissional de alto nível e não precisaríamos de um mestrado para isso. Mas não foi possível montar esse sistema de avaliação. Tem especialização boa e ruim. E é por isso que o mercado começa a exigir mestrado, porque não confia nesses cursos de especialização; no dia em que o mercado puder confiar na especialização, o mestrado perde o sentido para ele.<sup>20</sup>

**E AS AGÊNCIAS DE FOMENTO, EM VEZ DE FORMAREM TANTOS MESTRES E DOUTORES, UMA FORMAÇÃO CARA, CUJA ABSORÇÃO É DUVIDOSA, PODERIAM GASTAR MENOS E DAR UMA FORMAÇÃO MELHOR PARA ESSAS PESSOAS INGRESSAREM NO SETOR PRIVADO?**

Não tenho a menor dúvida de que a solução é essa, mas isso só será possível quando se conferir um valor à especialização. Quando houver curso de especialização bem feito, bem avaliado, o mercado vai procurá-los; não tem o menor sentido procurar mestres. Como não faz sentido o investimento da agência, da universidade e do aluno, em tempo e esforço, para ter um diploma cujo valor, na prática, é muito relativo para ele.

#### **A QUE A SENHORA ATRIBUI O SUCESSO DA CAPES?**

Primeiramente, acho que a idéia foi muito boa e muito bem executada. O grande segredo é o casamento entre investimento e avaliação; os recursos dependem da avaliação e vice-versa. Se prestarmos atenção veremos que a Capes e o CNPq são, talvez, os únicos órgãos do sistema federal em que os recursos chegam à ponta, não param no meio. Outra coisa que também incluiu no sucesso da Capes é a participação da comunidade acadêmica; sem isso, dificilmente a agência poderia funcionar com os 200 funcionários que tem. Isso é muito inteligente. Quem tem o *know-how*, quem tem a competência para avaliar? Não são os burocratas da Capes, é a comunidade. A comunidade avalia, e a Capes dá os recursos; essa equação é muito inteligente. E depois o fato de, bem ou mal, os recursos pingarem regularmente. Uma das vantagens de termos dois órgãos separados, CNPq e Capes – embora devessem trabalhar juntos e não de forma competitiva, como muitas vezes acontece – é que, pelo menos, quando um está em crise, o outro não está, e isso vai ajudando a superar a adversidade.

#### **VÁRIOS DEPOIMENTOS TÊM SALIENTADO A CONTINUIDADE NOS PROCEDIMENTOS COMO OUTRA RAZÃO PARA O SUCESSO DA CAPES. A SENHORA CONCORDA?**

Certamente, a continuidade realmente existe, talvez em escala um pouco menor que a desejável, mas existe. E os funcionários da Capes, além de dedicados, são muito zelosos a esse respeito. No meu caso, foi também por força de hábito e porque era a própria orientação do governo; estávamos ali para encerrar um mandato, não fomos um governo eleito, com um programa próprio. Por definição, a continuidade foi a marca da política daquele governo; fizemos apenas alguns ajustes. Particularmente, considero que não se deve mexer naquilo que está funcionando; se está bom, tem que continuar. Minha experiência em Brasília me mostrou que é um pavor a quantidade de recursos jogados fora exatamente porque todo governo que entra quer começar tudo do zero, trocar todo mundo, mudar todos os programas.

Outro aspecto importante do sucesso da Capes foi o investimento na formação no exterior. Os brasileiros são famosos e numerosos lá fora, estão em todos os lugares. E são bem pagos, as bolsas são generosas. Acho que foi importantíssimo a Capes contribuir para a socialização internacional dos pesquisadores. Hoje em dia, já não há necessidade de mandar gente se formar no exterior; mas continuo considerando importante a convivência do aluno com outros sistemas de ensino e com outras culturas, é uma forma de enriquecimento muito grande; o *doutorado-sanduíche* atende perfeitamente bem a isso. Acho que foi outra grande idéia, se não me engano da Eunice Durham, uma grande invenção.<sup>21</sup>

Outra iniciativa importante, ligada a isso, são os programas da Capes de

<sup>21</sup> A respeito do doutorado-sanduíche, ver as entrevistas de Darcy Closs, Eunice Durham, Sandova Carneiro Jr., e Maria Tereza d'Oliveira Rocha, neste volume.

auxílio à participação em eventos no exterior, que contribuiu enormemente, não só para o avanço do nosso sistema de pós-graduação, mas para o intercâmbio acadêmico. Uma vez, tive que escrever um verdadeiro *paper* para o Itamar, para justificar este investimento, porque ele andou reclamando do excesso de viagens do MEC ao exterior – realmente, em todo o governo federal o pessoal do MEC era o que mais viajava, pois o montante de viagens incluía todos os professores que viajavam para congressos e bolsas. Quando o ministro chegava para despachar com o presidente, este dizia: “Lá vem o Hingel com a agência de viagens da Andréa.” Por isso, tive que escrever um documento, com dados e estatísticas, mostrando a importância desse intercâmbio para o país. Mas isso é outra coisa em que o Brasil investiu, continua investindo, e que considero também da maior importância: investimento em intercâmbio nacional e internacional, apoio a eventos. Para terminar, quero dizer que considero realmente fantástico o que a Capes conseguiu fazer pelo país. Hoje, não precisamos mais mandar gente para se formar no exterior em praticamente quase nenhuma área.

Em 50 anos conseguimos montar um sistema de pós-graduação e pesquisa de muito bom nível, já temos capacidade técnica instalada, pesquisadores altamente qualificados, e nossas universidades se desenvolveram bastante, graças à implantação desse sistema. Graças à atuação da Capes e do CNPq.

# ABILIO BAETA NEVES

ABILIO AFONSO BAETA NEVES nasceu a 6 de dezembro de 1949, em São Paulo. Formado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fez seu doutorado em ciência política na Universidade de Münster, na Alemanha, abordando a política de ciência e tecnologia. De volta ao Brasil, passou a lecionar na UFRGS. Em 1987 assumiu a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul-Fapergs, cargo que a partir de 1988 passou a acumular com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS. Em 1990 deixou a Fapergs e dois anos depois, a Pró-Reitoria, retomando suas atividades letivas. Assumiu a presidência da Capes em 1995, cargo em que permanece até hoje. Foi também secretário de Ensino Superior do MEC (1996-2000).

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 5 de dezembro de 2001.

**PRESIDENTE DA CAPES DESDE 1995, O SENHOR  
JÁ É DOS MAIS LONGEVOS DIRIGENTES DA CASA.  
FALE-NOS UM POUCO SOBRE SUA  
TRAJETÓRIA ACADÊMICA ANTERIOR.**

Sou paulista de nascimento, mas mudei-me ainda criança para o Rio Grande do Sul. Depois de estudar em colégios públicos, transferi-me para o Colégio Anchieta, de padres jesuítas, velho sonho de meus pais. Muito provavelmente por forte influência da escola, decidi cursar ciências sociais, opção complicada no final da década de 60. Graduei-me na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e depois ingressei na primeira turma do mestrado em ciência política e sociologia. Cumpri todos os créditos mas não escrevi a tese, porque em 1975 segui para a Alemanha, para fazer o doutorado na Universidade de Münster. Como já trabalhava na UFRGS, para lá retornei depois de defender a tese.

**QUAL FOI O TEMA DE SUA  
TESE DE DOUTORADO?**

A política de ciência e tecnologia do governo brasileiro no período militar e o projeto de desenvolvimento.

**A partir o meu doutorado, passei a ficar muito atento à política de ciência e tecnologia e envolvi-me em movimentos variados em prol de uma estruturação mais clara das ações públicas nesse campo, primeiramente no âmbito do Rio Grande do Sul.**

Politicamente, sempre participei muito do MDB gaúcho, e em 1985 envolvi-me na campanha de Pedro Simon ao governo do estado, defendendo a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e a revitalização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, a Fapergs, que estava definhando. Assim, quando Simon venceu a eleição, foi natural que eu fosse trabalhar na recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia – e considero que tivemos algum sucesso nesse campo.

Em setembro de 1987, assumi a presidência da Fapergs. Aí entrei no circuito de revitalização da estrutura dessa Fundação. Havia um movimento nacional neste sentido liderado à época por Alberto Carvalho, presidente da Fapesp. Havia poucas fundações criadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Durante as discussões da Constituinte federal, entre 1987 e 88, o tema do amparo à pesquisa ressurgiu de modo bastante enfático, e depois a discussão reapareceu nas Constituintes estaduais. No Rio Grande, e em vários outros estados, conseguimos inscrever na Constituição estadual a vinculação de um percentual da arrecadação para o amparo à pesquisa.

### **ATÉ QUANDO O SENHOR FICOU NA PRESIDÊNCIA DA FAPERGS?**

Até 1990. Em 1988 tornei-me pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRGS e acumulei com a presidência da Fundação, onde eu já exercia também a Diretoria Científica. Tudo isso foi possível porque, como própria Fapergs estava em processo de quase recriação, não se tratava de acumular a pró-reitoria da UFRGS com outra entidade funcionando a pleno vapor. Era mais uma espécie de sacrifício; poucas pessoas estavam dispostas a perder tempo para repor a Fapergs em funcionamento.

Em 1990 terminou meu mandato como presidente da Fundação e continuei como pró-reitor da Universidade até fins de setembro de 92, quando voltei a me dedicar integralmente às atividades do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

### **QUANDO O SENHOR COMEÇOU A SE ENVOLVER MAIS DIRETAMENTE COM A ESFERA FEDERAL?**

Lá por 1993. O prof. Tuiskon Dick, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, hoje, coordena a Cooperação Internacional na Capes, foi convidado pelo prof. Rodolfo Pinto da Luz, então secretário de Ensino Superior do MEC e atual reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, para coordenar um projeto do Ministério da Educação, que envolvia negociar com o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, um grande financiamento para reequipamento das universidades federais.<sup>1</sup> Ele chamou-me para ajudá-lo, e assim comecei a circular mais em Brasília.

Em 1994, tive lá no Sul alguma participação na campanha de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, exatamente na área de educação superior e de ciência e tecnologia. Em dezembro de 1994 fui convidado a assumir a presidência da Capes pelo já indicado ministro da Educação Paulo Renato de Sousa, que coordenou a elaboração do programa de governo.

### **O SENHOR JÁ CONHECIA O FUTURO MINISTRO?**

Sim, conheço sua família de longa data. Na verdade, eu tinha relações pessoais sobretudo com seus irmãos, porque o Paulo Renato, embora tenha estudado no mesmo colégio, saiu mais cedo de Porto Alegre e fez uma trajetória fora de Porto Alegre, mas não fui convidado por causa dessas relações. Posso imaginar que meu nome tenha sido sugerido pela prof<sup>a</sup> Eunice Durham e pelo prof. Vilmar Faria, entre outros que estavam também participando, e muito mais ativamente, nos planos para a área de educação, ciência e tecnologia do novo governo.<sup>2</sup>

Assumi a presidência da Capes em janeiro de 1995 e aqui estou desde então. Dos que vieram na primeira hora com o ministro Paulo Renato, mais de sete anos depois acho que sobramos só três: a prof<sup>a</sup> Maria Helena Guimarães de Castro, secretária de Educação Superior e presidente do Inep, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; a prof<sup>a</sup> Iara Prado, secretária de Ensino Fundamental, e eu.

### **PARA A CAPES, ESTA LONGA PERMANÊNCIA SÓ PODE SER POSITIVA. UM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS É A ALTA ROTATIVIDADE DAS DIREÇÕES, O QUE SÓ PREJUDICA O ANDAMENTO NORMAL DOS TRABALHOS.**

<sup>2</sup> Rodolfo Pinto da Luz presidiu interinamente a Capes em 1992. Ver a entrevista de Maria Andréa Loyola neste volume.

<sup>2</sup> Além de ter dirigido a Capes (1990-91 e 1992), a antropóloga Eunice Durham foi também secretária nacional de Educação Superior e membro do Conselho Nacional de Educação (1997-2001). Ver sua entrevista neste volume.

<sup>3</sup> Ver a relação dos ministros da Educação e Cultura no Anexo 1 deste volume.

<sup>4</sup> Neste período, a Capes foi presidida sucessivamente por Eunice Durham (1990-91); Sandoval Carneiro Júnior (1991-92); Eunice Durham (1992); Rodolfo Pinto da Luz (1992, interino) e Maria Andréa Loyola (1992-95). Ver as entrevistas (à exceção de Pinto da Luz) neste volume, e Rogério Córdova, *Capes, 45 anos de história*. Brasília, 1996. (mimeo).

<sup>5</sup> Angela Santana foi diretora de Programas da Capes durante as gestões de Eunice Durham e Maria Andréa Loyola, entre 1991 e 1995. Ver sua entrevista, neste volume. Sobre a restauração da Capes, ver também as entrevistas de Maria Andréa Loyola, Elionora Maria Cavalcanti de Barros, Maria Tereza d'Oliveira Rocha, Rosana Arcoverde Bezerra Batista, Reinaldo Guimarães e Eunice R. Durham, especialmente a nota 6.

<sup>6</sup> Ver, a respeito, a entrevista de Maria Andréa Loyola, neste volume.

Concordo inteiramente. Em primeiro lugar, devemos lembrar que há muitos anos o próprio ministro de Educação não fica tanto tempo no cargo. É claro que a reeleição do presidente Fernando Henrique contribuiu muito para isso, mas na história dos últimos 20 anos, deve ter havido uns 40 ministros; houve gente que não durou três meses no cargo.<sup>3</sup> Assim, a própria permanência do ministro Paulo Renato foi altamente positiva para que muitas coisas pudessem ser pensadas, implementadas e corrigidas – evidentemente, erra-se com frequência, mas é preciso poder corrigir. No caso da Capes, a agência chegou mesmo a ser extinta no início do governo Collor, uma experiência dramática. Entre 1990 e 94, a casa teve cinco presidentes: Eunice, Sandoval, Eunice novamente, Rodolfo e Maria Andréa – esta foi quem ficou mais tempo, e foram apenas dois anos.<sup>4</sup>

Foi um período heróico, em que a primeira grande tarefa foi a recriação da agência em moldes mais ágeis, para que pudesse retomar suas atividades tradicionais e experimentar coisas novas. Nesse momento, foi impressionante o trabalho da Eunice, além do esforço da Angela Santana como diretora;<sup>5</sup> era uma equipe muito pequena, que teve que trabalhar intensamente. A segunda grande tarefa foi levada a cabo por Maria Andréa, durante o governo Itamar Franco: a recomposição das verbas da Capes.<sup>6</sup> Além disso, sua gestão foi fundamental para devolver prestígio à agência e reafirmar sua importância no interior do MEC. Através de algumas atitudes, o ministro Murílio Hingel demonstrou que valorizava de fato a agência.

Só agora as pessoas começam a se dar conta do papel assumido pela Capes após a extinção do Conselho Federal de Educação. No final de 94, pela primeira vez, seu sistema de avaliação alcançou uma força que não possuía. Concedeu-se a esse sistema o poder de validar os diplomas do sistema federal de pós-graduação.

**QUAIS ERAM SEUS PLANOS AO ASSUMIR  
A PRESIDÊNCIA DA CAPES?**

No primeiro ano, não desenhamos nenhuma grande alteração.

Uma coisa sempre foi muito clara para mim: o que a Capes faz, em geral faz bem; portanto a primeira regra era não desmontar aquilo que ela fazia bem. Graças a Deus, a Capes não precisa reinventar a roda a cada gestão.

Ela tem um grande programa de fomento à pós-graduação, que concede bolsas e dá apoio ao funcionamento dos programas, além de um importante sistema de avaliação. Estas duas ações têm dado certo e devem ser mantidas.

Sempre gostei do modo como o Plano Real foi implantado: foi o primeiro plano econômico implementado sem qualquer trauma, pois todo mundo soube desde o início o que iria acontecer. Não houve susto nenhum para a população, nenhuma confusão maior. No âmbito da pós-graduação, a primeira coisa que o sistema necessita é exatamente antevião, a idéia de que as coisas serão como se anunciam, que não vamos ter grandes transformações de curso, mudanças de rumo. E assim foi feito na Capes. A partir do próprio trabalho, evidentemente, fomos identificando pontos que precisavam ser melhorados, seja com referência a programas clássicos da Capes ou a novidades que devessem ser implementadas, ou ainda à própria avaliação. Acho que isso se fez. Hoje, se observarmos o que a Capes está fazendo, veremos inúmeras mudanças; fazemos coisas diferentemente do que fazíamos em 1995, e fazemos talvez até menos coisas, mas mais focadas.

### **QUANDO O SENHOR COMEÇA**

#### **A INTRODUIR ALGUMAS ALTERAÇÕES?**

Em 1996. Algumas foram anunciadas, mas demoraram para mostrar resultados. Dou um exemplo: o empenho em estimular a pós-graduação estrito senso de caráter profissional. No final de 95, lançamos uma primeira portaria, que deveria sinalizar para o sistema que a Capes estava disposta a considerar de modo próprio a pós-graduação profissional; pois não aconteceu grande coisa. Em 97 refizemos a portaria, e estamos fazendo uma vez mais em 2001. As resistências são fortíssimas.<sup>7</sup>

Outro campo em que a Capes mudou muito – e positivamente, porque cresceu de modo espantoso – foi na área da cooperação internacional. O único programa existente em bases institucionais era o Acordo Capes-Cofecub, que foi bastante ampliado. O diagnóstico básico é o seguinte: não existe possibilidade de expansão, crescimento e consolidação da qualidade na pós-graduação e na pesquisa sem fortíssima inserção internacional. Nesse campo, sobretudo, ninguém pode ser autárquico ou imaginar que é auto-suficiente; tampouco vale a pena termos uma relação internacional em bases meramente individuais, o que é importante, mas não assegura impacto institucional. Precisamos de cooperação, relação e inserção internacionais que tenham efeito multiplicador, e isso só se consegue através do envolvimento institucional. O Acordo Capes-Cofecub sempre foi um grande programa.<sup>8</sup>

### **MAS MUITO DESIGUAL, PORQUE BRASILEIROS**

#### **SÓ IAM À FRANÇA PARA APRENDER, ENQUANTO**

#### **FRANCESES SÓ VINHAM AO BRASIL PARA ENSINAR.**

Ah, sim, o primeiro aspecto a ser observado é que ele era desigual, assimétrico. Encontramos no Capes-Cofecub todo tipo de coisa: algumas que não deveriam ter sido apoiadas, outras que não tiveram grande impacto aqui, mas encontramos também projetos muito bons. O Acordo foi todo reestruturado, para ser um programa simétrico em todos os sentidos: na qualidade do grupo e na mobilidade da pessoa. É sempre difícil imaginar que vamos conseguir mobilidade acadêmica nos dois sentidos na mesma intensidade, mas este objetivo tem que ser perseguido. E isso fez com que o Capes-Cofecub crescesse muito.

<sup>7</sup> A respeito do mestrado profissional, ver também as entrevistas de Cláudio de Moura Castro, Edson Machado de Sousa, Eunice R. Durham, Maria Andréa Loyola, Rosana Arcoverde Bezerra Batista, Eduardo Krieger e Simon Schwartzman neste volume.

<sup>8</sup> Sobre o Acordo Capes-Cofecub, ver neste volume as entrevistas de Edson Machado de Sousa, Maria Andréa Loyola, Maria Tereza d'Oliveira Rocha e Suzana Gonçalves, sobretudo a nota 12.

<sup>9</sup> Sobre o sistema de avaliação implantado pela Capes, ver neste volume as entrevistas de Cláudio de Moura Castro, Darcy Closs, Edson Machado de Sousa, Maria Andréa Loyola, Elionora Cavalcanti de Barros, Rosana Arcoverde Bezerra Batista, Eduardo Krieger e Simon Schwartzman.

Paralelamente, inauguramos o mesmo tipo de cooperação com a Alemanha e a Inglaterra e, nos últimos tempos, com Portugal, Espanha. Fizemos um grande esforço no Mercosul, porque é claro que a cooperação regional é muito importante, onde nosso parceiro principal é a Argentina.

A estrutura de financiamento à pós-graduação na Argentina sempre foi quase nula, independentemente da crise atual. Apesar disso, os argentinos concordaram em desenvolver conosco um programa de cooperação, e hoje temos mais de 30 projetos conjuntos, financiados meio a meio, e partindo de pesquisa compartilhada. Para a Capes isto vale enquanto ajuda na formação de novos doutores. E aí temos bolsistas em missão curtas de estudos, *doutorado-sanduiche*, estágio pós-doutoral. Não temos programa de cooperação interinstitucional em torno de um projeto de pesquisa sem estudantes; de preferência, mais estudantes que pesquisadores. Em suma, essa foi uma área que cresceu muito.

Para quem só tinha o Acordo Capes-Cofecub, hoje devemos ter mais de 300 projetos na área da cooperação internacional que, inclusive, foi recriada como uma coordenação vinculada à Presidência da Capes.

A mobilidade anual atinge quase mil indivíduos, e há ainda as bolsas de formação plena. Creio que a agência conseguiu assegurar para o sistema uma importante janela de oportunidades no campo de cooperação internacional.

**OUTRA GRANDE MUDANÇA PROMOVIDA  
EM SUA GESTÃO FOI NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO.**

**O ANTIGO FOI CONSIDERADO OBSOLETO?**

Talvez tenha sido esta a alteração mais marcante. Em 98, depois de muito estudo e com grande cautela, conseguimos fazer uma mudança bastante ousada. Respeitando a qualidade e a tradição da própria avaliação da Capes, com muita conversa e discussão, fez-se uma mudança muito importante, que começou a ser consolidada na avaliação de 2001. Ainda estamos enfrentando alguns problemas, mas estou certo de que a mudança devolveu à avaliação o papel que ela teve quando o sistema foi criado.<sup>9</sup>

**POR QUE HOVE NECESSIDADE DE IMPLANTAR  
UM NOVO SISTEMA DE AVALIAÇÃO?**

Vem ocorrendo uma sofisticação do sistema de pós-graduação. Os cursos e programas já estavam num patamar de qualidade bastante razoável, portanto um grande número de programas já tinha atingido o conceito A. Se não se criassem novos critérios para a avaliação, todo o esforço de diferenciação dos programas poderia ser perdido. Num primeiro momento,

houve uma mudança de escala; ou seja, era preciso deixar de aferir coisas já universalizadas. Por exemplo, na avaliação de 96 ainda se atribuía um valor ao número de doutores no corpo docente. Pois bem: descobrimos que o número de docentes não doutores nos programas de pós-graduação era desprezível; esse é um tipo de indicador que não tem mais relevância. A grande mudança – e é o aspecto mais polêmico – foi a preocupação em começar a medir a qualidade da pós-graduação segundo sua maior ou menor inserção internacional. O prof. Adalberto Vasquez, diretor de Avaliação, promoveu intensas e amplas discussões com as representações de área sobre este assunto. Isso traz problemas, sem dúvida alguma, porque obrigou as áreas a se pensarem a partir desta perspectiva. Outra importante mudança, talvez a que melhor expresse a maturidade do sistema, foi vincular os resultados da avaliação de uma área à homologação do Conselho Técnico Científico, o CTC.

#### QUAL ERA O OBJETIVO?

Basicamente, produzir equivalência entre as áreas, algo que estava se tornando cada vez mais fundamental e que, por sua vez, também abriu um debate sem fim. Temos uma única escala, que vai de um a sete: todo mundo precisava saber se um curso que recebe nota cinco na área de sociologia equivale realmente, em termos de excelência, a outro que recebe a mesma nota na área de física, por exemplo. A única equivalência possível teria que ser obtida pela qualidade do produto, e esta precisa conter relação com algum parâmetro mais internacional.

#### MAS ISTO É INJUSTO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS, ÁREA EM QUE É POSSÍVEL EXISTIR UM EXCELENTE TRABALHO QUE NÃO INTERESSE ÀS PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS.

Sem dúvida, há problemas a serem sanados, mas tenho dito inúmeras vezes no CTC que cabe às áreas definir como se afere excelência nos seus respectivos campos. Porque o contrário tampouco é verdadeiro, ou seja, afirmar que só vale a publicação do meu grupo: tenho o caderno do curso X, publico ali e isso eu considero uma publicação fundamental. Não pode ser assim, é paroquial demais. Mas é claro que as áreas têm suas peculiaridades, e uma delas diz respeito à publicação em veículos internacionais.<sup>10</sup>

Tenho insistido muito na importância da busca da equivalência entre as áreas, caso contrário o nosso sistema fica um tanto esquizofrênico. Isto é importante para a Capes, mas também para todo o sistema universitário. O Brasil olha a avaliação da Capes e tira consequências; a avaliação da Capes não é mais completamente neutra. É fundamental que as áreas abram o debate interno e definam os seus critérios. Não adianta simplesmente insistir no fato de que as ciências humanas e sociais são diferentes das exatas. Diferentes em quê? É preciso guardar as especificidades, mas não se pode ficar no papel de primo pobre ou exótico.

Depois da avaliação de 98, decidimos trazer equipes internacionais para avaliar os cursos que obtiveram notas seis e sete. A reação das ciências humanas foi impressionante, quase anedótica: gente importante da área criticou pesadamente: “Como vão avaliar de fora a produção das ciências sociais brasileiras, da sociologia, da ciência política? Por que vão trazer pessoas que só falam inglês para nos avaliar? Nossa língua é o português, portanto

<sup>10</sup> A respeito do debate em torno do assunto, ver também as entrevistas de Cláudio de Moura Castro, Maria Andréa Loyola e Simon Schwartzman, neste volume.

<sup>11</sup> Base de dados produzida pelo *Institute for Scientific Information*, o *Web of Sciences* fornece informações sobre artigos publicados a partir de 1945 em mais de 8.400 periódicos especializados, indexados pelo ISI, em todas as áreas do conhecimento. São índices e bibliografias com resumo oferecidos pelo portal de periódicos da Capes. Ver [www.periódicos.capes.gov.br](http://www.periódicos.capes.gov.br)

<sup>12</sup> *Qualis* é o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos, tendo por base sua circulação (local, nacional e internacional; alta média ou baixa). É um processo concebido pela Capes para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação e não da qualidade dos periódicos. Ver [www.uepg.br/prosp/capes.htm](http://www.uepg.br/prosp/capes.htm)

só aceitamos ser avaliados em português” – essa crítica veio de gente muito importante do Rio de Janeiro, embora revele uma perspectiva extremamente paroquial.

De São Paulo veio a seguinte crítica: “Só aceitamos ser avaliados pelos nossos colegas latino-americanos.” Isso é uma tolice. Na área de ciências humanas o Brasil tem uma sensacional circulação internacional, é interlocutor de grupos importantes, frequenta circuitos relevantes. A comunidade brasileira participa da Associação Internacional de Ciência Política e da Associação Internacional de Sociologia, por exemplo.

Veja o caso das ciências agrárias, um outro exemplo de reação. A Capes tornou disponíveis, através do *Web of Sciences*, informações muito ricas sobre a produção científica nacional e internacional e seu nível de impacto por área de conhecimento. Na última avaliação tive o cuidado de levantar ali a participação internacional da produção brasileira em ciências agrárias com referência à área no seu conjunto, no mundo.<sup>11</sup> Ciências agrárias são a área em que o Brasil mais contribui, proporcionalmente, para a produção de conhecimento mundial. Como, então, afirmar que não existe internacionalização da ciência agrária?!

A grande discussão nesse sentido se deu por conta de uma tarefa, que ainda precisa ser concluída, que foi o chamado *Qualis*, nos periódicos.<sup>12</sup>

**A tarefa consistia em definir quais são os periódicos que realmente contam quando se quer aferir excelência no produto da pós-graduação e na divulgação científica. Isso gerou uma confusão terrível.**

Algumas áreas conseguiram dar conta da tarefa, outras fizeram pela metade, outras estão por fazer. Mas, mesmo que cheguemos à conclusão de que o importante é a produção brasileira, precisamos discutir: onde publicar? Em que periódicos? Qualquer seminário é importante ou existe uma diferenciação?

O *ranking* dos periódicos não implica uma política contrária à divulgação, por qualquer veículo, da produção do programa de pós-graduação. É muito importante que estes possuam seus veículos de divulgação, seus cadernos, sua série de estudos; é fundamental para os alunos, como forma de treiná-los para vôos mais altos. Agora, é óbvio que devemos saber distinguir o que realmente circula e importa para a área daquilo que é instrumento auxiliar na formação, na qualificação e no treinamento típicos da pós-graduação.

**QUE OUTROS ASPECTOS FORAM TOCADOS  
NA MUDANÇA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO?**

Houve uma mudança de visão da avaliação em si, e isto foi muito importante, porque constatamos, em 1996, que 90% dos programas já obtinham conceito A e B. Até aquele momento prevalecia a idéia de que a avaliação era mais sinalizadora das características que a pós-graduação deveria adquirir e apresentar do que um sistema para aferir e distinguir excelência. Ou seja, tratava-se de algo que pretendia ajudar a conduzir o sistema a graus superiores de *performance*. Por isso é que não havia nenhum problema para que todos os cursos, alcançada certa feição, conseguissem conceito A ou B.

Isto mudou. Hoje a avaliação realmente avalia, afere e diferencia graus de excelência. A não ser pelo rigor da própria avaliação, a Capes não sinaliza mais para onde deseja que os programas caminhem. Mas tampouco existe um limite, um ponto que, uma vez alcançado, garanta a nota sete para os programas. Essa foi uma forte discussão ocorrida nessa última avaliação de 2001. Todas as áreas precisam começar a se preparar, os níveis de exigência vão aumentar a cada nova avaliação. Se hoje estamos exigindo uma produção *per capita*, em circulação nacional e internacional, de dois ou três artigos por ano, na próxima avaliação é provável que este número suba para quatro; o patamar será mais alto. Esta mudança é fundamental.

#### **SE OS DESAFIOS SÃO SEMPRE MAIORES PARA OS PROGRAMAS, TAMBÉM O SÃO PARA A CAPES?**

Certamente, como eu disse, hoje a avaliação da Capes tem uma importância legal, porque determina, para todos os efeitos, a validade dos diplomas; portanto tudo tem que ser feito com enorme atenção e cuidado. Há um outro desafio para a própria ação de fomento. O que ajudou a consolidar o sistema de avaliação foi, justamente, sua vinculação ao fomento, à distribuição de bolsas. Mas, se olharmos como a Capes distribui seus recursos – e isso há vários anos – veremos que ela se transformou numa agência distributiva, compensatória; isso enfraqueceu um pouco o vínculo entre avaliação e fomento direto. Por exemplo, só ela fornece bolsas para cursos novos – o CNPq se retirou do apoio às atividades dos programas de pós-graduação; nem concede mais taxa de bancada.

Acompanhando a distribuição dos recursos da Capes, veremos que ela não reflete perfeitamente a avaliação; não são os cursos sete os mais aquinhoados, seguidos dos cursos seis, depois os cinco. A Capes acabou tendo que cumprir papéis que anteriormente eram compartilhados, como esse, por exemplo, de apoiar com bolsas os cursos novos. Na distribuição anual de bolsas, os melhores são beneficiados, mas de uma forma muito pequena, porque a Capes não pode deixar de dar bolsas para um curso novo, caso contrário matará a própria expansão da pós-graduação.

#### **SIM, PORQUE O SISTEMA NÃO PAROU DE CRESCER.**

Cresce permanentemente; anualmente é autorizado o funcionamento de mais de cem novos cursos, sobretudo das universidades públicas. Apoio significa bolsa e recursos para o funcionamento dos cursos.

A mudança na dinâmica de operação do CNPq não foi benéfica para o sistema, porque encolheu o apoio aos programas. Com a extinção da taxa de bancada acabamos vivenciando nova situação de desajuste. Há muitos programas excelentes de pós-graduação que, historicamente, recebiam

quase exclusivamente bolsas do CNPq – alguns programas na área de física, ciências sociais, antropologia, ciências biológicas, áreas que se qualificaram rapidamente e viveram muito mais do apoio do CNPq do que da Capes. Eles recebiam as bolsas e as taxas de bancada. Dando um exemplo bem concreto: na área de física da UFRGS, em Porto Alegre, um programa nota sete em duas avaliações só tem uma ou duas bolsas de doutorado da Capes, porque vivia do apoio do CNPq. Quando o CNPq deixou de dar taxa de bancada, o programa sofreu um baque brutal de recursos.

#### **O QUE MOTIVOU A MUDANÇA DE RUMO DO CNPQ?**

Não tenho condições de responder a isso. Foi uma medida um tanto abrupta, na minha opinião, apesar de todos os nossos esforços de tentar articular um pouco as ações. Acho que a Capes deveria ter aumentado os seus recursos; fizemos uma pequena ampliação dos recursos para custeio dos cursos. Nossas verbas de apoio aos programas, também, são vinculadas ao número de bolsistas do programa. A Capes, no entanto, não conseguiu cobrir o apoio aos melhores programas que antes recebiam apoio do CNPq. Isso produziu um baque muito forte. E é um paradoxo: temos um sistema de avaliação que deveria exercer papel de referência para o fomento e, por razões variadas, acabou perdendo um pouco esse papel. Temos que retomar.

#### **QUE MEDIDAS O SENHOR TOMOU EM RELAÇÃO AOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO?**

O Projeto Norte, iniciado na gestão de Eunice Durham, teve continuação na gestão de Maria Andréa Loyola; na minha gestão, fizemos apenas pequenas adaptações. Depois tentamos incrementar outros, como o Projeto Nordeste, o Centro-Oeste etc. Além disso, a Capes tentou associar-se a praticamente todas as fundações regionais de amparo à pesquisa, alocando recursos e esperando que houvesse uma contrapartida, sobretudo no Nordeste e no Sul – no Norte não havia muitas fundações regionais, por isso fizemos diretamente com as universidades.

Tudo teve, eu diria, sucesso apenas parcial. A última experiência com o Norte, a Renor, Rede Norte de Pós-Graduação e Pesquisa, foi iniciada no ano passado: alocamos pouco mais de dois milhões de reais para estimular redes na região, que poderiam contar com o apoio de outros grupos de fora. Chegamos à conclusão de que só alteraremos de fato o desequilíbrio se tivermos capacidade de induzir, pesadamente, transformações bem definidas em projetos de longo prazo.

Nesse sentido, considero o Portal de acesso eletrônico a revistas científicas a iniciativa de impacto mais espantoso realizada pela Capes.

Ele oferece uma possibilidade de salto qualitativo no trabalho acadêmico nessas regiões e conseqüente diminuição dos desequilíbrios regionais. Pela primeira vez, Roraima ficou em pé de igualdade com a USP. O Prof. Luiz Loureiro, diretor de Programas, fez grande esforço para a implantação do Portal. De resto, é preciso registrar, a Diretoria de Programas buscou permanente atualização dos programas de fomento da Capes às reais condições de crescimento e qualificação da pós-graduação.

Todos os programas têm a mesma possibilidade de acesso aos mesmos 2.500 títulos. Jamais, seja por que critério fosse, Roraima teria acesso a esse volume de periódicos, com esta qualidade. O próprio programa da Capes de apoio à aquisição de periódicos era seletivo, porque sua lógica era o atendimento às instituições onde a pós-graduação já tinha mostrado algum desenvolvimento. Mas, e se isto ainda não tivesse acontecido? Assim, começamos a mexer em várias coisas que, aparentemente, não teriam conexão com os desequilíbrios regionais, mas que têm um enorme impacto. O Portal é sensacional, e o mais interessante é que ele vai na direção que foi a direção original da formação da pós-graduação: primeiro tem que existir pesquisa. Ou seja, a pós-graduação não induz à pesquisa; ela só se consolida se já houver pesquisa na instituição. Também por isso, o Portal é fundamental.

Ainda com respeito às questões regionais, sabemos bem quais programas deram certo na área de ciência e tecnologia: o da física na UFPE, o da geofísica na UFPA, o da química da UFBA. Esse sucesso foi conseguido com um projeto muito claro, investimentos contínuos durante muito tempo e existência de liderança locais importantes. Se não houver liderança, não adianta nada; liderança local, de um ou mais indivíduos que empurram as coisas, estimulam as pessoas. Eu ainda sonho, e estou mesmo tentando vender uma idéia: estou convencido de que se conseguíssemos implantar o equivalente a uma Coppe na Região Norte, mudaríamos o cenário regional.<sup>13</sup>

**SERIA PRECISO UM INVESTIMENTO CONTINUADO.  
NA COPPE DA UFRJ, A FINEP INJETOU  
VULTOSOS RECURSOS DURANTE VÁRIOS ANOS.**

Não há outro jeito de fazer. O problema é tomar a decisão, porque em matéria de dinheiro chegaremos, rapidamente, a ter mais recursos do que nos anos de ouro da década de 70. Acho que realmente vale a pena fazer um esforço.

**UM DOS PROGRAMAS MAIS ANTIGOS DA CAPES,  
O PICDT, PROGRAMA INSTITUCIONAL DE  
CAPACITAÇÃO DOCENTE E TÉCNICA, FOI EXTINTO  
EM SUA GESTÃO. QUE INICIATIVA O SUBSTITUIU?**

O PICDT foi um programa muito importante, numa época em que se tratava de qualificar o maior número possível de pessoas e, mais do que isso, numa época em que se acreditava que ter doutores resolvia o problema. De fato, foi importante, mas começamos a verificar um certo esgotamento desse modelo. Não basta ter doutores, é preciso articulá-los a um projeto coletivo, para que eles apresentem algum rendimento no sentido de estabelecer

<sup>13</sup> A respeito das distorções regionais, ver ainda as entrevistas de Darcy Closs, Eunice R. Durham, e Maria Andréa Loyola, neste volume.

<sup>14</sup> Entrevista realizada em 5 de dezembro de 2001.

linhas de pesquisas, e, portanto, contribuir para o salto da instituição na direção da pós-graduação, que é o que importa para as universidades públicas – as instituições privadas saberão encontrar seu caminho. Lembro de muitas conversas com Cristóvão Picanço Diniz, ex-reitor da Universidade Federal do Pará, que foi membro do Conselho Superior da Capes. Ele lembrava que há departamentos na Universidade com muitos doutores, e não acontece nada! Primeiro, eles foram formados cada um de um modo, cada um num canto, sem nenhuma interação; segundo, não havia liderança, ninguém catalisava o trabalho coletivo, ninguém mobilizava, e o trabalho seguia desagregado.

A alternativa que estamos criando, e que considero a grande invenção dos últimos tempos, é o Procad, Programa de Cooperação Acadêmica Nacional.

O Procad é um programa que está começando a fazer algo que imaginávamos só ser possível na cooperação internacional, isto é, aproximar, realmente, grupos simétricos que vão explorar complementaridades, compartilhar infra-estrutura, formando redes para deslançar a pesquisa e a formação em alto nível.

E aproxima, também, os grupos assimétricos envolvendo, em redes, grupos onde não haja pós-graduação, para que ela seja estimulada de modo conseqüente, através do fortalecimento das linhas de pesquisa, da cooperação na pesquisa.

Através do Programa de Cooperação Acadêmica Nacional, a Capes está tentando dar uma direção ao novo programa de qualificação institucional, que espero lançar nos próximos dias.<sup>14</sup> Queremos qualificar as pessoas, mas num contexto de integração, ou seja, queremos que elas se formem num programa consolidado, mas que haja um compromisso de esse programa interagir com o departamento de origem dessas pessoas, com o objetivo de consolidar linhas de pesquisa.

#### **E ISTO É POSSÍVEL?**

Se pode ser feito em programas de cooperação internacional, por que não na cooperação nacional? Vamos tomar como exemplo a UFRJ, que possui laços de afinidade acadêmica com vários grupos de universidades que estão precisando se consolidar. Por que não transformar isso num programa em que, em vez de simplesmente receber indivíduos, a UFRJ possa interagir com os departamentos de origem e sugerir linhas de pesquisa? Veja bem, a Capes não está diminuindo os recursos, ao contrário. O que queremos é

que, se o programa está recebendo um doutorando, estabeleça com ele uma plataforma de cooperação: enquanto ele está se formando, o programa que o recebe inicia mudanças na sua universidade de origem. No final da década de 80 e início da de 90, o PICDT era praticamente um programa que levava gente para a USP, que recebia cerca de 80% de todos os doutorandos do país. Se, naquele momento, a Capes tivesse negociado, inclusive em termos de ajuda financeira, um programa de apoio institucional da Universidade aos departamentos de origem dos estudantes que ela recebia, o resultado nas instituições de origem teria sido absolutamente fantástico. Mas nada disso foi feito. Os departamentos que mandavam esses doutorandos não tinham um plano de qualificação pensando na volta; em geral, tinham apenas uma escala de saída de pessoas. Ora, a demanda individual pode ser atendida, mas o cenário institucional não se altera.

A alternativa que estamos propondo foi discutida com as universidades. Primeiro, significa que elas terão recursos para formar pessoas; agora, cobramos um pouco mais de trabalho da instituição, o compromisso com um programa continuado visando, sobretudo, ao retorno dos doutores e à definição de um projeto para aquele departamento. Isso as universidades não gostam muito fazer, vamos ser honestos; as pessoas trabalham de forma bastante isolada. Em segundo lugar, as bolsas do PICDT eram um recurso político nas mãos do pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa.

Existem outras alternativas de qualificação. O Programa de Demanda Social da Capes, a que todos os professores podem recorrer, é um programa forte, tem cerca de 16 mil bolsas; existem as bolsas no exterior, o CNPq tem mais um bom número de bolsas. E há o fato de que, se estamos fazendo um programa para qualificação de docentes em instituições públicas, também é preciso que eles façam um esforço para tentar a qualificação que realmente vai fazer diferença naquela instituição – não estou falando no conjunto do sistema de ensino superior brasileiro, onde mais da metade dos docentes está nas instituições privadas, que são um outro capítulo. O que é que acontecia com o PICDT? Primeiro, a pessoa ganhava bolsa de mestrado, passava anos, depois ganhava uma bolsa de doutorado – quer dizer, isso não ajuda em nada a instituição. A pessoa ficava muito tempo fora da instituição.

Vou contar um episódio. Lá no Rio Grande do Sul, onde costumo veranear numa praia, meu sogro tem uma casa perto da minha e, um dia desses, foi procurado por um vizinho de praia. Sabia que eu era presidente da Capes e foi agradecer, porque tinha acabado de fazer um doutorado com bolsa da Capes. Quando meu sogro me contou, eu quase caí para trás: o homem tinha quase 70 anos! Ele tinha acabado de terminar o doutorado, e com bolsa. Loucura! Quem deu essa bolsa? A Capes, tenho certeza de que jamais teria dado. A bolsa estava na cota da universidade onde ele fez o curso.

**DURANTE ALGUM TEMPO O SENHOR ACUMULOU  
A PRESIDÊNCIA DA CAPES COM O CARGO DE  
SECRETÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO MEC.  
COMO SE RELACIONAM ESSAS DUAS ENTIDADES?**

<sup>15</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de Edson Machado de Sousa, Eunice Durham, Sandoval Carneiro Júnior e Maria Andréa Loyola, neste volume.

<sup>16</sup> Professor de engenharia mecânica da UFRJ, Antônio MacDowell de Figueiredo foi também vice-reitor de Planejamento e de Ensino para Graduados e Pesquisa, na mesma universidade.

Primeiro, uma brincadeira: eu me relacionei muito bem comigo mesmo. Agora, sei que havia dificuldades entre os dois órgãos, até por razões históricas. O secretário da SESu foi durante algum tempo presidente do Conselho Superior da Capes e, obviamente, todos eles sempre influíram na agência.<sup>15</sup> Minha posição é de defesa da autonomia da Capes, e no novo estatuto conseguimos determinar que o presidente da casa preside o Conselho Superior. O que não significa que a Capes tenha que operar de costas para a SESu e à própria integração no trabalho do MEC, de modo geral; tem que haver uma interação, não de operação, mas nas políticas gerais para o ensino superior e para a pós-graduação.

#### QUANTO TEMPO O SENHOR PASSOU NA SESU?

Pouco mais de três anos, entre o final de 1996 até maio de 2000. Meu substituto foi o Antônio MacDowell Figueiredo, que participou de algumas reuniões do Conselho Superior. Figueiredo chegou ao MEC pela Capes, pois era da Coppe e coordenou o processo de informatização da agência. Ele aprendeu a valorizar a Capes e sempre apoiou a agência.<sup>16</sup> A mesma coisa com sua sucessora, Maria Helena Guimarães de Castro. Acho que finalmente a constelação do MEC entendeu a especificidade do trabalho da Capes.

Minha visão é que a Capes deveria influenciar a SESu, esforço que tentei fazer durante um tempo; criei na Secretaria um departamento de modernização e qualificação do ensino de graduação, que deveria atuar nos moldes da Capes, como uma espécie de miniagência de fomento à transformação do ensino de graduação. Seriam usados os instrumentos da avaliação que estavam já em curso, mas seriam iniciados programas de fomento à transformação. Quem dirigiu este departamento, durante o tempo em que estive na SESu, foi o prof. Dick.

Outra coisa que tentei fazer naquele período foi, exatamente, fortalecer a perspectiva da universidade enquanto tal, facilitada pela tradição da Capes de trabalhar através das universidades, ao contrário do CNPq. E isso explica também por que a agência consegue ser pequenininha, e o CNPq é enorme.

Estou absolutamente convicto de que o destino da Capes é operar através das universidades e, quanto mais isto ocorrer e quanto mais fortalecermos a universidade, mais a agência pode ajudar o sistema universitário brasileiro. E digo isso com muita ênfase, porque não acho que seja esta a opinião da comunidade acadêmica e muito menos das esferas de ciência e tecnologia do país.

Estas vêm as universidades como um conglomerado de institutos e laboratórios; têm muito pouca atenção para a universidade como instituição global.

Aqui vale a pena uma pequena digressão. O grande instrumento de reforma do ensino superior na década de 60 foi a pós-graduação, o que mais duradouramente mostrou resultados, o resto pode ser rediscutido: departamentos, ciclo básico etc. A pós-graduação alterou para sempre a vida universitária. Só que sempre discutimos o seguinte: quando é que a pós-graduação se institucionaliza de fato, na universidade brasileira, quando é que ela se integra plenamente à instituição universitária e passa a ser objeto de preocupação da instituição? Ainda não conseguimos fazer isso completamente.

Algumas universidades conseguiram. A UFMG é, talvez, o exemplo mais claro de universidade que se apossou da sua pós-graduação e se pensa como tal, com a pós-graduação, com a graduação e com todas as ligações, interfaces etc. Mas não são todas. Acho que esse é o grande desafio, porque o que vai fazer diferença é a própria universidade. Em qualquer país é preciso haver um sistema universitário sólido, que promova um forte debate interno sobre seu próprio desenvolvimento.

**A CAPES TEM ADOTADO UMA POLÍTICA DE DELEGAR PODERES ÀS UNIVERSIDADES, ESPECIALMENTE ÀS PRO-REITORIAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NO SENTIDO DE CO-RESPONSABILIZÁ-LAS PELA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS. É POSSÍVEL APOSTAR NUMA UNIVERSIDADE TÃO FRAGMENTADA?**

Temos que apostar, com todos os erros e acertos. A grande aposta que a Capes fez nesse sentido foi com o Prof, o Programa de Fomento à Pós-Graduação, que tenta fazer com que a universidade exercite a autonomia na gestão de recursos, que é o grande *imbroglio*.<sup>17</sup> Em vez de se dividir de antemão os recursos de uma instituição em cotas de bolsas e os recursos do Proap, Programa de Apoio à Pós-Graduação, de apoio aos cursos, começamos um experimento, que já teve altos e baixos e que agora começa a mostrar algum resultado – já estamos há cinco anos nisso, mas o tempo da universidade também é assim, nada acontece da noite para o dia.

Muito bem, escolhemos algumas universidades e oferecemos o seguinte: repassamos os recursos em bloco, e a universidade escolhe como aplicá-los. No começo foi difícil. Várias universidades não quiseram. Isso eu vinha tentando desde 95, afirmando que era preciso oferecer à universidade a possibilidade de ela fazer política de pós-graduação, discutir internamente e decidir seus investimentos. Eu gostaria que as universidades se preparassem para o orçamento da pós-graduação e da pesquisa visto da perspectiva do conjunto de suas atividades; na verdade, raríssimas são as universidades que se pensam globalmente. A experiência foi mal sucedida em alguns lugares. Fizemos uma discussão muito forte no Conselho Superior, no ano passado, e eu estava quase desistindo, mas concluiu-se que as universidades precisam de mais tempo. Agora os resultados começam a se mostrar interessantes. O resumo disso tudo é: com paciência, a universidade

<sup>17</sup> O Programa de Fomento à Pós-Graduação teve seu regulamento aprovado pela portaria da Capes nº 59, de 11.07.2000. Ver Funadesp (2001).

<sup>18</sup> Pelo Decreto nº 3.543, de 12.07.2000, o Conselho Técnico Científico da Capes passou a ser integrado pelo presidente da agência, seus diretores, dois representantes de cada uma das oito grandes áreas do conhecimento, um da Associação Nacional de Pós-Graduandos e um do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. Ver Funadesp (2001).

se altera; agora, seu governo interno é muito pesado, muito, mas muito complicado.

**COMO SE FAZ A FORMULAÇÃO DE  
POLÍTICAS NA CAPES?**

Existe o Conselho Superior, instância que toma as decisões fundamentais, e o Conselho Técnico Científico, que operacionaliza as grandes decisões. Quando mudamos o sistema de avaliação, a decisão foi do Conselho Superior. Lá houve um enorme debate, reuniões e reuniões; talvez tenha sido o ano em que mais se reuniu o Conselho. Uma vez decididos os termos gerais da mudança, a tarefa passou a ser do CTC, que desenhou o funcionamento do novo modelo e costurou com o conjunto dos programas de pós-graduação.

**A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO TÉCNICO  
CIENTÍFICO TAMBÉM FOI ALTERADA?**

A representação das áreas é mais ou menos a mesma que já existia na época de Maria Andréa, o que fizemos foi alterar a estrutura do CTC; reduzimos para dois representantes por grande área.<sup>18</sup> Essa se mostrou uma mudança importante, porque o Conselho se tornou mais eficiente e eficaz no enfrentamento das questões. Agora teremos que fazer com que o CTC se comunique mais com o conjunto das áreas, sobretudo em época de avaliação.

No caso dos outros assuntos, decisões como a mudança de programas de fomento são todas discutidas e autorizadas pelo Conselho Superior. A nova forma do PICDT foi muito discutida, assim como o Portal da Capes e as portarias sobre mestrado profissional. Aliás, fizemos agora duas reuniões seguidas do CTC, porque queremos avançar mais na direção da criação de um sistema próprio de avaliação da pós-graduação profissional.

**TEMA DELICADO, QUE ENCONTRA GRANDE  
RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE ACADÊMICA.**

É verdade. Temos trabalhado muito no espírito da Capes, mas precisamos ousar mais.

**Estou encaminhando ao CTC o novo documento que cria um comitê experimental para a apreciação das propostas de mestrado profissional.**

Este comitê teria representação de vários segmentos, misturando acadêmicos e profissionais. Se não fizermos isso, não teremos a menor chance de saber se estamos indo na direção certa. Vai ser um debate quente. E

terá que ser um comitê permanente, como os outros, porque se for transitório não terá legitimidade. É importante saber se conseguimos criar alguma coisa que não seja o primo pobre, um arremedo de pós-graduação acadêmica.

São públicos diferentes com interesses diferentes. É possível fazer um mestrado profissional de excelente qualidade, só que com outra perspectiva. Além disso, os indicadores de excelência não podem ser os mesmos, não pode ser um artigo publicado no *New England Journal of Medicine*.

Existe uma outra razão por que precisamos fazer isso; é que verificamos que ao longo desses anos tem havido, evidentemente, o surgimento de pós-graduações tipicamente profissionais, avaliadas no conjunto do sistema da pós-graduação acadêmica; isso contamina a avaliação acadêmica. Alguns argumentam que quem pode fazer um doutorado acadêmico, certamente pode fazer uma pós-graduação profissional. Não concordo, porque a lógica dos dois cursos é diferente.<sup>19</sup>

#### **NO QUADRO ATUAL, COMO O SENHOR VÊ A ASSOCIAÇÃO ENTRE ENSINO E PESQUISA ACADÊMICA?**

Este é um capítulo importante. Por que essa diferença nunca aflorou como um problema sério na discussão sobre a pós-graduação brasileira? Porque o produto da nossa pós-graduação, antes de ser um professor, era o pesquisador – evidentemente, estou falando de doutores, mas podemos considerar aí também o mestrado, quando este tentava, heroicamente, suprir a ausência do doutorado. O fato é que a pós-graduação acadêmica brasileira não forma professores, mas forma pesquisadores. A docência acaba sendo vista como aptidão secundária de todo pesquisador. Muitas vezes a própria graduação é bem vista quando encaminha seus egressos para a pós-graduação acadêmica. A pós-graduação não se preocupa de modo especial com formar docentes para a graduação e menos ainda para o ensino médio. Isto tudo fez sentido porque o objetivo de nossa pós-graduação era fazer a grande transformação da universidade brasileira, no sentido de associar ensino e pesquisa – isso virou uma grande bandeira. Só que descobrimos, que temos um sistema universitário em que 80% das instituições não têm a menor vocação para a pesquisa; são instituições privadas e públicas e que estão procurando mestres e doutores porque a nova Lei de Diretrizes e Bases exige qualificação. Assim, o perfil desejado do produto da pós-graduação brasileira conflita, atualmente, com a realidade de expansão de ensino superior que nos impõe desafios diferentes: precisaríamos ter um pouco mais de atenção para a formação de professores. Não dá para imaginar que todos os egressos da pós-graduação venham a ser pesquisadores. Ademais, existe outra demanda fundamental, a que só poderemos atender se tivermos total clareza sobre os fins múltiplos da pós-graduação: o mercado não acadêmico que, hoje, supõe uma pós-graduação que seja capaz de acompanhar seu progresso através da educação continuada. É preciso tornar a pós-graduação capaz e oferecer ao país produtos diferentes para meios sociais igualmente diferentes.

<sup>19</sup> Ver também as entrevistas de Cláudio de Moura Castro, Edson Machado de Sousa, Eunice R. Durham, Maria Andréa Loyola, Rosana Arcoverde e Simon Schwartzman, neste volume.

**O MUNDO ACADÊMICO CONTINUA A  
OPOR RESISTÊNCIA A ESSA SEPARAÇÃO?**

Um pouco, e exatamente por conta dessa dificuldade é que acho que chegou o momento da separação. É chegada a hora de se dizer que a Capes não deve almejar que cursos vinculados à pós-graduação tipicamente acadêmica se transformem. De outro lado, vamos fazer o debate sobre a nova pós-graduação profissional com todos os que estão dispostos a discutir isso. Há muitos acadêmicos de várias áreas que fazem essa ponte muito bem. Existe um horizonte muito favorável para a pós-graduação profissional, inclusive em áreas classicamente acadêmicas, como a física e a biologia. Agora, não se pode obrigar um programa de física que deseja ser acadêmico a se transformar. Ele deve continuar a receber todo o apoio para seu pleno desenvolvimento.

**OS MBAS FICARÃO FORA DO  
CONTROLE DA CAPES?**

MBA é pós-graduação *lato senso* e deve ser avaliada pelo mercado, pelo empregador. Aliás, entendo que, na pós-graduação profissional, teremos que agregar o ponto de vista do empregador; caso contrário, não avançaremos.

Esse é o desafio interessante. Recentemente, li um artigo na revista *Exame*, com avaliações sobre os MBAs na área de administração; aqueles que alcançaram conceitos mais altos são vinculados a instituições com forte tradição acadêmica: FGV, UFBA, UFRGS e USP. Ótimo, mas não precisa ser sempre assim.

Há um outro ponto interessante no tocante ao mestrado profissional: vai ou não fazer pesquisa? No caso da formação de professores para o ensino médio, existe uma pesquisa voltada à melhoria da capacidade do professor, como apoio ao desenvolvimento das atividades de ensino, que é fundamental e precisaria ser tornada prioridade; o mesmo vale para a formação de docentes para o ensino superior. A questão das novas tecnologias de comunicação como ferramenta de ensino também precisa ser considerada e explorada, mas isto não está acontecendo na intensidade necessária. Gostamos de fazer a grande pesquisa, aquela que aponta para uma transformação sensacional, mas existe uma pesquisa de meio caminho – fundamental –, que é aquela realmente voltada para a melhoria do desempenho em sala de aula.

**NESSE CASO, AS PRÓPRIAS AGÊNCIAS DE FOMENTO  
DEVERIAM MUDAR UM POUCO SEUS CRITÉRIOS.  
UM PROFESSOR QUE ESCREVE UM LIVRO DE GEOGRAFIA  
DESTINADO AO ENSINO MÉDIO, POR EXEMPLO, TEM UM  
TRABALHO ENORME E NÃO RECEBE QUALQUER ESTÍMULO.**

É verdade. Por isso, quando falei da SESu e do esforço que fizemos para a criação daquele departamento dirigido pelo prof. Dick durante pouco mais de três anos, era esse o nosso objetivo. Houve um projeto-piloto, infelizmente interrompido, um programa interessantíssimo, que apostava na informatização de disciplinas básicas nas áreas de engenharia e medicina; ou seja, explorava os recursos de computação e até de ensino à distância como ferramentas das disciplinas fundamentais. Na Capes chegou a existir um programa, transferido por mim para a SESu, o Proin, Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação, que tentava articular a pós-graduação com a graduação, através do desenvolvimento de tecnologias e materiais de ensino para públicos mais variados e maiores.

Tenho andado bastante preocupado – outras pessoas na Capes pensam o mesmo – com o fato de que não estamos dando a devida atenção ao *e-learning*, ou seja, à utilização dos meios eletrônicos para formação e educação. Com isso, estamos sendo crescentemente atropelados pelas instituições privadas e estrangeiras. Na Inglaterra, por exemplo, é prioridade da política de ensino superior e de sua política exterior invadir o mundo com a oferta de serviços educacionais pela *Internet*.

**COMO A CAPES LIDA COM AS PESSOAS QUE  
FAZEM DOUTORADO À DISTÂNCIA E DEPOIS  
SOLICITAM O RECONHECIMENTO DO DIPLOMA?**

Felizmente, conseguimos uma resolução do Conselho Nacional de Educação, responsável pelo assunto, que nos ajudou a enfrentar a situação. Tivemos uma péssima experiência com a invasão de instituições estrangeiras, sobretudo espanholas, que vinham aqui oferecer cursos – não eram nem à distância, eram de presença precária; vinham aqui duas vezes por ano, davam aulas e provas em julho e em janeiro e fevereiro. Enfrentamos uma briga terrível, muito ajudados, diga-se de passagem, pelo Ministério da Educação daquele país; hoje, teoricamente não temos mais esse problema. Teoricamente.

Entretanto, a invasão eletrônica é muito complicada. O que precisamos fazer – a Capes ainda não conseguiu operar nesse campo – é ocupar o espaço eletrônico. Isto significa realizar ações interinstitucionais para que, por exemplo, nossos melhores programas de pós-graduação e de graduação cheguem à rede. Eu próprio comecei a provocar algumas áreas, como bioquímica e biologia molecular; elas demonstraram interesse em criar uma espécie de pós-graduação virtual nacional. E precisamos fazer isso para ter, inclusive, capacidade de distinguir, naquilo que é mundialmente oferecido, o que presta e o que não presta. Americanos, e sobretudo ingleses, estão pensando no assunto em termos de política externa – a Europa também começa a tratar do tema – porque virou um mercado, e o mercado eletrônico não tem barreiras.

<sup>20</sup> Desde 1998 a Universidade de Michigan oferece, em São Paulo, o mestrado em administração de empresas (MBA) de três anos para executivos brasileiros. O curso, que oferece aulas através de videoconferências e da Internet, resulta de uma parceria com a Câmara Americana de Comércio.

<sup>21</sup> Sobre o assunto, ver também a entrevista de Eduardo Krieger, neste volume.

<sup>22</sup> “O drama da evasão de cérebros”, Revista *Veja*, 28 de novembro de 2001. Cláudio de Moura Castro dirigiu a Capes entre 1979 e 1982. Ver sua entrevista neste volume.

O que vamos fazer? Simplesmente dizer que somos contra, e ponto? Não. Precisamos participar de discussões internacionais, pensar mecanismos de avaliação, de autorização e de credenciamento desse tipo de ensino. Mas, se nós mesmos, no sistema universitário brasileiro, não formos estimulados a ocupar esse espaço, então não vai dar em nada; não teremos sequer condição de ler o que está sendo oferecido e tomar uma posição. Brasil e Argentina precisam tomar a liderança na discussão desses assuntos na região e oferecer serviços em conjunto, em português e espanhol; ou seja, nós precisamos efetivamente nos tornar eletrônicos, senão seremos inapelavelmente atropelados. A Universidade de Michigan está oferecendo um mestrado único, à distância, aqui no Brasil; em 2002 serão mais dois na área da administração.<sup>20</sup> Quantos anos vamos esperar antes de enfrentar esse desafio?

**A discussão sobre o ensino à distância é muito penosa, porque os nossos acadêmicos mais qualificados acham que não tem o menor sentido. Não é verdade, faz sentido.**

Ninguém substitui a pesquisa em laboratório por qualquer coisa que se possa oferecer via Internet, mas é possível aproveitar a rede para fazer muitas coisas interessantes e importantes.<sup>21</sup>

**RECENTEMENTE, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EX-DIRETOR DA CAPES, ESCRVEU UM ARTIGO NA REVISTA VEJA, AFIRMANDO QUE A EVASÃO DE CÉREBROS NO BRASIL É MUITO PEQUENA, AO CONTRÁRIO DO QUE SE IMAGINA.<sup>22</sup> QUAL SUA OPINIÃO A RESPEITO? O PAÍS DEVERIA ENVIAR MAIS GENTE PARA O EXTERIOR?**

O artigo é muito interessante e altamente provocante, como tudo o que o Cláudio escreve. Sua tese é a de que o Brasil precisa de mais *brain drain*, ou seja, mais evasão de cérebros para ter possibilidade de se inserir internacionalmente. É verdade, é claro: a Índia trata seus pesquisadores que estão no exterior de maneira inteiramente diferente do Brasil. Nós somos um pouco autárquicos e nacionalistas, virados para dentro; o país sempre tratou essas pessoas que ficam em laboratórios ou em universidades estrangeiras e não voltam para cá para ensinar o que sabem como se fossem um pouco traidores. Não é verdade, esses *scholars* podem constituir pontes importantes.

O artigo do Cláudio só torna ainda mais atual o problema da inserção internacional. Como vamos operá-la? Temos que utilizar mil e um mecanismos, mas sabendo identificar nossas prioridades. Não temos mais condições de operar exclusivamente a partir do excelente sistema de pós-graduação

que conseguimos construir. Chega a ser impressionante como todos os países invejam o sistema de avaliação da Capes. Não acreditam que consigamos fazer a cada três anos uma avaliação como a que fazemos, com todos os erros e acertos. No entanto, é preciso aprofundar a internacionalização da nossa pós-graduação e da avaliação.

**COMO SÃO AS RELAÇÕES ENTRE A CAPES E O  
CNPQ, A OUTRA GRANDE AGÊNCIA DE FOMENTO?**

São relações pessoais muito boas; todos aqui nos damos muito bem com os colegas do CNPq. O que está acontecendo – e vale a pena prestar atenção – é que a Capes teve o privilégio de gozar de razoável continuidade em seus programas e ações ao longo destes sete últimos anos, até porque teve uma única direção. O CNPq passou por mudanças importantes, inclusive na Presidência e nas diretorias. Não tivemos qualquer atrito ao longo de todo esse tempo, mas acho que na Capes fomos nos conscientizando – e espero deixar isto registrado para a próxima gestão – de que a agência precisava, primeiro, focalizar melhor a sua atuação e, com isso, repensar seus instrumentos e o modo de atuar.

A missão da Capes é aperfeiçoar cada vez mais o sistema de pós-graduação e consolidar seu papel na transformação da realidade universitária brasileira. O grande alvo é a própria universidade, o sistema de formação de recursos humanos e pesquisa. Volto ao tema: estou absolutamente convicto de que a Capes deve radicalizar sua descentralização, criando sempre e progressivamente mais condições para que a universidade cumpra seu próprio papel, pensando os programas e construindo com a própria universidade uma relação que às vezes pode até ser tensa, porque cobramos mudanças importantes para que ela possa assumir esse papel.

Voltando ao CNPq, as importantes mudanças por que passou não se beneficiaram da continuidade de gestão que tem a Capes. De qualquer modo, foram mudanças que considero não só relevantes, mas altamente positivas. O referencial do CNPq é diferente do da Capes. O CNPq precisa interessar-se pelo produto da pesquisa, pensá-lo em diversificadas interfaces. Esse é, na verdade, o grande trabalho do Ministério de Ciência e Tecnologia.<sup>23</sup>

**A ÚLTIMA NOVIDADE EM MATÉRIA DE  
FINANCIAMENTO À PESQUISA SÃO OS FUNDOS  
SETORIAIS.<sup>24</sup> QUAL É SUA POSIÇÃO A RESPEITO?**

Considero os fundos sensacionais, mas precisam ser pensados como parte de uma estratégia global, ao invés de servirem de base para que se construa a estratégia a partir deles. Aliás, a Capes só participa de um, o Fundo Geral de Infra-estrutura, que eu, modestamente, digo que foi uma invenção do MEC, mais do que do MCT. Primeiro, os fundos representam uma importante injeção de dinheiro no sistema; segundo, cobram uma lógica que precisa ser integrada a uma nova política de ciência e tecnologia, caso contrário operarão como força centrífuga – corremos o risco de ter vários ministérios de ciência e tecnologia. Por exemplo, o Fundo de Petróleo começou a apoiar formação de recursos humanos, concedendo bolsas para programas não avaliados pela Capes. Ora, isso é um retrocesso, não tem

<sup>23</sup> A respeito das relações entre as duas agências ao longo destes 50 anos, ver as entrevistas de Suzana Gonçalves, Celso Barroso Leite, Darcy Closs, Eunice R. Durham, Sandoval Carneiro Jr., Maria Andréa Loyola, Reinaldo Guimarães e Simon Schwartzman neste volume

<sup>24</sup> Sobre os fundos setoriais, ver neste volume as entrevistas de Eduardo Krieger e Maria Andréa Loyola e, especialmente a nota 19.

sentido. Ou seja, é preciso melhorar a coordenação. Do meu ponto de vista, estou bastante tranquilo com relação ao lugar da Capes nesse cenário: ela vai continuar a se preocupar com a universidade. Para mim, o grande desafio está colocado para o CNPq; ainda não consegui entender muito claramente seu papel nessa mudança. Por mais que os fundos sejam importantes, o CNPq precisa identificar melhor seus objetivos e traçar a partir daí a sua atuação. Atualmente, considero que ele está explorando oportunidades demais, e talvez valesse a pena ter um foco mais definido. Como aliás, também a Finep necessita definir melhor seu campo de atuação. Existe, na minha opinião, uma zona cinza, de confusão entre coisas que o CNPq está fazendo, como, por exemplo, entrar muito em inovação tecnológica, começando a operar com empresas, o que, para o meu gosto, seria mais papel da Finep.

Essas coisas ainda não estão completamente prontas, há vários fundos ainda sendo discutidos, vários sendo implementados, comitês estão sendo montados; essa é uma realidade que vai explodir de fato nos próximos dois ou três anos. Aí vamos ter uma idéia melhor do que isso significa. Acho, de qualquer modo, que vale a pena insistir numa melhor definição dos papéis das principais agências do sistema.

**A COMUNIDADE ACADÊMICA – EM ESPECIAL A ÁREA  
DE CIÊNCIAS HUMANAS – ESTÁ UM POUCO ASSUSTADA.**

É natural; ficamos assustados quando falta dinheiro e também quando há dinheiro demais. Ainda não está claro como será feita a equação entre fundos setoriais que vão privilegiar determinadas áreas – legitimamente, porque certamente são importantes – e o fomento geral da pesquisa no Brasil, até porque esse fundos não contemplam a área de ciências humanas, por exemplo, e é preciso dizer alguma coisa a respeito disso. Houve uma conversa, em que se dizia que os fundos vão abranger todas as áreas porque vão atender à cadeia completa do conhecimento, mas isso me parece um pouco ilusório – é quase impossível que o Fundo do Petróleo se interesse em financiar trabalhos na área de antropologia, por exemplo. Existe uma questão mais geral: como assegurar ao sistema condições amplas e abrangentes de financiamento da pesquisa.

As mudanças na área de ciência e tecnologia foram muito fortes. Temo que se façam várias leituras da universidade; gostaria que tivéssemos maior convicção de que é preciso fortalecer a universidade pública como instituição global e não fragmentadamente.

A universidade já paga um preço por ter sido usada de vários modos, que não ajudaram a consolidá-la. Volto a dizer: como podemos cobrar governo da universidade – governo mesmo, até no sentido político –, se existem indivíduos com mais recursos do que diretores de unidades inteiras? Esse casamento não está bem feito. Não sou contra a que indivíduos com grandes projetos, pelo seu mérito, pela relevância, tenham acesso a recursos importantes e polpudos, mas como é que isso se articula com a vida da universidade? É preciso pensar muito bem sobre isso, é preciso dar à universidade os instrumentos de transformação, para que ela se assuma. E o dilema que temos nesse capítulo geral de ciência e tecnologia é que, no Brasil, quase 90% da pesquisa ainda é feita em instituições públicas de ensino, nas universidades. É óbvio que a política de ciência e tecnologia deveria também ajudar a fortalecer a universidade como instituição.

#### **COMO A UNIVERSIDADE VIVE ESSE DILEMA?**

Curiosamente, ela vive essa ambivalência de modo meio oportunista; vale-se disso, buscando os recursos, mas não está sabendo aproveitar as novas oportunidades para se fortalecer como um ambiente que precisa existir antes e depois dos recursos; é preciso ter a universidade pensando-se permanentemente, é preciso ter um Conselho Universitário que possa discutir prioridades. Não ajudamos em nada o Brasil fuzilando a universidade pública; nenhum país pode pensar-se enquanto tal sem uma universidade forte. E veja que situação complicada: a Universidade Federal do Rio de Janeiro é, indiscutivelmente, a mais importante universidade federal do país, e hoje é quase um arquipélago, no que diz respeito à pesquisa e a pós-graduação. São ilhas vivendo com grande autonomia: a Coppe, o Museu Nacional, o Instituto de Biofísica; é mínima a articulação desses setores dentro da UFRJ. Qual é o destino da melhor universidade pública brasileira? Vai concentrar-se na pós-graduação? Vai deixar morrer a graduação, com uma greve atrás da outra?

Há um autor alemão, que afirma que nos tempos modernos, a universidade cumpre vários papéis, inclusive o de ser agente da política de ciência e tecnologia do país, e como tal ela se recorta em múltiplos campos e ações. Já eu acredito que há limites para essa fragmentação, esses recortes; o limite é a própria identidade da instituição como tal.

#### **COMO PARTE DA MELHORIA DO SISTEMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, SERÁ PRECISO TAMBÉM MELHORAR A ARTICULAÇÃO ENTRE AS PRÓPRIAS AGÊNCIAS DE FOMENTO?**

Sem a menor dúvida. E vamos ser bem honestos: só não existe maior articulação porque há um problema sério de composição dos orçamentos. Para a Capes isto não constitui um problema, mas para o CNPq sim; seu orçamento deveria equilibrar melhor fomento e bolsas. O CNPq tem disposição para mexer no seu orçamento de bolsas? Não, porque o maior temor é o de que, se mexer nos recursos destinados às bolsas, ele perca o orçamento. É melhor deixar como está. Por isso, ainda não superamos algumas distorções. Nos últimos tempos, o CNPq encolheu tremendamente

seu programa de bolsas para o mestrado, e a Capes teve que suprir, sem ter tido ampliação de seus recursos orçamentários. Outros exemplos, aos quais já me referi: o CNPq não dá mais bolsa para curso novo e parou de oferecer taxa de bancada, prejudicando cursos. Isso a Capes não teve condições de acudir. Numa reunião de pró-reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, em Salvador, ouvi o seguinte: “Se o CNPq dá os recursos para a pesquisa, a Capes deveria dar as bolsas.” Eu disse: “Muito bem. Tirando de onde?”

Com o aval da área econômica do governo, criamos em 1995 uma espécie de mesa, em que participávamos José Galizia Tundisi, presidente do CNPq; Eduardo Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Andrea Calabi, secretário-executivo do Ministério do Planejamento; Vilmar Faria, chefe da Assessoria da Presidência da República; o filósofo José Artur Gianotti; o prof. Reinaldo Guimarães; o prof. Tuiskon Dick, a profª Ruth Cardoso e eu – todos sabíamos, desde o início, que qualquer transformação implicaria recursos e reestruturação de orçamentos. Uma das idéias surgidas naquela ocasião foi uma especialização de papéis: a Capes ficaria efetivamente como a agência de formação de recursos humanos e receberia uma parte do orçamento de bolsas do CNPq. Este continuaria com um programa importante de bolsas, mas para a pesquisa, ou seja, para auxiliares e assistentes, visto da perspectiva do grupo e do produto da pesquisa. E operaria por *grants* globais. Um programa ou um laboratório entraria com um projeto no CNPq, receberia recursos para a pesquisa e para o pessoal, estudantes ou não – haveria um grande fortalecimento dos recursos de fomento do CNPq, isto é, recursos para a pesquisa.

Tomada a decisão, quem tomaria a iniciativa de mexer no orçamento de bolsa do CNPq? Não aconteceu nada. Fizemos três reuniões, e quando essa proposta veio à discussão, todo mundo sentiu todos os medos possíveis e imagináveis: “Vamos, então, abrir mão dos recursos de bolsa do CNPq? E quem garante que haverá aumento dos recursos de fomento?” Isso aconteceu em 1995, quando o governo acabava de assumir, tendo sido eleito no primeiro turno e quando as expectativas de reformas eram as melhores; além disso, tínhamos o Calabi participando das primeiras reuniões. Ainda assim, a clássica inércia e o medo de mexer em algo que estava funcionando paralisaram a discussão.

**Todo o esforço do Ministério de Ciência e Tecnologia tem sido buscar fontes alternativas de recursos para área, daí os fundos setoriais.**

Que a forma traz temores, isso traz. Mas, conscientes como estamos, é preciso que se encontre algum tipo de equação que dê estabilidade a

uma política que não vá se resumir ao somatório do que os fundos fizeram. Se a política geral, daqui para a frente, ficar igual ao que se somar como decisões dos vários comitês gestores de cada fundo, não teremos avançado; aí produziremos grandes desequilíbrios no nosso sistema de pesquisa.

A busca da inovação é importante, porque, é claro, a transformação tem que acontecer através da tecnologia, mas talvez fosse adequado explicitar papéis nesse contexto. Repito que não entendo como papel do CNPq fazer política de inovação; acho que ele deveria cuidar da pesquisa básica e da pesquisa aplicada. O desenvolvimento deveria ser encargo da Finep, cujo papel também está pouco claro. Penso que a Finep deveria ser, sobretudo parceira de empreendimentos, com capital de risco em empreendimentos de inovação tecnológica.

**É CONSENSUAL A AFIRMAÇÃO DE QUE A HISTÓRIA DA  
CAPES É UMA HISTÓRIA DE SUCESSO. QUAL É SUA AVALIAÇÃO  
SOBRE A EVOLUÇÃO DA AGÊNCIAS NESSES 50 ANOS?**

Não resta a menor dúvida de que a Capes é um sucesso. Trabalhou bem nesses 50 anos, e a maior demonstração é exatamente o tamanho da pós-graduação brasileira, com a qualidade que alcançou. Não foi obra exclusiva da Capes, evidentemente, mas não há dúvida de que quem, lá atrás, pensou que era preciso criar um sistema de avaliação permanente que animasse a agência inteira, fez a grande transformação. O que assegurou o sucesso da Capes foi exatamente essa combinação de fomento com avaliação concebida décadas atrás. O que a minha gestão tentou fazer – e talvez tenha durabilidade – foi mostrar que, para não perder o ritmo do sucesso, a Capes precisava se adaptar ao próprio desenvolvimento e momento atual da pós-graduação e da pesquisa. Isso se tentou fazer com a mudança da avaliação, enfrentando todos os desafios de uma nova inserção internacional da pós-graduação e da universidade brasileiras. E essa história de criar um ambiente nacional de pós-graduação e pesquisa, acho que foi o grande desafio que a Capes enfrentou e venceu. Temor eu teria se ela ficasse contente com o que já conseguiu e se acomodasse. Para terminar, quero dizer que tem sido muito bom trabalhar na Capes. Não há agência mais simpática para se trabalhar, com o corpo de funcionários extremamente dedicado que possui.

Além disso, para mim, pessoalmente, foi um grande prazer trabalhar todo esse tempo com uma equipe de diretores animada de verdadeira dedicação à missão da Capes. Meus colegas de comando – prof. Adalberto Vasquez, prof. Dick, prof. Loureiro e o Horta, da Diretoria de Administração, o prof. Darcy Dillemburg, prof. Ricardo Martins, no começo da minha gestão, todos os superintendentes e coordenadores – formaram uma equipe genuinamente interessada no sucesso do trabalho da Capes. O ministro Paulo Renato deu todo o apoio e não exerceu qualquer interferência política na administração da Capes. Acho quase impossível encontrar em Brasília outro lugar para trabalhar com as condições que encontrei na Capes, com as possibilidades de realização que ela oferece e com os resultados obtidos.

**AS SUCESSIVAS GESTÕES DA CAPES SEMPRE REVELARAM  
A PREOCUPAÇÃO COM A CONTINUIDADE; ESTA É UMA  
MARCA IMPORTANTE NA TRAJETÓRIA DA AGÊNCIA.**

Isso mesmo. A Capes pode inventar, mas precisa ser responsável. Pode mudar, mas não pode inventar muito. A agência tem enormes responsabilidades. Imagine se seu sistema de avaliação falhar? Imagine se alguém decidir não avaliar mais a pós-graduação! Seria uma loucura total! Imagine ainda se um presidente decidir fazer uma política maluca de distribuição de bolsas.

O Brasil optou, décadas atrás, por uma política maciça de formação de recursos humanos, coisa que nenhum país de seu porte fez – nossos vizinhos como Argentina e Chile, por exemplo, escolheram uma política elitista de formação na pós-graduação. Já nós optamos por criar uma massa de gente: estamos formando mais de seis mil doutores e quase 20 mil mestres por ano, é muita gente! Assim, essa política requer melhor coordenação.

Seria um grande erro fragmentar os recursos para formação e qualificação de pessoal em fundos setoriais sem qualquer coordenação e, principalmente, sem qualquer compromisso com o futuro da universidade, como instituição que produz a base da inteligência e do conhecimento no país.

## ***ESPRIT DE CORPS***

Os funcionários  
vestem a camisa

No período 1951–1974, a Capes funciona no Rio de Janeiro. Em 1974, a agência transfere-se para Brasília, e apenas 25% do corpo de funcionários acompanha a mudança. O esforço de contratação e treinamento do novo pessoal propicia a retomada do plano de reestruturação esboçado ainda durante a gestão de CELSO BARROSO LEITE e possibilita um novo dinamismo administrativo. Ao longo dos anos cria-se um *esprit de corps*, responsável pela configuração de uma forte identidade institucional.

# **ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS**

Nascida em Manaus, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS passou a adolescência no Rio de Janeiro, para onde sua família se transferira. Foi ainda no Rio que ingressou na Capes, na gestão de Celso Barroso Leite. Mestre pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, atualmente Elionora é coordenadora de Desenvolvimento Institucional da Diretoria de Programas da Capes

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 7 de agosto de 2001.

**A SENHORA FEZ TODA A SUA CARREIRA  
PROFISSIONAL NA CAPES. INGRESSOU NA  
AGÊNCIA AINDA NO RIO DE JANEIRO?**

**S**im, a Capes foi meu primeiro e único emprego, por opção. Ingressei ainda no Rio, na gestão do prof. Celso Barroso Leite, e depois me transferi para Brasília.<sup>1</sup> Aproximei-me da agência através de uma colega do Colégio Pedro II, irmã de um diretor do órgão, dr. Domingos Vieira Gomes. Estavam pedindo currículo de pessoas que tivessem pelo menos o segundo grau, para trabalhar em redação. Sabendo que eu nunca tivera problemas com redação, minha colega perguntou: “Você não quer fazer o teste?” Eu ainda era muito verdinha, mas ela insistiu; fiz o teste, fui bem, e me chamaram. Tinha 17 anos, na época, e era muito inexperiente para os padrões atuais.

**EM QUE SETOR DA CAPES A SENHORA  
COMEÇOU A TRABALHAR?**

**C**omo eu entendia um pouco de inglês, fui lotada no que hoje é a Coordenadoria de Bolsas no Exterior. Até hoje, a candidatura de bolsistas na Capes é individual, diferentemente dos programas existentes no país; assim, fazíamos toda a pré-análise das candidaturas, que depois iam à decisão do Conselho Deliberativo, e na volta, implementávamos as bolsas por ele indicadas. O trabalho era relativamente simples, porque o número de bolsas era bem menor que o atual, acho que não chegava a um terço.

<sup>1</sup> CELSO BARROSO LEITE dirigiu a Capes entre dezembro de 1969 e março de 1974. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>2</sup> DARCY CLOSS dirigiu a Capes entre junho de 1974 e março de 1979. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>3</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

**A MUDANÇA PARA BRASÍLIA É ORGANIZADA  
AINDA NA GESTÃO DE CELSO BARROSO LEITE?**

**S**ua preparação aconteceu na gestão do dr. Celso Barroso Leite, mas a mudança propriamente dita se desenvolveu na gestão do dr. Darcy Closs, uma pessoa extraordinária.<sup>2</sup>

Não apenas eu, mas outras pessoas da comunidade acadêmica e também as que têm envolvimento com as agências de fomento, consideram o dr. Darcy Closs um divisor de águas no perfil da Capes e na pujança que hoje ela apresenta.

Trouxe consigo uma equipe muito forte, com experiência na implementação do Centro Regional de Pós-Graduação do Rio Grande do Sul. Como sabem, por determinação da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, deveriam ter sido criados centros regionais de pós-graduação no Brasil inteiro, mas o único que funcionou foi o do Rio Grande do Sul.

● dr. Darcy fez parte daquele centro, e tinha muito viva a questão da organicidade do sistema de pós-graduação, por isso sua vinda para a Capes foi muito importante.<sup>3</sup> Ele implantou o I Plano Nacional de Pós-Graduação

(PNPG), além de dois outros programas fundamentais para a formação de recursos humanos, que até hoje vigoram na Capes: o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) e o Programa de Demanda Social (DS).

#### **COMO FOI FEITA A MUDANÇA PARA BRASÍLIA?**

**P**rimero veio a parte administrativa e financeira, um número reduzido de servidores, para marcar a presença da Capes e cuidar imediatamente da parte de orçamento. Realmente, foi muito difícil a operacionalização, porque o corpo técnico ficou no Rio. Em determinado momento, o dr. Celso Barroso Leite e depois o dr. Darcy informaram todos os servidores sobre o que ia ocorrer: a agência seria mesmo transferida e os funcionários poderiam acompanhá-la ou pedir transferência para outros órgãos, o que muita gente fez.

#### **QUANTOS FUNCIONÁRIOS HAVIA NA CAPES NESSA ÉPOCA?**

**A**h, era muito menor do que hoje. Se atualmente somos menos de 200 servidores, acho que não chegávamos a cem. Sei que Brasília era um desafio, um grande impacto, não tanto para mim, que já tinha familiares morando aqui e, portanto, tinha um nicho onde me agregar. Mas quem não tinha, ficava perdido, “procurando esquinas”, como dizem os cariocas. Muitos ficaram aqui um ano, no máximo, e voltaram. Já eu gostei de Brasília, dei-me bem aqui; minha mudança não foi um processo doloroso.

#### **A INSTALAÇÃO DA PRÓPRIA CAPES EM BRASÍLIA FOI UM PROCESSO MAIS DOLOROSO?**

**N**ão foi fácil, não. Acho até que a idéia de trazer primeiro o pessoal administrativo/financeiro não foi muito feliz, porque se tratava de operacionalizar algo que era tecnicamente tratado no Rio. Além disso, como o dr. Darcy ficava mais tempo em Brasília, nós no Rio ficávamos sem informação, pois aqui é que as coisas estavam acontecendo de fato. Ele viu que isso não podia continuar e começou a pressionar por uma definição, para poder encerrar as atividades que ainda funcionavam no Rio.<sup>4</sup>

**E**u vim para chefiar a Coordenadoria de Bolsas no País, enquanto outra colega, que veio antes de mim, Diana Tavares Ferreira — chegou a trabalhar com o dr. Anísio Teixeira — tornou-se chefe da Coordenadoria de Bolsas no Exterior.

#### **COM A MUDANÇA, HOUVE ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CAPES?**

**C**ertamente. O dr. Darcy cercou-se de um conjunto forte de assessores, gente acostumada a trabalhar com ele, que ajudou muito nessa transição. Ele tentou imprimir maior velocidade, mais dinâmica ao funcionamento da agência. Mas 75% do corpo técnico teve que ser recomposto, pois quase ninguém quis vir do Rio.

**A**lém do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico, a direção da Capes era composta por pessoas de fora, membros da comunidade acadêmica. A estrutura contava com a Diretoria de Administração, englobando

<sup>4</sup> A respeito da transferência para Brasília, ver também as entrevistas de SUZANA GONÇALVES e DARCY CLOSS, neste volume.

<sup>5</sup> No mês seguinte à posse de Darcy Closs, a Capes teve sua estrutura alterada pelo Dec. nº 74.299, de 18.07.1974, que, entre outras medidas, criou o Conselho Técnico-Administrativo (em substituição ao Conselho Deliberativo), e assim definiu sua organização interna: Divisão Técnica (com oito seções, incluindo a recém-criada de Controle e Avaliação), Divisão de Atividades Auxiliares e Divisão de Pessoal. Ver CORDOVA (1996) e o Anexo 3 deste volume.

<sup>6</sup> CLÁUDIO DE MOURA CASTRO dirigiu a Capes entre 1979 e 1982. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>7</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABÍLIO BAETA NEVES, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, EDUARDO KRIEGER e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

os aspectos financeiros e funcionais, e a Divisão Técnica, que cuidava dos programas de bolsas no exterior e bolsas no país, além de alguns programas de cooperação técnica com a Fundação Ford, o BID e a Fundação Fulbright.<sup>5</sup>

Existia ainda uma assessoria, que fazia a avaliação — sua configuração atual começou a ser desenhada em meados da década de 1970, ainda na gestão do dr. Darcy, com a prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Vilhena Garcia, da UFMG, que criou um pequeno núcleo com um conjunto de estagiários, todos de nível superior, e iniciou a avaliação; era um trabalho quase solitário, vinculado diretamente ao dr. Darcy. Era esta a Capes.

**AS BOLSAS NO PAÍS AINDA ERAM CONCEDIDAS  
À BASE DO ATENDIMENTO INDIVIDUAL?**

Inteiramente. Em 1975 houve um corte, com a criação do projeto Capacitação Institucional Docente, o CID, projeto piloto do atual Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica; cerca de 20 instituições chegaram a participar do programa.

Em 1976 começam a existir, de fato, o PICD e a Demanda Social, que persistem até hoje. Esses dois programas representaram a grande virada: a Capes trocou o atendimento individual pelo institucional, diferentemente do CNPq, que continua atendendo preferencialmente ao pesquisador.

Em 1976 começam a existir, de fato, o PICD e a Demanda Social, que persistem até hoje. Esses dois programas representaram a grande virada: a Capes trocou o atendimento individual pelo institucional, diferentemente do CNPq, que continua atendendo preferencialmente ao pesquisador. Curiosamente, não houve aumento expressivo no número de funcionários, os recursos é que cresceram. Na Divisão Técnica, os carros-chefes eram os setores de bolsas no exterior, com cerca de 15 funcionários, e o de bolsas no país, com dez, se tanto.

**OUTRO IMPORTANTE MOMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO DA CAPES OCORREU DURANTE  
A GESTÃO DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO.<sup>6</sup>**

Certamente. A partir daí a avaliação ganha respeitabilidade e dimensão nacional; a comunidade acadêmico-científica começa a entender que há um processo de avaliação em curso, com repercussões no fomento fornecido pela agência. Inclusive, por muito anos — não sei se o CNPq ainda mantém isso — a Finep, o CNPq e até mesmo a Fapesp se basearam na avaliação da Capes para fixar diretrizes nos seus programas de fomento.<sup>7</sup>

Promove-se uma reestruturação da Capes: a Divisão Técnica passa a se chamar Diretoria de Programas e cria-se uma Diretoria de Avaliação. Essa estrutura se mantém até hoje, um pouco ampliada.

**A**lém de contribuir enormemente para a consolidação da Capes, com repercussões no sistema nacional de pós-graduação, a gestão de Cláudio de Moura Castro trouxe grande dinamismo à atuação da agência, sem comparação com algumas das outras administrações. É uma pessoa extremamente criativa, grande formulador. Acho que o dr. Darcy Closs fazia as duas coisas: formulava e executava — foi um grande administrador. Já o dr. Cláudio era muito mais um formulador, que contou com um grande administrador para implementar suas idéias: o dr. Hélio Barros, que foi seu diretor de Programas e braço direito, ganhando muito espaço; por exemplo, jamais despachávamos com o diretor-geral, era sempre com o dr. Hélio, era ele quem realmente tocava o cotidiano da agência.

**A**liás, o dr. Cláudio e o dr. Hélio faziam uma boa dupla. Isso é muito importante, porque se você tiver idéias geniais mas não contar com quem as implemente, nada caminha. Hélio Barros, como diretor de Programas, foi quem viabilizou as idéias do dr. Cláudio.

**A**lgumas iniciativas implementadas nessa época tiveram origem na gestão do dr. Darcy e o dr. Cláudio as aproveitou, renovou e implantou. Entre as muitas idéias que ele trouxe estava o PET, o Programa Especial de Treinamento, iniciado em sua gestão, que se destinava à seleção e à formação, ainda na graduação, de pessoas com potencial fora da média. Com o *boom* do ensino superior, no final da década de 1970, coordenadores de cursos de pós-graduação começaram a se queixar da qualidade dos estudantes que chegavam à pós-graduação. Assim, pensou-se num instrumento que pudesse identificar onde estavam os alunos com maior potencial para a vida acadêmica; o PET buscava muito fazer esse papel.

**N**o início do treinamento, nenhuma especialização é exigida pois o PET procura formar hábitos, para que o aluno seja uma pessoa inquiridora, desenvolva o senso crítico e lá na frente, mais maduro, possa tomar a decisão sobre a especialização. Em suma, o PET é um instrumento para identificar os mais vocacionados para a docência e a pesquisa.

#### **MAS NÃO OBTEVE MUITO SUCESSO, NÃO É?**

**A**cho que a melhor resposta para a sua pergunta é o fato de que, embora tenha sido transferido da Capes há três ou quatro anos, ele continua na pasta da Educação; as pessoas responsáveis pelo PET têm um grau de mobilização tão grande que o programa até hoje não conseguiu ser extinto, foi para a Secretaria de Ensino Superior (SESu), sofreu diversas modificações, porém continua existindo. Mas fiz questão de mencionar o PET para mostrar um pouco o leque de realizações da gestão do dr. Cláudio; ele não se limitou a fazer somente o principal, a vocação da agência, que é a formação de mestres e doutores.<sup>8</sup>

#### **ALGUNS CRÍTICOS APONTAM O CARÁTER POLÊMICO DA GESTÃO DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, SOBRETUDO COM RELAÇÃO AOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO.**

**E**stou falando do ponto de vista de um técnico da agência. Como tudo o que é novo, o processo de avaliação não podia ser diferente. Lembro que,

<sup>8</sup> Sobre a gênese e a importância do PET, ver a entrevista de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

<sup>9</sup> O titular da Secretaria de Ensino Superior do MEC era Gladstone Rodrigues da Cunha. Ver, a respeito, os relatos de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

pelo menos uma vez por semana, a Capes estava na *Folha de S. Paulo* por causa da avaliação — Joel Martins, professor da PUC de São Paulo, era um crítico permanente da agência nesse aspecto.

Com a criação do Conselho Técnico-Científico, substituindo o antigo Conselho Deliberativo, a presença da comunidade ficou mais forte e, com a eleição dos seus membros, o processo ficou muito mais democrático.

Agora, a polêmica é parte da personalidade do dr. Cláudio; ele provocava a discussão. Avaliação é coisa muito séria, que mexe com a sensibilidade, e as pessoas têm enorme dificuldade em aceitar; acho que daí surgem os questionamentos. Mas o processo foi gradativamente sendo consolidado na administração do dr. Cláudio.

**O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO  
DOCENTE SOFREU ALGUMA MODIFICAÇÃO?**

Como o próprio nome diz, o PICD é um programa destinado, desde os primórdios, a ser um mecanismo de fomento à capacitação do corpo docente das universidades brasileiras e outras instituições, como faculdades isoladas, públicas e particulares; de 1998 para cá o programa passou a atender apenas a instituições públicas. No início da década de 1990, passou a se chamar Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica, PICDT; tanto ele quanto o Programa de Demanda Social já constam do I Plano Nacional de Pós-Graduação, como instrumentos para viabilizar a qualificação do corpo docente das nossas universidades e do mercado não acadêmico. A partir de diagnósticos sobre a titulação, a formação nas instituições, elaborava-se um mapa das necessidades de formação no país, e o PICDT entrava para oferecer bolsa de estudo e outros auxílios para estimular os docentes a buscar essa qualificação. Mas não houve modificações substantivas no programa; este foi mais um dos programas que o dr. Cláudio aproveitou e estimulou.

**POR QUE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO DEIXA A DIREÇÃO DA  
CAPES EM 1982? ALGUM INCIDENTE PRECIPITOU SUA SAÍDA?**

Sim, e faz parte, vamos dizer assim, de sua natureza irrequieta: disseram que ele saiu de férias sem comunicar ao superior, o secretário da SESu.<sup>9</sup> O episódio foi a gota d'água, em um contexto, digamos, um tanto conflituoso. O dr. Cláudio não era exatamente uma pessoa convencional. Tinha enorme capacidade de formulação, mas não se enquadrava bem em certos requisitos mais burocráticos. Considero até que ele agüentou muito tempo, três anos e meio na administração.

**O SUCESSOR DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO FOI  
EDSON MACHADO DE SOUSA, EX-DIRETOR DO DEPARTAMENTO  
DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS (DAU) DO MEC NA  
GESTÃO DE NEI BRAGA COMO MINISTRO DA EDUCAÇÃO.<sup>10</sup>  
QUE AVALIAÇÃO A SENHORA FAZ DE SUA ATUAÇÃO?**

Qualquer pessoa que assumisse a Capes depois do dr. Darcy Closs e do dr. Cláudio de Moura Castro naturalmente sofreria comparações. O dr. Edson trazia uma grande bagagem: a experiência com a administração do sistema de ensino superior; teve importante papel como consolidador de várias ações da Capes. Particularmente, considero-o uma pessoa maravilhosa. Mesmo quando secretário de Ciência e Tecnologia, com *status* de ministro, manteve esta qualidade.

**SUA GESTÃO FOI MARCADA POR ALGUMA  
INOVAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DA CAPES?**

No seu período houve o lançamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-PADCT, e a Capes foi contemplada com o Subprograma de Educação para a Ciência-SPEC, com educadores de ponta trabalhando nele. Não me envolvi pessoalmente, mas sei que contava com um forte empréstimo do Banco Mundial.

**EDSON MACHADO DE SOUSA DIRIGE A CAPES  
ATÉ 1989, SOBREVIVENDO A VÁRIOS MINISTROS.  
SUA PERMANÊNCIA SE DEVE A LAÇOS POLÍTICOS  
COM A BUROCRACIA DO MEC?<sup>11</sup>**

O dr. Edson é paranaense e era economista do Ipea em Brasília; veio para o MEC com o ministro Nei Braga, seu conterrâneo, e aqui permaneceu por longo tempo. Dirigiu a SESu, antigo DAU, a Capes e novamente a SESu. Muito competente e excelente administrador. Vejam que até recentemente ele era chefe de gabinete do ministro Paulo Renato de Sousa, o que parece comprovar sua capacidade também como articulador político.<sup>12</sup> Em 1989, último ano do governo Sarney, o dr. Edson foi substituído pelo prof. José Ubirajara Alves, com quem tive pouquíssimo contato, porque estava dividida entre realizar o mestrado e trabalhar na Capes, mas também ele se ausentou muito da luta pela manutenção da Capes. Pelo menos sua participação não chegava ao conhecimento do corpo técnico da agência.

**COMO A CAPES SOBREVIVEU AO INÍCIO DO GOVERNO  
COLLOR EM 1990, QUANDO CHEGOU A SER EXTINTA?**

Foram momentos realmente dramáticos. Foi um susto! Ninguém entendia direito o que estava acontecendo, porque a Capes sempre foi uma instituição enxuta, um exemplo na administração pública. É claro que Fernando Collor tomou de susto o Brasil inteiro, mas ninguém esperava que fosse atacar até a Capes. Sempre se falou muito na constituição de uma grande agência abrangendo o CNPq, a Finep e a Capes, cada um com sua vocação. Falava-se em juntar a Capes à SESu e agregá-las ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Tudo, menos extinção pura e simples. Ninguém entendia. O estado era de total perplexidade; sequer entrávamos no mérito, se era justo ou não extinguir a Capes; não estávamos entendendo o que estava ocorrendo.

<sup>10</sup> O paranaense Nei Braga (1917–2000) foi ministro da Educação e Cultura durante o governo Geisel, entre março de 1974 e maio de 1978. Ver *DHBB* (2001) e também as entrevistas de DARCY CLOSS e EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

<sup>11</sup> Foram ministros da Educação durante a gestão de EDSON MACHADO DE SOUSA na Capes: Rubem Ludwig (nov./1980–ago./1982), Ester de Figueiredo Ferraz (ago./1982–mar./1985), Marco Maciel (mar./1985–fev./1986) e Jorge Bornhausen (fev./1986–out./1987), Hugo Napoleão (out./1987–jan./1989) e Carlos Sant'Anna (jan./1989–mar./1990). Ver *DHBB* (2001), e a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA, neste volume.

<sup>12</sup> Paulo Renato de Sousa é o atual ministro da Educação, tendo assumido em março de 1995. Ver *DHBB* (2001).

<sup>13</sup> Sobre o período, ver, neste volume, as entrevistas de ANGELA SANTANA, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, REINALDO GUIMARÃES e EUNICE RIBEIRO DURHAM, em especial a nota 4, e CORDOVA (1996).

<sup>14</sup> Elionora Cavalcanti de Barros concluiu o mestrado na UnB em 1992. Sua dissertação de mestrado, *Política de Pós-Graduação: um estudo da participação da comunidade científica*, foi publicada pela Editora da Universidade Federal de São Carlos, em 1998.

Para seu funcionamento, a Capes sempre se valeu de pessoal requisitado de outras instituições, universidades, sobretudo; essas pessoas foram devolvidas aos órgãos de origem. Virou uma loucura. Ligavam das universidades, dizendo, por exemplo: “O senhor está na nossa folha de pagamento, mas está à disposição da Capes. Tem uma semana para voltar ou será demitido.” Quem é que ia preferir esperar? Assim, houve um esvaziamento, principalmente daqueles que tinham mais compromisso com o planejamento do que com a execução.

Até ali, o quadro permanente da Capes sempre tinha sido mais executivo, mais operacional; com exceção da Diretoria de Administração, não havia gente da casa em cargos de direção. Com a saída do pessoal cedido por outros órgãos, ficamos acéfalos. A prof.<sup>a</sup> Angela Santana — é do quadro da agência, e hoje faz doutorado na PUC de São Paulo — morava há muitos anos em Brasília, e é muito articulada politicamente. Começou a nos instigar: “Precisamos ir ao Congresso explicar a situação da Capes, conseguir apoio.” Fez vários contatos, começou a investigar as razões da extinção da Capes. O máximo que conseguimos saber foi que a Capes tinha sido incluída na lista por engano!

Como não tínhamos mais o que fazer, começamos a procurar as universidades, a comunidade acadêmica — todo mundo igualmente perplexo — e as lideranças partidárias no Congresso. Todos muito solidários, mas sem entender nada.

Sei que Congresso, academia e outras agências, como o CNPq, que não tinha sofrido o mesmo abalo, todos vieram em socorro da Capes, que foi recomposta até de maneira bastante rápida, porque outros órgãos foram realmente extintos, e nada pôde ser feito. Mas, mesmo assim, a agência foi abalada.<sup>13</sup>

#### QUANDO EUNICE DURHAM ASSUME A

#### DIREÇÃO-GERAL A CAPES JÁ ESTAVA RECOMPOSTA?

Sim, em termos de existência legal. Ela vem para recuperar o orçamento e as atividades básicas. E a partir daí, criou uma agenda para a pós-graduação, ou seja, o que a Capes precisava fazer para recuperar suas posições e elaborar uma proposta para o futuro. Não acompanhei muito sua gestão, porque continuava dividida entre a Capes e minha pós-graduação.<sup>14</sup>

#### A TRANSFORMAÇÃO DA CAPES EM FUNDAÇÃO

#### FOI OBRA DA GESTÃO DE EUNICE DURHAM?

Sei que a idéia era antiga, mas não sei precisar quando surgiu. Naquele momento de crise, a prof.<sup>a</sup> Eunice começou a implantar o projeto; depois

do terremoto, a Capes se recompõe como fundação, mas a prof.<sup>a</sup> Eunice parece não ter tido força política suficiente para implantar toda a estrutura que desejava. No início, todo mundo ficou superempolgado, achando que, finalmente, o céu tinha chegado até nós. Mas quando começamos a ver as restrições para que a fundação pudesse ser criada, desfizeram-se as ilusões; a expectativa era muito maior do que o que se transformou em realidade. Não conseguiu autonomia de gestão de pessoal, como de resto aconteceu com outros órgãos públicos. O aumento do volume de recursos aconteceu na gestão da prof.<sup>a</sup> Andréa muito mais em razão de seus laços de amizade com o ministro da Educação, o dr. Murílio Hingel que, por sua vez, gozava da extrema confiança do presidente Itamar Franco.<sup>15</sup>

**FORAM, ENTÃO, OS LAÇOS PESSOAIS DA  
PRESIDENTE DA CAPES COM O MINISTRO DA  
EDUCAÇÃO OS RESPONSÁVEIS PELO  
SIGNIFICATIVO APORTE DE RECURSOS À CAPES?**

Com certeza. A permanência da dra. Eunice Durham e depois do prof. Sandoval Carneiro é curta, e em seguida a Capes se transforma em fundação.<sup>16</sup> Logo entra a dra. Andréa, conseguindo um orçamento significativo, com a Capes podendo se informatizar relativamente; em termos de informatização muita coisa avançou, sobretudo, na área do exterior, mas ainda precisamos caminhar bastante para falar que temos uma agência inteiramente informatizada.

Em termos salariais houve alguma melhora, porque saímos da “vala comum”. E agora, com a recente atribuição de um percentual na gratificação, alcançamos uma posição diferenciada no Executivo. A gratificação da carreira de ciência e tecnologia estimula o aperfeiçoamento do servidor, porque determina um acréscimo de 35% no salário de quem tem mestrado, e 70% para os doutores. Até agora a área de ciência e tecnologia ainda não foi reconhecida como carreira de Estado, mas esperamos caminhar até lá.

● importante é que a Capes possui um corpo técnico que, independentemente do órgão de origem, veste a camisa da instituição. Além disso, há poucas interferências políticas, nenhum empreguismo. E, sorte maior, conseguimos passar pela ditadura com um único general, diretor de Administração, mais civil do que alguns de nós, enquanto outros órgãos estavam cheios de militares com dois ou três empregos — e militares nos mais altos postos.<sup>17</sup> Até disso a Capes escapou.

**A QUE A SENHORA ATRIBUI A EFICIÊNCIA DA CAPES?**

É uma instituição que trabalha com discrição no palco e muito nos bastidores, vai muito além do mero cumprimento do dever. Minha avaliação pode parecer pueril, mas acho que a Capes teve sorte com os dirigentes que a conduziram; na maioria das vezes, foi muito feliz a escolha das pessoas que vêm dirigindo a agência nesses 50 anos. Posso falar com tranquilidade, porque a Capes que conheci no Rio de Janeiro não se compara nem um pouco com a atual. Progrediu enormemente, se compararmos, por exemplo, com o CNPq, cuja estrutura é extremamente verticalizada. Além disso, o servidor da Capes tem um perfil bastante distinto, com alto grau de comprometimento com a instituição. Aqui na Capes, os servidores realmente vestem a camisa da instituição.

<sup>15</sup> Ver, a este respeito, as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA e ABILIO BAETA NEVES neste volume e CÔRDOVA (1996).

<sup>16</sup> Foram os seguintes os diretores da Capes durante o governo Collor (1990–92): EUNICE RIBEIRO DURHAM (abr./1990–out./1991), SANDOVAL CARNEIRO JR. (1991–92), EUNICE RIBEIRO DURHAM (jul./set.-1992) e Rodolfo Joachim Pinto da Luz (1992, interino). Ver INFOCAPES Boletim Informativo, v. 4, n.º 2, abr./jun. 1996.

<sup>17</sup> Como, por exemplo, o CNPq, que teve entre seus presidentes o general Artur Mascarenhas Façanha (1970–75). Ver [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)

**ATUALMENTE, A ABERTURA DE CONCURSOS  
PÚBLICOS PERMITIU RENOVAR SIGNIFICATIVAMENTE  
O QUADRO DE PESSOAL DA CAPES?**

**N**ão atendeu às nossas necessidades; o número de vagas oferecido foi muito menor do que pedimos. E tem mais, o mercado está muito competitivo, e os órgãos acabam perdendo quadros para lugares que pagam mais, seja no setor público ou na iniciativa privada, ou mesmo no exterior. Vamos precisar abrir novo concurso.

**OUTRO PONTO A SER DESTACADO É A CONTINUIDADE  
NOS PROGRAMAS E PROJETOS, ASSEGURADA POR  
UMA BAIXA ROTATIVIDADE NA DIREÇÃO DA CAPES.**

Isso é verdade.

Além do mais, se tivemos alguns dirigentes não tão dinâmicos ou inventivos, pelo menos foram pessoas que entenderam a vocação da agência e não destruíram o que de bom já estava feito.

# MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA

Baiana de São Gonçalo dos Campos, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA foi criada em Recife, para onde sua família se transferiu, e onde fez sua formação escolar. Passou um período na Inglaterra acompanhando o marido que fazia doutorado, período em que fez cursos de inglês. Retornando ao Brasil, fixou-se na Paraíba, onde passou a trabalhar na Assessoria Internacional da UFPB. Em 1981, transferiu-se para Brasília, novamente acompanhando o marido, que assumiu uma superintendência do CNPq, tendo sido então cedida à Capes. Começou a trabalhar na Divisão de Bolsas no Exterior, hoje Coordenadoria de Bolsas no Exterior. Atualmente atua na CEC — Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultoria da Capes.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 7 de agosto de 2001.

**QUANDO A SENHORA COMEÇOU****A TRABALHAR NA CAPES?**

Em 1981. Vim para Brasília acompanhando meu marido, que assumiu uma superintendência do CNPq a convite do presidente do órgão, o dr. Linaldo Cavalcanti de Albuquerque.<sup>1</sup> Na Paraíba, eu já trabalhava desde 1977 na Assessoria Internacional da Universidade Federal, em Campina Grande. Assim, vim cedida para a Capes. Conversei com o prof. Cláudio de Moura Castro e com o prof. Hélio Barros, para encontrar uma função na agência; fui lotada na Divisão de Bolsas no Exterior.<sup>2</sup>

**QUAL FOI SUA IMPRESSÃO****AO CHEGAR À CAPES?**

Antes de deixar a Paraíba eu não tinha opinião formada sobre a Capes, porque o setor onde eu trabalhava não mantinha um contato muito estreito com essas agências financiadoras; os contatos ficavam centralizados no *campus* de João Pessoa.

Vim meio crua e fui destacada para a Divisão de Bolsas no Exterior, porque tinha vivência internacional, tinha o domínio da língua inglesa e também pelas atividades que já vinha desenvolvendo na Paraíba.

**COMO ESTAVA ESTRUTURADA A CAPES,****NAQUELE MOMENTO?**

O prof. Cláudio de Moura Castro era o diretor-geral, Hélio Barros era o diretor adjunto — depois se tornou diretor de Programas —, e Domingos Vieira Gomes era o diretor de Administração, mas saiu logo depois, por isso tivemos pouco contato. Havia os assessores do diretor-geral, como Cristina Colonelli, que atuava na Divisão Técnica, na área de Bolsas no Exterior; esta Divisão, dirigida pela prof.<sup>a</sup> Sílvia Bahia, abrigava também a área de Bolsas no País. Existia, ainda, o setor de avaliação — ainda não era uma diretoria —, então uma assessoria ligada ao diretor-geral.

**COMO FUNCIONAVA O SETOR DE****BOLSAS NO EXTERIOR?**

Era responsável pelo recebimento das candidaturas, organização da seleção e distribuição das bolsas. Dividia-se em grandes áreas, distribuídas pelo corpo técnico, que controlava a entrada dos pedidos, elaborava uma análise crítica das informações e acompanhava os alunos durante o tempo da bolsa. Diana Tavares, por exemplo, além de coordenar o setor, cuidava de bolsistas e candidatos na grande área das ciências agrárias: controlava o pagamento, a correspondência com eles etc.

<sup>1</sup> Linaldo Cavalcanti de Albuquerque foi presidente do CNPq entre 1980 e 1985. Ver, a propósito, a entrevista de ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA neste volume.

<sup>2</sup> CLÁUDIO DE MOURA CASTRO dirigiu a Capes entre 1979 e 1982. Ver sua entrevista neste volume.

### QUEM SELECIONAVA OS CANDIDATOS?

Formavam-se comissões de consultores, membros da comunidade científica. Primeiro entrevistavam o candidato, depois analisavam os documentos que compunham o processo; avaliavam o mérito do candidato e de seu projeto e verificavam a contribuição que poderia trazer para a área. Mais tarde extinguíram a entrevista, e a seleção passou a ser feita apenas através da análise dos documentos. Logo sentimos a necessidade de voltar às entrevistas, porque percebemos que elas complementavam o processo de seleção. Mas a ordem foi invertida, tendo em vista o aumento da demanda: primeiro analisava-se o processo para fazer uma pré-seleção, depois vinha a entrevista com um número menor de candidatos para a escolha final. E a distribuição das bolsas era feita no sistema de balcão; cada candidato endereçava individualmente seu pleito à Capes.

### JÁ HAVIA ALGUM CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS POR ÁREA?

Embora todas as áreas fossem beneficiadas, havia as prioritárias, escolhidas a partir das necessidades do país. Química fina, por exemplo, foi privilegiada durante algum tempo. Enfim, não se tratava apenas de uma política de escolha exclusiva da própria Capes, mas um esforço conjunto no sentido de suprir as carências do sistema.

### NA ÉPOCA, A CAPES NÃO ERA INFORMATIZADA.

#### QUANTAS PESSOAS LIDAVAM COM A SELEÇÃO?

Realmente, não havia nada parecido com computador, era tudo à base de fichinhas de papel datilografadas ou preenchidas à mão. E era impressionante como tudo funcionava. Na época, a Capes toda devia contar com uns cem funcionários, e no setor de Bolsas no Exterior éramos umas dez pessoas cuidando do recebimento de candidaturas e acompanhamento de bolsistas; uma pessoa tratava da parte financeira, pagamento do bolsista, e duas ficavam no apoio, para datilografia e outros serviços de escritório. No entanto, conseguíamos montar com a mesma eficiência as comissões para a seleção dos candidatos.

### HAVIA ALGUM ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO

#### QUE O BOLSISTA REALIZAVA NO EXTERIOR?

A cada ano, sua bolsa tinha que ser renovada, e para isso o processo passava novamente pelas comissões, que vinham à Capes, analisavam os relatórios e os pareceres dos orientadores estrangeiros e emitiam sua apreciação; até hoje é assim. Atualmente, o número de bolsas para doutorado no exterior corresponde praticamente ao número de bolsistas que está retornando. Com a consolidação dos programas de doutorado no país, está sendo privilegiado o *doutorado-sanduiche* no exterior.<sup>3</sup>

### UM ANO APÓS SUA CHEGADA, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO É SUBSTITUÍDO NA DIREÇÃO DA CAPES POR EDSON MACHADO DE SOUSA.<sup>4</sup> HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS?

<sup>3</sup> Sobre o *doutorado-sanduiche*, ver neste volume as entrevistas de DARCY CLOSS, EUNICE RIBEIRO DURHAM, SANDOVAL CARNEIRO JR. e MARIA ANDRÉA LOYOLA.

<sup>4</sup> EDSON MACHADO DE SOUSA dirigiu a Capes entre 1982 e 1989. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>5</sup> Sobre o Acordo Capes–Cofecub, ver neste volume as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABÍLIO BAETA NEVES e SUZANA GONÇALVES, especialmente a nota 12.

<sup>6</sup> Ver, a respeito, a entrevista de ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, neste volume.

<sup>7</sup> Sobre o período, ver neste volume as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM, ANGELA SANTANA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e REINALDO GUIMARÃES, além de CORDOVA (1996).

Na minha opinião, houve continuidade administrativa; não me lembro de grandes mudanças, embora cada um tenha marcado sua gestão com idéias inovadoras.

Essa é, inclusive, uma grande qualidade da Capes, a continuidade; não há essa história de um diretor fazer e o outro desfazer.

A mudança mais relevante foi na própria estrutura da agência, acho que ainda no final da gestão do prof. Cláudio: a Diretoria de Programas foi oficializada, e os setores de Bolsas no Exterior e Bolsas no País passaram a ser Coordenadorias: Cristina Colonelli assumiu a de Bolsas no Exterior, e Antônio MacDowell Figueiredo a de Bolsas no País.

**ATÉ QUANDO A SENHORA TRABALHOU NA  
COORDENADORIA DE BOLSAS NO EXTERIOR?**

De 81 até 96; entre 93 e 96 assumi a chefia do setor. Até 93 fiquei responsável pelos bolsistas na França, inclusive os que faziam parte do Acordo Capes-Cofecub.<sup>5</sup> Finalmente, em 96 transferei-me para a Coordenadoria Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias, ligada à Diretoria de Avaliação.

**NO INÍCIO DO GOVERNO COLLOR,  
A CAPES PASSOU POR MOMENTOS DRAMÁTICOS,  
QUANDO CHEGOU A SER EXTINTA. COMO OS  
FUNCIONÁRIOS VIVERAM ESSE PERÍODO?**

Ninguém esperava que decidissem extinguir a Capes; isso caiu como uma bomba na nossa cabeça. No primeiro momento, todo mundo ficou meio paralisado, sem saber direito o que estava acontecendo e como resolver; mas foi por um tempo muito breve. Angela Santana e Heloísa Lobo foram figuras fundamentais para que pudéssemos ressuscitar a agência, por assim dizer. Movimentaram-se com seus contatos políticos no Congresso, explicaram a importância da Capes e foram arregimentando apoios. Ao mesmo tempo, veio o apoio da comunidade científica, o que ajudou enormemente, e aí conseguimos que a Capes voltasse a funcionar.

Foi um período difícil. Como a Capes não existia mais, não podíamos fazer o pagamento dos bolsistas no exterior, pois não havia quem assinasse a papelada.<sup>6</sup> Os bolsistas ficaram apavorados, sem saber como o problema seria resolvido, quando poderiam receber dinheiro. Uma coisa é estar no seu país, cercado de parentes e amigos, outra é estar no exterior e não ter a quem recorrer; muitos tinham salário, mas outros dependiam totalmente da bolsa.<sup>7</sup>

**QUAL FOI O PAPEL DA NOVA DIRETORA,  
EUNICE DURHAM, EM TODO ESSE PERÍODO?\***

Ela é muito dinâmica e foi bem recebida, embora os funcionários tenham sentido alguma diferença em relação ao diretor anterior, o prof. Ubirajara Alves, porque a prof.<sup>a</sup> Eunice se mantinha um pouco afastada dos funcionários.<sup>9</sup> Mas foi graças a ela que, nessa época, a Capes voltou ao seu ritmo, recuperando sua importância anterior.

**AFASTADA A AMEAÇA DE EXTINÇÃO, A CAPES  
É TRANSFORMADA EM FUNDAÇÃO. O QUE  
ISSO SIGNIFICOU PARA OS FUNCIONÁRIOS E  
PARA O FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA?**

Quanto aos funcionários, todo mundo tinha esperanças de que a Capes fosse melhorar com a transformação em fundação — era uma idéia antiga, já. Mas havia uma expectativa de autonomia gerencial e melhoria salarial — aliás, foi nessa época que fui oficialmente transferida para a Capes. De fato, a constituição de um quadro próprio, com um plano de carreira similar ao das outras fundações públicas, proporcionou uma estabilidade maior; acabou aquela história de todo ministro da Educação que entrava querendo devolver os funcionários cedidos para os órgãos de origem. Acontece que, como a Capes não tinha quadros, era comum contratar pelas universidades e depois requisitá-los para a agência; muitos funcionários sequer conheciam as universidades onde tinham contrato. Com a transformação em fundação, muita gente, como eu, optou por ser transferida para a Capes; hoje, muito poucos ainda são funcionários de universidades.

**A CAPES SE TRANSFORMA EM FUNDAÇÃO  
EM JANEIRO DE 1992. COMO FICOU  
ORGANIZADA A NOVA ESTRUTURA?**

O diretor-geral transformou-se em presidente. Foram criadas três Diretorias: Administração; Programas, abrangendo duas Superintendências — Programas no Exterior e Programas no País — e Avaliação, abrangendo quatro Coordenadorias — Coleta, Organização e Tratamento; Acompanhamento e Avaliação; Atividades Colegiadas e Consultoria; Estudos e Divulgação Científica. Além disso, permaneceram na estrutura o Conselho Superior, responsável pelas grandes linhas da política da casa, e o Conselho Técnico-Científico, formado basicamente por representantes de grandes áreas da comunidade acadêmica.

A estrutura continua basicamente a mesma até hoje; foi criada apenas a Coordenação Geral dos Programas de Cooperação Internacional, ligada diretamente à Presidência da Capes. As Superintendências dos Programas no Exterior e no País e de Informática também passaram a ser denominadas Coordenações Gerais.

**E QUANTO AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS,  
MUDOU MUITA COISA?**

Nem tanto. Hoje temos menos de 200 funcionários. As pessoas de fora ficam meio surpresas ao ver como conseguimos dar conta de tantos programas

\* EUNICE RIBEIRO DURHAM dirigiu a Capes entre 1990 e 1991 e presidiu a Fundação Capes em 1992. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>9</sup> José Ubirajara Alves dirigiu a Capes entre 1989 e 1990.

<sup>10</sup> MARIA ANDRÉA LOYOLA presidiu a Capes entre 1992 e 1994. ABÍLIO BAETA NEVES é o atual presidente, cargo que assumiu em 1995. Ver as entrevistas de ambos, neste volume.

com pouca gente. Com a fundação, pudemos abrir concurso para absorver novos funcionários; foram realizados dois concursos e já estamos precisando abrir outro.

**EM 1993, COMO VIMOS, A SENHORA PASSOU  
A COORDENADORA DE BOLSAS E AUXÍLIOS  
NO EXTERIOR. COMO FOI A EXPERIÊNCIA  
DE EXERCER UM CARGO DE CHEFIA?**

De um lado, muito boa; de outro, não combina comigo, porque não gosto de mandar, não tenho perfil de chefe. Foi um período de grande crescimento, o trabalho era muito gratificante, eu mantinha muitos contatos com a comunidade acadêmica, mas a relação com os colegas era muito difícil. A Coordenação de Bolsas no Exterior é uma das maiores da Capes, envolve muita gente, de modo que, para mim, foi um período difícil. Fiquei no cargo até 1996; assumi a convite da prof.<sup>a</sup> Maria Andréa Loyola e saí um pouco antes do início da gestão do prof. Abílio.<sup>10</sup> Fiquei ainda algum tempo como assessora do novo chefe, o prof. Ernesto, e posteriormente de Marisa Melo, que assumiu a função um ano depois dele; finalmente, vim para a Coordenadoria Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias.

**QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES  
DESSA COORDENADORIA?**

Ela está ligada à Diretoria de Avaliação, mas presta serviços também à Diretoria de Programas e à Coordenação Geral de Programas de Cooperação Internacional; faz a ligação entre as Coordenadorias da Diretoria de Programas — Bolsas no Exterior, Bolsas no País, Programas Especiais e Cooperação Internacional — e os representantes de área e consultores *ad hoc*, que avaliam programas e analisam pedidos de bolsas no exterior e no país.

A Coordenadoria Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias cumpre um papel importante, porque faz a ponte entre a Capes e a comunidade científica. Como quase tudo aqui é feito à base de consultoria externa, isto se torna relevante.

São acionados os membros da comunidade, que vêm, dão sua colaboração e vão embora. Agora, grande parte do trabalho — análise preliminar dos processos, dos projetos — é enviada pelo correio, de modo que as reuniões aqui na sede da Capes são bastante rápidas. Atualmente já estamos utilizando a internet para envio de processos a consultores, através

de tramitação eletrônica. Isto facilita o trabalho e diminui os gastos com o correio ou mesmo com a vinda de consultores à Capes.

**MESMO O REPRESENTANTE DE ÁREA QUE,  
PELO VISTO, TRABALHA MUITO E TEM MUITA  
RESPONSABILIDADE, NÃO É REMUNERADO?**

É verdade, trabalha como um condenado, mas não é remunerado. Ganha prestígio e poder junto à comunidade científica. Nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, de onde partem as indicações, existe sempre muita articulação e discussão em torno dos nomes de possíveis candidatos a representante de área, o que torna o processo bem competitivo.

**OS REPRESENTANTES DE ÁREA  
TÊM MANDATO FIXO?**

Sim, de três anos; atualmente, está terminando o mandato de um grupo. São 44 áreas, cada uma com representante indicado pela comunidade. A escolha final é feita pelo presidente da Capes, depois de ouvir o Conselho Superior, que apresenta uma lista tríplice. Esses representantes escolhem dois de cada grande área para representá-los no Conselho Técnico-Científico; este escolhe um que o representa no Conselho Superior.

**ATUALMENTE, QUAL É A POLÍTICA DA CAPES  
PARA CONCEDER BOLSAS NO EXTERIOR?**

A vocação da Capes é a formação de docentes de alto nível. Portanto, seu programa de formação de doutores no exterior está voltado para aqueles que têm vínculo com as instituições de ensino superior brasileiras, o que não elimina a possibilidade de conceder bolsas a quem não é docente. Para pós-doutorado as bolsas são concedidas exclusivamente a docentes e pesquisadores que atuam na pós-graduação, com sólida produção científica. As bolsas de *doutorado-sanduíche* são concedidas por um período máximo de um ano, para que o estudante possa desenvolver sua pesquisa junto a um centro estrangeiro e retorne ao Brasil para defender sua tese.

**NESSES 20 ANOS QUE ESTÁ NA CAPES,  
COMO VÊ A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE  
CONCESSÃO DE BOLSAS NO EXTERIOR?**

Mudou muito. Há 20 anos, concedíamos bolsas para todos os níveis: mestrado, especialização, doutorado. Hoje a pós-graduação cresceu muito, quantitativa e qualitativamente, de modo que a Capes considera que o sistema está maduro para absorver todo mundo que quiser fazer mestrado no país. Mesmo as bolsas de doutorado, só são concedidas para o exterior em temas muito específicos e em áreas carentes no Brasil. Hoje se prioriza a bolsa *sanduíche*, programa mais barato e ótimo para os estudantes, pois os desobriga de permanecer no exterior por um período muito longo, sem oferecer prejuízo à sua formação. Há a bolsa *sanduíche* institucional e a individual, de balcão. Os candidatos que estejam cursando um doutorado que tem nota inferior a cinco pedem bolsa no balcão; e aqueles de programas com nota igual ou superior a cinco entram no programa institucional.

Do ponto de vista acadêmico, estas mudanças refletem a preocupação da atual gestão com o desenvolvimento da pós-graduação, o que se tornou uma marca registrada da Capes.

O sistema de avaliação, já reconhecido, também sofreu mudanças importantes, ficando mais rigoroso, para ser mais justo e poder caminhar no mesmo passo que a pós-graduação.

# **ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA**

Natural de João Pessoa, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA é engenheira agrônoma formada pela Universidade Federal da Paraíba–UFPb. Funcionária da Capes desde 1979, trabalhou sempre na área de acompanhamento e avaliação, hoje institucionalizada na Diretoria de Avaliação. Atualmente chefia a Coordenação de Acompanhamento e Avaliação.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 9 de agosto de 2001.

**QUANDO A SENHORA INGRESSOU NA CAPES?**

Em maio de 1979. Naquele ano, o prof. Linaldo Cavalcanti deixou a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério das Minas e Energia, foi nomeado presidente do CNPq, convidando o meu marido, engenheiro agrônomo como eu, para trabalhar com ele.<sup>1</sup> Mudamos para Brasília, e eu, oriunda da Universidade Federal da Paraíba, fui cedida à Capes, onde estou até hoje, sempre trabalhando na área de acompanhamento e avaliação da pós-graduação.

Fui lotada na Capes inteiramente por acaso, nem sabia direito do que se tratava, apenas sabia que era uma agência que dava bolsas de estudo. Mais nada. O prof. Linaldo falou com o Cláudio de Moura Castro, diretor-geral da casa, e com o Hélio Barros, diretor de Programas.<sup>2</sup> Caí aqui, graças a Deus! Na época, ainda não existia no organograma da Capes uma coordenadoria de acompanhamento e avaliação, pois o setor ainda era muito incipiente. Vim como técnica e, a partir daí, comecei a fazer parte da equipe que estruturou o processo de avaliação da pós-graduação.

**COMO ERA A ESTRUTURA DA CAPES QUANDO A SENHORA CHEGOU?**

Havia um diretor-geral, que corresponderia ao atual presidente; depois, um diretor-adjunto, que corresponderia ao diretor de Programas — ainda não havia Diretoria de Avaliação —, e finalmente o diretor de Administração. Abaixo ficavam as Divisões, correspondendo às atuais Coordenadorias.<sup>3</sup>

**COMO FUNCIONAVA A AVALIAÇÃO?**

De maneira muito incipiente, ainda. A responsável era Maria Lucia Vilhena Garcia, hoje no CNPq, e a equipe era composta por Ricardo Martins, Rogério Córdova, Norma Beatriz Rancich e eu. Apesar de ainda embrionário, o processo de avaliação despertou muitas expectativas na comunidade acadêmica. Avaliar é extremamente complexo, e as pessoas não gostam de ser avaliadas; esse era o grande tabu.

<sup>1</sup> Ver a entrevista de MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, neste volume.

<sup>2</sup> CLÁUDIO DE MOURA CASTRO dirigiu a Capes entre 1979 e 1982. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>3</sup> Ver o Anexo 3 deste volume e CÓRDOVA (1996).

Mas credito toda a importância e repercussão da avaliação da Capes a uma sábia política desenvolvida pela agência, de caminhar devagar, sem maiores audácias, ouvindo sempre a comunidade científica; esse foi um importante trunfo.

Todas as novidades implementadas resultaram de discussões com a comunidade, por isso foi possível desmontar as resistências iniciais.

**JÁ FUNCIONAVAM OS REPRESENTANTES DE ÁREAS?**

Sei que quando cheguei em 1979 já existiam os representantes de área escolhidos pelo diretor-geral da Capes.

**O PESO DA COMUNIDADE NA ESCOLHA DOS  
COMITÊS ASSESSORES AINDA ERA REDUZIDO?**

**S**im, menos reduzido que hoje. Como as áreas não eram muito delimitadas, era possível ter em ciências sociais um representante que, na verdade, falava pela história, geografia, sociologia, economia, e assim por diante; já hoje temos um representante para cada área específica. De outro lado, acho que a própria Capes detinha maior poder; como era algo que estava se formando, em caso de dúvida, era sempre a agência a decidir.

**A**tualmente é totalmente diferente: a comunidade indica nomes, e dentre os mais votados é elaborada uma relação que vai ao Conselho Superior da Capes. Este, por sua vez, faz uma análise de cada currículo. Assim, o representante tem, em geral, o apoio da comunidade. Naquela época, não existia um contato maior com os coordenadores dos cursos de pós-graduação; as associações de pós-graduação sequer tinham sido fundadas, a própria figura da Pró-Reitoria, que integrava toda a pós-graduação da universidade, ainda não estava totalmente implantada.<sup>4</sup> Tudo isso fazia com que a Capes tivesse um poder de decisão muito maior.

**O REPRESENTANTE DE ÁREA TINHA ALGUM  
PAPEL NA SELEÇÃO DOS COMITÊS ASSESSORES?**

**A**h, tinha. Um vez eleito — naquele momento, indicado diretamente pela Capes —, o representante de área geralmente trazia sugestões de nomes, e nós fazíamos as escolhas. Esse representante tinha um mandato de dois anos, com possibilidade de renovação; já os consultores são escolhidos *ad hoc*, e sempre foram utilizados de acordo com nossa demanda. É um pouquinho diferente do CNPq, onde o assessor tem um mandato fixo de dois anos; na Capes só tem mandato o representante de área, atualmente de três anos. As pessoas que participam da avaliação, fazem análise para bolsa no exterior, projetos de cooperação internacional, análise de cursos novos, e assim por diante, são convidadas conforme nossa demanda e não têm mandato fixo.

**C**omo nossa avaliação é trienal, existe todo um processo de preparação em que, sob nossa orientação, o representante de área trabalha com um grupo mais ou menos estável ao longo desses três anos, até para assegurar a continuidade dos critérios e da sistemática de trabalho a serem utilizados na avaliação.

**APÓS A SAÍDA DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EM 1982, EDSON  
MACHADO DE SOUSA ASSUME A DIREÇÃO GERAL DA CAPES. HOVE  
ALGUMA MODIFICAÇÃO SUBSTANTIVA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO?**

**N**ão. As mudanças na direção da Capes nunca trouxeram mudanças drásticas. Temos uma linha de ação que tem sido preservada, pelo menos nesses vinte e poucos anos que estou aqui. Claro que são processos dinâmicos, portanto há sempre uma necessidade de ajustes. Mas não aconteceu nada de parecido com histórias que conhecemos de outros órgãos: “Ah, o projeto tal era extremamente importante, mas foi totalmente esvaziado e depois extinto.” Aqui a idéia básica é a continuidade. E isso considero fundamental para a ação da casa. Isso é muito importante.

**D**o ponto de vista da avaliação, nunca sofremos um corte radical, ao contrário; a cada ano o processo foi sendo ajustado à realidade do momento.

<sup>4</sup> A respeito da implantação das Pró-Reitorias de Pós-Graduação, ver a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume.

Por exemplo, foi fundamental para o aperfeiçoamento da avaliação o aumento do intercâmbio com as Pró-Reitorias de pós-graduação, que passaram a ser nossas interlocutoras oficiais. Com isso, não quero dizer que não conversássemos com o coordenador nem com o reitor. Era interesse não só nosso, como de cada pró-reitor, acompanhar de perto os seus programas, as principais questões que estavam sendo discutidas na avaliação de cada curso. Estávamos em plena fase da consolidação dos programas de mestrado e doutorado, e as universidades tinham todo o interesse em aumentar esse intercâmbio conosco, para consolidar seus cursos. Esse foi um marco muito importante.

Em seguida, passamos a fazer reuniões com os coordenadores de cursos, por área: educação, biologia, psicologia, e assim por diante; aquele era um momento de maior interação entre a Capes e os cursos. E a partir dali, como já tínhamos o representante oficial daquela área, procurávamos tornar o processo de avaliação mais transparente, discutindo critérios. Acho que foi o nosso grande ganho.

É claro que hoje a transparência é muito maior do que há dez, 15 anos, mas naquele momento, era o que o sistema permitia. Se atualmente, com a toda a transparência e dados disponíveis na Internet, quando divulgamos os resultados sempre há polêmica, imaginem quando estávamos começando essa operação toda.

Por isso, repito: sempre considerei sábia a posição da Capes, caminhando devagarinho, sempre de mãos dadas com a comunidade. De vez em quando recebíamos umas pedradas, é natural, faz parte.

#### **ALGUMA ÁREA APRESENTOU MAIORES RESISTÊNCIAS?**

A área de educação é sempre problemática. Houve uma polêmica terrível com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a Anped. Na época, utilizávamos as letras A, B, C, D e E para a avaliação, e a área de educação decidiu não obedecer e classificou seus cursos da seguinte maneira: na média, abaixo da média e acima da média; totalmente distinto das demais áreas. Mas acabaram se enquadrando; aos poucos, a Capes foi dobrando as resistências. Por isso, foi um marco importante a reunião dos coordenadores; as pessoas passaram a conhecer melhor a agência e a entender todo o processo.

#### **COMO ERA A DINÂMICA DESSAS REUNIÕES DE COORDENADORES?**

A grande maioria era feita aqui em Brasília mesmo. Aproveitávamos e dávamos uma passada em todos os programas da Capes, para que os coordenadores que chegavam aqui pela primeira vez, tivessem oportunidade de

conhecer todos os setores: bolsas no exterior, bolsas no país, intercâmbios, convênios, treinamentos. Com isso, intensificamos o intercâmbio com os cursos de pós-graduação.

Um ganho igualmente importante que também marcou nossa avaliação foi a coleta dos dados. Nossa informatização foi um processo lento, até um pouco traumático, antes de mais nada pelo volume de informação com o qual lidamos. Não podia ser diferente, porque não tínhamos nada informatizado. Cada curso preenchia os formulários à mão e enviava à Capes pelo correio — já aí havia risco de extravio. Chegando aqui, digitávamos tudo o que vinha das universidades — outro risco, de erro, de engano na digitação — e depois processávamos e apresentávamos aqueles dados para avaliação.

Aos poucos, fomos informatizando, depois veio a era do disquete, que as universidades preenchiam e enviavam; ainda dava alguns problemas. Hoje o sistema é absolutamente eletrônico: o curso preenche e envia eletronicamente, eliminando qualquer possibilidade de erro por manipulação, e nosso sistema de informação é absolutamente aberto; está tudo disponível na página da Capes na Internet. Quando se faz a avaliação, toda a comunidade científica já sabe a partir de que critérios ela será feita; todos sabem de tudo, a respeito de todos.

#### QUAL É A PERIODICIDADE DA COLETA DE DADOS?

Anual. A cada ano recebemos relatórios preenchidos pelas universidades, avaliamos e inserimos na página da Capes. Esse procedimento contribuiu muito para melhorar a qualidade dos dados enviados pois, a partir do momento em que sabe que suas informações serão abertas ao público, todos têm que ter cuidado com o que vão enviar; a comunidade percebe as distorções existentes. Outra questão importante é a transparência dos critérios. Desde o início, a cada ciclo de avaliação os critérios são discutidos, informados àquela comunidade específica; a reunião dos coordenadores tem sido um ótimo espaço para essa discussão.

#### QUAIS ERAM OS ITENS BÁSICOS DE COMPOSIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO?

A Capes sempre teve a preocupação de centralizar a análise de cada programa, através da avaliação, em cima de questões fundamentais, inerentes a qualquer área do conhecimento. Corpo docente, produção intelectual, linhas de pesquisa, estrutura curricular do curso, estrutura física à disposição, corpo discente etc. E ao longo do tempo, essas questões foram sendo trabalhadas, aprofundadas e refinadas. É perfeitamente natural que, no início da década de 1980, as exigências de requisitos para que um curso fosse bem avaliado fossem bastante diferentes das de hoje. Aquele era um momento praticamente de fundação dos programas; hoje eles estão consolidados.

Como exigir um quadro de docentes especializados, se as pessoas não eram, de fato, especializadas? Como exigir uma produção intelectual, se não era hábito na comunidade? Uma biblioteca bem equipada, se esses recursos não existiam? Então, à medida que o tempo vai passando, o próprio sistema evolui, a competitividade entre eles vai se estabelecendo, e os critérios vão sendo aperfeiçoados.

<sup>5</sup> EDSON MACHADO DE SOUSA presidiu a Capes entre 1982 e 1989. A respeito do aumento do volume de recursos ver, especialmente, sua entrevista, neste volume, além de CÓRDOVA (1996).

<sup>6</sup> A propósito, ver neste volume as entrevistas de ANGELA SANTANA, ELIONORA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, REINALDO GUIMARÃES e EUNICE RIBEIRO DURHAM, especialmente a nota 4, além de CÓRDOVA (1996).

<sup>7</sup> A Capes foi extinta pela MP 150, de 15.03.90, e restaurada pela Lei nº 8.028, de 12.04.90. Ver CÓRDOVA (1996).

**DURANTE A GESTÃO DE EDSON MACHADO DE SOUSA HOUVE UM AUMENTO GRANDE DOS RECURSOS DESTINADOS À CAPES, COM UM CONSEQÜENTE AUMENTO NO NÚMERO DE BOLSAS.<sup>5</sup> EVIDENTEMENTE, AUMENTOU TAMBÉM O TRABALHO DE AVALIAÇÃO, NÃO?**

Claro. Quando cheguei, em 1979, lembro que avaliamos entre 80 e 100 cursos.

Na década de 1980 deu-se a grande expansão da pós-graduação; a partir daí, de uma avaliação para outra, passamos de 80 para 280, 350, 500, mil cursos.

O número continua crescendo; atualmente avaliamos 1.586 programas cadastrados no sistema, recomendados pela Capes. E estão em tramitação entre 250 e 300 cursos novos, pleiteando a recomendação inicial.

**ESSES CURSOS PODEM FUNCIONAR?**

Sim, porque a universidade tem autonomia para isso. A atual legislação do Conselho Nacional de Educação, órgão que autoriza o funcionamento dos cursos, dá às instituições prazo de um ano para que apresentem a proposta à Capes, caso contrário os cursos serão fechados. Agora existem centenas, quem sabe milhares, de cursos funcionando sem autorização do Ministério, porém esses não integram o sistema, e seus diplomas não têm validade nacional. Mas preocupam.

**EM MARÇO DE 1990, O GOVERNO COLLOR PROVOCA UM TERREMOTO NA ÁREA ACADÊMICA, QUANDO DETERMINA A EXTINÇÃO DA CAPES.<sup>6</sup>**

Uma sexta-feira fatídica, em que chega a notícia: “A Capes está extinta.” Foi uma loucura! Passamos alguns dias de absoluto terror, mas o ato, feito sem a devida reflexão, foi anulado; acho que a extinção não durou um mês.<sup>7</sup> Atribuo essa atitude a um desconhecimento total do que era a Capes e do papel que ela representava no processo de educação universitário brasileiro, porque a reação da comunidade científica foi maciça, e recuperamos nossa instituição.

Tínhamos que continuar trabalhando, porque os bolsistas dependiam de nós, todas as nossas atividades estavam em plena execução — as visitas aos cursos, as análises de programas novos de pós-graduação, preparação da avaliação; tudo isso estava em andamento. De outro lado, precisávamos fazer a casa continuar a funcionar, para que isso não fosse um complicador maior para a ressurreição. Então, fazíamos de tudo ao mesmo tempo; tocávamos as ações rotineiras e nos preocupávamos com ações para convencer o governo a revolver a situação o mais rápido possível.

● O terrorismo era muito grande. Todos os que éramos cedidos por outros órgãos — eu continuava vinculada à universidade, mas cedida à Capes —

teríamos que voltar à origem, além de termos que enfrentar a questão da redução dos quadros; todas as instituições tinham que cortar 20% de seus quadros. Isto tudo aconteceu bem no início da gestão de Eunice Durham. Todo dia era o mesmo terror: “Hoje sai a lista dos demitidos, tem 30 nomes...” E a gente nunca obtinha essa informação de maneira transparente; claro que a “rádio corredor” funcionava muito mais depressa. E os boatos eram terríveis. Em suma, foi um período muito difícil. Nos meus 22 anos de Capes, não lembro de um ano tão ruim; os demais, eu diria que foram excelentes.

#### **COMO A SENHORA AVALIA AQUELA HORA CRÍTICA?**

Foi realmente muito difícil, um clima desconfortável, cheio de insegurança. Existia grande distância entre a direção-geral e o corpo técnico. As informações eram pouco transparentes, imprecisas; tudo isso gerava ansiedade, dúvidas. Não havia diálogo claro. Sempre ficávamos à espera de notícias consistentes e, como nem sempre vinham, havia espaço para interpretações que não traduziam o momento que estávamos vivendo.

#### **PASSADO AQUELE MOMENTO DRAMÁTICO, A ÁREA DE AVALIAÇÃO SOFREU ALGUMA ALTERAÇÃO SUBSTANTIVA?**

Sim, e para melhor, pois com a transformação da Capes em fundação foi criada a Diretoria de Avaliação, o que significou a possibilidade de estruturação no organograma da Capes, da atividade de avaliação.<sup>8</sup> Ai passamos a ter um interlocutor direto e mais próximo do que o diretor de Programas, que antes tomava conta de tudo. O primeiro titular da nova Diretoria de Avaliação foi Marisa Cassim, trazida pela Eunice; em seguida, assumiram Abigail Carvalho, da UFMG, na gestão de Andréa Loyola; o dr. Darcy Dillemburg, já na administração de Abilio Baeta Neves, e o atual, Adalberto Vasquez. Atualmente, a Diretoria de Avaliação engloba quatro Coordenadorias: Estudos e Dados; Operacionalização da Informação; Acompanhamento e Avaliação, e Atividades Colegiadas. A criação da Diretoria representou um ganho para todo o processo porque, como eu disse, passamos a ter a quem nos reportar, dirigir, conversar, discutir, apresentar diretamente nossas idéias.

#### **QUAIS SÃO EXATAMENTE AS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DE AVALIAÇÃO?**

Sua espinha dorsal é a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*. Agora, a análise de todos os outros instrumentos de fomento oferecidos pela Capes é coordenada pela Diretoria. Por exemplo, candidaturas a bolsas de pós-doutorado no exterior passam por aqui, para ter seu mérito analisado por nossos consultores. Aprovado, enviamos tudo para a Diretoria de Programas, que implementa ou não. É a Coordenadoria de Atividades Colegiadas que coordena todos os processos que necessitam de análise pela consultoria científica externa — como vocês já perceberam, todas as nossas ações são subsidiadas por consultores externos.

#### **A COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO TRATA APENAS DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*?**

Sim, e já é muito; toda a pós-graduação *lato sensu* fica fora da jurisdição da Capes. Desde 1995 estamos tratando dos mestrados profissionalizantes,

<sup>8</sup> Sobre a criação da Fundação Capes, ver sobretudo as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM, SANDOVAL CARNEIRO JR. e ELIONORA CAVALCANTI DE BARROS, neste volume. Quanto à estrutura interna, ver o Anexo 3.

<sup>9</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e SIMON SCHWARTZMAN neste volume.

que não podem ser entendidos como pós-graduação *lato sensu*.<sup>9</sup> Inicialmente, houve forte cautela por parte da comunidade, até com justa razão, porque não se conhecia bem o produto, e havia muita mistificação; portanto, decidiu-se usar muito rigor no julgamento para evitar qualquer injustiça. Mas hoje isso já está sendo bem trabalhado, e a cada dia aumenta o número de novas propostas.

**SIM, PORQUE CRESCE TAMBÉM O NÚMERO  
DE PESSOAS QUE QUEREM APRIMORAR-SE MAS  
NÃO QUEREM SEGUIR A VIDA ACADÊMICA.**

É verdade. A pós-graduação *stricto sensu* serve para formar pessoas que se dedicam à academia, às pesquisas. Já em determinadas áreas, a necessidade de aperfeiçoamento específico é fundamental, porém sem a derivação para a docência. Vejam a área de computação: aquele técnico está interessado em se especializar num determinado assunto, e obtido o conhecimento, está apto a enfrentar o mercado, da melhor maneira possível. Evidentemente, algumas áreas são mais apropriadas que outras, mas é crescente o número de mestrados profissionalizantes.

**E OS MESTRADOS MULTIDISCIPLINARES?**

Essa é outra realidade. A partir de determinado momento, começamos a detectar o surgimento de uma concepção diferente de mestrado, não mais específico de uma determinada área. Inicialmente, houve uma interpretação um pouco diferenciada, que levou a resultados também diferentes.

Muitas vezes, as instituições consideravam que a junção de dois doutores em história, mais três em antropologia e mais dois em sociologia, e estava pronta uma proposta maravilhosa de mestrado multidisciplinar em ciências sociais. Não é bem isso.

O grande segredo da multidisciplinaridade é ter um eixo condutor que integre todos os segmentos que participam daquela proposta, ter uma proposta integrada, em sintonia. Quando o CNPq, a Finep e outras agências estimularam a criação dos grupos de excelência, muitas instituições quiseram fazer não só o mestrado multidisciplinar, mas interinstitucional. E foi uma confusão.

**HOJE, QUANTOS CURSOS MULTIDISCIPLINARES EXISTEM?**

Sessenta e três cursos, devidamente recomendados. Para vocês terem uma idéia, na avaliação de 96 eram apenas oito programas multidisciplinares; em 98 já eram 52. Foi um crescimento brutal, a ponto de termos que instituir uma representação de área, até para que os critérios de análise ficassem

tão homogêneos quanto os demais; em 2000 foi instituída a comissão multidisciplinar, sendo o representante de área o prof. Luís Bevilaqua (LNCC) e hoje o prof. Cláudio Sampaio (Unifesp).

**UMA PARTE IMPORTANTE DA AVALIAÇÃO  
BASEIA-SE NO PROGRAMA DE VISITAS A  
INSTITUIÇÕES. É UMA PRÁTICA ANTIGA NA CAPES?**

Quando cheguei à Capes o programa já existia, mas foi intensificado depois de 1982. A cada fechamento de um ciclo, tentávamos visitar os programas que tivessem obtido notas de médias para baixo, com deficiências mais sérias, porque era impossível visitar todos. Esse foi um procedimento que enriqueceu muito o processo de avaliação porque, por mais detalhado que seja o instrumento de coleta, há peculiaridades não percebidas.

**QUE ÁREAS ESTÃO SE EXPANDINDO MAIS?**

Na década de 1980, acho que houve um crescimento relativo de todas as áreas, com exceção de algumas poucas, como serviço social, teologia, enfermagem, antropologia. Hoje algumas áreas se destacam: educação, direito e administração. Agora, do ponto de vista geográfico, a região que mais cresce é o Sudeste, sem sombra de dúvida.

**FINALMENTE, CHEGAMOS À ADMINISTRAÇÃO ATUAL,  
QUANDO HOVEU UMA REVISÃO PROFUNDA NA AVALIAÇÃO,  
TALVEZ A ÁREA MAIS MODIFICADA NA CAPES.<sup>10</sup>**

Exatamente. Até 98, aconteceram várias mudanças, mas nada radical, que desfigurasse o processo; a mudança atual trouxe inovações que alteraram aquela rotina usualmente seguida. Começamos por mudar a escala de avaliação; desde 1976 era a mesma escala, utilizando letras de A a E, ou seja, cinco níveis de pontuação. Quando fechamos a avaliação daquele ano, constatamos que mais ou menos 75% já recebiam A e B; a escala não tinha mais o poder discriminatório. Era preciso um estímulo para que os programas buscassem mais qualidade, níveis internacionais. Assim, durante todo o ano de 1997 discutimos novas formas de avaliação e, em 98, implantamos o novo sistema; uma escala numérica de 1 a 7, estabelecendo as notas 6 e 7 como classificações de excelência — uma novidade —, até porque havia necessidade de um diferencial maior.

Trouxemos consultores estrangeiros — da Inglaterra, do Canadá, da Alemanha, de Portugal e da Espanha — para dar uma olhada em todo o nosso processo e testar sua compatibilidade com outros países; a experiência foi extremamente positiva. Concluída a avaliação de 98, consultores internacionais visitaram os programas que obtiveram nota 6 e 7. Em todas as visitas eles ficaram surpresos com o nível do trabalho, o desenvolvimento da pesquisa, a qualidade dos nossos laboratórios, a participação discente — isso gerou, inclusive, um rápido processo de intercâmbio; alunos de biologia de Minas Gerais foram para a França. Em suma, foram mudanças altamente positivas, consolidando a seriedade e importância do processo de avaliação realizado pela Capes. De fato, ano a ano esta avaliação contribuiu poderosamente para a significativa melhoria dos programas de pós-graduação no país. E isto é trabalho da Capes, trabalho árduo, sério, competente.

<sup>10</sup> ABILIO BAETA NEVES, atual presidente da Capes, assumiu em 1995. Sobre as alterações introduzidas no sistema de avaliação, ver, além de sua entrevista, as de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, MARIA ANDRÉA LOYOLA, REINALDO GUIMARÃES e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

**ALGUNS PROGRAMAS SE QUEIXAM DE QUE  
OS CRITÉRIOS FICARAM MAIS RÍGIDOS, COMO  
TEMPO PARA TITULAÇÃO, POR EXEMPLO.**

Sim, mas vocês hão de convir que havia um pouco de abuso.

Num país com nossa dimensão e nossas carências, é inadmissível que um aluno demore oito anos para completar o mestrado. E ainda mais, com bolsa! Isso não é mais possível.

**NA SUA OPINIÃO, QUAL O PRINCIPAL  
TRAÇO DA NATUREZA DA CAPES?**

A Capes se caracteriza pela sua continuidade de ação, pela eficiência dos programas, pela agilidade das tramitações. Sempre foi uma agência dotada de um quadro de funcionários enxuto, porém competente. É um privilégio fazer parte do corpo técnico desta casa.

# **Histórias de uma longa colaboração**

## **A Capes vista pela comunidade acadêmica**

**A partir de meados da década de 1970, durante a gestão de DARCY CLOSS, a comunidade acadêmica passa a participar de maneira sistemática dos trabalhos internos da Capes, colaborando na análise das solicitações de bolsas de estudo, nas entrevistas com candidatos, nas avaliações de cursos, nas recomendações de cotas de bolsas para as instituições, além de envolver-se ativamente na formulação, implantação e avaliação de projetos desenvolvidos pela agência. Nos últimos 25 anos, essa participação tornou-se cada vez mais intensa e passou a constituir um dos principais pilares sobre os quais se assenta o sucesso da Capes.**

## AMADEU CURY

Descendente de libaneses, AMADEU CURY nasceu em Guaxupé (MG), a 13 de maio de 1917. Formou-se em medicina em 1942 pela Universidade do Brasil, hoje UFRJ, da qual se tornou professor. Neste mesmo ano iniciou sua carreira no Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos (RJ), como pesquisador e professor (1942–71). Como administrador exerceu, entre outros, os cargos de diretor do Instituto de Microbiologia da UFRJ (1966–71), reitor da Universidade de Brasília (1971–76), pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da mesma UnB (1976–79, 1980–84) e diretor do CNPq (1979–80). Participou de diversos órgãos colegiados relacionados à política e ao fomento da educação e da ciência e tecnologia. Foi presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1971–72), vice-presidente (1964) e membro (1966–81) do Conselho Deliberativo do CNPq, membro (1966–72) e presidente (1969–71) do Conselho Deliberativo da Capes e membro dos conselhos científicos do Inpa — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Museu Emilio Goeldi, em Belém do Pará. Organizou e coordenou o primeiro curso de pós-graduação do Brasil, credenciado pelo Conselho Federal de Educação em fevereiro de 1970 (mestrado e doutorado em microbiologia). Em 1994 recebeu a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico e em 1996 o Prêmio Anísio Teixeira, concedido pela Capes. É membro da Academia Brasileira de Ciências, da qual foi vice-presidente entre 1969 e 1977.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 7 de agosto de 2001.

**O SENHOR TEM UMA LONGA CARREIRA ACADÊMICA.****CONTE-NOS UM POUCO DE SUA TRAJETÓRIA.**

Nascido em Guaxupé (MG), mudei-me para Uberlândia em 1928 e em 1936 cheguei ao Rio de Janeiro para estudar medicina na antiga Universidade do Brasil. Como naquela época não havia curso de biologia, meu primeiro desejo, fiz o curso médico e creio que fui um bom aluno. Apesar de me dedicar sobretudo às ciências básicas, não me descuidei da área profissional: freqüentei pronto-socorro, atendi parturientes, doentes e acidentados na rua, em morros, esfaqueados, baleados, o diabo. Passei por tudo, apesar de saber, *a priori*, que não faria nada daquilo mais tarde; apenas queria ter uma boa idéia de como era o curso médico. No final do curso fui laureado com o Prêmio D. Antônia Chaves Berchon des Essarts (diploma e medalha de ouro), conferido ao aluno que fazia o curso médico com distinção — sei que Carlos Chagas Filho também o recebeu, companhia que muito me honra.

**QUANDO O SENHOR SE FORMOU NA ESCOLA DE MEDICINA?**

Em 1942. Naquele ano prestei concurso e ingressei no Instituto Oswaldo Cruz logo após a conclusão do curso médico e lá trabalhei inicialmente em dedicação exclusiva, depois dividindo o tempo com a Universidade. Lá comecei a trabalhar na cadeira de microbiologia, da qual era catedrático Paulo de Goes, que reputo um dos grandes nomes da universidade brasileira, homem lúcido, inteligente e altamente conceituado no meio acadêmico e científico, um verdadeiro *scholar*; foi o primeiro adido científico do Brasil no exterior, em Washington. Foi ainda um dos principais artífices da reforma da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Na época, era possível acumular cargos. A partir de 1955 fui cedido pelo Instituto Oswaldo Cruz à Universidade do Brasil, para trabalhar na cadeira de microbiologia.

Em 1951, Paulo de Goes criou uma pós-graduação *lato sensu* no Instituto de Microbiologia — um dos primeiros ensaios de pós-graduação no país.

Ainda não dava título de doutor nem de mestre. Iniciou-se um curso de especialização com duração de um ano, para formar especialistas em microbiologia.

**O INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA ERA VINCULADO À ESCOLA DE MEDICINA?**

Não, era independente e responsável pelo ensino da microbiologia em todos os cursos da Universidade de cujos currículos a disciplina fazia parte. Quando foi criado o curso de especialização, nós nos mudamos para um prédio atrás da Reitoria, na praia Vermelha, o antigo refeitório dos doentes mentais, tudo muito improvisado, mas funcional; recebíamos, às vezes, 80 alunos por ano para fazer o curso.

Também em 1951 foi criada a Capes. Logo após sua fundação, fui com o Paulo de Goes à sua sede, na avenida Marechal Câmara, perto do aeroporto Santos Dumont, onde trabalhavam o Anísio Teixeira<sup>1</sup> e seu braço direito, o Almir de Castro.<sup>2</sup> Anísio Teixeira era um gênio, como vocês sabem, um vulcão em ebulição, um gerador de idéias, mas avesso a atividades administrativas. Porém não se importava nem um pouco com isso; o Almir de Castro era o complemento de que ele necessitava, pois era um administrador primoroso. Enfim, era agradabilíssimo conversar com os dois. Na primeira vez em que Paulo de Goes e eu fomos lá, o Anísio concedeu algumas bolsas para os alunos do curso de especialização em microbiologia.

Contudo, havia candidatos do país inteiro. Na hora da seleção, aqueles provenientes das universidades mais fortes — Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e outras — levavam os bolsas; os demais sobravam. Chegamos à conclusão de que não era possível continuar assim, pois esse procedimento consistia em tratar com igualdade os desiguais. Decidimos fazer um curso de nivelamento de dois meses e só depois realizar a seleção. Com isso, passamos a ver jovens candidatos recém-formados, provenientes de universidades menos favorecidas, tirarem os primeiros lugares no exame de seleção. Anísio apoiou a iniciativa de criar um curso de especialização em microbiologia, o primeiro ensaio de pós-graduação na especialidade. Simultaneamente, fomos ao CNPq solicitar mais algumas bolsas para atender a um número maior de alunos, iniciativa coroada de êxito. O importante é que o curso foi tomando corpo, a demanda era cada vez maior, inclusive do exterior; começaram a vir alunos do Chile, da Bolívia, do Peru e da América Central. Ao mesmo tempo, começamos a enviar alunos nossos para fazer pós-graduação no exterior, com bolsas do CNPq e da Capes, instituições que nos patrocinavam e que nunca nos negaram apoio. Tivemos também um grande apoio da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford: bolsas e auxílios para aquisição de material e equipamentos.

#### QUANDO O SENHOR FOI NOMEADO MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CAPES?

Em 1966, quando assumi a direção do Instituto de Microbiologia, Paulo de Goes tinha ido para Washington, como adido científico do Brasil; eu o substituí também no Conselho da Capes. Passei a usar as instalações e facilidades do Instituto de Microbiologia para as reuniões do Conselho. Recebíamos os pedidos de bolsa à Capes e cada conselheiro analisava um a um os pedidos que chegavam, uma coisa essencialmente individual, artesanal; finalmente, aconselhávamos ou não a concessão da bolsa. Cada conselheiro se encarregava basicamente de uma área; eu analisava toda a biologia, porque já tinha longa experiência no CNPq.

#### O SENHOR PASSA, ENTÃO, DE USUÁRIO A MEMBRO DA ENGENHAGEM DA CAPES?

Sim, e tenho a impressão de que isso é comum; em todos os conselhos deliberativos há representantes de universidades, de unidades e de departamentos. Não se pode desmerecer a capacidade de julgar de uma pessoa só porque seu próprio departamento poderá ser beneficiado. O que deve ser julgado é o mérito. O Instituto de Microbiologia, por exemplo, tinha o melhor conceito que uma instituição poderia ter na ocasião.

<sup>1</sup> Sobre Anísio Teixeira, ver *DHBB* (2001) e, neste volume, as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER, REINALDO GUIMARÃES e especialmente ALMIR DE CASTRO.

<sup>2</sup> A respeito de ALMIR DE CASTRO, ver sua entrevista, além das de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, EDSON MACHADO DE SOUSA e LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, neste volume.

<sup>3</sup> SUZANA GONÇALVES dirigiu a Capes entre março de 1964 e maio de 1966. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>4</sup> Além dos já citados, o Conselho Deliberativo era composto por Carlos Alberto del Castilho, Hélio Scarabotolo e Maria Aparecida Pourchet Campos, além do ministro Tarso Dutra e de Artur Lemos Gomes da Silva (secretário), tendo como suplentes Abelardo de Brito, José Lopes Pontes, Francisco Degni, Oto Guilherme Bier e Erb Velleda. Ver CÔRDOVA (1996).

<sup>5</sup> Foram os seguintes os titulares da Diretoria de Ensino Superior (DESu) do MEC entre 1966 e 1969: Raimundo Muniz de Aragão, Carlos Alberto Del Castilho, Epílogo de Campos e Vicente Sobrino Porto. Sobre o período, ver CÔRDOVA (1996) e a entrevista de LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, neste volume.

<sup>6</sup> Em junho de 1970 foi aprovado o Decreto nº 66.662, que reestruturou a Capes, reforçando o papel do diretor-executivo e redimensionando as funções do Conselho Deliberativo, que passou a ser composto de apenas 12 membros. Por seu intermédio, ficou determinado, entre outras medidas, que a eleição do presidente do conselho passaria a ser feita anualmente, ficando excluídos do processo os membros natos, ou seja, o próprio diretor-executivo e os representantes do DAU, do CNPq e da Seplan. Amadeu Cury foi o primeiro a ser eleito, estendendo-se seu mandato até junho do ano seguinte. Ver CÔRDOVA (1996).

**QUAL É SUA AVALIAÇÃO SOBRE A GESTÃO DE  
SUZANA GONÇALVES COMO DIRETORA DA CAPES?<sup>3</sup>**

Suzana é uma pessoa muito correta, muito isenta; tenho boas recordações de sua atuação. Teve um bom desempenho e procurou equacionar os problemas operacionais da agência. Na época, eu ainda não estava na Capes, mas sabia das coisas através do Paulo de Goes, que também a considerava pessoa de absoluta correção.

**COMO FUNCIONAVA A CAPES NO PERÍODO ENTRE 1966 E 1969?**

Havia o diretor-geral. O diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC presidia o Conselho Deliberativo, que nessa ocasião era composto pelos seguintes membros: Eduardo Faraco, Hélios Bernardi, Orlando de Carvalho, José Artur Rios, Neila Lopes, José Válter Bautista Vidal, Edrisio Barbosa Pinto, Mário Werneck de Alencar Lima, Kurt Politzer, Francisco Vítor Rodrigues, Metry Bacila e eu.<sup>4</sup>

O período de 1966 a 1969 foi, a meu ver, o mais sombrio da Capes, que identificamos com a Idade Média, em razão do manto negro que cobriu a instituição.

Foi um período de grandes dificuldades e problemas, decorrentes de desentendimentos profundos e permanentes entre os membros do Conselho que não se subordinavam às arbitrariedades e desmandos dos diretores de Assuntos Universitários que o presidiram.<sup>5</sup> Foram certamente esses atritos e desentendimentos permanentes, além do inconformismo do Conselho contra as arbitrariedades que levaram à mudança realizada em boa hora: o presidente do Conselho passou a ser eleito por seus membros.<sup>6</sup> Mas é dever de justiça mencionar que houve nesse período duas fases muito tranquilas e agradáveis, quando Muniz de Aragão exerceu o cargo de ministro da Educação, primeiro interinamente e depois como titular, já na fase final do governo Castelo Branco, em 1967.

**QUAL ERA A FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES?**

Habitualmente, uma vez por mês. Eram muitas vezes realizadas no Instituto de Microbiologia, como contei a vocês, ou na sede da Capes. Mas podia ser também em Salvador, em Belo Horizonte ou em outra cidade, o que nos permitia conhecer melhor as instituições. Os pedidos de bolsa eram individuais, de balcão, como dizíamos; eram muito raras iniciativas como a do Instituto de Microbiologia, que quando inaugurou aquele curso de especialização foi à Capes solicitar bolsas. Mas o grosso mesmo era de franco-atiradores, pedidos individuais, claro que canalizados através de uma instituição. A comunidade era muito pequena, todo mundo se conhecia. Na minha área, eu tinha uma idéia precisa sobre praticamente todos os centros de ensino e de pesquisa no país na área de biologia, graças à experiência adquirida no CNPq.

**AS BOLSAS ERAM CONCEDIDAS  
EXCLUSIVAMENTE PARA O EXTERIOR?**

Não, para o país também. Tínhamos a preocupação de atender prioritariamente às áreas mais carentes. Tomo como exemplo anatomia, na ocasião considerada uma área em extinção. Quando vagou a cátedra na Faculdade de Medicina, dois professores concorreram mas não foram aprovados. Tomei a iniciativa de buscar candidatos e consegui que uns poucos fizessem aperfeiçoamento no país e depois fossem enviados para ao exterior a fim de aprofundar seus conhecimentos na área. Procedimento idêntico era adotado para outras áreas também carentes. Em suma, havia iniciativa de pessoas que conheciam o ambiente e sabiam quais eram as áreas mais necessitadas. A receita foi repetida para muitas outras áreas, e daí resultou a formação de muitos docentes-pesquisadores que enriqueceram o corpo docente de muitas universidades e faculdades do país. Não havia uma orientação para analisar as áreas carentes, que deveriam merecer reforço. Era um atendimento à pessoa que batia à porta: pedido e resposta.

**QUE ÁREAS DOMINAVAM O CONSELHO NESSA ÉPOCA?**

Biologia e medicina tinham muita influência, muita presença. Sempre tiveram. Havia engenheiros, químicos mas, curiosamente, não havia matemáticos, pelo menos na minha época. Os mais próximos da matemática talvez fossem Kurt Politzer, professor de tecnologia industrial na Escola de Química da UFRJ, e José Válder Bautista Vidal, geoquímico. Posteriormente vieram os matemáticos: Lindolpho de Carvalho Dias e Jacob Pallis.

**HAVIA MUITOS CONFLITOS DENTRO DO CONSELHO?**

Não; ao contrário, havia bom entendimento. Às vezes, discordávamos na concessão de uma bolsa, mas sempre se chegava a uma decisão consensual. Era um Conselho bem agradável, e tive muito prazer e alegria durante o período em que a ele pertenci.

**EM 1969 O SENHOR FOI ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO  
DELIBERATIVO DA CAPES. LOGO EM SEGUIDA, CELSO BARROSO LEITE  
ASSUMIU A DIREÇÃO-GERAL. A SITUAÇÃO SE ACALMOU?**

○ Celso assumiu em 1969 e ficou na Capes o tempo todo em que o Passarinho foi ministro da Educação; eram muito amigos, pois o Celso tinha sido secretário-geral do Ministério do Trabalho quando o Passarinho foi ministro.<sup>7</sup> Foi uma gestão longa, que muito contribuiu para acalmar o ambiente e restabelecer ordem, respeito e dignidade na casa. Foi um período bom, tranquilo, sem sobressaltos. Realmente, a Capes ganhou estabilidade. Fiquei como presidente até 1971, mas continuei como membro do Conselho por mais um ano. Foi realmente um período muito bom e produtivo.

**QUAIS ERAM AS ATRIBUIÇÕES DO  
PRESIDENTE DO CONSELHO DA CAPES?**

○ Orientar os trabalhos do Conselho. Minha preocupação foi no sentido de conseguir mais recursos junto ao Ministério, para aumentar o número de bolsas. Sempre tive uma preocupação: a formação de recursos humanos de alto nível, a que dediquei toda a minha vida, não só nas universidades (UFRJ e UnB), como na Capes, no CNPq, no Museu Goeldi, no Instituto

<sup>7</sup> O coronel Jarbas Passarinho foi ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, entre março de 1967 e agosto de 1969, e ministro da Educação do governo Médici, entre outubro de 1969 e março de 1974. Ver *DHBB* (2001) e as entrevistas de CELSO BARROSO LEITE e CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, neste volume.

Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, e em todos os outros cargos de direção que tive o privilégio de exercer. E sempre buscando mais recursos para aumentar o número daqueles que deveriam ser enviados para um centro mais avançado, no país ou no exterior, visando ao seu aprimoramento profissional, científico, cultural, dada a carência aguda de recursos humanos então existente no Brasil. Creio que essa insistência ou mesmo impertinência resultou em algum êxito.

**ATÉ ENTÃO A CAPES CONTINUAVA COM A MESMA  
ESTRUTURA ARTESANAL, COMO O SENHOR QUALIFICOU?**

A Capes só deixou de ser artesanal depois que se transformou em fundação; foi quando foram criados a Presidência, o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico.

Ela passou a ter, então, uma estrutura profissional, em que o julgamento era feito pelos pares; foi aí que ela deu o grande salto, em que pese o excelente trabalho realizado pelos competentes e dedicados diretores que por ela passaram.

**EM 1971, O SENHOR SE TORNA REITOR DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. COMO FOI ESSE CONVITE?**

Essa é uma pergunta bastante oportuna, pois me possibilita fazer algumas observações sobre assuntos significativos para alguns pontos da história da UnB que têm sido objeto de interpretações equivocadas, algumas por desconhecimento ou ignorância e outras por má-fé, como passo a relatar. A Universidade de Brasília era uma fundação com um Conselho Diretor, composto por pessoas com mandato, nomeadas pelo presidente da República; o Conselho elegia o seu presidente, que passava a ser o reitor da UnB. Eu já era conselheiro desde 1968, e quando o reitor Caio Benjamim Dias renunciou ao cargo, fui eleito presidente do Conselho Diretor, portanto reitor da Universidade de Brasília. Posteriormente, em face da legislação que reformulou toda a estrutura das universidades brasileiras, fui nomeado reitor por decreto do presidente da República, para exercer o mandato por um período de quatro anos, ou seja, até maio de 1976.

**NATURALMENTE, SUA ELEIÇÃO CONTOU COM A CONCORDÂNCIA DO  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO. O SENHOR CONHECIA JARBAS PASSARINHO?**

Não, só mais tarde passei a ter o prazer do convívio com ele; tornamo-nos amigos. Mas naquele momento, levei um susto, pois não estava esperando nada parecido, e hesitei bastante antes de aceitar. Além disso, eu já tinha sido sondado e quase me comprometido para ser candidato a vice-reitor da UFRJ na chapa encabeçada pelo prof. Djacir Meneses.

Quando assumi, verifiquei que o “interior” da Universidade de Brasília não era nada do que se dizia. Dez anos após sua criação e funcionamento, a Universidade só tinha três ou quatro cursos aprovados pelo Conselho Federal de Educação! Portanto, depois de dez anos ainda não havia concedido diplomas para a quase totalidade dos cursos. Pouca gente conhece esta verdade histórica. Nem mesmo base física havia, somente umas poucas construções como o prédio da Faculdade de Educação, onde estava instalada a Reitoria, o auditório Dois Candangos, três grandes galpões em frente e um reduzido trecho da parte sul do Instituto Central de Ciências, mais conhecido como “Minhocão”.

Um aspecto positivo na minha ida para a UnB como reitor foi o de ter podido contar com o precioso apoio do vice-reitor José Carlos de Almeida Azevedo, brilhante oficial de Marinha, ex-vice-diretor do Instituto de Pesquisas da Marinha, meu amigo de muitos anos, homem de lucidez e inteligência pouco comuns. Enviado pela Marinha para aprimoramento no exterior, consegui a proeza de obter três mestrados — engenharia e arquitetura naval, engenharia nuclear e física — em apenas dois anos e, nos dois anos seguintes, o PhD em física, no MIT — Massachusetts Institute of Technology, uma das mais respeitadas instituições de ensino e pesquisa em todo o mundo. Faço questão de prestar este depoimento, porque muitas pessoas, não tendo como justificar seu acanhamento intelectual, aprimoraram-se em atirar pedras naqueles que involuntariamente causam inveja pela inteligência, pela competência e pelo saber.

Pois bem, decidimos que a primeira coisa a fazer era pôr ordem no caos. Toda universidade faz um contrato com seus alunos: “Se você for aprovado no vestibular e fizer o curso, ao final receberá um diploma.” Mas a UnB não dava. Vivíamos assediados por várias empresas que desejavam contratar recém-formados, mas não podiam, porque eles não tinham diploma. Paramos tudo o que estávamos fazendo e passamos um longo período, cerca de um ano, organizando curso por curso: frequência, disciplinas obrigatórias, complementares, optativas, currículos, créditos, períodos, tudo!

É verdade que contamos com a ajuda de amigos como Valnir Chagas, Newton Sucupira e muitos professores que trouxemos do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul para, junto com professores da UnB, organizar os cursos. Havia um curso de cinema! Tinha quatro alunos mas não tinha programa, nem currículo, nada! Consegui com o reitor da Universidade Federal Fluminense, onde havia um curso regular de cinema, que aceitasse os nossos quatro alunos pois não iríamos manter um curso sem qualquer estrutura, apenas para quatro alunos. O reitor nos atendeu, aceitando as transferências, e nós concedemos bolsas para que os alunos fossem para a UFF, decisão mais correta e econômica do que a de contratar e manter um grande número de professores para um curso que nem estrutura tinha.

Finalmente, conseguimos a aprovação de todos os cursos da Universidade. Respirou-se. A UnB começou a dar diplomas. Resolvido o grande problema, demos um passo adiante: além de cuidar da graduação, tratamos de organizar a pós-graduação. Ao término do meu mandato de reitor, em 1976, já havia cerca de uma dezena de cursos de pós-graduação em funcionamento na UnB, quando o vice-reitor Azevedo assumiu a reitoria. Exerceu-a com grande tirocínio e competência, concluindo a instalação da estrutura

<sup>8</sup> DARCY CLOSS dirigiu a Capes entre junho de 1974 e março de 1979. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>9</sup> EDSON MACHADO DE SOUSA dirigiu a Capes entre 1982 e 1989. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>10</sup> Sobre as distorções regionais, ver ainda as entrevistas de DARCY CLOSS, EUNICE RIBEIRO DURHAM, e MARIA ANDRÉA LOYOLA, neste volume.

<sup>11</sup> José Ubiraja Alves dirigiu a Capes entre 1989 e 1990.

<sup>12</sup> O Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação começou a ser estruturado durante a gestão de Edson Machado de Sousa e implementado no início da década de 1990. Era voltado para atender às necessidades das instituições da Região Amazônica em matéria de pós-graduação e pesquisa. A propósito, ver as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, e ABILIO BAETA NEVES, neste volume, e CÓRDOVA (1966).

<sup>13</sup> EUNICE RIBEIRO DURHAM presidiu a Capes entre abril de 1990 e outubro de 1991, e entre julho e setembro de 1992, primeiro como diretora-geral e depois como presidente da Fundação Capes. Ver sua entrevista, neste volume.

física e funcional da Universidade, que juntos havíamos iniciado, alinhando-a entre as melhores do país.

Não tenho dúvida de que meu depoimento vai contrariar muitas pessoas, mas essa é a visão isenta e honesta de quem viveu intensamente todas as horas de um longo período de atividades solidárias durante nossos mandatos à frente da instituição que tivemos o privilégio de dirigir e de participar ativamente de sua construção física, acadêmica, tecnológica e humana.

**EM 1974 A CAPES SE TRANSFERE PARA BRASÍLIA E INICIA UMA FASE DE GRANDE EXPANSÃO. NESSE MOMENTO, QUAL É SUA RELAÇÃO COM A AGÊNCIA?**

O novo diretor da Capes era Darcy Closs, com quem não tive muitos contatos, a não ser aqueles entre reitor da UnB e diretor da agência.<sup>8</sup> Mas é claro que a mudança para Brasília foi importante para a Capes, porque ficou mais próxima do poder, com o diretor apoiado pelas autoridades hierarquicamente superiores; deu tranquilidade e continuidade à direção da agência. Fiquei afastado da Capes até 1984, quando retornei como consultor.

**QUEM O CONVIDOU A VOLTAR PARA A CAPES?**

Edson Machado de Souza, que era o diretor e foi muito cordial comigo.<sup>9</sup> Eu já estava mesmo perto da aposentadoria e fui cedido para trabalhar na Capes. Creio que dei uma ajuda razoável ao Edson.

Prestei serviços correndo o país do sul ao norte, buscando informações e dados para orientar os auxílios a serem concedidos pela Capes.

Quando aparecia uma oportunidade, o Edson pedia que eu fosse. Depois da viagem, eu redigia um relatório com o diagnóstico da situação e minhas sugestões.

Foi ainda na gestão do Edson que se intensificaram minhas idas à Região Norte, o que me fez dirigir a atenção e o interesse para o apoio àquela região, bastante carente de recursos para a formação de pessoal de alto nível, essencial ao conhecimento e à mobilização de seus imensos recursos naturais.<sup>10</sup> Com a saída de Edson Machado de Souza, José Ubirajara Alves manteve a mesma política da Capes para a região.<sup>11</sup>

**COMO A CAPES PRIVILEGIAVA ESSE PROJETO NORTE?<sup>12</sup>**

Eu conhecia razoavelmente bem a região, porque entre 1979 e 1980, quando fui diretor do CNPq, tinha sob minha jurisdição o Museu Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Quando Eunice Durham assumiu a direção da agência, em 1990, apresentei a minha preocupação com o apoio à Região Norte;<sup>13</sup> em vista do meu especial interesse, ela tomou a

iniciativa de assinar uma portaria me designando consultor especial para assuntos da Região Amazônica. Quem também muito apoiou esse projeto foi a sucessora de Eunice, Maria Andréa Loyola, que trabalhou bastante em benefício da região; aliás, esse apoio continuou a ser dado com grande intensidade na gestão do atual presidente, Abilio Baeta Neves.<sup>14</sup>

**O SENHOR FICOU 12 ANOS AFASTADO DA CAPES,  
ENTRE 1972 E 1984. QUANDO VOLTOU, QUE DIFERENÇAS  
SENTIU EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR?**

Realmente, durante o período em que estive fora, tomei pouco conhecimento do funcionamento interno da agência. Quando voltei, não percebi grande alteração. Claro, houve a mudança para Brasília, e uma nova equipe teve que ser formada, mas nada de muito diferente em termos de procedimentos e diretrizes.

Modificações houve, sim, na gestão da Eunice Durham, com a transformação da Capes em fundação. Sempre tive com a Eunice muito bom relacionamento, gostei muito de trabalhar com ela. Inteligente, muito eficiente, com grande capacidade de diversificar atividades, como poucas pessoas eu conheço. Além de preparar a Capes para se transformar em fundação, iniciou as “revoadas” para observar as instituições *in loco*; eu próprio preparei a primeira delas, a Manaus e Belém.

Sai a Eunice e entra Sandoval Carneiro Júnior, professor da Coppe, homem competente, que deu continuidade à implantação da fundação.<sup>15</sup> Mas Sandoval fica pouco tempo, Eunice volta para mais um curto período, sendo substituída por Rodolfo Pinto da Luz, também por breve período. Finalmente, Maria Andréa Loyola assume e permanece no cargo durante dois anos, o que lhe permitiu realizar vários e importantes projetos. Deu forte apoio ao Projeto Norte, tendo ido várias vezes à Região Amazônica.

**ATUALMENTE, O SENHOR REPRESENTA A  
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS EM BRASÍLIA?**

Sim. Ainda na gestão de Edson Machado de Souza o então presidente da Academia, Maurício Matos Peixoto entendeu que ela deveria ter um representante em Brasília. Obteve a aquiescência do Edson, que providenciou a cessão de uma sala na Capes com todas as demais facilidades; desde então sou o representante da Academia em Brasília e continuo como consultor especial da Capes para assuntos da Região Amazônica.

**QUAL É SUA AVALIAÇÃO ATUAL SOBRE A CAPES?**

Considero de grande significação e importância a gestão exemplar que o Abilio vem realizando na Capes; deu nova dimensão ao papel da instituição. Merece destaque sua atuação junto ao Conselho Superior e ao Conselho Técnico-Científico, chamando-os a participar mais intimamente dos assuntos da casa. Além disso, ele obteve aumento de recursos orçamentários, possibilitando maior presença e atuação dos programas da instituição através da ampliação do número de bolsas e do valor dos auxílios concedidos. A Capes ampliou seu leque de relações internacionais, firmando convênios e acordos variados, o que tem resultado em reais benefícios para a formação de recursos humanos de alto nível.

Outro aspecto importante é o excelente trabalho que vem sendo realizado nos mecanismos de avaliação, através da organização de um “banco de

<sup>14</sup> MARIA ANDRÉA LOYOLA presidiu a Capes entre 1992 e 1994; ABILIO BAETA NEVES é o atual presidente, tendo assumido em 1995. Ver as entrevistas de ambos, neste volume.

<sup>15</sup> SANDOVAL CARNEIRO JR. presidiu a Capes entre 1991 e 1992. Ver sua entrevista, neste volume.

consultores”, o que possibilitou uma avaliação mais precisa dos inúmeros cursos de pós-graduação existentes no país, que hoje se alinham entre os de melhor padrão dos países desenvolvidos e que têm servido de exemplo a muitos países em desenvolvimento.

Considero também importante destacar os cuidados da Capes não só no desempenho de suas atividades, mas também com os gastos totais para administrar a casa, que se limitam a 3% de seu orçamento. É sem precedentes no Brasil! Trata-se de um órgão excepcional.

● corpo de servidores da Capes merece os maiores elogios, pela dedicação e competência. Não tenho a menor dúvida em afirmar que o sucesso, o respeito, o conceito e o padrão desse raro tipo de instituição se deve, em boa parte, ao seu primoroso quadro de funcionários.

● que a Capes fez e continua fazendo por este país não tem preço. Dizem alguns que seu criador, Anísio Teixeira, era um visionário. Não! Era, sim, um homem que enxergava além da montanha, um criador, um gerador de idéias, um dinamo, um homem que não parava de pensar nem de agir. Tudo aquilo em que Anísio punha as mãos florescia, porque Deus, em sua infinita bondade e sabedoria, concedeu-lhe o dom de só fazer coisas boas, quase milagres.

## LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS

LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS nasceu a 1.º de março de 1930, em Poços de Caldas (MG). Viveu boa parte da infância na fazenda da família, até se transferir para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos e formou-se pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil, atual UFRJ (1954). Professor de engenharia da UFRJ, pela qual obteve também seu título de livre-docência (1961), Lindolpho de Carvalho Dias foi, entre outras funções, diretor do Instituto de Matemática da mesma universidade (1965-69) e membro do CBPF — Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1956–68). No Instituto de Matemática Pura e Aplicada atuou como pesquisador assistente (1963–66), membro do Conselho Técnico-Científico (1964–69, 1971–79 e 1980–89) e diretor (1965-69, 1971–79 e 1980–89). Foi também extensa foi sua atuação no CNPq, órgão ao qual esteve ligado desde 1956, e no qual foi membro do Conselho Deliberativo (1972–75; 1989–90 e 1993–98), vice-presidente (1979–80) e presidente (1993–95). No Ministério da Educação e Cultura integrou a Concretide — Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (1971–73). Na Capes foi membro do Conselho Deliberativo entre dezembro de 1972 e junho de 1974.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira em 12 de junho de 2001.

**O SENHOR É MINEIRO, MAS SE TRANSFERIU MENINO PARA O RIO DE JANEIRO. CONTE-NOS UM POUCO DE SUA TRAJETÓRIA.**

Nasci em 1930 e, aos 11 anos, vim para o Rio de Janeiro morar com uma irmã, Ignez, casada com Mário da Silva Pinto, pessoa que teve grande ligação com a Fundação Getúlio Vargas.<sup>1</sup> Certamente por sua influência, um homem culto, com quem morei dos 11 aos 27 anos, desenvolvi minha formação. Cursei o final do primário, todo o ginásio e o científico no Colégio Melo e Sousa, infelizmente já extinto, e em 1950 fiz vestibular para a Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ.

Sempre gostei de matemática. Quando entrei para a Escola, Leopoldo Nachbin e Maurício Peixoto estavam voltando dos Estados Unidos, e logo entrei em contato com eles. Maurício fez concurso para a cátedra de mecânica racional e me convidou para monitor; eu, já estudando matemática com eles, estava interessado e aceitei.

**A Escola de Engenharia era uma boa escola profissional, mas não tinha quase nenhuma atividade de pesquisa, propriamente dita.**

Os professores eram engenheiros que davam aulas, e em algumas áreas a pesquisa até não era muito bem vista. Mas o Maurício teve o mérito de criar um grupo voltado para a pesquisa, primeiro no Gabinete de Mecânica, depois no Departamento de Matemática, cuja direção assumiu. Entre os que estudavam com ele nessa época estavam o Djairo Figueiredo, que hoje está em Campinas, e Mário Henrique Simonsen — convivemos muito aí. Foi quando trabalhei com matemática, orientado pelo Maurício, sobretudo em equações diferenciais; foi com ele que vim a elaborar, em 1960, a tese de mecânica, para a qual obtive em 61 a livre-docência da Escola e, portanto, o doutorado.

**QUANDO O SENHOR SE FORMOU NA ESCOLA?**

Em 1954. Comecei como monitor em 1952, ainda trabalhando de graça, porque demorava um ano para o MEC nomear; Mário Henrique e outros também fizeram a mesma coisa. Assumi logo muitas atividades de ensino da disciplina de mecânica. Logo depois, em 56, o Maurício viajou para o exterior, e fui indicado catedrático interino por uns tempos. Em suma, desde o início estive envolvido com o ensino da matemática.

Era um mundo muito pequeno. O núcleo de matemática do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas tinha basicamente três pessoas na liderança: Maurício Peixoto, Leopoldo Nachbin e Francisco Mendes de Oliveira Castro. Quando o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Impa, foi fundado, em 1952, ocupava duas salas pequenas dentro do CBPF, de modo que havia uma certa confusão entre CBPF e Impa. Mantínhamos distância da Faculdade de Filosofia, controlada por pessoas complicadas, não muito competentes, mas que dominavam o processo acadêmico — a exceção era Maria Laura Mousinho, que tinha fortes vínculos com o Impa e o CBPF.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mário da Silva Pinto (1907–99), engenheiro-geógrafo civil e de minas, formado pela antiga Universidade do Brasil, foi diretor do Laboratório de Produção Mineral (1934–37) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (1938–48). Assessor técnico da Presidência da República (1951–54), membro do CNPq (1951–53), consultor de economia da Cacex do Banco do Brasil (1951–72), além de ter integrado diversos grupos de trabalho oficiais. Na iniciativa privada, foi diretor-presidente da Consultec (1959–79), presidente do Moinho da Luz, professor e membro do Conselho Curador da FGV, entre outros. Foi também membro da Academia Brasileira de Ciências. Ver COUTINHO (1961).

<sup>2</sup> Ver página seguinte.

Exatamente por esta mistura toda, fiquei algum tempo no CBPF como pesquisador-assistente, depois passei a pesquisador associado, porém mais vinculado ao Impa; finalmente, deixei o CBPF e fiquei no Impa e na Escola de Engenharia. Em seguida, o Maurício foi para São Paulo, e eu o substituí na cátedra de mecânica, que depois desapareceu; a partir de 1968, com a reforma universitária, a cátedra foi extinta, e as pessoas passaram a ser professores titulares.

#### QUANDO O SENHOR PASSOU A SE ENVOLVER COM A ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA?

Em meados da década de 1960; em 64 fui nomeado membro do Conselho Diretor do Impa — chamava-se, na época, Conselho Orientador — e em 65 assumi a direção do Instituto, substituindo o dr. Lélío Gama. Também em 64 tinham sido criados na UFRJ, por resolução do Conselho Universitário, os institutos de Matemática, de Física, de Química e de Geociências; em 65 foi criado o Conselho Diretor do Instituto, e eu fui eleito seu primeiro diretor; assim, no mesmo ano assumi a direção do Impa e do Instituto de Matemática da UFRJ. Fui o responsável pela organização deste, onde fiquei até 1969. Isto facilitou bastante as relações entre os dois Institutos, até porque no Impa ninguém recebia salário — isto até meados da década de 1970, quando foi transformado em fundação —, não eram contratados; às vezes alguns tinham uma bolsa ou recebiam por prestação de serviço, mas ninguém tinha carteira assinada; muitos eram funcionários da Escola de Engenharia da UFRJ.

Além disso, ainda em 1966 fui designado para responder pela diretoria do setor de matemática do CNPq. Fui me envolvendo cada vez mais, até que em 68 dei um balanço geral e tomei uma resolução drástica: parei de fazer matemática e decidi dedicar-me à administração científica universitária. Em 1969 apareceu uma bolsa do Departamento de Estado dos Estados Unidos, administrada pela Fundação Getúlio Vargas — chamava-se bolsa Castelo Branco; ganhei a bolsa e passei um ano na Universidade do Texas. Como já tinha livre-docência — e, portanto, o título de doutor —, fui num programa livre, para observar e aprender sobre o sistema de administração científica universitária nos Estados Unidos. Nesse programa, não tive qualquer envolvimento com o Departamento de Matemática, apenas com os de Educação e de Relações Internacionais, que administrava a bolsa. Fiquei na universidade de julho de 69 a julho de 70; no final, a Capes me deu uma bolsa, e continuei nesse programa por mais um ano, até julho de 71.

#### NAQUELA ÉPOCA, QUE TIPO DE CONTATO O SENHOR TINHA COM A CAPES E SEUS PROGRAMAS?

No início, eu tinha mais contato com o CNPq. Ambos tinham sido criados no mesmo ano, 1951, mas a Capes tinha um formato mais modesto, dentro do Ministério da Educação, subordinado à Diretoria de Ensino Superior, a DESu. Falam muito em Anísio Teixeira, seu criador e homem de notável mérito, e muito pouco em Almir de Castro, seu principal executivo, a quem a Capes deve o desenvolvimento dos primeiros dez ou 15 anos.<sup>3</sup> Homem extremamente sério, correto, da melhor qualidade intelectual e moral.

Mas a Capes tinha sido criada para melhorar o padrão dos professores das universidades, daí o nome de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A partir de sua fundação começaram a surgir outros programas; por exemplo, o Protec, Programa de Expansão do Ensino Tecnológico,

<sup>2</sup> Maria Laura Mousinho (1917), doutora em matemática pela FNFI da Universidade do Brasil (1949), casou-se com o físico José Leite Lopes (1918), diretor do CBPF entre 1986 e 1989. Ver FACULDADE (1992).

<sup>3</sup> Ver entrevista de ALMIR DE CASTRO, neste volume. Sobre seu papel na Capes, ver também as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, EDSON MACHADO DE SOUSA e AMADEU CURY, neste volume.

<sup>4</sup> Sobre o Protec e a Cosupi, ver CÔRDOVA (1996) e a entrevista de SUZANA GONÇALVES, neste volume.

<sup>5</sup> Álvaro Alberto da Mota e Silva (1889–1976), militar e engenheiro-geógrafo, foi presidente da Sociedade Brasileira de Química (1920–28), professor da Escola Técnica do Exército (1935–37) e fundador do CNPq (1951), do qual veio a ser o primeiro diretor (1951–55). Durante sua gestão foram criados o Inpa — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Comissão Nacional de Energia Atômica, e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Presidiu a Academia Brasileira de Ciências (1935–37 e 1949–51). Ver *DHBB* (2001).

<sup>6</sup> Ver, a respeito da reformulação da Capes, as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE e AMADEU CURY, neste volume.

do Ministério da Educação, que destinava vultosos recursos para o desenvolvimento das faculdades de engenharia. Um outro chamou-se Cosupi, Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos, liderado por Ernesto de Oliveira Jr., também vinculado ao MEC, para implantar institutos — de matemática, física, química etc. — nas universidades. Enfim, eram programas que se desenvolviam paralelamente à Capes, no âmbito do MEC.<sup>4</sup>

● CNPq, por sua vez, tinha tido um início muito promissor, de grande ebulição, quando foi presidido por seu criador, o almirante Álvaro Alberto; muitas coisas foram feitas até 1955, quando ele deixou a presidência, e o CNPq perdeu prestígio.<sup>5</sup> Em 64 foi nomeado para presidi-lo o prof. Antônio Couceiro, que tinha prestígio junto à Presidência da República e a Raimundo Muniz de Aragão, então diretor de Ensino Superior do MEC.

### Ambos imaginaram reformular a Capes, que foi realmente reestruturada e teve enorme crescimento depois de 64.

Absorveu todos aqueles programas, como Cosupi, Protec etc., e a própria Capes mudou de nome, passando a ser conhecida como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A idéia básica era que ela não devia restringir-se a melhorar a qualidade de professores, mas de qualquer profissional de nível superior.<sup>6</sup>

Muita gente entende que Capes e CNPq são a mesma coisa e deveriam até se fundir num único órgão. Mas eu vejo uma diferença fundamental entre eles: a Capes, como indica o próprio nome, é um órgão do Ministério da Educação cuja finalidade básica é o aperfeiçoamento de profissionais de nível superior, não necessariamente através de pesquisa. Por isso, é perfeitamente natural que ela ofereça uma bolsa a um médico que não pretenda fazer pesquisa, mas apenas aprimorar-se no exterior ou no Brasil. Ou ainda para um advogado passar um período fora, para eventualmente até fazer um doutorado, mas sem se obrigar, *a priori*, a ser um pesquisador.

Já o CNPq, cujo nome original era Conselho Nacional de Pesquisas e depois mudou para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tem como alvo específico a pesquisa científica e a tecnológica e, mais recentemente, o desenvolvimento tecnológico; suas bolsas devem ter por objetivo aprimorar um pesquisador. É claro que isso é subjetivo, e muita gente que recebeu bolsa não se transformou em pesquisador.

Vamos tomar como exemplo uma das mais antigas bolsas do CNPq, a de iniciação científica — curiosamente, até por ser uma campanha de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, a Capes não tinha essas bolsas. Pois bem, o objetivo da bolsa de iniciação científica é pegar um menino que está estudando e colocá-lo junto de um pesquisador, para estimulá-lo a ser pesquisador. De cada mil bolsas dessas, se saírem uns cem pesquisadores, já é muito, mas esse dinheiro não é jogado fora, porque esse menino vai

ter uma formação melhor. Agora, o que a Capes quer é melhorar, por exemplo, um médico, um advogado, um pianista. Acho que o Conselho não deve oferecer esse tipo de bolsa para aperfeiçoamento profissional, sabendo-se *a priori* que não é para pesquisa nem para desenvolvimento tecnológico.

Sei que existe uma corrente que entende que a Capes também deve estimular a pesquisa, porque não se forma profissional de nível superior sem o desenvolvimento da pesquisa original, acadêmica e tecnológica. Concordo com isso, pois no momento em que quer melhorar o pessoal de nível superior, a Capes melhora também o pessoal que faz pesquisa; da mesma forma, os pesquisadores incentivados pelo CNPq são, em geral, professores, que vão aprimorar os profissionais de nível superior.

#### COMO ERAM AS RELAÇÕES ENTRE CAPES E CNPQ ANTES DE 1964?

Às vezes com ligeiros ciúmes de parte a parte, mas normalmente, muito boas; havia um entrosamento bastante grande, pelo que eu podia perceber. Por exemplo, nessa reformulação da Capes em 64, atuou muito fortemente, como já disse a vocês, o prof. Raimundo Muniz de Aragão que, por ser diretor de Ensino Superior, fazia parte do Conselho Deliberativo do CNPq, órgão muito poderoso. O presidente do CNPq era membro do Conselho Deliberativo e funcionava como executor de suas determinações. Já na Capes, até 64 havia as figuras de Anísio Teixeira e, como grande executivo, Almir de Castro. Já existia o Conselho Deliberativo, mas sem tanta força. Só depois de 64, quando assumiu a prof.<sup>a</sup> Suzana Gonçalves, é que o Conselho passará a ditar as diretrizes da Capes; Suzana Gonçalves e Celso Barroso Leite serão executores dessas diretrizes.<sup>7</sup>

Agora, eu sempre tive maior vinculação com a administração do CNPq, e por razões óbvias: fui diretor do Impa, que era um instituto do CNPq; aliás, quando voltei dos Estados Unidos pedi licença na Universidade — eu acumulava a direção do Impa e do Instituto de Matemática da UFRJ — e fiquei só no Impa.

#### COMO O SENHOR RECEBEU A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968?<sup>8</sup>

Tenho uma interpretação, que pode até não ser verdadeira, mas é a minha: o Brasil não tinha quase nenhuma tradição de pesquisa. Tinha até boas escolas de formação de pessoas; o país sempre teve bons engenheiros, bons médicos, gente de muito boa qualidade. Mas tudo muito limitado. Em 1950, quando fiz vestibular, o número de alunos no ensino superior no Brasil era de 60 mil. Aqui no Rio, eram 300 vagas para engenharia: 200 na UFRJ e 100 na PUC; em São Paulo só existia a Escola Politécnica. E não havia uma tradição de pesquisa.

A pesquisa começou a existir de forma mais sistemática a partir de meados da década de 1930, com a fundação da Universidade de São Paulo; no Rio havia pontos isolados, como o Instituto Oswaldo Cruz, algumas pessoas no Observatório Nacional, como o Lélío Gama, mas não na estrutura da universidade. Já tinha sido fundada a Academia Brasileira de Ciências em 1916, com o pessoal das áreas básicas, muito interessados na pesquisa. Finalmente, em 51 houve esse fato importantíssimo da fundação do CNPq e da Capes; tanto o Ministério da Educação quanto a Presidência da República, na época, consideraram importante a criação dos dois órgãos. Claro

<sup>7</sup> Ver as entrevistas de ALMIR DE CASTRO, SUZANA GONÇALVES e CELSO BARROSO LEITE, neste volume.

<sup>8</sup> Sobre a reforma universitária de 1968, ver BOMENY (2001) e, neste volume, as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, SIMON SCHWARTZMAN e DARCY CLOSS, especialmente as notas 2 e 3.

<sup>9</sup> Na PUC-RJ, a reforma foi implementada a partir de 1967, através da atuação conjunta do pe. Antônio Geraldo Amaral Rosa, e dos professores Paulo de Assis Ribeiro e Suzana Gonçalves.

que houve forte motivação com a explosão da bomba atômica e coisas desse tipo.

**M**uito bem. O que fizeram o CNPq e a Capes, imediatamente? Começaram a mandar pessoas para o exterior; não havia pós-graduação no Brasil, nem mestrado nem doutorado. Assim, o CNPq começou a mandar, de maneira intensiva para a época, pessoas para fazer mestrado e o doutorado no exterior. Em geral, essas pessoas ficavam quatro, cinco anos fora, fazendo primeiro o mestrado, depois o doutorado. No final dos anos 50, muitos desses alunos estavam de volta e começaram a ter influência na universidade; na época, quem tinha o grau de doutor era visto como uma espécie de super-homem. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro havia um grupo pensando nesses assuntos, e criou-se a Comissão de Pós-Graduação, financiada com auxílio da Fundação Ford. Nela havia representantes do Impa, do CBPF, do Instituto Oswaldo Cruz; da UFRJ havia um representante da Biofísica e um da Microbiologia, respectivamente Carlos Chagas Filho e Paulo de Goes.

**F**oi possível catalisar a reforma graças a essa formação intensiva de pessoas na década de 1950, que nos anos 60 passaram a ter liderança dentro das universidades. Isso tudo ajudado, também, pelo fato de que estávamos num regime de força, em que era possível realizar uma porção de coisas à base de decreto-lei.

**MAS HOUVE UM OPOSIÇÃO SIGNIFICATIVA DE PARTE  
DA COMUNIDADE ACADÊMICA AO MODELO DE  
IMPLANTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA.**

**A**h, sim, houve muita discussão. Na Escola de Engenharia, por exemplo, havia uma oposição muito grande à criação do Instituto de Matemática. Na realidade, o que chamávamos de Universidade do Brasil não era uma universidade, mas uma associação de escolas independentes, que se imbricavam. A coisa chegava a tal ponto, que o regimento da Escola de Engenharia restringia a prova de livre-docência de matemática a engenheiros; ser matemático apenas, formado pela Faculdade de Filosofia, não valia. A Faculdade de Arquitetura tinha o seu departamento de matemática, a Faculdade de Ciências Econômicas tinha seu. Foi aí que a reforma atuou mais fortemente, de cima para baixo.

**Mas já havia um grupo de professores de grande liderança querendo a reforma universitária.**

Pessoas ligadas à pesquisa, como o Carlos Chagas, o Muniz de Aragão, o Paulo de Goes, que tinham grande influência.

**A** PUC do Rio, entidade privada, sem aquela burocracia das universidades públicas, fez a reforma e reestruturou-se rapidamente.<sup>9</sup> Já a UFRJ era bem mais complicada, porque qualquer mudança tinha que ser aprovada pelas

congregações. De qualquer maneira, a reforma universitária encontrou muito apoio junto aos grandes professores e pesquisadores de prestígio da UFRJ — o pessoal do Instituto de Biofísica, do Instituto de Microbiologia, os professores do CBPF — e alguns da USP.

**UM DOS ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DA REFORMA UNIVERSITÁRIA FOI A IMPLANTAÇÃO DO REGIME DE DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL. O SENHOR PARTICIPOU DESSA DISCUSSÃO?**

**Sim**, fui membro da comissão criada para implantar o regime. No Rio, todo mundo dava tempo parcial; em São Paulo já havia alguma coisa em termos de tempo integral e dedicação exclusiva. A Capes entrou nessa luta, proporcionando uma complementação salarial para viabilizar a dedicação exclusiva, pois o pessoal ganhava pouco.<sup>10</sup> O próprio CNPq, desde sua fundação, tinha uma bolsa de pesquisador, que nada mais era do que uma complementação para quem se dispusesse a fazer pesquisa em tempo integral, no seu laboratório.

**Mas** a partir da reforma universitária começamos a estudar a implantação do tempo integral e da dedicação exclusiva, para valer. Essa comissão chamou-se Concretide, Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, da qual fiz parte, por indicação do Newton Sucupira, então diretor de Ensino Superior do MEC; na comissão havia gente indicada pela Capes, pelo CNPq e pela DESu. Recursos do MEC eram distribuídos pelas universidades, para pagar esse programa, e as comissões universitárias fiscalizavam a aplicação do dinheiro; os professores tinham que assinar um compromisso de dedicação exclusiva e ter, além disso, produtividade em pesquisa. Essa é a origem da posterior disseminação do regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, que vale até hoje.

**COMO O SENHOR FOI NOMEADO PARA O CONSELHO DA CAPES?**

**O** Conselho contava com um representante do CNPq e, nesta qualidade, fiquei dois anos como conselheiro, durante a gestão de Celso Barroso Leite.<sup>11</sup> Depois, como eu estava muito sobrecarregado, sugeri o nome de Jacob Pallis para me substituir. Para dar uma idéia de como era pequeno o sistema, quando entrei para o Conselho da Capes notei que naquele ano eram oferecidas três ou quatro bolsas de matemática no exterior, quatro ou cinco de física, mas não havia candidaturas para as bolsas de química — eu dava parecer sobre física, química e matemática. Achei um absurdo e perguntei aos químicos do Conselho: “Por que a Capes não oferece bolsa para químicos?” Responderam: “Ah, os interessados pedem a bolsa, mas como não sai, desistiram de pedir.” Aí propus no Conselho que a Capes anunciasse a oferta de duas ou três bolsas de química; apareceram vários candidatos, e demos as bolsas de química. Mas vejam como os números eram reduzidos, na época.

**HAVIA ALGUMA DIVISÃO DE ÁREAS ENTRE CNPQ E CAPES, NA CONCESSÃO DE BOLSAS?**

**Não**, tudo era mais ou menos indistinto, mas tenho a impressão de que, a partir de determinado momento, a Capes passou a ser mais efetiva do que o CNPq na oferta de bolsas para a área de ciências sociais e humanas. Agora, nas áreas científicas a distribuição era relativamente igual, isto é, proporcionalmente, porque o CNPq sempre teve muito mais bolsas que a Capes para distribuir.

<sup>10</sup> Ver, a respeito, entrevista de SUZANA GONÇALVES, neste volume.

<sup>11</sup> CELSO BARROSO LEITE dirigiu a Capes entre dezembro de 1969 e março de 1974. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>12</sup> SUZANA GONÇALVES dirigiu a Capes entre março de 1964 e maio de 1966. Ver, além de sua entrevista, a de CELSO BARROSO LEITE, neste volume.

<sup>13</sup> Muniz de Aragão (1912) foi diretor do DESu (1964–66) e ministro da Educação no governo Castelo Branco (1966–67). Já Epilogo de Campos (1915–92) esteve à frente do DESu entre 1967 e 1968, quando foi afastado em decorrência do relatório que avaliou a situação do ensino universitário no país, coordenado pelo coronel Carlos de Meira Matos. Em fevereiro de 1969 foi cassado pelo AI-5. Ver, a respeito, *DHBB* (2001), CÓRDOVA (1996) e, neste volume, a entrevista de AMADEU CURY, especialmente a nota 5.

<sup>14</sup> Ver a relação completa dos dirigentes da Capes no Anexo 2, no final deste volume. Ver, ainda, CÓRDOVA (1966) e a entrevista de SUZANA GONÇALVES, especialmente a nota 17.

**COMO O SENHOR AVALIA A EVOLUÇÃO DA CAPES ENTRE 1964 E 1974?**

Suzana Gonçalves tinha prestígio, porque era prima da falecida esposa do presidente Castelo Branco, d. Argentina, e irmã de Elisinha, então casada com Válder Moreira Sales.<sup>12</sup> Apesar de muito culta, tenho a impressão de que ela não tem pós-graduação formal. Na PUC, onde teve posições importantes, sempre ocupou cargos administrativos, nunca acadêmicos: montou os departamentos e depois foi diretora da Biblioteca Central. Na Capes, ela foi uma diretora-executiva mais operacional, menos formuladora. E quem definia a política da casa era o Conselho, que tinha grande poder.

Suzana estudava muito e era muito ativa no Conselho; era uma administradora, e muito boa.

Depois que Muniz de Aragão saiu da Diretoria do Ensino Superior, entrou aquele maluco, um amazonense chamado Epílogo de Campos, um horror.<sup>13</sup> Completo maluco! Aliás, o próprio nome indica; era uma família Campos, do Amazonas, com um filho chamado Prólogo, este Epílogo e até uma moça chamada Errata!

Já Celso Barroso Leite é um homem inteligente, mas muito cético, achava que o número de bolsas oferecidas pela Capes era um tanto exagerado. Muito inteligente, muito habilidoso, bom administrador, mas inicialmente um estranho no ninho, pois nunca fora ligado à comunidade acadêmica; era homem ligado ao Ministério do Trabalho e à Previdência — aliás, bom especialista em Previdência. Depois que dirigiu a Capes, passou a ter maior vivência dos problemas da comunidade acadêmica. Ele era engraçadíssimo; lembro que, com aquele jeito caçoísta, chamava os bolsistas de “marsupiais”.

**ENTRE A SAÍDA DE SUZANA GONÇALVES E A POSSE DE CELSO BARROSO LEITE, A CAPES TEVE CINCO DIRETORES. ISTO PERTURBOU MUITO A CASA?<sup>14</sup>**

Não teve tanta importância, porque quem dava as diretrizes principais eram a Diretoria do Ensino Superior do MEC e o Conselho Deliberativo da Capes; a agência não tinha a independência que tem hoje. A DESu tinha um papel central dentro do Conselho da Capes.

Depois desses diretores todos, é nomeado o Celso Barroso Leite. O novo ministro da Educação, Jarbas Passarinho, o chamou para dirigir a Capes — o Celso já tinha trabalhado com ele no Ministério do Trabalho. Como eu disse, era muito habilidoso e foi basicamente um administrador, um bom gerente.

**A PARTIR DE 1974, COM A POSSE DO GOVERNO GEISEL, DARCY CLOSS É NOMEADO DIRETOR-GERAL E PASSA A DESEMPENHAR UM PAPEL MAIS IMPORTANTE NA CAPES, COMO FORMULADOR DE POLÍTICA CIENTÍFICA E DE PESQUISA. QUAL É SUA AVALIAÇÃO DESSE PERÍODO?**

Acho que as mudanças foram mais produto da época do que propriamente da ação do Darcy, que nem sempre é habilidoso. Teve boas idéias, certamente com boas intenções, mas não raro confundia as coisas. Na Capes, tinha embates terríveis. O Darcy era muito autoritário, muito cioso de sua competência, nesse aspecto de formulação. É um trabalhador obcecado, então tocava as coisas, como aliás, também era a Suzana, uma trabalhadora de tempo integral. Apesar de ter maior experiência em pesquisa do que ela — não é uma crítica, também não trabalhei muito em pesquisa —, o Darcy supervaloriza um pouco seu doutorado na Alemanha. É alemão e pensa em alemão: uma vez, peguei-o em flagrante num restaurante — quando o garçom trouxe a conta, ele conferiu somando em alemão!

Darcy presidiu a Capes num período de muito dinheiro, quando no CNPq estava José Dion de Melo Teles.<sup>15</sup> Foi uma época muito farta, tanto para a Capes como para o CNPq, de modo que isso também tem uma influência muito grande; era uma época mais folgada em termos de recursos. Foi a época em que o CNPq se transformou em fundação, e foi possível contratar os professores de seus institutos pela CLT, com salários um pouco melhores.

#### NESSA ÉPOCA, FOI CRIADO O I PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Vou dizer uma coisa: a influência do BNDES, fornecendo auxílio institucional através do Funtec, o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, e posteriormente a Finep, administrando o FNDCT, foi muito mais importante do que esses planos todos. Nesse início de consolidação da pós-graduação, uma pessoa teve um papel extraordinário, apesar de nunca ter sido cientista: José Pelúcio Ferreira.<sup>16</sup> Curiosamente, Pelúcio era um economista, funcionário do IBGE, que começou modestamente, depois foi funcionário do BNDES e do Ipea. Teve não só visão, mas habilidade, e conseguiu convencer a direção do Banco a fazer o programa, que ele administrou com mão de ferro. Pelúcio ajudou enormemente inúmeras instituições como o Cpdoc e o Impa — o próprio prédio do Impa foi construído com recursos obtidos pelo Pelúcio. Se calcularmos direito, dentre todos aqueles que influenciaram a ciência no Brasil, poucos superaram o Pelúcio. E sem ser cientista.

#### COMO O SENHOR AVALIA A GESTÃO DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO?<sup>17</sup>

Cláudio é o contrário da Suzana, é menos administrador do dia-a-dia e mais pensador. Foi responsável por uma dinamização do processo de avaliação; considero esse um grande mérito seu. Além disso, deu muita visibilidade à Capes e desenvolveu programas interessantes. O que mais chama a atenção foi o processo de avaliação, extremamente saudável, que ele incentivou nesses programas de pós-graduação.

Já Eunice Durham ficou pouco tempo, uma passagem muito superficial, e além do mais, acumulando com a Secretaria de Ensino Superior. Foi um pouco o que também aconteceu inicialmente com Abílio que, felizmente, largou a SESu e está só na Capes.<sup>18</sup> É muita coisa, por isso a atuação da Eunice na Capes foi um pouco superficial. Foi presidente no tempo do Collor, quando quiseram extinguir a Capes. Acho que qualquer outra pessoa que estivesse em seu lugar teria lutado como ela, pela preservação da agência.

<sup>15</sup> DARCY CLOSS presidiu a Capes entre junho de 1974 e março de 1979. Ver sua entrevista, neste volume. José Dion de Melo Teles foi presidente do CNPq entre 1975 e 1979. Ver [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br).

<sup>16</sup> Sobre o papel de José Pelúcio Ferreira no apoio ao desenvolvimento das instituições de ensino e pesquisa e ao progresso da pós-graduação no Brasil, ver DIAS (2001) e, neste volume, as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, REINALDO GUIMARÃES, SIMON SCHWARTZMAN e DARCY CLOSS, em especial a nota 11.

<sup>17</sup> CLÁUDIO DE MOURA CASTRO presidiu a Capes entre 1979 e 1982. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>18</sup> Nessa ocasião, EUNICE RIBEIRO DURHAM presidiu a Capes entre fevereiro de 1990 e agosto de 1991. ABÍLIO BAETA NEVES é o atual presidente da Capes, tendo assumido em 1995. Ver entrevistas de ambos neste volume.

<sup>19</sup> SANDOVAL CARNEIRO JR. presidiu a Capes entre 1991 e 1992. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>20</sup> A Lei nº 8.112, de 08.12.90, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Eunice é inteligente, viva, ativa. Depois, a Capes foi reformulada e transformada em fundação; inicialmente, quem foi nomeado para presidi-la foi o Sandoval Carneiro, e a Eunice ficou só na Secretaria de Ensino Superior.<sup>19</sup>

**A TRANSFORMAÇÃO DA CAPES EM FUNDAÇÃO  
RESULTOU EM ALGUM GANHO SUBSTANTIVO?**

**M**ais ou menos. O que ocorre é que as antigas autarquias tinham ficado muito burocratizadas, e as fundações representaram uma libertação. Cada fundação tinha seu plano salarial, podia contratar pela CLT e sem concurso, tinha autonomia de gestão de pessoal, as licitações eram simplificadas. Mas a lei do Regime Jurídico Único, de dezembro de 90, acabou com tudo isso.<sup>20</sup> Hoje, a administração da Capes como fundação, assim como o CNPq, tem as mesmas restrições de uma autarquia. Não se pode demitir nem contratar com autonomia. Sabe quem tem poder para demitir um motorista que roubou? O presidente da República!

**COMO O SENHOR AVALIA A PARTICIPAÇÃO DA  
COMUNIDADE ACADÊMICA NAS ATIVIDADES DA CAPES?**

**H**ouve um momento em que essa participação era muito informal e restrita, mas a partir de determinado momento, com a própria mudança dentro do Conselho Deliberativo, depois as comissões de avaliação, a comunidade acadêmica foi tendo uma participação maior e mais efetiva. Tanto o CNPq como a Capes tiveram bastante participação da comunidade. O Conselho da Capes era formado por pessoas ligadas à pesquisa, à administração do ensino etc. Depois, quando a agência cresceu, ficou inviável a aprovação de tudo pelo Conselho; surgiram esses comitês assessores, que envolvem também toda a comunidade. Por tradição, Capes e CNPq têm influência da comunidade acadêmica e científica; as estruturas de ambos têm muitas semelhanças e são muito abertas.

**A** comunidade acadêmica é complicada e muito heterogênea. Tem pessoas que não são propriamente confiáveis, mas tem também pessoas equilibradas, de bom senso e com visão administrativa.

Na comunidade acadêmica temos também, como em qualquer outra coletividade, pesquisadores notáveis, mas sem o menor bom senso, incapazes de gerenciar qualquer coisa.

Por isso mesmo, quando encontramos alguém que consegue aliar boa formulação de idéias com qualidades gerenciais, como era o Pelúcio, por exemplo, temos que dar graças a Deus e reconhecer-lhe o mérito.

## **EDUARDO KRIEGER**

Natural do Rio Grande do Sul, onde nasceu a 27 de julho de 1928, EDUARDO MOACYR KRIEGER formou-se em medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1953). Após um curso de fisiologia cardiovascular realizado em Augusta, Georgia (EUA) entre 1956 e 1957, transferiu-se para Ribeirão Preto (SP), vinculando-se ao Departamento de Fisiologia da recém-criada Faculdade de Medicina da USP. Nela, desenvolveu toda a sua carreira universitária, de professor-assistente a titular (1974). Paralelamente às atividades de professor/pesquisador, Eduardo Krieger acompanhou ativamente o desenvolvimento do ensino superior e da ciência no país, tendo participado da reforma do estatuto da USP (1968) e trabalhado em comissões do CNPq, Fundação Oswaldo Cruz, Capes e Fapesp. Desde 1985, após a aposentadoria em Ribeirão Preto, dirige a Unidade de Hipertensão do Instituto do Coração da Faculdade de Medicina da USP, onde é responsável por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores. Foi também membro do conselho diretor da Universidade de Brasília; e é membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República desde 1996. Desde 1993 vem exercendo a presidência da Academia Brasileira de Ciências. Na Capes, atuou como membro do Conselho Superior em 1995 e 1997. Em 2001 foi um dos professores homenageados com o Prêmio Anísio Teixeira, tendo recebido também o Prêmio Álvaro Alberto do CNPq em 1997.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 14 de setembro de 2001.

**O SENHOR FORMOU-SE EM MEDICINA,  
EM 1953. ERA VOCAÇÃO FAMILIAR?**

Uma mistura de influências dentro de casa — minha família não tinha médicos, mas queria um médico na família — e da importância da profissão. Naquele tempo, ou se ia ser médico ou advogado ou engenheiro, não havia muitas opções, e a medicina era uma das profissões tradicionais. Assim, entrei na faculdade de medicina em Porto Alegre em 1948 e me formei em 1953. Durante o curso, interessei-me pela clínica, especialmente pela cardiologia, e encontrei o prof. Rubens Maciel, que me influenciou e entusiasmou, por sua competência, sua visão de universidade, sua visão de país; era um líder. Com isso, decidi seguir a carreira universitária no campo da clínica médica e da cardiologia. Ele me apoiou muito.

Logo depois de formado, vim estagiar em São Paulo, em fevereiro de 1954. Minha idéia era fazer primeiro um ciclo clínico-geral e depois ir para a cardiologia, onde eu pretendia fazer especialização, aprender hemodinâmica e fazer cateterismo, levar a técnica para o Rio Grande do Sul, que naquela época ainda não conhecia. Acontece que o prof. Rubens Maciel tinha uma série enorme de atividades, e uma delas era na Capes. Nessa época, a agência tinha três anos, e ele auxiliava o Anísio Teixeira como diretor de Programas.

**Veja que, em 1954, Rubens Maciel morava em Porto Alegre, onde era professor da Faculdade de Medicina, mas auxiliava a Capes no Rio de Janeiro.**

O Rubens Maciel planejava instalar em Porto Alegre um programa para a formação de novos fisiologistas no Brasil. A cidade fica próxima de Buenos Aires, onde estavam vários especialistas argentinos liderados pelo Prêmio Nobel prof. Bernardo Houssay, que concordaram em fazer um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apoiado pela Capes, para criar um núcleo de formação de novos pesquisadores. Rubens Maciel me convenceu a interromper o estágio em São Paulo e retornar a Porto Alegre, para aproveitar os argentinos que tinham começado a dar o curso. Voltei e me tornei bolsista da Capes.

**QUAL ERA A PARTICIPAÇÃO DA CAPES NESSE PROGRAMA?**

Ela mantinha os bolsistas brasileiros e os professores argentinos. Éramos uns cinco alunos, uns três do Norte, Nordeste e outros lá do Rio Grande do Sul. Combinei com os argentinos, especialmente com o prof. Braun-Menéndez, que eu passaria uns seis meses em Buenos Aires, depois trabalharia em Porto Alegre durante um ano e iria em seguida para os Estados Unidos para completar a formação; era uma espécie de pacote com três anos de duração, em que eu me comprometeria, depois de terminar o estágio, a não só trabalhar na clínica, mas também trabalhar na fisiologia. Fui a Buenos Aires, voltei, fui aos Estados Unidos; lá recebi dos argentinos o convite para, ao retornar, transferir-me para Ribeirão Preto (SP) e lá continuar

minha carreira de fisiologista, já que tinham surgido dificuldades de retornar a Porto Alegre. Aceitei o convite e, ao terminar meu período nos Estados Unidos, decidi instalar-me em Ribeirão Preto e fazer só fisiologia. Cheguei em 1957.

#### **QUE CURSO O SENHOR FEZ NOS ESTADOS UNIDOS?**

Não era um doutorado formal, mas sim a continuação da formação científica. Trabalhei com o prof. W. Hamilton, na Geórgia (EUA), um dos maiores fisiologistas cardiovasculares da atualidade, o prof. Ahlquist, um dos maiores farmacologistas — tive, portanto, excelentes orientadores. Mas gostaria de destacar que foi graças à bolsa da Capes que tive oportunidade de fazer contato com a fisiologia e ficar na fisiologia, durante mais de 30 anos.

#### **O SENHOR CONTINUOU COMO BOLSISTA DA CAPES NOS ESTADOS UNIDOS?**

Não. A Fundação Rockefeller, que também estava auxiliando o programa, ofereceu uma bolsa; quando cheguei à Georgia, foi na realidade a American Heart Association que me deu uma bolsa. À Argentina é que fui com bolsa da Capes.

Bom, iniciei minha carreira universitária e de pesquisa na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que havia sido criada dentro da Universidade de São Paulo com uma missão muito clara: fazer pesquisa de forma regular, mesmo na área clínica; na área básica, São Paulo já tinha professores de dedicação exclusiva, mas na área clínica Ribeirão Preto inovou, pois foi a primeira faculdade no Brasil com professores com dedicação exclusiva também na área clínica. Era uma faculdade muito voltada para a pesquisa, com excelentes pesquisadores: Maurício Rocha e Silva, um dos maiores cientistas brasileiros, na farmacologia; Miguel Covian na fisiologia; Fritz Köberle, austríaco, na patologia; Lucien Lison, belga, na histologia; era, realmente, uma faculdade diferente. Tive oportunidade de fazer o doutorado em 59, a livre-docência em 62, enfim, toda a minha carreira.

#### **NA DÉCADA DE 1970 A CAPES COMEÇA A FINANCIAR DECIDIDAMENTE A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL. RIBEIRÃO PRETO FOI BENEFICIADA?**

Certamente. Até então, contávamos com recursos da USP, de fundações estrangeiras, como a Rockefeller e a Ford, e da recém-criada Fapesp, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Mas começamos a ter apoio maciço da Capes quando instalamos a pós-graduação na década de 1970. A partir de 1966 passei a ser membro do Conselho Universitário e participei de toda a reforma universitária da USP; fiz parte da comissão presidida pelo prof. Pascoal Senise, que elaborou o projeto de pós-graduação na USP. Já em Ribeirão Preto, desde o início da década de 1970 fiz parte da comissão que implantou os cursos de pós-graduação, comissão dirigida pelo prof. Maurício Rocha e Silva, cientista muito conhecido. Naquela época, acho que no primeiro e segundo ano implantamos 14 cursos; toda a faculdade entrou na pós-graduação. Ribeirão Preto liderava a implantação da pós-graduação na área médica e biomédica, então se faziam simpósios em Ribeirão Preto para discutir a pós-graduação na área médica.

#### **ESSA EXPANSÃO CORRESPONDEU, NA CAPES, À GESTÃO DE DARCY CLOSS?<sup>1</sup>**

- <sup>1</sup> DARCY CLOSS dirigiu a Capes entre junho de 1974 e março de 1979. Ver sua entrevista, neste volume.
- <sup>2</sup> EDSON MACHADO DE SOUSA dirigiu a Capes entre 1982 e 1989. Ver sua entrevista, neste volume.
- <sup>3</sup> Pelo Decreto nº 86.816, de 05.01.1982 — que adequou a estrutura da Capes às novas funções de órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós Graduação, em substituição ao recém-extinto Conselho Nacional de Pós-Graduação, e de agência executiva do MEC junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia —, o Conselho Técnico-Administrativo foi transformado, voltando a se chamar Conselho Deliberativo, passando a ser presidido pelo secretário de Educação Superior do MEC. Ver CÓRDOVA (1996).
- <sup>4</sup> Sobre o sistema de avaliação da Capes e o esforço que representou sua implantação, ver CÓRDOVA (1996) e as entrevistas de DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.
- <sup>5</sup> A respeito, ver também as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, neste volume.
- <sup>6</sup> Ver, a respeito, a opinião de SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

É verdade, começou com ele. Como eu me dava muito bem com os diretores da Capes, fui convidado para ser o presidente da comissão da área de ciências fisiológicas da Capes, já na gestão de Edson Machado de Sousa.<sup>2</sup> Acho que havia umas 20 áreas, e nós constituímos um conjunto de presidentes que discutiam a pós-graduação no Brasil. Foi um período muito fértil. Em seguida, fui eleito pelos meus colegas presidentes de áreas para representá-los no recém-criado Conselho Deliberativo da Capes.<sup>3</sup>

**QUAIS ERAM OS GRANDES DESAFIOS ENFRENTADOS  
PELA CAPES NAQUELE MOMENTO?**

O grande problema era consolidar a avaliação. Foi feito um grande esforço para que se compreendesse a importância da avaliação e, principalmente, para que as instituições respondessem às solicitações para preencher os formulários de avaliação. Essa era a maior dificuldade.<sup>4</sup>

**A USP, MESMO, PARECE QUE RESISTIU BASTANTE.**

É verdade. O pessoal não estava acostumado, não havia ainda essa cultura da avaliação. De outro lado, como eu vivi muito intensamente a discussão sobre a pós-graduação, entendi logo a importância da avaliação.

Na Capes aprendi também a respeitar a diversidade, porque o grau de evolução científica das áreas era bastante diferente.

Lá fiquei sabendo de coisas que me surpreenderam, num primeiro momento. Para nós da área de ciências naturais, era absolutamente tranquilo que o trabalho que o bolsista faz na elaboração da tese é trabalho também do orientador — quer dizer, feito dentro do laboratório do orientador, sob sua orientação, dentro de uma linha de pesquisa que é do orientador; portanto, o trabalho sai também com o nome do orientador. Na Capes me dei conta de que nas áreas de humanas não era bem assim, o orientador não participava da propriedade intelectual do trabalho. Enfim, foi um período muito fértil, em que aprendi bastante com as outras áreas, especialmente com as áreas humanas e sociais, que têm maneira própria de agir e de equacionar as coisas.

**E QUANTO AO FORMATO DA PÓS-GRADUAÇÃO?  
ATÉ HOJE EXISTE UMA DISCUSSÃO ENTRE A PÓS-GRADUAÇÃO  
MAIS ACADÊMICA E AQUELA MAIS PROFISSIONAL.<sup>5</sup>**

Vivi vários problemas desses, e um deles é próprio da área médica.<sup>6</sup> Em Ribeirão Preto, por exemplo, a primeira grande dificuldade foi aceitar que um médico fizesse mestrado. O doutorado todos estavam já aceitando, era uma forma de preparar o pesquisador; mas mestrado?! Para o médico, que tinha tido seis anos de curso, mais três de residência, exigir o mestrado como pré-requisito para o doutorado? Isto evoluiu, e depois começou-se a

ver que, realmente, não havia necessidade de fazer as duas coisas, era possível matricular diretamente no doutorado. Mas eu diria que defender o mestrado fez parte da defesa inicial da pós-graduação. Foi parte da luta para a implantação da pós-graduação, em que um dos subprodutos foi esse problema do mestrado na área médica, hoje já superado.

**A** segunda dificuldade na área médica, ainda não totalmente resolvida, é o próprio doutorado, é distinguir aquilo que é formação científica, própria da pós-graduação *stricto sensu*, formar o pesquisador através de um projeto de pesquisa. Isto não é bem compreendido, porque às vezes o pessoal vem buscando um curso a mais, com uma visão mais de especialização ou de profissionalização do que com uma visão acadêmico-científica. Essa dificuldade ainda existe, mas atualmente, na área médica e na área de cardiologia, já há uma boa tradição de cursos de aperfeiçoamento, regulamentados pelas próprias sociedades científicas para atender a essa demanda.

**Na** área básica, a dificuldade que notei foi conciliar as disciplinas da parte acadêmica do curso com a formação científica. As áreas básicas biomédicas já tinham uma longa tradição de pesquisa, então não houve dificuldade — já se fazia doutorado antes, e todo mundo entendeu que doutorado significava fazer tese mais as disciplinas. Porém, quando se começou a discutir a formação acadêmica, como parte integrante do programa de pós-graduação, houve muita dificuldade em saber o que era uma disciplina obrigatória, o que era domínio conexo ou área de concentração. Essas coisas exigiram das comissões um bom debate. Na Capes discutíamos muito sobre a organização dos programas, a carga horária para cada disciplina, as obrigatórias e as optativas, a delimitação da área de concentração.

**Os** benefícios da Capes para a área médica foram muito grandes, porque além de distribuir bolsas, ainda apoiava os programas. Não tenho a menor dúvida de que seu papel foi de suma importância para a implantação da pós-graduação no Brasil, uma forma sistemática de formar recursos humanos, e o resultado foi extraordinário; não conheço nada que se lhe compare nesse país. Pelos números e pela qualidade dos alunos formados podemos constatar o sucesso da pós-graduação: 500 alunos na década de 1980, 1.500 na década de 1990, e hoje, entre cinco e seis mil; o crescimento do número de alunos foi espetacular.

#### **DURANTE QUANTO TEMPO O SENHOR FOI MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CAPES?**

**Não** me lembro exatamente, sei que não fiquei todo o período do Edson Machado; depois fui substituído pelo Jorge Guimarães, que passou a presidir esse setor de ciências fisiológicas.

**Recentemente**, já na gestão do Abílio, fui nomeado membro do Conselho Superior, como representante da Academia Brasileira de Ciências;<sup>7</sup> depois fui substituído por Hernan Chaimovich. Como membro do Conselho, participei de um simpósio organizado pelo Abílio para fazer uma avaliação do processo de avaliação da Capes. Fui o relator do simpósio, defendendo que a avaliação passasse a ser menos dos cursos e mais dos orientadores, individualmente.

#### **O SENHOR CONTINUA VINCULADO À PÓS-GRADUAÇÃO?**

**Jamais** me desvinculei, no sentido de ter alunos e formar gente. Tenho alunos na fisiologia, na cardiologia, aqui no Incor e num programa de

<sup>7</sup> ABÍLIO BAETA NEVES é o atual presidente da Capes, tendo assumido em 1995. Ver sua entrevista, neste volume.

<sup>8</sup> Sobre as alterações introduzidas no sistema de avaliações da Capes, ver, neste volume, as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABÍLIO BAETA NEVES, REINALDO GUIMARÃES e SIMON SCHWARTZMAN.

fisiopatologia da Faculdade de Medicina. Agora, como membro de organismos diretores, voltei a ter participação aqui no Incor, que tem a comissão de pós-graduação coordenando cerca de 200 alunos.

**HÁ UM RAZOÁVEL CONSENSO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CAPES AO LONGO DESSES ANOS, MAS HOJE SE DISCUTE O TIPO DE AVALIAÇÃO QUE ELA FAZ.**

Quando comentei a avaliação da avaliação, uma das coisas que apontei foi que a Capes já tinha tido suficiente experiência na avaliação dos cursos como tal, dando sempre uma avaliação média do curso, e não avaliando os integrantes do curso de forma individualizada; eu achava que estava mais do que na hora de começar a fazer isso, especialmente nas áreas que já tinham uma boa tradição consolidada. Continuar avaliando um curso de bioquímica ou farmacologia, dizer que ele é A ou B, não tinha mais sentido; era preciso classificar os professores como A, B, C ou D, porque um curso A pode ter um professor D, e um curso D pode ter um orientador A.<sup>8</sup>

Eu chamava a atenção para o fato de que já tínhamos elementos e maturidade suficiente para começar uma avaliação mais pelo orientador.

Por que eu dizia isso? Porque o centro da formação do aluno, nas áreas de ciências naturais, é o orientador e seu laboratório. O que eu procurava mostrar — e fui até muito criticado — é que tinha que ser levado em conta o tipo de área, porque há algumas em que, realmente, a programação, a estrutura do programa é muito importante; nas nossas áreas, isso não parece tão importante.

**O SENHOR CONSIDERA QUE O MODELO DO CNPQ, QUE FOCALIZA O PESQUISADOR E NÃO O PROGRAMA, É MAIS INTERESSANTE?**

Não só achava isso, como considerava que deveríamos casar a avaliação do CNPq com a da Capes, para que essa avaliação alcançasse o financiamento, isto é, a avaliação é uma forma de verificar se devemos ou não dar bolsa, e quem dá bolsa dá auxílio. A outra distorção que eu pretendia corrigir com essa avaliação individual é que não podíamos continuar dando bolsas e não nos preocupando com quem é que dava o dinheiro para a pesquisa. A Capes não pode só dar a bolsa para o aluno e o CNPq não dar o dinheiro para a pesquisa; teria que unificar, essas duas agência deveriam trabalhar muito unificadas.

**OU SEJA, O SENHOR PROPUNHA QUEBRAR A POLÍTICA DA CAPES DE DAR BOLSA INSTITUCIONAL?**

Não pode, sou absolutamente contra. Para mim, as bolsas deveriam ser entregues ao orientador, claro que dentro de um pacote para o curso, mas

o curso é formado por indivíduos, por orientadores; é isso que precisaríamos começar a fazer. Hoje já temos elementos para fazer uma avaliação semestral, anual dos orientadores. Com a informática, não há problema nenhum para eu saber se ele realmente está cumprindo ou não sua função de orientador, se continua sendo um bom pesquisador ou não. Isso é que eu achei que precisava ser reformulado, não podia mais continuar essa avaliação de cursos, e sim do que está dentro daquele curso.

**Agora**, um segundo ponto é o problema do número de alunos que está sendo formado e seu aproveitamento. Acho que o benefício que a pós-graduação está tendo é a formação desse número de doutores que estamos formando, mas devemos perguntar como é que vamos aproveitar esse número de doutores? Temos duas grandes áreas para aproveitá-los: o setor universitário e o setor produtivo, tanto público como privado. Nos Estados Unidos, a grande maioria dos PhDs se orienta para o setor industrial, porque a indústria absorve, está funcionando a pleno vapor, faz pesquisa e desenvolvimento e precisa de pessoal especializado e qualificado. Nós não temos isso no Brasil. Da nossa massa de pesquisadores e engenheiros, temos, talvez, menos de 10% trabalhando na indústria.

**Esse** é um grande desafio: estamos formando gente que não está sendo absorvida no setor produtivo e precisaria ser absorvida toda no setor universitário. A pergunta é: está sendo absorvida? Também não, porque há essa expansão do número de alunos no curso superior, feito na universidade privada e não na universidade pública. Começamos, alguns anos atrás, com 50% em cada um; hoje, já estamos com menos de 35% na universidade pública e 65% no ensino privado que, salvo exceções, não investe em pesquisa e não pode absorver o doutor treinado para fazer pesquisa.

**UMA ALTERNATIVA QUE ESTÁ SE DESENHANDO NO  
MERCADO SÃO OS MESTRADOS A DISTÂNCIA,  
PROMOVIDOS POR INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS.**

**É** verdade. Não tenho muito conhecimento desses cursos de pós-graduação a distância. Nas ciências naturais, não vejo nenhuma possibilidade de substituir, a curto prazo, a formação dentro dos laboratórios, não dá; é muito difícil imaginar sucedâneos para uma formação que deve ser feita em bancada, ao lado do pesquisador, num ambiente de trabalho. Nas áreas de humanidades, desconheço se isso pode ser feito a distância. É claro que não estou falando em curso profissionalizante, estou falando em formação acadêmica, científica, em que há uma exigência muito grande de vivência dentro do ambiente de trabalho. Como se aprender medicina sem estar dentro de um hospital?

**Agora**, quanto à criação de cursos de pós-graduação para capacitar esses novos professores, acho que o poder público tem que ter o controle, porque os alunos não podem ser enganados. Tem que haver exigências para permitir o funcionamento e, sobretudo, avaliação e acompanhamento, para saber se estão realmente cumprindo os requisitos, e capacidade e força para fechar aqueles que não estão funcionando bem. Realmente, o poder público não pode abrir mão, porque a educação é uma coisa preciosa, é um bem comum, que tem que ser de responsabilidade do poder público. É preciso haver uma boa legislação, que dê um mínimo de condições para permitir a abertura, e principalmente, o acompanhamento, uma avaliação rigorosa.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Ver também a entrevista de ABILIO BAETA NEVES, neste volume.

<sup>10</sup> Sobre os fundos setoriais de apoio à ciência e tecnologia, ver, neste volume, as entrevistas de ABILIO BAETA NEVES e MARIA ANDRÉA LOYOLA, especialmente a nota 19.

**COMO O SENHOR AVALIA O PAPEL DA  
CAPES NESSES 50 ANOS DE EXISTÊNCIA?**

**Minha avaliação é a mais positiva possível.**

Não sei o que seria da universidade e do desenvolvimento da ciência no país se não fosse a criação simultânea da Capes e do CNPq.

O que se fez nesses 50 anos é praticamente o que se fez em ciência e formação de recursos humanos qualificado nesse país. Tínhamos um ou outro grupo que tentava, heroicamente, fazer ciência no Brasil; hoje as coisas estão em outro nível, temos grupos absolutamente consolidados, capacitando recursos humanos de forma regular, o país pode dar um salto de qualidade a partir daí. Mas isso só acontece porque o país investiu pesadamente nesses 50 anos, investimento continuado, feito de forma séria, para poder formar quadros e responder aos desafios da ciência e dos novos tempos.

**A**tualmente, criaram-se fundos setoriais para investimento em determinadas áreas de ciência e tecnologia.<sup>10</sup> Alguns críticos temem que isto represente perda de poder para a Capes e o CNPq. Mas eu sou otimista, acho que eles vão trazer um volume de recursos que nem imaginávamos; só este ano tivemos 700 milhões de reais, e para o ano que vem está previsto mais de um bilhão. Capes e CNPq estão aí para ficar e vão aproveitar esses fundos que, naturalmente, vão ter que investir em pesquisa básica e formação de recursos humanos. A própria Capes já está se beneficiando com esse fundo destinado a manter a infra-estrutura de pesquisa nas universidades — já em 2001 estão saindo mais de cem milhões de reais para isso. **A** idéia dos fundos é atacar cada um dos problemas setoriais na totalidade das ações, desde a criação do conhecimento, formação de recursos humanos, até a solução dos problemas tecnológicos do setor. Cada fundo desses tem um comitê gestor, com representantes da comunidade científica. Vamos discutir, fiscalizar, para que se faça uma distribuição de dinheiro proporcional à importância de cada um desses itens. Esses fundos seguramente irão fortalecer a Capes e o CNPq. São duas agências essenciais ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no país; no caso da Capes, a capacitação de recursos humanos é uma atividade crucial para a própria construção nacional.

## REINALDO GUIMARÃES

Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971), REINALDO GUIMARÃES especializou-se em epidemiologia, tendo obtido o título de mestre pelo Instituto de Medicina Social da Uerj (1978), do qual foi professor (1975-82) e vice-diretor (1984-85). Ainda na década de 1970 teve seu interesse pela política científica despertado através da SBPC. Entre 1985 e 1988 foi diretor da Finep, integrando, ao mesmo tempo, o Grupo Técnico Consultivo da Capes e o Conselho Deliberativo do CNPq. Exerceu diversos cargos e funções na área acadêmica ou ainda na de política técnica e científica, entre elas a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Uerj (1988-91 e 1996-99), e a assessoria especial da Presidência do CNPq (1992-94). Foi também representante da Região Sudeste no Colegiado Nacional dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (1989), da diretoria da SBPC (1997-99), do projeto *Ciência Hoje/SBPC* (1999) e desde 2000 é membro do Conselho Superior da Faperj. Na Capes, foi membro do Conselho Superior entre 1995 e 1999.

Sua entrevista foi concedida a Helena Bomeny e Regina da Luz Moreira em 6 de setembro de 2001.

**DESDE O INÍCIO DE SUA FORMAÇÃO, O SENHOR SE VOLTOU PARA A PESQUISA, PRIMEIRO NA ÁREA DE MEDICINA E DEPOIS NA DE POLÍTICA CIENTÍFICA.**

**CONTE-NOS UM POUCO DE SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA.**

Entrei para a Faculdade de Medicina da UFRJ em 1966, com a intenção de fazer pesquisa básica e logo tive uma oportunidade: em 67 recebi do CNPq uma bolsa de iniciação científica — não sei se já se chamava assim naquela época. Comecei a trabalhar no laboratório do prof. Hiss Martins Ferreira, do Instituto de Biofísica, diretamente com o prof. Gustavo de Oliveira Castro. Em um mês, vi que não tinha vocação para aquele tipo de pesquisa, que exigia, especificamente, uma habilidade manual que eu não possuía — sou canhoto, e os canhotos sofrem muito. Assim, fui lentamente me afastando. Em seguida, fui apanhado pela política e passei a dedicar muito à militância estudantil — desde 66 eu era membro do Partido Comunista Brasileiro, que tinha uma grande célula na Faculdade de Medicina da praia Vermelha. Em 69, na quarta série, encontrei no curso de pneumologia o cruzamento da política com a medicina, que era a saúde pública; a revelação se deu quando o jovem professor Germano Gerhardt, pouco mais velho do que eu, deu uma aula — ainda lembro como se fosse hoje — da epidemiologia da tuberculose. A partir daí, fiz meu internato, isto é, o sexto ano, no recém-fundado Instituto de Medicina Social da Uerj, porque a medicina preventiva da UFRJ era muito ruim — era possível fazer isso.

**NA UERJ O SENHOR PASSOU BOA PARTE DE SUA VIDA PROFISSIONAL, NÃO?**

Sim, fiquei na Uerj; lá fiz residência, depois o mestrado e boa parte da carreira. Outro cruzamento da política com a pesquisa me veio através da SBPC, logo após a formatura, já na década de 1970; comecei aí a me interessar por política científica. Já no começo dos anos 80, houve a fundação da revista *Ciência Hoje*, e eu estive no grupo que trabalhou nesse projeto.

Na primeira metade daquela década, fui começando a mudar de assunto: passei a fazer menos epidemiologia e saúde pública e mais análise de política científica e tecnológica. Com o advento da Nova República, em 1985, assumi uma diretoria na Finep.

**COMO O SENHOR FOI CONVIDADO PARA SER DIRETOR DA FINEP?**

Renato Archer, primeiro ministro de Ciência e Tecnologia — eu não o conhecia — montou a diretoria da Finep, convidando Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães para presidente, Mário Brockman Machado para vice-

presidente e Aluísio Teixeira para ser um dos diretores;<sup>1</sup> e Fábio Celso me convidou para compor a diretoria, para ser exatamente o diretor que trabalhava com a comunidade científica.<sup>2</sup>

### MAS A FINEP JÁ NÃO ERA MAIS A MESMA DOS ANOS 70.

É verdade. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, criado no final dos anos 60, funcionou durante toda a década seguinte com base na inspiração de uma pessoa, José Pelúcio Ferreira.<sup>3</sup> Em 64, ele já tinha feito um protótipo do FNDCT no BNDES, chamado Funtec; quando foi para a Finep, em 71, moldou a ação do FNDCT, responsável por praticamente tudo o que temos em termos de pesquisa e pós-graduação; a maior parte da capacidade instalada data daquela década. O FNDCT passou incólume pela primeira crise do petróleo, em 1973, mas não pela segunda, ocorrida no início dos anos 80 — Pelúcio tinha saído da Finep em 1979, quando assumiu o governo Figueiredo —, e a primeira metade dessa década foi de enorme reversão de expectativas, no tocante ao financiamento à pesquisa. O FNDCT entrou numa decadência danada.

Do ponto de vista de ciência e tecnologia, a Nova República lambeu as feridas das violências cometidas contra alguns pesquisadores importantes desde 1964; quanto à política científica e tecnológica, o que se tentou fazer foi atualizar o modelo peluciano dos anos 70. Tivemos algum sucesso no sentido de volume de recursos. As circunstâncias peculiares do governo Sarney transformaram o deputado Ulisses Guimarães no condestável da República, e os vínculos que o uniam a Renato Archer deram à área de ciência e tecnologia, particularmente a Finep, uma grande capacidade de barganha junto às áreas fazendárias.<sup>4</sup> Em 1988, depois da promulgação da Nova Constituição, o dr. Ulisses entrou em eclipse, e vem à cena o Centrão; a situação ficou muito ruim, e nós saímos da Finep.<sup>5</sup>

### A REDEMOCRATIZAÇÃO TROUXE CONSIGO UM REFLUXO PARA A POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA?

Curiosamente, foi isso mesmo que aconteceu, sem dúvida nenhuma; foi o tempo de maior fechamento. Houve realmente uma mudança do modelo econômico nos anos 80, que mais tarde vieram a ser chamados de “década perdida” — ainda não conhecíamos a de 1990. Comparando com a Argentina, a situação fica ainda mais estranha, porque lá o autoritarismo efetivamente acabou com a ciência e tecnologia, enquanto o nosso regime militar trabalhou com a ciência e tecnologia, porque era desenvolvimentista. Existia uma perspectiva de hegemonia no Atlântico Sul, principalmente durante o governo Geisel, entre 1974 e 1979. Mas a verdade é que em 1985 nós não percebíamos a imensa inflexão econômica que o país estava vivendo e talvez tenhamos insistido num modelo que estava esgotado, não como perspectiva mas como formato — inclusive, uma série de características desse modelo está voltando agora, no final da década de 1990. Na política de hoje há muita coisa para se aprender com o modelo peluciano.

### QUAIS ERAM AS PRINCIPAIS LINHAS DESSE MODELO?

Investimento pesado na constituição de capacidade instalada de pesquisa científica — para um economista do BNDES, isso é uma coisa absoluta-

<sup>1</sup> Renato Archer (1922–96), oficial de Marinha e político maranhense, desde cedo interessou-se por ciência e tecnologia, especializando-se em energia nuclear. Deputado federal (PSD/MA) entre 1955 e 1968, foi cassado pelo AI-5, por sua atuação na Frente Ampla. De volta à política com a Lei da Anistia, ingressou no PMDB, participando da campanha das Diretas e da campanha vitoriosa de Tancredo Neves à presidência da República. Fraternalmente ligado ao deputado Ulisses Guimarães, foi o primeiro ministro de Ciência e Tecnologia (1985–87) do país durante o governo José Sarney, ao longo do qual ocupou também a pasta da Previdência (1987–88). Presidiu a Embratel (1992–95) e a Rio 2004 (1995–96). Ver *DHBB* (2001) e *HIPPOLITO* (1985).

<sup>2</sup> Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães presidiu a Finep entre 1985 e 1988. Ver *DIAS* (2001).

<sup>3</sup> Sobre José Pelúcio Ferreira e seu papel no desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, ver neste volume as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, SIMON SCHWARTZMAN e DARCY CLOSS, especialmente a nota 11. E sobre a atuação da Finep, ver *DIAS* (2001).

<sup>4</sup> Defensor da posse de José Sarney como presidente interino da República em função da doença de Tancredo Neves, Ulisses Guimarães (1916–1992) acabou por se tornar o homem forte da Nova República, não apenas por haver tido uma participação muito maior na montagem do novo governo, mas também por acumular a presidência da Câmara dos Deputados com a do PMDB, partido que detinha então 80% dos ministérios e a maioria dos parlamentares, e por ser o substituto legal do presidente da República. Ver *DHBB* (2001).

<sup>5</sup> Ver página 278.

mente fantástica! Segundo, era um modelo que se permitiu pensar esses investimentos maciços sem nenhuma restrição de caráter ideológico nem de campo de pesquisa. É admirável que, durante aqueles anos de chumbo, Pelúcio tenha organizado na Finep um grupo de pesquisa em política industrial, em economia da tecnologia, onde estavam Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Simon Schwartzman, Marcelo Abreu, José Tavares. Além disso, graças ao Pelúcio fundou-se o Instituto de Economia da UFRJ, o Instituto de Economia da Unicamp, o Cpdoc; foi o momento de explosão desses centros todos.

Esse foi o maior legado do José Pelúcio Ferreira. Embora fosse um economista, seu maior legado foi a institucionalização da pesquisa no Brasil. Aquilo que é original no Brasil — em termos de países abaixo do Equador, ter mais de 30 mil doutores em pesquisa, 12 mil grupos de pesquisa, 60 mil pesquisadores — é uma colheita dos frutos do modelo peluciano.

**ESSE MODELO COMPORTAVA AINDA UM FORTE COMPONENTE TECNOLÓGICO, NÃO?**

Exatamente, a face tecnológica, de desenvolvimento da empresa nacional, muitas vezes com pesados elementos autárquicos. Por exemplo, deve-se também a esse modelo a construção da engenharia de consultoria no Brasil, inteiramente destruída ao longo dos anos 90. Com a abertura e a onda neoliberal, o modelo foi para o espaço, mas ficou como testemunho da era peluciana a face científica, de recursos humanos, pós-graduação, grupos de pesquisas e instituições.

**COMO ERAM AS RELAÇÕES ENTRE A FINEP E A CAPES?**

Na arquitetura do modelo do Pelúcio, o FNDCT era um fundo do qual a Finep era a Secretaria Executiva, de um lado, e executora de fomento, de outro. Capes e CNPq eram usuários do FNDCT; até meados dos anos 70 tomavam recursos do FNDCT para aplicar em seus programas. Esta era a relação funcional. Do ponto de vista político, sempre existe um pouco de disputa burocrática entre essas agências, mas lembro que havia um importante clima de colaboração, muito movido pelo consenso estabelecido na Nova República — estou falando agora do período 1985-88, quando fui diretor. Havia um clima de colaboração,<sup>6</sup> e o exemplo mais importante foi um esforço conjunto entre as agências, coordenado, pelo lado do Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo secretário-geral, Luciano Coutinho, economista

e professor da Unicamp, e pelo lado do MEC, pelo diretor-geral da Capes, Edson Machado de Sousa. Foi feita uma equação financeira importante, atrelando o valor das bolsas ao salário dos professores das universidades federais; isso foi feito em 86 e implementado a partir de 87.<sup>7</sup> Com isso, o número de bolsas aumentou brutalmente e seu valor ficou mais preservado. Além disso, introduziu-se a cultura de que bolsa não podia ser contingenciada, porque era como salário, pagamento de pessoal. Esse foi um exemplo bem-sucedido de cooperação entre o Edson Machado, vinculado do PFL, e Luciano Coutinho, ligado ao PMDB, a coalizão governista daquela época.

#### COMO FOI SUA EXPERIÊNCIA COMO PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UERJ?

Em 1988 eu ainda era diretor da Finep mas estava querendo sair, porque a vida ficou muito difícil após a entrada do Centrão no primeiro plano da política. Enquanto isso, Ivo Barbieri tinha sido eleito reitor da Uerj desde o início do ano e começou a me sondar, para ver se eu aceitava a Pró-Reitoria.<sup>8</sup> É uma pessoa em quem eu confiava e foi o primeiro reitor a realizar uma mudança institucional importante na Uerj; dessa forma, encantei-me com a idéia de ser pró-reitor, pelas possibilidades de trabalho.

Considero que meu principal papel na Uerj, em termos da importância da atividade de pesquisa, foi mais de pedagogia interna, com o apoio dos reitores, Ivo Barbieri e agora, mais recentemente, Antônio Celso;<sup>9</sup> atuei na valorização interna da atividade de pesquisa. Nas nossas universidades a pesquisa floresce ou fenece ao sabor de conjunturas que a valorizem mais ou menos. No Brasil, apenas quatro universidades têm a atividade de pesquisa inscrita na pedra fundamental: a USP de 34 e depois bem mais tarde, a Unicamp, a UnB e mais recentemente, a Uenf, a Universidade Estadual do Norte Fluminense. No restante do país, o sucesso depende do maior ou menor espaço dado pela administração superior da universidade à política de captação de recursos humanos. Aliás, na minha primeira passagem pela Pró-Reitoria da Uerj essa foi, talvez, a principal coisa a que me dediquei, com programa de professores visitantes, várias iniciativas desse tipo.

O fomento da Capes depende de uma avaliação — hoje trienal, na época anual. Para ter cursos bem avaliados, é preciso ter gente fazendo pesquisas, dando aulas, publicando textos.

#### QUAL ERA O QUADRO DA PÓS-GRADUAÇÃO NAQUELE MOMENTO?

Na década de 1980 a pós-graduação explodiu, principalmente os doutorados, que floresceram após a adubagem da década anterior. Foi o momento em que cresceram o número de programas e o número de alunos.

#### QUAL FOI O PAPEL DA CAPES NESSE PROCESSO DE CRESCIMENTO?

Se não fosse a Capes, não teria havido explosão alguma. Ela foi uma fomentadora, não digo material, porque não tinha recursos para isso — quem fez esse papel foi o FNDCT na década anterior —, mas uma fomentadora espiritual, se é que se pode usar este termo, da política de pós-graduação no Brasil nos anos 80. E sua principal ferramenta é a avaliação.

<sup>5</sup> O desgaste político de Ulisses Guimarães começou logo no início do governo Sarney, quando da distribuição de cargos na máquina administrativa, ocasião em que perdeu o apoio da ala moderada de seu partido. Ao mesmo tempo, o setor progressista do PMDB exigia posições mais progressistas do governo. O insucesso do Plano Cruzado acentuou a crise interna vivida pelo partido, ao impor mudanças ministeriais que nem sempre atenderam a seus interesses. O apoio de Ulisses, durante os trabalhos da Constituinte, à campanha pelos cinco anos de mandato presidencial — uma das mais polêmicas — acirrou seu desgaste político junto à opinião pública e a crise interna do PMDB, acusado de cumplicidade com Sarney. O andamento dos trabalhos constituintes, no entanto, provocou o abalo da aliança entre os dois políticos. Em fevereiro de 1989, Ulisses Guimarães foi substituído na presidência da Câmara dos Deputados, passando a se dedicar à candidatura à presidência da República. Por seu lado, na luta por um mandato mais longo e pela manutenção do presidencialismo, Sarney reorganizou sua base de sustentação, buscando o apoio do Centro Democrático, grupo suprapartidário de constituintes identificados com teses conservadoras que ficou conhecido como Centrão. Ver *DHBB* (2001).

<sup>6</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM, SANDOVAL CARNEIRO JR., MARIA ANDRÉA LOYOLA, e SIMON SCHWARTZMAN, neste volume.

<sup>7</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA e ANGELA SANTANA, neste volume.

<sup>8</sup> Professor de literatura brasileira da UERJ, Ivo Barbieri assumiu a reitoria em 4 de janeiro de 1988, nela permanecendo até o início de 1991.

<sup>9</sup> Professor de direito da UERJ, Antônio Celso Alves Pereira foi reitor desta universidade entre 1996 e 1999.

**A AVALIAÇÃO TEM INÍCIO NO FINAL DA DÉCADA DE 1970  
E SE INSTITUCIONALIZA NOS ANOS 80. HOUVE RESISTÊNCIA  
POR PARTE DOS PROGRAMAS A SEREM AVALIADOS?**

Essa história ainda não foi escrita em detalhes, mas sabe-se que as primeiras experiências de avaliação pela Capes ocorreram em 1977,<sup>10</sup> ainda não vinculadas ao fomento, isto é, aquilo que o programa recebia da Capes não dependia de ter sido avaliado. Consta — e não sei o que há de folclore ou de verdade, acredito que tenha muito de verdade — que até 1981 a Universidade de São Paulo não mandava uma informação sequer para a Capes; simplesmente, negava-se a preencher formulários e a submeter-se ao processo de avaliação. Em 81 houve a decisão de só conceder bolsa a quem mandasse os formulários solicitados; rapidamente, a USP passou a mandar.<sup>11</sup>

O modelo de avaliação da Capes é fantástico. Até hoje não sei quem o concebeu, mas é um modelo muito importante, pelo que tem de universal. Entretanto, o programa de computador que o alimentava era muito ruim. Depois, um grupo da Coppe passou a desenvolver um novo programa, que se chama Coleta — é o que funciona até hoje.

**ENQUANTO ERA DIRETOR DA FINEP,  
O SENHOR TAMBÉM PASSOU PELO CNPQ?**

Exatamente. O presidente da Finep é membro nato do Conselho Deliberativo do CNPq, e o Fábio Celso me designou como seu substituto permanente; foram os primeiros tempos do Conselho Deliberativo. Entre 51 e 73 o CNPq era vinculado diretamente à Presidência da República e tinha um Conselho Deliberativo; em 73 ele se transforma em fundação, passa a ser vinculado à Seplan e extingue o Conselho. Em 85, com a instalação da Nova República, uma das grandes reivindicações da comunidade científica era a volta do Conselho Deliberativo do CNPq, que foi recriado. E, entre 85 e 88, participei desse Conselho como substituto do presidente da Finep.

Não sei se conhecem a Sala Álvaro Alberto, no CNPq em Brasília. Ocupando toda uma parede, existe uma foto que simboliza o mito do conselho acalentado pela comunidade científica: a foto do primeiro Conselho Deliberativo do CNPq em 1951. Aparece lá uma porção de velhinhos, uns 15 ou 20, que eram a alma da comunidade científica brasileira.

<sup>10</sup> Segundo Rogério Córdova (1996), a primeira experiência de avaliação foi registrada oficialmente em 1978, quando foram aplicados os primeiros exercícios metodológicos. Em INFOCAPES (1996), o professor Darcy Closs relata sobre o trabalho de convencimento institucional para a aceitação da nova sistemática de classificação dos cursos de pós-graduação feita pelos comitês de assessores (CAs). Ainda segundo Closs, a primeira edição da classificação foi lançada em Rio Preto em 1975.

<sup>11</sup> Sobre as resistências encontradas pela Capes na implantação do sistema de avaliação, ver as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO e ANGELA SANTANA, neste volume.

Então, a idéia de conselho até hoje perseguida pela comunidade científica tem muito a ver com aquela foto, é a grande ilusão do conselho ideal, aquele que pode entregar o dinheiro quase diretamente nas mãos de um determinado pesquisador. É como se fosse uma relação direta; esse é o modelo.

E efetivamente, o modelo de conselho que se constituiu no CNPq em 1985 recupera este espírito, mas numa realidade onde fica claro o muito de mito que esse modelo possui. E nos primeiros anos do Conselho Deliberativo, exatamente o período entre 1985 e 1988, em que o freqüentei como diretor da Finep, havia uma tensão muito grande entre Crodovaldo Pavan, presidente do CNPq, a diretoria, o corpo técnico e o Conselho, que tem representantes da comunidade científica e tecnológica.<sup>12</sup> Pavan fazia uma mediação diplomática, para poder tocar a casa.

**O SENHOR CONSIDERA CAPES E CNPQ  
AGÊNCIAS COMPLEMENTARES, QUE SE  
SUPERPÕEM EM CERTOS MOMENTOS?**

Existe uma disputa burocrática permanente, um eterno ruído de fundo. E não tem jeito, como tudo em Brasília. Isso é uma coisa com a qual se convive, a não ser quando aumenta muito o volume do ruído de fundo. No início da Nova República, por exemplo, o espírito de equipe era muito grande, porque existia uma mobilização da sociedade inclusive no campo científico e tecnológico, que fazia com que se cimentassem essas relações em cima e o ruído ficasse mais embaixo. Eu comparecia religiosamente a todas as reuniões do Conselho Deliberativo do CNPq, por exemplo, coisa que depois deixou de ocorrer; atualmente o CNPq não manda ninguém para o Conselho Superior da Capes, fica um banco vazio ou, quando manda, é um técnico terceiro escalão.

**QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DOS MINISTÉRIOS  
PARA O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DESSE RUÍDO?**

Muito grande. Dependendo da liderança dos ministros, a cooperação pode ser bastante vantajosa para todos os envolvidos. Evidentemente, um presidente da República que emita sinais claros de preocupação com essas questões também ajuda. Agora, há um outro aspecto. Desde o início da crise dos anos 80, cresceu a idéia de racionalizar a estrutura do fomento, ou seja, a idéia de que Finep, CNPq e Capes tinham ações pouco racionais porque se superpunham. Escrevi um livro chamado *Avaliação e fomento de C&T no Brasil*, que possui um capítulo sobre planejamento e fomento da pesquisa no Brasil.<sup>13</sup> Lembro que fiz um levantamento de todas as tentativas de racionalização, desde o começo dos anos 80 até os anos 90; todas traziam um discurso racionalizador, mas no fundo visavam gerenciar a carência de recursos. Criava-se uma justificativa racional para a escassez: a Capes só dá bolsas, o CNPq só fornece auxílios, a Finep se limita a financiar tecnologia. Parte disso transformou-se em realidade, pois durante os anos 90 a Finep praticamente parou de financiar a pós-graduação e a pesquisa científica na universidade.

**ENTRE 1985 E 1988, AINDA COMO DIRETOR DA FINEP,  
O SENHOR PARTICIPOU DO GRUPO TÉCNICO CONSULTIVO  
DA CAPES. QUAIS ERAM AS FUNÇÕES DO GTC?**

Também no GTC o presidente da Finep era membro nato e me indicou como seu substituto permanente. O GTC, hoje extinto, tinha como função homologar as avaliações feitas pelas áreas da Capes que recebiam as informações prestadas pelos diferentes programas. Além disso, o GTC fazia

<sup>12</sup> Sobre Crodovaldo Pavan, ver neste volume a entrevista de ALMIR DE CASTRO, especialmente a nota 9.

<sup>13</sup> *Avaliação e fomento de C&T no Brasil: propostas para os anos 90*, Brasília: MCT/CNPq, 1994 (col. Acompanhamento e Avaliação de C&T).

<sup>14</sup> ABILIO BAETA NEVES é o atual presidente da Capes. Ver sua entrevista neste volume.

<sup>15</sup> Criado em 1983, o Grupo Técnico Consultivo congregava representantes de diferentes agências de fomento (Embrapa, Finep, CNPq, STI/MIC) e tinha por objetivo analisar a situação da pesquisa e da pós-graduação, por áreas do conhecimento, por regiões ou instituições, objetivando uma ação harmônica de fomento. Sua atividade principal era a análise dos processos referentes à criação de novos cursos. Foi extinto em 1998, por deliberação do Conselho Superior da agência, e suas funções transferidas para o Conselho Técnico-Científico. Ver CÔRDOVA (1996), BARROS (1998) e FUNADESP (2001).

<sup>16</sup> O Decreto nº 92.642 de 1986 oficializa o Conselho Técnico-Científico como órgão de assessoramento da direção geral da CAPES, em substituição aos grupos extra-oficiais até então existentes, integrados pelos presidentes das comissões de consultores científicos das diferentes áreas. Sem poder deliberativo, desempenha tarefas de consultoria e assessoria, subsidiando as decisões da diretoria e do próprio Conselho Deliberativo. Ver CÔRDOVA (1996), e FUNADESP (2001).

<sup>17</sup> Sobre o assunto, ver, neste volume, as entrevistas de ANGELA SANTANA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e EUNICE RIBEIRO DURHAM, especialmente a nota 4, além de CÔRDOVA (1996).

o primeiro reconhecimento dos cursos; o curso novo que quisesse entrar no sistema Capes mandava as informações para o GTC, que abria um processo e discutia seu reconhecimento.

#### **QUEM MAIS COMPUNHA O GTC?**

Alguns representantes da comunidade científica, além da Finep, do CNPq e de algumas agências estaduais, como a Fapesp. Os processos eram todos relatados pelo diretor-geral da Capes, e o GTC acatava 99,9% de seus pareceres. Recentemente, já na gestão do Abílio,<sup>14</sup> o GTC foi extinto<sup>15</sup> e substituído pelo CTC, Conselho Técnico-Científico,<sup>16</sup> que tem tido um papel muito mais ativo. Esse comitê participou da reforma dos mecanismos da avaliação, que era anual e passou a ser trienal. Mas o CTC não trabalha com formulação de políticas, apenas com execução de políticas.

#### **EM 1990, O GOVERNO COLLOR LANÇOU UMA REFORMA ADMINISTRATIVA, QUE DETERMINAVA, ENTRE OUTRAS MEDIDAS, A EXTINÇÃO DA CAPES.**

##### **O SENHOR ACOMPANHOU ESSE EPISÓDIO?**

Lembro muito bem. A Capes foi extinta junto com coisas como a Fundação da Pesca de Carapicu, para fazer uma caricatura da situação. Eunice Durham assumiu como diretora-geral de uma entidade fantasma. A comunidade científica se movimentou, e a Capes foi recriada no Congresso.<sup>17</sup> O impacto aqui fora foi muito grande, houve uma gritaria danada. Extinguir a Capes era uma tolice.

#### **SIM, PORQUE ERA UMA AGÊNCIA EFICIENTE, ALÉM DE MUITO PEQUENA, BASTANTE ENXUTA.**

Hoje, tenho uma visão bem crítica sobre essa assertiva de que a Capes é enxuta, seus funcionários são dedicados etc. Considero que a Capes tem menos funcionários do que precisa e que essa histórica contenção de funcionários acabou por desenvolver certos vícios internos, de grupos dominantes, muito prejudicial à agência.

Ali há grupos pesados, e se a diretoria não tomar cuidado, fica submetida a eles, porque emperram tudo. Como é pouca gente, formam-se feudos dos técnicos: a área da fulana, a área do sicrano. Feudos burocráticos.

#### **COMO COMPARÁ-LA AO CNPQ?**

Começa pela informatização, que na Capes é muito ruim, muito precária. O CNPq está totalmente informatizado. A Capes tem melhores funcionários, em termos de técnicos qualificados; desde a década de 1980 o CNPq vem

sofrendo pesadas perdas em matéria de técnicos. A Capes perdeu bem menos, mas gerou uma enfeudação extremamente prejudicial.

Quero dar um depoimento pessoal a esse respeito. Com a reforma que o transformou em fundação em 1973, o CNPq atraiu pessoal altamente qualificado, porque pagava excelentes salários, e incorporou-se à parte mais moderna da burocracia. Como pagava bem, outros órgãos, que por razões jurídicas não podiam contratar, faziam suas contratações através do CNPq. A partir do momento em que o setor público deixou de ser financeiramente atraente e o CNPq perdeu importância — em 85, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq deixou de ser o cabeça do sistema —, houve grande evasão. Quando voltei ao CNPq no final do governo Collor para fazer o diretório dos grupos de pesquisa, levei um choque! A decadência era visível até em termos físicos. O edifício do CNPq era uma ruína! Num período relativamente curto, cinco anos, a decadência foi vertiginosa. Isso a Capes não viveu com essa intensidade, protegeu-se, não sei por que razões.

#### COMO FOI A EXPERIÊNCIA DE CRIAR OS DIRETÓRIOS DOS GRUPOS DE PESQUISA NO CNPQ?

Em 1986 tinha sido criado um órgão chamado Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa — Fopropp, uma sigla horrorosa!; em 1990, eu era pró-reitor e coordenador dos pró-reitores da Região Sudeste, e nós fomos todos ao Goldemberg, então secretário nacional de Ciência e Tecnologia. Naquela época existia uma discussão sobre a importância de um programa de apoio aos grupos de excelência — idéia francesa conhecida como “laboratórios associados”, trazida ao Brasil por um físico chamado Moisés Nussensweig. Pois bem, nossa reivindicação ao Goldemberg era a criação desses laboratórios associados. Ele nos recebeu e pediu a lista dos grupos de excelência, para fazer os laboratórios. Nós, pró-reitores, não tínhamos qualquer informação sistematizada sobre o assunto, e fizemos várias reuniões para elaborar uma primeira lista. O coordenador dos pró-reitores era o biocientista Osvaldo Ubríaco Lopes, professor da USP, e quem tratou dessa pesquisa foi uma professora da PUC de São Paulo chamada Úrsula Karsch.<sup>18</sup> Resultado: fizemos um levantamento, cada um em sua universidade, uma coisa extremamente tacanha, improvisada, caseira, para apresentar ao Goldemberg. Evidentemente, acabou não dando em nada; gerou um artigo, que tem valor arqueológico, de autoria do Ubríaco e da prof.<sup>a</sup> Úrsula, que é um primeiro mapa dos grupos de excelência — foi publicado na revista da SBPC, *Ciência Hoje*.

Sei que o assunto ficou na minha cabeça, e entre 1991 e 1992 fiz o projeto. Na época, o presidente do CNPq era Marcos Mares Guia,<sup>19</sup> pesquisador mineiro e dono da Biobrás, uma empresa de biotecnologia; Jorge Guimarães, bioquímico, professor da UFRJ — hoje está no Instituto de Biotecnologia do Rio Grande do Sul — e meu amigo de muitos anos, era diretor do Conselho. No começo de 92 eu tinha deixado a Pró-Reitoria da Uerj, depois do final do mandato do Ivo, e fui ao Jorge, dizendo: “Tenho esse projeto e quero conversar.” Ele me chamou a Brasília, onde expliquei tudo; acabei contratado como assessor da Presidência do CNPq, situação que depois evoluiu para uma consultoria, que se mantém até hoje. O diretório está praticamente completo, agora é só questão de alimentação e atualização dos dados.

<sup>18</sup> Úrsula Karsch é doutora em Serviço Social pela PUC-SP.

<sup>19</sup> O médico Marcos Luís dos Mares Guia (1935), presidiu o CNPq entre 1991 e 1993. Ver [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br).

<sup>20</sup> Ver, a propósito, a entrevista de MARIA ANDRÉA LOYOLA, neste volume.

<sup>21</sup> Sobre o assunto, ver as entrevistas de DARCY CLOSS, EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, e ABILIO BAETA NEVES, neste volume.

**EM 1995 O SENHOR FOI NOMEADO MEMBRO DO CONSELHO SUPERIOR DA CAPES. COMO FUNCIONAVA ESSE CONSELHO?**

Não conheço detalhes da história da Capes, mas posso assegurar que ela nunca possuiu um Conselho com a mística do Conselho Deliberativo do CNPq. Acho que foi só na gestão da Maria Andréa Loyola, entre 1992 e 1994, que o Conselho da Capes passou a ser valorizado.<sup>20</sup> Ela mudou sua feição, criou áreas novas, fez umas alterações; aí o Conselho Superior da Capes adquiriu a feição atual. Participei dele entre 95 e 99, os primeiros quatro anos da gestão do Abílio como presidente da Capes. Foi uma experiência muito positiva, embora seja claramente um Conselho que não acompanha o metabolismo da agência como faz o Conselho do CNPq; é muito afastado da realidade cotidiana.

● Conselho Superior da Capes realiza tarefas burocráticas, próprias de um conselho, como aprovar orçamento, que é apenas um rito, pois não pode ser alterado. Faz também outras coisas ritualmente, coisas com alguma eficácia política, como por exemplo indicar, escolher os coordenadores de área na avaliação da Capes. Sou testemunha de que tudo o que pareceu politicamente relevante à diretoria da Capes foi levado ao Conselho, que tem caráter consultivo, sugerindo ações e procedimentos. As áreas, atualmente 24, foram fixadas na gestão de Maria Andréa — a área de saúde coletiva, por exemplo, foi criada na sua gestão. Mas ele diz quem vai coordenar a avaliação dos programas de uma área, com base em uma lista produzida após exaustiva consulta aos coordenadores dos programas pelo país afora. Quem fornece os nomes é a própria comunidade científica, embora o Conselho não tenha qualquer obrigação de acatar. Em suma, o Conselho Superior da Capes é um órgão de aconselhamento, e nesse sentido pode participar da formulação das políticas da agência.

**HISTORICAMENTE, UMA DAS PREOCUPAÇÕES DA CAPES É A DIMINUIÇÃO DAS DIFERENÇAS REGIONAIS, NA PÓS-GRADUAÇÃO.<sup>21</sup> QUAL É SUA OPINIÃO A RESPEITO?**

Primeiro, é importante dizer que a concentração regional do Brasil é excessiva — em tudo, e também na ciência e tecnologia, na formação de recursos humanos, na pós-graduação. Não é que eu alimente o mito de que se conseguirá obter uma distribuição homogênea, que lugar nenhum do mundo tem. Agora, os Estados Unidos, por exemplo, possuem dois importantíssimos pólos de concentração: Nova Inglaterra e Califórnia.

A universidade que mais gera doutores nos EUA é o complexo da Universidade da Califórnia, que forma 8% do total. Já a USP forma 35% dos doutores brasileiros. É concentração demasiada, e num país grande como o nosso!

Podemos dizer que existe concentração na França. É verdade, a Universidade de Paris é enorme, mas a França é pequena, relativamente.

Curiosamente, na década de 1990 ocorreu no Brasil um fenômeno ainda mal explicado, a meu juízo, que foi uma imensa desconcentração, cuja alavanca foram os doutorados. Estou terminando um levantamento, que quero publicar, sobre os doutores que trabalham com pesquisa no Brasil; é um conjunto de quase 32 mil doutores ativos em pesquisa no ano de 2000: onde, quando e em que área obtiveram o doutorado. É uma coisa fantástica. Em meados dos anos 80, São Paulo formava mais de 80% de todos os doutores do país; hoje forma 55%. Mesmo no Rio de Janeiro, o percentual está começando a cair. E há novos centros formando doutores, no Sul, no Nordeste, na UnB.

Por que isso ocorreu, numa década em que o desempenho do financiamento à pesquisa foi absolutamente medíocre até o ano passado? Não encontro uma explicação satisfatória, mas o fato é que isso gerou enorme desconcentração. Acho que foi um esforço das próprias universidades, muito em função da nova Lei de Diretrizes e Bases, que exige titulação. A Capes também desempenhou relevante papel, com uma política de *stop-and-go*: exige qualidade mas estimula a criação.

**A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA PÓS-GRADUAÇÃO  
É SEMPRE CLASSIFICADA COMO SINGULAR POR  
PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS, E O  
PROCESSO DE AVALIAÇÃO OCUPA LUGAR DESTACADO  
NESTA SINGULARIDADE. QUAL É SUA OPINIÃO?**

Indiscutivelmente, concordo com a análise. Agora, quero classificar esta originalidade brasileira como produto do desenvolvimentismo tardio. O processo foi bem-sucedido, ao menos na parte da construção da máquina de recursos humanos e da pesquisa científica, porque foi aplicado um conjunto de políticas baseadas nos pressupostos do desenvolvimentismo brasileiro. Isso foi esquecido durante os anos 90, porque o paradigma mudou e não ficava bem falar em desenvolvimentismo. Mas não tenho qualquer dúvida a esse respeito. Considero que os fundamentos residem na nossa experiência desenvolvimentista, e as três agências federais tiveram um papel absolutamente fundamental. Aliás, a pluralidade de agências foi essencial, embora isso possa ter machucado os corações mais racionais. E foi fundamental, entre outras coisas, porque protegeu o pesquisador da sanha burocrática; quando havia uma encrenca no CNPq, ele podia recorrer à Capes. Isto foi muito importante para a comunidade científica, e ainda é.

Considero que a Capes teve um papel absolutamente fundamental. Não pelas bolsas, porque o CNPq concedeu certamente um número maior que a Capes; não pelo apoio à infra-estrutura, porque aí a Finep forneceu muito mais. Mas é na avaliação que reside a contribuição mais fantástica da Capes. Foi o que permitiu construir um sistema que cresceu, em 30 anos, de 50 para 1.600 programas, mantendo um mínimo de qualidade, criando o que chamo de "moeda conversível em termos nacionais": antes eram os conceitos A, B, C, D, E, e agora são as notas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, todos sabem o que significa quando alguém diz que tal curso é 7. É a mesma moeda, um sistema exemplar de avaliação.

**A** Capes é um achado. Não creio que Anísio Teixeira tivesse pensado no que ela viria a ser. Acho que ele não pensou na pós-graduação, ao menos como ela é hoje, o tamanho que tem hoje, sua importância; ele pensava mais no ensino de maneira geral, na escola pública, depois na universidade.

Ocorre que, desde sua criação até hoje, a Capes foi mudando e acabou dando uma contribuição imensa. Dos três componentes — apoio aos estudantes, infra-estrutura e avaliação —, sua participação mais significativa reside na avaliação. Foi a avaliação que permitiu à Capes implementar uma política de pós-graduação no Brasil.

## **SIMON SCHWARTZMAN**

Nascido em 1939 em Belo Horizonte, SIMON SCHWARTZMAN graduou-se em sociologia e política e em administração pública na UFMG (1961). É mestre em sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-Flacso (1963) e doutor em ciência política pela Universidade de Berkeley (1973). Iniciou a carreira de professor e pesquisador na UFMG, da qual foi afastado pelo regime militar em 1964, só tendo reingressado em 2000, quando se aposentou, de acordo com a Lei da Anistia. A partir de 1969 passou a viver no Rio de Janeiro, onde lecionou na FGV e no IUPERJ. Técnico da Finep entre 1976 e 1980, foi professor de ciência política e diretor do Nupes da USP, da qual se afastou entre maio de 1994 e dezembro de 1998 para exercer a presidência do IBGE. Atuou como professor visitante das universidades de Berkeley (Califórnia), Columbia (Nova York) e de vários centros e institutos internacionais, como o Woodrow Wilson International Center for Scholars (EUA, 1978), o Instituto de Estudos Avançados da USP (1987) e o St. Anthony's College de Oxford (Inglaterra, 1994). Em 1985 foi relator da Comissão Presidencial de Avaliação do Ensino Superior, e mais tarde, entre 1993 e 1994, coordenou o grupo criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e financiado pelo Banco Mundial para estudar a política brasileira de ciência e tecnologia. É membro, entre outras instituições, do Instituto Internacional de Estatística e da Associação Internacional de Sociologia.

Sua entrevista foi concedida a Helena Bomeny e Regina da Luz Moreira em 9 de novembro de 2001.

**COMO PESQUISADOR, O SENHOR****ACOMPANHOU O TRABALHO DA CAPES?**

Nunca tive relação muito direta com a agência, mas acompanhei seu trabalho, na medida em que me envolvi com diferentes instituições de pós-graduação, como o IUPERJ, a Fundação Getúlio Vargas, a USP; daí vem meu conhecimento de suas atividades, mas apenas como usuário. Quando trabalhei na Finep, entre 1976 e 1980, participei do comitê assessor de ciências sociais do CNPq, que acabava de ser criado — cheguei mesmo a coordená-lo —, mas nunca participei dos comitês da Capes.

**NA FINEP ERA TOTAL O APOIO****À PÓS-GRADUAÇÃO?**

Ah, sim, o Pelúcio foi crucial para esse apoio.<sup>1</sup> A pós-graduação seguiu duas trilhas mais ou menos separadas: a da ciência e tecnologia, via Ministério de Ciência e Tecnologia, e a do Ministério da Educação. Essas duas trilhas nem sempre coincidem, inclusive freqüentemente há disputa de atribuições: quem faz o quê.

A política da Finep era a de apoiar programas específicos de pesquisa ou de pós-graduação; o caso clássico foi a Coppe. Pelúcio dava dinheiro ao Alberto Luís Coimbra, que fazia com ele o que quisesse; a Finep não estava interessada na UFRJ como tal, nem na organização da sua Faculdade de Engenharia, mas apenas no grupo de pesquisa liderado pelo Coimbra. Pelúcio o considerava uma pessoa competente e achava que era importante estimular a pós-graduação; portanto decidiu apoiá-lo. Esse era o estilo de atuação da Finep.

<sup>1</sup> Sobre o papel de José Pelúcio Ferreira no desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, ver neste volume as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, REINALDO GUIMARÃES e DARCY CLOSS, especialmente a nota 11. Sobre a atuação da Finep, ver DIAS (2001).

<sup>2</sup> Ver, a propósito, as entrevistas de ALMIR DE CASTRO, SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM, SANDOVAL CARNEIRO JR., MARIA ANDRÉA LOYOLA, e REINALDO GUIMARÃES, neste volume.

Já a Capes sempre teve a preocupação de criar um sistema. Teve, por exemplo, um papel importante no incentivo à criação das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação nas universidades e no fortalecimento da organização da atividade de pesquisa dentro das universidades.

Isso gerava certa tensão, porque na época havia uma idéia de que o sistema universitário era arcaico, lento, um sistema que dividia os recursos entre quem merecia e quem não merecia, de modo que passar pela burocracia da universidade era uma maneira de dispersar os recursos. Enquanto o CNPq preferia ir direto ao pesquisador ou ao líder do grupo, a preocupação da Capes, como agência do Ministério da Educação, era pensar o conjunto. No caso dos programas de bolsas das duas instituições, por exemplo, durante muito tempo uma não sabia o que a outra estava fazendo. Lembro de vagas tentativas de coordenação, reuniões conjuntas, mas a lógica era diferente.<sup>2</sup>

### HÁ MUITO TEMPO A AVALIAÇÃO FAZ PARTE DE SUAS PREOCUPAÇÕES, NÃO É?

Realmente, em 1982 escrevi um texto chamado *Avaliando a pós-graduação: a prática da teoria*.<sup>3</sup> Foi logo depois que a Capes implantou seu sistema de avaliação, que até hoje é muito bem-sucedido. Na área mais tradicional da ciência e tecnologia, a idéia da avaliação sempre existiu, mas o Brasil ainda não tinha nada nesse sentido. A Capes implantou uma experiência única na América Latina; hoje, a avaliação está em toda parte. Não posso dizer se atualmente a avaliação que ela faz é tão excepcional, comparada com outros países, mas evidentemente foi pioneira.

A Capes teve um papel muito importante, inclusive porque rompeu com o procedimento burocrático tradicional da avaliação brasileira, feita através do antigo Conselho Federal de Educação. O processo adotado pelo MEC para a avaliação da pós-graduação era bastante tradicional: o programa apresentava seus documentos, era aberto um processo, e em algum momento o funcionamento era autorizado, depois de uma tramitação muito lenta. A Capes criou um sistema muito mais rápido e eficiente. De um lado, havia todo um trabalho de levantamento sistemático de dados, com estatísticas básicas sobre os programas, e de outro, os comitês de assessores faziam uma análise mais qualitativa. Isso resultava numa avaliação que permitia que o Ministério tomasse decisões de alocação de bolsas, independentemente do Conselho. A Capes sempre funcionou como uma ilha dentro do MEC, com uma cultura e uma dinâmica próprias; não seguia muito o tempo e o ritmo do Ministério.

### É POR SER UMA ILHA QUE A CAPES NÃO CONSEGUIU TRANSFERIR PARA DENTRO DO MEC A MESMA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO PARA SER APLICADA À GRADUAÇÃO?

Na realidade, é bem mais fácil avaliar a pós-graduação. Primeiro, ela é muito menor; não sei quantos programas são, mas não podem ser mais de mil. É diferente de avaliar cinco mil universidades e instituições, cada uma com seus cursos. Além disso, também é mais simples avaliar a pesquisa: existe publicação? Existe tese? Quantos doutores forma o programa, quantos doutores dão aula e orientam teses? Os professores estão ativos, do ponto de vista científico? Com isso, é possível avaliar. Agora, como avaliar a graduação? Seu produto não pode ser olhado com muita clareza; todo o problema do Ministério ao avaliar a graduação esbarra em várias dificuldades, e hoje em dia temos os dois sistemas: o Provão e o sistema chamado de avaliação das condições de oferta, todos eles com muitos problemas.<sup>4</sup>

### QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS?

O Provão analisa o produto; vai até a aluno que está se formando e investiga o quanto ele sabe. Já para o sistema de avaliação das condições de oferta, criou-se um comitê de especialistas, uma estrutura mais ou menos parecida com a da avaliação da pós-graduação. A partir de um questionário e vários critérios, esse comitê analisa coisas como: instalações, biblioteca, informatização, titulação dos professores; avalia e dá um conceito. Depois o curso recebe outro conceito, resultado do Provão; a soma dos dois é a avaliação final do curso. É isso.

Mas há questões importantes. O problema da avaliação das condições da

<sup>3</sup> Rio de Janeiro, Luperj, 1982. 17 f. (Série Estudos, 10).

<sup>4</sup> Sobre o Provão, ver neste volume as entrevistas de EUNICE RIBEIRO DURHAM e DARCY CLOSS, especialmente a nota 12.

<sup>5</sup> Sobre as alterações introduzidas no sistema de avaliação da Capes, ver, neste volume, as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e REINALDO GUIMARÃES.

oferta é que ela supõe um modelo de pesquisa; pesa muito saber se há professores/pesquisadores com doutorado, trabalhando em tempo integral. É claro que isso prejudica a educação privada e privilegia as instituições públicas, porque o setor privado não tem pesquisa nem condições de ter professor em tempo integral. Essa é uma tese que defendo há muito tempo: não se deve amarrar, necessariamente, a qualidade da graduação à pesquisa, porque às vezes não faz sentido.

**OS CRITÉRIOS DEPENDERIAM DA  
ÁREA A SER AVALIADA?**

**C**ertamente. Os membros dos comitês de assessores da Capes são indicados pelos cursos, e muitas vezes acabam defendendo interesses setoriais. Assim, ainda que a idéia seja a de uma avaliação independente, muitas vezes não o é tanto assim. Há um caso interessante a ser citado, o programa de ciência política da USP. Fábio Wanderley Reis era o coordenador da Capes e foi avaliar o programa; fez uma avaliação tão negativa que hoje em dia é considerado *persona non grata* na USP. O departamento se mobilizou, pressionou a Capes e pediu nova avaliação. Quem conhece o Fábio sabe que ele é muito crítico; agora, sem entrar no mérito, o fato é que foi um caso muito raro, em que a avaliação rebaixava o curso da USP de A mais para A menos. A reação foi tão forte, que acabou levando à rejeição o nome de Fábio Wanderley Reis.

**NATURALMENTE, OS PROGRAMAS REAGEM PORQUE  
O APOIO ESTÁ CONDICIONADO À AVALIAÇÃO.**

**A** associação é inevitável. É preciso atrelar a avaliação ao resultado, à consequência.

A Capes tem que decidir onde vai enviar seus recursos, e o melhor critério para isso é a avaliação. Os americanos criaram uma diferença muito clara entre *high stakes* e *low stakes* numa avaliação, isto é, uma avaliação que tem consequências grandes e uma que tem consequências pequenas.

O Provão, por exemplo, é uma avaliação *low stake* para o estudante, porque não o afeta; mas para o curso é *high stake*. É por isso que muitas pessoas recriminam o Provão. O aluno não está interessado, mas se ninguém estiver interessado, o curso sofre, porque pode ser afetado. Agora, a avaliação da Capes é *high stake*, porque gera consequências.

**R**ecentemente, a Capes tomou uma decisão importante, que foi a revisão dos conceitos de avaliação.<sup>5</sup> Havia a tendência de todo mundo tirar A. Ou

os cursos estavam melhorando, ou as comissões começavam a ser mais amenas, mais lenientes. A Capes mudou o sistema e criou uma escala de 1 a 7, forçando uma distribuição de tipo normal, em que os cursos mais qualificados, de nível mais alto têm que ter padrão internacional. É muito mais estrito. Isso deu uma arrumada no sistema.

**A** avaliação por um comitê visa justamente introduzir um elemento qualitativo, porque o dado bruto é um indicador precário. Fulano publicou 200 artigos, mas podem ser artigos idiotas, pois ele é um especialista em publicar artigos sem dizer nada. Já Beltrano publicou apenas um artigo mas mudou uma área de estudo ou uma área de pesquisa.<sup>6</sup> Essa avaliação é qualitativa, não tem substituto, a não ser que se deixe o mercado avaliar, então cada um faz o que quiser. Mas se existe uma agência que tem que tomar decisões, alguém tem que fazer isso.

**O** resumo é o seguinte: é preciso saber se queremos os problemas decorrentes da existência de um sistema de avaliação ou aqueles decorrentes da inexistência de um sistema; quanto a mim, acho que os primeiros são preferíveis. Muitas vezes, a crítica à avaliação é feita como uma maneira de dizer que não se pode avaliar; aí sou contra, porque acho que é preciso avaliar, embora o sistema seja cheio de problemas.

#### COMO O SENHOR VÊ A ASSOCIAÇÃO ENTRE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA?

**N**ão entendo muito bem por quê, mas esse assunto não se resolve. Existe o modelo da pós-graduação acadêmica, que pode ser adotado na biologia, sociologia ou ciência política. Mas há outras áreas em que a pós-graduação é uma etapa seguinte para a formação profissional, onde o componente acadêmico não devia prevalecer. Hoje em dia, parece que a área mais maluca em relação a isso é a medicina, onde o aluno tem que fazer residência mas também tem que fazer mestrado em medicina, um evidente exagero. A idéia de exigir que um médico tenha mestrado ou doutorado em medicina é uma maluquice, ele vai passar a maior parte da vida se formando.<sup>7</sup>

**C**omo funciona, por exemplo, nos Estados Unidos? Existe o *college*, que dura três ou quatro anos, ao final dos quais o aluno ingressa na *graduate school* ou na *professional school*. Se for para direito ou medicina, ele obtém um título de MD, *medical doctor*, ou de advogado; se for fazer a *graduate school*, terá um PhD; ou se fizer um curso profissional de curta duração, terá um mestrado em *business*. Ou seja, a *graduate school* é acadêmica, mas se quiser fazer medicina o aluno não vai para ela, mas para a *medical school*. Lá, depois dos quatro anos de *college*, o aluno faz mais três ou quatro, faz a residência e já é um MD. Se quiser especializar-se em pesquisa específica, pode até fazer doutorado e virar um especialista num assunto determinado. No Brasil isso não se esclarece, até hoje não entendo bem por quê.

**O** outro exemplo interessante é o da psicologia, que conheço bem por causa de minha mulher, que é psicóloga profissional. Inês é psicóloga clínica, formada pela PUC, onde dava aulas de psicologia e psicoterapia na graduação. Quando a PUC decidiu criar a pós-graduação, foi importado o modelo americano, que é psicologia experimental, inteiramente diferente da tradição da formação da Inês, a psicologia clínica, mais analítica. Muita gente, sobretudo o pessoal mais jovem, foi fazer a pós-graduação, mas ela se

<sup>6</sup> Ver, a respeito, as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO e MARIA ANDRÉA LOYOLA, neste volume.

<sup>7</sup> Ver a opinião de EDUARDO KRIEGER, neste volume.

<sup>8</sup> Sobre a reforma universitária de 1968, ver BOMENY (2001) e, neste volume, as entrevistas de EDSON MACHADO DE SOUSA, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS e DARCY CLOSS, especialmente as notas 2 e 3.

<sup>9</sup> Ver as entrevistas de CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA, EUNICE RIBEIRO DURHAM, MARIA ANDRÉA LOYOLA, ABILIO BAETA NEVES e ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, neste volume.

recusou, dizendo: “Não estou interessada, porque não tem nada a ver comigo.” E acabou montando e coordenando um curso de especialização *lato sensu* em psicologia clínica, na própria PUC. Entretanto, algum tempo depois havia toda uma geração com mestrado e doutorado em psicologia experimental, e Inês não tinha título. Resultado, não podia mais dar aula e acabou largando a universidade.

Assim, em cima de um curso orientado para a psicologia clínica foi superposto um programa de psicologia experimental americano, que não tem nada a ver com a tradição clínica. Não sei o que aconteceu, pode ser até que tenham resolvido isso mais para frente.

Mas a pós-graduação brasileira não preocupou-se com os aspectos da formação profissional porque, como sabemos, a reforma universitária de 68 foi um modelo americano implantado sobre um sistema francês.<sup>8</sup>

Outra coisa que também aconteceu foi que se criou no Brasil um mestrado longo, maneira de compensar a inexistência de doutorados. E durante muito tempo isso foi adotado: quatro, cinco anos até defender uma tese de mestrado, que muitas vezes equivalia a uma tese de doutorado. Num certo momento, a Capes atuou firmemente no sentido de mudar isso, de restringir o mestrado e fazer com que ele passasse a ser uma coisa mais profissional; mas houve grande resistência. Muitas instituições, ainda hoje em dia, só têm mestrado.

#### RECENTEMENTE, FOI RETOMADA A DISCUSSÃO SOBRE O MESTRADO PROFISSIONAL, NÃO É?

Essa questão já devia estar resolvida há muito tempo.<sup>9</sup> Acho que o mestrado profissional é, na verdade, uma maneira de se dar uma qualificação adicional após o curso de graduação, que acabou se esvaziando um pouco. Por exemplo, que tipo de conhecimento se adquire em quatro anos de graduação em economia? Mesmo os melhores cursos, como o da PUC do Rio ou da UFRJ, dão um conhecimento bastante limitado; já o mestrado dá uma formação profissional mais adequada. Hoje em dia, se não tiver pelo menos o mestrado, o economista não tem condições de competir no mercado de trabalho. Agora, há pessoas que querem apenas fazer um curso de especialização, aprofundar seus conhecimentos sem ter obrigação de fazer uma dissertação no final do curso; isso apenas confere uma credencial adicional.

Não sei se é culpa da Capes, mas todo esse sistema de exigências de titulação para a carreira universitária criou uma pressão muito grande sobre

os professores e estimulou uma série de acomodações. Lembro que tive que opinar sobre um mestrado em ensino de ciências para uma universidade qualquer, que queria dar titulação aos seus professores de matemática. Como não tinha condições de montar um mestrado ou um doutorado em matemática, a universidade fez uma pós-graduação em ensino de matemática; aí os professores obtinham o título. Criaram-se coisas desse tipo, fora os cursos de má qualidade criados em universidades por aí.

**A** Capes possui também um programa chamado PICD, Programa Institucional de Capacitação Docente. Houve um caso doloroso no IUPERJ, mas muito ilustrativo. Um professor de uma universidade no Nordeste, mais velho, precisava de titulação para poder ser promovido; assim, obteve a bolsa do PICD e veio para o Rio passar dois anos. Foi a única tese que reprovei inteiramente, mas não havia jeito; era tão mal escrita, ele não conseguia juntar as palavras, uma coisa horrível, inaceitável! Tivemos que re-provar. Pois um belo dia fiquei sabendo que ele tinha conseguido o título em outra instituição.

**Enfim**, houve um estímulo do sistema para todo mundo fazer pós-graduação, em nome de um bom princípio, o da qualificação. Mas na medida em que isto se torna uma obrigação burocrática, também gera uma série de tentativas de falsificar, acomodar. Esse é o lado negativo, que não sei como resolver.

**QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE A  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU?**

**Considero** muito importante, pois cada vez mais as pessoas querem continuar estudando, sem querer passar pela formalidade do mestrado acadêmico. Desse ponto de vista, é uma coisa boa. Para as universidades públicas, a pós-graduação *lato sensu* é uma maneira de ganhar dinheiro, de contornar a proibição de cobrança em seus cursos tradicionais; hoje em dia, as universidades fazem disso uma boa fonte de renda. Os cursos cumprem seu papel, tanto que a demanda é muito grande. Hoje é muito comum a idéia de que as pessoas não param de estudar quando se formam, porque querem continuar aprendendo. É um mercado não regulado, ou regulado pelo próprio mercado.

**A CAPES ESTÁ COMPLETANDO 50 ANOS,  
COM UM SISTEMA CRIADO ESPECIFICAMENTE  
PARA ESSE FIM: AVALIAR A PÓS-GRADUAÇÃO.  
QUAL É SUA AVALIAÇÃO A RESPEITO?**

**No** meu entender, já existe uma tradição e uma cultura acumulada que têm que ser preservadas. O sistema brasileiro de pós-graduação é considerado bom e tem bons mecanismos de avaliação. Nisso a Capes tem um papel fundamental e tem que continuar atuando, não tenho dúvidas quanto a isso.

**Durante** toda a sua história a Capes centrou sua atuação basicamente nas universidades públicas, mas a PUC do Rio de Janeiro, por exemplo, sempre participou do sistema; a Capes não excluiu de saída o ensino privado. Talvez agora tenha chegado a hora de olhar para o setor privado. Se tiver pós-graduação, entra no sistema; a questão é saber se o setor privado deve manter pós-graduação.

Outro problema que bateu às portas da Capes foi um pedido para ela avaliar a pós-graduação *lato sensu*; aí sou contra, não acho que ela deva participar. Acho que essa é uma área que fica melhor desregulada mesmo; cada universidade faz o que quiser, oferece o que quiser.

Nos Estados Unidos, a graduação é avaliada por entidades de credenciamento, onde a instituição se filia voluntariamente, como se fosse uma liga. No Chile, um órgão independente do Ministério, os conselhos de avaliação, cumpre esse papel — algo parecido com o Conselho Nacional de Educação ou o Conselho de Reitores. Na área do ensino regular é importante ter isso, mas no ensino do tipo extensão, eu tenderia a deixar o mercado tranqüilo, não vejo por que o governo tenha que se deter nisso.

**E**a verdade é que é muito complicado montar sistemas de avaliação, são muito caros. O MEC gasta muitos recursos com isso, então não pode simplesmente ficar avaliando tudo; tem que ter uma estratégia de priorizar o que é central, crucial.

## **BALANÇO**

# A Capes e a formação do sistema nacional de pós-graduação

CARLOS BENEDITO MARTINS\*

\* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Diretor científico do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília (NESUB).

<sup>1</sup> Sobre a pós-graduação brasileira no contexto latino-americano, ver Ricardo Lúcio, “Políticas de posgrado en América Latina”, in *Los temas críticos de la educación superior en América Latina: expansión privada, evaluación y posgrado*. Rollin KENT (org.). México, Fondo de Cultura Económica, 1997, p.165-213. Ver também Carmen GARCÍA-GUADILLA, “El valor de la pertinencia en las dinámicas de transformación de la educación superior en América Latina”, in *La educación superior en el siglo XXI: visión de América Latina y el Caribe*. Caracas, CRESALC/Unesco, 1997, pp 47-81. Ver, finalmente, os trabalhos de Virgílio ARAGÓN, “Pós-graduação na América Latina: situação e características”, in *INFOCAPES*. v. 6. n.º 3, julho-setembro. Brasília. 1998.

<sup>2</sup> A partir de 1808, são criadas a Academia Real da Marinha, o curso de cirurgia na Bahia, o de cirurgia e anatomia no Rio de Janeiro, e a Academia Real Militar, cujo objetivo principal era formar oficiais e engenheiros civis e militares. Ver, a propósito, Luís Antônio CUNHA, *A Universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980; Anísio TEIXEIRA, *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1989; Maria de Lourdes COVRE, *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis, Vozes, 1977; Edmundo Campos COELHO, “As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930”; Helena SAMPAIO, *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo, Hucitec, 2000.

<sup>3</sup> Eram as seguintes: Faculdade de Direito de São Paulo, Faculdade de Direito de Recife, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina na Bahia, Escola Politécnica no Rio de Janeiro, Escola de Minas de Ouro Preto. Ver Maria de Lourdes FÁVERO, *A universidade brasileira em busca de sua identidade*, op. cit.

<sup>4</sup> Ver página seguinte.

Ao longo das últimas três décadas, o Brasil construiu um sistema de pós-graduação que constitui a parte mais exitosa do seu sistema de ensino, considerado unanimemente o maior e melhor da América Latina. Esse fato não deixa de ser surpreendente, quando se leva em conta o caráter tardio do surgimento do ensino superior no país e, particularmente, da instituição universitária no seu contexto.<sup>1</sup>

Uma constelação de fenômenos sociais, econômicos, políticos e acadêmicos contribuiu para a formação da pós-graduação no país. Sua construção derivou de um complexo empreendimento coletivo, que contou com a participação do Estado, de organismos da comunidade científica, do corpo docente das instituições de ensino e pesquisa envolvidas com esse nível de ensino. De certa forma, a emergência da pós-graduação é o resultado de longa e tortuosa luta desencadeada por esses atores, visando à superação de um padrão de organização do ensino superior no país, historicamente constituído através de escolas isoladas, voltadas basicamente para a formação de profissionais liberais e dissociadas da atividade de pesquisa.

Como se sabe, no Brasil as primeiras escolas superiores só foram criadas no início do século XIX com a vinda da família real portuguesa para a colônia, e tinham o único propósito de fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes ocupações na Corte;<sup>2</sup> no final do Império, o país contava com apenas seis escolas superiores.<sup>3</sup> Em 1900, eram 24 as escolas de ensino superior, e três décadas depois o sistema já contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica. O fundamental a ressaltar é que até o início da década de 30 o sistema era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciadas da investigação científica, atividade essa que era realizada nos institutos de pesquisa, que em geral possuíam tênues laços com o sistema de ensino superior existente. Até esse momento, não fora criada no Brasil nenhuma universidade institucionalizada.

Entre o final do século XIX e início do século XX foram criados vários institutos de pesquisa, alguns de breve existência, outros que perduram até os dias atuais; de modo geral, eram institutos isolados das instituições de ensino. Na esteira desse movimento, iniciou-se nos anos 20 uma série de manifestações em defesa da criação de universidades que fossem capazes de abrigar a ciência e os cientistas e de promover a pesquisa; a Sociedade Brasileira de Ciência, criada em 1916 — transformou-se na Academia Brasileira de Ciências em 1922 —, e a Associação Brasileira de Educação, criada em 1924, tiveram um papel fundamental nesse movimento.<sup>4</sup> Deve-se também assinalar que em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 educadores e escritores interessados em questões educacionais, recomendando também a criação de universidades capazes de integrar as atividades de ensino e pesquisa. Entre os seus signatários, encontrava-se Anísio Teixeira que, além de ocupar um papel marcante no

movimento da Escola Nova, assumiria também a liderança de várias iniciativas voltadas para a renovação do ensino superior, entre as quais a criação da própria Capes.<sup>5</sup>

Essas manifestações começaram a dar os primeiros resultados em meados da década de 1930, quando foram criadas as primeiras universidades institucionalizadas no país: Universidade de São Paulo em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935 — esta, de curta vida — representaram as primeiras tentativas de superação de um padrão de organização do ensino superior, baseado na escola isolada e profissionalizante, e de construção de um novo modelo baseado em instituições mais orgânicas, quem integrassem ensino e pesquisa. Embora parciais, estas tentativas resultaram em referências fundamentais para experiências posteriores visando ao processo de renovação do ensino superior e à integração entre ensino e pesquisa.<sup>6</sup>

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948, expressava o crescimento da atividade científica no país e exerceria a partir dali uma importante função na organização dos interesses do campo científico. Nos anos 50 e 60, a SBPC discutiu de forma recorrente, seja através de sua revista *Ciência e Cultura* ou em seus encontros anuais, a necessidade de realização de mudanças no ensino superior, tornando-se um ator estratégico na luta pela reforma universitária. Não se pode esquecer que a SBPC constituiu um dos espaços privilegiados de concepção da futura Universidade de Brasília, à qual se atribuíam elevadas expectativas na renovação do ensino superior.<sup>7</sup>

#### O PAPEL DO CNPQ E DA CAPES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Pouco tempo depois, em 1951, estabeleceu-se um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa no país, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq — atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico —, e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior, a Capes — atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O CNPq, que viria a desempenhar papel fundamental na construção da pós-graduação nacional, foi criado a partir da convergência de interesses entre militares e técnicos do governo e a comunidade científica nacional. Seus objetivos iniciais eram responder pelas atividades na área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional.<sup>8</sup>

A Capes origina-se na formação de uma comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior presidida pelo ministro da Educação, Simões Filho; durante 12 anos, foi coordenada por Anísio Teixeira até que, em 1963, este assumiu a Reitoria da UnB. Foi criada num momento em que persistia a tendência a um modelo de ensino superior baseado em escolas profissionais que abrigavam cerca de 50 mil alunos, nas quais a pós-graduação *stricto sensu* era praticamente inexistente.

Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de se equipar de órgãos e instrumentos para a regulação de diferentes aspectos da vida nacional e para a formulação e execução de políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva do país. O objetivo principal da Capes

<sup>4</sup> Foram criados nesse período vários institutos que desempenharão importante papel na constituição comunidade científica brasileira; entre outros, o Museu Paraense Emílio Goeldi (1885), o Instituto Agrônomo de Campinas (1887), o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893), o Museu Paulista (1893), o Instituto Butantã (1899), Manguinhos (1900), que em 1907 passou a se chamar Oswaldo Cruz. Antes disso, já haviam sido criados o Museu Real (1818), atual Museu Nacional, e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827), hoje Observatório Nacional. Ver Simon SCHWARTZMAN, *Formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro*, Finep/Companhia Editora Nacional, 1979, e Rogério Córdova, Divonzir Gusso e Sérgio Vasconcelos LUNA, *Pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília, MEC/Capes/Unesco, 1986.

<sup>5</sup> Sobre o Manifesto dos Pioneiros, ver Fernando de AZEVEDO, *A educação entre dois mundos*. São Paulo, Melhoramentos, s/d; Otaíza Oliveira ROMANELLI, *História da educação no Brasil: 1930–1973*. Petrópolis, Vozes, 1978; Helena BOMENY, *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001. Além da Capes, Anísio Teixeira associou-se também à criação da Universidade do Distrito Federal (1935), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1952), do Centro Brasileiro de Estudos Educacionais (CBPE) e da Universidade de Brasília (1961). Sobre Anísio Teixeira, ver DHBB e, neste volume, as entrevistas de SUZANA GONÇALVES, CELSO BARROSO LEITE, DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, AMADEU CURY, LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, EDUARDO KRIEGER e REINALDO GUIMARÃES e, especialmente, a de ALMIR DE CASTRO.

<sup>6</sup> Ver, a respeito, Luís Antônio CUNHA, *A Universidade temporã*, op. cit.; Irene CARDOSO, *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1982; Florestan FERNANDES, *A questão da USP*. São Paulo, Brasiliense, 1984; Simon SCHWARTZMAN, *Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit.; Maria de Lourdes FAVERO, *Universidade e poder*. Brasília, Plano, 2000.

- <sup>7</sup> A esse respeito, ver Ana Maria FERNANDES, *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília, Editora da UnB, 1990.
- <sup>8</sup> Ver Ana Maria FERNANDES, *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, op. cit.; Regina MOREL, *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979; M. C. Souza PAULA, *Política de formação de recursos humanos para a pesquisa: o caso do Brasil*. Brasília, CNPq, 1984.
- <sup>9</sup> Ver Rogério de Andrade CÔRDOVA, *Capes: origem, realizações e significações*. Brasília, Capes, 1998; Elionora Maria CAVALCANTI, *Política de pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica*. São Carlos, Editora da UFSCar, 1995.
- <sup>10</sup> Ver, a propósito, o Parecer n.º 148/70 do CFE, in *DOCUMENTA* n.º 111, Brasília, 1970, p.262-67.
- <sup>11</sup> Quanto às iniciativas da Capes para melhorar a capacitação docente e apoiar cursos de especialização, ver, neste volume, as entrevistas de ALMIR DE CASTRO e AMADEU CURY.
- <sup>12</sup> Ver a esse respeito, José Carvalho de OLIVEIRA, *A formação de pessoal de nível superior e o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Capes, 1960; Ver também Rogério CÔRDOVA, Divonzir Gusso e Sérgio Vasconcelos LUNA, *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*, op. cit. A propósito do apoio da Capes no início de suas atividades para o aperfeiçoamento de docentes no exterior, ver os depoimentos nesse volume de ALMIR DE CASTRO e SUZANA GONÇALVES. Ver também neste volume o depoimento de LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS, quanto ao papel da Capes e do CNPq nos anos 50 na formação de recursos humanos no exterior e a posterior liderança desempenhada por esses quadros na constituição da pós-graduação no país.

era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes, para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país naquele momento. Para isso, entre outros aspectos, a Capes assumia as tarefas de promover o estudo das necessidades do país; mobilizar os recursos existentes para o oferecimento de oportunidades de treinamento para suprir as deficiências identificadas; promover o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas por programas de assistência técnica da ONU e por acordos bilaterais firmados pelo governo brasileiro, e promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados.<sup>9</sup>

Apesar dos reduzidos recursos, em seu período inicial a Capes promoveu uma série de iniciativas que tiveram impacto imediato na melhoria do ensino superior e permitiram a implantação futura da pós-graduação nacional. Apoiou iniciativas de alguns cursos de especialização que se tornaram embriões de pós-graduação em suas respectivas áreas de conhecimento, como o curso de especialização em microbiologia da UFRJ, que no início dos anos 70 abria mestrado e doutorado nessa área.<sup>10</sup>

Além disso, a Capes forneceu bolsas de estudo no país, de modo a viabilizar a participação de estudantes nesses cursos, principalmente aqueles vindos de regiões menos favorecidas academicamente; paralelamente, promoveu a reciclagem de docentes, através de centros regionais de treinamento<sup>11</sup>. Procurou também enviar alunos para fazer pós-graduação no exterior; como seus recursos orçamentários eram modestos, ela própria fornecia cerca de 20 bolsas integrais anuais para o exterior e auxiliava na compra de passagens para professores e pesquisadores que não possuíam bolsa integral de outras instituições. Deve-se registrar também que a Capes mantinha estreito contato com embaixadas sediadas no país, como as da França, do Canadá, da Alemanha e dos Estados Unidos, que possuíam programas de bolsas de estudo para o exterior, participando ativamente do processo de seleção de candidatas.

Entre 1953 a 1959, o fluxo médio anual de estudantes que se deslocou para o exterior girava em torno de 1.200 pessoas, cifra que provavelmente abrangia grande variedade de formação, compreendendo desde estágios profissionais, participação em cursos de especialização e/ou aperfeiçoamento, realização de mestrado ou doutorado; a Capes, o CNPq e algumas agências internacionais e estiveram na condução desse processo intensivo de capacitação docente. No final dos anos 50, inúmeros estudantes e docentes estavam de volta ao Brasil e nos anos subseqüentes assumiriam a liderança intelectual e científica nas universidades, participando ativamente da implantação dos primeiros cursos de mestrado e de doutorado no país.<sup>12</sup>

Também no início da década de 1950, em plena Guerra Fria, nos Estados Unidos o governo Truman lançou um programa de cooperação técnica com a América Latina, denominado Ponto IV, resultando daí vários convênios

com universidades e escolas brasileiras, abrangendo as áreas de administração pública e orçamentária, economia, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, transporte e educação. O Ponto IV promoveu a vinda de técnicos e professores americanos ao Brasil para desenvolver cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, tal como ocorreu, por exemplo, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais — atual Universidade Federal de Viçosa;<sup>13</sup> além disso, concedeu bolsas de mestrado e doutorado a estudantes brasileiros. Essa iniciativa veio juntar-se às patrocinadas pela Capes, pelo CNPq e por outras agências internacionais na formação de uma massa crítica que, posteriormente, participaria da implantação da pós-graduação brasileira.

Como consequência dessas iniciativas, criam-se no início da década de 1960 os primeiros cursos de pós-graduação, próximos de uma modalidade *stricto sensu*, destacando-se aí a Universidade Federal de Viçosa, que abriu seus cursos em 1961, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade do Brasil — atual Universidade Federal do Rio de Janeiro —, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. No Rio de Janeiro, o Instituto de Química da Universidade do Brasil, criado em 1959, deu origem em 1963 ao primeiro curso de pós-graduação em engenharia química, que veio servir de referência para a criação da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, a Coppe-UFRJ.<sup>14</sup> Deve-se destacar ainda que a Universidade de Brasília, que iniciou suas atividades em 1962, incluiu também em suas atividades a existência regular e permanente de cursos de pós-graduação.<sup>15</sup>

Apesar da criação desses primeiros cursos, influenciados pelo paradigma americano de pós-graduação, até meados da década de 1960 eram poucas as universidades brasileiras onde era possível realizar estudos desse nível. Esses cursos passaram a coexistir com o modelo europeu de pós-graduação, particularmente o francês, presente nos doutorados da USP, que outorgava apenas o título de doutor, através de uma relação acadêmica tutorial entre o orientador e o doutorando que, de modo geral, desenvolvia seu trabalho de forma isolada e artesanal. O título de doutor tendia a conferir mais vantagens simbólicas do que benefícios econômicos e profissionais ao seu detentor e possuía reduzido valor no campo acadêmico, em função da ausência de uma carreira acadêmica institucionalizada no país, com exceção da própria USP, cujo doutorado se incorporou à carreira docente.<sup>16</sup>

Os cursos de pós-graduação receberam uma referência explícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 4.024, de 22 de dezembro de 1961, que em seu Art. 69, dispunha que “nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído a graduação e obtido os respectivos diplomas; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos”. Como se pode perceber, esse artigo era bastante genérico com relação à pós-graduação, deixando aos órgãos acadêmicos competentes as definições necessárias. No final do governo Juscelino Kubitschek tinham sido criadas várias universidades federais, refletindo uma forte presença do

<sup>13</sup> Ver a esse respeito, Guy CAPDEVILLE, *A formação do profissional agrícola de nível superior no Brasil* (tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

<sup>14</sup> Com relação à criação da Coppe, ver Giulio MASSARANI, Luisa MASSARANI e Terezinha COSTA, *Alberto Coimbra e a Coppe*. Brasília, Editora Paralelo 15, 2002.

<sup>15</sup> Sobre as inovações acadêmicas introduzidas pela UnB e os acontecimentos que perturbaram sua vida nos primeiros anos, ver Darci RIBEIRO *et alii*, *Universidade de Brasília*. Brasília, MEC, 1962, e Roberto SALMERON, *A universidade interrompida: Brasília 1964–1965*. Brasília, Editora da UnB, 1998.

<sup>16</sup> Há divergências quanto ao número de cursos de pós-graduação no Brasil na década de 1960. Alguns estudos indicam que em 1965 havia 45 mestrados e 17 doutorados, outros apontam 23 mestrados e dez doutorados. Ver, a respeito, *Cursos de pós-graduação: Brasil, estágio atual*. Brasília, Capes, 1974; Rubens MACIEL, “Cursos de pós-graduação”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 47 (105); Newton SUCUPIRA, *A pós-graduação entre a autenticidade e a alienação*. Brasília, Senado Federal/UnB, 1979. Sobre os cursos de doutorado, surgidos na reforma Francisco Campos de 1931, ver Fátima Bayma de OLIVEIRA, *Pós-graduação e mercado de trabalho*. Campinas, Papirus, 1995.

Estado no sistema de ensino superior. Na medida em que a federalização de escolas superiores resultou do processo de aglutinação de instituições isoladas, em seus primórdios essas novas universidades não conseguiram articular de maneira orgânica as atividades de ensino e pesquisa. Em 1964 o país dispunha de 35 universidades, a grande maioria pertencente ao setor público; no entanto, o sistema universitário no seu conjunto permanecia sem tradição de pesquisa.

#### ALÉM DE MEDIDAS REPRESSIVAS, O REGIME MILITAR IMPLEMENTOU O SISTEMA DE FOMENTO

Os primeiros anos da década de 1960 são marcados por um intenso movimento visando à reforma e modernização do ensino superior, do qual participaram ativamente docentes, pesquisadores e estudantes. Em larga medida, esse movimento traduzia as aspirações de cientistas e de jovens pesquisadores que haviam recebido uma formação no exterior e desejavam fazer da universidade um locus de produção e disseminação do conhecimento científico, integrando essa atividade com a formação profissional.<sup>17</sup> Com o golpe militar de 1964, a política educacional dos anos subseqüentes buscou desmobilizar o movimento pela reforma universitária, desmantelando o movimento estudantil e controlando coercitivamente as atividades de docentes. Ao lado de um conjunto de medidas repressivas, os responsáveis pela política educacional buscaram vincular a educação ao desenvolvimento econômico, que passava a ser comandado por uma lógica de crescente internacionalização, processo esse iniciado em décadas anteriores.<sup>18</sup> Para isso, o governo implantou um sistema de fomento, procurando adequá-lo ao financiamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia; o BNDE passou a fornecer auxílio através do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, o Funtec, criado em 1964, e posteriormente a Finep passou a administrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, criado em 1969. Ao ensino superior seria atribuído um papel estratégico no sistema de C&T e no processo de formação de recursos humanos altamente qualificados; em larga medida, a instalação inicial da pós-graduação seria feita através desse sistema de financiamento. Em 1964, a Capes absorveu outros programas do Ministério da Educação, como o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico, o Protec, que destinava recursos ao desenvolvimento das faculdades de engenharia; a Comissão Supervisora dos Planos de Institutos, a Cosupi, destinada a implantar institutos de matemática, física e química. Com isso, a antiga Campanha transformou-se em Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Através dessa incorporação, a Capes começava a dar os primeiros passos para atuar como agência de fomento de pós-graduação, passando a ser subordinada diretamente ao ministro da Educação e Cultura e orien-

<sup>17</sup> Ver Florestan FERNANDES, *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*, op. cit.; Laura da VEIGA, "Reforma Universitária na década de 60: origens e implicações político-institucionais", in *Revista Ciência e Cultura* 37 (7), julho 1985; José Luís SANFELICE, *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, Editora Autores Associados, 1986.

<sup>18</sup> Ver, a respeito, Peter EVANS, *A triplíce aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; Luiz Gonzaga BELLUZO e Renata COUTINHO (orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1983 (2 v.).

<sup>19</sup> Essa mudança ocorreu através do Decreto nº 53.932, de 26.05.1964. Ver, neste volume, a entrevista de SUZANA GONÇALVES.

tada por um Conselho Deliberativo que detinha praticamente o poder decisório.<sup>19</sup>

Em 1965, o ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda solicitou ao Conselho Federal de Educação a regulamentação dos cursos de pós-graduação, expressa no artigo 69 da LDB. Segundo seu entendimento, a pós-graduação deveria não apenas estimular a formação de pesquisadores, mas também assegurar treinamento eficaz e de alto padrão a técnicos e trabalhadores intelectuais, para fazer face ao desenvolvimento nacional em todos os setores. O aviso ministerial assinalava que a pós-graduação deveria servir para garantir a elevação dos níveis de qualidade das instituições de ensino já existentes e para atender à possível expansão quantitativa do ensino de terceiro grau, que efetivamente veio a ocorrer nos anos seguintes. Deve-se assinalar também que o ministro da Educação manifestava sua preferência pela pós-graduação realizada em dois ciclos sucessivos, equivalentes aos graus de Master e de Doctor, de acordo com o sistema de pós-graduação americana.

A manifestação da Câmara de Ensino Superior, através do Parecer n.º 977/65, foi de suma importância para a construção conceitual dos cursos de pós-graduação e para a própria configuração desse nível de ensino no país; foi elaborado como resposta a uma demanda do governo para a implantação da pós-graduação, com vistas a atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico.

O Parecer 977/65, que teve Newton Sucupira como relator, veio conceituar os cursos de pós-graduação, distinguindo dois tipos de pós-graduação: *stricto sensu e lato sensu*.<sup>20</sup> Na primeira categoria, incluiu o mestrado e o doutorado, cujo objetivo seria de natureza acadêmica, de pesquisa e de cultura, tendo como compromisso o avanço do saber. Esses cursos, ligados à essência da universidade, deveriam constituir atividades regulares e permanentes e conferir diplomas de mestre e de doutor, sendo que esse último corresponderia ao nível mais elevado na hierarquia dos cursos superiores. Por sua vez, o Parecer atribuía à pós-graduação *lato sensu* um objetivo eminentemente prático, conferindo um certificado ao seu final. Deve-se assinalar que o Parecer n.º 977/65 foi elaborado com razoável grau de flexibilidade, para que os cursos de pós-graduação pudessem sofrer variações em função das particularidades de cada área do conhecimento e da margem de iniciativa das instituições de ensino. A implantação dos cursos de mestrado e de doutorado seria, em larga medida, moldada pela conceituação de pós-graduação expressa pelo Parecer n.º 977/65 e pelas normas de organização e credenciamento estabelecidas pelo Parecer n.º 77/96 do CFE. Nos primeiros cinco anos de vigência deste último, foram analisados 202 pedidos de credenciamento de cursos — 101 foram colocados sob diligência pelo CFE —, sendo que a maioria deles de instituições com pós-graduação previamente existente e que não se enquadrava nas novas normas estabelecidas pelo CFE.<sup>21</sup>

Em 1968, outro documento oficial voltaria a se referir à pós-graduação: o relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.<sup>22</sup> O documento assinalava que, apesar de certos progressos, a estrutura da universidade brasileira era anacrônica e inadequada para atender às necessidades e aos desafios apresentados pelo progresso da ciência e pelas transformações que estavam ocorrendo na conjuntura socioeconômica do país. O relatório

<sup>20</sup> Sobre o papel desempenhado por Newton Sucupira na educação superior brasileira, ver Helena BOMENY, *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília, Editora Paralelo 15, 2001.

<sup>21</sup> O Parecer n.º 77/69 também foi elaborado por Newton Sucupira e determinava que o credenciamento dos cursos de pós-graduação seria concedido mediante parecer do Conselho Federal de Educação, aprovado pela maioria de seus membros e homologado pelo ministro. Contemplava os requisitos básicos para a organização e funcionamento dos cursos de pós-graduação. Consultar, a propósito, a Revista *Documenta* n.º 98, fevereiro 1969, p.130-32.

<sup>22</sup> Para uma apreciação crítica do documento, ver Florestan FERNANDES, *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*, *op. cit.*

assinalava também que a existência da pós-graduação seria fundamental para melhorar os cursos de graduação; por isso, o GT destacava a necessidade de se promover uma política nacional de pós-graduação, capaz de coordenar os esforços e de mobilizar recursos materiais e humanos para viabilizá-la. A execução dessa política deveria ser de iniciativa e responsabilidade do governo federal, em função do volume de recursos necessários e do impacto que se desejava alcançar no ensino superior no país. Finalmente, o Grupo de Trabalho recomendava a instalação de Centros Regionais de Pós-Graduação, onde seriam escolhidas universidades nas quais certas áreas já tivessem atingido a massa crítica necessária a um programa de pós-graduação. Nestas seriam instituídos cursos de mestrado ou doutorado, para os quais convergiriam recursos, e esses cursos constituiriam centros de pós-graduação para toda região, que ficariam sob coordenação de uma comissão nacional subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU).<sup>23</sup> No entanto, a experiência dos Centros Regionais de Pós-Graduação não foi adiante, com exceção da Região Sul, que reuniu seis universidades e teve como coordenador Darcy Closs, que posteriormente se tornaria diretor-geral da Capes.<sup>24</sup>

Ao regulamentar os cursos de pós-graduação, a Lei nº 5.540/68 incorporou em vários artigos os princípios e recomendações contidos no Parecer nº 977/65. O Art. 17 separou os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da modalidade dos cursos de especialização e aperfeiçoamento, incluídos na categoria *lato sensu*. Nessa mesma direção, o Art. 24 fortaleceu o papel legal do Conselho Federal de Educação com relação à regulamentação e supervisão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Tudo leva a crer que a Lei nº 5.540/68 deu um impulso ao crescimento da pós-graduação, na medida em que estabelecia, em seu Art. 31, que a titulação acadêmica seria considerada um dos principais critérios para ingresso e promoção na carreira docente. No Art. 36 estipulava que os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente deveriam ser estabelecidos pelas universidades, dentro de uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida pela Capes e pelo CNPq. Ou seja, esses dispositivos estabeleceram um elo fundamental entre carreira docente e posse de títulos de mestre e doutor, assinalando a necessidade de uma política nacional de pós-graduação conduzida por agências de fomento do governo federal.

<sup>23</sup> Newton SUCUPIRA, *A pós-graduação entre a autenticidade e a alienação*. Brasília, Senado Federal/UnB, 1979.

<sup>24</sup> A respeito dos Centros Regionais de Pós-Graduação, ver Maria de Azevedo BRANDÃO, "A constituição da política de pós-graduação no Brasil: 1965/1975", *Revista Ciência e Cultura* 29 (4), 1977. Ver também neste volume as entrevistas de DARCY CLOSS e EDSON MACHADO DE SOUSA.

#### A CENTRALIDADE DA CAPES NO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Em 1973, o ministro da Educação Jarbas Passarinho criou um Grupo de Trabalho para sugerir medidas para a formulação de uma política nacional de pós-graduação; essa Comissão propôs a criação do Conselho Nacional de

Pós-Graduação, órgão interministerial responsável pela formulação e execução da política geral de pós-graduação. Em 1975 criou-se, no âmbito do CNPG, o Grupo Técnico de Coordenação (GTC), com o objetivo de integrar as principais agências de financiamento da pós-graduação, que passaram a fazer parte do GTC: Capes, CNPq, Finep e Funtec, sob a coordenação do DAU-MEC. O Conselho Nacional de Pós-Graduação recebeu a incumbência de elaborar o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG), aprovado em 11 de novembro de 1974, para o período 1974-79.<sup>25</sup>

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação constituíram outro elemento crucial na construção do sistema, imprimindo uma direção para sua consolidação e institucionalização. Através deles realizaram-se diagnósticos sobre a situação da pós-graduação e foi formulado um conjunto de metas e de ações que, em grande parte, foram cumpridas. Justamente para executar esses planos é que a Capes, que se transfere para Brasília em 1974, começaria a se fortalecer como agência de fomento da pós-graduação. Deve-se assinalar que o I PNPG foi elaborado num momento de abundância de recursos provenientes do FNDCT, do qual a Finep era a Secretaria Executiva e executora de fomento, sendo a Capes e o CNPq seus usuários. Esses recursos permitiriam a expansão dos programas de bolsas de estudo e a criação de inúmeros cursos de pós-graduação.

O I PNPG partia da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação, até então parcialmente espontâneo, pressionado por motivos conjunturais, deveria tornar-se objeto de planejamento estatal, considerando a pós-graduação subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, parte integrante do sistema educacional. Deveria estar articulado com as políticas de desenvolvimento traçadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), bem como pelo II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT).<sup>26</sup>

Como o objetivo central do I PNPG era a expansão da pós-graduação, visando à capacitação dos docentes das instituições de ensino superior, suas metas principais eram o aumento da titulação e de vagas nos cursos de mestrado e de doutorado. Também ressaltava-se que, na distribuição regional e setorial dos novos cursos, deveria ser considerado o papel estratégico representado pelas áreas científicas básicas, das quais dependeria toda a potencialidade do ensino superior e da produção científica. Para a execução dessas metas eram propostas a concessão de bolsas de tempo integral para alunos, a criação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) e a admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias, em função da ampliação da pós-graduação.

A Capes passou a desempenhar um papel importante na implantação da política de pós-graduação delineada pelo I PNPG, ao assumir a responsabilidade de organizar o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), cujo objetivo era estimular as instituições de ensino superior a desenvolver seus recursos humanos por meio de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Esse programa criado pela Capes induziu também as instituições que desejassem participar a criar uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação para planejar as áreas acadêmicas em que pretendiam concentrar a formação de seus recursos humanos. Através dessa prática, a Capes inaugurou uma tradição de privilegiar uma interlocução de perfil mais institucional com o conjunto das universidades do país.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Era a seguinte a composição do CNPG: ministro da Educação e Cultura, Nei Braga (presidente); ministro-chefe da Seplan, João Paulo dos Reis Velloso (vice-presidente); secretário-geral do MEC, Euro Brandão; presidente do CFE, padre José Vieira de Vasconcelos; diretor do DAU-MEC, Edson Machado de Sousa; diretor da Capes, Darcy Closs; presidente do CNPq, José Dion de Melo Teles; secretário executivo do Funtec, José Pelúcio Ferreira; presidente do BNDE, Marcos Pereira Viana; reitores Amadeu Cury (UnB), Eduardo Osório Cisalpino (UFMG), Marcionílio de Barros Lins (UFPE), padre Pedro Belisário Rebelo (PUC-RJ) e Orlando Marques Paiva (USP).

<sup>26</sup> Sobre o I Plano Nacional de Pós-Graduação ver, neste volume, a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA.

<sup>27</sup> A respeito da criação do PICD, das Pró-Reitorias e do papel da Seplan e da Finep no processo de institucionalização da pós-graduação, ver a entrevista de DARCY CLOSS, neste volume.

● CNPG foi extinto em 1981 e suas atribuições passaram para a Capes, que gradativamente deixou de ser um mero órgão de distribuição de bolsas e começou a se transformar efetivamente em agência de fomento para os programas de pós-graduação. O início dos anos 80 também foi fértil para a agência, com a criação do sistema Capes/CFE para o credenciamento dos cursos de pós-graduação e a decisiva participação da Capes na comissão que reviu as normas de funcionamento da pós-graduação, resultando na Resolução nº 5 do CFE, de 1983. A Capes iniciava um processo de consolidação institucional e de fortalecimento no interior do MEC. Com a extinção do CNPG ocorreu também a eliminação do GTC, recriado em 1984 como Grupo Técnico Consultivo, passando a articular as ações das principais agências de fomento do país — Capes, CNPq, Finep, Embrapa etc. —, tendo como alvo a pós-graduação nacional. Em 1998, O GTC foi definitivamente extinto, e suas funções se transferiram para o Conselho Técnico Científico (CTC) da Capes.

**D**urante a implementação do II PNPG (1982-85) o país passou por forte crise econômica, resultando em retração de recursos para o financiamento da pós-graduação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico esvaziou-se gradativamente, comprometendo de tal maneira a distribuição de recursos para o sistema Capes/CNPq/Finep, que num certo momento a Capes deixou de receber qualquer recurso proveniente do FNDCT.<sup>28</sup> Nesse sentido, ele distanciou-se da estratégia expansionista do plano anterior.

**S**eria oportuno assinalar que o II PNPG contou com a decisiva participação do Conselho Técnico-Científico da Capes, formado pelos então denominados presidentes das Comissões de Consultores Científicos. O II PNPG foi elaborado em consonância com as orientações do III PND e do III PBDCT. Sua ênfase recaía sobre a qualidade do ensino superior e, mais especificamente, da própria pós-graduação. Propunha-se a consolidação da avaliação, que já existia desde 1976, e a participação da comunidade científica nas decisões sobre a política de pós-graduação e no processo de avaliação, visando à criação de bases seguras para o desenvolvimento da pós-graduação. A ênfase na qualidade dependeria do aumento gradativo da eficiência e da confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação do desempenho dos programas de pós-graduação, bem como do estabelecimento de critérios e de mecanismos de avaliação conhecidos e aceitos pela comunidade científica.<sup>29</sup>

● segundo problema que o II PNPG plano pretendia solucionar era a adequação do sistema às necessidades do país, seja em termos de sua produção científica, seja em função do aumento da capacidade tecnológica e produtiva, aparecendo pela primeira vez, no planejamento da pós-graduação, a vinculação com a questão tecnológica e com o setor produtivo. O sistema deveria dimensionar-se tendo em vista as especificidades de cada área do conhecimento, os tipos de qualificação requeridas e as necessidades

<sup>28</sup> Sobre o esgotamento dos recursos para a área de ciência e tecnologia durante a década de 1980, ver, neste volume, a entrevista de EDSON MACHADO DE SOUSA.

<sup>29</sup> A respeito da implantação do sistema de avaliação da Capes e seu desenvolvimento até meados da década de 1980, ver Ricardo MARTINS, *El sistema de acompañamiento y evaluación de la Capes; notas críticas sobre su evolución*, in: *La evaluación de Programass de Pósgrado*. Bogotá, Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior, 1985.

regionais. Além de manifestar preocupação com a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho não-acadêmico, o II PNPG priorizava os cursos de pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo de criar alternativas para os alunos e para atender à demanda por mão-de-obra altamente especializada.

**A** consolidação do processo de avaliação, que efetivamente veio a ocorrer e cujo aprimoramento constante passou a ser preocupação recorrente dos dirigentes da Capes, constitui um outro elemento fundamental na configuração da pós-graduação nacional. De outro lado, a avaliação conduzida pelas comissões de consultores científicos, portanto pela comunidade científica, permitiu à Capes assumir, de forma gradativa, uma centralidade na condução da política de pós-graduação nacional.<sup>30</sup>

**A** implementação do II PNPG, se conseguiu consolidar o processo de avaliação, não obteve o mesmo êxito para solucionar a ausência de articulação entre as diferentes agências de fomento nacionais voltadas para a pós-graduação, problema que se agravou ao longo da década de 1980. Apesar do progresso na implantação da pós-graduação e do referencial de qualidade por ela estabelecido, o III PNPG (1986-89) alertava para a necessidade de uma articulação maior entre agências de fomento governamentais com interface na pós-graduação, especialmente a Capes e o CNPq. Acrescentava também a necessidade de institucionalização da pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação e sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia. Os objetivos do III PNPG eram a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação, e sua integração ao setor produtivo.

Entre outros resultados, as ações implementadas pelos PNPGs possibilitaram a construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior, que contribuiu de forma efetiva para a capacitação de docentes e de pesquisadores que atuam no ensino superior do país, bem como a organização de uma política de auxílio financeiro aos programas de pós-graduação. No bojo das recomendações desses Planos ocorreu também a implantação e a ampliação gradativas das comissões de consultores científicos, para apreciar o mérito das solicitações, e a avaliação dos programas de pós-graduação, o que tem implicado contínua e constante interação entre a Capes e a comunidade acadêmica nacional.

### **A CAPES NOS ANOS 90: PRINCIPAL AGÊNCIA DO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A** partir dos anos 90, a Capes configura-se nitidamente como a principal agência do sistema nacional de pós-graduação. Sua credibilidade institucional tornou-se evidente no momento de sua efêmera extinção durante o governo Collor, quando ocorreu uma ampla mobilização da comunidade científica nacional e dos quadros técnicos da própria agência, em defesa de sua permanência. Em função do profundo enraizamento da comunidade científica na Capes, sua existência não só foi mantida, como a agência se transformou em fundação, adquirindo maior flexibilidade administrativa e orçamentária na condução de suas iniciativas.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> A constituição dos comitês de consultores científicos permitiu à Capes iniciar, a partir da metade da década de 1970, um processo de avaliação dos cursos de pós-graduação. Desde então, criou-se na agência uma sistemática de análise de pleitos baseada em mérito acadêmico e na estreita vinculação entre fomento aos programas de pós-graduação e seu desempenho no processo de avaliação. Ver, a respeito, as entrevistas de DARCY CLOSS, CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, EDSON MACHADO DE SOUSA e ANGELA SANTANA, neste volume.

<sup>31</sup> Sobre o episódio, ver neste volume as entrevistas de ANGELA SANTANA, ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS, MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA, ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA e EUNICE RIBEIRO DURHAM.

O documento legal que instituiu a Capes como fundação pública em 1992 atribuía à agência o objetivo de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no país e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado.<sup>32</sup>

Após sua transformação em fundação, a Capes experimentou uma sensível melhoria em suas condições de trabalho, iniciando um processo de informatização da informação, modernização do espaço físico, organização do quadro de pessoal e sua inclusão na carreira de ciência e tecnologia. A agência procurou também criar condições mais adequadas para o próprio funcionamento dos programas de pós-graduação, através da criação de mecanismos orçamentários visando fornecer auxílios mais estáveis aos programas de pós-graduação, bem como vincular as bolsas fornecidas por ela no país aos salários dos docentes das universidades federais, o que implicou aumento de seu valor e impediu eventuais atrasos no pagamento.

Deve-se também destacar que ocorreu nesse período a revisão de acordos internacionais como o Capes–Cofecub, procurando estruturá-los em bases mais simétricas — uma vez de modo geral os brasileiros iam para a França como alunos e os franceses vinham para o Brasil como professores —, assim como a ampliação da cooperação internacional.

Desde então, percebe-se um recorrente esforço por parte de seus dirigentes em confrontar a pós-graduação com os novos desafios apresentados pela sociedade brasileira e, de modo particular, pelo sistema de ensino superior. Em meados da década de 1990, o processo de avaliação dos cursos experimentou determinadas modificações, visando ao seu aperfeiçoamento. Constatou-se que em certas áreas como saúde, medicina e ciências agrárias havia apenas um coordenador para uma multiplicidade de áreas do conhecimento, o que acabava comprometendo a avaliação das áreas específicas em maior profundidade. Nesse sentido, inicialmente ocorreu a divisão das áreas. Em seguida, houve uma ampla discussão com os consultores científicos, visando redesenhar o perfil do Curso “A”, e assim estabelecer critérios mais rígidos para a sua atribuição aos cursos. Deve-se mencionar, a esse respeito, que o resultado da avaliação de 1994 atribuiu a 41% dos cursos de mestrado e a 53% dos de doutorado o conceito “A”, que então era a maior escala existente no interior do processo de avaliação.<sup>33</sup>

O esforço para aperfeiçoar o sistema de avaliação deu um passo significativo no final da década de 1990. O sistema de avaliação que vinha sendo adotado passou a emitir claros sinais de esgotamento, ao não discriminar mais a qualidade acadêmica dos entre os programas. Na avaliação de 1996, 79% dos cursos de mestrado e 90% dos de doutorado obtiveram conceito “A” ou “B”. Após várias discussões realizadas no Conselho Técnico-Científico e no Conselho Superior da Capes, introduziram-se modificações para

<sup>32</sup> A Capes transformou-se em fundação pública através da Lei n.º 8.404, de 09/01/1992.

<sup>33</sup> Com relação ao sistema de avaliação na metade dos anos 90, ver Fernando SPAGNOLO, “Aumentam os cursos ‘A’ e ‘B’: consolidação da pós-graduação ou afrouxamento da avaliação?: o futuro da avaliação da Capes”, Infocapes. v. 3, n. 1-2, jan./jun. 1995, e *A avaliação da pós-graduação. 1994. Síntese dos Resultados*. Capes, 1995. A respeito da discussão voltada para o aperfeiçoamento dos critérios, ver *O perfil dos cursos A*. Infocapes. v. 2, n. 3. 1994. Consultar também Eunice DURHAM e Divonzir Gusso, *Pós-graduação no Brasil: problemas e perspectivas*. Capes, 1991; Maria Andréa LOVOLA, *Repensando a pós-graduação*. Infocapes. v. 1 n. 2, 1993; Abílio Baeta NEVES, *Metas da atual gestão da Capes*. Infocapes. v. 3, n. 1-2, 1995, e as publicações *Discussão da pós-graduação brasileira*. Capes, 1996 e *Pós-graduação: enfrentando novos desafios*. Documentos e resultados do Seminário realizado pela Capes. Infocapes, v. 9, n. 2/3.

apreciação dos cursos; além disso, decidiu-se que a avaliação passaria a ser trienal, com o acompanhamento anual do desempenho dos programas. Outra importante mudança foi a vinculação dos resultados da avaliação à homologação pelo Conselho Técnico-Científico (CTC).<sup>34</sup>

A disposição de adotar padrões internacionais de qualidade como parâmetro para avaliação dos programas nacionais de excelência encontra-se interligada com políticas conduzidas pela Capes com vistas a uma maior inserção internacional da pós-graduação brasileira. Nesse sentido, deve-se destacar a significativa ampliação da cooperação internacional; além do Acordo Capes–Cofecub, destacam-se os convênios e acordos firmados com a Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e países latino-americanos. A Capes vem adotando em suas ações o princípio de que a expansão e a consolidação da qualidade da pós-graduação no país pressupõem uma forte rede de cooperação entre equipes acadêmicas nacionais e estrangeiras e são condição necessária para a inserção internacional da pós-graduação nacional.

De outro lado, o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) tem possibilitado o acesso à produção científica e tecnológica internacional, através de duas linhas integradas de ação: a primeira corresponde ao apoio tradicional para a compra de periódicos impressos, em conformidade com as respectivas programações; a segunda destina-se ao acesso a periódicos internacionais, por via eletrônica, com a criação do Portal. Este instrumento tem possibilitado o contato com textos completos e a base de dados referenciais a milhares de docentes e estudantes de graduação e pós-graduação de 95 instituições de ensino superior, constituindo-se num instrumento importante para o acesso da comunidade acadêmica nacional à produção científica e tecnológica mundial.<sup>35</sup>

A centralidade da Capes para o funcionamento do sistema nacional de pós-graduação foi reiterada através de uma resolução do Conselho Nacional de Educação, que determina que os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de cursos de pós-graduação estrito sensu devem ser apresentados à Capes, respeitando-se as normas e procedimentos de avaliação estabelecidos por essa agência para o sistema nacional de pós-graduação. A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento são concedidos por prazo determinado e dependem de parecer favorável do Conselho Nacional de Educação, fundamentado no relatório de avaliação produzido pela Capes.<sup>36</sup>

Percebe-se um esforço contínuo no interior da agência de discutir formas de flexibilizar o modelo que orientou a construção da pós-graduação nacional. O Parecer nº 977/65 atribuiu-lhe uma natureza predominantemente acadêmica e de pesquisa, e certamente essa dimensão continua sendo importante para a construção do sistema nacional de pós-graduação; deve ser mantida e continuamente aperfeiçoada. No entanto, não se pode menosprezar mudanças significativas que vêm ocorrendo no mercado de trabalho, que tem demandado quadros altamente qualificados para outros setores da vida social que não se confundem com a esfera acadêmica, tal como nas atividades empresariais, nas administrações pública e privada. Com o objetivo de atribuir fins múltiplos para a pós-graduação, de modo a torná-la capaz de oferecer formação diferenciada de alto nível para meios sociais igualmente diversificados, a Capes propôs a criação dos mestrados profissionais, “visando elaborar novas técnicas e processos com desempenho

<sup>34</sup> Ver Maria Auxiliadora NICOLATO, *Capes: estrutura e funcionamento do sistema de avaliação da pós-graduação stricto sensu*. Brasília, Capes, 2000.

<sup>35</sup> O Portal financia o acesso apenas às universidades públicas que possuem programas de pós-graduação com nota de avaliação da Capes igual ou superior a 3 e às particulares que possuam programas de pós-graduação em nível de doutorado com nota igual ou superior a 5. Ver *Relatório de Gestão 2001*. Brasília, Capes, 2002.

<sup>36</sup> Ver Resolução Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação nº 1 de 3 de abril de 2001, in “Legislação e Normas da Pós-graduação Brasileira”. p.126-129. *op. cit.*

diferenciado de egressos dos cursos de mestrado que visem a um aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística”.<sup>37</sup>

### A PÓS-GRADUAÇÃO ATUAL EM NÚMEROS

O êxito da pós-graduação nacional pode ser constatado através do exame de dados existentes sobre determinadas dimensões desse sistema que são apresentados em anexo. As informações disponíveis indicam uma significativa expansão da pós-graduação *stricto sensu*. No ano de 1976 existiam no país 561 cursos de mestrado e 200 de doutorado. Já no ano de 2000 o país contava com 1.453 cursos de mestrado e 821 cursos de doutorado e 37 mestrados profissionalizantes. No período 1995/2000 ocorreu um crescimento da ordem de 25% nos mestrados e de 33% nos cursos de doutorado (Tabela 1).

Quando se analisa a dependência administrativa dos cursos de pós-graduação (Tabela 2), constata-se um nítido predomínio das instituições públicas que atualmente absorve 89% do total dos cursos de mestrado e 92% dos doutorados. Em 2000, as universidades estaduais respondiam por 30% dos mestrados e por 40% dos doutorados, e a rede federal absorvia, no mesmo período, 57% dos cursos de mestrado e 52% dos doutorados existentes no país. Deve-se destacar que durante o período 1995-2000 os cursos de doutorado nas universidades estaduais tiveram um crescimento de 18% e nas federais atingiram a ordem de 50%. Ao contrário do que ocorre nos cursos de graduação, onde se verifica um nítido predomínio dos cursos da área de ciências sociais aplicadas, constata-se na pós-graduação um relativo equilíbrio na distribuição dos cursos de mestrado e de doutorado entre as diversas áreas do conhecimento (Tabelas 3.1 e 3.2).

Quando se analisam os resultados da avaliação dos programas relativos ao período 1998-2000, constata-se que a expansão da pós-graduação nacional ocorrida nos últimos anos ocorreu dentro de parâmetros de qualidade acadêmica. Deve-se lembrar que, a partir de 1998, o processo de avaliação passou a atribuir notas aos programas (e não aos cursos individualmente), sendo que 7 (sete) passou a ser a nota máxima para programas que possuem mestrado e doutorado e 5 (cinco) para os programas que possuem apenas o mestrado. Quando se observam os dados contidos na Tabela 4, verifica-se que 55% dos mestrados e 71% dos doutorados situam-se entre os conceitos 4 e 5, indicando uma adequada consolidação dos programas. De outro lado, deve-se chamar a atenção para o fato de que o esforço de discriminar a qualidade acadêmica dos programas apresentou resultados satisfatórios, uma vez que apenas 9,5% dos mestrados e 17% dos doutorados situaram-se entre o conceito 6 e 7.

Deve-se registrar que, apesar da existência de uma série de iniciativas ins-

<sup>37</sup> Portaria Capes nº 80, de 16 de março de 1998. In: *Legislação e normas da pós-graduação brasileira*, op. cit., p.148. Para uma detalhada análise entre a formação recebida da pós-graduação e o trabalho de mestres e doutores nas áreas de Administração, Agronomia, Bioquímica, Clínica Médica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Física, Química e Sociologia, ver Jacques VELLOSO (coord.), *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país*, Capes, Unesco, 2002.

titucionais colocadas em prática pelas agências de fomento nacionais e estaduais com o objetivo de atenuar a existência da concentração regional dos programas de pós-graduação, constata-se a persistência de acentuado desequilíbrio na sua distribuição no país. A Região Sudeste concentra 60% dos programas de mestrado e 71% de doutorado, ao passo que a Região Norte detém apenas 2% dos mestrados e 1,5% dos cursos de doutorado existentes no país (Tabela 5).

Paralelamente à expansão do número de cursos de pós-graduação, ocorreu um expressivo crescimento das matrículas e titulações. No ano de 2000 a pós-graduação nacional absorvia um total de 94.739 estudantes. No mestrado, passou-se de 29.273 alunos existentes em 1987, para 61.735 em 2000; no doutorado, no mesmo período passou-se de 7.960 alunos para 33.004. No período 1995-2000 as matrículas no mestrado tiveram um acréscimo de 43% e o doutorado experimentou uma expansão na ordem de 69%. Os dados indicam que ocorreu também um expressivo aumento de alunos titulados. No ano de 2000 a pós-graduação tituló um total de 23.467 estudantes. Em 1987 o mestrado tituló 3.653 alunos, número que saltou para 18.132 no ano de 2000, no mesmo período, as titulações no doutorado passaram de 872 para 5.335. Entre 1995 e 2000, ocorreu uma expansão de 101% nas titulações do mestrado e de 114 % no doutorado (Tabela 6).

Essa expansão do sistema nacional de pós-graduação e o conseqüente crescimento do contingente de novos mestres e doutores nacional derivam em grande medida da existência de programas mantidos pelas agências de fomento nacionais e estaduais, visando ao fomento dos cursos existentes e à manutenção dos programas de bolsas de estudos. Em 2000, só a Capes ofereceu um total de 21.309 bolsas no país: 11.927 para mestrado e 9.382 para doutorado. Deve-se também acrescentar que, além das bolsas no país, em 2001 a Capes manteve 1.503 bolsistas no exterior (Tabelas 7.1, 7.2 e 8).

Seria oportuno também destacar a evolução positiva registrada com relação à qualificação formal dos docentes que atuam nesse sistema; em 1987 apenas 72,8% dos docentes eram doutores, ao passo que em 2000, 97% do corpo docente possuía o título de doutor (Tabela 9).

Como foi assinalado anteriormente, o período de institucionalização da pós-graduação no país contou com uma articulação entre diversas agências de fomento nacional e com o aporte de seus respectivos recursos. A partir de metade dos anos 80 percebe-se um recuo desse trabalho conjunto das agências, principalmente com relação ao fomento da pós-graduação, movimento que guarda conexão com as crises econômicas e com a crescente escassez de recursos financeiros. Além disso, foi ocorrendo também, de forma gradual, um processo de especialização de papéis e funções das diversas agências de fomento nacional, que têm procurado redefinir de forma mais clara suas identidades institucionais e, conseqüentemente, suas prioridades em termos de investimento.

Ao longo de sua trajetória, a Capes foi assumindo gradativamente o compromisso com a formulação e a implementação de políticas para a pós-graduação nacional. Nesse sentido, sua identidade institucional foi construída tomando como referência o desenvolvimento da pós-graduação, tornando-se efetivamente a principal agência de fomento do sistema nacional

de pós-graduação, o que tem levado os seus dirigentes a desenvolver um significativo esforço no sentido da ampliação e da recomposição do seu orçamento. No entanto, deve-se ressaltar que, mesmo que algumas iniciativas nessa direção tenham tido êxito, é preciso reconhecer que os recursos destinados à Capes não têm sido suficientes para atender adequadamente à expansão do sistema de pós-graduação verificado nos últimos anos.

**A** esse respeito, as Tabelas 10.1 e 10.2 apresentam a evolução das despesas realizada pela Capes durante o período 1995-2001. Como se pode observar, 78% dos recursos financeiros investidos em 2001 destinaram-se à linha de bolsas; entre 1995 e 2000 os recursos aplicados nessa linha de ação variaram entre 85% em 1999, e 91% em 1998. No que se refere à participação percentual das ações de fomento no dispêndio global da agência, incluindo-se os investimentos realizados pelo PADCT, destaca-se a marca de 16% atingida no ano de 2001, quando cotejada com resultados em anos anteriores, como por exemplo, 5,7% em 1998. Deve-se também destacar que a administração da agência consome apenas 2,5% de seus recursos financeiros.

**A** Tabela 11 fornece informações do orçamento disponível entre o período 1995-2002. Observando-se os extremos da série histórica constata-se que a despesa realizada pela agência passou de 417 milhões de reais em 1995 para 515 milhões em 2001, o que representou um acréscimo de pouco mais de cem milhões de reais em seis anos. Constata-se também que o montante de recursos previstos para as atividades de fomento em 2002 foi reduzido praticamente à metade da quantia investida em 2001, ou seja, caiu de 82,2 milhões de reais para 44,2 milhões. No entanto, deve-se esclarecer que essa redução tende a ser superada no decorrer do presente ano, através da liberação de recursos provenientes de emenda efetuada ao orçamento do MEC especificamente para a aquisição de periódicos pela Capes, tal como ocorreu em 2001. Existe ainda a previsão de receita oriunda de convênio firmado em 2001, entre a Capes e a Semtec/MEC, envolvendo recursos do BID. Essas duas novas fontes devem crescer ao orçamento inicial o montante de 41,2 milhões de reais.

**O**s dados fornecidos indicam que o sistema de pós-graduação tem crescido de forma significativa nos últimos anos, principalmente no segmento das universidades públicas. No entanto, em função do seu orçamento e do contínuo crescimento do sistema, a Capes não tem conseguido cobrir os cursos novos, bem como programas consolidados e bem situados em seu processo de avaliação, que anteriormente recebiam sólido apoio proveniente de outras agências de fomento. Na medida em que a Capes se transformou na principal agência de fomento do sistema nacional de pós-graduação, a recomposição e ampliação de seu orçamento deixa de ser uma questão interna da agência e torna-se um problema crucial para a adequada manutenção e melhoria desse sistema.

**U**m dos traços salientes que tem marcado a longa trajetória da Capes é a

relativa continuidade das ações das sucessivas equipes de direção. Institucionalizada a pós-graduação no país, os dirigentes que assumiram a agência a partir da década de 1990 procuraram rever, reformular e aprimorar a política de pós-graduação conduzida por ela. Durante sua trajetória, mesmo em momentos de autoritarismo político, a Capes procurou preservar a autonomia de suas decisões diante de eventuais pressões políticas, pautando sua conduta e suas decisões a partir de parâmetros e valores da própria instituição, largamente moldada pelo ethos da comunidade acadêmica nacional.

**A**cima de tudo, seus dirigentes têm procurado reafirmar os elementos constitutivos de sua identidade institucional, tais como: contínua interação com a comunidade acadêmica brasileira; participação sistemática dos consultores científicos no julgamento de diferentes pleitos endereçados à agência; manutenção do processo de interlocução institucional com as universidades, principalmente através de suas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação; profissionalismo de seu corpo de funcionários; realização periódica de avaliação dos programas de pós-graduação conduzida pelos pares; relação entre fomento e desempenho na avaliação; desenvolvimento de uma política de cooperação internacional estruturada em bases institucionais e em relações simétricas entre as equipes estrangeira e brasileira.

**N**os últimos 30 anos a pós-graduação tem-se constituído em instrumento fundamental de modernização do ensino superior no país, contribuindo de forma decisiva para alterar profundamente sua fisionomia e forma de ser. Através de sua evolução, instalou-se uma competência acadêmica por todo o país, e na sua esteira ocorreu também o processo de institucionalização da pesquisa no interior de inúmeras universidades. Certamente, são vários os desafios que o sistema de pós-graduação deve enfrentar, tais como a persistência de forte desequilíbrio regional na distribuição dos cursos de mestrado e doutorado; a intensificação da qualificação de quadros docentes para atuar tanto no ensino público quanto no privado; sua plena integração com a graduação e com todas as interfaces da universidade onde se encontra instalada; flexibilização de sua forma de funcionamento, de tal modo que ela seja capaz de oferecer ao país os recursos humanos diversificados para meios sociais e demandas profissionais igualmente diferentes etc. Não seria incorreto dizer que, pelos resultados apresentados e por seu padrão de qualidade, a pós-graduação constitui a dimensão mais bem sucedida do sistema de ensino no país.

**A** construção do sistema nacional de pós-graduação não foi obra exclusiva da Capes. No entanto, a agência tem desempenhado um papel fundamental na sua edificação e contínuo aprimoramento, dando mostras efetivas de inovação nas suas iniciativas, comprometidas com o aprimoramento da própria pós-graduação e com a renovação mais geral do conjunto do ensino superior do país.

**ANEXO 1****Ministros da Educação  
1951–2002**

31/01/1951 a 25/05/1953	<b>ERNESTO SIMÕES DA SILVA FREITAS FILHO</b>
26/05 a 24/06/1953	<b>PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO</b> (interino)
25/06/1953 a 02/07/1954	<b>ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO</b>
06/07 a 02/09/1954	<b>EDGAR REGO SANTOS</b>
02/09/1954 a 17/11/1955	<b>CÂNDIDO MOTA FILHO</b>
24/11/1955 a 31/01/1956	<b>ABGAR DE CASTRO ARAÚJO RENAULT</b>
31/01 a 30/04/1956	<b>CLÓVIS SALGADO DA GAMA</b>
30/04 a 04/05/1956	<b>CELSO TEIXEIRA BRANT</b> (interino)
03/10 a 04/11/1956	<b>NEREU DE OLIVEIRA RAMOS</b> (interino)
05/11/1956 a 17/06/1959	<b>CLÓVIS SALGADO DA GAMA</b>
18/06/1959 a 16/06/1960	<b>PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT</b> (interino)
17/06 a 24/06/1960	<b>JOSÉ PEDRO FERREIRA DA COSTA</b> (interino)
24/06 a 01/07/1960	<b>CLÓVIS SALGADO DA GAMA</b> (interino)
01/07 a 17/10/1960	<b>PEDRO PAULO PENIDO</b>
17/10/1960 a 31/01/1961	<b>CLÓVIS SALGADO DA GAMA</b>
31/01 a 25/08/1961	<b>BRÍGIDO FERNANDES TINOCO</b>
08/09/1961 a 11/07/1962	<b>ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA BRITO</b>
12/07 a 14/09/1962	<b>ROBERTO TAVARES LIRA</b>
18/09/1962 a 23/01/1963	<b>DARCI RIBEIRO</b>
23/01 a 18/06/1963	<b>TEOTÔNIO MAURÍCIO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b>
18/06 a 21/10/1963	<b>PAULO DE TARSO SANTOS</b>
21/10/1963 a 06/04/1964	<b>JÚLIO FURQUIM SAMBAQUI</b> (interino)
06 a 15/04/1964	<b>LUÍS ANTÔNIO DA GAMA E SILVA</b>
15/04/1964 a 08/03/65	<b>FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA</b>
08/03/1964 a 20/04/1965	<b>RAIMUNDO AUGUSTO DE CASTRO MUNIZ DE ARAGÃO</b> (interino)
22/04/1965 a 10/01/1966	<b>FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA</b>

10/01 a 30/06/1966	<b>PEDRO ALEIXO</b>
30/06 a 04/10/1966	RAIMUNDO AUGUSTO DE CASTRO <b>MUNIZ DE ARAGÃO</b> (interino)
04 a 17/10/1966	<b>GUILHERME AUGUSTO CANEDO DE MAGALHÃES</b> (interino)
18 a 20/10/1966	RAIMUNDO AUGUSTO DE CASTRO <b>MUNIZ DE ARAGÃO</b> (interino)
21/10 a 10/11/1966	<b>GUILHERME AUGUSTO CANEDO DE MAGALHÃES</b> (interino)
11/11/1966 a 14/03/1967	RAIMUNDO AUGUSTO DE CASTRO <b>MUNIZ DE ARAGÃO</b>
15/03 a 05/12/1967	PAULO DE <b>TARSO DE MORAIS DUTRA</b>
06 a 13/12/1967	<b>FAVORINO BASTOES MÉRCIO</b> (interino)
13/12/1967 a 03/11/1969	PAULO DE <b>TARSO DE MORAIS DUTRA</b>
03/11/1969 a 15/03/1974	JARBAS GONÇALVES <b>PASSARINHO</b>
15/03/1974 a 30/05/1978	<b>NEI AMINTAS DE BARROS BRAGA</b>
30/05/1978 a 14/03/1979	<b>EURO BRANDÃO</b>
15/03/1979 a 26/11/1980	<b>EDUARDO PORTELA</b>
27/11/1980 a 24/08/1982	<b>RUBEM CARLOS LUDWIG</b>
24/08/1982 a 15/03/1985	<b>ESTER FIGUEIREDO FERRAZ</b>
15/03/1985 a 14/02/1986	<b>MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL</b>
14/02/1986 a 05/10/1987	JORGE KONDER <b>BORNHAUSEN</b>
05 a 30/10/1987	<b>ALUÍSIO SOTERO</b> (interino)
30/10/1987 a 17/01/1989	<b>HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO</b>
17/01/1989 a 15/03/1990	<b>CARLOS CORREIA MENESES DE SANTANA</b>
15/03/1990 a 22/08/1991	<b>CARLOS ALBERTO GOMES CHIARELLI</b>
22/08/1991 a 05/08/1992	<b>JOSÉ GOLDEMBERG</b>
05/08 a 05/10/1992	<b>ERALDO TINOCO</b>
05/10/1992 a 01/01/1995	<b>MURÍLIO DE AVELAR HINGEL</b>
01/01/1995 até o presente	<b>PAULO RENATO DE SOUSA</b>

## ANEXO 2

# Dirigentes da Capes 1951–2002

### Secretário-Geral

1951 a 1964 ANÍSIO TEIXEIRA

### Diretores-Executivos

1964 a 1966 SUZANA GONÇALVES  
 05 a 06/1966 MÁRIO WERNECK DE ALENCAR LIMA (interino)  
 1966 a 1967 GASTÃO DIAS VELLOSO  
 04 a 05/1967 NÉLSON BRANDÃO LIBÂNIO (interino)  
 1967 a 1969 MÁRIO WERNECK DE ALENCAR LIMA  
 02 a 09/1969 NELSON AFONSO DO VALLE SILVA  
 09 a 12/1969 JEFERSON ANDRADE MACHADO DE GÓIS SOARES  
 1969 a 1974 CELSO BARROSO LEITE

### Diretores-Gerais

1974 a 1979 DARCY CLOSS  
 1979 a 1982 CLÁUDIO DE MOURA CASTRO  
 1982 a 1989 EDSON MACHADO DE SOUSA  
 1989 a 1990 JOSÉ UBYRAJARA ALVES

### Presidentes

1990 a 1991 EUNICE RIBEIRO DURHAM  
 1991 a 1992 SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR  
 1992 RODOLFO JOACHIM PINTO DA LUZ (interino)  
 1992 a 1994 MARIA ANDRÉA LOYOLA  
 1994 EUNICE RIBEIRO DURHAM (interina)  
 1995 até o presente ABILIO AFONSO BAETA NEVES

## **ANEXO 3**

315

# Evolução da estrutura da Capes 1951–2002

### **1951 a 1964 CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

- 1** Secretário-Geral
- 2** Diretorias
  - 2.1** Diretor de Programas
  - 2.2** Diretor-Executivo

### **COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

- 1964 a 1969**
  - 1** Presidência: Ministro da Educação
  - 2** Conselho Deliberativo
  - 3** Diretor-Executivo
  - 4** Divisões
    - 4.1** Divisão de Planejamento
    - 4.2** Divisão de Programas
    - 4.3** Divisão Administrativa
      - 4.3.1** Serviço Financeiro
      - 4.3.2** Setor de Pessoal
      - 4.3.3** Setor de Material
      - 4.3.4** Setor de Comunicação e Arquivo
      - 4.3.5** Setor de Divulgação

- 1970 a 1974**
  - 1** Diretor-executivo
  - 2** Conselho Deliberativo
  - 3** Assessorias
    - 3.1** Assessoria de Coordenação e Estudos
    - 3.2** Assessoria de Programas
  - 4** Divisões
    - 4.1** Divisão Financeira
    - 4.2** Divisão Administrativa

- 1974 a 1979**
- 1** Diretor-Geral
  - 2** Conselho Técnico-Administrativo
  - 3** Divisões
    - 3.1** Divisão Técnica
    - 3.2** Divisão de Atividades Auxiliares
    - 3.3** Divisão de Pessoal
- 1979 a 1982**
- 1** Conselho Deliberativo
  - 2** Diretor-Geral
  - 3** Diretoria de Programas
    - 3.1** Coordenadoria de Bolsas no Exterior
    - 3.2** Coordenadoria de Bolsas no País
    - 3.3** Coordenadoria de Estudos e Fomentos
    - 3.4** Coordenadoria de Treinamento
    - 3.5** Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação
    - 3.6** Coordenadoria de Cooperação Internacional
    - 3.7** Coordenadoria de Informática e Divulgação
  - 4** Direção Administrativa
    - 4.1** Divisão de Pessoal
    - 4.2** Divisão Financeira e Orçamentária
    - 4.3** Divisão de Atividades Auxiliares
- 1982 a 1989**
- 1** Conselho Deliberativo
  - 2** Diretor-Geral
  - 3** Diretoria de Programas
    - 3.1** Coordenadoria de Bolsas no Exterior
    - 3.2** Coordenadoria de Bolsas no País
    - 3.3** Coordenadoria de Estudos e Fomentos
    - 3.4** Coordenadoria de Treinamento
    - 3.5** Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação
    - 3.6** Coordenadoria de Cooperação Internacional
    - 3.7** Coordenadoria de Informática e Divulgação
  - 4** Direção Administrativa
    - 4.1** Divisão de Pessoal
    - 4.2** Divisão Financeira e Orçamentária
    - 4.3** Divisão de Atividades Auxiliares
  - 5** Conselho Técnico-Científico  
Criado em 1986, presta assessoria e consultoria à direção e ao Conselho Deliberativo

**1990 até o presente FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

- 1** Conselho Superior
- 2** Diretoria
  - 2.1** Presidente da CAPES
  - 2.2** Diretoria de Programas
    - 2.2.1** Divisão de Apoio Institucional
    - 2.2.2** Divisão de Cooperação e Intercâmbio
    - 2.2.3** Divisão de Apoio à Formação Acadêmica
    - 2.2.4** Divisão de Programas Especiais
  - 2.3** Coordenação Geral de Avaliação
    - 2.3.1** Divisão de Acompanhamento de Avaliação
    - 2.3.2** Divisão de Estudos e Metodologia
    - 2.3.3** Coordenação de Planejamento e Administração
    - 2.3.4** Divisão de Documentação e Divulgação
    - 2.3.5** Divisão de Orçamento e Atividades Auxiliares
    - 2.3.6** Setor de Execução Orçamentária e Financeira
    - 2.3.7** Setor de Recursos Humanos
    - 2.3.8** Setor de Atividades Auxiliares
- 3** Conselho Técnico-Científico

## ANEXO 4

**TABELA 1**

Evolução do número de cursos de pós-graduação no Brasil  
1976–2000

<b>Ano</b>	<b>MESTRADO</b>	<b>DOUTORADO</b>	<b>PROFISSIONALIZANTE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1976</b>	561	200	—	761
<b>1977</b>	618	219	—	837
<b>1978</b>	664	235	—	899
<b>1979</b>	703	252	—	955
<b>1980</b>	726	277	—	1.003
<b>1981</b>	736	285	—	1.021
<b>1982</b>	760	301	—	1.061
<b>1983</b>	777	314	—	1.091
<b>1984</b>	792	333	—	1.125
<b>1985</b>	820	346	—	1.166
<b>1986</b>	829	353	—	1.182
<b>1987</b>	861	385	—	1.246
<b>1988</b>	899	402	—	1.301
<b>1989</b>	936	430	—	1.366
<b>1990</b>	964	450	—	1.414
<b>1991</b>	982	466	—	1.448
<b>1992</b>	1.018	502	—	1.520
<b>1993</b>	1.039	524	—	1.563
<b>1994</b>	1.119	594	—	1.713
<b>1995</b>	1.159	616	—	1.775
<b>1996</b>	1.186	629	—	1.815
<b>1997</b>	1.249	658	—	1.907
<b>1998</b>	1.291	695	—	1.986
<b>1999</b>	1.388	752	18	2158
<b>2000</b>	1.453	821	37	2.311

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 2**

Evolução do número de cursos de pós-graduação por dependência administrativa  
1987–2000

Ano	PARTICULAR		ESTADUAL		FEDERAL		MUNICIPAL		TOTAL
	M	D	M	D	M	D	M	D	
1987	79	33	279	193	503	159	0	0	1.246
1988	83	37	290	202	562	163	0	0	1.337
1989	89	42	302	215	545	173	0	0	1.366
1990	94	44	310	221	547	184	0	0	1.400
1991	95	45	323	228	563	199	0	0	1.453
1992	90	46	333	234	595	222	0	0	1.520
1993	97	47	338	246	604	231	0	0	1.563
1994	110	54	364	267	645	273	0	0	1.713
1995	112	54	365	274	682	288	0	0	1.775
1996	102	52	382	283	702	294	0	0	1.815
1997	115	55	396	287	738	316	0	0	1.907
1998	121	60	400	293	770	342	0	0	1.986
1999	148	65	426	309	811	377	3	1	2.140
2000	174	69	441	323	835	428	3	1	2.274

Fonte: Capes

**TABELA 3.1**

Evolução do número de cursos de pós-graduação  
por grande área (Mestrado)  
1987–2000

	<b>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	<b>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>	<b>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>	<b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>ENGENHARIAS</b>	<b>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</b>	<b>MULTIDISCIPLINAR</b>
<b>1987</b>	101	91	189	118	129	83	87	48	1
<b>1988</b>	111	98	203	123	140	76	93	51	2
<b>1989</b>	118	103	216	127	142	78	95	55	2
<b>1990</b>	124	105	222	128	146	83	97	56	3
<b>1991</b>	125	108	229	130	146	83	101	57	3
<b>1992</b>	130	109	243	133	150	85	105	59	4
<b>1993</b>	134	111	247	134	152	85	109	62	5
<b>1994</b>	137	120	270	141	163	91	119	65	13
<b>1995</b>	140	123	273	147	167	100	125	65	19
<b>1996</b>	145	123	275	153	166	100	126	66	32
<b>1997</b>	155	126	284	160	174	105	138	68	39
<b>1998</b>	159	135	298	160	177	111	147	70	34
<b>1999</b>	167	139	306	172	196	130	155	76	47
<b>2000</b>	174	142	316	177	205	147	158	80	54

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 3.2**

Evolução do número de cursos de pós-graduação  
por grande área (Doutorado)  
1987–2000

	<b>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	<b>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>	<b>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>	<b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>ENGENHARIAS</b>	<b>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</b>	<b>MULTIDISCIPLINAR</b>
<b>1987</b>	29	47	107	58	39	22	42	26	0
<b>1988</b>	32	52	122	61	41	22	44	28	0
<b>1989</b>	39	53	130	65	44	22	49	28	0
<b>1990</b>	42	55	137	69	45	23	50	29	0
<b>1991</b>	44	57	141	74	48	23	51	30	0
<b>1992</b>	48	61	147	81	57	25	53	29	0
<b>1993</b>	49	67	149	82	59	28	55	34	1
<b>1994</b>	53	79	172	86	73	31	58	35	7
<b>1995</b>	55	81	174	90	76	34	61	36	9
<b>1996</b>	58	81	176	91	82	33	61	36	11
<b>1997</b>	64	84	183	94	83	36	63	39	12
<b>1998</b>	66	89	195	95	89	42	65	44	10
<b>1999</b>	77	94	197	104	96	50	74	47	13
<b>2000</b>	88	100	212	109	104	56	85	51	16

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 4**

Conceitos dos cursos de pós-graduação no ciclo de avaliações de 1998–2000

CONCEITO	0	1	2	3	4	5	6	7
<b>PROFISSIONALIZANTE</b>	0	0	2	27	12	12	6	0
<b>MESTRADO</b>	7	9	53	450	499	357	98	49
<b>DOCTORADO</b>	2	3	13	75	296	322	100	49

**TABELA 5**

Evolução do número de cursos de pós-graduação por região (Mestrado e Doutorado) 1987–2000

	CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
<b>1987</b>	36	4	119	10	18	5	574	340	114	26
<b>1988</b>	40	5	120	10	18	5	599	352	122	30
<b>1989</b>	42	7	124	13	18	5	624	373	126	32
<b>1990</b>	42	10	126	14	18	5	645	385	131	36
<b>1991</b>	43	10	128	18	18	5	657	397	136	38
<b>1992</b>	44	11	140	22	20	6	670	415	144	48
<b>1993</b>	48	13	145	26	21	6	677	431	148	51
<b>1994</b>	52	14	160	35	24	8	712	477	171	60
<b>1995</b>	57	15	164	36	25	8	731	493	182	64
<b>1996</b>	58	16	172	37	27	8	738	498	191	70
<b>1997</b>	64	18	179	42	27	8	772	514	207	76
<b>1998</b>	68	20	186	49	27	8	791	531	219	87
<b>1999</b>	73	21	202	60	28	8	842	555	243	108
<b>2000</b>	80	24	211	76	32	11	872	582	258	128

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 6**

Evolução do número de alunos matriculados e titulados na pós-graduação (Mestrado, Doutorado e Profissionalizante) 1987–2000

	<b>MATRICULADOS</b> (EM DEZEMBRO)				<b>TITULADOS</b>			
	<b>M</b>	<b>D</b>	<b>P</b>	<b>TOTAL</b>	<b>M</b>	<b>D</b>	<b>P</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1987</b>	29.273	7.960	—	37.233	3.653	872	—	4.525
<b>1988</b>	30.990	8.345	—	39.335	3.845	915	—	4.760
<b>1989</b>	31.992	9.148	—	41.140	4.597	1.000	—	5.597
<b>1990</b>	35.727	10.496	—	46.223	5.452	1.222	—	6.674
<b>1991</b>	37.428	12.095	—	49.523	6.799	1.490	—	8.289
<b>1992</b>	37.813	13.764	—	51.577	7.380	1.780	—	9.160
<b>1993</b>	38.414	15.556	—	53.970	7.554	1.792	—	9.346
<b>1994</b>	41.084	17.464	—	58.548	7.627	2.081	—	9.708
<b>1995</b>	43.121	19.492	—	62.613	8.982	2.497	—	11.479
<b>1996</b>	45.622	22.198	—	67.820	10.499	2.985	—	13.484
<b>1997</b>	47.788	24.528	0	72.316	11.922	3.620	0	15.542
<b>1998</b>	50.816	26.828	0	77.644	12.681	3.949	0	16.630
<b>1999</b>	56.182	29.998	862	87.042	15.324	4.853	56	20.233
<b>2000</b>	61.735	33.004	1.879	96.618	18.132	5.335	241	23.708

FONTE: CAPES/CGA/DEM

**TABELA 7.1**

Concessão de bolsas no país, segundo grande área do conhecimento Capes (Mestrado)  
1991–2002

	<b>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	<b>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>	<b>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>	<b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>ENGENHARIAS</b>	<b>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</b>	<b>MULTIDISCIPLINAR</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1991</b>	1197.5	874	1469	926	1766.5	1525.5	1909	763	34	0	10465
<b>1992</b>	1303.5	907	1505.5	937	1662	1460	1788.5	750	37	0	10351
<b>1993</b>	1478	997.5	1740.5	1134.5	2234	1429.5	1894.5	818	55	0	11782
<b>1994</b>	1571	1099	1844	1171	2227	1432	1945	821.5	64	0	12173
<b>1995</b>	1377	1000	1918	1134	2164	1451.5	1866	821	73	0	11805
<b>1996</b>	1498.5	1100.5	1913	1311	2237	1451.5	1977	842.5	109	0	12440
<b>1997</b>	1649.5	1176	2091.5	1420	2328	1498	2094	887	156	0	13300
<b>1998</b>	1581	1074	1751	1288.5	2098.5	1337.5	1943.5	781	164	0	12019
<b>1999</b>	1574	1066.5	1626	1321.5	1943.5	1192	1898.5	700	216	0	11538
<b>2000</b>	1636	1066	1630	1410	1886	1130.5	1895	671	271	0	11596
<b>2001</b>	1703	1153	1621	1563	1847	1087	2010	641	310	0	11935
<b>2002</b>	1687	1147	1481	1528	2022	1184	1899	635	344	0	11927

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 7.2**

Concessão de bolsas no país, segundo grande área do conhecimento Capes (Doutorado)  
1991–2002

	<b>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	<b>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>	<b>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>	<b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>ENGENHARIAS</b>	<b>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</b>	<b>MULTIDISCIPLINAR</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1991</b>	403	431.5	513.5	269.5	326	672.5	413	297	0	0	3326
<b>1992</b>	527	463.5	582	320.5	353	696	442.5	344	0	0	3728.5
<b>1993</b>	503	623	759.5	724.5	858.5	358.5	934.5	301.5	3	0	5066
<b>1994</b>	583	700.5	819	815.5	963.5	414	1054	317	8	0	5675
<b>1995</b>	685.5	826	945.5	936.5	1106.5	484	1152	338	21	0	6495
<b>1996</b>	728.5	884	1073.5	986	1224	547.5	1154	361	40	0	6998.5
<b>1997</b>	809	930.5	1228.5	989.5	1350	583	1162	409	47.5	0	7509
<b>1998</b>	792	931	1127	918	1388.5	574.5	1147.5	388	56.5	0	7323
<b>1999</b>	870	993.5	1274.5	942.5	1541.5	582	1178	468	113	0	7963
<b>2000</b>	946	995	1403.5	1036	1608	628.5	1229	498	97.5	0	8441.5
<b>2001</b>	1024	1054	1522	1100	1690	645	1286	538	121	0	8980
<b>2002</b>	1135	1061	1610	1150	1811	711	1177	573	154	0	9382

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 8**

Bolsas no exterior — Evolução do número de bolsistas  
1996–2001

	<b>TOTAL</b>	<b>GRADUAÇÃO SANDUÍCHE</b>	<b>ESPECIA- LIZAÇÃO</b>	<b>MESTRADO</b>	<b>DOUTORADO SANDUÍCHE</b>	<b>DOUTORADO PLENO</b>	<b>Pós- DOUTORADO</b>
<b>1996</b>	1.279	—	19	48	154	943	115
<b>1997</b>	1.456	—	52	37	235	955	177
<b>1998</b>	1.501	79	73	18	252	945	134
<b>1999</b>	1.553	223	71	8	275	848	128
<b>2000</b>	1.518	262	46	11	309	761	129
<b>2001</b>	1.503	195	28	19	356	708	197

Fonte: Capes/MEC

**TABELA 9**Evolução do número de docentes da pós-graduação  
1987–2000

	<b>TOTAL</b>	<b>DOUTORES</b>	<b>DOUTORES (%)</b>
<b>1987</b>	14.838	10.814	72,8%
<b>1988</b>	17.236	13.148	76,3%
<b>1989</b>	18.985	14.757	77,7%
<b>1990</b>	19.900	15.799	79,4%
<b>1991</b>	20.188	16.393	81,2%
<b>1992</b>	20.715	17.185	83,0%
<b>1993</b>	21.314	17.998	84,5%
<b>1994</b>	22.345	19.643	88,0%
<b>1995</b>	22.384	19.890	88,9%
<b>1996</b>	21.899	19.604	89,5%
<b>1997</b>	23.475	21.342	90,9%
<b>1998</b>	22.835	21.670	94,9%
<b>1999</b>	24.375	23.503	96,4%
<b>2000</b>	25.663	25.061	97,7%
<b>2001</b>	25.941	25.587	98,6%

Fonte: Capes

**TABELA 10.1**

Despesa realizada em R\$ mil correntes  
1995–2001

LINHAS DE AÇÃO	Linha de Ação							TOTAL
	BOLSAS	FOMENTO <sup>1</sup>	PADCT	AValiação DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	RESIDÊNCIA MÉDICA	ADMINISTRAÇÃO	OUTRAS <sup>2</sup>	
<b>1995</b>	351.329	41.009	9.286	2.077	69	5.173	716	409.658
<b>1996</b>	379.044	38.777	8.247	3.089	106	6.116	849	436.228
<b>1997</b>	389.557	46.407	2.847	1.847	253	8.797	1.116	450.823
<b>1998</b>	392.021	19.109	5.259	3.906	987	8.538	1.406	431.226
<b>1999</b>	408.446	53.379	1.489	2.434	573	9.882	2.353	478.556
<b>2000</b>	408.329	25.226	894	3.596	1.052	10.457	2.297	451.852
<b>2001</b>	402.822	80.186	2.056	3.797	1.000	12.952	11.597	514.410

Fonte: STN/SIAFI; MEC/CAPES/Diretoria de Administração.

**TABELA 10.2**

Percentual das linhas de ação sobre a despesa realizada  
1995–2001

LINHAS DE AÇÃO	Linha de Ação							TOTAL
	BOLSAS	FOMENTO	PADCT	AValiação DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	RESIDÊNCIA MÉDICA	ADMINISTRAÇÃO	OUTRAS	
<b>1995</b>	85,76%	10,01%	2,27%	0,51%	0,02%	1,26%	0,17%	100%
<b>1996</b>	86,89%	8,89%	1,89%	0,71%	0,02%	1,40%	0,19%	100%
<b>1997</b>	86,41%	10,29%	0,63%	0,41%	0,06%	1,95%	0,25%	100%
<b>1998</b>	90,91%	4,43%	1,22%	0,91%	0,23%	1,98%	0,33%	100%
<b>1999</b>	85,35%	11,15%	0,31%	0,51%	0,12%	2,06%	0,49%	100%
<b>2000</b>	90,37%	5,58%	0,20%	0,80%	0,23%	2,31%	0,51%	100%
<b>2001</b>	78,31%	15,59%	0,40%	0,74%	0,19%	2,52%	2,25%	100%

Fonte: STN/SIAFI; MEC/CAPES/Diretoria de Administração.

**TABELA 11**

Dotação orçamentária no país e no exterior, em R\$ mil correntes  
1995–2002  
Todas as fontes

LINHAS DE AÇÃO	BOLSAS	FOMENTO <sup>1</sup>	PADCT	AValiaÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	RESIDÊNCIA MÉDICA	ADMINISTRAÇÃO	OUTRAS <sup>2</sup>	TOTAL
<b>1995</b>	351.876	43.064	9.286	3.174	108	9.678	725	417.911
<b>1996</b>	395.492	55.617	8.247	6.205	250	8.551	853	475.215
<b>1997</b>	389.560	46.424	2.847	1.847	253	8.814	1.119	450.864
<b>1998</b>	394.179	30.959	5.273	3.965	997	8.635	1.451	445.460
<b>1999</b>	408.451	53.690	1.489	2.436	585	10.289	2.412	479.353
<b>2000</b>	408.329	25.529	894	3.605	1.052	10.503	9.223	459.134
<b>2001</b>	402.869	81.131	2.119	3.805	1.114	12.953	11.597	515.589
<b>2002*</b>	412.770	41.321	2.920	3.805	1.114	12.751	3.301	477.982

Fonte: SNT/SIAFI; MEC/CAPEs

**Notas referentes à Tabela 10.1**

- 1
- 1999: Inclui R\$ 44.326,95 referentes à atividade *Ensino Fundamental* financiados com Recursos de Terceiros.
  - 2000: Inclui R\$ 4.697.796,48 referentes ao programa *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*.
  - 2001: Inclui R\$ 50.210.000,00 referentes ao programa Acervo Bibliográfico, R\$ 3.000.000,00 a *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*, e R\$ 5.600.000,00 ao PROEP, este último financiado de terceiros.
  - 2002: Inclui R\$ 19.000.000,00 referentes ao programa Acervo Bibliográfico e R\$ 3.000.000,00 a *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*.

2  
PASEP, Inativos e Pensionistas.  
Todas as Fontes (Tesouro + Outras Fontes)

**Notas referentes à Tabela 11**

- 1
- 1999: Inclui R\$ 51.700,00 referentes à atividade *Ensino Fundamental* financiados com Recursos de Terceiros.
  - 2000: Inclui R\$ 5.000.000,00 referentes ao programa *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional*.
  - 2001: Inclui R\$ 50.210.000,00 referentes ao programa Acervo Bibliográfico, R\$ 3.000.000,00 a *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*, e R\$ 5.600.000,00 ao PROEP, este último financiado com recursos de terceiros (SEMTEC/BID).
  - 2002: Inclui R\$ 19.000.000,00 referentes ao programa Acervo Bibliográfico e R\$ 3.000.000,00, à *Formação de Centros de Excelência para o Desenvolvimento Regional do Ensino de Graduação e Pós-Graduação*.

2  
PASEP, Inativos e Pensionistas. No final do exercício de 2000, a Capes recebeu R\$ 6.925.471,00 do MEC destinados ao PASEP, mas os recursos não foram disponibilizados.  
Em 2001, a dotação foi novamente reforçada para o recolhimento de R\$ 8.649.797,00 referentes ao pagamento de encargos atrasados desde 1996, conforme orientação da SPO/MEC e da SRF/MF.

\* Dotação Orçamentária Inicial — Projeto de Lei

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. *As ciências sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. 27p. (Série Estudos, n. 2)
- A ATUAÇÃO do MEC, através da Capes, no desenvolvimento da capacidade institucional de formação de recursos humanos e na consolidação da pós-graduação. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 1, n. 2, p. 10-15, 1993.
- BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. *Política de pós-graduação — Um estudo da participação da comunidade científica (1975/1990)*. São Carlos (SP): Ed. UFSCar, 1998. 269p.
- BOMENY, Helena. *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília: Paralelo 15, Capes, 2001. 126p. (col. Biblioteca Anísio Teixeira).
- BRAGA, Ronald. *Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica*. São Paulo, USP/Nupes, 1989. 14f. (Documentos de Trabalho, 10/89).
- BRUNETTI, José Luiz Adalberto; CASSIOLATO, José Eduardo, PAULA; Maria Carlota de Souza. *Desenvolvimento e perspectivas da política de ciência e tecnologia no Brasil*. [Brasília (DF): CNPq], 1981. 82f.
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA: *Universidade e pesquisa*. Porto Alegre (RS), v. 8, dez. 1998.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. *ANPEd — Trajetória da pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil*. Belo Horizonte (MG): ANPEd, 1995. 137p. (Documentos ANPEd)
- CAPES — *Relatório 1965* / Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Capes, 1965.
- CIÊNCIA e tecnologia no governo federal. (1997) / Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília (DF): Ministério da Ciência e Tecnologia, 1998. 119p. il.
- CIÊNCIA e tecnologia numa sociedade democrática: relatório geral / Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília (DF): MCT/Finep/CNPq, 1986.
- CLOSS, Darcy. *Reflexões sobre a atualidade da universidade brasileira*. [s.l.; s.n.; s.d.]. mimeo.
- CÓRDOVA, Rogério de Andrade. *Capes, 45 anos de história*. Brasília (DF): [s.n.], 1996. (mimeo). 267f.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói (RJ): EDUFF, 1995. 495p. (Biblioteca de Educação. Série 1. Escola; v. 17).
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1985. 95p. (Brasil: os anos de autoritarismo)
- CURSOS de pós-graduação lato sensu: resolução CES nº 3, 05/10/99. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 7, n. 4, 1999, p. 52-54.
- DEFINIÇÃO dos cursos de pós-graduação / Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, MEC, 1965.
- DISCUSSÃO da pós-graduação / Capes. Brasília (DF): Capes, 1996, v. 1.
- DOCUMENTOS iniciais / Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: Capes, 1952.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A institucionalização da avaliação*. São Paulo: USP/Nupes, 1990. 9p. (Documentos de Trabalho/USP/Nupes; 8/90).
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Os desafios da reforma universitária*. São Paulo: USP/Nupes, 1989. 13p. (Documentos de Trabalho/USP/Nupes; 2/89).
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Subsídios para discussão da avaliação do ensino superior*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 4, n. 4, p.35-40, 1996.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Subsídios para discussão de uma nova política para o ensino superior brasileiro*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 4, n. 4, p.40-71, 1996.

- FACULDADE Nacional de Filosofia. / coord. Maria de Lourdes de A. Fávero. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989–1992. 5 v.
- FERNANDES, Ana Maria [et al]. *Colapso da ciência e da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994. 152p.
- FERREIRA, José Pelúcio. *Ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento: a experiência do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1983. 117p. (Texto para discussão; 20).
- FUNADESP — Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. *Legislação e normas da pós-graduação brasileira*. Brasília (DF): Funadesp, 2001. 497p.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil, 1964–1985*. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1993. 297p. il.
- GOMES, Cândido Alberto. *Pós-graduação lato sensu: terra de ninguém?* Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 7, n. 2, p. 7-22, 1999.
- INFOCAPES Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 2, n. 1, 1994.
- INFOCAPES Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 2, n. 2, 1994.
- INFOCAPES Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 4, n. 2, 1996.
- INSTITUTO Euvaldo Lodi. *Uma nova política para a educação superior*. Rio de Janeiro, IEL, 1986. 21p.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Repensando a pós-graduação*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 1, n. 2, p. 5-6, 1993.
- MESTRADO profissionalizante. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 7, n. 4, p. 54-58, 1999.
- NEVES, Abílio Baeta. *Metas da atual gestão da Capes*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 3, n. 1-2, p. 14-18, 1995.
- NICOLATO, Maria Auxiliadora. *A evolução da concepção e da linha de ação do programa Capes–Cofecub*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 7, n. 4, p. 7-36, 1999.
- NOVAS perspectivas para o sistema de ensino superior: operacionalização e implantação do plano nacional de pós-graduação / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Brasília (DF): MEC, 1975. 79p.
- OLIVEIRA, Betty Antunes. *O Estado autoritário brasileiro e o ensino superior*. São Paulo: Cortez Ed.: Autores Associados, 1981. 111p. il. (Coleção educação contemporânea)
- O PAPEL do CTC*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 2, n. 4, p. 13-16, 1994.
- PARECER ‘Sucupira’ de 1965*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 7, n. 4, 1999.
- PAUL, Jean Jacques. *Algumas reflexões sobre as relações entre o ensino superior e o mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Nupes, 1989. 17p.
- PAUL, Jean Jacques; RIBEIRO, Zoya; PILATI, Orlando. *As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico*. São Paulo, USP/Nupes, 1990. 23p. (Documentos de Trabalho USP/Nupes; 5/90).
- A POLÍTICA da Capes na formação de recursos humanos*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 1, n. 1, p. 10-14, 1993.
- POLÍTICA de implantação de cursos de pós-graduação stricto sensu*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 2, n. 3, p.19-21,1994.
- 1º PLANO Nacional de Pós-Graduação — 1975*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 6, n. 1, p. 13-44, 1998.

- PROJETO Nordeste de Pós-Graduação / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília (DF): MEC, 1976. 51p.*
- SÁ, Paulo. *A pós-graduação em universidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, 1971. 373p.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Avaliação do ensino superior: o que pensa a comunidade. O contexto institucional da avaliação*. Dois Pontos, Brasília (DF), n. 38, out. 1987, p. 7-10.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Avaliando a pós-graduação: a prática da teoria*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1982. (Série Estudos, n. 10). Trabalho apresentado na reunião com coordenadores de Programas de Pós-Graduação, Friburgo (RJ), 20 a 22 de outubro de 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, profissões e a questão da autonomia*. São Paulo: USP/Nupes, 1989. 18p. (Documentos de Trabalho USP/Nupes; 6/89).
- SCHWARTZMAN, Simon. *The future of higher education in Brazil*. São Paulo: USP/Nupes, 1991. 24p. (Documentos de Trabalho USP/Nupes; 5/91)
- 2º *PLANO Nacional de Pós-Graduação — 1982–1985*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 6, n. 2, p. 20-27, 1998.
- SINOPSE estatística da educação superior (1981/1982/1983) / Ministério da Educação e Cultura; Brasília: MEC, 1985. 100p. il. (Sinopse estatística da educação superior, v. 8).*
- SPAGNOLO, Fernando. *Aumentam os cursos A e B: consolidação da pós graduação ou afrouxamento da avaliação? — O futuro da avaliação da Capes*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília, v. 3 n. 1-2, p. 7-13, 1995.
- SPAGNOLO, Fernando. *O mais e o menos do mestrado brasileiro*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 6 n. 1, p. 45-47, 1998.
- SPAGNOLO, Fernando; SEVILLA, Maribel Alves Fierro. *A situação atual da pós-graduação lato sensu*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 2 n. 3, p. 7-12, 1994.
- SUCUPIRA, Newton. *Antecedentes e primórdios da pós-graduação*. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, 1(1): p.3-18, out./dez.1980.
- 3º *PLANO Nacional de Pós-Graduação — 1986–1989*. Infocapes Boletim Informativo. Brasília (DF), v. 6, n. 3, 1998.
- VALLA, Vitor Vincent; SILVA, Luiz Weerneck da. *Ciência e tecnologia no Brasil: história e ideologia (1949–1976)*. Brasília (DF), CNPq, Coordenação Editorial, 1981. 97p.

## **BIBLIOGRAFIA CITADA NAS NOTAS**

333

- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coord. geral). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001, 5 v., 2. ed. rev. e atual.
- BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. *Política de pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica*. São Carlos (SP), EdUFSCar, 1998.
- BOMENY, Helena. *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília (DF): Paralelo 15; Capes, 2001. (Biblioteca Anísio Teixeira: série biografias)
- CAPEs — *Relatório, 1965*. / Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, MEC, 1965.
- CÓRDOVA, Rogério de Andrade. *Capes, 45 anos de história*. Brasília (DF), [s.n.], 1996. (mimeo).
- COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Sul Americana, 1961. 2v. CPDOC. *História da Ciência no Brasil: acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro, Finep, 1984. 208p. il.
- DIAS, José Luciano de Matos. *Finep: trinta anos de projetos para o Brasil*. Rio de Janeiro, Cpdoc, 2001. (mimeo). 129p.
- ENCICLOPÉDIA *Mirador Internacional*. São Paulo, Encyclopædia Britannica do Brasil, 1975. 5v.
- FACULDADE Nacional de Filosofia, *depoimentos*. / coord. Maria de Lourdes A. Fávero. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1989–1992.
- FUNADESP — Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. *Legislação e normas da pós-graduação brasileira*. Brasília (DF), Funadesp, 2001. 497p.
- GRANDE Enciclopédia *Delta Larousse*. São Paulo, Ed. Delta, 1977.
- HIPPOLITO, Lúcia. *Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945–1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 328p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 85).
- INFOCAPES *Boletim Informativo*. Brasília (DF), v. 4 n. 2, abr./jun./1996.
- RBE — *Revista Brasileira de Economia*. 26(3):109-146, jul./set. 1972.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo, Best Seller, 1999. 649p.

## FICHA TÉCNICA DAS ENTREVISTAS

Entrevistado	<b>ALMIR GODOFREDO DE ALMEIDA E CASTRO</b>
Entrevistadores	Maria Clara Mariani, Ricardo Guedes F. Pinto, Simon Schwartzman
Local e data da entrevista	Rio de Janeiro, 04/1977
Tempo de gravação	3h
Observação	Entrevista concedida para o projeto <i>História da Ciência no Brasil</i> , desenvolvido pelo Cpdoc-FGV com apoio da Finep
Entrevistado	<b>ABILIO BAETA NEVES</b>
Entrevistadora	Marieta de Moraes Ferreira
Local e data da entrevista	Capes (Brasília), 05/12/2001
Tempo de gravação	2h35
Entrevistado	<b>AMADEU CURY</b>
Entrevistadoras	Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira
Local e data da entrevista	Residência do entrevistado (Brasília), 08/08/2001
Tempo de gravação	2h30
Entrevistada	<b>ANGELA SANTANA</b>
Entrevistadora	Marieta de Moraes Ferreira
Local e data da entrevista	Residência da entrevistada (Brasília), 05/12/2001
Tempo de gravação	2h15
Entrevistado	<b>CELSO BARROSO LEITE</b>
Entrevistadoras	Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira
Local e data da entrevista	Cpdoc (Rio de Janeiro), 18/05/2001
Tempo de gravação	1h25
Entrevistado	<b>CLÁUDIO DE MOURA CASTRO</b>
Entrevistadoras	Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira
Local e data da entrevista	Cpdoc (Rio de Janeiro), 28/08/2001
Horas gravadas	2h15
Entrevistado	<b>DARCY CLOSS</b>
Entrevistadoras	Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira
Local e data da entrevista	Cpdoc (Rio de Janeiro), 08/06/2001
Tempo de gravação	2h45
Entrevistado	<b>EDSON MACHADO DE SOUSA</b>
Entrevistadora	Marieta de Moraes Ferreira
Local e data da entrevista	IESB (Brasília), 12/09/2001
Tempo de gravação	2h
Entrevistado	<b>EDUARDO MOACYR KRIEGER</b>
Entrevistadora	Marieta de Moraes Ferreira
Local e data da entrevista	Incor (São Paulo), 14/09/2001
Tempo de gravação	1h

Entrevistada **ELIONORA MARIA CAVALCANTI DE BARROS**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Capes (Brasília), 07/08/2001  
 Tempo de gravação 1h30

Entrevistada **EUNICE RIBEIRO DURHAM**  
 Entrevistadora Marieta de Moraes Ferreira  
 Local e data da entrevista USP (São Paulo), 31/07/2001  
 Tempo de gravação 1h50

Entrevistado **LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Cpdoc (Rio de Janeiro), 12/06/2001  
 Tempo de gravação 2h03

Entrevistada **MARIA ANDRÉA RIOS LOYOLA**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Cpdoc (Rio de Janeiro), 10/10/2001  
 Tempo de gravação 2h30

Entrevistada **MARIA TEREZA D'OLIVEIRA ROCHA**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Capes (Brasília), 07/08/2001  
 Tempo de gravação 1:25

Entrevistado **REINALDO GUIMARÃES**  
 Entrevistadoras Helena Bomeny, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Cpdoc (Rio de Janeiro), 06/09/2001  
 Tempo de gravação 1h45

Entrevistada **ROSANA ARCOVERDE BEZERRA BATISTA**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Capes (Brasília), 09/08/2001  
 Tempo de gravação 1h15

Entrevistado **SANDOVAL CARNEIRO JR.**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Cpdoc (Rio de Janeiro), 11/10/2001  
 Tempo de gravação 1h25

Entrevistado **SIMON SCHWARTZMAN**  
 Entrevistadoras Helena Bomeny, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Cpdoc (Rio de Janeiro), 09/11/2001  
 Tempo de gravação 0h40

Entrevistada **SUZANA GONÇALVES**  
 Entrevistadoras Marieta de Moraes Ferreira, Regina da Luz Moreira  
 Local e data da entrevista Cpdoc (Rio de Janeiro), 09/05/2001  
 Tempo de gravação 2h30

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

ABREU, Alice Rangel de 158  
 ABREU, Alzira Alves de 169  
 ABREU, Marcelo Paiva 277  
 ADEODATO, José 158  
 AHLQUIST (prof.) 268  
 ALBUQUERQUE, Linaldo Cavalcanti de 73, 94, 101-2, 227; 235  
 ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de 64  
 ALEIXO, Pedro 54, 313  
 ALONSO, Artur (pe.) 45  
 ALTHUSSER, Louis 169  
 ÁLVARO ALBERTO. Ver SILVA, Álvaro Alberto da Mota e  
 ALVES, José Ubirajara 29, 92-3, 112, 222, 230, 252-3, 314  
 ANA MARIA 181  
 ANDRADE, Henrique Osvaldo de 143  
 ANTONIETA (d.). Ver BERNARDI, Antonieta  
 ANTÔNIO CELSO. Ver PEREIRA, Antônio Celso Alves  
 ARAGÃO, João Guilherme de 88  
 ARAGÃO, Raimundo Muniz de 52, 54, 248-9, 259, 260-1, 263, 312-3  
 ARCHER DA SILVA, Renato Baima 275-6  
 ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, Rosana 74, 100, 116, 122, 126, 142, 156, 181, 184, 190, 192, 204, 218, 222, 227-8, 234, 268, 280, 288, 290, 304  
 ARON, Raymond 169  
 AZEVEDO, Fernando de 32  
 AZEVEDO, José Carlos de Almeida 252

## B

BACHA, Edmar Lisboa 76, 85, 94-5  
 BACILA, Metry 249  
 BAHIA, Sílvia 227  
 BALBINO DE CARVALHO FILHO, Antônio 33, 312  
 BAMBIRRA, Sinval 169  
 BARBIERI, Ivo 278, 282  
 BARBOSA, Luiz Alberto Horta 212  
 BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de 32, 45, 57, 70, 74, 80, 90, 106, 108, 122, 142, 156, 172, 176, 180-1, 190, 192, 216, 222, 228, 238, 240, 248, 268, 280, 296, 304  
 BARROS, Hélio Guedes de Campos 88-9, 103, 139, 220, 227, 235  
 BARROS FILHO, Teotônio Maurício Monteiro de 312  
 BATISTA, Rosana Arcoverde Bezerra.  
 Ver ARCOVERDE BEZERRA BATISTA, Rosana.  
 BEETHOVEN, Ludwig von 53  
 BEIGUELMAN, Paula 64  
 BELTRÃO, Hélio Marcos Pena 76  
 BERNARDI, Antonieta 61  
 BERNARDI, Hélios 52, 61, 249  
 BERQUÓ, Elza 170  
 BEVILACQUA, Luís 156, 242  
 BEZERRA, Benilton 171  
 BIER, Oto Guilherme 248

BIRA. Ver ALVES, José Ubirajara  
 BITTAR, Rosângela 92, 139  
 BLUMENSCHNEIN, Almiro 73  
 BOMENY, Helena Maria Bousquet 274, 286  
 BORNHAUSEN, Jorge 114-5, 222, 313  
 BOURDIEU, Pierre 170  
 BRAGA, Nei Amintas de Barros 64, 73, 77, 79, 102, 104, 106-7, 115, 222, 302, 313  
 BRANDÃO, Euro 302, 313  
 BRANDT, Celso Teixeira 312  
 BRAUN-MENÉNDEZ (prof.) 267  
 BRITO, Abelardo de 248  
 BRITO, Antônio Ferreira de Oliveira 312  
 BULHÕES, Otavio Gouvêa de 48

## C

CALABI, Andrea Sandro 141, 211  
 CALMON MUNIZ DE BITTENCOUT, Pedro 312  
 CAMARGO, Aspásia Alcântara de 169, 171  
 CAMARGO, Sérgio 169  
 CAMPOS, Epílogo de 248, 262-3  
 CAMPOS, Errata de 263  
 CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet 62, 248  
 CAMPOS, Prólogo de 263  
 CAMPOS, Roberto de Oliveira 105, 110  
 CANDOTTI, Enio 142-3  
 CANTO, Isabel 175  
 CAPDEVILLE, Guy 89  
 CARDOSO, Fernando Henrique 64, 131, 148-9, 170, 190-1  
 CARDOSO, Ruth Correia Leite 170, 211  
 CARNEIRO, Dionísio Dias 88  
 CARNEIRO JÚNIOR, Davi 105  
 CARNEIRO JÚNIOR, Sandoval 16, 25, 29, 80, 118, 124, 126, 130, 144-6, 154, 172, 176, 178, 180, 186, 190-1, 200, 208, 224, 228, 240, 254, 264-5, 278, 287, 314  
 CARVALHO, Abigail 146, 172, 240  
 CARVALHO, Alberto 189  
 CARVALHO DIAS, Lindolpho de.  
 Ver DIAS, Lindolpho de Carvalho  
 CARVALHO, Orlando de Magalhães 61, 249  
 CASSIM, Marisa 145, 240  
 CASTELO BRANCO, Argentina Viana 45, 263  
 CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar 45, 53, 58, 263  
 CASTRO, Almir Godofredo de Almeida e 15-7, 19, 25, 30-2, 42, 45-8, 52, 57-8, 70, 90, 105-6, 121, 124, 248, 258, 260, 280, 287, 296-7  
 CASTRO, Cláudio de Moura 16, 22-3, 29, 32, 45, 52, 54, 57, 66, 70, 74, 78, 80-1, 84, 86, 99, 103, 107-8, 110-2, 116, 126, 134, 136-9, 146, 176, 182, 184, 192, 194, 204, 206-7, 218-22, 227-9, 235-6, 240, 242, 248, 250, 264, 268, 279, 288, 290, 296, 304, 314  
 CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira 257  
 CASTRO, Gustavo de Oliveira 275

- CASTRO, José de 171
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de 149, 190, 201
- CAVALCANTI, Linaldo.  
Ver Albuquerque, Linaldo Cavalcanti de.
- CELSO. Ver LEITE, Celso Barroso
- CHAGAS FILHO, Carlos 38-9, 247, 261
- CHAGAS, Valnir 252
- CHAIMOVITCH, Hernan 270
- CHIARELLI, Carlos 121-2, 143, 313
- CISALPINO, Eduardo Osório 302
- CLARK, Lúgia 169
- CLOSS, Darcy 16, 21-3, 28, 32, 45, 52, 54, 57, 64, 66, 68, 88,  
90-3, 95, 98, 106-8, 111, 124, 126, 132, 138-9, 160, 174, 176,  
186, 192, 198, 208, 217-20, 228, 236, 244, 248, 252-3, 260,  
263-4, 268, 276, 278-9, 282, 287-8, 290, 296, 301-2, 304, 314
- COIMBRA, Alberto Luís 94, 155, 287
- COLLOR DE MELO, Fernando Afonso 25, 118, 131, 143, 168, 171-2,  
222
- COLONELLI, Cristina 227, 229
- CORDEIRO, Hésio 170-1
- CÓRDOVA, Rogério 235
- CORREIA, Arlindo Lopes 105, 110
- CORREIA, José Roberto Alves 146, 172-3, 178
- CORREIA, Raimundo Tadeu 140
- COSTA, Emília Viotti da 64
- COSTA, José Pedro Ferreira da 312
- COUCEIRO, Antonio Moreira 38, 39, 259
- COUTINHO, Luciano 76, 141, 277-8
- COVIAN, Miguel 268
- CRUZ, Newton de Araújo 98-9
- CUNHA, Gladstone Rodrigues da 102, 111, 220
- CUNHA, Luís Antônio 121
- CURY, Amadeu 32, 45-6, 57-8, 61, 70, 90, 126, 174-5, 246, 258,  
262, 296-7, 302
- D**
- DAVIS, Kingsley 168
- DEGNI, Francisco 248
- DEL CASTILHO, Carlos Alberto 248
- DEENER, David R. 71
- DENISE 181
- DEUZIANA 181
- DEWEY, John 32, 36, 47
- DIAS, Caio Benjamin 251
- DIAS, Lindolpho de Carvalho 32, 45, 57, 62, 70, 76, 90, 106,  
108, 177, 248, 250, 256, 276, 287, 290, 296-7
- DICK, Tuiskon 190, 201, 206, 211-2
- DILLEMBURG, Darcy 212, 240
- DINIZ, Cristóvão Picanço 199
- DOBZSHANSKY, Theodosius 71
- DURANTE, Mauro 171
- DURHAM, Eunice Ribeiro 16, 25, 29, 74, 80, 100, 108, 116, 118,  
120-1, 142-9, 156, 158, 172-6, 178-9, 184, 186, 190-2, 197-8,  
200, 204, 208, 222-4, 228, 230, 238, 240, 252-4, 264-5, 268,  
278, 280-2, 287-8, 290, 304, 314
- DUTRA, Paulo de Tarso de Moraes 248, 313
- DUTRA, Tarso.  
Ver DUTRA, Paulo de Tarso Moraes
- E**
- EINSTEIN, Albert 101
- ERNESTO (prof.) 231
- F**
- FÁBIO CELSO.  
Ver GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares.
- FAÇANHA, Artur Mascarenhas 58-9, 224
- FALCÃO, Joaquim Arruda 99
- FARACO, Eduardo Zaccaro 62, 249
- FARAH, Inês 290
- FARIA, Luís de Castro 167
- FARIA, Vilmar 85, 170, 190, 211
- FERNANDES, Florestan 64, 170
- FERNANDO 181
- FERNANDO HENRIQUE.  
Ver CARDOSO, Fernando Henrique.
- FERRAZ, Ester Figueiredo 114, 140, 222, 313
- FERRAZ, Tércio Sampaio 95
- FERREIRA, Diana Tavares 218, 227
- FERREIRA, Hiss Martins 275
- FERREIRA, José Pelúcio 76-7, 108, 110, 264-5, 276-7, 287, 303
- FERREIRA, Marieta de Moraes 14, 44, 56, 68, 84, 104, 120,  
134, 154, 166, 188, 216, 226, 234, 246, 256, 266
- FIGUEIREDO, Antônio MacDowell 140, 200-1, 229
- FIGUEIREDO, Djairo Guedes 257
- FIORI, José Luís 170
- FORMIGA, Manuel 136
- FOUCAULT, Michel 169
- FRANCO, Itamar Cautiero 130-1, 167-8, 171-2, 187, 191, 224
- G**
- GABEIRA, Fernando Nagle 168
- GAMA, Lélío 258, 260
- GARCIA, Carlos 144
- GARCIA, Maria Lúcia Vilhena 219, 235
- GAZZOLA, Ana Lúcia 142-3
- GEISEL, Ernesto 21, 64
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas 86
- GERHARDT, Germano 275
- GERK, João Regazzi 170
- GIANOTTI, José Artur 170, 211
- GÓIS, Paulo de 46, 58, 70, 247-9, 261
- GOLDEMBERG, José 25, 118, 121-2, 128-30, 143-4, 156-7, 162,  
282, 313

GOMES, Domingos Vieira 46, 80, 97, 103, 217, 227  
 GOMES, Paulo A. 155  
 GONÇALVES, Suzana 16, 19, 28, 32, 40-2, 44, 48, 54, 57-9, 61, 70, 72-3, 78, 90, 98, 103, 106, 112, 124, 174, 176, 192, 208, 228, 248-9, 258, 260, 262-4, 278, 287, 296-7, 299, 314  
 GONÇALVES, José Botafogo 137  
 GRAÇA 181  
 GRILLO, Heitor 38-9  
 GUARANIS, Lúcia 89, 103  
 GUIA, Marcos Mares 282  
 GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares 275-6, 279  
 GUIMARÃES, Jorge 142-3, 159, 270, 282  
 GUIMARÃES, Reinaldo 32, 45, 57, 70, 76, 90, 92, 108, 122, 124, 170-1, 176, 190, 208, 211, 222, 228, 238, 242, 248, 264, 270, 274, 287-8, 296  
 GUIMARÃES, Ulisses da Silveira 276, 278  
 GUSO, Divonzir Artur 121, 124

## H

HADDAD, Paulo 85  
 HAMILTON, W. 268  
 HEGENBERG, Leônidas 105  
 HERRERA, Filipe 87  
 HINGEL, Murílio 171-2, 176, 187, 191, 224, 313  
 HORTA, Ver BARBOSA, Luiz Alberto Horta.  
 HOUSSAY, Bernardo 267  
 HUNTER, John M. 71

## I

IANNI, Otávio 64, 170  
 INÊS. Ver FARAH, Inês.  
 ISABEL 181  
 IVO. Ver BARBIERI, Ivo.

## J

JACOB, Gerhard 93  
 JUNQUEIRA, Carmen 170

## K

KARSH, Úrsula Margarida Simon 282  
 KERSTENETSKY, Isaac 86  
 KLEIN, Jacques 96  
 KÖBERLE, Fritz 268  
 KRAJBERG, Franz 169  
 KRIEGER, Eduardo Moacyr 32, 45, 57, 70, 90, 182, 192, 206, 208, 211, 218, 248, 266, 290, 296

## L

LACERDA, Flávio Suplicy de 46, 105, 300, 312

LAMOUNIER, Bolívar 85, 170  
 LARAIA, Roque de Barros 167  
 LEITE, Celso Barroso 16, 19, 20, 22, 28, 32, 40, 42, 45, 52, 54, 56, 58, 61, 70, 72, 90, 103, 106-7, 124, 176, 208, 214-7, 248, 250, 258, 260, 262-3, 278, 287, 296, 314  
 LESSA, Carlos Francisco 277  
 LÉVI-STRAUSS, Claude 169  
 LIBÂNIO, Nelson Brandão 50, 54, 58, 314  
 LIMA, Élon Lage 62  
 LIMA, Mário Werneck de Alencar 28, 54, 58, 249, 314  
 LINALDO. Ver ALBUQUERQUE, Linaldo Cavalcanti de.  
 LINCOLN, Abraham 36  
 LINHARES, Maria Ieda 64  
 LINS, Marcionílio de Barros 302  
 LIRA, Roberto Tavares 312  
 LISON, Lucien 268  
 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer 64  
 LOBO, Heloísa 143, 229  
 LOBO, Roberto 121  
 LOPES, José Leite 64, 258  
 LOPES, Neíla 249  
 LOPES, Osvaldo Ubríaco 142, 282  
 LOPES NETO, Silvino 121-2  
 LOUREIRO, Luiz Valcov 198, 212  
 LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron 32  
 LOYOLA, Maria Andréa Rios 16, 26, 29, 50, 80, 100, 112, 116, 122, 124, 126, 144-8, 150, 158, 162, 164, 166, 187, 190-2, 194, 197-8, 203-4, 208, 218, 224, 228, 230-1, 240, 242, 252, 254, 268, 270, 272, 278, 282-3, 287-8, 290, 314  
 LUCIE, Pierre 115  
 LUCY. Ver OLIVEIRA, Lucy Anne Vieira de  
 LUDWIG, Rubem Carlos 96-8, 114, 222, 313  
 LUZ, Madel Terezinha 170  
 LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da 144-5, 172, 179, 190, 224, 254, 314

## M

MACHADO, Mário Brockman 275  
 MACIEL, Marco Antônio do Rego 114-5, 145, 222, 313  
 MACIEL, Rubens 267  
 MAGALHÃES, Guilherme Augusto Canedo de 313  
 MÁRCIO 173  
 MARIANI BITTENCOURT, Maria Clara 15, 32  
 MÁRIO HENRIQUE. Ver SIMONSEN, Mário Henrique  
 MARTINS, Carlos Benedito 294  
 MARTINS, Joel 221  
 MARTINS, Luciano 169  
 MARTINS, Ricardo 89, 212, 235  
 MARTINS, Zena Maria da Silva 181  
 MATTA, Roberto da 167  
 MATOS, Carlos de 262  
 MÉDICI, Emílio Garrastazu 53, 59, 162  
 MELATTI, Júlio César 167

MELO, Horácio Kneese de 61  
MELO, Marisa 231  
MENDONÇA, Ana Amélia Queiroz Carneiro de 85  
MENESES, Djacir 251  
MÉRCIO, Favorino Bastoes 313  
MONTEIRO, José Albano da Nova 53  
MONTELO, Jessé de Sousa 86  
MOREIRA, Manuel Frota 38-9, 53  
MOREIRA, Regina da Luz 14, 44, 56, 68, 84, 154, 166, 216,  
226, 234, 246, 256, 274, 286  
MORRIL, Justin 36  
MOTA FILHO, Cândido 312  
MOUSINHO, Maria Laura 257-8  
MOZART, Wolfgang Amadeus 53

**N**

NACHBIN, Leopoldo 257  
NAPOLEÃO, Hugo 114-5, 222, 313  
NEVES, Abílio Afonso Baeta 11, 16, 24, 26, 29, 50, 94-5, 100,  
110-2, 116, 126, 142-3, 146, 149, 162, 164, 172-5, 177-80, 182,  
184, 188, 218, 224, 228, 230-1, 240, 242, 252, 254, 264, 268,  
270, 272, 280-3, 288, 290, 314  
NEVES, Catarina Glória A. 181  
NEVES, Tancredo de Almeida 276  
NINI (cel.). Ver CRUZ, Newton de Araújo  
NORONHA, José 170  
NUNES, Nina Pereira 170  
NUSSENSWEIG, Moisés 158, 282

**O**

OLIVEIRA, Francisco de 170  
OLIVEIRA, Lucy Anne Vieira de 181  
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de 88, 167-8  
OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto de 47, 259

**P**

PAIM, Paulo 144  
PAIVA, Orlando Marques 302  
PAIXÃO TAVARES, Carolina.  
Ver TAVARES, Carolina Paixão.  
PALLIS, Jacob 62, 158, 250, 262  
PASQUALI, Sérgio Mário 98, 139  
PASSARINHO, Jarbas Gonçalves 56, 59, 62, 64, 90, 106, 250,  
263, 301, 313  
PAULO RENATO.  
Ver SOUSA, Paulo Renato de  
PAVAN, Crodovaldo 38-9, 280  
PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral 169  
PEIXOTO, Maurício Matos 257-8  
PELÚCIO. Ver FERREIRA, José Pelúcio.  
PEÑA, Guilherme de la 87-9, 98

PENIDO, Pedro Paulo 312  
PEREIRA, Antônio Celso Alves 278  
PEREIRA, Luís Carlos Bresser 135, 148-9  
PINHO, Péricles Madureira de 312  
PINTO, Edrisio Barbosa 61-2, 249  
PINTO, Ignez Dias da Silva 257  
PINTO, Ivon Leite Magalhães 85  
PINTO, Mário Abrantes da Silva 257  
PINTO, Ricardo Guedes F. 15, 32  
POLITZER, Kurt 249-50  
PONTES, José Lopes 248  
PORTELA, Eduardo Matos 87-8, 96-8, 313  
PORTO, Vicente Sobrinho 60-1, 248  
PORTUGAL, Gilda 149  
POULANTZAS, Nicos 169  
PRADO, Iara 190  
PRADO JR., Caio 64

**R**

RAMOS, Alcida Rita 167  
RAMOS, Osvaldo 122  
RAMOS, Nereu de Oliveira 312  
RANCICH, Norma Beatriz 235  
RANGEL, Frederico de Sousa 56-8  
REBELO, Pedro Belisário 302  
REGAZZI. Ver GERK, João Regazzi  
REIS, Eustáquio 171  
REIS, Fábio Wanderley 99, 289  
REIS, Maurício Rangel 106  
RENAULT, Abgar 312  
RIANI, Clodesmidt 169  
RIBEIRO, Darci 40-1, 58, 135, 312  
RIBEIRO, Paulo de Assis 44, 260  
RIOS, José Artur 62, 249  
RIPPER FILHO, José Ellis 94, 99  
ROCHA, Maria Tereza d'Oliveira 50, 80, 112, 122, 126, 142, 156,  
172, 174, 181, 186, 190, 192, 222, 226, 235, 238, 280, 304  
RODRIGUES, Arakcy Martins 170  
RODRIGUES, Francisco Vítor 249  
RODRIGUES, Leôncio Martins 169-70  
RODRIGUES, Mauro da Costa 60  
ROSA, Antônio Geraldo Amaral (pe.) 44, 260  
ROSEMBERG, Luís Paulo 76  
RÚBIA 181  
RUBINGER, Marcos 167-8

**S**

SCARABOTOLO, Hélio 248  
SALES, Elisa Gonçalves Moreira (Elisinha) 263  
SALES, Válter Moreira 263  
SALGADO, Clóvis 34, 48-9, 76, 312  
SAMBAQUI, Júlio Furquim 312  
SAMPAIO, Cláudio 242

- SANTANA, Angela 16, 92, 122-4, 134, 142, 156, 172, 181, 190-1, 223, 229, 238, 278-80, 304
- SANTANA, Carlos 114, 222, 313
- SANTANA, João 143
- SANTOS, Edgar Rego 312
- SANTOS, Luís Antônio de Castro 171
- SANTOS, Paulo de Tarso 312
- SANTOS, Roberto 82, 107
- SANTOS, Turíbio 96
- SARDENBERG, Marina 159
- SARNEY, José 140, 276, 278
- SAYAD, João 140-1
- SCHEMBERG, Mário 64
- SCHULTZ, Theodore William 34, 86
- SCHWARTZMAN, Simon 15, 32, 70, 76, 85, 100, 106, 108, 116, 121, 124, 126, 132, 138, 176, 182, 184, 192, 194, 204, 208, 218, 240, 242, 260, 264, 268, 270, 276-8, 286
- SEN, Amartya Kumar 86
- SENISE, Pascoal Ernesto Américo 93, 99, 268
- SENTA, Tarcísio della 98, 102
- SERPA DE OLIVEIRA, Carlos Alberto 62
- SERRA, José 170
- SIGAUD, Lúgia 168
- SILVA, Álvaro Alberto da Mota e 258-9
- SILVA, Artur da Costa e 54
- SILVA, Artur Lemos Gomes da 248
- SILVA, Luís Antônio da Gama e 312
- SILVA, Maurício Rocha e 268
- SILVA, Nelson Afonso do Vale e 28, 50, 54, 58, 314
- SIMÕES FILHO, Ernesto 33, 40, 296, 312
- SIMON, Pedro 189
- SIMONSEN, Mário Henrique 86-7, 257
- SINGER, Paul 170
- SIQUEIRA, Marcelo 171
- SITRÂNGULO, Cid 135
- SOARES, Gláucio Ari Dillon 92
- SOARES, Jeferson Andrade Machado de Góis 28, 54, 58, 314
- SOTERO, Aluísio 313
- SOUSA, Antônio Fagundes de 136
- SOUSA, Edson Machado de 16, 24, 29, 40, 50, 52, 54, 58, 62-4, 66, 70, 72-4, 76, 80, 90, 92, 100, 102, 104, 114, 124, 126, 136-8, 140, 147, 174, 176, 178, 184, 192, 200, 204, 217-8, 220, 222, 228, 236, 238-40, 248, 252-4, 258, 260, 264, 268-70, 276, 278, 287, 290, 301-4, 314
- SOUSA, Paulo Renato de 104, 131, 148-9, 190-1, 212, 222, 313
- SPAGNOLO, Fernando 89
- SPRIESTERSBACH, D. C. 71
- STEMMER, Caspar Erich 73
- STEPANENKO, Alexis 167-8, 171
- STEPANENKO, Rosa 168
- SUCUPIRA, Newton Lins Buarque 20, 62-3, 70, 127, 262, 300
- SUPLICY, Eduardo Mattarazzo 135
- T**
- TAVARES, Carolina Paixão 48, 61
- TAVARES, Diana. Ver FERREIRA, Diana Tavares.
- TAVARES, José 277
- TAVARES, Maria da Conceição 277
- TAVARES, Ricardo 171
- TEIXEIRA, Aluísio 276
- TEIXEIRA, Anísio Spínola 17-9, 28, 30-6, 40-1, 42, 45-8, 57-8, 60-1, 70-1, 76, 90, 135, 218, 248, 255, 258, 260, 267, 285, 295-6, 314
- TELES, José Dion de Melo 81, 264, 302
- TINOCO, Brígido Fernandes 312
- TINOCO, Eraldo 313
- TORRES, José Garrido 48-9
- TOURAINÉ, Alain 169
- TUNDISI, José Galizia 126, 211
- V**
- VANDRÉ, Geraldo 53
- VASCONCELOS, José Vieira de 302
- VASQUEZ, Adalberto 194, 212, 240
- VAZ, Zeferino 75, 94
- VELLEDA, Erb 248
- VELHO, Gilberto 158
- VELOSO, Gastão Dias 28, 54, 58, 314
- VELOSO, João Paulo dos Reis 76-7, 79, 105-8, 302
- VERSIANI, Flávio 95
- VIANA, Hélio 45
- VIANA, Luís Humberto Prisco 144
- VIANA, Marcos Pereira 302
- VIANA, Sílvia Regina Santana Carvalho Prisco 144
- VIDAL, José Válder Bautista 60-1, 249-50
- W**
- WEFFORT, Francisco C. 70, 170
- WERNECK, Mário.  
Ver LIMA, Mário Werneck de Alencar
- Z**
- ZUQUIM, Pedro Karan 47





**Entrevistas, redação e organização**

Cpdoc/FGV — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

*Coordenação*

Marieta de Moraes Ferreira

Regina da Luz Moreira

*Entrevistas*

Helena Bomeny

Marieta de Moraes Ferreira

Regina da Luz Moreira

*Edição de texto*

Lúcia Hippolito

*Assistência de pesquisa*

Camila Dantas

Monique Sochaczewski

*Estagiários*

Bruno Frederico Müller

Lourival Mendonça Silva Jr.

*Revisão*

Sandra Pássaro

**Edição e supervisão**

Capex / MEC — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Ministério da Educação

*Coordenação*

Catarina Glória A. Neves

**Projeto de design**

Homem de Melo & Troia Design

C239

Capex, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV/

Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira &

Regina da Luz Moreira. — Brasília, DF: CAPES, 2002.

343 p.

1. Ensino superior. 2. Pós-graduação. 3. História.  
4. Depoimentos. I. Ferreira, Marieta de Moraes.  
II. Moreira, Regina da Luz. III Brasil. Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CDD: 378.1553

CDU: 378 (81)

